

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

HISTÓRIA E MEMÓRIA

ESTUDO SOBRE AS SOCIEDADES
LUNDA E COKWE DE ANGOLA

ANA PAULA RIBEIRO TAVARES

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO

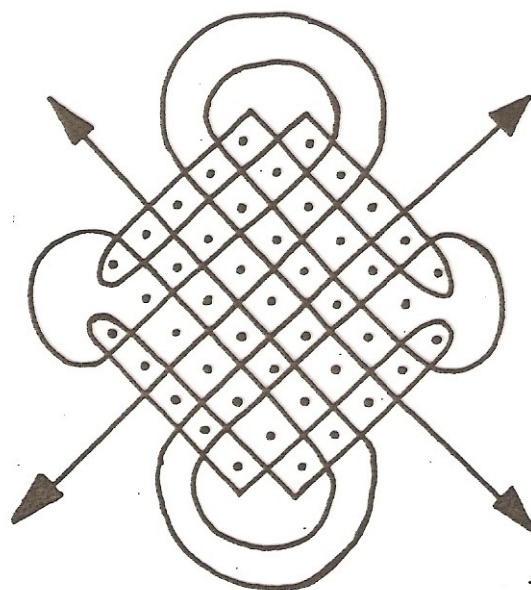
ORIENTADORA: PROFESSORA JILL R. DIAS

CO-ORIENTADORA: PROFESSORA AMÉLIA FRAZÃO

JUNHO DE 2009

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

HISTÓRIA E MEMÓRIA: ESTUDO SOBRE AS SOCIEDADES
LUNDA E COKWE DE ANGOLA



168

168 — “Ku ngangela nyi lwanda” — Representação dos
Ngangela = Nascente, Ku Lwanda = Poente, Kútu =
águas), e Kusango = Norte (para onde correm as águas).

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em Antropologia
Orientadora Jill Dias/ Co-orientação Amélia Frazão
Doutorando: Ana Paula Ribeiro Tavares

Junho de 2009

Índice	
Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Siglas e Abreviaturas	4
Breve Nota sobre a Ortografia das línguas Bantu	5
Introdução	6
I Capítulo -História: olhar os textos, escutar as vozes organizar a escrita	16
1.1-Introdução à paisagem	16
1.2-A construção dos textos	22
1.3-À volta das fontes	34
1.4-Novos protocolos com as fontes	61
II Capítulo -História e movimento	67
2.1- Expansão, comércio e Sistemas abertos, ponto de vista Cokwe	71
2.2-Relações de força e passados longínquos	91
2.3-Fronteiras da Terra e dos Homens	106
2.4- No coração da terra	124
2.5- Trabalhos e trabalhadores nas Minas	152
2.6-Fotografia e discurso	177
2.7-A proclamação e discurso: Tudo está bem no reino de Plutus	190
2.8-A fotografia e Museu	207
III Capítulo A Memória: ordenação e releitura de vestígios	
1.1-Memórias contrastadas	221
1.2-Memórias e questões de espaço e tempo	233
1.3-Presente aforístico e presente histórico	236
1.4-Contar e recordar: as lógicas e as diferenças	239
1.5-Os espaços habitados e corpus de saber sancionados por uma instituição	243
1.6-Ser e parecer	250
Conclusões	258
Colaboradores, Informantes, Tradutores	260
Fontes e bibliografia	262
Anexos	
Anexo 1- Glossário	294
Anexo 2-Cronologia da ocupação e dos conflitos	326
Anexo3- Legislação	332
Anexo 4-Quadro nº2 Demarcação de terrenos na Lunda	334
Figuras	
Nº1 Mapa da antiga Lunda e regiões sob a sua influência	16
Nº2 Angola, Províncias e Municípios	17
Nº3 Planta de Malanje	52
Nº4 Estados do Muatiânvua em 1886	55
Nº5 A Caverna Dyal a Mandam	77
Nº6 Auto de vassalagem	98

Nº7 Galera a dromedários	111
Nº8 Mapa da área concedida à DIAMANG	149
Nº9 Desmonte do Estéril	157
Nº10 Trabalhos nas minas	165
Nº11 Trabalhadores nas minas	167
Nº12 Ração semanal dos trabalhadores das minas	173
Nº13 Festa da melhor aldeia	175
Nº14 Henrique de Carvalho e Xá Madiamba	184
Nº15 Francisco Domingos de Malanje	186
Nº16 Roberto filho de Benguela	189
Nº17 Casamento de assimilado	196
Nº18 Trabalhadores antigos a homenagear	197
Nº19 Escola indígena	204
Nº20 O soba do museu com Gilberto Freyre	217
Nº21 Kavudi Nkazi Kat	247
Quadros	
Nº1 Mapa dos trabalhadores brancos indígenas	161
Nº2 Demarcação de terrenos pela DIAMANG	165

Em razão do falecimento da Professora Jill R. Dias, a orientação científica da dissertação foi assumida, desde Agosto de 2008, pela Professora Amélia Frazão.

A Jill Dias
In memoriam

Agradecimentos

A minha filha et pour cause ao Francisco.

A todos quantos na Lunda-Norte, Lunda-Sul, Luanda, Braga, Coimbra e Lisboa suportaram a impertinência das minhas perguntas. As insuficiências do trabalho não são devidas à falta de informações fornecidas mas a erros meus e alguma má fortuna. Devo tudo à paciência da minha família, minha mãe, meus irmãos e sobrinhos. Alguns laços que o parentesco não explica fazem-me tributária, da Ivone, Pedro, Rui, Janeca, da Cláudia e Bruna, do Ondjaki e dos Marques. Vêm a seguir os amigos a quem só posso dizer obrigada. São eles a São Barata, o Manuel Resende, a São Resende, o Nelito, o Costa (meu antigo aluno), a Laura Padilha, a Carmen Lúcia Tindó, Edna dos Santos, Vânia Chaves, Beatrix Heintze, Jorge Marmelo, Aida Freudenthal, Livia Apa, Rute Magalhães, Luísa Almeida, Ruy Duarte de Carvalho, Manuela Palmeirim, Henrique e António, Augusto Nascimento, Eugénia Rodrigues, Kamal Mansinho, Lourdes Mansinho, Manuel Francisco Balonas, Fátima Balonas, Luandino Vieira, Julieta Pedro, Maria Hermínia, Paula Borges e Fernanda Almeida, Rosa Cruz e Silva, Leonel Silva, Carlos e Helga Freitas, Cristina e Paulo Lara, Pepetela, Mena e Luéji, Beatriz Mendes, Artur da Costa e Enzo, Irene e Clara Guerra Marques. Devo-lhes suporte, carinho e companhia. Estamos juntos.

Aos Drs. Jorge Costa Oliveira e Bernardo Reis agradeço indicações preciosas sobre o material e os arquivos. Paciência também. Aos funcionários dos Arquivos, Museus e Bibliotecas (Angola, Lisboa, Braga, Bruxelas) queria manifestar gratidão e reconhecimento. Ao Nuno Porto, que comigo desmontou caixas de arquivo por abrir uma menção especial. Ao Fernando Pacheco e Conceição Neto que pertencem ao planeta dos amigos acima referido devo matérias, informações, esclarecimento de dúvidas e incontáveis diálogos sobre as questões de fundo.

A professora Jill Dias acompanhou, sugeriu, forneceu bibliografia, suporte afectivo e financeiro sempre com um sorriso e a prudente distância de quem orienta sem interferir. A sua partida deixou mais pobre o mundo académico e o precário universo dos estudos de e sobre África. O Carlos Almeida partilhou comigo esta orfandade difícil, dolorosa e sem remédio, com a cumplicidade de um antigo amigo.

Devo à Fundação para a Ciência e Tecnologia e à Fundação Gulbenkian as bolsas que permitiram, as deslocações, a investigação e a sobrevivência durante um longo período.

Finalmente cumpre-me deixar um grande bem-haja à Professora Amélia Frazão por ter tomado conta do trabalho quando eu própria já tinha desistido.

Siglas e Abreviaturas

ADRA- Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AGG-Agência Geral das Colónias
AGR- Archives Générales du Royaume
AHM- Arquivo Histórico Militar
AHNA- Arquivo Histórico Nacional de Angola
AHU- Arquivo Histórico Ultramarino
AIMO-Affaires Indigènes et Main d'Oeuvre
ANMC- Anaes Marítimos e Coloniais
BGGP-Boletim do Governo-geral da Província de Angola
BMP- Biblioteca Municipal do Porto
BNL. Biblioteca Nacional de Lisboa
BOGA- Boletim Oficial do Governo-geral de Angola
BSGL- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
BTK- Bourse Du Travail Du Katanga
DIAMANG- Companhia de Diamantes de Angola
ENDIAMA- Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P.
FORMINIÈRE- Société Internationale Forestière et Minière
IICA- Instituto de Investigação Científica de Angola
ICS- Imprensa de Ciência Sociais.
IICT- Instituto de Investigação Científica Tropical
MAUC- Museu Antropológico da Universidade de Coimbra
MNA- Museu Nacional de Antropologia
MNE- Museu Nacional de Etnologia
MRAC- Musée Royale de l'Afrique Central
PEMA- Companhia de Pesquisas Mineiras
SPAMOI-Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena
UMKK- Union Minière du Haut Katanga
WNLA-Witwatersrand Nativ Labour Association

Breve nota sobre a grafia das línguas *bantu*¹

Para a grafia das expressões e vocábulos em Ucockwe (a língua) foram aplicadas as regras de transcrição fonética em vigor em Angola² para as línguas nacionais e estabelecidas com base no Alfabeto Africano de Referência, aprovado na Reunião de peritos organizada pela UNESCO em Nyamey, Níger em Julho de 1978.

Para uma melhor percepção do valor fonético, são fornecidos alguns exemplos e a respectiva correspondência para a língua portuguesa. Em Angola e na Historiografia internacional generalizou-se o lexema *cokwe*, pl. *tucokwe*, para designar o povo e *ucokwe* para a língua. Os exemplos são tirados das listas fornecidas pelo Instituto de Línguas Nacionais de Angola. Para o *urund*, ainda não normalizado em Angola, seguimos sempre as fontes.

Letra	Valor Fonético	Pronúncia	Exemplo	Significado em Português
a	[a]	a	<u>ca</u> la	unha
C	[c]	tchê	<u>ca</u> la	unha
E	[e]	e	<u>te</u> mo	enxada
F	[f]	fê	<u>mu</u> fu	morto
H	[h]	hê *	<u>ku</u> hunga	abandar
I	[i]	i	<u>ji</u> mba	inflamação
J	[j]	jê	<u>ji</u> mba	inflamação
K	[k]	kê	<u>ku</u> vupa	estragar
L	[l]	lê	<u>la</u> mba	sofrimento
m	[m]	mê	<u>mu</u> tu	peessoa
mb	[mb]	mbê	<u>mba</u> mbo	parafuso
N	[n]	nê	<u>ku</u> nuca	coser
nd	[nd]	ndê	<u>nd</u> aka	estrangeiro
ng	[ng]	ngê	<u>ng</u> ulu	porco
O	[o]	o	<u>on</u> ga	mentira
P	[p]	pê	<u>pa</u> mbo	peito
S	[s]	sê	<u>ku</u> sula	evitar
T	[t]	tê	<u>mu</u> tu	peessoa
U	[u]	u	<u>un</u> ga	farinha
V	[v]	vê	<u>ku</u> yeta	fugir
W	[w]	wê	<u>wa</u> nda	algodão
X	[ç]	xê	<u>xi</u> ma	funji
Y	[j]	yê	<u>ya</u> nda	caspa
Z	[z]	zê	<u>ku</u> zula	despir

¹ Por *bantu* como conjunto e grupo linguístico entendemos as línguas e os povos assim designados depois da classificação de W.H. Bleek em 1862 e os trabalhos de George Peter Murdock (1957) e Joseph Greenberg (1959). A discussão linguística foi retomada por Malcom Guthrie e independentemente do problema linguístico estar longe de ser resolvido, a comunidade científica adoptou de forma generalizada esta designação.

* O h é sempre aspirado.

² Em Maio de 1987 foram aprovados os alfabetos criados para seis das principais línguas faladas em Angola – *Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Ocikwanyama*. Cf. Boletim N.º 1, INSTITUTO DE LÍNGUAS NACIONAIS, 1987.

Introdução

O tema “Memória, Identidade e História, estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe”, surgiu como resultado de um tempo de trabalho, com a obra monumental de Henrique Dias de Carvalho, viajante português que, no século XIX, empreendeu uma viagem de exploração pelo interior de Angola, destinada ao estabelecimento e assinatura de protocolos com os povos de Malanje à Lunda e que se realizou entre 1884 e 1887. Uma primeira abordagem dos textos deste viajante português dentro dos princípios da teoria do texto, em busca da sua literariedade, da qual resultou uma dissertação de mestrado, obrigou a deixar de lado um repositório de informações sobre a história de sociedades referidas. Assim procurou-se, agora, estudar as sociedades lunda e cokwe (quioca na etnografia colonial), seus desenvolvimentos internos e suas reacções ao modelo de exploração mineiro em marcha desde 1907. Uma grande parte do esforço foi mobilizado em torno da investigação dos fenómenos culturais do fazer e refazer de identidades para permitir a compreensão das diferenças sociais, políticas, económicas e outras assumidas por estes povos e sobre eles projectada, durante um período histórico que se alarga ao século XIX e se fixa com mais detalhe nas primeiras décadas do século XX., com a descoberta dos primeiros diamantes e a modificação profunda dos vários actores das sociedades em presença, facto que se apresenta consolidado na década de quarenta do século XIX. Procurou-se seguir e dar conta das diferentes manifestações que assumiram estas sociedades enquanto entidades autónomas e suas originalidades na produção do político, do económico e social. O trabalho segue as transformações do antigo Império Lunda, designação que a historiografia consagra e discute) importante para a compreensão da maioria das sociedades históricas da África Central antes e depois da colonização. Três impérios coloniais traçaram fronteiras, modos de exploração e assimilação sobre sociedades que se reclamam de uma origem mítica comum. Reconhece-se que a produção do conhecimento se faz do cruzamento de múltiplas fontes e por isso se fez recurso da história oral na busca dos traços mais importantes do passado distante e da relação que cada indivíduo estabelece com a ideia de império, fronteira, poder

colonial. Socorremo-nos do suporte teórico de várias disciplinas para percorrer o caminho da história, da memória e das formulações identitárias que constituem suporte e referência para a maioria dos entrevistados.

Foi difícil convencer os amigos de que se tratava de um trabalho de investigação sobre a antiga história da Lunda e dos seus povos e não uma súbita mudança de vida e ideais, com a entrada no mundo e no círculo dos diamantes, vulgarmente designado “camanga”. Embora conhecendo um curriculum antigo, construído nos arquivos, na pesquisa de terreno noutras regiões de Angola, os actuais pedidos de tecidos, missangas, aguardente levantavam algumas suspeitas. Parecia-lhes que o discurso, todo articulado em torno da produção do conhecimento, da ciência como lugar de poder, das tensões e violência entre memória e história, escondia uma súbita mudança de vida, uma escolha, enfim, de um caminho para a sobrevivência, que se traduziria num livro de viagens, um ou outro poema e, talvez, o diamante da salvação. Todos, sabendo de uma certa incapacidade para o negócio, alinhavaram os conselhos da salvação “que pensasse bem, que o país estava em guerra, que a Lunda era difícil e tal”. Olhando o plano, então apenas esboçado, tudo parecia não fazer muito sentido, face à argumentação apresentada. Onde estava inscrito trabalho de campo, olhar o território, reconstruir a história, encontrar as vozes, os amigos liam garimpo, minas, conflito de interesses, impossibilidades. A Lunda deixara de significar um mítico antigo império, importante para a história antiga e moderna de Angola, para passar a ser o correspondente angolano da serra pelada brasileira, uma espécie de leste longínquo e perdido, sem lei, uma imagem de terra vermelha, ocupada ao milímetro por quem arriscava a vida em busca da pedra da salvação.

Não fazia, assim, sentido ajudar alguém a perder-se num mundo que exigia juventude, força, algumas alianças políticas e um suporte económico maior do que os dólares pedidos e as virtualhas da lista apresentada. A amizade venceu e, apesar dos sorrisos mais ou menos condescendentes, as ofertas começaram a surgir e permitiram uma primeira viagem ao Dundo, Lunda-Norte, Angola em Julho de 2001. Começou então o segundo combate entre os fantasmas pessoais, a particular visão do mundo

através de um museu, com a sua imponência e grandiosidade das colecções e a realidade feita de ausências, oscilante entre a vida que continuava e a memória de um tempo historicamente sedimentado na memória colectiva, como o tempo das origens, herança comum de diversas sociedades, ali nascidas, ou para ali trazidas pelos imperativos da diáspora. Do Dundo, não se avistavam as minas, nem os montes de estéril (começava a entrar numa linguagem cifrada, feita de jargão, resultante do trabalho com os diamantes), a demarcar as regiões esgotadas pelo trabalho dos contratados. O Dundo continuava a ser um centro verde, com ruas alinhadas geometricamente, casas de tijolo vermelho, com acácias vermelhas em última floração e mangueiras carregadas de mangas. Era impossível não lembrar um texto de Gilberto Freyre, escrito em 1951:

A sede da Companhia de Diamantes no Dundo recebe-nos com luzes que parecem de noite de festa; mas que não são de toda ou qualquer noite. É sempre noite de festa no Dundo, pelo contraste das suas muitas luzes com o escuro das matas e das próprias aldeias africanas. As suas luzes iluminam sofisticados jardins: formas civilizadas de um conjunto de vegetação tropical domesticada por mãos que sentimos desde o primeiro contacto não serem de portugueses mas de outros europeus. Iluminam também casas de tijolo vermelho que me dão a impressão de estar nos Estados Unidos: na Califórnia. Lembro-me dos meus dias de professor na Universidade de Stanford: conheci então várias pequenas cidades que à noite eram quase iguais a esta. A mesma cenografia tropical. Mas só a cenografia. No ar, no ambiente, no próprio clima, alguma coisa de inconfundivelmente anti tropical que dominasse a natureza, esmagando-lhe a espontaneidade, sujeitando-a a alguma coisa de puritano e até de policialmente higiénico, aproveitando dela só o pitoresco e a superfície.³

Muita coisa tinha mudado, entretanto, e era preciso descobrir a verdade para lá desta inscrição no espaço de uma quadrícula de casas, ruas e jardins. Era preciso forçar o olhar a ultrapassar a festa (cumpriam-se vinte e três anos da divisão do território da Lunda em duas províncias — Dec. nº 84/78 de 4 de Julho de 1978—, e um programa de celebrações tinha lugar) para encontrar as pessoas. Ouvir e perceber as diferenças, era a tarefa que se oferecia. Não era possível, desde logo, saber como reorientar os propósitos mas, entre o silêncio e o ruído, muita história estava por contar.

³ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, p. 350.

Situado junto ao aeroporto, o mercado parecia fornecer as chaves para um novo entendimento da situação, com as suas bancas servidas por profissionais do comércio. Havia de tudo, dos pneus às casas de câmbio, aos bares e restaurantes. A língua franca era *ucokwe*, embora se pudesse ouvir português, francês e *lingala*. As histórias rolavam e logo ali surgiu a informação sobre os inúmeros casos de suicídio entre as mulheres, as razões pelas quais o Dundo tinha sempre escapado à guerra e as cautelas que deviam nortear o trabalho. Ofereceram as histórias e indicaram pistas para chegar aos historiadores, os guardiões da palavra, os que tinham ouvido os Antigos. Todos tinham amigos e se dispunham a ajudar.

Episódios recentes, ligados com a morte do *Mwant Cisengue* (título político de referência maior para os *tucokwe*, como veremos ao longo deste trabalho) José Satami, deputado da Assembleia do Povo (1975-1991) e da Assembleia Nacional e com a problemática da sucessão tornaram toda a gente desconfiada em relação a estrangeiros de máquina fotográfica a tiracolo e caderno de notas na mão. A televisão (Televisão Pública de Angola, programa *Janela Aberta* de 28 de Junho de 2001), entrevistando um dos candidatos à sucessão e deixando outro por conhecer, tinha relançado o problema das legitimidades, que permanecia por resolver, na confiança dos amigos do mercado. As questões do poder e do seu exercício tinham assumido uma grande importância. Ignorá-las, para passar mais directamente às questões sobre as minas, o trabalho, a memória, seria pôr em risco todas as possibilidades de trabalho. Era preferível escutar tudo, gravar tudo e partir do presente para o passado que se sonhava abordar.

Uma entrevista na rádio local, traduzida em simultâneo em *urund* e *ucokwe*, obteve resultados inesperados, uma vez que, no dia seguinte, várias pessoas se apresentaram no museu, dispostas a falar, discutir e ser gravadas. Havia empresa e o tempo desde logo se revelava escasso. O museu transformou-se no espaço de palco para permitir a história nas suas múltiplas representações. O esquema das entrevistas, rigorosamente traçado a partir das orientações dos especialistas, cedia às histórias de vida, às aflições do quotidiano, ao tempo narrado com as necessárias flutuações cronológicas. Novas sequências temáticas sobre a história da Lunda apareciam a ligar os fundamentos da antiga mitologia da fundação e organização. Tratava-se de livrar

do esquecimento, num esforço de actualização, as antigas narrativas esboçadas sobre aporias do tempo. Aprendia-se a lição sobre a permanente mudança da tradição, da sua capacidade de se adequar às novas formas de contar. A História não estava encerrada no passado, reproduzia-se no presente, em episódios fragmentados, que faziam sentido nas novas lógicas de legitimação e de afirmação do eu, enquanto depositário da informação sobre a importância da palavra.

Nos anos seguintes (2002 e 2003), o trabalho pode ser alargado. O fim da guerra civil permitiu sair do museu e do Dundo, para surpreender os informantes nas suas aldeias, nas casas, nas tarefas do quotidiano. Nos bairros periféricos do Dundo (Bairro Filipe, Fortuna; Swatchindongo; Samacaca; Muandanji; Combóio; Kamatundo), foram feitas as primeiras experiências, falando com os seus responsáveis e com os habitantes.

Além da entrevista individual foi tentada como método de trabalho a reunião entre os principais chefes dos bairros periféricos da localidade do Dundo. Compareceram os sobas Combóio (75 anos, entrevistado em 2000 e 2001; o soba Fortuna, 41 anos e recentemente empossado; regedor⁴ Satxindongo, 79 anos (entrevistado em 2001), soba Serafim Muahela, 63 anos (entrevistado em 2002); Soba Samakaka, 78 anos (presente em muitas das fotografias da antiga Companhia de Diamantes vistas nos diferentes arquivos), entrevistado em 2001 e 2002; soba Ritenda, 45 anos, de origem *arwund*, neto de Ritenda, cujas fotografias integravam a “galeria dos sobas” no antigo Museu do Dundo; Regedor Nashiri, 50 anos; Soba Kaúka, 70 anos.

Esta experiência revelou-se muito importante sobre o que se deve e o que não se deve fazer em trabalho de campo. A entrevista de grupo põe problemas particulares de metodologia a ter em conta em experiências posteriores. A discussão em torno do conceito de terra (*ixi*) levou-os a pedir que desligasse o gravador, situação que viria a repetir-se durante vários momentos do encontro. Queriam e conseguiram um claro controlo da situação e só responderam com alguma minúcia às questões das origens e do passado mítico. Algumas dúvidas se nos puseram sobre como e onde usar este tipo de entrevista colectiva.

⁴ As designações aqui usadas respeitam as que os entrevistados se atribuem a si próprios, uma vez que os actuais estudos e a comunicação social usam arbitrariamente os nomes das posições titulares.

As provações tornaram-se maiores, dada a impossibilidade de transcrever, de imediato, a massa de informação recolhida. A experiência provou que muito se perde transcrevendo à letra os intérpretes, pois estes escolhem do discurso apenas o que lhes interessa, saltam informação preciosa, acrescentam novas ligações para adoçar a história.

O museu do Dundo foi escolhido, por alguns dos contactados, como local de referência para os encontros e as entrevistas. Alguns dos actuais portadores de títulos políticos acordaram, no entanto, ser entrevistados nos seus locais de residência.

O trabalho desenvolveu-se com os depoimentos dos trabalhadores do Museu e de algumas autoridades. Informações sobre a organização dos espaços; a importância da Diamang na modificação dos hábitos de vida das populações, o comércio caravaneiro, especialmente aquele que se organizou em torno da borracha, foram conseguidas. Atenção especial foi dada, pelos informantes, às relações entre a Diamang e as autoridades portuguesas e entre estas e as autoridades tradicionais. As questões relacionadas com o trabalho contratado e pagamento de impostos surgiram naturalmente. Os relatos sobre o trabalho nas minas foram particularmente vívidos, constituindo bons exemplos da reconstituição do quotidiano (origens dos trabalhadores, condições dos contratos, horário de trabalho, alimentação, obrigações, trabalho com as pás e vagonetas nas minas e o trabalho mais especializado das estações de escolha, assistência médica, escola, ascensão social, lazer, relações com a Igreja).

Os depoimentos são estruturalmente diferentes, na medida em que cada entrevistado mantém, com o passado, uma relação particular, que lhe permite sublinhar a sobrevivência de um passado mítico (mitos de fundação, alianças, migrações) ou de se centrar mais sobre as questões do passado colonial, com as suas marcas, as resistências, os heróis e as minas.

O passado mais recente, marcado pela guerra, também surge, criando problemas acrescidos, pela forma como muitas vezes actua na maneira de resgatar a memória e interfere com passados mais longínquos.

O alargamento do espaço foi fulcral para o confronto com as sucessivas mudanças, com a formulação e reformulação de identidades. Antigos caçadores, apicultores, agricultores e comerciantes, agora no garimpo, operários da fábrica do arroz, convertidos ao plantio da mandioca e ao projecto de redescobrir os antigos trilhos da borracha, para encontrar um novo modo de vida, eram a exacta medida de várias sociedades em mudança. O trabalho seguiu as transformações, a um tempo vítima e tributário das mesmas. Na análise de todos os processos, procuraram-se sempre os homens e as sociedades. A compreensão da natureza das relações políticas, da sua expansão e ligações (duplas e triplas relações) passou por seguir a rede dos complexos processos da sua formação e crescimento, fora e dentro da moldura rígida do parentesco e dos modelos da Companhia de diamantes.

Este é um trabalho sobre memória, identidade e representações, que seguiu os caminhos particulares de algumas sociedades sujeitas a processos violentos de mudança. No século XIX, tinham-se completado algumas mudanças internas e, no século XX, o ciclo dos diamantes e as questões do trabalho inscreveram, na memória colectiva, os sinais de uma mudança sempre chamada para explicar os vazios e as mudanças do presente. Trata-se de uma tentativa de lidar com a memória e com a identidade, numa perspectiva histórica, enquanto processo de reelaboração de referências culturais e de produção e reprodução do poder.

Cartografia do Texto

O trabalho não segue uma sociedade particular, nem aborda as várias sociedades dentro da moldura rígida da etnização dos grupos, criadas e ligadas a um espaço durante o tempo colonial. Ligado a um espaço, segue percursos de sociedades sob o governo e a ordem colonial, destacando o tempo do nascimento e desenvolvimento de uma grande empresa de extracção mineira. Numa tentativa de olhar todos os processos, percorre e aborda aspectos das sociedades em presença, da sua história, do nascimento, desenvolvimento e transformação das instituições políticas sociais e mentais. A compreensão da natureza das relações e da sua expansão (duplas, triplas

relações entre povos, instituições, crenças, relações de estado) tenta tornear o complexo Lunda-Cokwe, sugerido nas abordagens coloniais e presente no discurso oficial e oficializado do estado e seus agentes na pós-colonialidade. Uma especial gramática do território foi sugerida pelo trabalho com os habitantes da região angolana, por decreto dividida em duas províncias e administrada até à comuna⁵, dando indicações e sinais para uma apropriação da história com os seus fantasmas reais e imaginários. São assim vários trabalhos de história que se tentam construir em torno de povos sujeitos à reelaboração de uma memória que acolhe vários passados: pré-colonial, colonial e um presente pós-colonial. O trabalho começou com a exploração de vários arquivos e é por isso ao mesmo tempo beneficiário e vítima dessa escolha. O Arquivo Histórico Nacional de Angola num extenso núcleo (mais de duzentas caixas), códices e periódicos forneceu uma ideia das complexas relações administrativas e militares entre o interior e a então colónia de Angola, as fórmulas de circulação e os interditos entre dois mundos que mal se conheciam. Vale dizer que este Arquivo, pela abundância dos seus materiais, permite reconstituir a história colonial seus avanços e recuos, reconhecimento do espaço, fórmulas do exercício do poder e o enunciado dos conceitos de demarcação, fronteira, ocupação, teoria e prática. Para a Lunda (entendida pelas autoridades portuguesas como um vasto território a conhecer), depois do comércio de escravos, marfim e borracha existiram vários projectos de ocupação colonial, todos centrados na agricultura e seu desenvolvimento. Sendo os exemplos mais desenvolvidos os apresentados por Henrique de Carvalho, proposto após o término do seu mandato como governador da Lunda em 1898, e o de Henrique Paiva Couceiro (governador de Angola entre 1907 e 1909), esboçado em *Angola dous Annos de Governo*⁶ intitulado “Projecto de Fomento Geral de Angola em 1931”⁷.

⁵ A divisão político-administrativa de Angola inclui as povoações (nas áreas rurais) e os bairros (nas áreas urbanas) como subdivisões das comunas. Nos termos da Lei Constitucional aprovada em 1992, o funcionamento das povoações e dos bairros deveria obedecer a legislação específica que, entretanto, nunca foi aprovada. Por tal razão, e pela pouca importância conferida pelo poder de Estado a esta subdivisão administrativa a designação “regedoria”, do tempo colonial, ainda é usada pelas pessoas, principalmente no Uíje e na Lunda Sul, em vez de “povoação”, terminologia oficial.

⁶ Henrique de Paiva Couceiro, *Angola Dous Annos de Governo*, Lisboa, Editora A Nacional, 1910 especialmente “Secção 1ª, II- Idem do districto da Lunda, pp.41-51.

⁷ AHU; Separata da *Revista Portugal Colonial*, 1931.

O arquivo da Companhia de Diamantes, Diamang, foi repartido por várias instituições universitárias e museológicas, tendo uma parte substancial ficado em Lisboa à guarda da S.P.E. – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SA. Um dado importante é saber que a Companhia conservou uma quinta em Janas (Sintra) um pavilhão com o seu arquivo morto. Problemas complexos relacionados com a nacionalização da empresa e a sua posterior transformação numa empresa ligada ao Instituto de Participações Empresariais e tornaram obrigatória a venda de alguns bens da empresa entre os quais a quinta de Janas. O Arquivo foi partido em várias unidades⁸ e dividido por várias instituições portuguesas.

Coimbra, mais concretamente o Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e o Museu de Etnografia da mesma instituição tornaram-se depositários de um acervo documental, bibliográfico e museológico único e de extraordinária importância para o estudo dos povos lunda e cokwe e da sua história durante um período significativo do colonialismo português. Em duas deslocações a Coimbra foi possível consultar, transcrever e fotocopiar documentação relativa à história da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang, sua evolução no tempo e no espaço, suas relações com as populações locais e seu papel na modificação das estruturas políticas, hábitos de vida e de trabalho durante mais de cinquenta anos.

Em Braga: à guarda da Casa Museu Nogueira da Silva ficou uma parte do Arquivo fotográfico da Companhia (Diamang) constituído por algumas centenas de positivos, igual ou superior número de negativos e ainda material fotográfico mais antigo, guardado noutro tipo de suporte. Graças à gentileza dos responsáveis do Museu, foi possível ficar gratuitamente alojada nas Instalações da Casa Museu e durante duas semanas trabalhar o espólio. Trata-se de um núcleo todo organizado segundo nós temáticos que devolvem a vida da companhia e das suas principais actividades. A lógica da cronologia não organiza os diferentes álbuns, há casos de falta de datas e de identificação precisa de locais. Mas ainda assim foi possível progredir no sentido da história e reconstruir uma cronologia aproximada e a restauração de um modelo

⁸ Informações de Jill Dias, Bernardo Reis (Director Geral da Diamang já depois da Independência de Angola, autor de vasta bibliografia sobre a geologia das regiões Lunda e por nós entrevistado em 14-04-05, na sua residência em Braga) e Costa Oliveira, Secretário Provincial da Economia de Angola entre 1965 e 1970 e, autor de numerosa bibliografia sobre assuntos económicos relativa a Angola, Moçambique e S.Tomé e Príncipe.

colonial próximo das companhias belgas vizinhas da Diamang e com as quais esta partilhou conhecimento e métodos de trabalho. Convém acrescentar que este arquivo permanece por estudar e em consequência está ainda por estabelecer a forma como grandes companhias de exploração organizaram a sua história utilizando a fotografia como testemunho e critério de verdade. A maioria do material fotográfico ligado à prospecção não faz parte do acervo da Casa Museu Nogueira da Silva, mas a abundância e qualidade dos núcleos estudados obrigou a retomar uma questão fulcral das ciências sociais, os protocolos entre a realidade e a imagem e o impacto desta sobre a construção e o uso político do passado.

A busca implicava uma estratégia em busca dos modelos, para estudar as práticas coloniais, tendo em conta que a história da região à medida que se estreitava a cronologia punha uma interrogação teórica sobre a construção do método de exploração mineira e sua filiação numa empresa mais vasta, simétrica à implantação de outros sistemas de exploração mineira iniciados no Estado Independente do Congo, depois Congo Belga e actualmente Republica Democrática do Congo.

Embora as primeiras experiências africanas com a exploração dos diamantes fossem sul-africanas, tudo levava a eleger, dada a proximidade do “Bloco Colonial Belga”⁹, e o facto das primeiras prospecções em território angolano terem sido levadas a cabo por geólogos ao serviço das Companhias Belgas, Bruxelas e os Archives Générales du Royaume, bem como os Archives du Ministère des Affaires Étrangères du Commerce extérieur et de la Cooperation Internationale, onde estão alojados os Archives Africaines. A complexidade dos núcleos encontrados nos Archives du Royaume e a sua importância para situar as empresas belgas, suas relações com o estado e com a igreja levaram a uma inventariação e estudo rigorosos destes núcleos que permitiram seguir a irrupção do modelo colonial em territórios vizinhos de Angola. Infelizmente o mesmo não pode fazer-se com a Secção Africana dos Archives du Ministère des Affaires Étrangères. Desse desequilíbrio se ressentiu o trabalho, embora as escolhas feitas num e noutro lado nos permitissem seguir as relações sinuosas, ambíguas da implantação dos processos coloniais.

⁹ Conceito em Jean-Luc Vellut, “Les Bassins Minières de l’Ancien Congo Belge”, p. 12 e passim.

Um dos nossos entrevistados conta assim o acontecimento:

É por isso e até chamaram província da Lunda e isso é questionável. Os Lunda são minoritários quem deu o nome de Lunda foi Henrique Dias de Carvalho. Naquela altura o Muatiânvua tinha um poder extraordinário, dominava todos os povos. Em função disso deram o nome de Lunda. As Lundas são o império Lunda. Não existe uma província Lunda¹¹. Felizardo Gourgel, entrevista de 18-11.02

Morfologicamente, pertence à bacia do rio Kongo, representando o seu prolongamento geomorfológico natural e alonga-se por um extenso território, amplamente drenado por rios, situação notada e sublinhada pelos viajantes europeus e africanos que, desde o século XVIII, visitaram a região, e inscrita na forma como os actuais habitantes designam as diferentes situações de relevo e hidrografia. O mais importante, pelo seu peculiar modelado, é o rio Kasai (Kásàyi, o nome que os *tucokwe* atribuem à parte inicial do curso do rio, sendo a designação sinónima de origem, nascente)¹², um dos maiores tributários do rio Kongo. Junto desses rios, evidências de ocupação muito antiga (em alguns casos acheulense) foram encontradas, durante a prospecção diamantífera. A observação e os dados disponíveis obrigam a pensar que o abate sistemático e a queimada¹³ praticada, desde tempos imemoriais (antes do uso sistemático do ferro até aos nossos dias), mudaram, de maneira drástica, a paisagem da Lunda e da região do Baixo-Kongo, a que pertence. A floresta ficou mais ou menos restrita às zonas junto aos rios — floresta galeria, e a lugares abrigados nas escarpas dos planaltos. Nesta zona, em geral, a rocha mãe está

¹¹ Entrevista de Felizardo Gourgel, delegado provincial da Educação e Cultura na Lunda-Norte em 18-11-02, 1ª entrevista.

¹² Vide Glossário. A partir do Kasai Jan Vansina considera “um primeiro sistema do Kasai”, conjunto de pessoas a viver numa *bula* (povoação, a casa própria), ligadas pela ideologia do parentesco ou por clientelismo (*shiloolo*, “cliente”) em relação ao chefe ou líder, *Mufumu*, sistema esse que teria florescido na região antes do séc. XVI, Vansina, *Government*, p. 6.

¹³ Queimada- considerada, ainda nos nossos dias, uma instituição entre os entrevistados de origem Cokwe. Decidida em *Cota* (lê-se Tchota- assembleia e lugar de reunião) com a presença das principais autoridades inicia o período da caça durante a época de cacimbo, a estação seca. A exploração de carvão passou a ser fonte de rendimento importante depois do início da guerra, depois de 1975 tornando-se um problema ecológico de acentuada gravidade, visível em todas as zonas estudadas. Vide para queimada e *Cota* o Glossário.

coberta por extensos depósitos de areia de várias idades diferentes. É a extensão das areias do Kalahari, responsáveis aqui pelo aparecimento de calcário, grés, grés polimorfo, material eleito como matéria-prima para a construção dos artefactos dos primeiros habitantes da região lunda:

Durante o terciário, em condições especiais de aridez, depositou-se o Sistema do Kalahari, extenso e permanente manto de cobertura em todo o distrito. É uma unidade decisiva nos aspectos morfológicos e pedológicos da Lunda, coroando os interflúvios, abaulados e doces, do sector NE (areias argilosas, ocres) ou povoando toda a zona centro e parte da zona sul¹⁴.

A história do homem, nos tempos pré-históricos, na bacia do Kongo está, assim, relacionada com as mudanças ecológicas e as flutuações climáticas provocadas pela redistribuição das areias vermelhas do Kalahari, extenso e permanente manto de cobertura, que reveste toda a região e se depositou, durante o Terciário, em condições especiais de aridez.

A vasta e circular bacia do rio Kongo, que a Lunda integra na aba sul, estende-se por mais de quatro milhões de quilómetros quadrados, ocupando uma grande parte da África equatorial. Constitui uma região nuclear do centro deste continente, por ser um sítio de recursos naturais (água e alimentos) quase ilimitados. Uma grande influência sobre os acontecimentos da História de África, desde os tempos pré-históricos, está relacionada com esta bacia, cujas fronteiras naturais são as muito distantes origens dos rios, cujos leitos drenam a bacia. A Lunda integra-se neste sistema Kongo, mas as regiões, em que se divide o sistema em causa, são ecologicamente muito diferenciadas e, como tal, as culturas em presença, desde a Pré-História, também apresentam significativas variações. A rede hidrográfica, orientada, devido às questões de relevo, de sul para norte, é muito intensa e de regime permanente, com pequenas variações, mesmo durante a estação seca. Duas épocas, distintas em relação à pluviosidade e humidade, dividem o ano: a estação das chuvas (Outubro a Abril) e a

¹⁴ Pinto de Moura, *Estrutura Física*, p. 6. O Conceito Areias redistribuídas do Kalahari foi definido e aceite pela comunidade científica no 3º Congresso Pan-Africano de Pré-História, ocorrido em Livingstone em 1955. A discussão sobre terminologia culminaria com as primeiras adopções e rejeições em relação à terminologia convencional. Ver a este propósito Peter Robertshaw (ed.) *A History of African Archaeology*. Na mesma obra a síntese de De Maret, "Phases & Fácies In The Archaeology of Central África", é crucial para perceber a história e a evolução da pesquisa arqueológica de uma parte do continente importante para a região em estudo

estação seca, ou cacimbo (de Junho a Agosto), com dois máximos de precipitação registados nos meses de Março e Novembro e dois mínimos, um muito amplo e acentuado, correspondente à estiagem e outro mais curto, que os tucokwe designam “pequeno cacimbo”¹⁵.

Não parecem existir dúvidas sobre a ocorrência de diferenças económicas baseadas no meio ambiente, com influência marcada na definição de padrões culturais nos tempos mais antigos desta região angolana. Com as modificações climáticas, ocorridas durante o Quaternário, a vida das populações alterou-se significativamente. Os materiais foram sendo reunidos e levados para a Europa pelos viajantes que, durante o século XIX, visitaram a região.

A Arqueologia, sistematicamente abordada durante a exploração diamantífera¹⁶, trouxe alguma evidência sobre as sociedades antigas e a forma como aqui se organizaram. Não parecem existir dúvidas sobre a ocorrência de diferentes economias baseadas no meio ambiente, com influência marcada na definição de padrões de distribuição cultural, nos tempos mais antigos. A Lunda integra um dos sistemas ecológicos topograficamente limitado pelas bacias do Zambeze e Kongo, a “Zona Sudoeste”, assim designada por Desmond Clarck que, em campanhas de 1962 e 1963, descreveu, de forma sistemática, as sequências estratigráficas da região, bem como as indústrias arqueológicas encontradas nos diferentes sítios escavados. A ocupação antiga do território, anterior ao Pleistoceno recente, mereceu a atenção de vários especialistas, como Jean Janmart em 1946¹⁷, Leakey em 1949 e Henri Breuil em 1950. A Desmond Clarck se deve o seu estudo aprofundado e em sequência. Para os locais da Idade do Ferro estudados, foi mesmo possível estabelecer datas (1º milénio

¹⁵ Consultados os Relatórios anuais da Província da Lunda – Norte (2004; 2005) verificamos que não há dados para actualização desta informação. Os dados de que dispomos são de bibliografia e documentação mais antiga. Ver Pinto de Moura, cit., p. 14 e seguintes.

¹⁶ “A área diamantífera do nordeste da Lunda está situada do ponto de vista geográfico, entre os paralelos 7º 10’ e 9º 00’ Sul e entre os meridianos 20º 00’ e 21º 50’ Este de Greenwich, aproximadamente”, A. Monforte, *O Diamante em Angola*, I, p.1. V. a título de exemplo as *Publicações Culturais* nºs, 1, 5, 20, 62, 78.

¹⁷ Jean Janmart é um dos primeiros cientistas contratados pela Companhia de Diamantes para organizar uma política de “ocupação científica”. O caderno nº 1 das *Publicações Culturais da Diamang* publicado em 1947 é o resultado do seu trabalho de campo: *Stations Pré-historiques de L’Angola du Nord-est*. Nove números das publicações culturais da Diamang são dedicados à Arqueologia.

da nossa era) e provar a introdução da cultura do sorgo e painço¹⁸. A terminologia, Idade do Ferro Antiga e Recente, para distinguir locais com produção anterior ou posterior ao ano mil da nossa era, continuou a ser usada¹⁹.

Mesmo não sendo possível estabelecer com critério uma carta arqueológica da região, podemos seguir os sinais de sedentarização e as suas evidências no território, a partir dos materiais encontrados em Marhura (cerâmica, carvão e utensilagem variada), Ricoco II, abrigo sobre rocha, a 11 quilómetros a este do Dundo (madeira carbonizada, cerâmica e escória de ferro). No Dundo, junto à actual da fronteira com a Republica Democrática do Congo, foram encontrados vestígios cerâmicos, diferentes de todos os outros encontrados em solo angolano, o que permitiu a Clark (1968) falar de uma *Dundo Ware*, que ele aproximou de restos cerâmicos datados da Idade do Ferro antigo do *Copperbelt* da Zâmbia²⁰. A recolha da tradição oral, feita de forma sistemática a partir dos anos quarenta do século XX, revelou-se prática importante para compreender a história da metalurgia e sua importância para a região²¹. Os mitos de fundação, importantes para as origens primeiras das organizações sociais desta região africana, reportam o ferro e as ligações do poder a uma simbólica da mineração. Todas as versões da criação estudadas remetem para a posse de um conjunto de insígnias, entre as quais o *rubemb* (*lubembe*), ou duplo sino de ferro, guardadas na caverna inicial²², episódio narrativo ligado à fundação e criação do universo de todas as formações sociais da África Central e que narra o aparecimento do casal inicial.²³

¹⁸ V. Desmond Clark, *Further Paleo- Anthropological Studies In Northern Lunda*, esp. pp. 165- 196. Num trabalho mais recente Jan Vansina relaciona a introdução destas culturas com as evidências linguísticas, sobretudo as do “Bloco Kwanza”. Ver *How Societies are Born*, p. 75.

¹⁹ Ver crítica e abordagem em De Maret, *Fouilles Archeologiques...*, p. 11, 12.

²⁰ Ver Clark, *Subsídios*, p.192; Vicente Martins, “A Idade dos Metais na Lunda”, pp. 30-35 e De Maret, “The Iron Age”, p.85

²¹ Pode dizer-se que a região foi importante para as abordagens das sociedades mais antigas e recurso sistemático à tradição oral. Passada a fase da recolha ocasional e aleatória procurou sistematizar-se o conhecimento ligando informações antigas de viajantes (ver como e por exemplo Capello e Ivens, *De Benguela às Terras do Iaca*, I, p. 165, referem, quando em terras de Ndumba ya Tembo no “Thiboco” “uma cruz de cobre, que disse ter-lhe sido oferecida por Cha-Nama do Tenga, hoje Muata- Ianvo no estado”.

²² A insígnia do poder designada *rubemb* em *urund*. Ver Manuela Palmeirim, *Of Alien Kings and Perpetual Kin...*, p.22 e estampa nº 1. Noutras línguas bantu a designação é *lubemb* ou *lubembe* na sua forma portuguesa. Ver Hoover, *The Seduction...*, p.574. Ver Glossário.

²³ Vansina, “Introduction à L’Ethnographie do Congo”, p. 175, considera a caverna como um sítio mesolítico o que alarga a cronologia das origens para um tempo antes da introdução da tecnologia do ferro..

1.2-A construção dos textos

A história da África Central constituiu um exemplo e forneceu possibilidades à renovação da própria história de África, podendo situar-se, como muitos dos seus especialistas, “o grau zero” do discurso sobre a interpretação dos acontecimentos fundadores mais ou menos em 1920²⁴, embora a sua recolha faça parte de um conjunto de documentos de natureza diversa (as fontes escritas portuguesas e as fontes orais e escritas africanas). O estabelecimento dos pressupostos metodológicos, da aplicação e renovação da teoria, beneficia largamente da discussão que se foi fazendo a partir dessa época. Os africanos são chamados a depor sobre a posse da terra, o casamento, o trabalho, ao mesmo tempo que a disciplina da História ganhava proeminência entre todas as disciplinas que tomaram África como assunto de interesse. Esse foi ainda um tempo de construção de poderosos mitos sobre a História e as outras Ciências Sociais. Wyatt MacGaffey situa, entre 1880 e 1857, o aparecimento e desenvolvimento desses mitos, especialmente os referentes às origens hamíticas de alguns invasores:

Once upon a time (ca 1880-1957), the diversity of African cultures was explained by the effect on an indigenous Negro population of successive waves of Hamitic invaders from northeast. This story is now dismissed as myth, although remnants of it — the ideological jigsaw of imperialism— are still to be found in encyclopedias and the world wide web ²⁵.

Desde os anos sessenta do século XX, uma discussão teve lugar sobre as distintas e complexas modificações que se operaram na África Central, processos complexos de adaptação activa de grupo, instituições cuja cronologia começava a ser sucessivamente demonstrada (para logo ser negada e estabelecida de novo)²⁶, e que se mostravam resistentes à erosão do tempo, abertas à apropriação de elementos novos,

²⁴ V. Y. Mudimbe, *The Idea...*, p. xiii; Balandier em *Anthropologie Politique*, p.14 fala da elaboração, depois de 1920, de “une anthropologie politique différenciée, explicite e non plus implicite”.

²⁵ V. MacGaffey, “Crossing The River: Myth and Movement In Central África”, p. 1.

²⁶ Principais cronologias para as diferentes sociedades em estudo em Capello e Ivens (1877-1880); Max Buchner (1880- 1881); Henrique de Carvalho (1884-1887); Leon Duysters (1925-1927); Daniel Biebuyck (1957); Discussão e crítica em Vellut (1972); Hoover (1978); Thorthon (1981), Vansina (1998).

esquecidas durante um tempo para, uma vez recuperadas, passarem a representar e ter significado no quotidiano de populações, indivíduos, formações sociais, cuja memória histórica tinha sobrevivido às rasuras de outras memórias históricas de povos conquistadores, ao confronto com a dominação colonial, às imposições ideológicas do pós-independência. Como refere Trudecke Vuyek, a “África Central constituiu o *Locus Classicus* para a discussão sobre as relações entre descendentes, residência, casamento e modo de produção”²⁷. As diferenças tornaram-se pontos de partida para a discussão sobre princípios de descendência, matrilinearidade e patrilinearidade uma vez tomados em conta os princípios e unidades básicos. Esta foi, também, por excelência, a área de investimento dos estudos históricos sobre as origens e a história dos povos que estiveram presentes nas regiões da grande bacia do rio Kongo e regiões circunvizinhas. No mesmo período do século XX, as modificações nas abordagens da história africana instituem-se contra a história colonial e o predomínio da antropologia e têm como palco principal os estudos sobre esta região e o pioneirismo de Jean Vansina que, com a publicação, em 1961, de *De La Tradition Orale*²⁸, a um tempo manifesto e declaração de método, traria, para o estudo da história africana, a tradição oral, sua recolha e análise, como lugar importante de conhecimento da história mais antiga. Trabalho seminal, nas palavras de Miller²⁹, posteriormente revisto e publicado com o título *Oral Tradition as History*³⁰, com o ganho de todo o debate crítico que se fez sobre a tradição oral enquanto história, nos grandes centros de estudo dentro e fora de África. A tradição oral institui-se como um processo e uma forma para conhecer o passado, na medida em que ele se faz presente e esteio identitário para o quotidiano de inúmeras formações sociais. O trabalho com a tradição, fundamental a partir desta altura, é seguido por um aparato crítico que, de certa forma, define o conceito como suporte para numerosos outros conceitos e interpretações e, com David Henigue, podemos afirmar que:

Apesar de todas as fraquezas o corpo das tradições orais, reais e potenciais, representa, em conjunto com a arqueologia e a linguística, quase

²⁷ Trudecke Vuyek, *Children of One Womb*, p. 4

²⁸ Vansina, *De la Tradition Orale. Essai de Méthode Historique*, Tervuren, M.R.A.C., 1961.

²⁹ Joseph Miller, *The African Past*, Preface, p. X.

³⁰ Primeira edição de 1985.

toda a história de África sub-sahariana e é fulcral para compreender o passado mais remoto, devendo o papel do historiador ser não rejeitar nenhuma das tradições orais que encontra mas trabalhar e retrabalhar com sofisticação acrescida.

Não é demais lembrar, com Louise White, a fundação da Revista *Journal Of African History*, a partir daí o lugar sensível do debate da “geração de Wisconsin” e da London School Of African Studies³¹. Os anos sessenta do século XX trouxeram, para a compreensão da história de uma parte do continente africano, o aporte teórico fundamental que permitiu uma nova leitura dos mitos, a compreensão do passado. A noção de antepassado e do seu culto é clarificada, em 1965, por Fortes, que traça, de forma clarificadora, a diferença entre culto dos mortos e culto dos antepassados³². A História apropria-se de conceitos da Antropologia (conceito de antepassado em Gluckman, em 1937) e aproxima, em rede, as origens, a legitimação, a ascendência, a descendência, a distribuição no espaço. A fronteira dos vários procedimentos metodológicos começava a ser ultrapassada, em benefício de uma melhor compreensão das origens dos diferentes mitos da sua historicização. Com Miller³³, podemos acompanhar a formação de “uma disciplina nascente, a História de África, alimentada por fontes não convencionais, como as narrativas orais, complementadas com elementos da arqueologia, botânica, linguística, etnografia e as criações artísticas”³⁴. A Arqueologia, que, desde os anos cinquenta colecionava datas para certas regiões da África Central, via confirmadas algumas das suas hipóteses, pelo recurso à tradição oral. A construção dos saberes sobre as sociedades históricas da África central fazia-se com base nas fontes orais, tendo, como objecto de estudo principal, a compreensão das sociedades pré-coloniais. É preciso destacar o papel de alguns intelectuais que, antes dos anos sessenta, procuraram informação sobre as tradições mais antigas.³⁵ A *Présence Africaine* (Revista e Editora) apareceu,

³¹ Louise White, *Voices*, p. 5. V. sobre este assunto, Jonh Thorton, “Documentos Escritos e Tradição Oral...”, *Actas do II Seminário sobre História de Angola...*, p.447.

³² Ver M. Fortes “Some Reflections on Ancestor Worship”, p. Ver Glossário, sobretudo as entradas relacionadas com *Mukulu*, *apartir do radical Kulu* presente nas línguas bantu referidas no texto. Para uma actualização da discussão e crítica ver Kopytoff, *Ancestors as Elders in Africa*, p. 1 e passim.

³³ Miller, *The African Past...* Preface, ix.

³⁴ *Idem*, *ibidem*.

³⁵ Marcel Griaule, *Dieu de L'eau, Entretiens avec Ogotemmel*.

simultaneamente, em Dakar e em Paris, em Novembro de 1947, fundada por Alioune Diop. A literatura ocupa lugar de destaque entre publicações e debates, mas a busca das evidências científicas de outros campos disciplinares constituiu propósito e corpus de um grande número de exemplares da revista³⁶.

A busca das tradições mais antigas, que permitissem um olhar sobre as sociedades antes da colonização, mobilizaram uma boa parte dos estudiosos e dos artigos publicados em França (*Cahiers d'Études Africains*³⁷), numa tentativa de treinar especialistas para ver para além do passado colonial e encontrar a história africana antes do contacto com os europeus. A Literatura e a Antropologia, e os seus peculiares campos de trabalho e investigação, constituíram modelo de referência importante nesta busca³⁸.

Muitos investigadores dedicaram à Lunda e aos estados lundanizados o corpus do seu trabalho de investigação, bem como seguiram a expansão e desenvolvimento da expansão kokwe. O uso e a inventariação de fontes escritas primárias e secundárias é perceptível e, serve aqui de exemplo, nos trabalhos de Victor Turner (1955 e 1957), Jan Vansina (1966) Joseph Miller (1969), Jean-Luc Vellut (1972), Robert Edmond Schetter (1976), Edouard Bustin (1975), J.J. Hoover (1978), John Thornton (1981), Manuela Palmeirim (1994)³⁹ bem como o recurso às fontes orais, com aproximações diferentes em todos os ensaios, permitiram sublinhar a importância das transformações ocorridas na região no passado pré-colonial e colonial. A história da região é relativamente bem conhecida a partir do século XVI data referenciada para o aparecimento das primeiras estruturas centralizadas. Um padrão de povoamento ligado à existência de pequenas chefias matrilineares e aos chefes é reconhecido para

³⁶ Ver sobre este assunto Locha Mateso, *La Littérature Africaine et sa Critique*, pp. 114 e seguintes. Vem a propósito lembrar que faziam parte do primeiro “comité de soutien” da revista nomes como Georges Balandier, Jean Paul Sartre, Albert Camus, Theodor Monot, Bernard Dadié, entre outros, Locha Mateso, *Idem*, p. 116

³⁷ O primeiro número é de Janeiro de 1960.

³⁸ O mesmo se passará alguns anos depois quando os estudos coloniais ou melhor o estudo das sociedades africanas em situação colonial passarem a ser considerados. V. Sobre este assunto Frederick Cooper, *Colonialism in Question*, p.4 e passim.

³⁹ Victor Turner, “A Lunda Love Story and its consequences” e *Schism and Continuity in an African Society*; Jan Vansina, “Introduction à l’Ethnographie du Congo”; Joseph Miller, *Poder Político e Parentesco*, Jean-Luc Vellut, *Lunda et la Frontière*, Robert Edmond Schetter, *History and Historiography*, Bustin, *Lunda under Belgian Rule*, J.J. Hoover, *The Seduction*, John Thornton, “The Chronology and Causes of the Lunda Expansion”, Manuela Palmeirim, *Of Allien Kings*.

a maioria dos locais que integraram a região Lunda nos tempos anteriores à data referida. Os complexos processos de centralização não aconteceram nem na mesma data nem em todas as regiões onde se situam povos que se reclamam de origem lunda. As variações geográficas, a densidade populacional, períodos de seca, algumas epidemias explicam a variação de processos que não podem deixar de ser levados em conta quando pensamos numa vasta região que compreende a savana num vasto arco que se estende de Angola (actual) ao Canal de Moçambique. A palavra lunda usada pelos exploradores europeus e adoptada de forma generalizada nas diferentes línguas bantu significa um conjunto de formações acabando a sua instalação por volta do século XVI da nossa era ao longo de um eixo NO-SE, numa vasta área da África Central, que segue itinerários antigos do cobre e do sal. Os lunda ligam-se por laços de parentesco reais e metafóricos ente grupos proprietários da terra.⁴⁰ Desta “primeira expansão lunda”⁴¹ resulta uma primeira formação centralizada ao longo do rio Nkalany (actual Republica Democrática do Congo), centro ritual da Lundanidade e designado ainda nos nossos dias como “as terras sagradas dos lunda”⁴². O estado actual dos conhecimentos dificulta a cronologia mas permite seguir os tempos da centralização e sofisticação do poder bem como a expansão dos seus princípios para este, ocidente e sul desse centro inicial. Uma história que se espalhou por vastas regiões da África Central e que agrega “camadas míticas”⁴³ e situações historicamente comprovadas, explica a adopção pelos Lunda das concepções do poder Luba baseadas no princípio *Bulopwe (Muropwe)*⁴⁴ ou o sangue sagrado das origens.

Questões de datas, formação de estruturas centralizadas, expansão, recuperam para a discussão as origens e complexas divisões operadas no Império Lunda e nos estados lundanizados. Todos os grupos lunda partilham um conjunto comum de tradições, ligadas às origens, ao aparecimento das primeiras instituições centralizadas

⁴⁰ Ver sobre este assunto Jean- Luc Vellut, *Questions Speciales...*, pp 23, 26, John Thorton, *The Chronology*, p. 1.

⁴¹ John Thorton, idem, ibidem

⁴² Palmeirim, *Of Alien Kings*, p. 16

⁴³ Scheter, *History and Historiography...*, pp. 35-40.

⁴⁴ Vide sobre o conceito o Glossário em anexo.

junto ao rio Nkalany⁴⁵, às ligações luba com o aparecimento de Cibinda Ilunga, às cisões que deram origem a outros estados. Cada sociedade conserva um sistema de postulados que actualizam uma história e a tornam importante para a percepção de um tempo de transformações para a região desde a primeira Idade do Ferro ao século XVIII, data em que os estados do Mwant yav estendiam a sua influência sobre uma larga região cujas fronteiras se podem encontrar para ocidente para lá do rio Kwango e para todas as regiões para onde migraram chefes portadores dos princípios do sistema lunda, a ligação à terra e à linhagem.

Uma das versões da história conta assim a primeira grande transformação para a formação social Luba:

Cerca de 1500 na região entre o lago Tanganyika e o alto Kasai, um emigrante chamado Nkongolo une as pequenas chefias de terra e funda o primeiro império Luba. Em breve um caçador chamado Mbidi chegou do leste e foi bem acolhido por Nkongolo que lhe deu em casamento as suas irmãs Bulanda e Mabela. Nkongolo, no entanto recusou aceitar as maneiras educadas do seu cunhado e depois de muitos conflitos Mbidi deixou o país. Depois da sua partida, Bulanda e Mabela deram à luz, cada uma, um filho. Kalala Ilunga filho de Bulanda e Mbidi Kiluwe ajudou o seu tio na consolidação do poder e na conquista de vários territórios. Nkongolo ciumento do nome e prestígio de Kalala Ilunga tentou matá-lo. Kalala refugiou-se no país do seu pai e regressou mais tarde com um poderoso exército. Nkongolo fugiu, mas traído pelas duas irmãs foi capturado e morto. Kalala Ilunga tomou o poder, construiu uma nova capital.⁴⁶

A tradição oral liga, em algumas regiões o mito de fundação Lunda com a epopeia luba:

Um príncipe Luba Cibinda Ilunga, deixou a corte durante o reinado de Ilunga Walefu, filho de Kalala Ilunga. Notável caçador viria a desposar Lueji, filha do chefe lunda Konde e sua herdeira, por mau comportamento dos irmãos de Luéji Cinguli (Kingury) e Cinyama. Luéji convidaria Cibinda a ensinar ao seu povo o uso do arco e as maneiras sofisticadas do reino dos seus ancestrais. Os irmãos de Luéji recusaram prestar homenagem ao recém-vindo e partiram Cinguli para ocidente e Cinyama para

⁴⁵ Nkalany- Nkalaany (Calanhi), o rio, berço da origem lunda e da lundandade. As sucessivas capitais, centros do exercício do poder Lunda foram sempre construídas no vale deste rio. Vide Glossário.

⁴⁶ Versão resumida das origens a partir de Luc de Heush, *The Drunken King*, pp.8-10

sul para uma área situada entre o alto Kasai e o Zambeze onde fundou o reino dos Lwena. Da ligação Luéji e Cibinda em algumas versões ou da ligação de Cibinda, devido à esterilidade de Luéji, com Kamonga Luhasa (descrita pela tradição como uma das aias de Luéji)⁴⁷ nasceu Ianvo (Yav a Yrung) o fundador da dinastia dos Mwant Yav.⁴⁸

A narrativa constitui-se como discurso teórico que valida uma determinada origem, a situa numa geografia concreta, numa configuração espacial (a produção do espaço), cimenta o génesis de uma determinada nação, responde a quem somos com uma simbólica que relaciona masculino e feminino numa estratégia de colonização do passado, mas também numa organização compreensível do presente. Significam uma estrutura política dinâmica. No campo da literatura oral, a organização dos mitos assenta num encadeado de factos históricos e da sua representação, até que os contornos anteriores se perdem numa nova organização.

A história e as suas variantes, a que retornaremos ao longo deste trabalho incorporam as origens, a centralização, as migrações e sobretudo a complexificação e exportação de um sistema político baseado no parentesco perpétuo e nas posições titulares. A forma *yala mwaku* (mãe das pedras⁴⁹) pode ser lida como a combinação dos títulos sénior, ou a personificação de duas ou mais pessoas e funcionar como uma ponte entre os mitos de origem e as épocas históricas propriamente ditas⁵⁰ e significar um sistema de funcionamento de um “*primus inter pares*” os entre os *Atubung* (Tubungos)⁵¹, representando os ancestrais e ligados à terra. Episódios narrativos distintos cuja cronologia é difícil de estabelecer conduzem à ligação desta velha ordem com a nova ordem que o Ianvo, o primeiro Mwant Yav criou. O sistema lunda

⁴⁷ Ou Luhasa Kamonga, Leon Duysters, “Histoire des Aluunda” p.84. Ver discussão em Miller, *Poder Político*, p. 129, nota 49.

⁴⁸ A partir de Paul Pogge, “Im Reiche des Muata-Iamvo” in Heitze *Ethnographische Aneinungen* pp.315-324, Carvalho, *Ethnographia e História*, Van den Byvang, “Notice Historique sur les Baluunda” in *Congo I*, pp. 426-430; Duysters, “Histoire des Aluunda”, pp.75-98; O Título significa “Senhor Yav”, Hoover, *The Seduction*, p. 541. Vide Glossário.

⁴⁹ “Iala Máco, mãe das pedras” Segundo Carvalho, *Ethnografia e História*, p.60. Carvalho apresenta-o como um mais velho a quem todos os chefes de povoações respeitavam. Ver tradução em Miller, *Poder Político*, p. 126, n. 40. Vide Glossário.

⁵⁰ Ver sobre este assunto Scheter, “A Propos The Drunken King”, pp.110-112

⁵¹ Tubungos, velhos muatas, segundo Carvalho, *Ethnographia*, p.72. “Eles são na sociedade Lunda, comunidade de vivos e mortos, os representantes dos antepassados em nome dos quais falam e agem”, Duysters, cit. p.77. Ver sobre o assunto Bustin, *Lunda*, p.6, Miller, *Poder Político*, p. 118.

não era só um sistema político baseado nas diferentes posições titulares mas era também um sistema económico funcional baseado na cobrança de tributos que facilitaram a integração de grupos autónomos. O Mwant Yav está ligado ao aparecimento de uma nova ordem com o surgimento de novas posições titulares, o reforço das instituições militares e a consolidação de um sistema político e económico que têm a *Musumb* (Mussumba) como centro de irradiação. Os domínios do Mwant Yav estenderam-se por uma vasta região do centro de África, controlada por funcionários *Cilool* (quilolos)⁵² encarregues de cobrar o tributo (*Mulambu*, pl. *Milambu*)⁵³. Ao primeiro Mwant Yav a tradição atribui a criação de novos títulos de corte como o de *Nswan Mulopw* (Suana Mulopo) “o segundo depois do grande chefe, o herdeiro, o representante de um chefe”⁵⁴ *Nswan Murund* (Suana Mulunda), a mãe perpétua dos Lunda o título dado a Luéji e às suas herdeiras significando a um tempo a sobrevivência de uma ordem antiga e o estabelecimento de uma aliança com ramos independentes da linha real de descendentes⁵⁵. Para a mãe biológica, a tradição lunda diz que Yav criou o título de *Rukonkish* (Lucuoquexa) o segundo em importância nos estados lunda e que inaugura uma relação de proximidade entre iguais⁵⁶. As dificuldades da cronologia não impedem os diferentes especialistas de analisar a consolidação deste sistema baseado na integração de grupos ou estados autónomos na grande rede do sistema tributário consolidado pelos diferentes Mwant Yav⁵⁷. O estudo desta formação social política e económica coloca, aos investigadores problemas teóricos complexos, um olhar para as classificações que exige a reflexão sobre problemas que articulam o parentesco perpétuo, recupera uma relação especial entre passado e significado das várias estruturas e desfaz antigos conceitos sobre a terra, o carácter divino do poder, as fronteiras do real e do metafórico.

⁵² *Cilol* (pl. *Aylol*) (quilolo) Título político que alguns especialistas consideram ter sido adoptado pelos Lunda. Ver Hoover, *The Seduction*, p.538. A sua principal função era a de cobrar os impostos. V. Palmeirim, *Of Alien*, pp. 7,15, 31 e passim. Vide Glossário.

⁵³ *Mulombo*, *Milombo*, *Múlambu*, (*múlâ:mbow*), tributo. Vide Glossário.

⁵⁴ A evidência, segundo Hoover, *The Seduction*, p.543, sugere que os Lunda adoptaram um título *Luba* com o significado de sucessor ou segundo a seguir ao rei. Vide Glossário

⁵⁵ Ver sobre este assunto Hoover, *idem*, 112 e nota 37. Desenvolvimento em Palmeirim, *Of Alien*, p. 64.

⁵⁶ Ver, Palmeirim, *cit.*, p.67. Ver Glossário.

⁵⁷ Para uma actualização das listas dos diferentes Mwant Yav vide Hoover, *The Seduction*, pp.303, 304, figuras 39 e 40.

Desde logo, a questão do império, que MacGaffey considera como uma construção europeia, necessária para a compreensão da ordem política e usada para explicar certas formações africanas que, na lógica europeia, correspondiam a uma ideia de monarquia ou império.⁵⁸ Num texto que relança a polémica sobre a história e a historiografia do interior da África Central, Vansina propõe que, em vez de Império, se designe por “Lunda Commonwealth,” uma vez que “a unidade do conjunto Lunda não passou da aceitação do Mwant Yaav como um governante superior aos outros”⁵⁹. Sustentada por uma argumentação convincente, a proposta de Vansina não resolve alguns dos problemas fundamentais, relacionados com a complexidade daquela formação política, económica e social e atira de novo a solução para uma designação moderna a Commonwealth fundada em 1949 entre o Reino Unido e as antigas colónias britânicas⁶⁰. Uma discussão sobre os conceitos “monarquia” e “império” e as concepções europeias de ordem política tem lugar em MacGaffey, “Changing representations in Central Africa History”⁶¹. Num ensaio vigoroso, MacGaffey começa por citar Vansina, quando afirma que “toda a história enquanto reconstrução do passado é evidentemente mito” para rebater muitas destas construções ligadas à visão dos europeus. A designação Lunda Commonwealth não parece resolver o problema, mas constituir uma forma de criar novos mitos para uma formação que teve várias fases de desenvolvimento e cuja sua dominação consiste em estabelecer laços entre grupos proprietários da terra dispersos por toda a zona Lunda e regiões vizinhas e por outro lado estabelecer laços através dos títulos políticos. O movimento que alguns especialistas situam em 1750 e, outros filiam em movimentos muito anteriores e que a arqueologia confirma, apareceu a oeste do Lualaba como continuação de uma expansão mais antiga.

⁵⁸ Wyatt Macgaffey, “Changing Representation...”, p.190. Ver ainda a questão do Império em Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *The Invention of Tradition*, especialmente Terence Ranger, pp. 212, 220.

⁵⁹ Vansina, “It Never Happened”..., p. 387, nota 1. Alguns especialistas adoptam o conceito mas não o incorporam nas suas línguas de trabalho. Ver Beatrix Heintze, *Max Buchners Reise...* p. 10, nota 6 e Beatrix Heintze, *Pioneiros*, 476.

⁶⁰ Vansina não explica a história do conceito, nem o seu uso ligado à história da Inglaterra desde o século XV, nem a moderna aceção resultante da Declaração dos princípios da Commonwealth da Cimeira de Singapura em 1971.

⁶¹ MacGaffey, “Changing Representations...” é a versão revista e publicada da comunicação deste especialista ao Simpósio Internacional *Angola on the Move : Transport Routes, Communication and History*, Berlim, 24-26 de Setembro de 2003. Publicação em 2008.

Olhar e tratar a história de uma parte do continente africano, que principia num mito (mito de fundação), continua com um mapa complexo de migrações e êxodos e é recuperada nas tradições de múltiplos povos, importante para a compreensão do passado mas também do presente, de países como Angola, República do Congo Democrático, Zâmbia, constitui um desafio que começa com a visita à bibliografia produzida sobre a região. Importa referir que este trabalho paga a factura da diversidade de fontes abordadas e sofre de anteriores abordagens dedicados ao estudo de fontes escritas africanas que obrigaram ao estabelecimento de uma metodologia, que agora se impõe rever para voltar à informação e às vozes africanas que se ouviam por dentro dos textos escritos por europeus. Um corpus das tradições, mitos, ritos e símbolos, costumes, permitirá reconstituir um dia as concepções do mundo, as cartas sociais e os costumes da África antiga.

O paradigma escrito versus oral, pilar fundador da historiografia ocidental, exige uma reflexão renovadora quando se torna evidente que as fontes orais permaneceram no tecido da escrita, ao mesmo tempo que os protocolos da técnica da escrita, uma vez conhecidos, passaram a enformar o território da oralidade.

As rotas da escrita, como as da oralidade, nem sempre coincidentes com as do comércio, fornecem informação sobre as sociedades do interior de África Central, sua complexidade, história e cerimonial, relações de poder, produção e transmissão do saber. Pode-se sempre olhar o passado de diferentes maneiras. A história das sociedades africanas estrutura-se sobre fontes da mais variada natureza e a busca do passado socorre-se de tudo o que a oralidade conserva e também do que a escrita fixou.

No livro *Kingdoms of Savanna*⁶², hoje um clássico da história da África Central, Jan Vansina considera cinco tipos de fontes, nas quais a história de África, mormente a da grande região designada por África Central, assenta: “Relatos escritos, tanto crónicas como material de arquivo, tradição oral, dados da arqueologia, evidência linguística e material etnográfico”. Escrito em 1966, o livro fornece a matriz teórica

⁶² Jan Vansina, *Kingdoms of Savanna*, com o significativo subtítulo, *A History of Central African States until European occupation*, publicado em 1966 e que estabelece a ruptura com as afirmações de impossibilidade da escrita da história da África Central devida à falta de fontes e dados e instituindo-se como guia para futuros trabalhos a desenvolver na e sobre a área.

de reflexão sobre o estado da questão, depois aprofundado noutros trabalhos do autor, a partir do cruzamento de informações que lhe permitiram outras formulações em torno de problemas, como a origem do estado, as migrações, as pistas dadas pelas evidências linguísticas (aprofundadas em *Paths In The Rainforests*⁶³). Num livro significativamente chamado *How Societies Are Born*, publicado em 2004, Vansina revisita as fontes e as publicações para se deter nos fenómenos ligados ao nascimento das sociedades em vastas regiões da África Central⁶⁴. Tomando boa nota da ausência de fontes escritas e orais sobre épocas tão recuadas, Vansina não deixa de sublinhar a ausência de trabalhos de História sobre épocas anteriores ao contacto dos africanos com os europeus.⁶⁵

Os mundos e os contornos míticos do antigo estado lunda constituíram o lugar de visita e construção de trabalhos em oposição à historiografia colonial, respondendo ao mesmo tempo às exigências de escutar o passado africano. A Lunda parecia oferecer, de modo privilegiado, um corpus de tradições que permitiam reconstruir o mundo mais antigo, as estratégias das relações sociais, migrações, acesso as bens de prestígio, valorização das terras e normas para o seu uso e transmissão. A História mais antiga falava de uma aliança entre títulos políticos luba e lunda. Esta sociedade era fulcral para a compreensão de vastíssimas regiões da África Central. A escassez de dados, anteriores a 1700, era compensada com a informação disponível a partir dessa altura. Ocorre dizer que as fontes escritas só foram revisitadas de forma sistemática depois de algumas cronologias e datas terem sido postas em causa pela historiografia. Exemplar a questão da partida para ocidente do título Cinguli (Kinguri) e a estadia em Luanda de um portador do título no tempo do governador português D. Manuel Pereira Forjaz (1606-1609) Ou de D. Manuel Pereira Coutinho (1630-1635), proposta por Carvalho⁶⁶ e adoptada pela historiografia portuguesa como esteio cronológico da antiguidade das relações com o interior angolano.

⁶³ Publicado em 1990 e, como o autor afirma, relacionado com a metodologia e a filosofia da História.

⁶⁴ Vansina, *How Societies Are Born, governance in West Central Africa Before 1600*.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁶ Carvalho, *Etnographia e História*, p.78. D- Manuel Pereira Forjaz, nomeado govenador de Angola em 2 de Agosto de 1606, morreu a 15 de Abril de 1611, D. Manuel Pereira Coutinho nomeado em 1630 e entregou o governo a D. Francisco de Vasconcelos e Cunha em 1635.

A cartografia dos mitos de origem lunda está profundamente ligada à organização do primeiro império luba e a grandes transformações operadas em sociedades segmentares, situadas nas margens do rio Lualaba (actual Republica Democrática do Congo). As diferentes versões do mito articulam as tensões entre os opostos, na sua redução a uma forma ordenada, carregada de significado político e cujo valor operativo, num determinado contexto, resulta da recuperação de um passado existente e reclamado por formações sociais luba, lunda e bamba.

A partir do trabalho de campo de Jan Vansina⁶⁷, e Victor Turner⁶⁸ entre os Lunda-Ndembu foi possível estabelecer as extremidades de uma rede imensa de povos que reclamam as suas origens fundacionais ligadas à Lunda. Trabalhos posteriores permitiram seguir as transformações desde o pequeno território da linhagem às mudanças das estruturas centralizadas ocorridas a partir de 1600 da nossa era. A distinção entre os senhores da terra e os portadores de títulos políticos constitui a chave de um sistema que no seu apogeu se estendia do centro ritual situado junto ao Calando até ao Tango (Angola), do Rasai ao Alto Zambeze (Angola e Zâmbia)⁶⁹. A cronologia exacta desse desenvolvimento e da consolidação das instituições é difícil de estabelecer. Muitos viajantes referiam-se e criaram tabelas de sucessão dinástica e associaram aos diferentes Mwant Yav⁷⁰ épocas de consolidação do poder e participação activa no comércio a longa distância (escravos, marfim, cera e borracha), sistema que entraria em declínio na segunda metade do século XIX, para se encontrar desfeito como sistema na época em que Henrique de Carvalho visita as antigas terras e anteriores capitais (1887). As suas publicações posteriores dão conta da invasão cokwe, da fuga do Mwant Yav eleito e da modificação das relações de poder dentro do sistema. A fixação desta “História Geral da África Central”⁷¹ não foi feita a partir

⁶⁷ Ver especialmente *Kingdoms*, p. 97

⁶⁸ Victor Turner, “A Lunda Love Story and Its Consequences: selected texts from Tradition collected by Henrique Dias de Carvalho, 1955; *Schism and Continuity in an African Society: a Study of Ndenbu Village Life*, 1957

⁶⁹ Vide Mapa em anexo.

⁷⁰ Diferentes listas em H. Capelo e R. Ivens, *De Benguela às Terras de Iaca*, pp. 313, 314; Buchner, in Heintze, *Ethographische Aneignungen*, p.58 (tradução portuguesa no prelo), ver tb. Heintze (Hrsg) *Max Buchners Reise nach Zentral Afrika*, p.446, Carvalho, *Ethnographia*, pp.521-625; Duysters, “Histoire...” pp.81-98; Bustin, *Lunda*, pp-89; Revisão e reconstrução de uma Lista de Reis em Hoover, *The Sedution*, pp.602-604.

⁷¹ Hoover chama-lhe “História Universal das regiões da Savana”, *The Sedution*, idem, p.310.

do trabalho dos exploradores do século XIX, mas sim resultado de um longo processo de fixação da informação que as vozes africanas espalharam pelo interior do continente.

1.3- À volta das fontes

Amplos recursos estão disponíveis e oferecem, ao historiador, informação, permitindo a busca da gramática do território e dos seus agentes. A ordenação do conhecimento circula do interior para a costa e da costa para o interior sendo ainda difícil de estabelecer o momento, antes do século XIX, em que a informação vinda do interior se encontra com a que se construía a partir do litoral.

No seu *Um Inquérito à Vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil*, Domingos Abreu de Brito, que esteve em Luanda, vindo do Brasil, entre 1590 e 1591, escreve sobre a importância da informação trazida para a costa pelos “escravos soasos”:

Que são como salteadores de Portugal, e pela cota de suas jornadas dizem como se sabe certo que da vila de Luanda, ao rio Lucala que é onde se perdeu esta derradeira batalha⁷² serem cento e cinco léguas, e daí às serras do ouro de Manapota são somente cem léguas, e de Manapota a Moçambique são duzentas que vem a ser trezentas as quais há negros soasos que vivem de caminhar⁷³.

Importa reter esta referência como uma das mais antigas alusões aos portadores e divulgadores de informação que depois circulava nos centros do poder e do saber da costa (Luanda) e de Lisboa. Examinando o conteúdo da informação, cumpre sublinhar que a relação entre mensageiros e receptores foi sempre regulada pelo horizonte de expectativa, reorientando a direcção da mensagem a favor das necessidades das diferentes cortes.

A história de Angola e de outras regiões de África ganha, assim, com uma revisita às fontes escritas por europeus, ultrapassando os limites e os protocolos rígidos da escrita oficial, para encontrar as vozes africanas que se instalaram no

⁷² Referência à batalha travada por Luís Serrão em 1 de Novembro de 1590, a batalha conhecida por Angoleme Aquitambo (*Ngoleme a Kitambo*) em que surge uma primeira coligação de chefes africanos (Reis de Thiopia no texto original) contra os portugueses. Ver Domingos Abreu de Brito, *Um Inquérito*, pp 41-44., Luís Serrão foi governador de Angola depois de Paulo Dias de Novais (1589-1591).

⁷³ Domingos de Abreu de Brito, *Um Inquérito*, p. 15 (fl. 12), grafia actualizada.

tecido do texto e trabalharam para criar critérios de verdade e instituir, desde sempre, uma relação particular entre académico e informante, na enorme tensão entre a busca da verdade e a procura de autoridade. O manuseamento da informação por parte dos europeus e o controlo dos saberes fez-se sempre a partir da informação africana sobre as origens, a posse da terra, o casamento, o trabalho, o lazer e os sistemas de crenças.

A forma como os documentos escritos, especialmente os mais antigos, se revelaram tributários da informação e dos informantes, obrigou os especialistas a uma revisita às fontes portuguesas e europeias mais antigas. Veja-se como toda a polémica em torno dos Jagas⁷⁴ e da distinção entre Jaga e Imbangala trouxe uma criteriosa análise de fontes, como o relato de Duarte Lopes e Filippo Pigafetta, *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*⁷⁵ e o cruzamento de informações com outros documentos da época, permitindo situar o estado do conhecimento sobre África disponível nos principais centros do saber europeus. Joseph Miller em “Requiem for the Jaga” inventaria os conhecimentos cartográficos dos europeus sobre uma vasta região do hinterland de Angola e coteja a informação com a memória recolhida no campo na região de Kasanje, em 1968⁷⁶. O trabalho de Miller sobre poder político e parentesco trabalha com as origens dos *mbangala*⁷⁷ centrando-se sobre a informação, escolhendo um grupo de indivíduos (informantes primários) de

⁷⁴ Jagas, Jagges, Gagas, Gindes como grafa Andrew Batell of Leigh, que, no fim do século XVI e princípio do século XVII, viveu no interior de Angola, Ver Andrew Battell, “The Strange adventures of Andrew Battell of Leigh in Angola and the adjoining regions”. A documentação anterior e coeva criou alguns malentendidos sobre a origem e estatuto. O fenómeno desencadeou uma viva discussão entre especialistas da história de África dando origem às publicações:

Jan Vansina, “More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda,” *Journal of African History* 7, no. 3 (1966): 421-29; Joseph Miller, “Requiem for the 'Jaga,’” *Cahiers d'Études Africaines* 13, no. 1 (1973): 121-149; John Thornton, “A Resurrection for the Jaga,” *Cahiers d'Études Africaines* 18, no. 1 (1978): 223-227; Joseph Miller, “Thanatopsis,” *Cahiers d'Études Africaines* 18, no. 1 (1978): 229-231; Anne Hilton, “The Jaga Reconsidered,” *Journal of African History*, 22 (1981), 191-202; John Thornton, “Cannibals, Witches, and Slave Traders in the Atlantic World,” *William and Mary Quarterly* 60 (July 2003): 273-294. A discussão foi retomada em 2004 em <http://www.h-net.org/lusoafrica>, dando origem a intervenções dos especialistas acima citados e ainda à de Luís Felipe Alencastro. Beatrix Heintze, numa publicação recente, 2007, retoma e actualiza a questão em “A Maravilhosa Viagem dos Jagas”. cf. Heintze, *Angola nos Séculos XVI e XVII*, pp. 25-66.

⁷⁵ Duarte Lopes, Filippo Pigafetta, (1533-1604) *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951

⁷⁶ Miller, “Requiem...”, p.141, nota 2 e passim.

⁷⁷ Miller grafa sempre Imbangala. Muitas vezes confundidos nas fontes com os guerreiros Jagas. Miller trata da formação do estado entre os Mbundo, e dos estados Imbangala na Matamba e Kassanje. Um esclarecimento fundamental para a compreensão da formação, importação e adopção de posições titulares no interior de Angola. Ver crítica por Beatrix Heintze, *Africa* 48, (1) 1978

entre os quais destacou o historiador oficial da corte do antigo estado de Kasanje, *ndala kandumbu* e os *baka a musendo* (historiadores não oficiais mas profissionais)⁷⁸

Kasanje, como veremos noutros lugares deste trabalho, foi durante muitos anos a fronteira da informação, o lugar onde chegava e, uma vez reformulada, constituía o núcleo historiográfico de várias formações adoptadas pelos povos do interior, bem como, para citar Vansina, a “âncora historiográfica”⁷⁹ para a construção da cronologia de uma imensa região da África Central. O ponto de encontro da informação de origem africana com a que começa a formar-se nos documentos europeus localizou-se desde o século XVII neste ponto nevrálgico de comércio, relações e fronteiras do político e do social. Assim, se retivermos, para esta região os contornos do mito de fundação, tal como Paul Pogge⁸⁰ o propôs, as imagens do movimento, das migrações:

Um chefe do reino da Lunda que não se quis submeter, fugiu com a sua gente para Oeste do rio Quango, para o território dos europeus. Quando o governo português se encontrava junto ao rio Quanza, numa situação de conflito com a rainha Ginja [Njinga], este chefe fugido de nome Kuinguri, pediu ao governo que lhe desse terras onde se pudesse estabelecer e o governo indicou ao Kinguri e à sua gente a actual terra de Kassanje, como local de fixação.

Migrações, passagens dos rios, fixação em novos territórios constituem núcleos narrativos de grande sedução e com uma tradição antiga na África Central, daí que algumas destas explicações, para a mudança, signifiquem como factos da história muito para lá do conteúdo metafórico que lhes esteve na origem⁸¹. A historiografia atribui a Pogge a fixação da primeira versão do mito Luéji, bem como todos os episódios narrativos do conflito que liga a fundação da primeira instituição centralizada lunda à tradição luba e as migrações a actividades portuguesas na costa e

⁷⁸ Cumpre lembrar que o missionário suíço Heli Chatelain, que trabalhou em Angola, na segunda metade do século XX, sublinhou a importância destes informantes e das tradições históricas e mitológicas guardadas entre as sociedades *mbundu*, Ver Heli Chatelain, *Gramática Elementar*, p. XVIII.

⁷⁹ Vansina, “It Never Happened...”, p. 388.

⁸⁰ Paul Pogge ao serviço da “Deutsche Gesellschaft Zur Erforschung Aequatorial-Africas” (Sociedade alemã para a investigação da África Equatorial), chegou a Angola em Fevereiro de 1875. Chegou em Dezembro do mesmo ano à Mussumba (Musub) capital política do reino da Lunda. A partir do seu diário de viagem publicou *Im Reiche des Mwata Yamwo*. Ver sobre este assunto, Biografia e textos em Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, pp.303, 313-325, *Exploradores Alemães em Angola (1611-1954)*...(no prelo), sem nº de página.

⁸¹ Discussão e conceitos em MaGaffey, “Changing”, p.190.

Kassanje susceptíveis de fornecer uma articulação com datas (conflitos do governo de Luanda com a rainha Njinga⁸²). Paul Pogge aponta as suas fontes:

A história destes dois reinos é retirada dos relatos do velho Dezerra (Lourenço Bezerra⁸³) na Mussumba, que afirmava que o falecido Muata Jamwo [Muteba, Muteba a Chicomb], com quem tinha uma relação de amizade, gostava muito de aproveitar qualquer oportunidade para lhe contar as origens do seu reino⁸⁴.

Tomando em conta este facto, a estadia dos ambaquistas⁸⁵ na Mussumba (*Musumb*)⁸⁶, a histórica capital do Império Lunda, ocorre lembrar toda a discussão sobre as fontes orais e sobre o papel dos intermediários entre portadores de informação e os viajantes europeus e africanos que os ouviram e fixaram. Na verdade, os textos importantes para a história de uma parte da região em estudo deixam passar as vozes africanas, sendo por vezes difícil de distinguir um relato colhido directamente das fontes orais, daquele que, passado de boca em boca, foi agregando episódios narrativos das diferentes formações sociais. A informação, nas suas diferentes faces políticas e sociais, migrou para dentro de textos europeus e, uma vez cristalizadas na escrita, perdeu muito dos seus contornos originais e dificilmente se encontra ligada aos contextos de partida. A discussão sobre informação, circulação e tratamento teve lugar em muitos trabalhos publicados e em simpósios onde a discussão se fez em torno das fontes e se analisou o corpus dos escritos de viagens,

⁸² Njinga, Jinga, Njinga a Mbandi, Nzinga a Mbandi, irmã e sucessora do Rei do Ndongo. Enviada a Luanda para negociar com o governador da Colónia. Batizada Ana de Sousa em 1662. Conhecida pela resistência à dominação portuguesa no interior de Angola (Ndongo e Matamba). Morreu em 1663. Sem dúvida a mais conhecida e famosa entidade política de Angola pré-colonial. Ver e por todos, John Thornton, “Legitimacy and Political Power, 1624-1663”, in *Journal of African History*, 32, (1991), p. 25-40.

⁸³ Lourenço Bezerra Correia Pinto, Lufuma, o fundador da colónia luso-africana no interior da Lunda, colónia aí existente entre 1874-1883). Desenvolvimento em Heintze, *Pioneiros*, pp. 34, 81, 82, 84 e passim. Para o seu papel como informador e conhecedor da história antiga dos Lunda ver pp. 92-94.

⁸⁴ Ver, Heintze, *Exploradores Alemães...* (no prelo). Henrique de Carvalho situa o início do reinado de Muteba em 1857, v. *Ethnographia e História*, p.584

⁸⁵ Ambaquistas, naturais de Ambaca, região ao norte do Rio Kwanza e que compreendia o Cazengo, Lucala e Golungo Alto. Comerciantes, alfaiates e mestres na arte de ler e escrever desempenharam papel importante nas relações entre a costa e o interior de Angola. Seguir a história de Ambaca é seguir a dinâmica do espaço colonial na sua progressão e retracção e as relações complexas desse poder com os poderes africanos. Sobre os Ambaquistas ver Jill Dias, “Estereótipos e realidades sociais: Quem eram os ambaquistas” In *Construindo...*, pp.597-693. Fundaram uma colónia na Lunda e aí permaneceram entre 1862 e 1887, Heintze, *Pioneiros*, p. 34. Vide Glossário.

⁸⁶ A grafia muda nas diferentes fontes consultadas. Hoover em *The Seduction...*, p.567, grafia músù:mb (*Musumb*). Historicamente existiram várias capitais junto do rio *Nkalany*. Vide Glossário.

em busca das fontes⁸⁷. A importância das fontes escritas e a sua reconciliação com as fontes orais passa por um olhar que procure as formas como a tradição oral, em muitos casos, iluminou as origens e a natureza das fontes escritas. Informação e informantes estiveram sempre lá, a manipulação e transcrição dos conteúdos é que foi feita sempre de maneira diferente.

Num esforço para encontrar, nas fontes europeias do século XVI e XVII, uma referência sobre a migração kinguri para oeste, Vansina revisita Cavazzi⁸⁸ e encontra uma primeira menção a kinguri no contexto da sucessão e da história dos jagas e sem nenhuma referência a uma migração, êxodo ou conquista. Cavazzi, citando especificamente “a tradição e alguns cantos que ainda existem”, afirma:

A Culembe sucedeu um tal Quinguri, homem que foi digno do seu nome, não pela magnanimidade, mas pela ferocidade: nguri, de facto, quer dizer “leão”. Realmente, foi um salteador desapiedado, feroz em toda a parte onde podia chegar, ávido de massacre, de vítimas e sangue. Penetrou no reino de Dongo, chamado hoje Angola e aí morreu em combate⁸⁹.

Na lista de sucessão proposta por Cavazzi, a designação *Kinguri* volta a aparecer associada a Kassanje – “Cassanje Caquinguri”, o jaga que se seguiu a Casanje Calunga. Perdida a informação sobre o êxodo, importa acolher a hipótese de um título com importância para a região. Joseph Miller concluiu que um portador de título, chamado Kinguri chegou a Angola, provavelmente em 1550, “podendo assim estimar-se a partida deste grupo do coração da Lunda de cerca de 1490”⁹⁰. A alteração das datas e novas questões sobre o título *Kinguri* aparecem como resultado do trabalho de campo deste investigador, na Baixa de Kasanje, entre 1969 e 1970. As informações então colhidas obrigam o investigador a afirmar:

⁸⁷ Ver por exemplo o Simpósio *European Sources for sub-saharian Africa before 1900: use and abuse* (1987) e o *II Seminário Internacional sobre a história de Angola, Construindo o Passado Angolano: as Fontes e a sua Interpretação* (2000).

⁸⁸ O Pe. António Cavazzi de Montecuccolo, autor da *Descrição Histórica dos três reinos, Congo Matamba e Angola* visitou Kassanje em 1660 e ali deverá ter recolhido informação da tradição local e do Pe. António de Saravezza que viveu na Corte de Kassanje, Vansina, “It Never Happened”, p. 390, nota 11. Ver ainda sobre este assunto, Miller, *Poder Político*, p. 23, nota 61.

⁸⁹ Cavazzi, *Descrição*, Livro Segundo, p. 190.

⁹⁰ Miller, “The Imbangala and the Chronology”....p.197. O investigador afirma em *Poder Político e Parentesco*, p. 131, nota 61 «Os Imbangala têm uma posição igualmente masculina (o ndala kandumbu) que eles vêem como “mãe” do seu principal título político, o *Kinguri* de Kasanje.

Os nomes de muitos títulos que tomaram parte nesta revolução desapareceram, provavelmente, devido aos efeitos das mudanças ocorridas nos Lunda ainda mais tarde, mas os nomes dos títulos de três posições subordinadas ao *yala mwaku* sobreviveram: o *kinguri*, o *lueji* e o *kinia*. O seu posterior significado como posições centrais entre os Cokwe, na Lunda e em Kassanje fez com que eles aparecessem em quase todas as variantes da lista dos antigos titulares da Lunda⁹¹.

Vale dizer que o investigador em causa reconhece que o significado do título *Kinguri* não está esclarecido, mas consequência ou não dos relatos fixados no século XIX, para os actuais informantes, nos depoimentos recolhidos no campo (Lunda-Norte e Lunda –Sul), *Kinguri* faz parte e dá coerência à história de Luéji, à relação do Império Lunda com a costa, e constitui dado importante para a explicação da expansão lunda e formação dos estados lundanizados.

A tradição Luvale regista: “Chinguli *um Kwuango/ kasaji um Kwango/Kechi ngiza, ngiza yeni vathu-* Chinguli foi ao Kwango/kasaji em Kwango/não tem fronteira/sua fronteira é o povo⁹², provando que a difusão dos títulos lunda foi incorporada em regiões bem a sul do antigo império⁹³.

Importa ainda reter, do trabalho de Miller, as circunstâncias que levaram os detentores do título *Kinguri* a abandonar a Lunda, circunstâncias essas retidas em alguns dos episódios narrativos dos *Imbangala*, os quais sugerem que as linhagens por detrás do título se viram subjugadas pelos poderes mágicos luba e permaneceram ali até terem adquirido pelo menos “alguns dos poderes sobrenaturais do *Cibinda Ilunga*”⁹⁴. Noutros pontos deste trabalho se tratará de questões de poder (importância do masculino e feminino) e dos seus símbolos (tuzekele, Lubembe ou Rubemb dos Lunda, ou duplo sino, o mondo ou tambor⁹⁵) e das formas como a produção desses poderes e das suas representações sofre da influência de antigas estruturas luba e lunda. As tradições (é ainda Miller que o afirma) imbangala, e cokwe podem preservar uma versão mais antiga das origens lunda e é aqui que este investigador

⁹¹ Miller, *Poder Político*, p. 120.

⁹² Francisco Chiwende, Comunicação ao III Simpósio sobre Cultura Nacional, Luanda, 2006

⁹³ Os Luvale, designação de um povo que habita o sul do Moxico (Angola) e a Zâmbia. Consideram-se originários da Lunda, quando o titular da posição Cinyama abandonou o centro do Império. Ver Mose Kaputungu Sangambo, *The History of The Luvale People and Their Chieftainship*. Ver Glossário.

⁹⁴ Miller, *Idem*, p. 129.

⁹⁵ Todas estas insígnias ligadas às origens, a caverna inicial e ao exercício do poder numa larga região da África Central.

sublinha a importância dos informantes africanos e faz história sobre a origem das tradições orais publicadas⁹⁶.

O conhecimento sobre a Lunda, resultado das tradições orais, foi sendo fixado pela escrita ao longo de séculos, antes das versões mais detalhadas e definitivas do século XIX. A cada época corresponde um corpus de saber que responde às diferentes demandas do ocidente e ao controlo do território e exercício da autoridade pelos chefes africanos e seus dependentes.⁹⁷

Seguindo fontes antigas frequentemente citadas é de justiça lembrar António de Oliveira Cadornega (que chega a Angola em 1639, vivendo 28 anos em Massangano), e que fazendo referência aos seus informantes “Antigoalhas ou negros noticiosos”⁹⁸, dá notícia do que se sabia sobre a Lunda e nos finais do século XVII:

Os jagas que sahem à conquista deste dilatado sertão dão notícia em como do seu quilombo a hum mez de caminho está hum rio muito caudaloso, e de muita largura, a que chamão casabi, e outros Coango grande, porque fazem o de que havemos falado ser braço deste; e os gentios que vêm da outra banda a buscar sal, a troco de sua panaria alvergão em terra alta e arvores, em razão dos bichos os não ofenderem, fazendo suas fumaças, dão com elas sinal como ali estão, para os hirem passar para cá, ao qual gentio chamão Muzuas e dizem são vassallos de um senhor muito poderoso⁹⁹.

Cadornega obriga a retomar as questões das datas que, nos trabalhos da moderna historiografia, deslizam entre a primeira proposta de Miller (século XVI, para a chegada a Angola de autoridades linhageiras de subordinação kinguri¹⁰⁰) e a proposta de Vansina colocando essa chegada para muito mais tarde¹⁰¹. A data é mantida, por Miller em *Requiem for the Jaga*¹⁰², mas acautelada em *Poder Político e*

⁹⁶ Considera, o relato de Henrique Dias de Carvalho o melhor registo das tradições dos Lunda Setentrionais, referindo a importância da tradução de Victor Turner, para inglês de partes do texto do viajante português, Miller, *Poder Político...*, p.115, nota 7. Importa referir que as informações mais directas, os contextos da sua recolha, bem como informações sobre a origem e posição hierárquica dos informantes, se encontram principalmente nos textos da viagem, *Descrição da Viagem á Mussumba do Muatiânvua*, 4 Vols., 1890-1894 e menos na *Ethnographia e História (1890)* o mais conhecido e citado dos seus trabalhos.

⁹⁷ Desenvolvimento em Tavares, “A Escrita em Angola, Comunicação e Ruído entre as diferentes sociedades em presença”, in *Angola on The Move*, p. 164.

⁹⁸ António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, vol I, p.25.

⁹⁹ Idem, p. 219.

¹⁰⁰ Miller, *The Imbangala and The Chronology...* pp. 553-565

¹⁰¹ Ver Vansina “It Never happened: Kinguri Exodus and Its Consequences”.

¹⁰² Miller, *Requiem for the Jaga...*, p. 131

*Parentesco*¹⁰³, diante da discussão sobre as relações entre factos históricos e metáforas, titulares seniores e juniores e das sobrevivências nas versões mbangala das origens remotas de alguns títulos claramente assumidos como de origem lunda. As datas relativizam-se, mas é importante reter de Cadornega a informação sobre a existência, no fim do século XVII, de um senhor muito poderoso dominando a Lunda, da extensão do seu império e do facto de ser muito populoso.

Este tópico que resulta do conhecimento da expansão lunda, então em processo, e constitui matéria importante do relato de Manuel Correia Leitão¹⁰⁴, enviado a Kassanje, em 1755, pelo governador de Angola António Álvares da Cunha¹⁰⁵, com o objectivo de passar o:

Rio Cuango e, conseguindo-o, inquirirá a qualidade de gente que habita aquela parte do norte, se tem a mesma língua, costumes e forma de viver que o da parte de cá, se são guerreiros, que forças e poder têm, se vestem conforme os gentios dos nossos sertões, se os vestidos de que usam são daqueles mesmos géneros de fazendas que levamos aos nossos pumbos ou usam alguma roupa que pareça das Índias e se lhe traga da Contra-Costa¹⁰⁶.

Assim se lê, nas instruções dadas pelo governador a Manuel Correia Leitão, instruções a que o relato procura dar resposta. Muita da informação deste trabalho resulta das fontes, de ouvir dizer. Nascido em Luanda, e conhecedor do *kimbundu*, Manuel Correia Leitão reuniu, nesta cidade, a informação disponível sobre o interior, como ele próprio o afirma:

É também certo nascer o dito Rio Quango nas terras do Potentado Mozumbo a Calunga, perto do nascimento do Rio Quanza, como na cidade de São Paulo disse antes da minha saída o Capitão Mor Domingos Ferreira da Assumpção¹⁰⁷.

¹⁰³ Miller, *Poder Político e Parentesco*, p. 128

¹⁰⁴ *Viagem que eu o Sarg.to Mor dos Moradores do Destrito do Dande fiz, as remotas partes de Cassange, Holos, no anno de 1755, thê o seg.te de 1756*, ms. Do A.H.M., 2ª Divisão, 2ª Secção, cx. Nº1, doc. 6, publicado por Gastão de Sousa Dias, no B.S.G.L., nº 1 e 2, série 56, Jan-Fev, de 1938 e editado e traduzido por Eva Sebestyén e Jan Vansina: “Angola’s Eastern Hinterland in the 1750: A Text Edition and Translation of Manoel Correia Leitão’s “Voyage” (1755-1756), in *History in Africa*, vol. 26, 1999, pp. 299- 361. Para este trabalho todas as edições foram cotejadas com o original manuscrito.

¹⁰⁵ António Álvares da Cunha Governador de Angola de 31-7 de 1753 a 14 -10 de 1758.

¹⁰⁶ Instruções de António Álvares da Cunha, datadas de Luanda de Agosto de 1755, AHM, Angola, 2ª Divisão, 2ª secção, doc. cit.

¹⁰⁷ “Viagem...”, ms. fl. 13. Domingos Ferreira de Assunção referido por Leitão parece ser o pai do Quitúbia, Domingos Ferreira de Assunção, cantado pelo poeta Basílio da Gama em 1791. A referência mais antiga ao nome, na documentação portuguesa parece ser a de 29 de Setembro de 1648, data em que Salvador Correia de Sá e Benevides nomeou Tendala e Capitão- mor da Guerra preta Domingos Ferreira, *Arquivos de Angola*,

A ideia da ligação à outra costa circulava em Luanda entre europeus e africanos ligados ao exército e ao tráfico de escravos e dela se ocupou Leitão, ficando a conhecer algumas realidades, mas também todo o fabulário sobre Kassanje, que se tinha vindo a construir em Luanda¹⁰⁸. Fundamental para perceber um momento importante da política dos governadores da colónia, o documento articula vários saberes resultantes da observação directa do autor e também da consulta aos mercadores africanos como Quisuheia, um comerciante da feira de Kasanje, referido ao longo do documento¹⁰⁹. Assim, nele podemos acompanhar as alterações da geografia política do interior de Luanda, na época da chegada de algumas chefias lunda, como Kapenda Ka Mulemba¹¹⁰. O detalhe etnográfico e as informações sobre o poder lunda são resultado do tratamento das informações que lhe são fornecidas:

Os pretos enformantes, e todos geralmente dizem q'ao norte deste rio Quango correm muitos, sendo o maior e o mais vizinho ao dito Quango o grandíssimo rio chamado Cassaê, entre o qual, e o Quango correm muitos habitados de imensos povos, e todos e o mesmo Quango, entrão no Cassaê para boca que todas estas terras conheessem, e vem quando vam a seu negócio nas partes das nações Quilubas [fl.13]

...

É com pretos falei que beberam água em todas essas terras [fl. 13]

Os pretos enformantes e todos em comum principalmente os naturais de Malundo, e escravos que compramos afirmam que este grande Rio chamado Cassaê, no fim de vinte jornadas, no em que variam, nasce de outro muito mais grande chamado Fuam Gila... Lá muito para leste dessas terras que habita o Gram Snr dos Muluas o qual tendo muitos títulos, é o seu maior Matayamvoa, que quer dizer ; o senhor dos senhores [fl. 13].¹¹¹

Vol.I, nº2; Numa nota ao verso 11 do poema, Basílio da Gama afirma “É o seu nome de Guerra; quer dizer Fogo. O seu nome de baptismo é Domingos Ferreira da Assunção. Assim mesmo se chamou seu pai que governou o Presídio de Ambaca. E o mesmo teve já seu avô que depois de obrar proesas na guerra, foi o primeiro da sua cor que disse missa no Presídio das Pedras, *Quitúbia*, verso 11, nota 4. Não se trata de um europeu como o afirmam Sebestyen/Vansinna, cit, 303.

¹⁰⁸ Jean-Luc Vellut considera que “o governador Alvares da Cunha, sem grande realismo visava a sujeição de Kassanje”, “Relations Internacionales...”, p.87

¹¹⁰ Eva Sebestyen/ Vansina, “Angola’s... p. 307. Kapenda Ka Mulemba, é um título lunda da região do Kwango, na linha de sucessão dos títulos criados por Luéji, Carvalho, *Ethnographia*, pp. 91-93, ver Vansina, *Kingdoms*, p.92,93, Miller, *Poder Político*, p.136. Vide Glossário.

¹¹¹ A.H.M. Angola, 2ª Secção, cx. 1, doc. 6, ms da *Viagem que eû...*, de Correia Leitão.

O texto de Leitão, por certo trabalhado posteriormente em Luanda, possui ainda muita da ressonância da oralidade e, embora destinado a permanecer um documento secreto, muita da sua informação circulou em Luanda como dado certo.¹¹² A desvalorização da informação, feita pelos governadores que se seguiram a Álvares da Cunha¹¹³, não impediu que a ideia da impossibilidade de tornear e sujeitar Kasanje, as informações sobre o ouro e o cobre (minas), uma ideia aproximada das distâncias entre os diferentes pontos de referência, o problema do tráfico de armas no interior, se ficassem a dever, em grande parte, a este documento. A cada momento se referem as fontes e a circulação dos rumores:

Os Praticos emformantes, e todos os gentios destas remotas partes, não tem licença da outra banda p^a chegarem ao menos ao Matayanvoa qto mais chegarem a esses Malagis, e por isso não tem visto com o seu olho, branco da contra costa; mais do que ouvirem sempre dizer que se tem visto brancos nestas partes diante do Matayanvoa.[fl.15]¹¹⁴

A sua estrutura e a fórmula do relato enformam o texto típico da documentação escrita que se alinha por cima das informações da oralidade. O facto de não ter sido publicado na época retira-lhe a ganga das sucessivas versões e situa-o, apesar da formalidade, muito próximo das fontes. Jean-Luc Vellut segue esta fonte no seu trabalho “Relations Internationales du Moyen- Kwango et de l’Angola dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle”¹¹⁵, utilizando-o como guia para descrever a cadeia de monopólios africanos, a leste e a sul do rio Kwango. Muitos dos potentados e das redes de vassalagem entre eles são reconhecíveis, bem como a teia de relações tecidas com Kasanje e a Colónia. Os especialistas procuraram decodificar o uso condensado das versões dos vários informantes e os problemas que tal procedimento levanta na busca de sentido histórico e cronológico que a reconstituição configura, uma vez que o desenvolvimento da tradição oral é um processo lento que incorpora dados históricos e várias concepções do tempo¹¹⁶. Exemplo disso é este documento que conjuga informação recolhida das fontes, com

¹¹² Eva/ Vansina, idem, p. 306.

¹¹³ Álvares da Cunha, António Álvares da Cunha, Governador de Angola entre 31 de Julho de 1753 e 14 de Outubro de 1758.

¹¹⁴ A.H.M., ms., cit., fl. 15.

¹¹⁵ Vellut, “Relations Internationales”, pp. 75-135.

¹¹⁶ Ver conceitos e discussão em Heintze “Written Sources, Oral Traditions...”, pp. 272, 277.

“ouvir dizer” e compõe a versão final com a conjugação de todos estes elementos. A noção de compra de informação é também introduzida, a partir das relações com Quisuheia, comerciante estabelecido em Kasanje e considerado, pelos especialistas um “informador chave”¹¹⁷. O facto de não ser escrito em forma de um diário de viagem, transforma o documento num relato compósito, o lugar onde a tradição escrita se encontra com os princípios da oralidade para dar igual espaço a informações directas sobre os locais, os climas, as pessoas e espaço aos mitos que circulavam em Kasange, quer sobre este local quer sobre a distante Lunda e o seu senhor, o “senhor dos senhores”¹¹⁸. É um dos exemplos acabados dos complexos sistemas de informação que se formaram e circularam por todos o interior angolano, durante um tempo muito longo e justificam a importância do uso da escrita e da informação oral como partes distintas de um mesmo *corpus* coexistentes no tempo e no espaço¹¹⁹.

Resultam assim da maior importância para o conhecimento do avanço da escrita para o interior e do seu uso na formalização de relacionamentos e formas de recolher a informação o conjunto de cartas enviadas pelo governador Saldanha da Gama¹²⁰ ao Mwant Yav¹²¹ e a alguns outros dignitários lunda por altura da chegada e permanência, em Luanda, de duas embaixadas lunda, em 1807, a convite do governador¹²², acrescentam especialização ao conhecimento que entretanto se havia reunido na costa.

Este governador inicia com a Lunda o que já era prática para outras regiões do interior de Angola, nomeadamente com os potentados considerados vassalos do Rei de Portugal, o uso da escrita como instrumento de legitimidade e formalização das

¹¹⁷ Vansina e Sebestyén, cit., p. 304.

¹¹⁸ Ver Goody, *Entre L'oralité et L'écriture*, p. 304. Ver Vansina e Sebestyén, cit., p. 304

¹¹⁹ Ver sobre este assunto Tavares e Santos, *África Monumenta*, p. 472.

¹²⁰ António Saldanha da Gama, Governador e capitão Geral de Angola entre 1807 e 1810. Autor de *Memoria sobre as Colónias de Portugal, situadas na Costa Ocidental d'Africa/ mandada ao Governo pelo antigo Governador e Capitão Geral do Reino de Angola António Saldanha da Gama em 1814*, Lisboa, Typographia da Casa Pia, 1839.

¹²¹ Segundo as diferentes listas de sucessão seria nesta época Naweji a Ditend. No entanto as datas anteriores as datas anteriores a 1820 são difíceis de estabelecer com rigor. Ver, por todos, Hoover, *Seduction*, pp.238 e 602, 603.

¹²² Ofício de António Saldanha da Gama Governador e capitão Geral de Angola, para o Tenente- coronel de milícias Francisco Honorato da Costa, AHNA, *ofícios para o interior*, publicado em *Arquivos de Angola*, 2ª série, Vol II, pp. 219, 220.

relações diplomáticas entre estados. São cartas que obedecem ao protocolo rígido da carta oficial, mas que numa análise mais profunda, deixam escapar o conhecimento que circulava na corte e na administração de Luanda. Saldanha da Gama não se limita a escrever ao Mwant Yav dando-lhe conta das suas intenções:

Tive o gosto de ver nesta cidade o vosso cacoata¹²³ e Embaixador, que muito estimei, ficando cada vês mais persuadido de que efectivamente desejais a estabilidade deste estado e o commercio com nôsco, não sendo menor o nosso desejo, nem menos pacíficos os nossos sentimentos sobre estes objectos, Amizade, Aliança e Commercio, estou certo que Deos abençoará as nossas intenções□□.

Que não menos nos hade merecer a Real aprovação do Nosso Augusto Soberano, a cuja presença tenho já levado o conhecimento das nossas amigáveis negociações.

O mesmo vosso muito estimado Embaixador volta encarregado de entregar a vossa ordem alguns objectos que parece poderão ao mesmo tempo ser do vosso agrado e uso como amostras de muitos géneros que imediatamente o serão do vosso commercio. Mas entre tanto espero que unicamente estimado como penhores da nossa amizade §. Della finalmente dependo para que queirais mandando-me noticias dos portadores do Director Honorato as terras de Cazembe e as nossas da Contra Costa, rios de Sênna, em cujas diligências serei muito, como amigo, para o fim do bom Sucesso que nesta parte terey. Deos vos guarde muitos annos – Palácio de Loanda 5 de Dezembro de 1808 = António Saldanha da Gama= Para o Muata Yanvo= Peço-te me queirais remeter algumas Armas, tanto offensivas como deffensivas assim como tão bem alguns instrumentos de musica, tudo unicamente para satisfazer a nossa curiosidade.

Escreve a outras entidades que considera importantes para a consolidação da ligação entre a corte e a nação Molua:

Carta para a May do Potentado Muata Yanvo – Não posso deixar de louvar vos muito, muito que imiteis os bons sentimentos do vosso filho o Excellente Muáta Yanvo = a quem espero façais por firmar a constante amizade que parece prometer este estado e da qui vem que fazendo devido do vosso proposta que me entregaram os vossos Embaixadores por ães mandei oferecervos algumas drogas que espero do vosso agrado, me deixaraõ em tudo plenamente satisfeito. Deus Guarde Palácio de Loanda 5 de Dezembro de 1808 António Saldanha da Gama.

Para Locoquêxa Maiy do Potentado Muata Yanvo ¹²⁴.

¹²³ Cacoata, forma aporuguesada para designar *Kakwat*, chefe de diligencias lunda criado durante o mandato do segundo Mwant Yav, o Mwant Yav Noéji, segundo Carvalho, *Ethnographia*, p.531. De *Kákwà:t*, polícia, da raiz *urund kwat*, apanhar. Ver Hoover, *The Seduction*, p.538.

¹²⁴ AHNA, Códice 240, C-8-3 (numeração nova). Secção Governo, Ofícios para Angola, Datas 1798-1854. Este título surge depois das mudanças e da centralização do poder no estado Lunda. Vide este trabalho supra. A mãe simbólica do primeiro Mwant Yav, Rukonkesh, designação em *urund*, transformada em Lukokesh na tradições Mbangala.

As cartas de Saldanha da Gama, anteriores no tempo aos trabalhos sobre parentesco que a antropologia consagrou no século XX¹²⁵, só podem ser resultado de um conhecimento posto a circular na costa pelos representantes de antigas posições que, durante anos, se constituíram intermediários entre Luanda e o interior profundo, acompanhando o movimento de estruturas políticas em permanente transformação, mas cuja memória se construiu e perpetuou sobre uma base muito antiga de aliança e adopção. Esta carta enviada à segunda figura da autoridade lunda, senhora do seu próprio estado, com os seus chefes subordinados, é prova que a informação tinha chegado sobre a estrutura complexa do reino lunda e que a consolidação das relações implicava uma rede de alianças para além do Mwant Yav.

Da primeira viagem de travessia de Angola à contra-costa, realizada pelos pombeiros¹²⁶ angolanos Pedro João Baptista e Amaro José, resulta um relato extraído dos diários e relatórios escritos pelo primeiro e publicado em 1843, nos *Annaes Marítimos e Coloniais*¹²⁷. O relato constitui o repositório mais completo de informações sobre as regiões atravessadas e a organização dos reinos da Lunda e Kazembe. Pouco conhecidas na colónia e em Portugal, as informações circularam na

¹²⁵ “O lukonkexa acabou por representar a ‘mãe’ do título *mwata yamvo* assim como o *swana mulunda* permaneceu como ‘mãe’ simbólica do povo Lunda. As duas ‘mães’ *swana mulunda* e *lukonkexa*, substituíram Lueji e Cibinda Ilunga como encarnações metafóricas do par de princípios fundamentais do estado Lunda posterior [...] O *lukonkexa*, embora originariamente masculino, tornou-se feminino para contrastar com a posição masculina do *mwata yamvo* [...]”, Miller *Poder Plúico*, 131). “A oferta feita por Lukokexa, da cauda de elefante, significa a adopção pelo *lueji* das instituições políticas Luba em oposição ao *kinguri*, dentro do quadro do sistema estatal Lunda então existente, uma vez que os Lunda acreditam que os pêlos da cauda de elefante possuem potentes forças mágicas [...]” (*ibid.*, 132).

“A história implica, nitidamente, que o *kinguri* só partiu [da Lunda] depois da superioridade das instituições Luba se ter tornado demasiado óbvia para ser ignorada. A magia da Lukokexa corresponde ao que nos sugerem as tradições Lunda e Cokwe sobre o facto de Cibinda Ilunga ter introduzido novas armas, apetrechos mágicos e técnicas organizativas superiores ao equipamento rudimentar das linhagens segmentares Lunda” [...], *idem*. Vide Glossário.

¹²⁶ Pombeiros, agentes do comércio no sertão africano. Vide Glossário.

¹²⁷ O nº 5 dos *Annaes marítimos & Coloniais* referente a 1843 publica, sob o título “Explorações dos Portuguezes no Interior D’África Meridional”, um conjunto de documentos originais e cópias referentes a esta viagem. Em nota (p. 153) afirma-se que os documentos “vão publicados sem a menor alteração, tanto na parte ortográfica como no mais”. Um trabalho de Francisco Soares, intitulado ‘A Derrota do Pombeiro Pedro João Baptista — 1806-1810 Entre a Mussumba do Muropue e o Rei Cazembe Caquinhata’, demonstra que nem todos os documentos se conservaram assim, havendo os que estariam mais próximos dos “desvios” em relação à norma do português da época e aqueles sobre os quais emendas teriam sido feitas. V. Francisco Soares, *cit.*, pp. 366 e passim.

Europa, a ponto de Jean Baptiste Douville ter construído a sua *Voyage au Congo et dans L'Afrique Equinoxiale*¹²⁸ sobre as informações dos pombeiros e não sobre as suas notas de viagem, uma vez que, segundo Joseph Miller, este explorador francês não terá passado além de Pungo Andongo¹²⁹. O relato, ou partes dele, foi traduzido para inglês e usado pelos especialistas da história e geografia africanas, de forma sistemática a partir de 1850¹³⁰.

Escrito em português, o documento conserva muitas das características da oralidade e filia-se numa tradição da escrita feita por africanos, importante para a compreensão da história de Angola a partir do século XVII. Dividido em duas partes, o relato é composto de dois textos muito distintos, que devem ter sido escritos em momentos muito diferentes. O primeiro texto constitui um diário de viagem resultante das situações que Pedro João Baptista viu e testemunhou¹³¹. O segundo roteiro configura a situação de texto de composição, resultado de uma escrita sobre os dados da oralidade. A estrutura de cada documento apresenta visíveis as zonas de invasão da escrita pela oralidade, na construção sintáctica, formação de palavras a partir de línguas diferentes do português e no facto de criar o verosímil, a partir da introdução das técnicas da fala. Surpreende a história da Lunda num momento de expansão, deixando informação importante sobre o poder, o seu exercício e as relações de dependência com os outros estados vizinhos. A descrição da capital do reino lunda, bem com a sua exacta localização, possivelmente no tempo de Naweji a Ditend¹³²

¹²⁸ Jean Baptiste Douville, *Um Voyage au Congo 1837-1822*, 1ª edição de 1832, reedição em 1991.

¹²⁹ A descrição dos “Moluas”, da capital Lunda, é tributária da informação recolhida nas imediações de Kassanje e da viagem de Pedro João Baptista e Amaro José (Anastácio Francisco). V. sobre este assunto Bastin, *Satuettes Tshokwe...*, p. 14, nota (**) e pp. 15 e 16.

¹³⁰ V. p. ex. T. E. Bowdich, “An Account of the discoveries of the Portuguese in The interior of Angola and Mozambique, Londres, 1824; James Macqueen ‘Notes on the Present State of the Geography of some parts of Africa’ in *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, vol. 20, pp. 235-252. O mesmo autor refere ainda os pombeiros em ‘Notes on Geography of Central Africa from the research of Livingston, Monteiro, Graça and Others, *The Journal of the Royal Geographical Society*, Vol. 26, 1956, pp.109-130. Ilídio do Amaral e Ana Amaral, num ensaio que introduz a publicação (original e texto com grafia actualizada), inventariam todas as publicações que nos séculos XIX e XX referem os pombeiros e seguem o percurso da informação e a forma como foi utilizada nas fontes portuguesas, cf. Amaral e Amaral, *A viagem dos pombeiros angolanos...*, pp.18-24.

¹³¹ Para uma análise das diferenças ver Amaral e Amaral, cit., pp.28 e 29 e para o inventário das diferenças sintácticas, de léxico, troca de grafemas e fonéticas, v. Francisco Soares, cit. pp.366-372. Para a importância deste relato como fonte ver Isabel Castro Henriques, *Percursos da Modernidade*, p.138, 172, 185 e passim.

¹³² Estabelecer com exactidão a cronologia dos diferentes Mwant yav é tarefa impossível a partir das listas de reis conservadas pela tradição. Segundo algumas listas Naweji a Ditend seria o 14º Mwant Yav a partir de Yav a Yrung. V. Sobre este assunto, Hoover, *Seduction*, Table 39 e pp. 588 – 604. Para os perigos de

(nome não referenciado por Pedro João Baptista), fixa as bases de uma particular articulação do espaço e do poder a partir de um lugar (a mussumba ou Musumb) que, anos mais tarde, Joaquim Rodrigues Graça descreveria com minúcia¹³³. Pedro João Baptista observa e, de certa forma, “produz” (apropriação pela escrita) um espaço onde os diferentes quilolos (*cilol*¹³⁴), subordinados ao Mwant Yav, e os tributários do Mwant Kazemb¹³⁵ exerciam o poder. A informação reunida em Kasanje engrossa com o testemunho deste pombeiro e é utilizada em Luanda e no Rio de Janeiro¹³⁶.

Um detalhado relato, escrito em 1850, pelo capitão móvel António Rodrigues Neves¹³⁷, refere as origens lunda de “Quinguri-Qiabanguela” afirmando que, “para melhor compreender, necessário é esboçar primeiro a história dos cassanges; o que farei (como eles por tradição a conservam)”¹³⁸. A História é aqui entendida como um longo discurso integrador de diversas categorias do tempo e qualidades de informação. Não é possível seguir a cronologia, mas a informação sobre a vinda de um homem “que habitava Nhâma, próximo ao Mathianvo, quando morrendo seu pai, que era Soba daquelas terras, como herdeiro dele, se quis apossar do estado, porém sua irmã Manhungo, como mais velha, se opôs e fez com que seu barrigão Mathyanvo tomasse conta dele, ao que Quingure não pode resistir” introduz os

reconstruir cronologias com base nas listas de reis v. David Henig, *The Chronology of Oral Tradition...*, passim.

¹³³ Joaquim Rodrigues Graça, negociante sertanejo, residente no sítio da Bemposta de Bango Aquitamba, ligado à produção do café no Golungo Alto e associado de Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, *Ndembo-ia – Lala*, com grandes negócios no interior de Angola. Nomeado pelo Governador Bressane Leite (José Xavier Bressane Leite, governador de Angola de Maio de 1842 a 10/7/1843), instruções de 18-3 de 1843, ratificadas por Lourenço Germack Possolo (governador de Angola de 23/3/1844 a 6/9/1845), para proceder à “exploração dos territórios dos régulos por onde transitasse; do exame dos seus usos e costumes Religião, superstições, forma dos seus governos, do conhecimento da agricultura, rios, minerais e de todos os objectos em geral” realiza uma viagem à Lunda em 1846, no tempo do Mwant yav Noéji. A mussumba que Rodrigues Graça descreve é Kabebe, *Arquivos de Angola*, IIª Série, Vol. II, pp.225-238.

¹³⁴ Cilol, chefe, administrador de um distrito, grafado quilolo nos documentos em língua portuguesa; Vide Glossário.

¹³⁵ Giacomo Macola, *The Kingdom of Kazembe*, pp.3, considera o diário dos pombeiros «the first eyewitness account of the western periphery of the kingdom [Kazembe].

¹³⁶ Após a sua chegada a Luanda em Janeiro de 1815 os Pombeiros foram enviados ao Rio de Janeiro com os seus documentos sobre a viagem, *Annaes*, p.162.

¹³⁷ António Rodrigues Neves, *Memórias da Expedição a Cassanje comandada pelo major Francisco Salles Ferreira*, e editado em Lisboa em 1855, é assim considerado por David Birmingham : “O mais detalhado testemunho disponível do êxodo Lunda encontra-se nas tradições do estado de Kassanje, que foram coligidas em meados do século XIX, pelo soldado Neves”, Cf. *Trade and Conflict*, Tradução portuguesa, *Alianças e Conflitos*, p. 83.

¹³⁸ Neves, *Memória*, p. 96. Leitura e crítica do texto de Neves em Henriques, *Percursos*, pp. 196 e segs.

contornos da história fixada pela tradição, possivelmente constituída por vários segmentos fornecidos por diferentes informantes e condensados para a coerência da História. A proposta de Neves contempla a lista de potentados que seguiram *Quingure* e a lista de Jagas que se seguiram até à data em que se encontrava em *Kasanje*, preparado para assistir à eleição de um novo detentor do poder¹³⁹. O núcleo temático apresentado por Neves corresponde em grande parte ao fixado, três décadas mais tarde, por Henrique de Carvalho. Alerta-nos, a moderna teoria, para os limites deste tipo de documento e alguns estudiosos puderam demonstrar que a história, transmitida na forma de genealogias, não representa o indivíduo e as suas relações de parentesco pessoais, mas uma complexa rede de relações e títulos políticos em expansão¹⁴⁰. Unidades arquitectónicas do saber relacionam-se dentro da informação, criando a sua unidade e resistência ao tempo.

A discussão sobre a importância destes textos é retomada no século XX, depois dos anos setenta, por John Thorton, que sublinha a fragilidade e a natureza peculiar das fontes necessárias para a compreensão da Cronologia e Causas da Expansão Lunda para Oeste, título do ensaio e ao mesmo tempo guião para a compreensão da formação e expansão do império lunda. Afirmando que a Lunda atingiu o ponto máximo do seu desenvolvimento por volta de 1852¹⁴¹, Thornton, que conhece bem as fontes que servem de âncora às anteriores discussões, retoma Henrique de Carvalho e baseia muitas das suas propostas na leitura crítica dos relatos deste explorador do século XIX. Diz por exemplo:

É necessário olhar as tradições Lunda de novo. Embora muitas variantes da tradição lunda estejam disponíveis, as minhas conclusões baseiam-se na notável versão recolhida pelo explorador português Henrique Dias de Carvalho, recolhidas na capital Lunda em 1885 e publicadas em 1890. A versão de Dias de Carvalho é a primeira versão completa das tradições Lunda, e foi tomada de bons informadores¹⁴².

¹³⁹ Idem, pp. 96-109.

¹⁴⁰ Miller, *Poder Político*, p.; Heintze, *Written Sources*, p.265

¹⁴¹ Data da morte do Mwant Yaav Noéji II.

¹⁴² Thornton, idem, p. 2.

O trabalho de Thornton, pela leitura que faz de fontes¹⁴³ e da literatura sobre a Lunda, ajuda a perceber a natureza e as dinâmicas da expansão lunda e a olhar para explicações estruturais que a cronologia não resolve. Faz coincidir a expansão ou a expansão para algumas regiões do território, com o desenvolvimento das próprias instituições e do estado, propõe uma metodologia para abordar a história da Lunda e não uma história da Lunda enquanto tal. A cadeia de transmissão da informação oral é, muitas vezes, como o nota Schecter¹⁴⁴, quebrada porque as variações introduzidas em muitos episódios dependem das idiossincracias dos seus transmissores e da valorização de um aspecto em detrimento de outro. Para este historiador da tradição *kanonguesha*, a história poderia ser encarada nas suas diversas camadas sendo a componente das origens ou das versões locais do génesis a primeira.¹⁴⁵

Saído directamente da cartografia do génesis, estão os primeiros organizadores do poder luba e neles se baseia a origem do poder sagrado *bulopwe*¹⁴⁶ e toda uma cosmogonia recolhida nos anos trinta do século XX, por Tiarko Fourche e Henri Morlighem e publicada com o título *Une Bible Noire, Cosmogonie Bantu*. Estas origens primeiras estão ausentes dos relatos de Henrique de Carvalho e de Léon Duysters, cada um usando as suas fontes para explicar as origens da centralização do estado lunda e das sucessivas migrações.

A origem sagrada do poder está, assim, fora do grande e detalhado inventário dos povos, hábitos e costumes, na, já referida, obra de Henrique de Carvalho, um dos muitos viajantes do séc. XIX, que tinha estado na mussumba do Muatiânvua, sede do poder político de um povo, cujo mito de fundação esteve na base da construção das memórias das origens de grande parte dos povos da África Central. Decisivas fronteiras traçadas, na Europa, enquanto decorria esta expedição (depois de 1885),

¹⁴³ Especialmente de Cavazzi, lendo a versão publicada mas também os manuscritos e constatando que Cavazzi no Livro I, que os seus informantes são residentes em Kasanje. V. Thornton, cit, nota 10 e nota 11.

¹⁴⁴ Schecter, *History and Historiography...*, pp. 22, 23.

¹⁴⁵ Scheter, cit., pp. 38,40. Ver, neste autor, sobretudo, o quadro da página 39 sobre “A Etiologia dos títulos de origem Lunda segundo a tradição *Kanonghesa*.”

¹⁴⁶ Ver para o conceito este trabalho supra. Ver o glossário. V. Mudimbe, *Parables...*, p. 86, e Luc de Heusch, *The Drunken King...*, pp. 8, 9.

iriam transformá-la numa viagem particular. Os testemunhos escritos, dela resultantes, davam um retrato de um momento de nítida coincidência entre modificações da história interna (a africana) a, aparentemente, facilitar resoluções da política europeia, regidas pelas necessidades de diversificação de mercados e de demarcar zonas de influência. Citado como fonte pela maioria dos estudiosos desta vasta região africana, o trabalho ainda não mereceu a justiça de uma melhor avaliação, não só pela sua extensão e detalhe como pelo facto de não serem de língua portuguesa a maioria dos cientistas que estudam a região. Henrique de Carvalho escreveu uma *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, publicada em 1890 e é esta que constitui a principal obra de referência dos especialistas. Os relatos de viagem, quatro grossos volumes publicados no mesmo ano, oferecem percurso de singularidade contido na escrita da expedição, destaca-a de todas as outras, define-lhe os contornos e efeitos da diferença, isola-a completamente do universo das outras escritas de viagem conhecidas, por muito que o autor tentasse servir-se de algumas delas como modelo. A obra, enquanto processo, sobrecumpria um programa e instituíu um paradigma a levantar uma certa modernidade que só faria escola alguns (muitos) anos mais tarde, com os trabalhos de modernos antropólogos. A partir do início da viagem Henrique de Carvalho mantém um diário, onde aponta não só a informação como as fontes que consulta e ouve. Logo no primeiro volume refere a importância da oralidade, as notícias sobre a formação dos estados e aproveita a longa estadia em Malanje (Figura 2) para se familiarizar com as línguas e ouvir os informantes¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Ver, Henrique de Carvalho, *Methodo Pratico para falar A Língua da Lunda contendo Narrações Históricas dos Diversos Povos*, especialmente o prefácio.

O relato feito por Carvalho sobre o rumo seguido por “Quinguri” e os locais percorridos liga definitivamente a história de vários povos à expansão lunda:

Seguiu Quinguri o rumo WSW., dirigindo-se a Quimbundu (chamado caminho de Quinguri), e d’ahi passou o rio Cuanza, próximo às suas nascentes.

...

Seguiram pela margem esquerda do Cuanza até ao Libolo, onde chegaram depois de grandes lutas, e Quinguri conseguiu travar relações de amizade com alguns potentados, e entre eles com Angonga e seus parentes, uma numerosa família de grande importância, com quem se aparentou pouco depois porque se ligou a uma irmã deste chefe.

Quinguri demorou-se nestas terras algum tempo, porque do outro lado do Cuanza se travaram as encarniçadas guerras da Jinga, Andondo e outros seus vassallos contra as forças portuguesas, e às quais, apesar de estas irem ganhando terreno, não foi possível pôr termo sem perda de muitas vidas por um longo período de anos.

Já em Massangano havia o presídio português, e Quinguri, passando com os seus e Cuanza a vau acima de Cambambe, mandou participar ao capitão-mór que ele e os seus eram amigos que vinham de longe e se dirigiam a Muene Puto.

Mandou o capitão chamá-los, e por quinguri soube terem eles abandonado as suas terras para lá do Rurua (Lulua) e que guiando-se sempre pelo sol ali chegaram e pediam a Muene puto lhes desse terreno para eles constituírem um estado vassalo.¹⁴⁹

Reconhecendo a dificuldade de apresentar as datas e os factos da história, Henrique de Carvalho presta tributo às suas fontes:

Neste caso, porém há fontes tradicionais em que todos são unânimes, como são — as guerras entre Massangano e Cambambe; Os tributos que já alguns sobas entre estes pontos e imediações pagavam a Muene Puto; recordações que se conservam de que o governador a quem falou Quinguri se chamava D. Manuel; as guerras em que eles entraram com as nossas forças contra a Jinga; e ainda a circunstância de eles irem estabelecer-se na Lucamba em Ambaca, logo de seguida à nova posse naquela região.

Com tais referências podem aqueles homens ter entrado em Luanda ou no tempo de D. Manuel Pereira Forjaz, de 1606 a 1609, ou no de D. Manuel Pereira Coutinho, de 1630 a 1635¹⁵⁰.

Carvalho atribui a elaboração do projecto de travessia de Angola a Moçambique aos conhecimentos e informações trazidas por Kinguri (Cinguli, Cinguri) e coloca assim a elaboração das estratégias portuguesas para o conhecimento e ocupação do interior na dependência das informações que do interior chegavam à costa. Trabalha o

¹⁴⁹ Idem, p. 77. Vide análise sobre esta informação neste trabalho supra.

¹⁵⁰ Idem, p. 78, nota 1.

fortalecimento das instituições políticas africanas, o sistema do parentesco, “Entre os Lundas os primos maternos são considerados irmãos e os sobrinhos como filhos, e daí nasce a confusão nas interpretações para quem não está ao facto deste modo de considerar os parentescos, o que só bem se compreende interrogando-os ao seu uso, se são filhos da, mesma barriga, o que eles não explicam”¹⁵¹, a dupla natureza do poder, as autoridades que o representam, a partir das suas fontes que considera como um oráculo. Reconstitui a genealogia de Kasanje¹⁵², que pode ser comparada com outras genealogias construídas antes da viagem deste explorador português. Longe das possibilidades teóricas que a antropologia moderna havia de construir, cruzando dados das diferentes ciências, Henrique de Carvalho fixou as fontes e deixou um testemunho sobre a sua relação com os informantes que encontrou, ouviu e registou durante a viagem¹⁵³. Fragmentos de histórias de fundação permitiram a reconstituição dos elementos permanentes na origem dos diferentes estados.

¹⁵¹ Carvalho, *idem*, p. 87, nota 1.

¹⁵² *Idem*, p. 83.

¹⁵³ Nos manuscritos que constituem a colecção “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua”, AHU, Sala 12, Proc. 1092, encontramos informação detalhada sobre as fontes e o compromisso de registo permanente e atento. Joseph Miller já o tinha notado a propósito das informações que Henrique de Carvalho dá nas cartas, BSGl, V, 8, 1886, afirmando serem estas mais próximas das versões orais recolhidas, do que o trabalho posteriormente publicado.

Carvalho preciosas informações sobre rotas a seguir, mas também sobre hábitos e costumes dos povos do interior e as listas dos chefes lunda que conhecia. São os informantes africanos e luso africanos que indicam a Carvalho as rotas a seguir, uma vez que as comunicações com a Mussumba ou *Musumb* (capital lunda) tinham mudado drasticamente desde 1874, quando os comerciantes cokwe controlaram todos os caminhos¹⁵⁶. Os diários deste viajante português devolvem-nos os lugares e os contextos da recolha das informações. O diálogo com os informantes segue os protocolos locais: reconhecimento da língua, apresentação, narração, perguntas e respostas¹⁵⁷. Parentesco, relações reais e metafóricas, hierarquias, constelações políticas que se fazem e se refazem, problemas das migrações, emergem da retórica destes informantes de várias origens e constituem a substância principal dos diários de Carvalho. Notável foi o esforço para reconstituir os principais Mwant Yav, desde o lendário filho de Ilunga até Quibuiza Ianvo, vulgo Xá Madiamba, chefe eleito, mas no exílio e a quem Carvalho se propõe acompanhar até à *musumb*¹⁵⁸. Olhando o trabalho deste explorador português ocorre lembrar que certos desequilíbrios se podem notar na totalidade da informação recolhida. Consideramos que tal se deve ao total controlo da informação pelos africanos que num jogo de revelação/ocultação transmitiram o que julgaram ser do interesse maior do explorador (a desmesura do político) afluindo apenas tudo quanto dizia respeito ao simbólico. As conversas obedecem a protocolos rígidos, os assuntos são hierarquizados e a linguagem circula segundo os interesses de todos os intervenientes¹⁵⁹. Estabelece-se assim um sistema de comunicação que passa pela utilização da língua portuguesa, seus falantes, intérpretes e tradutores e pelas línguas locais, formando um conjunto que se esclarece reciprocamente no diálogo. O texto oscila e torna-se permeável às irregularidades destes diferentes registos e a aparente coerência decorre de um processo de escolha

¹⁵⁶ Carvalho, *Descrição*, vol. III, pp 11 e 12.

¹⁵⁷ Ver p. exemplo, Vol III, p. 58, 244 e 249.

¹⁵⁸ *Descrição*, Vol. II, pp. 58, 431, 475 e passim.

¹⁵⁹ Idem, Vol. IV, p. 109, 127, 158.

organizado pelo explorador mas controlado pelos seus informantes africanos, falantes de várias línguas e originários de múltiplas tradições¹⁶⁰.

Curt Von François¹⁶¹, que escreveu sobre a história dos *Bangala, dos Lunda e dos Kioko*, em 1888, afirma:

Os relatos que se seguem não se baseiam de forma alguma em relatos de colonos portugueses ou nas informações oficiais sobre as campanhas dos portugueses, mas assentam nas tradições orais que me foram transmitidas por Germano e pelo intérprete Kunha, cuja mulher é uma negra Bangala¹⁶².

Curt von François integra o grupo de viajantes alemães que, na década de oitenta do século XIX, visitaram diferentes regiões da África Central e, em nome da ciência, procuraram informação, tentando encontrar a autoridade da fonte em primeira mão¹⁶³. Ao nomear os seus informantes, Curt von François aponta para as vozes especializadas que obrigam os viajantes e seus acompanhantes a mudar. Famílias de “informantes enciclopédicos”¹⁶⁴ guardam saber sobre as diferentes sociedades do interior angolano e guiam os viajantes para o conhecimento da História e das instituições. Alguns destes informantes eram membros de famílias de comerciantes luso-africanos, com um papel importante no desenvolvimento do comércio, a longa distância, no interior do continente¹⁶⁵. Estas informações permitem, ao viajante

¹⁶⁰ Em alguns momentos dos seus diários Carvalho regista *Lussungar*, como sinónimo de fazer circular uma notícia, ou *jimbulariamos* com o significado de discutiríamos. Ver *Descrição*, vol. II, p. 76, e 459 e vol.III, p. 292 e 340.

¹⁶¹ Curt von François, explorador alemão que integrou, como geógrafo, a missão a Angola de Herman von Wissmann (1884-1885). Ver “Geschitiches über die Bangala, Lunda und Kioko, 1888” in Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, pp.210-218.

¹⁶² Curt von François, Sobre a História..., in Exploradores *Alemães em Angola* (no prelo), sem numeração de página.

¹⁶³ V. Heintze, Exploradores Alemães, especialmente capítulo 12 “o mito da fonte em primeira-mão”, no prelo, sem numeração de página.

¹⁶⁴ Conceito em Bethwell Ogot, “The Construction of Luo Identity and History” in Luise White (ed.) *African Words and African Voices*, p. 36 e passim. Bethwell Ogot analisa o papel de alguns indivíduos reconhecidos como especialistas em todos os aspectos da história local dos Luo, autores de textos importantes para a fixação da história e identidade do povo Luo.

¹⁶⁵ Beatrix Heintze traça as as origens de algumas destas famílias, ambaquistas (Golungo Alto) a partir de alguns membros letrados que teriam prestado serviços de secretariado aos diferentes potentados angolanos. Esta especialista traça um esboço biográfico de alguns membros da família Bezerra, informantes fundamentais para os viajantes alemães e portugueses do século XIX. Ver Heintze, *Pioneiros Africanos...*, pp. 81 e seguintes. Ver ainda Tavares e Santos *Africae Monumenta*, pp. 62, 64, 67, 97, 116, 131 e 199. Sobre

alemão, fixar conhecimentos importantes sobre a transmissão do poder entre os Mbangalas, como o problema da legitimidade e a rotação do poder entre as principais famílias, o conceito de eleição e a descrição das cerimónias destinadas a consagrar o poder mas também a sua limitação no tempo:

A sucessão dos Bangala continua a resumir-se às três famílias descendentes dos três varões Kulajingo, Ngongo e Kalunga. A pessoa em causa é eleita de cada uma das vezes e, neste processo, a decisão cabe aos quatro chefes poderosos que não têm direito ao trono e que são Kalandula, Kilamba – Kia, Moanda, Anzanguele, um importante chefe da região do Dongo, e Kunga. Estes dão a consagração ao governante e nas cerimónias misteriosas, talvez lhe dêem por vezes também um veneno de acção lenta, uma vez que o número de familiares com direito ao trono é elevado e muitos deles anseiam pelo momento em que eles próprios deterão o ceptro. Por essa razão é desejável que os regentes não reinem demasiado tempo e, na verdade, não houve um único governante para além do grande Bumba, que tivesse ocupado o trono por mais de três anos.

As formas de produção e perpetuação do político, bem como as formas do seu exercício são descritas por este explorador, baseado nas fontes angolanas. Sobre a Lunda, Curt von François reúne e trabalha informações sobre a origem do antigo império, substituindo Luéji por Lukuokesha¹⁶⁶ na descrição dos fundadores das linhagens lunda:

Os títulos de Muata Jamvo e Lukokescha datam desse tempo. A última é sempre a rainha mãe, embora não tenha necessariamente de ser a mãe do regente, sendo sim eleita. Tem a mesma posição hierárquica que o governante, mas deve-lhe obediência em toda e qualquer situação, tal como qualquer outra mulher do reino. O Muata – Jamvo (Matiamo) é visto como um deus; não tem defeitos, é belo e não pode ser morto, uma vez que, dada a sua condição sobrenatural, não pode ter parentes. Deste modo a sucessão processa-se de forma irregular¹⁶⁷.

Os diferentes espaços atravessados e o contacto com informantes de muitas origens colocam o explorador em posição desigual perante as diferentes histórias e obriga-o a criar nexos entre os diferentes núcleos narrativos, ficando visível a importância dos historiadores *mbangala*, face à relativa pouca informação sobre

Ambaka e o ambaquismo como fenómeno identitário e cultural v. Jill Dias, “Estereótipos e Realidades Sociais: Quem eram os «Ambaquistas»?

¹⁶⁶ Curt von François não é o único a fazer a confusão da posição titular Luéji com a Lukuokesha. A mesma confusão aparece em Van den Byang, “Notice Historique sur les Balunda”, 1937, p.43 e Vellut, Notes sur la Lunda..., p.66.

¹⁶⁷ Curt von François, cit., sem numeração de página.

outras realidades sociais que visita. Não deixa, contudo, de anotar uma modificação importante da história da região:

Nos locais fronteiriços ao reino dos Lunda em que estivemos, encontravam-se aldeias dos Kiokos espalhadas entre aldeias dos Lunda. A mudança para esta zona ocorrera há poucas décadas. A sua terra natal situa-se no Sul, mas não consegui descobrir onde; o povo de que descendem, os Lunda como alguns afirmam, ou uma outra tribo, também permanece na obscuridade. Em todo o caso, eles continuam a avançar cada vez mais para Norte e Nordeste, obrigando as populações locais a retirar-se. Por isso, é quase certo que os vivos e inteligentes Kioko tenham grande futuro à sua frente¹⁶⁸.

Com estes exploradores, somos apresentados a diferentes espaços da cartografia, mas também a espaços culturais que os tentam, as suas fronteiras muitas vezes difíceis de decodificar. Matéria comum dos diferentes textos, factores de aproximação, são os informantes que permanecem os mesmos ou das mesmas famílias. Assim, se podemos admitir que os exploradores alemães se leram uns aos outros¹⁶⁹, a forma como construíram os seus textos e aquilo que têm em comum, para lá das grandes diferenças, ficou a dever-se ao grupo de informantes que ouviram. Beatrix Heintze chama a atenção para os “especialistas da tradição” que acompanharam muitos destes exploradores em diferentes momentos do último quartel do século XIX. Germano, Gomes, os irmãos Bezerra apresentam as tradições, segundo o seu ponto de vista, tendo alguns sido responsáveis pela elaboração das listas dos diferentes soberanos lunda¹⁷⁰.

A História, acontecimento no sentido ontológico, sofre processos de actualização, levados a cabo pelos informantes, que resolvem conflitos de linguagem, de tempo e de lugar, criando textos unidos por novos sentidos. Homens de fronteira fornecem decodificação sobre categorias práticas, mentalidades e sistemas de crenças, diferentes formas de uso do passado¹⁷¹.

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

¹⁶⁹ Curt von François cita Otto Schütt, explorador alemão que ao serviço da Afrikanische Gesellschaft, e acompanhado pelo arquitecto Paul Gierow esteve em Angola entre 1877 e 1880, V. Biografias e textos em Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, pp. 340- 359, tradução portuguesa no prelo.

¹⁷⁰ Heintze, cit., pp. 346, 347. Vide Cronologia sobre a sucessão dos Atiav (Muatiãnvuas) em Hoover, *The Seduction*, pp. 602,603.

¹⁷¹ O problema das fronteiras e dos mundos que simbolicamente agregam será tratado neste trabalho.

Depois do momento das grandes viagens de exploração, a Conferência de Berlim impõe a ocupação e o poder colonial elabora a sua estratégia institucional e de ocupação militar e política. Os primeiros anos do século XX (ocupação militar, governo de Veríssimo Sarmento¹⁷² mudam a qualidade e a quantidade da informação. As vozes africanas aparecem diluídas nos documentos que dão conta da progressão militar e administrativa. A escrita da história aparece a legitimar o poder colonial que entretanto se afirma. A informação continua a ser crucial mas é afastada dos rostos e dos nomes que a produzem. A lenta etnografização dos espaços é matéria a perseguir desde os primeiros anos do século vinte. Militares, soldados, agentes da administração colonial e estudiosos procuram construir a estratégia do saber colonial obedecendo às características etnográficas de cada grupo. Rígidas divisões linguísticas são a fonte que permite separar os diferentes povos. A cartografia imperial cria delimitações ligadas a especiais aptidões para o trabalho e pagamento dos impostos¹⁷³ e aposta numa nova escrita historiográfica privilegiando alguns campos em detrimento de outros.

¹⁷² Vide cronologia da Ocupação e dos conflitos em anexo. Veríssimo Sarmento foi o segundo governador colonial da Lunda (1896-1907), sucedendo a Henrique de Carvalho, 1º governador.

¹⁷³ Vide *Conferência dos Governadores Coloniais*, 1934, “Discurso de Abertura” por Eduardo Ferreira Viana, pp. 117-149. Eduard Ferreira Viana foi governador de Angola entre 1931 e 1934.

1-4- Novos protocolos com as fontes

Havia um homem que tinha várias filhas. Parte das filhas casou. E quanto à mais nova apareceram vários pretendentes mais velhos. E alguns jovens. Mas foi exigido que trouxessem a porta de água. Então apareceu um que disse “ não eu vou trazer a porta de água” E essa porta de água você não vai fazer nem de dia nem de noite. “Tá bem”. O rapaz levou o cunhado para o rio, levou o martelo e começou a pregar no rio. Pregou. Demorou algum tempo para dizer que estaria a pregar a porta de água e mandou o cunhado chamar o sogro para vir ver a porta de água. Mas não podia vir nem de dia nem de noite. O sogro diz: “como é que ele me está a chamar se eu é que mandei vir aqui com a porta de água?” “Então [disse o rapaz] é melhor mandar a pretendente segurar no dedo do pé para eu e a porta de água não sejamos levados pela corrente”. O sogro não ficou contente e levou o problema na Ciota¹⁷⁴. Contada a história os mais velhos disseram que o mais novo tinha razão”

História contada por Leonardo Kojo em 7-7-2001¹⁷⁵

Nem sempre ouvir uma história que nos chega de outra língua conduz de forma directa ao entendimento da mensagem e à transformação directa de um texto da tradição em texto histórico capaz de autorizar uma interpretação directa. Uma história está cheia de marcas e significa num contexto que não é óbvio para o historiador. O acto linguístico “com a sua estrutura multidimensional”¹⁷⁶ é autónomo da sua significação imediata. Assim este texto que nos foi passado para sublinhar as dificuldades da metodologia, as diferenças entre o velho e o novo e a prova que

¹⁷⁴ Ciota, Cota, grafia na documentação portuguesa Tchota e ou Txota, espaço circular de reunião, também a própria reunião, tribunal. Nas regiões trabalhadas aparece com esta designação (cokwe) e por vezes Django do umbundu *ondjango*. Os problemas não resolvidos pelo *cota* do regedor ou soba (a última instância em termos de poder costumeiro) são, por vezes, conduzidos à Administração. Os assuntos mais comuns tratados no *cota* são os de feitiçaria e “invejas”, que têm vindo a aumentar e que afectam todos, e os adultérios. Não existem conflitos de terra. No entendimento da população, o *muata* (em qualquer nível) é o elemento de ligação com os antepassados e representa-os na terra. O sistema de sucessão dos *muata*'s no poder não é rígido, tanto se faz por via patrilinear como matrilinear, dependendo mais do perfil do sucessor, que é frequentemente escolhido ainda em vida do utente, podendo este influenciar o *cota*, que é, em última análise, quem decide. Para além dos “mais velhos”, o *cota* inclui outros líderes como os responsáveis do MPLA e das igrejas, o secretário da aldeia e o professor e, em alguns casos, um ou mais *ngaji*, isto é, pessoas com dom de oratória e influência. Vide Glossário.

¹⁷⁵ Luc de Heusch, *The Drunken King*, p. 229 e seguintes, insere uma narrativa Bemba, que ele considera o oposto do mito de fundação Luba e uma versão muito diferente do mito de fundação Lunda, e que tem muitos pontos comuns com esta história de Leonardo Kojo.

¹⁷⁶ Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, p.38

instituições antigas se encontram em funcionamento em plena modernidade resume o mundo dos casamentos e das alianças como meio de fundação de novas realidades.

O trabalho de pesquisa linguística, ensaiado em trabalhos sobre a região¹⁷⁷, não resolve os problemas sobre a validade do uso desta ou daquela fonte ou técnica¹⁷⁸. As dificuldades de estabelecimento dos campos epistemológicos das diferentes ciências, normalmente chamadas a depor sobre um passado mítico, histórico, temporal, são tributárias da natureza das fontes envolvidas e do facto da maioria dos povos, sujeitos da história da região, se reclamar de origens comuns, de elementos de fractura ocorridos dentro das mesmas sociedades e do facto de muitos dos ancestrais fundadores transitarem de uma história para a outra, num dinamismo de legitimar fundações a partir de entidades muito antigas e importantes, como elementos estruturadores da importância do passado. A inscrição da história num tempo, ou a adopção de um antepassado determinado, decorre mais da importância e da memória desses tempo do que de uma cronologia restrita. A concepção do tempo histórico produz-se na tensão entre campo da experiência e horizonte de expectativa, dando lugar a reconfigurações, por vezes longe de um horizonte temporal linear.

Os trabalhos desenvolvidos no campo, durante as deslocações à Lunda, que resultaram em entrevistas, encontros em locais especiais, respostas a questionários e narrativas de extensão e conteúdo diferentes, permitiram reconstituir as questões da memória e, transversalmente, questões da história política, económica e social, que levam à figuração de uma memória histórica e ao fazer e refazer de identidades, nas complexas relações dos povos do território com uma herança e com um presente. A questão das autoridades tradicionais e a forma como os actuais poderes com elas se relacionam, obrigou ao estabelecimento de questões de método para ouvir, questionar, entender e relatar. O fim da guerra coincidiu com as últimas deslocações ao campo e, necessariamente, trouxe, por arrasto, o alargamento das expectativas no

¹⁷⁷ Jan Vansina, *Paths Of the Rainforests*, principalmente em Appendix- “Comparative Lexical data” e Hoover, *The Seduction Of Rweji*

¹⁷⁸ É a Vansina que recorremos para enumerar a quantidade de interrogações que subsistem por detrás da validade do uso de uma ou outra fonte ou ainda o uso combinado de várias fontes, Vansina, *Paths*, p. 249, 250. Numa Comunicação ao International Symposium *Angola on The Move*, expressivamente titulada “Crossing the River: Myth and Movement in Central Africa” Wyatt MacGaffey usa uma epígrafe retirada de Vansina “All history as reconstruction of the past is of course myth” que nos alerta para os problemas de deslizar de uma para outra fonte, de um para outro critério, v. Wyatt MacGaffey, cit. p. 1, 2, publicação em *Angola on the Move*, pp.221-242

terreno. Regiões até ali interditas revelavam-se possíveis. O presente e o quotidiano das populações das actuais províncias angolanas das Lundas (Lunda - Norte e Lunda - Sul está largamente envolvido com as memórias da ocupação mineira e do passado colonial.

A reconstituição dos Arquivos da DIAMANG, que hoje integram espaços físicos muito diferentes e funcionam como corpus junto de outras colecções importantes, também levantou questões metodológicas, que julgo oportuno referir.

Numa primeira fase, os trabalhos pareciam evoluir de forma a desembocar sempre na questão da legitimidade e transmissão, sendo difícil encontrar respostas para outras questões. As últimas discussões, em torno da legitimidade da chegada e do exercício do poder, obliteravam outras questões ligadas à terra, sentimento de pertença e seu governo.

As recentes relações dos poderes políticos modernos com estas autoridades convocatória a Luanda, reunião (congresso) sobre autoridades tradicionais, com a intervenção de vários estudiosos parecia conjugar-se para restituir a anteriores poderes uma importância há muito relegada para segundo plano sobre os imperativos da construção do “homem novo” (período de 1975/1985), ou esquecida segundo as exigências da guerra prolongada, ou secundarizada às imposições da “nova marcha para o capitalismo”, caracterizada pela acelerada “dolarização” da economia¹⁷⁹ e as actividades de tráfico ilegal a ela associadas.

As questões da metodologia jogam com conceitos de história e memória, a relação, para citar Michel de Certeau, entre os termos antinómicos do real e do discurso¹⁸⁰, operacionais para sociedades e povos distintos. Lidar com o passado implica aqui seguir de perto a forma como uma sociedade de mineração organizou o estudo da sua própria história, escolhendo fontes e criando relações com sociedades não letradas, cujos conceitos sobre o passado assentam em lógicas de sobrevivência, que deslizam por detrás da sociedade, tal como ela se nos evidencia hoje. A Lunda, desde 1960, instituiu-se como lugar da construção de problemas teóricos importantes.

¹⁷⁹ Conceito trabalhado por Filip De Boeck com base nas transformações ocorridas nas sociedades envolvidas com o tráfico ilícito de diamantes, principalmente entre a província angolana da Lunda Norte e a região fronteiriça da actual República Democrática do Congo (Kasai e Kwango) em “Garimpeiro Worlds: Digging, Dying & ‘Hunting’ for Diamonds in Angola”, p.449.

¹⁸⁰ Michel de Certeau, *l’Ecriture de l’Histoire*, p.5.

O confronto entre o mundo da teoria e a pesquisa empírica revelava-se difícil de estabelecer, uma vez que, na ordem lógica da sociedade, margens de interferência, inclusive linguísticas, constituem o quotidiano de pessoas, cuja memória colectiva tinha sido perturbada pela administração colonial e cujo presente resultava do confronto e incorporação de novos dados que a permanente chegada, estadia e, por vezes, partida, de deslocados oriundos das mais diversas partes do território angolano provocava. Critérios linguísticos, sobreviventes à imposição portuguesa (durante a governação colonial) para designar funções e mesmo instituições, eram, por vezes, substituídos por acepções importadas de outras línguas¹⁸¹. As histórias contadas por James A. Prichett, no seu *The Lunda- Ndembu, Style, Change, and Social Transformation in South Central Africa*: “that first cold night I had overheard one man ask another for “i- fósforo” to light the fire; and then remove his “i-sapato” and warmed his feet”¹⁸², faziam mais sentido, descodificadas em informações sobre sociedades para as quais o empréstimo linguístico constituía uma atitude normal. Restava aprender com os sujeitos da história da região e não desprezar qualquer tipo de informação, independentemente do seu suporte. Importava encontrar o caminho, rompendo os cercos que a simples acepção trabalho de campo, para seguir as palavras de Vansina¹⁸³, não abarca antes limita, se as estadias no campo são condicionadas pela guerra, pela fragilidade logística, pela necessidade de autorizações de todo o tipo de autoridade para todo o tipo de deslocação. Era necessário estabelecer um novo protocolo com as fontes e com os seus produtores, que pareciam ter ideias bem claras do que queriam transmitir:

Vim solicitar à doutora para poder explicar a história. As pessoas informadas nunca são as que são chamadas. Existem muitos problemas. Procuram os influentes que ligam ao governo e essas pessoas não conhecem da matéria. Por isso que nós quando ouvimos o noticiário viemos aqui para solicitar à senhora para poder identificar-se, porque a própria identidade está aqui da história de 1887 da expedição portuguesa ao muatiânvua em 1884. Por isso não há engano nenhum nós estamos prontos para ajudar

¹⁸¹ Num recente (2004) estudo elaborado pela ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), organização angolana não governamental ligada a problemas de desenvolvimento rural, para a Rede Terra, “Estudo de caso nº 5, Aldeias da Lunda-Sul demonstra o uso de *Soma* (da língua umbundu) em vez de Soba ou Mwata, o uso de regedor, designação colonial para chefe local e com conotações depreciativas, v. ADRA, “Estudo”, especialmente p. 1, nota 2 e 4.

¹⁸² Ver James A. Prichett, *The Lunda Ndembu*, Prefácio, p. xi.

¹⁸³ Jan Vansina, “Venture into the Tio Country” in *In Pursuit of History, Fieldwork in Africa*, p.113.

o governo para a classificação do país. Esta é a própria identidade e nós podemos discutir através desta base. Avisar todos... pelo rádio é melhor... só que a sua excelência não mencionou o nome do Kaungula¹⁸⁴ e do Ciniama¹⁸⁵ as pessoas não vão aparecer. Esta é a própria identidade e podemos discutir através desta base. Vamos meter o Henrique de Carvalho na História. Há muitos que levam notícias falsas. Há muitos que chegam aqui e dizem que nós não aparecemos mas não é verdade nós não fomos avisados. Avisam os influentes. Nós ficamos muito agradecidos e que Deus ajude a vossa excelência. Depoimento de Manuel Mwantale Kaungula¹⁸⁶.

O aviso surgiu assim, sob a forma de uma proposta de método: avisar todos, usar a rádio local (sobretudo nos programas em línguas locais) e não ouvir apenas os influentes. A questão da transmissão da oralidade, pese embora todo o contributo teórico disponível sobre a região, desde os anos 50 do século XX, encontrava-se submersa e sujeita a um processo de reavaliação, depois de um trabalho de mais de três anos com fontes escritas africanas. A construção do problema seguiu, assim, caminhos que, não desvalorizando as fontes orais, tiveram em conta as rotas da escrita, a maior ou menor familiarização destas sociedades com o documento escrito. A palavra escrita estava há muito inscrita nos hábitos dos cokwe, que sempre deixaram um lugar especial aos seus *Akwa kuta sona*, ou seja, os conhecedores dos desenhos, ou ainda os produtores de textos escritos, os vulgarmente conhecidos. Desenho e tradição oral estavam estritamente ligados, mesmo que esta arte já fosse, no momento do desenvolvimento da investigação (2001,2002, 2003), uma arte residual, por vezes até confundida com a cartografia, o desenho de mapas, a localização¹⁸⁷. Os sinais do uso da escrita estavam presentes em todos os testemunhos sobre a região. O museu (Museu do Dundo) tinha aqui um papel, transformado que estava em arquivo histórico, o que obrigava a uma nova abordagem. O museu tinha-

¹⁸⁴ *Kaungul (Caungula)*, m dos Títulos do Mazemb (os altos funcionários do Muata, considerados como os que “estão por detrás do rei”, podiam servir na retaguarda nas acções militares. V. J.Jeffrey Hoover, *The Seduction of Rweji*, p.528, 527. Também Topoónimo Vide Glossário

¹⁸⁵ Cynyama (Chinhama, Tchinyama), Título político. Considerado o fundador dos Luvala. Vide Glossário.

¹⁸⁶ Primeiro contacto (Agosto de 2001) com Manuel Mwantale Kaungula, do bairro Kaungula, arredores do Dundo, posteriormente entrevistado em 2002 e 2003.

¹⁸⁷ Desenhos na areia, forma vulgarizada de designar os *Tusona*, uma tradução ideográfica de escrita, encontrada numa vasta área da África Central (em *ucokwe lusona*, sing. E *sona pl.* Os conhecedores dessa escrita pertencem a uma determinada classe de idade ca. 40 anos e 60. A explicação da história antiga é acompanhada por ideogramas de vários graus de dificuldade executados na areia. Usámos, na capa desta dissertação, um deles indicativo dos pontos cardeais mas também de antigas migrações. Ver Fontinha, *Desenhos na Areia*, nº 168, p.161 A tradição parece perdida nas localidades mais próximas dos centros urbanos. Vários entrevistados se referiram assim e Leonardo Kojo na entrevista de 2001 perguntou mesmo se o desenho era um mapa. A presença das companhias mineiras e da sua peculiar relação com o solo não deve ter sido alheia a este desaparecimento dos desenhos.

se tornado num espaço habitado pela memória, pertencia a um tempo histórico determinado, matriz de uma concepção de guardião das concepções tributárias da recolha da cultura material. A mudança tivera um primeiro registo, aquando da transformação de Museu do Dundo, criado a partir de 1936, para dar notícia do projecto científico da DIAMANG, e definido como “o arquivo dos povos da Lunda”, numa, para usar as palavras de Nuno Porto, “clara reclamação da especificidade etnográfica do museu”¹⁸⁸ em Museu Nacional, após a independência, para proclamar a sua pertença e o seu papel no projecto nacional, segundo as linhas orientadoras do decreto 80/76¹⁸⁹. O processo que se seguiu foi a gradual transformação do museu em arquivo propriamente dito, um lugar de memória, sucessivamente retomado nos depoimentos dos habitantes da região, no estabelecimento de comparações com um passado glorioso, em contraponto com um presente de destruição e silêncio: “Avec le témoignage s’ouvre un procès épistémologique qui part de la mémoire déclarée, passe par l’archive et les documents, et s’achève sur la preuve documentaire”¹⁹⁰. Jogou-se aqui com uma noção, e a sua natural evolução, de arquivo como concepção de um mundo formalizável¹⁹¹. Destinado a ser um arquivo das culturas dos povos, especialmente da sua cultura material, o museu jogou um papel de grande ambiguidade, pela relação que mantinha com algumas das autoridades tradicionais, criando uma espécie de vínculo: os sobas do Museu, que se traduzia na entrega periódica de alguns bens de consumo, em troca da disponibilidade destas autoridades para o fornecimento de informações, para acompanhar visitantes ilustres, colaborar na organização da Festa Grande: “O museu jogou um papel fundamental na valorização dos sobas. A Diamang dava um abastecimento para os sobas e os sobas organizava[m] actividades culturais através do museu do Dundo”¹⁹².

Actualmente não é possível controlar a implicação e o papel deste museu na formulação e qualidade da informação que os habitantes locais nos fornecem. Nota-se sobretudo entre os mais velhos que as histórias circulam em torno desta instituição e

¹⁸⁸ V. Nuno Porto, *Modos de Objectivação da Dominação Colonial*, p.25. V., especialmente o Decreto 80/76.

¹⁸⁹ Publicado no Diário da Republica de Quinta-feira, 14 de Outubro de 1976, 1ª série, nº 244. É um primeiro conjunto de medidas destinadas a dar corpo legal a formas de “ conservação e protecção do Património Histórico-Cultural do Povo Angolano” (do Sumário) p.798.

¹⁹⁰ Paul Ricouer, *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, p.201.

¹⁹¹ Michel de Certeau, *L’Écriture de L’Histoire*, p.16.

¹⁹² Depoimento de Felizardo Gourgel, no Dundo 18-11-02, 1ª entrevista.

prolongam a sua vida muito para lá dos objectivos que estiveram na base da sua fundação. A “instituição imaginária”¹⁹³ encontra a sua manifestação simbólica na linguagem na descrição para se posicionar numa região de fronteira entre o que existe e a perda.

Sou Soba Dinhuca¹⁹⁴. Chegamos aqui em 1918. Encontrámos os colonos. O meu velho estava no poder e depois eu herdei o poder dele. A situação mudou muito Este museu não é nada do que está agora. Era um museu muito grande. Nessa altura toda a gente estava a felicitar este museu. Mas agora já não é assim é preciso ver se Endiama¹⁹⁵ [Diamang] pode voltar. Hoje estamos a admirar muito¹⁹⁶

2- História e Movimento

Para voltar a Vansina, as interrogações que formula em *Paths*¹⁹⁷, à guisa de conclusões, sobre a validade da reconstrução como conjunto, subsistem em todos os trabalhos que tenham como objectivo a abordagem da complexa história das regiões da África Central e que impliquem o estudo combinado de fontes de natureza muito diferente. A história da África Central está profundamente ligada ao processo de migração e fixação dos povos, segmentação e centralização do poder, abrindo assim lugar à noção de que a história é o privilégio de que é preciso lembrar para não se esquecer de si próprio¹⁹⁸. O Século XVI, quer se aponte para os seus meados, quer se prefira situar o tempo da mudança para o século seguinte, aparece, em todas as propostas, como um momento em que as antigas linhagens segmentares, perfiladas ao longo do rio *Kalanyi (Nkalanhi)*, se confrontam com profundas modificações internas, ligadas ao envelhecimento e perda de poder de alguns títulos e ao aparecimento ou valorização de outros. Com efeito, nessa altura e como já vimos,

¹⁹³ Cornelius Castoriadis, *L'Institution imaginaire de la société*, p. 174.

¹⁹⁴ Soba Dinhuca, de origem Luba, nascido no Chitato em 5 de Dezembro de 1945, neto do soba Dinhuca, nascido no Zaire, actual Republica Democrática do Congo.

¹⁹⁵ ENDIAMA- Empresa Nacional de Diamantes de Angola E. P., empresa que sucedeu à Diamang após a Independência de Angola. Por vezes nos depoimentos há troca das designações.

¹⁹⁶ Depoimento recolhido em 24-07-2003.

¹⁹⁷ Vansina, *Paths*, pp. 249, 250.

¹⁹⁸ Michel de Certeau, cit, p.11.

uma transformação qualitativa do antigo poder tem lugar, com a necessária transformação das estruturas com ele relacionadas.

Contar a história:

No princípio não havia Mwant Yav. Mwant Yav apareceu depois. A Lueja detinha o poder. Havia um grupo dividido das pessoas iam buscar o marufo para dar à rainha. Neste sítio onde que as pessoas iam buscar o marufo para dar à rainha então foram encontrar um senhor chamado Cibinda Ilunga. Ele gostou do marufo começou lá a frequentar todos os santos dias. Então as pessoas que iam buscar o marufo não encontrava lá o marufo, então regressava e explicava na rainha. Naquele sítio já existe um senhor que todos os dias vai lá buscar o marufo [vinho de palma]. Então montaram uma emboscada e apanharam o senhor. Assim que apanharam o senhor foram mostrar à rainha. A rainha gostou do senhor então ficou. A senhora como é de hábito tinha os irmãos que costumavam ir lá saudar. A partir dali ela disse: não é a mim que saúdam, saúdam já este senhor e a partir daqui este senhor é considerado como meu esposo. Então isso criou divergências. Começaram já a haver separações. É assim que Mwant Cisengue parte. Cinguri também parte. Cinyama também parte. Depois de ficar um rolo de tempo com este senhor começaram a fazer filhos e esses filhos vieram a ser mais tarde a chamar o nome de Mwata Yanva, [discussão, protestos em *ucokwe* sem tradução], O Cibinda depois de ficar um rolo de tempo com a Luéji então a Muári Kamomga Mwansansa teve que indicar uma pessoa que chama-se cachala que fica assim como guarda costas daquela pessoa que estava no poder. É assim que durante um rolo de tempo depois da Lueji ficar já velha, já mal podia trabalhar então a tal pessoa fica já com Cibinda Ilunga. É assim que nasce já o Yanvo. Onde vem o nome de Muata Ianva (Mwant Yav) – versão do Mwant Ciseng Alberto Ndumba recolhida em Luanda em 13-01-2001¹⁹⁹.

A ordem política e territorial da região é invocada na longa entrevista para permitir uma localização de todos os movimentos encetados, em épocas diferentes, por este povo. As relações de força actuais ficam como eco do rememorar de antigas mudanças que, em última instância, a legitimam. A hierarquia das coisas contadas obedece a uma moldura rígida que, por vezes, escapa à tradução. Por exemplo, as genealogias são todas enumeradas em *ucokwe* e o tradutor não as refere.

As cronologias não são, ou podem não ser, coincidentes com a forma como os pais e as mães da história se movimentam, mas indicadoras da importância de cada um dos portadores de títulos. A peculiar estrutura social *cokwe* permitiu o avanço, em várias direcções, no vasto território da África Central e garantiu a fundação de espaços de reprodução do sistema social com as suas coesões e a sua grande abertura

¹⁹⁹ Gravação de Maria da Conceição Neto, nossa transcrição. Cumpre sublinhar que a eleição deste Mwant Ciseng resultou de um período de vazio de poder, extremamente conflituado e resultante da morte do Mawnt Ciseng José Satambi a um tempo mwata e membro do parlamento.

à incorporação de elementos novos²⁰⁰. As recolhas do século XIX estão hoje confrontadas com as referências dos textos mais antigos dos historiadores, que visitaram o sertão angolano e disso deixaram relato, como vimos nos capítulos anteriores, em épocas tão recuadas como o século XVII da nossa era.

A história diz-nos que no caso dos cokwe (povo e língua predominante nas províncias angolanas das Lundas), uma estrutura familiar, baseada em princípios simples e rígidos, *usoko*²⁰¹, permitiu que, a partir de um pequeno e compacto núcleo inicial, situado nas margens dos rios Kasai, Kwango e Zambeze, encontrassem formas de reprodução e multiplicação que, em menos de cem anos, permitiram a sua expansão ao longo de um território de centenas de quilómetros. A tradição mantém a memória de migrações de grandes chefes lunda, a partir do rio Nkalanyi (Calanhi), seguindo talvez rotas de um antigo comércio efectuado no interior daquelas regiões da África Central, que foram integrados juntamente com as instituições e formas organizativas de que tinham conhecimento, nas pequenas sociedades cokwe. As pressões da costa, perceptíveis no interior numa data que deverá coincidir com a segunda metade do século XVI, e a sucessiva demanda dos escravos não terão sido alheias aos padrões de crescimento e migração surgidos. As grandes modificações, entretanto surgidas no interior do continente, nomeadamente as questões de fractura e mudança operadas ao nível do exercício e territorialização do poder político, na sociedade lunda, constituíram, decerto, o outro conjunto de pressões que explicam as mudanças operadas nestas sociedades. John Thorton, ultrapassando a dificuldade metodológica posta pelo facto da existência das ciências ser muito mais antiga do que o estabelecimento das molduras rígidas dos seus campos epistemológicos, analisa e confronta fontes de variada natureza, dando um papel às fontes portuguesas, e estabelece uma periodização na expansão lunda, afirmando que ela se efectuou em momentos diferentes, entre c. 1700 e 1852, com resultados visíveis na incorporação de dados e no trabalho com os horizontes da fundação nos diferentes povos

²⁰⁰ V. Sobre este assunto e por todos Miller, *The Cokwe Expansion*, p.8.

²⁰¹ “Consiste num pequeno grupo de parentes (irmãos e irmãs) adultos, agregados em torno de uma mãe (no caso de ainda ser viva), e da sua descendência matrilinear. Os filhos das irmãs, mas não os seus maridos, pertencem ao *usoko*. Esta estrutura mais ou menos rígida e a sua implicação na sociedade cokwe pode ser acompanhada e percebida através do estudo do ciclo de vida de uma criança cokwe.” V. Miller, *Cokwe Expansion*, p.6. Vide Glossário

envolvidos. Assim, a história da Lunda e dos seus diferentes chefes estaria intimamente ligada a todas as transformações que se operaram no interior do continente africano, a partir de uma data não esclarecida mas situada depois do século XVI²⁰². Os lentos processos de centralização das sociedades lunda, notados e referidos por alguns dos viajantes do século XIX, que junto de informantes da mais variada origem surpreenderam fases desses processos, criaram momentos de fractura que se traduziram na emigração de algumas chefias lunda, autoras de um processo de disseminação dos títulos lunda entre populações tão distantes do centro do estado lunda como os cokwe, ou os mbundu²⁰³. Algumas das tradições recolhidas junto aos cokwe, pende²⁰⁴, lwena ou luvale²⁰⁵, em diferentes momentos do século XIX, conservam uma ideia deste processo, por vezes perdida entre os lunda da *Mussumba*.²⁰⁶ Trata-se, para usar um conceito trabalhado por Halbwachs e Ruy Duarte de Carvalho, do que se refere à sobrevivência do momento em que se adquiriu uma lembrança.²⁰⁷ As migrações, os exílios, as movimentações coloniais têm um papel (de natureza diferente) na forma como as tradições destes povos se relacionam com o antigo Império Lunda. As distâncias, as revoluções linguísticas provocaram nestas sociedades fenómenos de “encapsulização”²⁰⁸ que preservaram uma maior fidelidade às origens e a conservação dos valores das tradições mais antigas.

²⁰² V. John Thorton, “The Chronology and causes of the Lunda Expansion to the West, p. 1 Discussão e propostas em David Birmingham, *Alianças e Conflitos*, Miller, *Cokwe Expansion e Poder Político e Parentesco* Vellut, *Notes sur la Lunda*, Hoover, *Seduction*, e Vansina, *Kingdoms of Savanna*.

²⁰³ V. sobre este assunto, Miller, *Poder Político*, p. 115.

²⁰⁴ *Pende*, povo que abandonou Angola, no século XVII, para se estabelecer no Kasai, Ver sobre estes povos Haveaux, *La Tradition Historique des Bapende Orientaux*.

²⁰⁵ *Luvale* ou *Lwena*, povos que conservam uma tradição de origem lunda, resultado da expansão de títulos políticos. Voltaremos a este povo e sua história neste trabalho.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ V. Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, especialmente cap. IV. V. em Ruy Duarte de Carvalho, *Aviso à Navegação*, especialmente p. 24 e 25.

²⁰⁸ Conceito em Ruy Duarte de Carvalho, *idem*, p.56.

2.1. Expansão, Comércio e Sistemas Abertos. O ponto de vista cokwe

Na língua Lunda [há] palavras que parecem não ter mais nenhuma vogal²⁰⁹.

Max Buchner

A língua oficial aqui do leste é o quioco
Fernando Teixeira²¹⁰

Não é somente à língua que podemos atribuir a falência do sistema lunda, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, mas o *urund* om a sua complexa estrutura é referida por alguns dos nossos entrevistados como uma “língua dura” que não acompanhou as transformações que se operam durante o século em referência.

O mundo do presente tem dificuldade em lidar com um passado que a tradição oral devolve como definitivamente marcado pelas transformações dos anos oitenta do século XIX²¹¹ (1887, a entrada na capital política do império) o grande regresso, ao centro político dos lunda, dos cokwe, cinematograficamente descrito por Henrique de Carvalho, o viajante português que assistiu à batalha e tomada da *Musumb* (Mussumba) pelos guerreiros cokwe²¹². Uma das entidades políticas de maior duração no tempo, e de aparente coesão, estruturada numa sólida política de alianças e no exercício de um poder sacralizado a partir desse centro mítico, a Mussumba (*Musumb*)²¹³, é violentamente atingida com o regresso destes conquistadores e comerciantes que, durante mais de três séculos, a tinham deixado para participar activamente na história do continente, transformando-se, de simples caçadores

²⁰⁹ Max Buchner, “Über die Ethnographie Südwestafrikas”, citado por Heintze (ed) Max Bucners *Reise nach Zentralafrika 1878-1882. Briefe, Berichte, Studien*, Introdução (Tradução francesa, p.358).

²¹⁰ Fernando Teixeira, depoimento 5 de Julho de 2001.

²¹¹ Colhe aqui lembrar Vansina com os seus alertas para o condicionamento da memória entre os So no Zaire, fixada em torno da chegada de Stanley em 1877, ou entre os membros do Reino de Tio com a recuperação de um passado a partir da chegada de Brazza em 1880. No Dundo, Lunda –Norte, em determinado momento do trabalho de campo em 2001 a fotografia do explorador português, oferecida aos chefes Caungula (Kaungul), pelo filho daquele explorador em 1948, foi apresentada como “documento legitimador “ da importância daqueles chefes na hierarquia da região.

²¹² Literariamente tratados por Castro Soromenho em, *Homens sem Caminho*.

²¹³ Vide Carvalho, *Descrição da Viagem*, vol. IV, esp. Cap. XIV.

intermediários, em controladores das rotas do comércio caravaneiro. A situação deve ser lida para lá do parentesco perpétuo, como uma invasão estrangeira e não como um golpe de estado, uma vez que o parentesco perpétuo não é a única explicação para a coesão política entre os cokwe, nem explica o fortalecimento do poder dos líderes deste povo, durante a última metade do século XIX²¹⁴.

Em 1880, os lunda acreditavam que os cokwe matavam os seus inimigos pelo poder da palavra²¹⁵. A sedução da palavra²¹⁶ permite falar de uma arte e técnica da oralidade, instituída como recurso para a estruturação do sujeito, num mundo refeito de sobrevivências de um passado fragmentado, ao qual uma estratégia linear e contínua confere unidade. As autoridades representantes da administração belga referem a dificuldade de aplicação de medidas preconizadas, pela legislação, sobre o reagrupamento dos diferentes grupos, em virtude de, em certas regiões, os cokwe, lunda, ndembu, luwena usarem, de forma generalizada, a língua *ucokwe*²¹⁷.

A história do século XX, solicitando a depor gerações de especialistas da palavra, viria consolidar núcleos temáticos que constituem, até hoje, o referente fundamental e estruturante das histórias dos povos da região leste de Angola. O exercício da palavra, treinado como um ganho desde a mais tenra infância, sempre disponível para ser posto em prática, cria um enorme ruído, que faz olhar a história como criação deles para o universo. Tudo serve: um desenho, um conjunto de sinais esboçados pelas mãos, a posição do corpo, que marca a vida como um desafio que tem que ser ganho pelo maior número de palavras conhecidas, a lógica do seu uso como suporte do pensamento, o jogo entre instâncias do direito, a consagração de legitimidades.

Toda a gente tem uma história para contar. O exercício de contar pode ser exercido por qualquer um, tamanha é a noção e a consciência do passado, como elemento estruturador de uma identidade. A interação entre o contador de histórias e a audiência precede o significado das histórias. A arte da palavra e da persuasão pode assim ser considerada como o instrumento principal na resolução de conflitos e como uma forma natural de existir pela palavra. Vale dizer que os seus cultores têm

²¹⁴ Hoover, *Seduction*, p. 322.

²¹⁵ V. Miller, “Cokwe Expansion”, p. 15.

²¹⁶ Cf. Paul Zumthor, *Introduction à la Poesie Orale*, p.53.

²¹⁷ *Idem*, p.56. Bustin, *Lunda*, p. 79.

consciência de que a retórica, no “sentido grego do termo”, é “um estado de espírito” e também uma “disciplina”²¹⁸. Núcleos narrativos permanentes sobrevivem em todos os relatos, independentemente da origem e percurso do informador. “Os narradores são, em mais do que um sentido, formados pelas suas próprias narrativas. As suas reputações, as suas identidades podem ser construídas pela habilidade das suas performances”²¹⁹. As imagens do passado surgem, assim, como articuladoras das coerências do presente, do qual participam todos os elementos do grupo.

Os viajantes do século XIX e dos primeiros anos do século XX notaram que a história dos povos lunda está intimamente ligada à dos cokwe e, em muitas das recolhas, o ponto de vista é cokwe. Assim diz Baumann:

A história dos Cokwe é portanto, em parte, a da Lunda... e é natural que tudo o que ouvi contar, apenas esteja do ponto de vista dos Cokwe...É preciso que tenhamos sempre em consideração que os Cokwe contam a história dos seus reis. Os mianangana na terra dos Cokwe tinham sido quase todos parentes pertenciam à antiga dinastia da Lunda. Mas na, entre todos os Cokwe, conhecida por «guerra das flechas de madeira» que foi uma luta dos filhos contra a mãe, separou-se o ramo que reinava sobre os Cokwe²²⁰.

A história tem várias versões, que remetem claramente para um princípio cronologicamente difícil de estabelecer, mas ligado a profundas transformações ocorridas nas sociedades que reclamam uma origem comum, mas a que dificuldades de vária ordem, ligadas à sobrevivência, cindiram em grupos diferentes, com percursos diferentes, depois dos meados do século XVI.

A mais famosa história de amor da África Central²²¹, e os elementos de sedução que agrega, explica um recomeço da história e dá início a um percurso identitário de povos muito diferentes.

²¹⁸ Manuel Maria Carrilho “As Raízes da Retórica: A antiguidade Grega e Romana”, *passim*.

²¹⁹ Elisabeth Tonkin, *Narrating*, pp. 50, 55.

²²⁰ V. Hermann Baumann, p. 139 in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, trad. portuguesa, (no prelo). Os mianangana (*Anangana* (mw-; my-) Soba dinástico chefe; rei ou rainha; também a condição ou estado de (mw ou my) anangana, autoridade própria do soba dinástico ou a esfera da sua influência; realeza; reino, Barbosa, *Dicionário*, p. 13. Na base da organização social cokwe está a mianangana ainda nos nossos dias. Vide Glossário.

²²¹ Cujas primeiras versões são colhidas, pelos viajantes europeus, no século XIX. A Paul Pogge, explorador alemão já referido, é atribuída a primeira versão do mito Luéji, a que já aludimos e a que voltaremos ao longo deste trabalho. Ver Paul Pogge in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, pp. 301-326 (versão portuguesa no prelo). Esta formulação “história de amor” para explicar um momento de viragem na história dos luba e lunda

Outros ficaram lá na Mussumba. Depois lá na Mussumba as pessoas começaram a procurar-se entre as famílias. É daí onde ele uma vez disse que me recordo de ele me ter falado de um senhor chamado Chibinda Cibinda Ilunga. Quer dizer esse senhor era família também era um neto de um senhor chamado Mutondo Mukulo. Mutondo Mukulo²²² quer dizer um tronco antigo. Então era filho de Mbini Chilue ele começou a procurar outras famílias. É assim que lá na Mussumba estava a reinar antes da Luéji o pai dele o Konde. O Konde estava lá a reinar e tinha muitos filhos. Tinha a Luéji, tinha o Chinguri, tinha o Ndonji, tinha o Cinyama, tinha a Kafuxi, tinha também a Samba. É verdade. E prontos lá viviam e depois o pai que era rei o senhor nessa altura o Konde antes de falecer então ele deu o trono à sua filha Luéji que era uma filha bem comportada, ao passo que os seus irmãos não eram assim tão obedientes²²³.

Todas as tradições reforçam a impressão de uma origem luba²²⁴ para as instituições que se difundiram entre os cokwe e os lunda, num tempo antes do aparecimento, de maneira formalizada, das hierarquias lunda²²⁵. “O chefe de sangue sagrado *mulopwe*, *Cibinda Ilunga*, introduziu, no país dos lunda, a concepção da organização política dos lunda do Shaba, que repousa na sacralidade do poder do chefe e no governo do seu estado, por intermédio de uma hierarquia de funcionários”²²⁶. A história oral reteve, para uma grande parte dos membros das comunidades lunda e cokwe, que habitam actualmente o espaço administrativo das províncias da Lunda –Norte e Sul, em Angola, “o lado bem comportado da história”, assim referido por Hoover²²⁷ e, de certa forma, adoptado por muitos dos especialistas que se ocuparam do problema. Sobrevive ainda hoje, porque contém todos os ingredientes do fenómeno lunda. *Luéji* é preferida pelo seu pai, porque tem auto controlo e bom coração, por contraposição aos seus hedonistas irmãos, violentos e

deve-se a Victor Turner, “A Lunda Love Story and Its Consequences”, trabalho elaborado a partir de uma selecção de textos da tradição lunda colhidos em Henrique de Carvalho.

²²² Mutondo Mukulo, Título político, o mesmo que Yala Mwaku. Miller, *Poder Político*, p. 118. Vide esta dissertação supra, vide o glossário.

²²³ Depoimento de Tanda Sakaúma, em 18-08-2003 e 19-08.2003.

²²⁴ Marie-Louise Bastin, “Statuettes tshokwe du héros civilisateur Ilunga”, p. 27. V. Carvalho, *Methodo*, “sũana mulopo o herdeiro, que é geralmente um irmão ou sobrinho”, p. 364; origem Luba do título em Carvalho, *Ethnographia*, p.59; evidência e significado linguísticos para Mulopwe e Swana Mulopwe (Nswan Mùlòpw) em Hoover, *The Seduction*, p.543. Vide Glossário.

²²⁵ Vansina chama a atenção para a reconstrução da história política ou história das instituições, V. *Paths*, p. 251.

²²⁶ Marie-Louise Bastin, cit, p. 27, 28.

²²⁷ Hoover, *The Seduction*, p.384

pouco fiáveis²²⁸. Cada uma das versões do “mito” lunda parece incorporar uma história, com o seu início e desenlace, a narração propriamente dita, o início e o fim. Cada uma delas parece, no entanto, agregar múltiplas narrativas, acrescentadas por pessoas com pactos narrativos com outras entidades políticas e sociais²²⁹. A história que antecede a dinastia dos *Muant Yanv* aparece, assim, envolta em camadas míticas²³⁰, que preparam e introduzem um tempo histórico importante para toda a África Central. A formação de um grande conselho *mungongo*²³¹, integrado pelos chefes de aldeia (*Kalamb*²³²), será o início de um caminho de relacionamento destes chefes com a terra, sendo estes conhecidos por *Kabung*²³³. A lenta caminhada, no sentido da centralização do poder, reforço do poder do chefe, regras restritas de sucessão, é a história da formação do império lunda, do aparecimento das instituições e sua transformação, num longo processo estendido no tempo e no espaço. O resultado foi um governo centralizado, com uma hierarquia de títulos bem definida, correspondendo a centralização e expansão a fenómenos que não podem ser simplificados pela passagem da matrilinearidade à patrilinearidade, como muitas abordagens da etnologia colonial propõem.

Estudando as invariantes das diferentes versões do mito, como nota Manuela Palmeirim²³⁴ Luc de Heush analisa os mitos da realeza sagrada, a passagem de um momento civilizacional para outro, a introdução de uma ordem mais sofisticada²³⁵ e o desenvolvimento da capacidade de converter grupos não lunda em membros activos do estado em expansão e serem mesmo actores desse processo. Analisando os mitos

²²⁸ Idem, *ibidem*.

²²⁹ Características do mito e as dificuldades da sua tradução, como nota Ruy Duarte de Carvalho, a propósito da poesia e citando Claude Lévi-Strauss: “a substância do mito não reside no seu estilo, nem na sua música original, nem na sua sintaxe, como é o caso da poesia, mas na história que o mito conta”, Ruy Duarte de Carvalho, *A Câmara, a Escrita*, p.106.

²³⁰ Robert Scheter, *History and Historiography on a Frontier of Lunda Expansion: the origin and development of the Kanongesha*, especialmente capítulo 2, analisa as diferentes narrativas de origem e a sua relação com a história dos outros povos da África Central.

²³¹ *Mungongo*, Associação masculina ligada ao poder e à organização social local. Associação masculina que inclui vários níveis de hierarquia e um conjunto de máscaras apropriadas. A adesão a esta associação era voluntária mas limitada aos homens já iniciados. Ver Vansina, *How Societies*, p. 10. Vide Glossário.

²³² *Kalamb*, derivado do étimo *damb* (proto-bantu) pagar tributo, Ver Hoover, *The Seduction*, p.527. Vide Glossário.

²³³ *Kabung*, é a palavra para a cabaça em muitas línguas *bantu*, põe exemplo entre os *lucaze*, *Iwimbi*. A máscara de cabaça é a mais valiosa na hierarquia das máscaras para um grande número de povos, Vansina, *Origins*, p. 256; Hoover, cit, p. 103 e 527. Vide Glossário.

²³⁴ Manuela Palmeirim, *No Limiar*, p. 45.

²³⁵ V. Manuela Palmeirim, *idem, ibidem* e Luc de Heuch, *Le Roi Ivre*, p.187.

de fundação luba, lunda e bembe, por exemplo, pode estabelecer-se um padrão regular que sugere uma fase de transição e modificação do poder e da maneira de o transmitir. V. Y Mudimbe também se serve das análises de Luc De Heusch e das fontes cruzadas por este especialista para falar nos opostos (“cruel vs civilizado”; “realeza primitiva” por oposição a um parentesco civilizado), que compõem os principais mitos de fundação de origem luba.²³⁶ A cartografia do g nesis situa um imigrante *Nkongolo*, descendente de dois parentes míticos (o construtor de casas e a fabricadora de vasos) como fundador, no princípio do século XV, da primeira organização política Luba. Na descendência destes míticos fundadores estaria Kalala Ylunga o introdutor do poder sagrado, simultaneamente *mfumu* e *mulopwe* e também o fundador do estado. Textos memória recordam e fixam para a posteridade estes tempos de fundação e mudan a²³⁷.

Da relação elíptica entre mito e história nos dão conta os diferentes investigadores com a consciência que a história da história que se conta enraíza mais longe, numa narração que a funda e por tal se torna explicativa, paradigmática. A historização do mito tem dois processos concomitantes que se formam na escrita e na oralidade.

Uma das primeiras referências a circuitos do poder e ao seu exercício, em fontes não africanas, está descrita em 1756, por Correia Leitão, que se refere à capacidade militar e ao pagamento do tributo:

L  mto p  leste dessas terras que abita o Gram Snr dos Moluas o qual tendo m s tituloz, há o seu mayor matayamvoa que quer dizer; o snr dos Senhores. Este Mulua, há muito poderoso, e de seus senhorios e domínios, sahem capitains despedidos por ele para oeste; para o Norte e para o Sul, e mais partes com tropas de muitíssimas gentes a fazer conquistas de escravos que vendem conforme a parte mais vezinha onde os toma ²³⁸.

A capacidade de converter grupos não lunda em formações sociais capazes de adoptar as instituições está na origem da expansão dos princípios políticos lunda, durante os séculos XVII e XVIII. Um grande número de títulos lunda tornam-se hereditários e os

²³⁶ V. Y. Mudimbe, “Where is the Real Thing?”... p.316.

²³⁷ V.Y. Mudimbe, *Palabres & Fables*, p. 86-93.

²³⁸ Manuel Correia Leitão, *Viagem*, Fl. 12.

especialistas encontram diferentes momentos (uma cronologia²³⁹) nessa expansão, relacionada com pressões e crescimento populacional, dentro de um espaço ecologicamente determinado, mas também respondendo às alterações que o comércio no interior de toda a África vai apresentando, em consonância com as demandas dos seus agentes intermediários e localização das fontes de fornecimento. Na história do Império Lunda²⁴⁰, cuja origem a tradição situa numa caverna *Dyaal Dya Maandam*²⁴¹, junto ao Kalanyi:

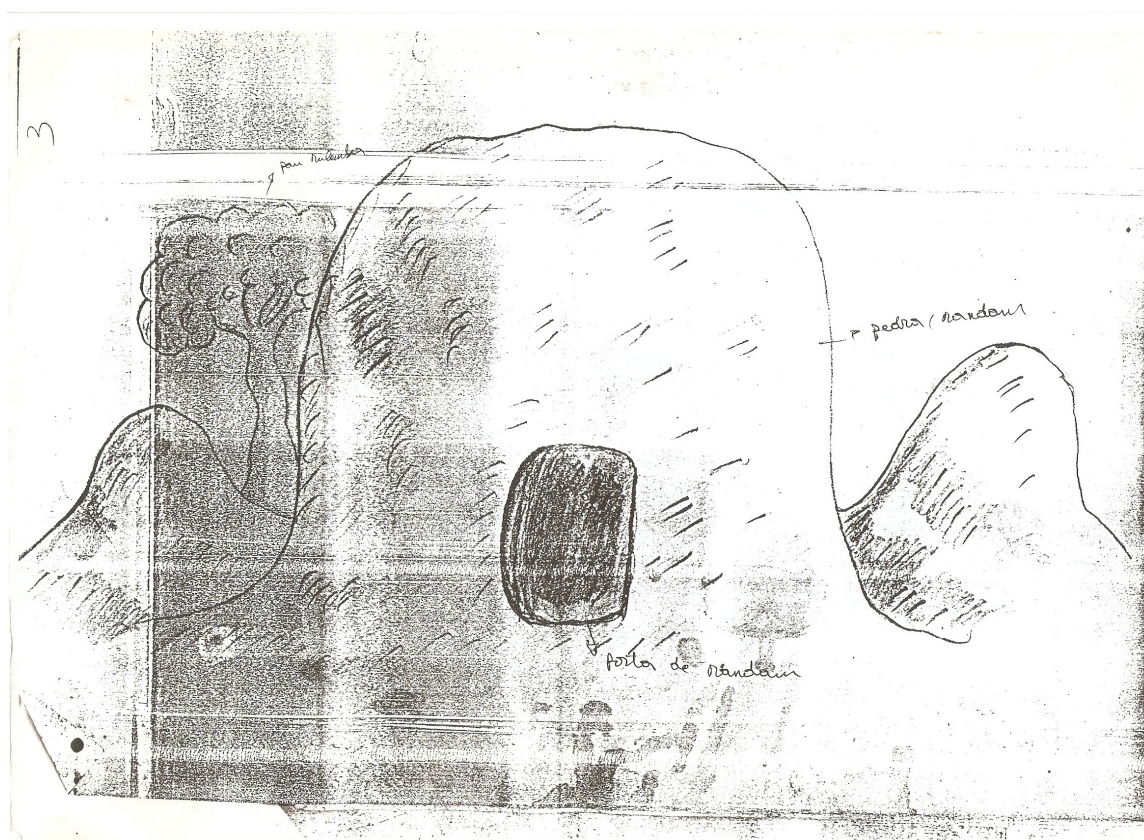


Figura nº5. A caverna Dyal a Mandam desenhada por Kaio Kaio Ana Keng, Dundo, 2003

²³⁹ V. Especialmente Leon Duysters, “Histoire des Aluunda”, p.81,84,86 e John Thorton “The Chronology and Causes of The Lunda Expansion”.

²⁴⁰ A que Vansina, como já lembrámos, prefere chamar Lunda Commonwealth.

²⁴¹ Local de ocupação mesolítica, Vansina, “Introduction a L’Ethnographie du Congo”, p.175. Manuela Palmeirim recolheu uma versão muito semelhante sobre o mito de fundação do poder Lunda, v. *Of Alien Kings*, pp.34, 35. Hoover, situa o sítio a poucos quilómetros a leste do lugar onde os Mwant Yav ainda são entronizados, *Seduction*, pp 636, 637. Kaio Kaio, nascido na Mussumba e entrevistado em 2001, 2002 e 2003, desenhou e explicou o local.

A genealogia do império Lunda na sua pedra *Piyal a Mubemb*” no *Mandam* encontraram *Chinawege Mbaro* e *Mussanga* possuíram os seus próprios objectos: *Kubembe*, enxada, faca, lume, cão e também a pulseira *Lucano* (*Kazekal*). O *Mandam* era a sua própria habitação.

Chinawege e *Mussanga* engendraram dois filhos: *Mfuco a Mbaro* e *Cassuasso a Mbaro*. E como na ciência que trata das questões sociais e políticas, o incesto é proibido também em África, mas neste caso os primeiros povos de *Mandam* tinham os seus hábitos, vamos dizer que os filhos de *Chinaweji Mbaro* e de sua esposa. Por este lado, *Cassuasso* e *Muaco Mbaro* nasceram *Iyal a Muako*, *Caband*, *Ianvua*, *Kou Chilombe* e *Matata*.

Muiza a Muiza a kaband e *Kon* são os filhos de *Kaband a Muaco*. Outro lado *Muichipate* e *Muazaze Mutombo* pertencem a família *Ianvu*.

Finalmente *Kon Chilombo* nasceu o seu filho *Nkon a Matita* que era o pai de *Luege*, *Karumbu Rukombo* que morreu mais jovem e os três que emigraram a outras regiões para alargar o Império Lunda.” Depoimento de Kaio Kaio Ana Keng em 2001, Dundo, Lunda -norte²⁴².

O mito da origem e da dispersão das instituições lunda está presente noutras histórias dos povos da região da África Central com elementos que perpassam de uns para os outros e ligeira alteração de algumas personagens²⁴³ e liga-se directamente à simbologia da realeza, do parentesco e ao fenómeno das migrações, no qual se pode situar a origem dos *cokwe*, que reclamam as suas antigas linhagens no processo fundador dos Lunda e proclamam a natureza do poder baseada em símbolos que fazem a sua ligação com os antepassados.

Muitos dos viajantes do século XIX notaram a ligação antiga deste povo com os lunda, muitas vezes descrita como laços de sangue reais, outras vezes apontada como submetida às leis do parentesco metafórico. Importa referir que o sistema simbólico dos *cokwe* é, talvez por nunca ter tido uma personagem centralizadora como o *Mwant Yav*, suficientemente poroso e flexível para deslocar uma personagem recente e criar-

²⁴² Depoimento (oral e escrito) de Kaio Kaio Ana Keng em 8-7- 2001, Dundo, Lunda- Norte. Esta versão do génesis coincide, em grande parte, com outras recolhidas e tratadas por Hoover, *The Seduction*, p.636 e 637 e Palmeirim, *Of Alien Kings*, p.34. *Piyal a Rubemb* significa literalmente rocha do duplo sino, enquanto que *Mandam* se relaciona com o verbo *Kwandam* “entrar”, explicações em Hoover e Palmeirim e ainda resultado do trabalho de campo de 2001. Vide Glossário.

²⁴³ V. a título de exemplo a recolha de campo de Palmeirim (1987,1988,1992) e usada em *Of Alien Kings*, pp.34, 35.

lhe uma genealogia que a situa na descendência directa dos pais fundadores lunda²⁴⁴. As suas tradições de origem adaptam-se às exigências da história do presente, tendo em conta a relevância dos fundadores para a legitimação de um chefe da modernidade:

Os quiocos gostam da democracia. Nenhum quioco ajoelha ao *Mwant Yav*. Os quiocos podem ter um rei, mas é um rei simbólico. O *Mwant Ciseng* não é um rei para mandar nem presentes. A rainha *Nha katolo*²⁴⁵ esteve cá há poucos dias (entre Fevereiro e Março) à procura de um representante mas não teve acolhimento. Nenhum quioco quer esses príncipes que andam todo o tempo a fazer guerras²⁴⁶.

Todo o kacokwe tem o nome do Muambumba porque é onde saiu o kacokwe. Porque nós não temos rei. Rei só *Mwambumba ua tembo*²⁴⁷. Ele é que lutou com o branco.²⁴⁸

Uma dualidade que se relaciona com o movimento que assiste ao aparecimento de certos estados e ao desaparecimento de outros, bem como à incorporação de agentes estrangeiros, neste caso, lunda, no interior do estado e com funções de grande importância, permite que a delimitação interna dos poderes crie um direito, uma legitimidade baseada na antiguidade do título. A história tem aqui novos contornos, como nos sugere Foucault, a propósito da “Narrativa das origens e do Mito Troiano”:

A nação, nessa época não é em absoluto algo que se definiria pela unidade dos territórios, por uma morfologia política definida ou por um sistema de sujeições a um *imperium* qualquer. A nação não tem fronteiras, não tem um sistema de poder definido, não tem estado. A nação circula ou melhor “as” nações ou seja os conjuntos, as

²⁴⁴ Miller, “The Cokwe Expansion”, p.18.

²⁴⁵ Nyakatolo – posição titular considerada pela tradição Luvale na descendência de Kutemba Mulombwe, irmã de Cinyama Ca Ngambo. Considerada uma das mais importantes chefias Luvale (Lwena) O seu poder consolida-se no século XIX, depois das guerras com outras chefias vizinhas, em território das actuais Republicas de Angola e da Zâmbia, pelo controlo de Nana Kandundo o mais importante mercado de alimentos e borracha da África Central. Em 12 de Novembro de 1903 a Nyakatolo Ngambo Nya Mimbungo (falecida em 1914) assinou um tratado com o governo português. Cerca de 1918, o recrutamento e outras actividades ligadas ao trabalho forçado, levaram Nyakatole Kutemba, neta da anterior e falecida em Maio de 1956, a ameaçar abandonar o território da colónia de Angola. Outras chefias locais já o tinham feito bem como inúmeros angolanos que se refugiaram na então Rodésia do Norte. V. sobre a origem e desenvolvimento da posição titular Mose Sangambo, *The History...*, pp. 59-60; e Prichet, *The Lunda-Ndembu...*, p.186; Sobre a assinatura de tratados e as questões de dupla subordinação à dominação colonial, Maria Emília Madeira Santos, *Nos Caminhos...*, p. 415 e nota 89; Sobre as questões do trabalho forçado ver Charles Perrings, “Good Lawyers...”, p.243. Nyakatole Cisengo cuja investidura foi a 17 de Janeiro de 1957 em Kavungu, viria a falecer em 1992. O informador referido acima refere a nova Nyakatole Nya Kaumba Teilombo.

²⁴⁶ Depoimento de Joaquim Kassumuka, antigo trabalhador da Casa do pessoal da Diamang, em 29-7-2003.

²⁴⁷ *Mwambumba ua Tembo*, o informador refere *Ndumba wa Tembo* um dos pais fundadores lunda. Ver Miller, *idem*, p.13. Ver Baumann, in Heintze, *Ethographische*, p. 140.

²⁴⁸ Entrevista com Leonardo Kojo , Dundo, Lunda –Norte, 6-7-2001.

sociedades, os agrupamentos de pessoas, de indivíduos que têm em comum um estatuto, costumes, usos, certa lei particular²⁴⁹.

A História obriga a pensar nos actos de fundação e naquilo que se elide, mas também naquilo que se recupera. Hermann Baumann, que esteve em região cokwe, em 1930, anota que estes acreditavam que todos os *Miangana* estavam ligados, desde a origem, em torno do culto dos antepassados e de árvores simbólicas como as árvores *Muyombo*²⁵⁰. Ainda em Baumann, podemos encontrar a referência à dualidade (masculino/feminino) do poder e a migração de chefes (os sobrinhos) lunda para dentro das sociedades cokwe²⁵¹.

Um dos pais fundadores seria *Ndumba Ya Tembo*, reconhecido em todas as tradições como o condutor de vários povos, ao longo de uma migração até ao *Ciboco*²⁵².

Um descendente deste grande chefe contou, no século XIX, aos viajantes portugueses Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, a saga de seu povo:

Ouvi contar a meus avós que toda esta terra que se estende ao longo do Cuango de cá e de lá, era noutro tempo pouco povoada. Existia já o poderoso governo dos Lundas, e também uma mulher na mesma Lunda, denominada Tembo ou Lucuoquessa, que tinha três filhos chamados N'Dumba- Tembo, Muzumbo-Tembo e Cassanje-Tembo, caçadores notáveis, possuindo grandes partidas de gente, com que vagueavam pelo sertão, perseguindo e matando os animais que viam no caminho. Questões sérias, porém com o chefe do estado, deram em resultado a perseguição dos três caçadores, fugindo eles para oeste, com grandes troços de gente, na intenção de aí se estabelecerem. Abandonaram pois a Lunda, e, avançando para a margem do Cuango, conquistaram os povos que por ali se encontravam dispersos, dividindo as terras entre si pela forma como vou indicar.

N'dumba-Tembo tomou para si o T'chiboco, tendo por limites ao sul o Cassai, proximalmente, ao oeste o Jombo, ao Norte o Mieji, Ao poente o Cuanza e o Luce por Leste; Muzumbo-Tembo tomou o Songo, isto é a terra que fica entre o Cuando e Tala-Mogongo até ao Cuije; Cassanje-Tembo escolheu para si as terras que no Norte se estendem entre o Cuango e Tala-Mogongo, sob a Denominação de Quembo, songo e Holo, passando a chamar-se Jaga delas.

²⁴⁹ Foucault, *Em Defesa da Sociedade*, p.161.

²⁵⁰ *Muyombo* ou *Myombo* o mesmo que *Mukumbi* (*Lannea ambacensis* (Hiern) Engl). “O *Mukumbi* é uma árvore de madeira boa e macia. É do Mukumbi e da Mulemba que os nativos plantam os seus Myiombo, árvores totémicas protectoras da aldeia, representando o espírito dos seus ancestrais”, José Vicente Martins, *Crenças, adivinhação e Medicina Tradicional*, p.344.

²⁵¹ V. Hermann Baumann, p. 139, 140 in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, Trad. Portuguesa, (no prelo).

²⁵² Ciboco, situado no Alto Cikapa, Angola. Associado às nascentes de grandes rios. Lugar mítico e de fundação para os tucokwe.

Nas melhores condições com os povos avassalados, começaram as suas relações, casando com os filhos destes, e organizando os estados que hoje conheceis²⁵³.

Esta longa narrativa da fundação, mesmo descontando o papel dos informantes e as formas finais que os exploradores portugueses deram à história, contém elementos preciosos para a compreensão da flexibilidade dos *cokwe* na relação com a sua própria história. A sua origem lunda é sempre sublinhada, bem como a especialização dos pais fundadores: são caçadores, casam com as mulheres dos povos que os acolhem, prestam serviços. Alguns anos mais tarde, Henrique de Carvalho situa uma plêiade de chefes *cokwe* na descendência directa dos antigos e primeiros fundadores:

Os Quiocos, ferreiros e caçadores, encontram vasto campo para exercer a sua actividade, e com facilidade obtinham sal, objectos de vestuário e armas do Libolo, e povos mais ao norte (Bângalas). A sua população aumentada com os povos vizinhos, já pelas relações que com eles sustentavam, disseminou-se entre o Cuango e Cuanza para as bandas do Norte, e ainda até ao Bié e mais para oeste.

Dos principais descendem Andumba, Ambumba, Muxico (Quiniama) Miequeta, Quibau, Catende, Canhica, Cabinda, Mucanjanga, Quissengue, Miocoto, Quinhengo, Quinhendo, Cambomba e outros²⁵⁴.

As origens lunda, a partir de um grupo de nobres que perderam a sua língua, mas impuseram algumas instituições a grupos de caçadores e ferreiros, parecem ter varrido da memória colectiva a ideia de um tempo antes, para as formações sócio políticas *cokwe* que seriam, segundo alguns especialistas, bem diferentes dos seus actuais descendentes²⁵⁵. Esta ideia de pequenos grupos de caçadores e ferreiros, completamente independentes uns dos outros, começa a aparecer nos relatos dos viajantes que, no final do século XVIII, saem de Benguela e de Caconda, em busca de marfim e escravos. Na “Relação dos sobas potentados, souvetas seus vassallos e sobas agregados pelos nomes das suas terras, que tem na capitania de Benguela... Fl 6, há uma referência concreta a uma viagem de José da Assumpção e Mello, natural da Bahia:

a hir a terras do lovar a fazer Negocio por instancias de hum negro descendente daquellas terras, foi a 1.a e 2.º vez com muito custo, e risco e a 3.º vez foi com elle

²⁵³ Capelo e Ivens, *De Benguela às Terras de Iaca*, Vol. I, p. 172. Fonseca Cardoso recolheu entre os *cokwe* do Moxico, em 1903 outras variantes da “historiadas origens destes povos”. Ver Fonseca Cardoso, “Em Terras do Moxico”, pp.12-18.

²⁵⁴ Carvalho, *Ethnographia*, p.93.

²⁵⁵ Miller, “Cokwe Expansion”, p.18.

Alexandre da Silva Teixeira, natural de Santarém”, de cuja “relação” se extrai: “Á 22 de Dezembro de 1795, partirão os dois referidos da cidade de BenguelLa com as suas fazendas, e forão dormir a Catumbela. São 4 legoas de Caminho, daqui seguirão para quiçange 20 legoas d.as daqui a quibula 24 d.as, daqui a Balundo 35 d.as, daqui ao Bihé 35 d.as, daqui ao rio quanza 30 ditas/ total 148/ e passado o d.o Rio para a outra parte nas terras do dito Souva Anguruca, seguirão the o souva Angullo 36 Legoas d.as, daqui seguirão o caminho por entre mattos, p.r se livrarem de alguns Souvas que ficavam pelos Lados, q. Alem de Serem Cruéis não quererão que passacem e seguindo este caminho forão o rio Cutia 6 Legoas d.as o qual terá doze braças de largo, daqui the o rio Cice, 6 d.as thé o princípio da Terra do Lovár do Souveta Caquinga 35 legoas d.as daqui seguindo sempre pelas terras do Lovár the à Libata Grande em que mora o souva superior chamado Quinhama já quase no fim da terra são 50 Legoas d.as/ total desde a Quanza thé aqui 191, e total de tudo 339 Legoas. Tem esta grande província do Lovár perto de 60 Legoas de Comprimento, e de largura 10 dittas, mais ou menos; nos Povos acharão bom trato, e no Souva q. Dezejavão lá sempre fazer Negocio e quanto mais ao longe, menos velhacos são os Negros, pelo lado direito confina com os poderosos Souvas Anbuellas, Bunda e Canunga, pelo lado esquerdo com souvas vassalos do Poderozo Souva dos Muluas, pela frente com o souva do Lueji; e Amboellas, e pela Reta Goarda com os Souvas Quiboque e Bunda²⁵⁶.

No século XIX, são os viajantes que vão dando informações sobre formações sociais situadas em diferentes pontos do caminho que percorrem. Na verdade, a partir do núcleo central do *Cibokwe*, situado estrategicamente no cruzamento dos diferentes caminhos do comércio de então²⁵⁷, destacam-se grupos organizados, cuja multiplicidade identitária e a capacidade de se integrar no meio das populações aborígenes permitem uma rápida movimentação e garantem o sucesso na caça e no comércio. Seguir o percurso das caravanas na sua capilaridade é acompanhar a construção (fazer, refazer) de unidades novas dentro das famílias, encontrar as ligações em comunidades onde a matrilinearidade parece ser prevalecente e acautelar a perspectiva, uma vez que diferentes tipos de casamento têm lugar²⁵⁸. Como propõe MacGaffey, é necessário relacionar a família com a história da costa atlântica e identificar unidades mais largas do que a “tribo” e ter em conta a forma como se organizam para produzir, não deixando escapar o casamento, a residência e a

²⁵⁶ Alexandre da Silva Teixeira “Relatório que fiz desta cidade de Benguela ...” in *Arquivos de Angola*, vol.Iº, III, doc X. Doc 131, C798, Benguela, Col. IHGB DI, 32, 02.01. Quiboque é uma das muitas formas de designar *Cokwe* (vide Glossário) Devo o acesso a este documento a José Curto.

²⁵⁷ Jill Dias, “Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros...”, p.22.

²⁵⁸ A abordagem destas questões requer uma atenção particular para cada uma das sociedades tratadas como nos sugerem Trudecke Vuyek, *Children of one Womb*, especialmente p. 6 e Christian Geffray, *Nem Pai, nem Mãe*, p. 28 e seguintes.

organização política²⁵⁹. O comércio da costa, florescente a partir do século XVII, e a enorme pressão sobre as populações africanas tinha pouco efeito nas populações cokwe²⁶⁰. Nesta altura, a conexão é norte (o norte do actual território angolano e a costa) e os cokwe estão de certa forma à margem das implicações directas do tráfico de escravos. A sua extrema mobilidade permite-lhes, no entanto, cruzar o caminho das caravanas quer para vender marfim e cera, quer para controlar pontos estratégicos que lhes possibilitavam a posterior cobrança de tributos (*milambo*²⁶¹) e o desenvolvimento da sua especialização como produtores de cera e no armazenamento de grandes quantidades de marfim²⁶². Não podemos afirmar, com segurança, que nesta época as formações cokwe estão totalmente fora do tráfico atlântico; elas importam armas de fogo e alguns tecidos, mas a sua relutância em vender a sua própria gente²⁶³ e as características especiais da sua formação sociopolítica tornam estas sociedades incapazes de ser centrais num padrão de comércio preenchido e controlado pelas poderosas caravanas *ovimbundu* e as caravanas chefiadas por outros africanos ao serviço de grandes comerciantes da costa angolana.

Factores como a escravatura, o comércio e as formas de produção do político modificaram-se ao longo do tempo e do espaço e impedem a criação de um modelo, mas apontam para diversos níveis de organização funcional, baseado na residência, cujo núcleo mais pequeno se pode considerar a casa *Nzovo*²⁶⁴ e se alarga na aldeia, onde um nível hierárquico de funções políticas e económicas, que pressupõem a apropriação da terra e a redistribuição dos seus produtos, numa relação complexa de aliança. As tarefas e as relações entre as pessoas ordenaram colectivamente e de

²⁵⁹ Cf. Wyatt MacGaffey, “Lineage Structure, Mariage and the Family amongst the Central Bantu”, p. 173: “The interesting unit, despite the limitation of the concept is the mode of production”. O problema da forma como os especialistas se organizam, para no trabalho de campo ouvir os seus informantes é aqui escalpelizado por MacGaffey. V. também Vansina, *Paths*, p. 20.

²⁶⁰ Miller, “The Cokwe...”, p.18

²⁶¹ *Milambo* ou *mulambo* com o sinónimo de tributo ainda hoje. Hoover, *The Seduction*, p.570, escreve *múlambù* e cita Malcom Guthrie que reconstitui as origens etimológicas da palavra a partir de “dambu”-tributo, do proto bantu da parte ocidental da savana. Vide Glossário.

²⁶² V. Dias, cit, p.21; Miller, cit. p.23

²⁶³ Miller, idem. Note-se que gente identificada como pertencente à nação Cokwe é detectada no Brasil, pelos especialistas, V. Nelson Coelho De Senna, *Os africanos no Brasil*, p. 132.

²⁶⁴ A proposta é de Hermann Baumann que também chama atenção para o tipo de povoado entre os cokwe, sucessivamente modificado e adaptado às características da floresta na região do planalto e às condições das chanas (planície alagada comum em muitas regiões de Angola). Baumann nota o carácter provisório do povoado, V. Baumann in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, Trad. Portuguesa, (no prelo).Vide Glossário.

modo contínuo as condições da sua sobrevivência. Trata-se portanto de trabalho, de distribuição e de consumo do produto desse trabalho²⁶⁵.

Os grandes caminhos do comércio e a sua orientação, interior-costa e costa-interior, são alimentados por pequenas redes comerciais, a nível regional, que se encarregam de vender marfim, cera e comprar armas, tecidos e contaria. A sua organização especializa-se quando, em meados do século XIX, o comércio de escravos se desvaloriza na costa e o preço do marfim sobe, logo após o fim do monopólio do estado sobre aquela mercadoria²⁶⁶. É fundamental atentar na mudança dos valores das mercadorias, mas convém ter em conta as profundas alterações que entretanto ocorrem no interior destas sociedades. A sua especial organização e concepção do poder permitiam a ausência prolongada de membros integrantes da sociedade e ainda o aproveitamento e a ocupação daqueles que, parentes dos herdeiros do poder, ficavam excluídos do seu exercício. Não menos importante se torna notar que o papel das mulheres e a sua valorização no sistema social *cokwe* tem importância na manutenção da coesão da aldeia²⁶⁷. A tradição oral conserva, até aos nossos dias, o facto de serem as mulheres a ter um papel fundamental na recolha e preparação da cera, como um pouco mais tarde o terão na preparação da borracha²⁶⁸.

As transformações nos padrões de comércio, no interior angolano, operam-se de forma lenta até meados do século XIX, para depois se transformarem quase de ano a ano, obrigando os *mianangana* *cokwe* a mandar os seus caçadores cada vez mais longe em busca dos elefantes para o comércio do marfim²⁶⁹.

Henrique de Carvalho relata a contratação de caçadores *cokwe* por grandes chefes lunda, sobretudo a partir da iniciativa do *Mwant Yav Noéji*, que terá tomado o poder em 1820 ou 1822 para Carvalho, mas muito antes para outros estudiosos da sucessão dinástica entre os *Mwant Yav*²⁷⁰:

²⁶⁵ Cf. Christian Geffray, *Nem Pai, Nem Mãe*, p.33.

²⁶⁶ Miller, cit, p.24, aponta uma subida de mais ou menos 300% no preço do marfim.

²⁶⁷ V. Sobre este assunto, Jill Dias, “Angola” in *Império Africano*, vol X, especialmente pp.331 e 332, Joseph Miller, *Way of Death*, p.43, Ver ainda Heintze, *Pioneiros*, p.279.

²⁶⁸ Depoimentos de João Diei, Dundo, Lunda-Norte, em 23-07-2003 e Tanda Sakaúma, Catoca, Lunda-Sul, 19-08-2003.

²⁶⁹ Ver sobre este assunto Isabel Castro Henriques, *Percursos*, pp. 447, 450 e Maria Emília Madeira Santos, *Nos Caminhos de África*, pp. 7, 11,12,15,111 e passim (valor comercial do, comércio e intervenientes).

²⁷⁰ Carvalho, *Ethnografia*, p. 554 e nota 2. Foi este grande chefe Lunda que o negociante Rodrigues Graça encontrou em 1847, Graça, “Descrição da Viagem”, p. 101-104. Henrique de Carvalho calcula que Noéji

Sabendo que o seu parente Andumba Têmbue [*Ndumba ya Tembo*], o chefe dos Quiôcos ao sul do Mungo, margem do Cuanza, estava tirando ahi grande proveito na caça aos elefantes com os seus bons caçadores, usando as espigardas lazarinas de *Muene Puto*, enviou-lhe uma embaixada com um presente de cinco dentes de marfim (...) Pedia-lhe ao mesmo tempo que lhe enviasse alguns bons caçadores.²⁷¹

A primeira fase do comércio de marfim tinha permitido um investimento dos lucros na compra de armas e mulheres, sistema que permitiu uma rápida expansão e ocupação de espaços cada vez maiores por parte destes, inicialmente pequenos grupos oriundos do *Ciboko*. Nesta zona ameaçada pela maldição do *Kalahari*²⁷², e onde a relação de equilíbrio das alterações ecológicas é permanente, é necessária uma avaliação constante de recursos e possibilidades. Os equilíbrios entre os recursos locais e a sobrevivência das comunidades podem ser postos em causa pela ameaça da fome, seca ou doença. José Redinha que visitou o *Ciboko* (Tchiboco) nos anos quarenta do século XX, encontra ainda profundamente impresso na memória das pessoas o período conhecido como o da grande fome, ou em *ucokwe- muaka ua nzala* ou ainda *muaka ua kapunga* (época da fome):

Onde os vivos não choravam, sequer, os que morriam, por não terem já forças para o fazer, como as mães não tinham forças para fazer vingar os filhos que traziam na barriga²⁷³.

As cíclicas situações de fome e doença na região não explicam, em exclusivo, as migrações regulares nem ocupam o centro de uma teoria da expansão para estes

terá estado no poder trinta e dois anos e aponta os anos de 1820 ou 1822 como datas prováveis de tomada de posse, Carvalho, idem, 554. Datam deste reinado o reatamento das relações entre “quiocos e “Lunda” e a chegada das primeiras embaixadas à mussumba (1840/1841). Carvalho refere para esta altura: “Estava fazendo sair seu sobrinho Quissengue (o primeiro) com o seu povo, para se ir estabelecer em terras do Muatiânvua ao sul do Cabango [origem do título Quissengue em Glossário], Carvalho, idem 557. Deste tempo também a “criação” do título Anguvo (região de Mataba). Data também deste reinado a construção da Mussumba (capital) em *Cabebe* que obedecia a um plano rigoroso de ruas de determinada largura, casas de um determinado modelo, todas alinhadas e com as portas voltadas para a rua (ver descrição em Rodrigues Graça, “Descrição da Viagem, cit, sobretudo o capítulo intitulado “Descrição da Província do Matiânvua”. Ver, por todos, Hoover, *The Seduction*, p. 603.

²⁷¹ Idem, p. 556

²⁷² “ Durante o Terciário, em condições especiais de aridez, depositou-se o sistema do kalahari, extenso e permanente manto de cobertura em todo o distrito. É uma unidade decisiva nos aspectos morfológicos e pedológicos da Lunda, Moura, *Estrutura Física*, I, p.6

²⁷³ José Redinha, “Campanha Etnográfica ao Tchiboco”, pp 54 e 79. Para a questão da relação e equilíbrio entre densidade populacional e modificações ambientais ver Jill Dias, “Famine and Disease, p.361. Para períodos mais antigos, mas importante para situar historicamente os desequilíbrios ecológicos, ver Miller, “The significance of Drought, Disease and Famine in the Agricultural Marginal Zone of West Central Africa.

povos. Vários factores, nos quais estas têm um papel importante, se conjugam para acompanhar a, já consagrada pela historiografia, “expansão cokwe”²⁷⁴.

A partir de 1860, os cokwe deixam de fornecer as caravanas *mbangala* e *ovimbundu* para se tornarem em agentes principais desse comércio do interior, cuja malha se estende e deixa absolutamente de obedecer às exigências das duas grandes vias transangolanas de comércio. Um tecido de pequenas vias alternativas ou comunicantes com as vias principais inscreve, no espaço, a capilaridade de relações extremamente complexas, que transcendem o comércio e tornam as caravanas o aspecto exterior do continente em mudança. A proibição do tráfico da costa não impede o seu recrudescimento no interior e dá lugar a novos actores, novas vias comerciais, novas redes de intermediários e novas políticas de aliança. Os mercados deslocam-se mais para o interior e Kasanje perde parte do controlo sobre algumas das redes comerciais. As pequenas caravanas cokwe, ainda em acção em 1870²⁷⁵, deixam de ter apenas o controlo das pequenas redes internas, para se tornarem as maiores e mais importantes caravanas de comércio do interior. A procura de marfim pressiona este povo (os tucokwe) para norte e as vias de drenagem das mercadorias, bem como os mercados, multiplicam-se. Os comerciantes cokwe adoptam modelos de organização caravaneira a partir dos antigos modelos *ovimbundu* e *mbangala* e, em apenas alguns anos, controlam o tráfico do interior, deles dependendo caravanas de centenas de carregadores.

A palavra, a linguagem, tem um papel importante nestas transformações. A sua capacidade de negociar é treinada num rigoroso protocolo, cuja demora resulta, em última instância, em benefício dos novos comerciantes. A mercadoria adquire valor pela palavra; mais do que um valor de troca há um acrescentar de significados a estas transacções, que são discutidas nos locais próprios, sendo muitas vezes a descoincidência entre valor real e valor de troca ultrapassada pela capacidade de negociação²⁷⁶. As mercadorias circulavam segundo regimes diferentes de valor no

²⁷⁴ Ver, por todos, Miller, “Cokwe Expansion”, cit.

²⁷⁵ Em 1881 Von Wissemann dá conta das mudanças de estratégia e da fundação de um novo caminho de comércio em cuja duração ele não acredita. Ver Hermann von Wissemann, in Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, versão portuguesa no prelo, sem nº de página.

²⁷⁶ Conceitos baseados em Arjun Appadurai, “Introduction: commodities and the politics of value”, p.4.

espaço e no tempo²⁷⁷. À consciência das possibilidades e oportunidade da mercadoria, é acrescentado o custo do seu transporte e manutenção, avaliado e exacerbado pela palavra: “yet, in many historical societies, things had not been so divorced from the capacity of persons to act and the power of words to communicate”²⁷⁸. A informação transforma-se, mesmo que estes actores do processo disso não tenham consciência absoluta, na mercadoria mais preciosa²⁷⁹. Mercadoria, organização e palavra tornaram-se próximas de uma explicação para as mudanças radicais dos padrões de comércio no interior do sertão angolano, na radical mudança de protagonistas, entre 1850 e 1880. Penalizados pelas mudanças são as pontas extremas deste sistema: *Kasanje* junto ao *Kwanza* e a outra ponta extrema da rede comercial, a Lunda cada vez menos capaz de cobrar os seus tributos e de participar nas redes de comércio. A partir de 1870, um progressivo empobrecimento do império lunda não responde às exigências e pressões do comércio caravaneiro, que começa a dirigir-se para outros lugares do continente e a frequentar mercados mais capazes de responder a novas exigências do trato, como nota Carvalho: “Depois de 1881 em que estive em Cauenda o Dr. Max Buchner, nem sequer uma pequena comitiva de Bângalas voltara à Mussumba”²⁸⁰. O mercado de *Kalamba* (*Bena-Lulua*) responde, de forma eficaz, e cresce em tamanho e organização, depois de 1880.

Importa referir que toda esta modificação *cokwe* assenta num modelo de “assimilação cultural”, que lhes confere a agilidade necessária a uma ocupação lenta de espaços estratégicos à sobrevivência e crescimento eficaz, durante todo o século XIX. Abertos a todo o tipo de opções e adaptações, estreiam-se num modelo cujo ponto fulcral é a noção de “equilíbrio oscilante”, de que fala Max Gluckmann (citado por Georges Balandier) para combater os radicalismos das noções estáticas sobre as sociedades africanas.²⁸¹ Aqui, o que encontramos é uma realidade centrada na dinâmica do crescimento e na reprodução de uma sociedade eficaz, casando com mulheres dos novos grupos:

²⁷⁷ Idem, Ibidem.

²⁷⁸ Idem, Ibidem.

²⁷⁹ Relação entre mercadoria e informação em Arjun Appadurai, cit, p. 6.

²⁸⁰ Carvalho, *Ethnografia*, p. 263.

²⁸¹ Ver Georges Balandier, *Anthropologie Politique*, pp. 221, 222

Os potentados Quiôcos, quando em resultado das incursões ou mesmo de guerras com os Lundas recebem nas suas presas muitas mulheres, reservam duas ou três para as suas casas, e distribuem o resto pelos rapazes da povoação, contemplando em primeiro lugar os que não tenham nenhuma para companheira, sendo também muito estimadas...

As mulheres lundas, que por vontade ou obrigadas se vão ligar com os Quiôcos são muito bem tratadas por estes, e passado pouco tempo, se voltam à tribo a que perteceram, já se distinguem das suas companheiras, não só pela grande quantidade de missangas que trazem sobre o peito, pelos penteados e pelo trajo, mas ainda pela nutrição, hábitos que adquiriram, gestos e linguagem²⁸².

Progredindo, instalam-se numa área e estabelecem um protocolo de relações cordiais com os hospedeiros, prestando serviços. Alargam as relações com as populações vizinhas, fazem constar as suas habilidades como caçadores, ferreiros, adivinhos e curandeiros. Espalham a palavra.

Os problemas dinásticos que se instalam na corte lunda, cada vez mais difíceis de resolver, levam alguns nobres lunda a socorrer-se dos serviços dos cokwe. Na narrativa da sua viagem, bem como no estudo *Ethnographia e História*, Henrique de Carvalho atribui ao *Mwant Iav Ambumba* (*Noéji Ambumba*, conhecido por *Xanama* — *Mbumb Muteb a Kat, Sanam Naweji*), no poder de finais de 1874 a 1883, o envio de uma faca (*mufi*) aos cokwe de *Kisengue* e o ponto alto da aliança entre o muata lunda e os cokwe:

Os Quiôcos, por exemplo, aproveitam-se há anos da inação e fraqueza em que se encontram os Lundas do Muatiânvua depois de 1870, isto é depois de ambicioso filho de Muatiânvua, o Xanama (governador) das terras banhadas pelo Cassai, entre o 9ª eo 11º paralelo de latitude sul, entendeu rivalizar em poderes com o Muatiânvua”, ... “ficou Xanama desesperado... e mandou a sua faca a Quissengue, encarregando-o de matar Muansansa se elle não quisesse pagar-lhe milambo²⁸³.

Este episódio narrativo, contado com detalhe em vários momentos da obra do viajante português, não depende da sua significação restrita e ilumina a história do poder lunda, da entrada na *Musumb* dos cokwe e aponta para um tempo histórico em definitiva mudança. O compromisso extravasa para lá do tempo histórico que o cria, sobrando a sua resolução para Henrique de Carvalho e, João Vicente Martins, trabalhador do Museu do Dundo, alega ter sido ele a pôr fim ao mistério já no século XX ao resgatar a faca e resolver o mistério pagando por ele uma motorizada no valor

²⁸² Carvalho, *Ethnographia*, p.487.

²⁸³ Idem, *Ibidem*. Ver tb., pp. 600 e seguintes e especialmente pp.617 e seguintes.

de 10.000 escudos angolanos e devolvendo o símbolo do compromisso, uma faca e uma carta dentro de um açafate de fabricação local, ao museu do Dundo ²⁸⁴.

O explorador alemão Max Buchner²⁸⁵, que visitou a *Musumb* no tempo deste Mwant Yav, (*Xanama, Mbumb Muteb a Kat, Sanam Naweji*) considera-o um rebelde ao poder tradicional dos *Mwant Yav*, retirado da corte e dando origem a um novo estado no *Tenga*. Quer Buchner, quer Carvalho apontam, para esta época, a consolidação e o crescimento de alguns chefes cokwe, nomeadamente *Ciseng*.

A muitos dos grandes chefes lunda, alguns *Mwant Yav* e a *Xanama* se deve o encorajamento da progressão cokwe e a consolidação do poder de grandes chefes. A tradição oral dos *bapende*²⁸⁶ conserva uma data próxima de 1875 para a chegada das primeiras caravanas cokwe à sua região, situada, nessa época, na margem oeste do rio *Lui*, próximo do monte *Mbango*²⁸⁷. Os relatos dos viajantes dão notícia da progressão cokwe, ao mesmo tempo que introduzem os nomes de novos chefes e contam da mudança de estratégia para a nova situação de guerra e conquista. Os nomes, ligados à origem lunda dos pais fundadores, vão lentamente desaparecendo para dar lugar a novos e desconhecidos nomes, cuja legitimidade se encontra na guerra, na conquista e ocupação do território. A Lunda dos *Mwant Yav* tinha perdido o controlo, e a cobrança do tributo tornava-se cada vez mais difícil. O sistema tributário continua, mas a noção de valor, baseada nas legitimidades da história, está substancialmente invertida, por alturas de 1890. Os cokwe espalham-se por toda a região do *Kasai*. Os governadores lunda *Mai Munene* e *Mwata Kumbana* sucumbem à migração cokwe, entre 1887 e 1890. Com o exílio do *Mwata Yav Mushiri*, em *Mutombo Mukulo*, pode dizer-se que os cokwe controlam toda a região do antigo império lunda.

O modelo político e económico reconverte-se a favor dos cokwe, durante mais de dez anos, permitindo ao *Mwant Yav Mushiri* reorganizar-se e entrar em contactos

²⁸⁴ Henrique de Carvalho, *Ethnographia*, pp. 210, 598 e passim. Ver, João Vicente Martins “Subsídios para a História dos povos Runda (Lunda) e Tchôkwe (Quioco)”, *Studia*, pp. 379, 392.

²⁸⁵ V.Buchner in Heintze, p.175 e ainda Beatrix Heintze (Hrsg) *Max Buners Reise nach Zentralafrika 1878-1882*. pp. 13, 21,139,446,447,448,459.

²⁸⁶ Sobre a História dos *Bapende* ver Vansina, 1966, Haveaux, 1954, e ainda Miller, *Poder Político*, pp.70,73.

²⁸⁷ Ver Schütt, in Heintze cit. P. 354. Ver Capelo e Ivens, cit. vol.II. Ver Miller, cit, p. 71, nota 36.

com o Estado Independente do Congo²⁸⁸. É, assim, coincidente a retomada do poder pelos lunda com a chegada dos belgas ao território do *Katanga*, tendo o Estado Independente do Congo reconhecido o direito lunda às terras ocupadas pelos cokwe. A intervenção do estado colonial torna-se, a partir dos primórdios do século XX, permanente e a organização das companhias, mormente a da Companhia do Kassai, vai interferir com os anteriores relacionamentos.

Há já algum tempo que agrupamentos *Batshok* vão penetrando em território congolês. A maior parte desses indígenas são originários do Congo e o seu regresso às terras ancestrais faz-se sem problemas e eles manifestam o desejo de se portar com bons sujeitos. O Governo não pretende, assim, expulsá-los e tomará sobre a sua protecção aqueles que de entre eles aceitarem a nossa soberania²⁸⁹

Só a aberta e directa intervenção do Estado Independente do Congo neste conflito tornou possível restaurar a autoridade do *Mwant Yav* sobre a região de *Kapanda*. Antes de 1903 a maior parte do presente território de *Kapanga* e toda a região de *Sandoa* e *Dilolo* estavam nas mãos dos cokwe²⁹⁰. Ampla documentação trocada entre as autoridades belgas e portuguesas dá conta de que os cokwe reclamavam como suas terras ancestrais legitimando assim a sua permanência no coração do antigo Império Lunda²⁹¹. Esta reconfiguração territorial e política das grandes zonas de antiga influência lunda e cokwe está ligada aos processos de colonização da região e descoberta das riquezas mineralógicas e ao começo da implantação da administração colonial. As grandes companhias e as novas expedições procuram o ouro do Katanga, o Estado independente do Congo estabelece o monopólio do marfim o que prejudica seriamente os interesses dos comerciantes árabes na região. Uma nova relação entre poderes africanos e poderes europeus é inaugurada na forma de tratados que não seguem as fórmulas anteriores, mas que reivindicam a prioridade dos contactos. A construção dos Impérios coloniais²⁹² com a subsequente “invenção da tradição” obrigou a

²⁸⁸ Sobre a História e a criação do Estado Independente do Congo (1884) ver Jean Stengers, *Congo Mythes et Réalités*. Ver também Bustin, *Lunda Under Belgian Rule*, especialmente capítulo 3 “The Consolidation of Belgian Rule: Initial Patterns of Native Administration (1891-1918)”, pp.41.64. Ver ainda Jean- Luc Vellut, “Reflexions sur la question de la violence dans L’histoire de l’État Indépendent du Congo”, pp. 269-287.

²⁸⁹ AIMO, 1632/9187, doc. 9, assinado pelo Comissário de Distrito do Tshikapa a 22 de Setembro de 1922.

²⁹⁰ Ver Bustin, *Lunda*, p.44 e passim.

²⁹¹ AIMO, idem.

²⁹² Terence Ranger, “The Invention of Tradition”, p. 21. O conceito é retomado e posto em causa pelo autor em “The Invention of Tradition revisited: the case of África” in Terence Ranger e Olufemi Vaughan (eds.) *Legitimacy and the State in Twentieth Century*, especialmente pp.62-70 e 78- 82. Ver revisões e actualização

uma codificação dos conceitos e do conhecimento sobre África que recorreu à cada vez maior racialização dos conceitos, com o subsequente esvaziamento de critérios designações e saberes anteriores.²⁹³ A articulação dos saberes e da filosofia política recorre à geografia, à antropologia e aos argumentos religiosos para articular uma nova grelha na qual é central o conceito de tribo, política indígena, marcação de fronteiras e espaços económicos cruciais para o crescimento dos impérios coloniais.²⁹⁴ O conhecimento é transnacional, produz-se nas grandes metrópoles e não depende das antigas formações africanas. O antigo Império Lunda não interessa como formação política e as guerras entre poderes africanos são mais um pretexto para a ocupação²⁹⁵. Na prática o Império tinha mudado de dono, a antiga Mussumb (Mussumba) centro de decisão política lunda, era governada por chefes cokwe e o novo Mwant Yav Mushidi (1887-1907) estava refugiado e pagava tributo aos cokwe.²⁹⁶ Em Portugal a ideia de substituir uma antiga ideia de império por uma nova baseada na exploração dos estados africanos engrossa desde o segundo quartel do século XIX²⁹⁷.

2.2. Relações de força e passados longínquos.

A guerra, como factor de “modificação da paisagem física e histórica”²⁹⁸ da região da Lunda, é antiga e preside ao alargamento territorial de várias forças políticas que controlam a região. Um dos documentos mais antigos, que refere as regiões dos rios Kwango (Quango) e Kasai descrevendo a guerra permanente e as movimentações dos povos, é a já referida *Viagem que eu o Sargento Mor dos moradores do destrito do Dande fiz, as remotas partes de Cassange, e Óllos, no ano de 1755 thê o seguinte de 1756*, escrita por Correia Leitão:

Este MuLua, hê mtº poderoso, e de seus senhorios, e domínios, sahem capitains despedidos por ele pª oeste; pº o Norte, e pª o Sul, e mais partes com tropas de

da problemática em Thomas Spear, “Neo-traditionalism and the Limits of Invention in Colonial Africa” in *Journal of African History*, pp. 3-37.

²⁹³ Ver Frederick Cooper e Ann Laura Stoller, “Between Metrópole and Colony”, p.12.

²⁹⁴ Idem, pp. 13 e 14.

²⁹⁵ Bustin, *Lunda*, p.40.

²⁹⁶ Ver para as questões da violência no terreno Vellut, *Reflexions*, cit. p.287. Ver também Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, pp. 55 e seguintes.

²⁹⁷ Vide a ideia de “Terceiro Império” formalizada em Clarence Smith, *O Terceiro Império Português*, pp. 10 e seguintes. Desenvolvimento em Valentim Alexandre e Jill Dias, “Prefácio”, in *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano, 1825-1890*, vol. X, P.17. Para uma articulação colonialismo e antropologia ver Ricardo Roque, *Antropologia e Império*, especialmente Introdução, p.28.

²⁹⁸ Conceito trabalhado a partir da proposta de Cornelius Castoriadis, *Perante a Guerra as Realidades*, p. 21.

muintíssimas gentes a fazer conquistas de escravos que vendem conforme a parte mais vezinha onde os tomão, como p^a Benguela

Beng.la, e p^a as partes por onde se em caminhão p^a Cassange, p^o os Ollos, thê p^a os reynos do Congo, Só Sos, Quiyacas, quilubas, ungu, que todos tem metido debaixo de sua forte espada, tam valerosos, e temidos pelos extragos que tem feito em todos [fl. 13]os domínios de quantos hã, que basta anotissia de seu nome p^a vencerem²⁹⁹.

[Este Molua é muito poderoso e de seus senhorios e domínios saiem capitães despedidos por ele para oeste, para norte e para sul e mais partes com tropas de muitíssimas gentes, a fazer conquistas de escravos que vendem conforme a parte mais vizinha onde os tomam, como para Benguela. Benguela e para as partes onde se encaminham para Casanje, para Ollos [Holo], até para os reinos do Congo. So Sos [Soso], Kyaka [Cyaka], quilubas, ungu, ue todos têm metido debaixo da sua forte espada, tão valorosos e temidos pelos estragos que tem feito em todos os domínios de quantos há que basta a noticia do seu nome para vencerem]³⁰⁰.

Tudo quanto o documento nos transmite e que este militar português ouviu no interior de Kasanje tem o seu equivalente nas marcas físicas do território percorridas por estruturas defensivas, cidades amuralhadas e outras construções em pedra espalhadas por várias regiões de Angola³⁰¹. O passado encontra-se profundamente inscrito nos vestígios de passagem de gente, conflitos, Redistribuição de territórios, triunfo de umas chefias sobre as outras.

Provas da antiguidade desta situação são os inúmeros lugares que a arqueologia identificou como “Pembo”, trincheiras defensivas, que a tradição oral³⁰² explica como recintos fortificados à volta de povoações ou de lugares de grande importância, como os lugares da fundição dos metais. Alguns chefes de aldeia, contam o que ouviram a seus antepassados sobre estas trincheiras defensivas, onde se escondiam e defendiam dos “assaltos dos guerreiros quiocos que os atacavam constantemente matando os seus homens adultos e levando as mulheres e as crianças como reféns”³⁰³. A sua localização junto dos rios está associada a vestígios líticos prova de ocupação muito antiga dos locais e conjuga normalmente fenómenos naturais (pedras, ilhas) com a parte dos fossos construídos pelo homem. Resíduos de cobre e cerâmica ligam defesa e segredos da fundição a preservar.³⁰⁴

²⁹⁹ Ms. do AHM, 2^a Divisão, 2^a Secção, Angola, Caixa 1, Doc.6, amplamente trabalhado e referido ao longo desta dissertação.

³⁰⁰ Transcrição, grafia actualizada e desenvolvimento das abreviaturas.

³⁰¹ Ver Adriano Vasco Rodrigues, “Construções Bantas em Pedra” pp., 170, 171. O autor refere especialmente a Kibala, Huambo e Huíla em Angola. Mas outros tipos de estruturas defensivas estão presentes nas áreas de que nos ocupamos.

³⁰² Citada por João Vicente Martins, “Os «Pembo» (Trincheiras defensivas do Nordeste de Angola), in *Leba*, nº 5, p.57. A construção de tais estruturas defensivas está associada aos bapende e aos movimentos migratórios deste povo em fuga drante a expansão lunda e cokwe.

³⁰³ João Vicente Martins, cit, p. 59.

³⁰⁴ Idem, pp.60,61.

A Arqueologia não nos deu até agora datas, mas confirma o que a tradição oral tinha guardado: a associação aos cokwe, à sua expansão e ao aumento do poder da chefia *Cisengue*, a construção destes amuralhados defensivos³⁰⁵.

No século XIX, Henrique de Carvalho, no seu diário, dá notícia, à medida que progride no interior do território lunda ou de influência lunda, das marcas no território deixadas por todas as movimentações, batalhas: “que se via distintamente o campo em que teve lugar, em tempo, o combate dos Quiocos com os Lundas e onde morreu Moriba”³⁰⁶. Já no século XX o etnólogo português José Redinha, que trabalhou e dirigiu o Museu do Dundo, diz: “O território é uma cicatriz pegada de marcas físicas e psíquicas, um elemento vivo, profundamente integrado na vida e história das comunidades indígenas”³⁰⁷, para acrescentar depois:

Inúmeros fossos de parapeito, ainda bem assinalados, testemunham que aquela zona foi muito afligida por lutas durante largo espaço de tempo. A terra do Nordeste aparenta baldio sem passado vivido, ao olhar do viajante desprevenido, está na verdade repleta de marcas e de história para o investigador iniciado no meio físico e humano.

Os antigos lugares (ículos) de grandes povoações, os longos caminhos comerciais remotos (alguns transafricanos), os tradicionais locais de paragem das comitivas, as ilhotas mais importantes dos rios-refúgios de épocas inseguras-as grandes colinas, os ângulos hidrográficos estratégicos, lagos, como o Dilolo, Carumbo e Cacueji- renomeados por motivos das lendas que os rodeiam-as dilatadas savanas herbáceas, *cabendji*, da sede e das miragens, campos de aventura cinegética do caçador nordestino, as savanas dos feiticeiros, as baixas dos elefantes, as florestas dos búfalos negros, os rios dos mortos, as rochas dos Bambalas, no Alto Zambeze, o Pembe ua Pembe (grande fosso no parapeito da Lunda), O Utomboquelo ua Maculuana (Terreiro de dança dos antepassados), na mesma região, as buracas de Mulubaquenhe no Luizavo, o grande vau secreto dos Luenas no rio Zambeze, as rochas do Muheuhe no curso superior do Cassai, são apenas um punhado ocasional de nomes repletos de história dos diversos povos que, no decurso do tempo, têm vivido e aventurado nestes territórios”³⁰⁸.

³⁰⁵ Nos ideogramas (desenhos na areia) cokwe esta ideia de muros de fensivos e palissadas é frequentemente representada. Ver Mário Fontinha, *Desenhos*, p. 233, desenho nº 95.

³⁰⁶ Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol. IV, p.158. A guerra, as fortificações são referidas noutros lugares deste volume. Ver pp., 288, 289,291. A disposição “das múltiplas formas de poder” de que fala Georges Duby, “O Prazer do Historiador” in *Ensaio de Ego-História*, p.127, e os momentos da sua destruição e ou transformação estavam enraizados em todos os territórios.

³⁰⁷ José Redinha, *Etnossociologia do Nordeste de Angola*, p.40.

³⁰⁸ *Idem*, p.41. O autor visitou em 1939 algumas das regiões e dos locais referidos. Deixou-nos as notas dessa viagem, posteriormente parcialmente publicadas em *Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto Chicapa), Notas de Viagem*. Os manuscritos e alguns desenhos da viagem foram consultados em 2002 no Museu do Dundo. Um actual historiador da tradição luvale, Francisco Chiwende, afirma: “A tática das trincheiras é secular. Em Lukolwe, da margem esquerda do Rio Zambeze, existem ainda hoje os vestígios de uma grande trincheira dos valwena dos anos 1700”, in “O Reino Luvale”, Comunicação ao III Simpósio, Luanda, 2006.

A guerra está, assim, presente na história e movimentação de um grande número de povos que ocuparam territórios do nordeste de Angola. Uma cronologia da guerra preside a grandes movimentos de povos, ocorridos desde sempre e ainda a decorrer com intensidade no século XIX.³⁰⁹ A linha do *Kwango* parece ter sido um lugar de demarcação e confluência do conflito, bem como o lugar almejado de passagem e fixação por parte das autoridades portuguesas. Os conflitos têm importância diversa mas repetem-se, de forma sistemática, ao longo de toda a metade do século XIX. A memória das guerras de 1852, 1857, 1861 e 1862, que definiram Kasanje³¹⁰ como fronteira independente e obrigaram ao estabelecimento de novas rotas de comércio e guerra, ainda está presente e sustenta as decisões tomadas em relação a alguns dos caminhos a percorrer, quando se realiza a viagem de Henrique de Carvalho, em 1884-1887. É em Henrique de Carvalho que podemos surpreender um processo de reorganização de entidades políticas africanas em torno de Malanje e da situação desta localidade geográfica como centro da expansão comercial, política e militar:

Foi depois de 1857 que todos estes povos se reuniram para formar o concelho de Malanje, até aí um cabado, a que se agregaram também outros povos, mais a leste do Cuanza para o norte, contando-se entre estes os dos sobas- Anjinji, Anjio, Calunda, Camulemba, Quiombo, Fila Cassanje, Cunga, Ianza Páti, a sueste; e mais os Songos—Sáti, Qitamba, Cahombo, Qimbamba, Capuco e outros marginado o Cuji até à sua confluência com o Cuanza; e ainda Quipacassa, Cambondo, Muqixi, Catalã, Andala Samba, Anzáji, etc, pelo lado do norte.

³⁰⁹ V. Sobre este assunto Edmond Verhulpen, *Les Balubas e les Balubaïsés de Katanga*, Ver também, Jill Dias, “Angola” in *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano, 1825-1890*, pp.406, 407,414,415,474-482,485-487. Ver ainda Joseph Miller, *Cokwe Expansion*, p 51.; John Thornton, “The Chronology”, p 6.; Jean-Luc Vellut, “Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-Africaine”,p. 157; 61-166; Jean Vansina, “The Foundation of The Kingdom of Kasanje”, pp., 74, 75.

³¹⁰ Kasanje, insistentemente tratada na documentação portuguesa como a “barreira a evitar”, a “grande fronteira entre o litoral e o interior”, foi desde sempre o lugar das grandes reformulações, do acumular de informação que uma vez “processada” adquiriu novos sentidos na direcção litoral e interior. Foi durante séculos um grande centro de formação e reformulação de identidades, imagens e conhecimento. Na região foi fundada uma feira em 1624. A documentação africana (cartas, pedidos, diplomacia) e portuguesa (autos de vassalagem, regimentos, informações, relatórios) dão conta desse grande centro de chegada, filtragem e passagem da informação. Um regimento foi passado ao director da feira em 6 de Outubro de 1790, pelo Governador Geral de Angola, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, Barão de Mossamedes (governador de Angola entre 1784 e 1790). Este regimento só seria substituído por um novo em 1851 (portaria nº 290 de 18 de Setembro de 1851, Governador Geral Adrião Accacio da Silveira Pinto (em Angola entre 1848/1851). A Feira passa a depender administrativamente do distrito de Tala Mugongo. Ver cronologia geral em Anexo.

A constituição deste concelho era de reconhecida necessidade depois de 1850, ano em que o falecido major Salles Ferreira por determinação do governo teve de ir com uma expedição bater os Bondos, depor e mais tarde prender o Jaga Andala Quissua; colocando em seu lugar o Quissúa Camuáxi, e meses depois, bater o jaga Ambumba, de Cassanje, que fugiu para a margem direita do Cuango, colocando também em seu lugar o jaga que o povo elegeu³¹¹.

A guerra e sua perspectiva foram mudando, em substância, desde as primeiras tentativas de ocupação.³¹² A sequência do primeiro avanço para o interior aponta uma cronologia que pode seguir-se desde a segunda metade do século XIX e depois da nomeação de Cândido Veríssimo Sarmento para governador da Lunda³¹³, com o objectivo de tornar efectiva a presença portuguesa no território. O mapa político e militar da região está em definição e surgem novas fronteiras internas. Da visão da guerra como conflito, a história da Lunda apresenta um leque enorme de situações, todas definidas pelas autoridades coloniais como ocupação, mas que camuflam situações de conflito ligadas ao comércio da borracha e do marfim, da mobilização de efectivos africanos para o exército português, da sua fuga, das situações de mediação e da leitura que é feita sobre os diferentes protagonistas. Um conflito amplamente documentado entre as chefias *Kahungula*³¹⁴, os comerciantes e os militares nos últimos anos de governador da Lunda de Veríssimo Sarmento é disso testemunha. O número de operações militares, os meios envolvidos (homens, armamento, animais de carga entre os quais cavalos e camelos) provam a importância do acontecimento para as autoridades portuguesas. O processo de negociações é demorado e segue as oposições entre as lógicas africanas e europeias. Convocatórias, relatórios, informações dão conta do conhecimento e desconhecimento entre poder colonial e autoridades locais. A escrita torna-se o único elemento que circula entre as entidades

³¹¹ Henrique de Carvalho, *Expedição...* Vol I, p.234. Parece importante notar que 1850 (1852- data da morte do Mwant Yaav Naweji II) coincide com o ponto máximo da extensão do “império” Lunda e também com o início da “expansão Cokwe. Ver sobre estes assuntos, John Thorton, “The Cronology and causes of Lunda Expansion”, p. 10 e Joseph Miller, “Cokwe Expansion 1850-1900, passim.

³¹² José de Macedo em *Autonomia de Angola* afirma: “Malanje nunca foi considerada capital da Lunda, Malanje era segundo o decreto que fundou este novo distrito, o local que serviria de início e ponto de partida para todas as operações”, p. 154

³¹³ Segundo governador da Lunda nomeado em 1896, sendo Governador de Angola Guilherme Augusto de Brito Capelo, 2º mandato (14-6 1896 a 17/2/1897).

³¹⁴ Vide Glossário.

atingidas por este processo. Novas dimensões da informação se articulam em torno desta nova forma de informação e iluminam as variações em torno das legitimidades atingidas³¹⁵.

Novas dimensões da violência podem ser inscritas na duração do conflito³¹⁶, enunciado ao longo do século XIX e princípios do século XX, segundo a fórmula da ‘ocupação’ e que tanto podem referir-se a problemas com os poderes locais, como à súbita mudança de militares portugueses, substituídos por gente menos capaz de negociar no interior de Angola:

Rogo a V. Ex.cia a fineza de dar conhecimento a Sua Ex.cia o Sr Conselheiro Governador Geral que no dia 13 do corrente romperam hostilidades o soba Cui com o Jaga N’dalla Quissua, sendo este atacado por aquele, influído pelo Calandula Cammaire que se prestou em auxílio do Cui ³¹⁷.

O documento em apreço deixa claro o problema da guerra: “esta guerra nada prejudicou o comércio porque os negociadores dos géneros coloniais em vez de virem aqui pelos Bondos tomaram o caminho da divisão de Sanga aonde passaram sem a mínima dificuldade”³¹⁸.

A questão da violência assume contornos que não se limitam ao confronto directo. Diferentes níveis de violência estão por detrás das transformações do colonialismo mas também no interior das sociedades em presença. A expansão *cokwe*³¹⁹, no carácter peculiar da sua extensão, grandes espaços ocupados num período relativamente curto, contém em si, ao mesmo tempo, os paradigmas da violência e os mecanismos reguladores das tensões internas. A grande permeabilidade

³¹⁵ AHNA, cxs. 1344, 2958, 3547.

³¹⁶ A cronologia da guerra apresentada pelos militares como uma sequência, a partir das expedições a *Kasanje* desde 1850, apresenta um quadro de situações que a guerra por si só não explica. Complexos processos de sucessão de diferentes chefes africanos, avaliação das vantagens da política de alianças entre os diferentes poderes, tudo está em marcha e definição. Em 1853 Malanje é considerada pelas autoridades portuguesas mais segura do que Kasanje para a fixação de colonos e comerciantes portugueses e africanos, bem como para a construção de um presídio (1857). Malanje institui-se como centro das operações destinada a ser o lugar geométrico das principais linhas de ocupação. Uma leitura da documentação permite afirmar que o conflito foi permanente: 1874- Operações no Duque de Bagança; 1896- operações a leste de Malanje; 1900- operações na região dos Bondos, Bambos e Haris; 1905- Revolta de Kaungula; 1906- Nova revolta do Kaungula; 1907- Penetração na Lunda; 1908- Operações na região dos Bondos. (Vide Cronologia da Ocupação e dos Conflitos em anexo).

³¹⁷ AHNA, cx. 363, Maço 9, série de 1888 (9/7/1888)

³¹⁸ Idem, ibidem e cx, 3547.

³¹⁹ Trabalhada em diferentes momentos deste trabalho.

do sistema para integrar todas as estruturas (simbólicas, linguísticas, de poder) assegura progressão rápida e permanente. A guerra é um factor em permanência, mas também uma pulsão para a formação de novas estruturas sociais, que reproduzem as antigas mas abrem espaço para a reconfiguração das novas. A designação, pelas autoridades coloniais, dos sujeitos de semelhantes processos, muitas vezes trabalha com nomeações e integrações em sistema que não têm em conta que a passagem do tempo determina a mudança dos actores do processo, alargando assim a noção de identidade (no seu fazer e refazer) à questão da prática, da resposta colectiva a uma violência instalada no presente.³²⁰ A guerra transforma-se, assim, em objecto de análise social e histórica, se olhada não no estrito quadro de um conjunto de operações militares ou apenas restrita à dicotomia ocupação/resistência, mas num continuum de movimentações de carácter específico que ajudam a perceber a inscrição de certas populações num espaço e num tempo.

A violência do confronto (no caso da Lunda nunca é estritamente militar) desencadeia respostas que constituem “técnicas de ajuste social”³²¹ com os seus códigos, regras, operações simbólicas e rituais e o direito. Um conjunto de documentos, celebrando acordos entre os representantes de Portugal e os diferentes chefes africanos, lidos de maneira diferente pelos protagonistas envolvidos, configura uma situação de reconhecimento de poderes e da liberdade do seu exercício. Proliferam os tratados que conferem uma moldura legal ao reconhecimento, pelas partes, das vantagens de uma relação institucionalizada. O auto de vassalagem “que presta a sua Majestade El rei de Potugal, o soba Catenda da região Holo”, distrito da Lunda, em 21 de Março de 1904, aponta as estratégias que irrompem e caracterizam o conflito.

³²⁰ V. sobre este assunto Ruy Duarte de Carvalho, “Guerra, Paz, Violência Estrutural e Desenvolvimento”, in *A Câmara*, p. 98.

³²¹ Idem, p. 99.

Caravanas de borracha continuam a sair de certas regiões de Angola, para serem vendidas à Companhia do Kassai, mas os conceitos guerra e comércio alteram-se substancialmente e as campanhas de ocupação internacionalizam o conflito, sobretudo depois da descoberta dos diamantes na região. Alianças são estabelecidas, entre africanos e europeus, para combater os cokwe, tendo os belgas reconhecido os direitos dos lunda às suas terras ancestrais, uma vez que o controlo colonial efectivo só muito depois da Criação do Estado Livre do Congo tem lugar. A construção dos diferentes estados coloniais na região, estreitamente ligados aos interesses mineiros, trouxe diversas políticas de ocupação e relacionamento com as autoridades tradicionais. O crescimento das indústrias mineiras e as necessidades de mão-de-obra relacionam-se directamente com o problema da procura de trabalho barato e produtos rurais para sustentar a alimentação dos trabalhadores. Nas regiões subordinadas à política inglesa, a então Rodésia do Norte, e à exploração belga, uma legislação aparece para regulamentar as relações entre os representantes das autoridades coloniais e as populações. Em alguns locais, a aplicação da actuação do *Indirect Rule*³²² não foi seguida pelos administradores locais, partidários de uma política mais centralizadora, e foi, por vezes, contestada pelos missionários católicos que defendiam a política de assimilação³²³.

As estruturas políticas pré-coloniais foram objecto de perseguição e muitas vezes destruídas durante o período de pacificação, para depois se assistir a um processo de nomeação e escolha de alguns chefes, que David Gordon³²⁴, num estudo sobre a então Rodésia do Norte e Congo Belga, considera os “*Chefs médaillés*”, aos quais foram atribuídas algumas tarefas dentro do quadro da nova administração colonial. Um decreto de 1891, do tempo de Leopoldo, já reconhecia algumas dessas chefias, em alguns territórios, destinadas ao papel de mediadores entre a administração colonial e as comunidades africanas. Uma dualidade e várias ambiguidades transparecem na documentação existente sobre este assunto, marcadas por um crescente aumento dos poderes dos chefes nomeados, independentemente do que nas

³²² Novos decretos sobre a administração nas colónias com integração dos chefes locais previstos e aprovados, no caso Belga, desde Maio de 1910 e de novo por ministros das colónias como Louis Franck, Ministro das Colónias Belga entre 1918 e 1924. Ver Bustin, *Lunda*, p.51.

³²³ Ver sobre este assunto Bustin, *idem*, pp. 65-98.

³²⁴ V. David Gordon, “Owners of the Land”, pp 324, 325.

aldeias e nas zonas rurais se passava com os chefes reconhecidos pelas comunidades. Muitos administradores das colónias preocuparam-se mesmo em investigar genealogias pré-coloniais, numa tentativa de legitimar um processo de ligação dos novos chefes às origens fundadoras do império lunda. Há que ter em conta, no entanto, que a produção do poder depende dos desiguais padrões de conquista e das diferentes formas da presença colonial. David Gordon considera que, na então Rodésia do Norte, o comportamento britânico é de distância (*dispersive british administrativ presence*), permitindo mesmo um processo de reconsolidação de chefias com raízes históricas e legitimidades conhecidas³²⁵. No caso do Estado Independente do Congo o conceito de “administração nativa” nunca foi sistematicamente usado e o *indirect rule* foi usado em alguns casos e ignorado noutros, embora o decreto de 8 de Outubro de 1891 autorizasse o reconhecimento dos chefes locais nas regiões determinadas pelo Governador geral. O facto das chefias cokwe se terem disseminado e dos seus chefes residirem em Angola, tornou por vezes difícil o reconhecimento da diferença e da fronteira por parte das autoridades belgas.³²⁶

A política portuguesa foi de carácter substantivamente diferente, embora a ideia do diálogo com as autoridades tradicionais chegasse a estar presente em disposições legais:

Em antigas disposições legais, principalmente um dos mais ilustres ministros da pasta do Ultramar, como foi Sá da Bandeira, preceituava-se que os sobas e potentados indígenas fossem aproveitados como representantes da nossa autoridade dentro dos seus estados, dando-se o seu apoio à sua suserania sobre os seus vassallos, e ao mesmo tempo aproveitando-a em benefício dos nossos interesses.

diz-se, num trabalho de 1912³²⁷, que culpa os militares de se arrogarem o direito de substituírem os chefes indígenas. Os códigos e os estatutos que se sucederam retiraram aos indígenas o estatuto de cidadania e o direito da posse privada da

³²⁵ Idem, p. 331. As relações do poder colonial com o poder tradicional nas colónias britânicas resultaram do facto dos interesses mineiros nunca terem sido ameaçados, pela presença dos diferentes Mwata Kazembe, reconhecidos pelos poderes coloniais.

³²⁶ Bustin, idem, pp. 48-54.

³²⁷ J. Pereira do Nascimento/A. Alexandre de Mattos, *A Colonização de Angola*, p.32.

terra³²⁸. Ao contrário da prática em séculos anteriores, o poder colonial propõe e legaliza uma escola de chefes indígenas³²⁹.

Os tratados de vassalagem (usuais e descritos na literatura sobre Angola desde o século XVI) e o reconhecimento dos chefes africanos presentes em protocolos anteriores (ainda no século XIX) desaparecem depois da ocupação militar e estão ausentes da política de produção dos novos espaços das companhias mineiras, a operar no território em estudo. Assim o reconhecem e rememoram alguns dos nossos entrevistados:

Uma coisa interessante. Quando começou a exploração de diamantes a partir de 1912/1913, a Diamang uma das coisas mais interessantes que fez foi estudar muito bem estes povos para melhor governar. O que é que se passou? Houve uma certa duplicidade em termos de poder. Todos os sobas que se encontravam nas áreas de exploração. Esses sobas não são verdadeiros sobas. Vieram de outros sítios... Quando chegaram aqui a Diamang começou a indicar um capita e eles se tornaram sobas elos de ligação entre a comunidade e a Diamang, É quando uns que saíram do Moxico vieram. Ali onde saíram eram da linhagem dos sobas ou não eram. Mas quando chegaram aqui a Diamang escolhe um terreno. Vão construir aqui e um deles vai tornar-se soba. Falando de duplicidade. Quando o tal soba regressa na cidade natal não regressa como soba. Hoje são legitimamente reconhecidos. As leis da linhagem funcionam para esses sobas³³⁰.

A questão dos poderes e da relação das autoridades coloniais com os poderes locais é uma delicada questão que atravessa toda a história das relações luso-africanas desde o século XVI. O momento da exploração diamantífera, para o qual nos remete a entrevista acima citada, é um momento de viragem importante, balançado pela consolidação das estruturas de pesquisa mineira, o alargamento e a tomada de posse de um território muitas vezes coincidente com os territórios de antigas chefias cokwe

³²⁸ Vide legislação em anexo.

³²⁹ Decreto 36.885 publicado em DR 1ª Série 25-05-1948 - cria em Angola e Moçambique, sob a superintendência da Repartição dos Negócios Indígenas, Escolas de preparação das autoridades gentílicas. Previam cinco anos de curso em regime de internato (um herdeiro mais dois indígenas do clã) mais um estágio em Portugal de três meses. Inclui escolas para herdeiros e para futuras esposas (Art. 8º) “recrutadas no meio onde segundo os usos e costumes locais, os herdeiros das autoridades gentílicas constituem família – . Incluiriam: Ensino primário Rudimentar; Noções gerais de Prática Administrativa; Noções Gerais de Agricultura, de Pecuária e de Construções; Noções Gerais de Higiene e Tratamento de Doenças Tropicais.

³³⁰ Entrevista (1ª) a Felizardo Gourgel, realizada no Dundo Lunda- Norte em 18-11-2002.

ou Iwena. Ao mesmo tempo, as contingências da moderna política colonial tinham transformado todo o território destas antigas formações em territórios de fronteira de três impérios coloniais. A demarcação das fronteiras está em processo, desde 1891 e, desde essa data, estão no terreno representantes do Estado Independente do Congo com o missionário George Grenfell, a chefiar a missão e Simão Cândido Sarmento, major do exército português a representar Portugal. Desta missão resulta a carta conhecida na documentação por “Carta de Grenfell — Sarmento”, que se constituirá ponto de partida para as missões seguintes e a discussão e as divergências entre certos traçados da fronteira (região Uambo-Combo), na origem de abundante correspondência entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros belga e o Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Uma comissão arbitral é primeiro sugerida e depois nomeada³³¹. Importa referir esta questão como um processo que não termina com a Fronteira Norte de Angola, estabelecida pela Convenção de Lisboa de 25 de Maio de 1891, concretizada mais tarde pela Convenção de Luanda de 26 de Junho de 1893 assinada por George Grenfell, por parte do Estado Independente do Congo, e por Jaime Lobo de Brito Godins, por parte de Portugal e aprovada pela declaração de Bruxelas de 1894³³².

Guarnições de fronteira rapidamente adoptam comportamentos que mimam episódios da história africana da região dos finais do século XIX. Razias, construção de postos fortificados, recrutamento de africanos para funções de vigilância (capitas e cipaio). Certas tradições locais recordam esses tempos como a “idade das visitas”³³³. Reconhecendo que os fenómenos de fronteira são contemporâneos de modificações dentro das sociedades, ao mesmo tempo que os primeiros dispositivos e agentes da

³³¹ Documentos da Comissão de Cartografia, Cx. 15.

³³² A Convenção de Luanda (1893) e a Declaração de Bruxelas (1894) apoiaram-se no reconhecimento das fronteiras efectuado no campo em 1893 pela Missão Genfell — Sarmento da qual resultaram relatórios detalhados e uma carta original assinada pelos dois. Nos Arquivos da Junta de Investigação do Ultramar, Comissão de cartografia apenas encontramos uma cópia. V. Documentos da Comissão de Cartografia, cx. 15, Arquivos da Junta de Investigação do Ultramar, actualmente IICT. Ver Jean –Luc Vellut “Angola-Congo, L’invention de la Frontière du Lunda, 1889-1993”, comunicação ao Colóquio “Cartografar África em Tempo Colonial (1876- c.1940), publicado em *Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos*, pp.159-184.

³³³ Jean- Luc Vellut refere apoiando-se na tradição Samba (povo da actual Republica Democrática do Congo) esse tempo, V. *Questions Speciales D’histoire de L’Afrique*, p. 34.

sociedade colonial estão em campo e fazem mudar a dorsal do comércio, agora mais dependente de fluxos migratórios que as acções militares e de cobrança dos impostos provocam. Dentro de uma mesma unidade territorial, coexistem e relacionam-se “temporalidades discordantes”³³⁴, visões da história e do passado de formações diferentes.

A entrada do capital e a constituição da maioria das empresas são operações planificadas, que seguem a par com a ocupação militar e administrativa, provocando, por vezes, migrações em massa das populações, que se recusam às novas condições de trabalho e ao pagamento de impostos. Novos desequilíbrios e a introdução do conceito de zona rural, em contraponto com as zonas de acampamento junto das minas e as futuras cidades, começam a realizar-se³³⁵, não sendo, depois de 1900, possível analisar as questões ligadas ao fenómeno da mão-de-obra, sem ser no quadro da análise dos problemas criados pela transferência de força de trabalho das aldeias para os grandes centros de recrutamento e utilização da mão-de-obra. Os “mundos fechados”³³⁶ das empresas, longe dos lugares de fundação, operam modificações do espaço que produzem ecos significantes nos seus anteriores habitantes.

Os poderes coloniais prestam-se, por vezes, no terreno, a operações de levantamento dos lugares que a memória local reconhece como importantes, numa tentativa de legitimar novas ocupações ou o regresso de determinadas formações sociais e políticas aos lugares de ocupação antiga, abandonados na sequência das transformações ocorridas na África Central, durante as duas últimas décadas do século XIX. Procuram conhecer a história das estruturas políticas e sociais dominantes para as legitimar. A documentação belga e portuguesa coeva está cheia de noções como “terras ancestrais” e “regresso às terras ancestrais”³³⁷. O problema percorre os primeiros anos do século XX, como se aduz da carta de Norton de Matos³³⁸, dirigida ao governador do Congo Belga, em 17 de Abril de 1922, solicitando, em nome da “orientação geral dos dois governos do Congo Belga e

³³⁴ Para usar um conceito proposto por Jérôme Bachet, “L’Histoire Face au Présent Perpétuel”, p. 57.

³³⁵ V. Margareth Read, “Les Migrations de Travailleurs en Afrique”, p. 684.

³³⁶ Marc Auge, *Não-Lugares*, p. 53.

³³⁷ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, AIMO, doc. E/6.

³³⁸ Em Angola como Governador de 1812 a 1915 e como Alto – Comissário de 1921 (nomeação de 1920) a 1924. A ele se devem (como se pode ver neste trabalho) os diplomas de concessão outorgados à companhia de Diamantes de Angola- DIAMANG.

Angola... orientação de mútua cooperação e de comum esforço em tudo que represente civilização e progresso”, um entendimento a fim de evitar que “os rebeldes se refugiem no Congo Belga”³³⁹. As minas exigiam força de trabalho.

Entre 1910 e 1912, as minas do Katanga estão em pleno desenvolvimento e, para tal, urgia criar bolsas de trabalho. O recrutamento muda-se para o Kassai e para Angola, sendo que as autoridades belgas pretendiam um acordo com Angola, semelhante ao já existente entre a *Witwatersrand Nativ Labour Association (WNLA)* e Moçambique³⁴⁰. O fenómeno de mundialização do colonialismo obriga ao estudo de outras experiências coloniais, para pôr em prática determinadas medidas.

O poder colonial, consciente das modificações internas ocorridas na maioria dos estados africanos pertencentes à zona da Bacia do Kongo e regiões limítrofes, procede a operações de reconhecimento dos chefes, que apoda de legítimos, não hesitando, no caso da região luba (por exemplo), em ligar alguns novos chefes à instituição *bulopwe* (o sangue sagrado das origens)³⁴¹. Apesar dos sistemas de dominação, as sociedades africanas conservaram a sua mobilidade, o seu carácter policêntrico e a sua capacidade de reconstituição das referências identitárias, que estão na origem de formações futuras e da habilidade para escapar ao controlo colonial, quer pela oposição aberta quer pela fuga. A memória colectiva (no sentido em que Halbwachs a define³⁴²) conserva, até aos nossos dias, o abandono das minas, por trabalhadores de certas regiões, na altura dos ciclos do mel e da cera, assuntos tratados pelos representantes da Companhia de Diamantes como, por exemplo, se lê na nota mensal de Outubro de 1921:

La chasse et la récolte du miel et de la cire provoquent une crise de main d’œuvre à cette époque de l’année. C’est pour ce motif que Mr Horrie a dû renoncer à entreprendre dès travaux sur Katupu et Katupututu Creeks³⁴³.

³³⁹ AIMO, doc E/6.

³⁴⁰ Formada como agência recrutadora de mão-de-obra, com fins não lucrativos, legalmente independente da “Chamber of Mines” mas sob o seu controlo político. V. sobre este assunto V.L. Allen, *The Story*, Vol I, pp. 157, 158. A formação, no Katanga, da Bourse du Travail du Katanga (BTK) inspira-se no modelo Sul-Africano.

³⁴¹ Vide Glossário.

³⁴² V. Halbwachs, *La Memoire Collective*, sobretudo o capítulo 2.

³⁴³ Fundo MAUC, Cx. 186, Dossier Bureau de Bruxelles 1921.

Nos depoimentos dos entrevistados nos trabalhos de campo realizados para este trabalho essa memória de actividades antigas e passíveis de ser reabilitadas também existe. João Diei trabalhador do museu do Dundo e um dos nossos entrevistados conhecia, ensinamentos recebidos da sua a avó a planta e tinha na sua lavra um pequeno campo experimental para possível tratamento e venda posterior do produto³⁴⁴.

³⁴⁴ Entrevista com João Diei em 27-07-03. Outras referências à borracha, cera e mel na entrevista com Daniel Martins, Katoca, 12-08-03.

2.3. As fronteiras da terra e dos homens

O dia da Fronteira é às quartas e sábados. Agora já se pode marcar dia certo No tempo da guerra tinha que ir escondido. As mulheres não podia passar a Ponte [do Luachimo] com rodilha na cabeça, nem bubu molhado. Agora já pode.

Depoimento de Kakesse em 30-7-2003

O informante refere um tempo do alargamento do conceito de fronteira à constituição de um enorme mercado de trocas entre Angola e a República Democrática do Congo, de duração variável no tempo³⁴⁵. A actual fronteira angolana da Lunda – Norte é uma zona de realização do político e do económico, mas também do sócio cultural e histórico, o lugar de encontro entre o rural e o urbano, tradicional e moderno, mentalidades e religiões³⁴⁶. Espaço de passagem de milhares de indivíduos, oriundos especialmente da República Democrática do Congo, mas também de outras regiões de África, institui-se como lugar de articulação da Lunda para os dois lados da fronteira. A fronteira dos diamantes é descrita, por muitos dos actuais habitantes das Lundas, como o lugar da realização de um verdadeiro ritual de passagem, modelado sobre o antigo modelo da *Mukanda*³⁴⁷. Entenda-se aqui o ritual de passagem como um conjunto de “ritos de instituição”, tal como é proposto por Bourdieu, no sentido em que se deve “saber separar aqueles que o sofreram, não daqueles que ainda não lhe foram submetidos mas, sim, daqueles que nunca o sofrerão e de instituir assim uma diferença durável entre aqueles que o rito atinge e

³⁴⁵ Num livro de ficção publicado em 2005 o poeta e antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho referindo-se a outra fronteira a fronteira sul com a Namíbia diz : “A fronteira com a Namíbia é no antigo posto de Sta Clara, e a partir daí, até Opuho, a estrada é sempre boa. A primeira cidade namibiana por onde se passa, Oshakati, tornou-se nos últimos anos num importante pólo mercantil do sul de Angola... Mas da fronteira até aí o que é mais impressionante é a quantidade, a densidade, de pequenos bares de um e outro lado da estrada, e os nomes que ostentam, a adjectivar em inglês e em Kwanyama, obsessivas referências toponímicas enquadradas por imagens de marca, por fórmulas publicitárias tornadas comuns pela alacridade da oferta de toda a ordem de consumos que a lei permite e a independência e liberalização com tanto sucesso instalaram naquela, até há bem pouco tempo ainda, confinada área que era a reserva indígena da Ovambulândia dos sulafricanos”, Carvalho, *As paisagens*, p. 30.

³⁴⁶ Filip De Boeck, *Garimpeiro*, p. 559.

³⁴⁷ *Idem*, p. 560. Mukanda o ritual de passagem masculino para as formações sociais lunda e cokwe. Vide Glossário.

aqueles a quem não diz respeito³⁴⁸. Para alguns dos jovens entrevistados, o garimpo é doença:

Todos contraem dívidas imensas, alguns são quadros médios e superiores mas não querem sair do garimpo à espera de encontrar a *Lubóia*- a grande pedra- o diamante de muitos quilates que lhes vai resolver a vida para sempre. É doença... é doença (depoimento de João Diei)³⁴⁹.

Valoriza-se a troca de mercadorias necessárias à sobrevivência diária e às relações de comércio existentes entre os dois países. Fronteira passa, assim, a ser sinónimo de mercado, negócio, avaliação, mais do que a referência a uma improvável linha de demarcação entre dois estados independentes. Os sucessivos mapas do tempo colonial mostram um processo demorado e por concluir, os diferentes tempos históricos mostram a movimentação das pessoas e bens, de forma continuada.

O feixe de significados, que o dia da fronteira abre, implica aqui a existência de espaços de troca e estabelecimento de relações, que resultam de novas configurações sociais, económicas, políticas e culturais, com intensidades diversas, que a guerra acentuou ou diluiu. A fronteira tornou-se um fenómeno de mercado particularmente activo, a partir dos anos oitenta do século XX. Os anos de guerra conduziram à utilização dos caminhos da memória, espaços não habitados, que a oralidade se encarregou de repor³⁵⁰ e tornar operativos, como espaços onde se realizam actividades:

Some of these new conglomerates of meaning, thought, are part of much older historical trajectories and earlier rounds of ‘globalising’ dynamics. For example, the local Lunda people and their Chokwe, Suku and Shinji neighbours along what is now the border between Congo and Angola, were formerly part of a larger regional ‘traditional’ local inter-village and long distance trading network which predated the

³⁴⁸ Pierre Bourdieu, *O Que Falar...* p. 109.

³⁴⁹ Depoimento de João Diei, em 31-7-2003, no Museu do Dundo, Lunda Norte.

³⁵⁰ Em alguns locais particulares, como nota Filip de Boeck, estas dinâmicas conduziram ao aparecimento de locais de comércio fluorescente. A passagem de garimpeiros e diamantes, num e noutro sentido, a dolarização da economia, o florescimento de todo o tipo de igrejas são outras pontas do mesmo fenómeno. Ver Filip de Boeck, “Garimpeiro worlds”. Os trabalhos de campo de 2003 permitiram alargar a compreensão destes fenómenos e notar a consciência que deles têm as pessoas. Por “dolarização” entenda-se o conceito da “economia informal” que toma o dólar norte americano como moeda de referência e que a partir da década de oitenta passa a ser usado mesmo na documentação oficial.

colonial period and witch hinged on the trade of such commodities as wax, rubber, ivory, guns and slaves³⁵¹.

É assim que se impõe lidar com um conceito de fronteira diferente daquele que a marcação de uma linha divisória entre espaços trouxe. Jan Vansina, num trabalho recente, chama a atenção para o avanço da metalurgia (datas prováveis para o primeiro milénio da nossa era) como uma paisagem onde os instrumentos de ferro e a joalharia foram usados muito para além da fronteira da fundição e esta, por sua vez, muito longe da fronteira dos ferreiros. O conhecimento do ferro, as tecnologias e os saberes passaram muito para além dos sítios de fundição e dos seus artífices³⁵². Wyatt MaGaffey afirma que, para o Kongo oriental, a “função do padre é desempenhada pelo ferreiro também associado com os espíritos da natureza”.³⁵³

Conflitos, negócios, coexistência e conhecimento alargam o campo semântico da palavra, atribuindo-lhe, no tempo, uma significação diferente que, a ser tomada em conta, permite a compreensão da história lunda e cokwe e das relações com os povos vizinhos ao longo do tempo³⁵⁴. Na região, é possível encontrar espaços de fronteira que explicam a disseminação da indústria do ferro: ferreiros longe das zonas de mineração, artefactos distantes das zonas da sua produção. Mas fenómenos de troca de conhecimento, tecnologia e artefactos articulam-se, na explicação para a rápida expansão do fenómeno.³⁵⁵ O avanço não se explica por uma progressão continuada, mas mais pelo facto da rede de informações e trocas estabelecidas entre ferreiros, mineiros ter assegurado o domínio de uma técnica e a gestão dos processos de obtenção de matéria-prima.

As trocas, a movimentação e a guerra tornam mais fácil a compreensão de um presente que reproduz, transforma e adequa a noção de fronteira às dinâmicas pré-

³⁵¹ Filip de Boeck, cit, p. 551.

³⁵² Vansina, *How Societies...*p. 64. V. Tb. Phillipson, *African Archaeological...*p.187 e 198e 201. Serpa Pinto, *Como eu atravessei a África*, Vol I, p. 120 descreve essa movimentação cíclica dos ferreiros das zonas de extração para as zonas de produção.

³⁵³ Wyatt Magffey, “Changing, cit, p.193, publicação de Beatrix Heitntze e Achim von Oppen (eds.), *Angola on the Move*, p.225.

³⁵⁴ Ocorre introduzir aqui a nota de Hoover sobre o facto dos sucessivos reis Lunda de vida curta, na última metade do século XIX não poder ser lida como tal, mas uma consequência da desintegração geral do sistema Lunda sob o avanço da fronteira “Luso- Africana” e as transformações político sociais daí resultantes.V. Hoover, *Yhe Seduction*, p. 593. Ver também Jean-Luc Vellut, “Lunda et la frontière Luso-Africaine”, p. 147 e passim.

³⁵⁵ Jan Vansina, *How Societies are Born*, p.123.

coloniais, coloniais e pós coloniais. A memória de caminhos antigos povoa o quotidiano de gente, da mais variada origem, que hoje habita as Lundas. Deles se servem e socorrem quando precisam³⁵⁶.

A fronteira transforma-se, assim, num espaço aberto a recomposições permanentes, espaço poroso à troca de mercadorias, mas também lugar de troca das linguagens, dos saberes e instituições. O facto dos povos que habitaram nestes espaços de fronteira possuírem instituições que integram hierarquias e sistemas abertos permitiram a velocidade das transformações.³⁵⁷

Se considerarmos que a primeira fronteira, que avança de oeste para leste, é a fronteira dos escravos³⁵⁸, uma vez que a necessidade crescente de abastecer os postos de venda e de embarque, Luanda e Benguela, levou à busca de escravos a zonas tão distantes como a Huíla e o Cunene, devemos sublinhar o facto de a informação ter circulado, nos dois sentidos, se não muito anteriormente, pelo menos em simultâneo com a fronteira dos escravos.

A articulação da Lunda, enquanto processo de reprodução de diferentes repertórios culturais, faz-se para os dois lados da fronteira e independe dos diferentes locais onde cartograficamente a linha divisória se vai situar ao longo de um certo período de tempo³⁵⁹. A recuperação e actualização do lexema fronteira desencadeia processos que exigem a análise e a contribuição de saberes, num quadro de avaliação múltipla e multiplicável.

³⁵⁶ Alguns dos entrevistados mais jovens contaram, em 2003, como a memória desses caminhos antigos permitiu que alguns fugissem do alistamento militar. Sérgio actual trabalhador do Museu do Dundo, de uma família luba, deu testemunho sobre a sua própria fuga e do dinheiro pago em Dólares dos E.U.A ao seu “condutor”. Contou detalhadamente os preceitos e as formas de evitar as minas anti-pessoal, introduzindo-nos num universo de crenças e histórias eficaz para a compreensão da memória colectiva.

³⁵⁷ Trabalhos de Marie-Louise Bastin, *Entités Spirituelles des Tshokwe*, p. 32, Beatrix Heintze, *Angola nos Séculos XVI e XVII*, pp.557-617, e Filipe de Boeck, “La Fontière Diamantifère Angolaise”, pp. 99 e seguintes, notam a adaptabilidade das diferentes instituições.

³⁵⁸ Miller, *Way of Death, Merchant Capitalism and The Angolan Slave 1730-1830*, London, James Currey, 1988, p. 140-148.

³⁵⁹ Por fazer uma avaliação linguística que possa seguir as modificações introduzidas pela presença do *Kimbundu*, do *kikongo* e do português, embora pontualmente os viajantes do século XIX se tenham apercebido deste fenómeno e apontado alguns exemplos: Max Buchner (expedição de 1880-1881) refere as diferenças de designação dadas pelos ambaquistas “Os ambaquistas pronunciam a língua lunda que lhes soa demasiado áspera, de uma forma diferente dos próprios Lunda, procurando embelezá-la de acordo com o seu gosto, nomeadamente através da reinserção das vogais finais elididas” Buchner in Heintze, *Ethnographische Aneignungen: Deutsche Forschungsreisende in Angola*, p.165 (tradução portuguesa, no prelo sem indicação de página). A moderna pesquisa linguística (Hoover, *The Seduction*, Vansina, esp. *Paths*) procura as origens.

Trabalhando com um conceito de espaço, que liga a noção de “espaço cartografável” à de “espaço metafórico” (conceitos recuperados a partir da proposta inicial de Bogumil Jewisiewicki), Jean-Luc Vellut³⁶⁰ refere a importância dos agentes de fronteira, pondo em paralelo o papel dos comerciantes mbangala, dos enviados (comerciantes, secretários, agentes) ambaquistas e o da “frente cokwe” (uma imensa frente móvel e em marcha desde o final do século XVIII³⁶¹). As vias para Angola (colónia) e desta para o interior são diversas e os tradicionais contactos, via feira de Kassanje e Haco (Libolo), são alargados e diversificados, desde que os comerciantes, vindos do sul (Bié), procuram e estabelecem vias alternativas para alcançar locais de comércio fora do controlo mbangala e ou de outras formações de fronteira. Apresentada durante muito tempo como uma barreira “intransponível” (exigindo pagamento de impostos, guias, carregadores), Kasanje representou esse mundo de fronteira, esse mundo de fusão³⁶² que, a um tempo, separou mas também permitiu e suportou a recomposição dos mundos políticos, sociais e religiosos que ali convergiam³⁶³. Kasanje agrega a guerra, como fenómeno de fronteira, e permite a compreensão do fenómeno, enquanto conflito relacionado com a ocupação militar e comercial do interior de Angola. A documentação portuguesa articula informações sobre campanhas militares (uma cronologia a partir de 1850- a primeira guerra do Kasanje) e o cumprimento o incumprimento de autos de vassalagem assinados pelas autoridades portuguesas e os chefes locais. As alterações nas estruturas políticas e sociais, em Kasanje, em 1850-1851 (intervenção militar portuguesa, problemas locais de sucessão, fuga de Bumba para lá do Tango com as insígnias de estado, divisão do reino) consolidam situações de fronteira, com os seus actores a assumirem papéis que reproduzirão, daí para a frente, na complexa história dos povos do interior do território. O momento perpetua a escrita historiográfica em horizontes distintos: uma escrita a evocar sucessivas campanhas militares, autos de vassalagem, ocupação e submissão e a tradição local, a modelar a sua memória sobre vazios e legitimidades,

³⁶⁰ Jean-Luc Vellut, “Lunda et Frontière Luso –Africaine”, p. 147, 148

³⁶¹ Em Miller, “The Cokwe Expansion” uma explicação para esta mobilidade e movimentação, p. 4

³⁶² “Fronteira seria esse magma em fusão criando por arrefecimento *Breccia*” como o propõe Cornelius Castoriadis em *World in Fragments, writings on Politics, Society, Psychoanalysis and Imagination*, p. 187, conceito desenvolvido em Filip de Boeck, “Garimpeiro Worlds”...p.551.

³⁶³ V. Filip de Boeck, *cit.*, p. 95.

alianças e divisão física do antigo reino. O fim do comércio de escravos faz com que mudem as rotas do comércio, mas também os seus agentes.

A ideia de uma formação política, como fronteira, passa, entre 1870 e 1880, a ser substituída por uma fronteira geográfica, o Rio Tango, que deve ser entendida como um mundo internacional, pelas categorias de problemas políticos sociais e simbólicos que agrega. A documentação portuguesa dá notícia das estratégias de ocupação (alargamento do espaço colónia), abrindo espaço para as questões do confronto, mas também para aquilo que consideram incumprimento dos protocolos estabelecidos entre os chefes locais e os agentes portugueses (os autos de vassalagem). Os núcleos documentais falam, com detalhe, das colunas militares, com as diferentes categorias de soldados que as integram, o armamento e as provisões de que dispõem, mas também do uso de camelos para o transporte de carga.³⁶⁴



Figura nº7. Galera a dromedários. Fonte: AHNA, Álbum Paiva Couceiro, cota (antiga), Alb.009, AR V, 164-097

³⁶⁴ AHNA, cx 2958.

“Ainda há poucos anos se via pelas ruas de Malange um carro puxado por dois descendentes, vagarosos e fleumáticos, daqueles camelos importados...”³⁶⁵

O roubo de gado, o assalto a casas comerciais e as consequências alertam para os fluidos contornos e a permanência do conflito que fazia mudar constantemente o mapa político da região.

Comunico com satisfação para conhecimento do Exmo. Governador Geral, que gentio entre Cahungula e rio Cuengo que roubou casas comerciais assassinando três europeus, foi já severamente castigado; causando lhe muitas baixas, incendiando sanzalas e destruindo lavras, havendo na nossa parte, apenas um soldado indígena ferido, já curado, e um auxiliar em via de cura. Recebeu-se já alguma borracha espero receber muita mais, que será devidamente entregue aos comerciantes roubados. Foram muito exagerados os prejuízos que se atribuíram em princípio. Cahungula refugiou-se além Cuengo, contando que vai para o Pende, porque quiocos não lhe dão guarida. Envio esforços para o prender e prossigo no castigo aos sobas que não entreguem os roubos e não se submetam³⁶⁶.

O telegrama, datado de 8-3 de 1906, tem continuidade numa série de relatórios, mapas, cálculos sobre as importâncias recuperadas e informações sobre operações militares que inscrevem, na história da região, as relações ambíguas entre potentados lunda, comerciantes e seus delegados dependentes da colônia de Angola e a posição oficial portuguesa, representada pelo governador do distrito da Lunda (sede em Malanje)³⁶⁷. Os interesses da borracha eram defendidos por todos³⁶⁸ e o seu tratamento, em cada um dos documentos, camufla outro tipo de situações ligadas às relações entre as pequenas e grandes chefias lunda (*Kahungula*³⁶⁹, *Nzovo*³⁷⁰) e à sua relação com uma paisagem física e mental difícil de caracterizar. Os militares portugueses lidam com a ideia de ocupação ancorada numa série de tratados,

³⁶⁵ Alberto de Almeida Teixeira, *Lunda*, p. 62

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ A.H.N.A., cx. 2958.

³⁶⁸ Desde 1896 que as exportações da borracha tinham um peso considerável na balança comercial de Angola, atingindo em 1908, 65% do total das exportações. Ver Adelino Torres, *O Império Português*, p.272.

³⁶⁹ Os Kahungula (vide Glossário) são títulos políticos lunda com um historial de relações com a colônia de Angola. Alguns Kahungula assinaram tratados com Henrique de Carvalho (31 de Outubro de 188, 12 de Junho de 1886 e 10 de Setembro de 1886) e Simão Cândido Sarmento (25 de Janeiro de 1891). Henrique de Carvalho, *Descrição da Viagem*, Vol II, pp. 628, 681.

³⁷⁰ Nzovo ou Anzavo ou ainda Anzovo, título político lunda (vide Glossário).

firmados entre 1884 e 1887, entre Henrique de Carvalho e algumas chefias lunda e cokwe, como o que é firmado em 31 de Outubro de 1885 na Estação Luciano Cordeiro, estados de *Kahungula*, ”grande quilolo da Lunda e senhor desta terra”³⁷¹.

Os tratados (como este celebrado desta vez com uma chefia cokwe) prevêm a livre circulação dos comerciantes e o exercício da sua actividade nos territórios que as chefias locais controlam.

Por parte do Governo de Portugal, o seu delegado Henrique Augusto Dias de Carvalho, major do exército, e por outra parte Quissengue, grande dignidade entre os Quiocos e Senhor dum grande número de povoações entre os rios Chicapa e Luembe acordaram respeitar e firmar as cláusulas deste tratado, como aquelas que mais convêm a ambas as partes.

Artigo 1º – mona Quissengue e os Muananganas seus súbditos, comprometem-se, como até agora têm feito e sempre fizeram os seus passados, a não reconhecerem outra Soberania senão a Portugal, esperando que o seu governo faça agora ocupar devidamente os seus territórios e exercer neles a sua acção benévola, já intervindo nas suas demandas com estranhos às povoações, seja qual for sua proveniência, já na abertura de caminhos através as suas terras à Lunda, em todos os sentidos, já enfim orientando-se no modo de educar seus filhos para um futuro mais próspero.

Art. 2º - Mona Quissengue e seus súbditos reconhecem que o Muatiânvua é o senhor das terras da Lunda; porém, não há-de ele intervir na administração dos povos Quiocos.

Art. 3º - Portugal entre os Quiocos reconhece as autoridades constituídas e nas localidades em que se encontram estabelecidas e de futuro confirma as que sucedam, observadas as praxes do estilo e também as que venham a constituir-se quando tenham a aprovação do Muatiânvua em novas localidades dos seus domínios.

Art. 4º - Obriga-se Portugal a fazer com que o Muatiânvua e seus súbditos, respeitando o que até hoje tem sido admitido nas suas terras, instituído pelos Quiocos, procurem que seus povos vivam sempre em paz com os seus vizinhos.

Art. 5º - Mona Quissengue e seus Muananganas também pela sua parte garantem viver em paz e em boa ordem com os seus vizinhos lundas e a empregar todos os seus esforços para acabarem as razias às povoações que lhe são estranhas.

Art. 6º - Portugal manterá a integridade dos territórios que o Muatiânvua e os Muatas seus súbditos, com o tempo têm aceitado como domínios dos Quiocos onde estão estabelecidos e até onde exercem a influência da sua autoridade, mas Mona Quissengue e seus súbditos não alargarão essa influência de futuro sem a aprovação do Muatiânvua e Muatas em cada um dos seus domínios, de que deve ter conhecimento o delegado do Governo português na localidade mais próxima dessa cessão.

Art. 7º - Mona Quissengue e seus Muananganas auxiliarão a autoridade portuguesa com força de armas, se tanto for preciso, contra seja quem for, para que se mantenham seguros os caminhos das suas terras para o Cuango, para a Mussumba e para os Cachilanges no norte.

Art. 8º - Garantem Mona Quissengue e os seus Muananganas a segurança das vidas e haveres dos indivíduos portugueses ou munidos de guias das autoridades portuguesas, negociantes, missionários, industriais, que queiram permanecer provisoriamente ou estabelecer-se definitivamente ou passar nas suas terras.

³⁷¹ Henrique de Carvalho, *A Lunda...*, pp. 91-94.

Art. 9º - Em nenhum caso, e sob qualquer pretexto, admitirão que se façam transacções por gente que procurem levar para fora das suas terras.

Art. 10º - Mona Quissengue e seus Muananganas não deixarão flutuar nas suas terras outra bandeira que não seja a bandeira de Portugal e não consentirão que se façam cedências de porções de territórios a indivíduos que não sejam portugueses e não tenham a permissão das autoridades portuguesas.

Art. 11º - Coadjuvarão os Quiocos sempre que a autoridade portuguesa careça da sua força para não consentir que nas terras do Muatiânvua seus delegados mandem matar gente, mesmo a pretexto de feitiço.

Art. 12º - Por este contracto contraem Mona Quissengue e os seus Muananganas os deveres de: coibirem que se roubem, espoliem e maltratem os negociantes ou comitivas de comércio das terras de Angola que transitem pelas suas terras; de não exhibir tributos superiores aos que se estabelecerem por um acordo com as autoridades portuguesas; de fazerem entregar quaisquer delinquentes portugueses ou indivíduos que viajem sem guias de autoridades portuguesas ao delegado do governo de Angola mais próximo da sua localidade, sendo essa diligência paga por esse delegado; finalmente, de manter a paz com os povos vassalos e amigos de Portugal e com os Portugueses, submetendo todas ainda as mais pequenas pendências que possam perturbá-la ao julgamento da autoridade portuguesa.

Quibengue [Quibongue?] de Quissengue, na margem do Cachimi, vizinho da residência do Caungula do Mataba, situada na lat. S. do Equador, 8º, 20' long. E. de Gren. 21º, 31' altitude 877 metros.

2 de Setembro de 1886

(a) Por procuração, colocando uma cruz ao lado dos seus nomes,

+ Mona Quissengue (que se fez intitular de Majestade)

+ Xa Cazanga

+ Quicotongo

+ Muana Muene

+ Quinvunguila

+ Camba Andua

+ Canzaca

+ Quibongue

+ Augusto Jayme

+ António Angonga, o soldado do batalhão de Ambaca nº 54

+ Adriano Ananias,

os contratados em Luanda + Narciso, + Paulo, + Mateus,

e em Malanje, + Casimiro, + Negrão, + Sarrote, + André,

e assinaram depois:

O Chefe da Expedição, Henrique Augusto Dias de Carvalho, o intérprete Agostinho Alexandre Bezerra, e eu servindo de secretário, José Faustino Samuel³⁷².

Os africanos movem-se no terreno e têm com os comerciantes uma relação antiga, que autoriza a desconfiança. A ideia de ocupação é entendida de forma diferente pelas autoridades da colónia e pelos poderes locais. Um olhar para a cronologia (vide anexo) permite-nos sustentar que a ideia de Lunda agrega problemas complexos,

³⁷² Henrique de Carvalho *A Lunda*, pp.225.228.

relacionados com acções militares, negociações, roubos e indemnizações.³⁷³ A linguagem transita entre uma norma fundamentada na lógica europeia (roubo/indemnização) e outra baseada nas implicações africanas do quituxi³⁷⁴, ou “juramento da terra”³⁷⁵. Os tratados que se repetem no tempo escondem uma realidade onde se cruzam vários contenciosos: Belgas versus Portugueses, Lunda versus cokwe e outros actores como pequenas chefias versus comerciantes. Uma concepção jurídica do poder e a sua formalização pela escrita instaura uma nova ordem mas também desencadeia fenómenos de resistência cuja estratégia se alarga à fuga, às razias, ao roubo.³⁷⁶

Diferentes concepções de fronteira, enquanto espaço sobre o qual se exerce uma determinada influência, estão em jogo e ensaiam projectos de ocupação colonial, a ser fixados no futuro. O chefe lunda *Kaungula* promete devolver o valor dos roubos, bastante inflacionado nas informações dos comerciantes lesados. O governador português da Lunda aspira prender *Kaungula* e estabelecer, definitivamente, nas antigas terras deste potentado, o eixo da penetração militar na Lunda, chegando a afirmar, em documentação para Luanda, que tais operações não onerarão os cofres do estado. A fronteira da informação tinha-se entretanto estreitado: os telegramas só demoravam cinco dias entre o *Kwango* e Luanda. O governador-geral recomendava prudência e negociação.³⁷⁷

Em 6 de Junho foram dois ambaquistas, auxiliares da coluna onde se achava o Cahungula com o fim de indagarem as razões, porque não tinha ainda vindo, mas também para o convencerem a acompanhá-los.

Esses ambaquistas cumpriram o seu mandato, informando que o Cahungula não tinha vindo, faltando aos seus prometimentos, porque alguns sobas seus amigos, o haviam aconselhado a que não viesse porque o governo o prenderia,

³⁷³ Cf. AHNA, cx. 2958, vários documentos.

³⁷⁴ Quituxi- grafia portuguesa para *Kituxi* (pl. *Ituxi*) delicto, crime, infracção, pecado. Ver Assis Júnior, p. 148, 149. O Juramento de terra consiste em administrar a um acusado de um crime uma bebida de água e casca ralada de uma planta venenosa que é um vomitório violento, se não vomita é declarado inocente, se vomita é declarado culpado”, A. De Assis Júnior, *Dicionário*, p. 250, Entre os cokwe o adivinho ou Tahi e o seu cesto de adivinhação *Ngombo wa* Cisuka têm papel fundamental na descoberta e punição dos culpados. Vide, João Vicente Martins, *Crenças...* pp. 150.154. Vide Glossário.

³⁷⁵ Ver sobre este assunto Tavares/Santos, *Africae Monumenta*, pp. 407-410.

³⁷⁶ Ver relação entre poder e resistência em Foucault, *La Volonté de Savoir*, p.125.

³⁷⁷ AHNA, cx, 2958, proc. 16

conselho este que lhe foi confirmado pelos seus feiticeiros a quem mandou “adivinhar”, mas apesar disso, concordou em vir para o Cuengo acompanhado de grande parte da sua gente³⁷⁸.

Pela documentação, percebemos a complexidade dos novos mundos em reorganização e do confronto entre diferentes espaços culturais, políticos e sociais. A invenção da fronteira colonial³⁷⁹, obedece aos pressupostos da Conferência de Berlim, mas tem, no terreno, um tempo e uma diversidade de personagens que torna a cartografia mais complexa.

O mundo da realização de personagens, portadores de informação de outros mundos (p. exemplo os ambaquistas), encontra aqui o espaço de palco ideal para a sua completa realização. Os relatos dos viajantes do século XIX estão cheios de imagens do confronto e do comportamento dos verdadeiros homens de fronteira. Portadores de vários núcleos de informação circulam nos diferentes espaços de fronteira, onde introduzem e recebem conhecimento:

Raro é o ambaquista, descendente dos educados naquelas missões, que não se dedique a alguns ofícios manuais, sapateiro, alfaiate, carpinteiro, pedreiro; e todos eles mais ou menos sabem ler e escrever, sendo mesmo peritos em caligrafia.

Depois dos missionários, são os pais que se têm encarregado da educação dos filhos; e pena é que esse ensino vá sendo inconscientemente tão deturpado, tornando-se quase ininteligíveis as cartas que eles hoje nos enviam, algumas das quais teremos ocasião de publicar.

Todos trajam à europeia; mas entre eles distinguem-se os que estão em melhores circunstâncias pelo chapéu alto e sobrecasaca preta, e logo abaixo os que fazem o seu fato de orleão preta; e todos calçam, hoje sapatos de liga, ou sapatos por eles feitos de couro ou de pano de algodão, que fabricam e tingem, e que tem em lugar de sola, madeira.

...
O vidro de tinta, pennas e papel acompanham-no para toda a parte no seu rolo de folha que usa a tiracolo, e mesmo sobre os joelhos escreve uma carta.³⁸⁰

A estes se deve o alargamento do espaço da escrita no interior de Angola, bem como o seu tratamento institucional ao nível das relações económicas políticas e

³⁷⁸ AHNA, cx.2058, proc. 16, p. 48.

³⁷⁹ Conceito em Vellut, “L’invention de la frontière du Lunda”, *passim*

³⁸⁰ Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol. I, p. 147.

institucionais. A sua influência, nas sociedades onde procuravam sobreviver como comerciantes, intérpretes, secretários, foi muito grande e reproduz-se na cuidadosa política de alianças que encetaram (casamentos, adopção de escravos) e nos comportamentos de elementos das sociedades do interior, a ponto de muitas vezes os viajantes confundirem comportamentos e aparência com a origem real dos objectos das suas descrições.³⁸¹

A complexidade dos mundos de memória dos actuais habitantes das regiões em estudo retém informações que recuperam antigas visões sobre a chegada de representantes de outros universos: “Mwata Mwambumba foi informado da presença no rio de brancos e bailundos”³⁸².

Este alargamento dos mitos iniciais de fundação, por parte daqueles que hoje são seus guardiães, é aqui chamado a depor a favor de movimentos complexos no interior de espaços políticos e culturais de grande densidade e alargam os mundos de fronteira muito para lá de uma simples visão geográfica. Para lá do Kwango, a troca de extras culturais incluiu a linguagem (particularmente *Kimbundu* e Português) plantas de cultivo (arroz, tomate, cebola) ofícios (alfaiates), a leitura e a escrita, objectos religiosos e profanos³⁸³. O quadro fica significativamente alargado, se pensarmos que também as doenças (varíola, bitacaias-*tunga penetrans*) acompanham a fronteira em movimento. Fomes, secas e doenças, relatadas desde o século XVI, estão presentes nas profundas modificações operadas e na gestão dos frágeis equilíbrios entre questões demográficas e meio ambiente, detectáveis em quase todas as regiões da África Central³⁸⁴.

³⁸¹ Ver e por todos, Jill Dias, “Quem eram os ambaquistas”, p. 606 e passim.

³⁸² Depoimento de Leonardo Cojo recolhido em 7 de Julho de 2001.

³⁸³ Beatrix Heintze, “Long- Distance Caravans and Communication Beyond The Kwango (c.1850-1890), p. 1.

³⁸⁴ V. sobre este assunto Jill Dias, “Famine and Disease...”, p. 359 e passim. Uma cronologia anexa ao trabalho de Joseph Miller “The Significance of Drought, Disease and Famine...” ajuda, como anteriormente já assinalámos, a seguir (para a África Ocidental) a importância das questões dos ciclos da seca, fome e doença e das suas relações com a ocupação dos territórios, a guerra e os movimentos migratórios. Ver também Filip De Boeck, “When Hunger Goes Around the Land: Hunger and Food Among The Aluund of Zaire”, pp. 27-282.

As teorias propostas por Kopitoff³⁸⁵, a partir da análise que Jackson Turner faz, em 1893, sobre o fenómeno fronteira, tornando-a na situação chave para a compreensão dos fenómenos da história norte americana, “ondas sucessivas de sociedades determinadas a colonizar uma terra estrangeira”³⁸⁶, tornam-se operativas e estimulam a trabalhar com especiais relações sociais e políticas, fora e dentro de determinados espaços geográficos e económicos³⁸⁷ e a pensar o problema para além dos tradicionais vectores e das clivagens habituais da divisão em período pré-colonial, colonial e pós-colonial. Em África, o conceito foi aplicado pela primeira vez para referir a invasão europeia à África do Sul e, noutros sítios, relacionado com a penetração colonial. Um ou outro estudo detém-se sobre o lado africano da fronteira, como o faz Miller, descrevendo, analisando situações de fronteira para as sociedades mbangala, cokwe e lunda³⁸⁸ e Jean-Luc Vellut ao tratar do ponto de vista da história as diferentes faces da fronteira (luso-africana, cokwe, comercial, guerreira) e as formas como umas hegemonias substituem outras como resultado das pressões do comércio ou dos vazios do poder.³⁸⁹

Ainda hoje os Imbangala traduzem a palavra *mutswalikapa* como estamos separados e alegam que este acontecimento estabeleceu formalmente as fronteiras entre as terras governadas pelos Lunda e as controladas pelo *Kinguri*³⁹⁰.

Trabalhando sobre a Amazónia e a expansão da fronteira no sec. XIX, João Pacheco de Oliveira Filho faz largo uso das propostas de Turner e de outras colocações teóricas relativas às questões da fronteira, introduz a noção dos diferentes

³⁸⁵ Criticadas por Wyatt MacGaffey que afirma. “Responding to new thinking in anthropology as well as history, Igor Kopitoff wrote a masterly new myth, synthesizing precolonial history into a story of ceaseless flux on a turbulent internal frontier”, MacGaffey, “ Changing Representation, cit, p. 192, *Angola On The Move*, p. 224

³⁸⁶ -Igor Kopytoff, “The African Frontier”, cit, p.11, estuda a contribuição de Frederick.Jackson.Turner em “The significance of The Frontier in American History” in R. A. Billington (ed.) *Frontier and Section: Selected Essays*. Publicado em 1893, o ensaio sobre o significado da fronteira na História da América constitui até aos nossos dias ponto de partida para uma discussão teórica importante para o estudo do lado africano da fronteira. Para este trabalho foi consultada a edição de 1961

³⁸⁷ - Fazendo uma leitura das propostas de Kopytoff e de Turner no qual o primeiro se baseia, Ruy Duarte de Carvalho explica que para o Sudoeste de Angola “ o termo fronteira deverá, para o caso, corresponder, mais do que à noção de marca divisória, à de região, de área politicamente aberta, a uma *no man's land*”, “Produção histórica de identidades colectivas diferenciadas no Sudoeste litoral de Angola. A insularização Kuvala e a integração Kimbar” in *Actas da III reunião Internacional de História de África, África e a Instalação do Sistema Colonial(ca1885-ca1930)*, p.718

³⁸⁸ Miller, respectivamente *Poder Político*, cit, p.

³⁸⁹ Jean.-Luc Vellut, *Lunda et Frontière Luso-Africaine*, p.154,155 e passim

³⁹⁰ Joseph Miller, *Poder Político*, p. 139.

mecanismos de ocupação de terras e da sua incorporação em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado. Alerta para os tempos e os ritmos diferenciados pelos quais as áreas ditas de fronteira se desenvolvem. A mentalidade da colecta, a busca febril de produtos extractivos apontam para a produção de um lugar geográfico e mítico com os seus agentes e regras de funcionamento particulares³⁹¹. João Pacheco de Oliveira Filho recupera, para as ciências sociais, as noções de fronteira que caracterizaram a ocupação da Amazónia durante o ciclo do seringal. A ideia de ciclo e surto surge de estudos anteriores, ligados à extracção mineira, características dos séculos XVII e XVIII.

Uma outra forma de considerar o seringal seria vê-lo enquanto fronteira-mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro da economia de mercado. Uma história da Amazónia escrita a partir da fronteira precisaria dar conta dos tempos e ritmos diferenciados pelos quais as áreas que a compõem se desenvolvem, pois é da comparação desses ritmos e da apreensão de vantagens comparativas por parte de um conjunto de agentes sociais que irá surgir o movimento para a fronteira³⁹²

Interessa reter que o modelo teórico da fronteira supõe uma totalidade composta por partes heterogêneas e que, salvaguardadas todas as distâncias geográficas e temporais, toda a questão da fronteira, mesmo para as Lundas (onde a extracção da borracha antecede a época da extracção mineira), reúne formulações teóricas e processos de reorganização social que envolvem as fronteiras intersticiais africanas, como, muito mais tarde, a fronteira colonial. Basta pensar que o caso da Lunda e a extracção dos diamantes se fez por meio do trabalho obrigatório, reorganizando e dispondo os trabalhadores segundo grupos distintos e hierarquizados:

Quando em 1919, depois de vir da guerra, cheguei à colónia onde permaneci até fins de Julho de 1921, uma das minhas preocupações foi obter mão-de-obra fora da Lunda para as minas, porque a população naquele distrito era insuficiente e ainda hostil em maioria... Foi em torno daquele núcleo de 100 trabalhadores de fora da Lunda que se foram agregando os primeiros trabalhadores quiocos e luenas³⁹³.

³⁹¹ João Pacheco de Oliveira Filho, “Notas sobre duas modalidades...”, pp. 106, 107.

³⁹² Idem, Ibidem.

³⁹³ Relatório do representante da Diamang referente ao ano de 1929, pp. 57, 59, Col. MAUC, cx. 202.

Pensamento partilhado por Norton de Matos quando, em 1922, afirma:

O ângulo nordeste do Distrito da Lunda, limitado a oeste pelos rios Luachimo, a leste pelo Kasai, a norte pela fronteira do Congo Belga e a sul pelo paralelo 8º, é a única região do território de Angola onde os indígenas se não submeteram por completo à nossa soberania³⁹⁴.

O sistema mineiro a funcionar desde o início do século XX, introduz mecanismos de controlo da mão-de-obra para impedir a livre movimentação de gente, tornar impossível a livre ocupação de terras. A “produção do lugar”³⁹⁵ passa a depender de uma relação ente produto e sítio de produção e não mais de uma concepção local sobre a terra, os donos da terra e os seus beneficiários, embora a “mobilização do factor étnico”³⁹⁶ esteja presente na articulação do discurso justificativo da escolha da força de trabalho para as minas.

O fenómeno fronteira pode assim ser visto não como lugar de dispersão (*Cimwangali*³⁹⁷ como propõem os *bahuvale*), mas como o lugar de concentração e reformulação da informação e dos conceitos que depois atingem novos grupos sociais. A história da Lunda e dos povos lundanizados é a história de vários espaços, culturalmente valorizados, de fundação e refundação de comunidades e de realidades porosas à refundição de conceitos e alianças. Um mundo de ideias, significados, posições, transita de uns espaços para os outros, dando origem à consolidação de alguns e ao aparecimento de outros. A configuração do fenómeno marca um tempo histórico para lá das fronteiras da memória, uma vez que os lugares de partida de certas formações sociais são os lugares de chegada das outras. As áreas de fronteira instituem-se assim, muitas vezes como lugares vazios, “os não lugares”, para utilizar um pouco abusivamente Marc Augé:

Não temos motivos para pensar que a imagem de um mundo fechado e auto-suficiente não tenha sido, para aqueles que a difundiam e que, por função, com ela se identificavam, tanto no passado como no presente, senão uma imagem útil e necessária, não uma mentira, mas um mito mais ou menos

³⁹⁴ Norton de Matos, Carta Confidencial ao Governador do Congo Belga, datada de Luanda de 17 de Abril de 1922, AIMO, 1632/9187, E 16.

³⁹⁵ Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, p.73.

³⁹⁶ Conceito em Nascimento, *Poderes e Quotidiano...*, p.316.

³⁹⁷ Ver, Moses Kaputungu Sangambu, *The History of the Luvala People...*, p. 3

inscrito no solo, frágil, como o território cuja singularidade fundava, sujeito como o são as fronteiras, a eventuais rectificações, mas, por essa mesma razão, condenado a falar sempre da últimas deslocação como se se tratasse da primeira fundação³⁹⁸.

As áreas de fronteira na periferia das metrópoles foram um fenómeno recorrente³⁹⁹ que os problemas da fome das epidemias, da guerra, das legitimidades e sucessão⁴⁰⁰ agravaram, mas não podemos entender a História da África Central e a das suas relações com outros centros e as margens desses centros como uma confusão, de reconstruções políticas, formada por elementos de migração, assimilação, competição comercial e ambição local. O processo é muito mais complexo do que isso e sedimenta-se, para além do político, num conjunto que envolve a cosmologia, a religião, a tecnologia e a adaptação ao meio⁴⁰¹.

A configuração do fenómeno arranca num tempo histórico para lá das fronteiras da memória, deixando claro que a construção da fronteira corresponde à exportação de títulos políticos que se perpetuam segundo as normas do parentesco, estabelecimento de alianças. A expansão do império Lunda para oeste corresponde ao momento da sua formalização coo centro de poder e tem como resultado a saída de várias instituições políticas para longe do *Kalanyi*. A formação do conceito fronteira, para estas sociedades, não é tributária de um modelo evolucionista e linear da pré-história à história⁴⁰², mas comporta a ideia de fissão (escapar da fome, da doença, as batalhas pela sucessão, do medo da feitiçaria) e movimento característico de sociedades em permanente reformulação. A fragmentação faz-se sempre a partir de grupos da linhagem (os irmãos) que podem, têm legitimidade para estender o poder a outros lugares. As áreas de fronteira na periferia das metrópoles foram um fenómeno recorrente, um acompanhamento sistémico à formação, expansão e estabilização de políticas⁴⁰³. Muitas formações políticas nasceram de situações de fronteira e a morte de algumas formações significou o nascimento de outras. A construção da

³⁹⁸ Marc Auge, *Não Lugares*, pp. 53,54

³⁹⁹ Kopitoff, cit, p. 30

⁴⁰⁰ Pritchett, *The Lunda- Ndembu*, pp. 10, 11.

⁴⁰¹ MacGaffey, "Changing Representations...", p. 192, *Angola on the Move*, p.239

⁴⁰² Kopitoff, *The Internal...*, p. 5

⁴⁰³ Idem, p. 30

*Ecúmena*⁴⁰⁴, a “região de persistente interação cultural e troca”, centro africana e a sua permanência no espaço e no tempo implicou uma consciência de fronteira não como força de transformação mas muitas vezes como garantia de continuidade e conservadorismo. Cisma e continuidades convivem em regiões de permanente interação cultural e troca.⁴⁰⁵

A noção de fronteira aberta, oposta à ideia de fortificação característica da fronteira europeia, tem que ser, para o caso de África, alargada aos conceitos de espaço físico e mental, onde imaginários locais se cruzam com imaginários de outras regiões. A listagem habitual dos mundos de fronteira não significa uma enumeração de referentes concretos diluídos no conceito, mas sim o aproveitamento de um modelo teórico e o seu alargamento sucessivo aos diferentes fenómenos de mudança.

O conceito de processo fronteira⁴⁰⁶ agrega as particularidades dos diferentes mitos de fundação, as questões da recomposição do poder baseado na linhagem e às formas como os conflitos pela posse de territórios, ecologicamente frágeis, as obrigou a constantes negociações e posteriores adopções de títulos prestigiados e instituições importantes, de forma a facilitar a mediação do conflito ente habitantes e recém-chegados⁴⁰⁷. A organização social dos *cokwe* vai revelar-se idealmente adaptada a estas questões de fronteira. A ideia de uma terra prometida (a Lunda ancestral), à qual têm o direito de voltar, será motor de toda uma história de expansão e reivindicação das terras ancestrais, de que falam os documentos belgas dos anos vinte do século XX, quando referem a fuga das populações *tucokwe* de Angola para o Congo. Quando a partilha colonial tornou o Kasai como fronteira, os *tucokwe* conservaram e cultivaram os laços de parentesco e de aliança de um e outro lado da fronteira.

Para as áreas em estudo neste trabalho a produção da fronteira significou sempre a reprodução de espaços de exercício do político, a recuperação da simbologia cosmogónica, um espaço físico e mental sujeito a reconfigurações onde cabem os imaginários locais e os de outros lados do mundo. Não se trata de acreditar num novo mito, o do permanente movimento das sociedades, agarrados a conceitos como

⁴⁰⁴ Definida como tal a partir das propostas de Vansina, conceitos retomados por Prichet, *The Lunda-Ndembu...*, pp.7 e segs e Kopitoff, *The Internal...* pp. 5, 6.

⁴⁰⁵ V. desenvolvimento em Victor Turner *Schism and Continuity*, passim.

⁴⁰⁶ Kopitoff, *The African...*, p. 19

⁴⁰⁷ Ver Miller, *Poder Político...*, p. 137 e nota 80.

expansão ou diáspora cokwe, mas do entendimento das capacidades de adaptação e incorporação simbólica e real que nos remete para sistemas abertos, imaginários porosos à diferença.⁴⁰⁸ Estudando fenómenos ligados à “fronteira diamantífera angolana” Filip de Boeck enumera alguns objectos que, pela mão dos ambaquistas, transitaram a fronteira do simbólico para serem incorporados e significar nos domínios do pensamento e da filosofia dos tucokwe e tulunda.⁴⁰⁹ A facilidade de incorporação de objectos sustenta a permeabilidade dos sistemas do simbólico ente estes povos⁴¹⁰ nos registos onde a dificuldade de fechar a fronteira é consideravelmente maior. O número de árvores, figuras, e máscaras que constitui o delicado e complexo sistema *hamba*⁴¹¹ habitado pelos espíritos ancestrais (*mahamba makulwana*) e espíritos parasitas do primeiro sistema (*ypwiya*) contempla formas que os cokwe integram e saúdam como originais e outros estrangeiros que passaram a integrar para o bem e para o mal o seu sistema de crenças⁴¹². Algumas máscaras são a face visível dos ancestrais e do equilíbrio reinante entre mortos e vivos e têm um papel e um significado para além das fronteiras da etnia fixadas em tempo de colonização⁴¹³.

⁴⁰⁸ Ver Manuela Palmeirim, *Of Alien Kings*, cit, sobretudo capítulo 5, pp. 96, 97. Ver também em Filip de Boeck, “la Frontière”, p. 115, a análise sobre conceitos como “Força vital”, “saúde”, “fecundidade”, e o papel dos ambaquistas na expansão de objectos sincréticos como o *Nsantu*, a partir da palavra portuguesa santo.

⁴⁰⁹ Filip de Boeck, cit, pp.99-114.

⁴¹⁰ Ver também com a devida distância crítica Mesquitela Lima, “A «possessão» espírita entre os quicocos da Lunda”, especialmente pp. 8-10. Para as questões da ambiguidade no pensamento simbólico dos Aruund (Lunda) ver Palmeirim, “As duas faces de Rweji”, p. 101 e “Paradoxos, fluidez e ambiguidade do pensamento simbólico (o caso Ruwund), para uma crítica e alguns modelos de análise”, in *Etnográfica*, pp. 353-368.

⁴¹¹ *Hamba*, pl. *Mahamba*, (em *Ucokwe*), Espírito, objecto (amuleto, árvore) que se crê habitado pelo espírito de um antepassado, Ver Adraino Barbosa, *Dicionário*, p.86.

⁴¹² Ver Marie-Louise Bastin, “Ritual Masks Of The Chokwe”, in *African Arts*, pp. 40-42.

⁴¹³ Ver Ruy Duarte de Carvalho, “Sobre a “composição étnica” de Angola” in *A Câmara, a escrita e a Coisa Dita*, p.65.

2.4. No Coração da Terra

O diamante aparece e desaparece, a família é para sempre.
Soba Caungula Manuel Muantale⁴¹⁴

Datam dos primeiros anos do século vinte as primeiras pesquisas de diamantes efectuadas em Angola. Na sequência das descobertas feitas em território do então Congo Belga, pela *Société Internationale Forestière et Minière du Congo (Forminière)*, em alguns dos afluentes do Rio *Kasai*, foi constituída a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola-PEMA, em 4 de Setembro de 1912⁴¹⁵.

A palavra Companhia⁴¹⁶ é, ainda hoje, nas Lundas, desencadeadora de um feixe de sentidos que a ligam directamente à exploração dos diamantes na região e ao desenvolvimento da pesquisa mineira numa primeira fase e da Diamang depois.

Contrastam estes sentimentos e a expressão do conhecimento, por parte dos habitantes da região, com a total (pelo menos até onde foi possível levar a pesquisa) ausência do diamante nos circuitos do poder nas suas manifestações externas como sejam insígnias, objectos de mando, cadeiras associadas de chefe, embora a sociedade actual viva em torno do ciclo do diamante e da consequente dolarização da economia. Esta situação é tanto mais estranha porquanto a história do diamante⁴¹⁷ está noutros contextos, desde a sua descoberta, ligada ao poder e às suas propriedades mágicas.

⁴¹⁴ Entrevista no Bairro Kaxinde, Dundo, Lunda- Norte em 23-07-03.

⁴¹⁵ São sócios fundadores da PEMA O Banco Nacional Ultramarino, a firma Henry Burnay & C.^a (mais tarde Banco Burnay),-Portugal; a Société Générale de Belgique, a Mutualité Coloniale-Bélgica; a Banque de L'Union Parisienne – França e o Grupo Ryan- Guggenheim-Estados Unidos da América.

⁴¹⁶ Vide Glossário.

⁴¹⁷ Diamante do grego *adamas*- inflexível,duro, que não se pode moldar. Ligado desde a sua descoberta às questões do poder e à crença nas suas propriedades mágicas de cura e protecção o diamante alimentou histórias, sendo uma das mais antigas aquela que o liga à sua utilização para cortar as pedras utilizadas na construção do Templo de Salomão. A palavra em *ucokwe* para designar diamante é *Kamanga*, recuperada pela língua portuguesa com a grafia camanga e com o significado de tráfico ilícito de diamantes e outras mercadorias. Ver, Óscar Ribas, *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, p. 43. Vide Glossário. Devo a Ana Clara Guerra Marques e à sua pesquisa de campo entre os tucokwe a primeira referência ao diamante como

Embora referido pela literatura antiga, é do conhecimento comum que a mineração do diamante começou na Índia, no século IX da nossa era. Salvo um pequeno depósito descoberto no Bornéu, não se conheceram outros depósitos antes da descoberta das grandes jazidas brasileiras no século XVIII.

O primeiro diamante africano, pesando 21 e $\frac{1}{4}$ quilates⁴¹⁸, foi encontrado em 1866, por uma criança, nas Margens do Rio Orange, perto da região de Kimberley,⁴¹⁹ África do Sul e é a primeira região africana onde podemos notar uma modificação substancial de modos de vida ocorridos com base na extracção de diamantes. Ao mesmo tempo que a prospecção, nessa área, se começou a fazer de forma sistemática, ocorrem os primeiros grandes movimentos de trabalhadores migrantes em busca de trabalho nas minas. Em 1870, o garimpo⁴²⁰ envolvia cerca de 5000 pessoas. Em 1875, as principais minas eram propriedade de cerca de 700 pessoas, das quais 120 eram negras. A situação modificou-se rapidamente e, em 1883, o reverendo Gwayi Tyamzashe foi o último proprietário de um claim⁴²¹. Desde essa época até a períodos

sinónimo de perfeição, Entrevista ao ancião M. Cilunda feita por Ana Clara: “O diamante tem *uhenya* é um princípio de beleza”.

⁴¹⁸ Quilate-A partir de Karation lexema grego para alfarrobeira-*Ceratonia siliqua*, árvore de grande porte comum à bacia do Mediterrâneo e posteriormente espalhada por todo o oriente. As características das suas sementes, o facto de, mesmo secas, apresentarem poucas variações de peso, levaram a que os antigos comerciantes de pérolas a adoptassem como unidade de peso referência para as transacções com pedras preciosas. Assim o *carat* (quilate em português) foi adoptado como unidade de peso, embora com valores de referência diferentes para alguns países europeus. Vide Glossário.

⁴¹⁹ As minas foram localizadas num pequeno povoado-Vooruitzig, propriedade de um holandês chamado De Beers, mais tarde (1873) designado Kimberley, região onde se encontrariam os primeiros “Kimberlitos”. A partir desta descoberta a geologia do diamante deixou de ficar ligada aos depósitos aluvionários, jazigos secundários provenientes de diferentes mecanismos de erosão, para se ligar ao estudo da “rocha-mãe” sua origem e à descoberta dos complexos processos de “vindas à superfície”. A geologia das diferentes idades da terra ocupou muitos estudiosos. A Kimberley devemos ainda ligar as alterações profundas do comércio dos diamantes e do seu escoamento no mercado mundial. Importa referir como dado a ter em conta para o estudo da situação em Angola e nas regiões vizinhas a profunda alteração das relações de trabalho impostas aos africanos: correntes migratórias, mercado e como trataremos adiante, no caso de Angola, ao sistema do contrato.

⁴²⁰ Vide Glossário.

⁴²¹ Vide V.L. Allen, *The History of Black Mineworkers in South Africa*, vol. I, p. 45. Claim, área padrão limitada de cada demarcação mineira; para as pedras preciosas, essa área era de 2500 ha. A lei de 1906 (decreto de 20 de Setembro de 1906) define Claim, “entende-se por claim mineiro a área de terreno que com as dimensões fixadas na lei, e compreendida na que foi objecto de manifesto, e portanto reservada para trabalhos de pesquisa, pode ser concedida para trabalhos de lavra mineira propriamente dita”. Este decreto distingue os diferentes tipos de claim. Para Angola, as dimensões dos claims foram determinadas pelo decreto 720 de 3 de Agosto de 1914 e ainda pelo decreto nº 3338, de 6 de Setembro de 1917, mantendo a área de cada “claim”, mas alterando a relação largura/comprimento.

recentes de situação pós-colonial, os africanos permaneceram apenas como mão-de-obra recrutada.⁴²²

Não estão descritos pela literatura, nem a tradição oral conserva memória de situações semelhantes (posse e exploração de minas), nas regiões estudadas no âmbito deste trabalho. As complexas relações dos povos desta região com a terra, clara definição dos seus princípios, ligada às formulações sobre o mundo dos antepassados e às preocupações de sobrevivência do grupo, passam ao lado da sua utilização como lugar de extracção e garimpo. Distinções claras entre o uso da terra para a caça, a agricultura e colheita são feitas e constituem categorias do pensamento estruturado em torno das distintas actividades económicas. O conceito de terra contém a clara distinção entre a posse e o direito ao seu uso *Dominium e Imperium* ou seja a autoridade sobre os homens e a legitimidade do seu exercício, que passa nitidamente ao lado das posteriores situações criadas pelo alargamento da frente extractiva.⁴²³ No entanto, situações de envolvimento de alguns chefes locais nas explorações e no tráfico estão descritas na literatura e acontecem com relativa frequência, nos primeiros anos de implantação da Companhia:

Pelo nosso serviço de informações temos notícias de que parece existir explorações ilícitas nos seguintes postos: Rio Tschicapa, a cerca de 70 Km de Saurimo, feita pelo soba Xá- Cassau; Rio Tschicapa (margem esquerda) a cerca de duas horas de viagem para Saurimo, umas escavações feitas há tempo por um prospector da Companhia, é explorada pelo soba Tóta.⁴²⁴

O controlo efectivo do território, as questões do trabalho e a perda de autonomia das populações tornarão estas situações cada vez mais raras e difíceis de acontecer nas zonas demarcadas pelas companhias mineiras.

A história dos diamantes e da Lunda estão profundamente ligadas às acções de prospecção do território e à descoberta, em 1906, de diamantes na Bacia do

⁴²² V. L. Allen, cit., p 45. A situação no Ghana (diamantes descobertos em 1917 e na Serra Leoa (diamantes descobertos em 1930) podem pontualmente apresentar situações diferentes. Depois das independências nacionais e da “nacionalização” das grandes companhias de exploração quer na Republica Democrática do Congo quer em Angola, o diamante tornou-se o centro da “dolarização” da economia e um dos factores de perturbação e violência (novas violências) das zonas produtoras. Ver Filip De Boeck, “La Frontière Diamantifière”, cit., p. 94, 95.

⁴²³ Ver sobre este assunto e em geral Daniel Biebuyck (ed.), *African Agrarian Systems*. Ver também os conceitos de posse e transmissão dos direitos sobre a terra em Miller, “Cokwe Expansion”, especialmente p. 13.

⁴²⁴ MAUC, Cx. 231, Doc 136/26 de 29 de Janeiro de 1926.

Cikapa⁴²⁵. O conhecimento muda a partir da fase da prospecção. O conhecimento sistemático do solo e o estabelecimento dos limites das zonas de demarcação, por parte dos prospectores e mais tarde das companhias, significa a perda de controlo da informação e posse do território até aí exclusiva pertença dos africanos.⁴²⁶

A prospecção, descrita pelos mais velhos ouvidos na Lunda -Norte “como o tempo em que os brancos andavam a medir a terra e a medir as pessoas, ou o tempo em que os brancos andavam a pé”⁴²⁷, descentra as instâncias de legitimação da posse da terra, até aí baseadas em laços de consanguinidade, relações de aliança centradas na geração e na linhagem e na posse da terra. Os entrevistados registam assim uma mudança no tempo histórico, uma mistura de novas experiências que Jürgen Habermas define assim:

O método científico, que leva sempre a uma dominação cada vez mais eficaz da natureza proporcionou depois também os conceitos puros e os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficiente sobre os homens através da dominação da natureza⁴²⁸.

Um corpus legislativo permite e autoriza a expansão colonial, quer do lado português quer do lado belga. As relações poder/saber, tal como Foucault as problematiza⁴²⁹, desencadeiam a instituição de uma ordem normativa, que caracteriza uma lógica colonial diferente do anterior período de exploração.

Ocorre chamar aqui a depor a teoria do modelo, tal como a desenvolve Bernard Magubane, num estudo incluído na obra de referência *Anthropologie et impérialisme*, coordenada por Jean Copans⁴³⁰ e que, ao fazer uma análise crítica da literatura sobre ocupação colonial, propõe diferentes fases a ter em conta na análise

⁴²⁵ Vulgarmente grafado na bibliografia Tsikapa, ou Tshicapa, ou na documentação portuguesa Chicapa. A bacia hidrográfica das Lundas tem um dos seus nós fundamentais no Alto Cikapa, de cota igual ou superior a 1300 m. Aí nascem os rios mais importantes: Kuango, Kuílo, Luangue, Cikapa, Luachimo, Ciumbe e Kassai. Esta rede fluvial terá influenciado e de certa maneira intensificado as sucessivas migrações de povos desde a pré-história, Vide Jean Vansina, *Introduction a l'Ethnographie du Congo*. Para a caracterização hidrográfica da região ver Relatório elaborado por Pinto Moura, “Estrutura Física da Lunda”, sd, relatório datilografado, col. Part. Dr. Costa Oliveira.

⁴²⁶ Ver Eric Hobsbaum, *A Era do Império, 1875-1914*, sobretudo na chamada de atenção sobre a importância das mudanças na política colonial para a “Dimensão Económica do Imperialismo”, p.82.

⁴²⁷ Depoimento de Muazambi Cafunda, nascido em 12 de Dezembro de 1933, de origem e língua materna Lunda. Entrevista em 26-7-2003.

⁴²⁸ Jürgen Habermas, *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, p. 49.

⁴²⁹ Michel Foucault, *Em Defesa da Sociedade*, p.29.

⁴³⁰ Ver Jean Copans (coordenação) *Anthropologie et impérialisme*.

do contexto: período inicial de contacto, resistência africana, período de assentimento por parte de alguns africanos, período de resistência de tipo novo⁴³¹. Percebe-se que a proposta de Magubane se relaciona com o colonialismo na longa duração e não a um momento, que a memória histórica dos entrevistados nos devolve, de diferença e confronto entre uma nova forma de exploração da terra correspondente a um momento de perda de autonomia e domínio.

A descoberta das jazidas diamantíferas seguiu um modelo novo que se pode relacionar, nas suas semelhanças e diferenças, com outros esquemas de exploração implantados nas colónias vizinhas e que prova que este modelo, o de Bernard Magubane não foi seguido de forma linear nem na mesma sequência cronológica.

Os trabalhos de prospecção da *Société Forestière et Minière du Congo*, ou *Forminière*, nas bacias dos rios Kasai e Cikapa conduziram à descoberta de depósitos diamantíferos exploráveis, numa vasta região e deram início a uma crescente exploração de jazigos diamantíferos inicialmente só detríticos.

Foram geólogos contratados pela Forminière que, em 1912, descobriram o primeiro diamante em território de Angola, no ribeiro Musualala, afluente da margem direita do Ciumbe, não longe da fronteira com a actual República Democrática do Congo⁴³².

As companhias belgas, criadas no Outono de 1906⁴³³, pelo Rei Leopoldo, correspondem a uma modificação da filosofia de ocupação do até então “Estado Independente do Congo” e à realização no terreno do que “desde 1875 os relatos dos primeiros exploradores faziam pressentir sobre as possibilidades de explorar o Katanga, um lugar selvagem e perdido. Eles relatavam a presença provável do ouro e do cobre”⁴³⁴ Em 1892, o geólogo Jules Cornet⁴³⁵, membro de uma missão encarregue

⁴³¹ Cf. Bernard Magubane, “Un regard critique sur les critères utilisés dans l’étude des changements sociaux en Afrique Coloniale”, in Jean Copans, cit, p.268.

⁴³² Missão M.K. Shaler-AGR, Société Générale, 4^{ème} versement.

⁴³³ A regulamentação da exploração, posse e transporte dos produtos mineiros na Bélgica regulamentada pelo decreto do Rei Leopoldo de 22 de Julho de 1904 (Bulletin Officielle, 1904, p.235) seria modificada pela lei de 29 de Março de 1911, 5 de Março e 19 de Dezembro de 1912. Ao *corpus* de leis inicial foram sendo acrescentadas as possibilidades de salvaguarda dos interesses do rei e do estado belga nesses empreendimentos.

⁴³⁴ Missão M. K. Staller, AGR, Société Générale, 4^{ème} versement. Sob orientação de Jean Jadot e Hubert Drogmans, o Rei Leopoldo da Bélgica criou três novas companhias em 1906, A *Union Minière du Haut Katanga*, a *Compagnie du Chemin de Fer du Bas Congo au Katanga* e a *Société Internationale Forestière et*

da ocupação efectiva da parte meridional do Congo, tinha assinalado numerosas indicações de cobre.

Jean-Luc Vellut afirma que a história da economia mineira do Congo Colonial começa no Katanga e chama a atenção para o facto da região constituir, para os estudos arqueológicos, o sítio onde os vestígios de uma metalurgia muito antiga são conhecidos, remetendo para níveis de ocupação sucessivos de populações metalúrgicas e para datações muito antigas⁴³⁶.

A arqueologia faz coincidir antigos sítios do ferro e o desenvolvimento das tecnologias de extracção e fundição. Atentemos nos diferentes mitos de fundação das populações locais, já relatados por europeus desde o século XVI e que ainda hoje constituem referências estruturantes de passados identitários mais ou menos recentes. A tradição oral oferece inúmeras variantes dos mitos, deixando antever a relação entre espólio material e história. Os reis ferreiros estão presentes por todo o lado e a associação poder e tecnologia de extracção constitui um dos nós centrais das narrativas de fundação e mudança. A Associação cobre e tecnologia do barro permite a reconstituição (em datas) de muitas das rotas de expansão dos povos das regiões da África Central. Em Angola, informações sobre reis ferreiros estão muito disseminadas e é hoje bastante conhecida a dependência dos pontos avançados da presença europeia no sertão (fortins e missões) das tecnologias locais de fundição⁴³⁷.

Minière du Congo, Forminière. Todas estas companhias estavam ligadas à Société Generale de Belgique. Bruxelles, AGR, Fondo Société Générale de Belgique, I, 259.

⁴³⁵ Responsável pela descoberta de alguns sítios arqueológicos de extrema importância, nas margens do Rio Lubudi e também autor da primeira síntese sobre as descobertas arqueológicas do Baixo Zaire. Ver Jules Cornet, “Aperçu Géologique de la partie méridionale du Bassin du Congo” in *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*.

⁴³⁶ A história da arqueologia da região central do continente africano só muito tarde se deu conta desta particularidade, mas a circulação das famosas “cruzetas de cobre” nas mãos dos mercadores, em quantidades suficientes para que as autoridades portuguesas da costa angolana estudassem a possibilidade da sua exportação para o Brasil no princípio do século XIX é só a ponta final de participação do cobre no comércio a longa distância. Ver, sobre a arqueologia da região, Pierre de Maret, “Phases and Fácies in the Archaeology of Central Africa” in Peter Robertshaw (Ed.), *A History of African Archaeology*, pp.109, 134. Ver ainda Jean Vansina, *Paths*, cit., pp.58-61, Revisão e actualização da bibliografia em Vansina, *How Societies are born*, pp. 60-63.

⁴³⁷ É disso testemunho a carta do missionário capuchinho Francisco Eugénio de Florença, vice-perfeito do hospício de Stº. António de Cahenda solicitando ao soba Domingos Francisco, Soba Cateci e Qiguilli a continuação da prestação dos serviços de ferreiro “como foi sempre costume e nunca interrompido”..., AHNA, Ambaca, Cx. 5695. V. Sobre este assunto Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, *Africae Monumenta*, cit, p.501.

O cobre não foi o motivo principal das primeiras prospecções, e sim o ouro⁴³⁸ mas, se este não foi descoberto, o cobre constituiu motivo suficiente para a continuação da prospecção e o delineamento da ideia da companhia de exploração que havia de inaugurar, para a Bélgica, as relações estado, companhias privadas, igreja que “ont constitué un bloc, hegémonique qui transforma profondément le cours de l’histoire en Afrique Centrale”⁴³⁹. O Katanga e os problemas da mineração, recrutamento de trabalhadores, doenças, agricultura e saúde, inauguram uma problemática que ultrapassa largamente as fronteiras do Congo Belga: “We have a good many angolans at present, but it is not advisable to bring very large numbers of this boys here. They are intelligent natives, good lawyers but poor workers, and their health leaves much to be desired”⁴⁴⁰.

A posterior exploração do diamante consagra esta participação do estado colonial belga nas empresas mineiras e a necessidade, como veremos, de criar bolsas de recrutamento de trabalhadores.

O objectivo da empresa *Forminière* era o desenvolvimento industrial (mineiro), agrícola, comercial e financeiro da região a explorar. Uma cobertura legal, expressa no diploma de criação e nos estatutos, garantia a esta empresa os direitos exclusivos da exploração mineira, numa área que cobria cerca de 1/3 da superfície total do Estado, Livre do Congo. Algumas destas disposições seriam mais tarde alteradas, quando da anexação do Estado Livre, pela Bélgica⁴⁴¹.

⁴³⁸ No caso de Angola a pesquisa do ouro acompanha ao longo dos séculos as expectativas dos exploradores, comerciantes, militares e missionários. Uma primeira grande prospecção teve lugar na região do Lombige em 1754, levada a cabo por um missionário carmelita descalço da Missão de Bango Aquitamba. A falta de resultados não diminuiu a esperança e a pesquisa do ouro continuou até ao século XX. V. MAUC, PEMA, cx. 2.

⁴³⁹ Jean-Luc Vellut, “Les Bassins Minières, p.2. Sobre o papel da igreja na colonização europeia do Congo V. Y. Mudimbé, em *The Idea of Africa*, pp. 104-153, onde são sublinhadas as relações Vaticano-Rei Leopoldo da Bélgica, iniciadas ainda antes da Conferência de Berlim e da nomeação de Leopoldo como soberano do Estado Independente do Congo. O Papa Pio IX (1846-1878) tinha já manifestado a sua simpatia pela “obra civilizadora do soberano belga”. Desde 1847 que existia um Vicariado Apostólico para a África Central, sob supervisão do Bispo Comboni. A Sagrada Congregação da Propaganda Fide acreditava na união de esforços da igreja e na utilidade de se apoiar o projecto colonial belga. Entre 1888 e 1911 o Congo e as regiões vizinhas foram divididos em zonas de influência das principais congregações. O movimento caracterizou-se pela vontade de ocupar o espaço, converter, transformar.

⁴⁴⁰ J.C. Watson, Manager of Robert Williams and Company, 1919, citado por Charles Perrings em “Good Lawyers but poor workers: recruited angolan labour in the copper mines of Katanga, 1917-1921, in *Journal of African History*, p. 237.

⁴⁴¹ V. Sobre estes assuntos Richard Derksen, “Forminière in The Kassai, 1906-1919” in *African Economics History*, n° 12, pp. 49-65.

A descoberta dos diamantes e as características dos depósitos encontrados inaugura, para a região, a relação complexa entre mineração, força de trabalho e os fenómenos presença, ausência de trabalhadores, natureza do trabalho, vínculos laborais, recrutamento, impostos, deslocação de populações, presentes na história da região. O discurso estruturado numa descrição da região como quase deserta, população dispersa, a distância do mar e inexistência de fáceis vias de comunicação percorreria a literatura da época.

O ponto de união e as estratégias de convergência dos interesses das potências coloniais e dos interesses dos capitais privados passam a ser os minerais. Apesar das primeiras empresas a operar em território angolano serem belgas, convém sublinhar a originalidade do “Bloc Colonial Belge”, assim definido por Jean-Luc Vellut, que aponta para a relação triangular estado/empresas/igreja, muito diferente das estratégias seguidas pela colonização portuguesa⁴⁴².

Os trabalhos de prospecção da *Forminière* e a descoberta dos diamantes provocaram a constituição e o funcionamento de companhias de prospecção como a PEMA já referida anteriormente.

Cada região mineira terá, pois, de aguardar que chegue a sua oportunidade, e assim é que, empobrecido e tornado estreito campo a velha Europa, nós vemos a legião de mineiros, como guarda avançada da civilização, ir sucessivamente invadindo as mais remotas regiões.
Mais tarde ou mais cedo, há-de pois chegar a vez das nossas colónias⁴⁴³.

Retirado do relatório que acompanha o decreto de 20 de Setembro de 1906, elaborado por Ayres d’Ornellas de Vasconcelos, este excerto é expressamente

⁴⁴² Proposta de Jean-Luc Vellut em “Hégémonies en construction: Articulations entre Etat et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)”, 313-330. Por «Bloc Colonial», entende este especialista da História da África Central a conjunção que reuniu poderes públicos e privados quer na metrópole quer a nível local. Interferência do estado através do Ministério das colónias, interferência e relativa autonomia dos funcionários locais, e ao mesmo tempo a ignorância da opinião pública e do parlamento belgas e mesmo uma certa indiferença (interrompida apenas diante de situações extremas, caso das questões com a mão-de-obra em 1928, e a brutal repressão da revolta do Kwilo em 1931) face às questões coloniais.

⁴⁴³ Relatório que acompanha o decreto de 20 de Setembro de 1906, que altera os decretos de 4 de Dezembro de 1869 e de 6 de Dezembro de 1888, publicado por José Cândido Jordão de Paiva Manso Serrano, *Legislação Mineira da Metrópole e Ultramar*, p. 424, 538. A criação da PEMA é discutida no Conselho de direcção da Société Générale de 23 de Julho de 1912: “Monsieur Jadot expose un project de constitution d’une Compagnie Portugaise dite Cie de Recherches Minières à L’Angola e fait connaitre les raisons qui ont determine cette creation”, V. AGR, SG, 4^{ème} versement, boîte 463, PEMA. Ofício que acompanha a criação da PEMA e os seus estatutos, cópia, AGR, 4^{ème} Versement, IV Entreprises Industrielles, cx. 459.

convocado para depor a favor da constituição de uma companhia de pesquisas mineiras constituída com a cooperação de elementos financeiros de primeira ordem, tendo conhecimento das disposições liberais da lei mineira de 20 de Setembro de 1906, e é especificamente citado no documento que informa o ministro do Ultramar da criação da PEMA e dos seus estatutos. Era chegada a hora da província de Angola, justamente numa região das mais afastadas da província e quase totalmente ao abandono.

Proclamando a sua filiação na lei de 1906, a criação da PEMA, naturaliza uma linguagem que disponibiliza conceitos e procedimentos prontos a ser utilizados no terreno. A consistência da ideia de “terra de ninguém” enraizada é desenvolvida a partir do conhecimento parcelar que se tem da região e autoriza a apropriação das terras de ninguém.

Os novos mecanismos de poder das sociedades ocidentais passam por uma legitimação que a lei prevê e propõe⁴⁴⁴. Uma “teoria da soberania”⁴⁴⁵ está criada e começa a ser servida por um corpus jurídico que lhe dá forma. A evidência de uma legalidade contida nos estatutos, nos decretos que os viabilizam e na norma, criam para as companhias mineiras o direito de uma prática que ignora os verdadeiros donos e habitantes do território.

A organização da PEMA, se expressamente invoca a lei de 1906, apresenta alterações na ordem do discurso e dos procedimentos que remetem para a passagem de um conjunto de intenções para um processo ainda em marcha, mas já implantado no local, tributário de um conhecimento acumulado, que pode levar à produção de uma receita para ser aplicada a um território. O olhar transversal dos viajantes é lentamente substituído pelo olhar implicado na descoberta do solo, convocando os domínios das ciências da terra, das descobertas da geologia, da ligação em rede do território, da elaboração do mapa das minas.

“Era preciso conhecer a topographia ou antes a hidrographia da vastíssima região Lunda, porque é sempre às linhas de água que se referem os indígenas para limitar o estado”, relata Henrique de Carvalho na sua *Descrição da Viagem à*

⁴⁴⁴ -Ver Michel Foucault, *La volonté de Savoir*, p. 177.

⁴⁴⁵ V. Michel Foucault, *Em defesa da Sociedade*, p. 43, 44.

Mussumba do Muatiânvua, quando o propósito é conhecer, estabelecer protocolos de relação com os povos, fixar as “estações civilizadoras”, fazer valer os “direitos históricos de Portugal” revalidando os autos de protecção e vassalagem⁴⁴⁶.

A era dos engenheiros começa com um novo olhar transversal às sociedades, às questões da terra, aos poderes políticos locais. As diversas missões, em momentos diferentes, estabelecem a idade da terra e procuram os seus componentes.

Trabalhando uma noção de espaço⁴⁴⁷, que o indissocia das sociedades que o habitam, poderemos começar a encontrar os indicadores da perturbação e violência com que se produzem os novos lugares com as respectivas superfícies de respiração (zonas de protecção) necessárias à implantação da tecnologia de prospecção, sem diálogo com as sociedades que habitam esse mesmo espaço e sem respeito pelos valores afectivos e do domínio da representação que lhe atribuem.

As representações do espaço estão ligadas à ordem que estas impõem. Implicam a existência de conhecimentos, signos e códigos específicos. Com a PEMA, inicia-se um longo processo de produção do território fora das concepções canónicas características dos sistemas dos povos das regiões visadas. É o espaço submetido, domesticado, que corresponde aos interesses da companhia. Um relatório muito posterior resume a filosofia e o sentido das novas ocupações:

J'ai estimé que les relations d'ordre ethnique—désir d'éviter la scission des populations Lulua em deux territoires—qui avaient jusqu'ici retardé la solution de cette question, ne peuvent plus à l'heure actuelle, prévalloir contre les nécessités d'ordre majeure nées de l'installation dans la région... de nombreuses entreprises industrielles et agricoles, notamment les exploitations minières⁴⁴⁸.

Criada a PEMA, sociedade anónima de responsabilidade limitada⁴⁴⁹, constitui seu objectivo específico a pesquisa das riquezas minerais de Angola mas os seus estatutos autorizam a companhia a realizar em Angola, noutras colónias portuguesas ou noutras partes do mundo todas as operações mineiras, agrícolas, industriais ou

⁴⁴⁶ Henrique de Carvalho, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua, Vol III*, p. 21.

⁴⁴⁷ -Ver Émile Durkheim, *As formas elementares da vida religiosa*, p.13.

⁴⁴⁸ Estrato do relatório de Monsieur Bureau sur son Inspection au Kasai et Sankuru en 1823, Archives du Ministère des Affaires Étrangères, du Commerce Extérieur et de la Coopération International, Section II, Affaires Indigènes, 5ème suite, Pcc Lusambo.

⁴⁴⁹ *Diário de Governo* nº 217, III série de 14 de Setembro de 1912.

financeiras, desde que permitidas pelas leis dos países respectivos. O mundo do conhecimento geológico tinha sido consideravelmente alargado desde a segunda metade do século XIX, embora fosse o ouro e a prata as razões do alargamento das perspectivas.

Um antigo posto de comércio *Cisanda (Tschissanda)*⁴⁵⁰, situado perto do rio *Luachimo*, entre o paralelo 7º 19' sul, constituiu o posto avançado, em território angolano, da obra de prospecção. Justifica os propósitos da Companhia (PEMA) o facto de:

Numa das regiões mais afastadas da Província e quasi inteiramente ao abandono parece que se podem encontrar condições geológicas análogas às da região limítrofe do Congo Belga, nas quais se procedem com alguns resultados a pesquisas mineiras e assim a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola está resolvida a reunir todos os capitais necessários e a proceder a sérios trabalhos de irrigação nos termos do artigo 19 da lei citada⁴⁵¹.

A memória dos actuais habitantes da Lunda fixa um tempo em que:

Na parte dos brancos e dos colonizadores eles intensificaram nestas partes das Lundas, outros estiveram em Malanje, outros na parte de Maludi. Havia diferentes brancos. Uns deste lado do rio, outros do outro lado do rio. A pesquisar. A partir daí o povo começou a fugir e depois trabalhou lá.

Testemunho de Muazambi Cafunda em 26-07-2003⁴⁵²

Neste sítio há cicatrizes. Na estrada e nas pessoas.

Testemunho de Kakesse em 30-07-2003⁴⁵³

⁴⁵⁰ Este lugar seria transformado mais tarde como o espaço signficante das origens da Companhia de Diamantes, espaço de peregrinação com um memorial com os nomes de Janot e Doyle, os primeiros pesquisadores.

⁴⁵¹ Decreto de 20 de Setembro de 1906 que diz no seu artigo 19: fica salvo ao governo da metrópole o direito de conceder licenças para pesquisar uma certa porção de território, e de outorgar directamente concessões de minas sem restrição de número de claims, para a exploração em grande de uma zona mineira, observando-se as disposições seguintes: a) Sobre o requerimento, base do processo, acompanhado de todos os documentos que o governo exigir para precisar o pedido e garantir a seriedade do empreendimento e de uma guia que mostre ter o interessado depositado na Caixa Geral de Depósitos à ordem da Direcção Geral do Ultramar a quantia de 500#000 réis. Estes trâmites da legislação de 1906, seriam alterados por despacho do Ministro das Colónias de 6 de Agosto de 1933 e pelo Decreto-lei nº32251 de 9 de Setembro de 1942. Ver *Legislação Mineira*, cit, p. 437.

⁴⁵² Testemunho recolhido no Bairro Brazzaville, periferia do Dundo. Muazambi Cafunda de origem Lunda é reformado da Diamang, nascido em 12 de Dezembro de 1933, filho de Moxico e Nacafunda, trabalhou como pedreiro na Diamang.

⁴⁵³ Testemunho de Kakesse em 30-07-2003.

Os primeiros relatórios da PEMA são particularmente omissos quanto à informação sobre os lugares, excepto no tocante à sua funcionalidade enquanto lugares de acampamento e cruzamento de caminhos para a chegada e escoamento de materiais. A marcação das fronteiras, processo iniciado depois da Conferência de Berlim (1884-1885) e ainda em curso, não parece perturbar o trabalho de prospecção desenvolvido pelos engenheiros. Os direitos históricos, os marcos territoriais estão aqui subordinados aos interesses das companhias multinacionais que combinam esforços, (dinheiro, tecnologia e conhecimento) para conhecer o terreno. Conhecer significa nomear, ocupar e proclamar uma soberania em nome do exercício efectivo do poder.

Parece-me que este tipo de poder se opõe exactamente, termo a termo, à mecânica do poder que a teoria da soberania descrevia ou procurava transcrever. A teoria da soberania é vinculada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e os produtos da terra, muito mais do que sobre os corpos e sobre o que eles fazem. [Essa teoria] diz respeito ao deslocamento e apropriação pelo poder, não do tempo e do trabalho, mas dos bens e da riqueza.

Diz-nos Foucault nas lições reunidas em *Em Defesa da sociedade*⁴⁵⁴ e assim se nos afigura este processo complexo de apropriação da terra, marcação de fronteiras e estabelecimento de interesses tributários de um conhecimento que tem que ser partilhado para aproveitamento das riquezas.

Os métodos de prospecção e as suas particulares dificuldades estão inseridos em relatórios em que a extraordinária economia de palavras não deixa de significar acumulação e extensão de conhecimentos que permitem à Companhia de Pesquisas Mineiras elaborar um mapa com a distribuição das riquezas mineiras pelas zonas prospectadas⁴⁵⁵.

⁴⁵⁴ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, p.43.

⁴⁵⁵ Ver “Ligeiro reconhecimento Mineralógico de Angola pelo representante da Companhia de Pesquisas Mineiras” Fernando de Carvalho, Loanda 23 de Julho de 1918, MAUC. PEMA, Relatórios diversos, cx 2. As principais prospecções foram chefiadas em 1912 por Johnson e Mac Vey e conduziram à descoberta de sete diamantes na margem direita do rio Chiumbe. Ainda em 1912 Decker e Newport chefiaram outra expedição parada pelo chefe cokwe Kalendende, tendo Decker sido morto durante a refrega. Em 1913 Doyle, Janot e Cox encontram diamantes em território angolano, percorrem o Kasai e chegam a Mona Kimbundo. Ver também. Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, versão portuguesa no prelo, sem nº de página. É Von Wissmann que afirma “Em Quimbundu cruzam-se as vias comerciais mais importantes da África Ocidental, vindas de todos os pontos cardeais. Vem do sul a rota do Bié. Os caminhos do oeste e leste ligam o reino dos Lunda ao porto de Angola, Luanda [...] A recentemente aberta para o norte conduz às terras virgens da bacia Sul do Kongo”, Wissmann in Heintze cit., pp389, 390.

Sobre a Lunda, António Brandão de Melo⁴⁵⁶ elabora um relatório a que junta os itinerários dos agentes da PEMA, afirmando no ofício que o acompanha:

O desenvolvimento do relatório vai além do que por lei seria obrigatório e contém um grande número de detalhes sobre os povos da Lunda oriental, densidade da população, sua repartição nos termos da concessão, seu valor militar e grau de civilização e ainda um ligeiro esboço dos regimens hidrográfico e orográfico do terreno bem como um rápido estudo sobre a ocupação da região⁴⁵⁷.

Importa reter que o autor do relatório continua um sistema de comunicação, elaboração de um relatório baseado na convocatória de vários saberes (a geologia, a orografia, a etnografia, a ciência da guerra), e seu envio às autoridades administrativas, prosseguindo uma prática inaugurada pelos viajantes, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

O relatório introduz a relação entre o desenvolvimento dos trabalhos de prospecção na zona da Lunda, “situada entre os meridianos 19° E G e paralelos 11° L S e as fronteiras norte e leste da província de Angola”⁴⁵⁸, a extensão da malha administrativa colonial “em toda a região apenas existem os postos militares do Cuilo, Luangue e Luxico na linha de penetração de nordeste e Mona Quimbundo na linha de penetração para leste”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ António Brandão de Melo nomeado representante da PEMA em Março de 1913, recontratado como representante da Companhia em África” em Fevereiro de 1918, em 12 de Novembro de 1942 foi nomeado administrador da Companhia de Diamantes, DIAMANG, cargo que manteve até 12 de Fevereiro de 1950. Entre 1913 e 1914 efectua a travessia Camaxilo, Lunda, Bié, com carros boers dos comerciantes bienos e alguns militares. O campo de prospecção fica assim alargado e as dificuldades de ligação Lunda, Malanje são torneadas pela importação do centro do país dos materiais necessários para o trabalho. MAUC, PEMA, Relatórios cx. 231, *Boletim Geral das Colónias*, cit, p. 281.V. Aínda R. Pélissier, História Vol I, p. 384.

⁴⁵⁷ António Brandão de Melo, ofício ao Governador da Lunda, datado de Malanje de 10 de Março de 1915, MAUC, PEMA, cx. 231.

⁴⁵⁸ Relatório, de António Brandão de Melo, p.1, MAUC, PEMA, cx. 231.

⁴⁵⁹ Ibidem. O distrito da Lunda é criado por decreto de 13 de Junho de 1895. Este decreto fixava como limites N e L as fronteiras com o Congo (Estado livre) e O e S os rios Kwango e Kasai. Como directiva para a ocupação que ela se fizesse a N por Kasanje e a S por Mona Quimbundo. A sede do distrito seria Capemba Camulemba. As disposições do decreto ficariam dependentes da ocupação militar e Malanje continuou a ser a sede do distrito. Este decreto seria sucessivamente modificado em 1907 e em 27 de Maio de 18917 (aplicação a Angola do regime das circunscrições administrativas) a ainda pela portaria provincial de 17 de Abril de 1913, pela portaria nº 144 de 11 de Junho de 1918, pelo decreto nº 3 365 de 15 de Setembro de 1917 e pela portaria nº 150 de 21 de Junho de 1918 (divide a Lunda em cinco capitánias-mores: Camaxilo, Cuilo-Chicapa, Minungo, Cassai Norte e Cassai-Sul. O decreto nº 292 (B.O. nº 21- 1ª série, 12 de Maio, 1923, p. 25) divide o distrito em: “uma circunscrição de fronteira, denominada Chitato; e seis circunscrições civis denominadas Camaxilo, Cuilo-Chicapa, Cassai-Norte, Saurimo, Cassai-Sul e Minungo”.

Recorde-se que, para o caso da Lunda, a questão militar (ocupação) agrega um sem número de problemas decorrentes da fixação de fronteiras, dos efectivos militares e do estabelecimento das ligações entre Malanje e o *Kasai* problema presente e descrito pelos exploradores africanos e europeus que, no século XIX, tentam a ligação costa /interior.

Entre 1884 (data do início da Conferência de Berlim e também da viagem de Henrique de Carvalho⁴⁶⁰) e 1917, a Lunda integra-se nos planos de ocupação, extensão da malha administrativa, prospecção e localização das zonas diamantíferas e, finalmente, da sua transformação em “zona especial de protecção”⁴⁶¹. A articulação de todos estes factores não é coincidente no tempo nem no espaço. A progressão a partir de Malanje para leste não seguiu uma estratégia convencional e sistemática de ocupação militar, pois eram diferentes as atitudes dos governadores-gerais em Luanda, dos chefes militares nomeados e as “situações no terreno mudavam frequentemente”⁴⁶². A Lunda, como entidade geográfica e política, oferece terreno para uma análise dos fundamentos do “estado colonial” e da sua maior ou menor presença, a nível local.

Para o historiador que está menos interessado em tipologias de estruturas do estado do que em examinar os processos pelos quais os estados vieram a existir e se transformaram através dos tempos, a tensão criada pela presença simultânea de uma variedade de formas de autoridade concorrentes tem um valor heurístico significativo⁴⁶³.

⁴⁶⁰ A viagem de Henrique de Carvalho realizada entre 1884 e 1887 realiza-se no limite cronológico entre uma política de exploração e o início da “ocupação efectiva” dos territórios africanos pelas diferentes potências coloniais. Nos diferentes textos que publica em Lisboa após terminar a viagem, o explorador português sublinha o carácter científico e pacífico desta viagem, os diferentes acordos celebrados com os chefes locais e os direitos históricos de Portugal sobre a região. V. sobretudo *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, 4 vols. Publicados entre 1890 e 1894 e referências à viagem e ao trabalho deste explorador noutros momentos deste trabalho.

⁴⁶¹ René Pélissier propõe 1894-1896, sublinhando o “carácter tardio da criação do ‘Distrito da Lunda’ [decreto de 13 de Junho de 1895], o primeiro combate (1894) e a data do ‘último combate’ realizado em 1926 entre o Luachimo e o Cassai”, v. *História das Campanhas...*, vol. I, p.395.

⁴⁶² “As pessoas do leste... estavam espalhadas em aldeias autónomas ao longo de uma vasta e inacessível área, estavam bem treinadas na guerra depois de décadas de tráfico de escravos. As campanhas coloniais só resultariam em 1920”, G. Clarence-Smith, “Capital Accumulation and Class Formation in Angola” in David Birmingham e Phyllis Martin (eds.) *History of Central Africa*, p. 187.

⁴⁶³ Joseph Miller, *Poder Político...*, p. 265.

A presença de factores introdutores de violência e transformação na Lunda é detectável muito antes que escravos, comércio e ocupação se tenham instituído como factores exógenos da mudança.

Os avanços e recuos, na conquista militar e no estabelecimento dos centros de administração colonial, não impediram a continuidade do trabalho de prospecção que a PEMA levou a cabo em determinados pontos desta vasta região da África Central. A legislação, enquanto quadro jurídico de referência, autoriza os trabalhos de cartografia das minas e acumulação de conhecimento geológico. Corresponde, esta primeira fase de prospecção, à procura deliberada e orientada de depósitos exploráveis, cujo interesse económico pudesse vir a ser estabelecido de forma a permitir a exploração sistemática. O facto da região Lunda continuar desconhecida (do ponto de vista da sua riqueza mineral, tal como os relatórios das diferentes missões⁴⁶⁴ o sublinham), serve para chamar a atenção para as dificuldades do trabalho. Os relatórios, na sua generalidade, na mesma medida que assinalam os depósitos aluvionares, prestam informações sobre os povos (hostis ou não), os caminhos (fáceis ou difíceis). O saber histórico, em perda quando comparado com os relatórios do século XIX, é no entanto chamado a depor para justificar opções e sublinhar legitimidades.

O trabalho da PEMA permitiu a definição de uma zona diamantífera sem precisão rigorosa das áreas de pesquisa, bem como um repositório de informações importantes transmitidas de Mona Quimbundu⁴⁶⁵ para Bruxelas e Lisboa pois:

Os saberes tecnológicos em sua dispersão, em sua morfologia própria, em sua regionalização, em seu carácter local, com o segredo que os rodeava, eram a um só tempo o motivo e instrumento de uma luta económica e de uma luta política⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ Assim se tornam conhecidos os vários levantamentos da região feitos por engenheiros ao serviço da PEMA e da Forminière. V. p. ex. Relatório de 1913, Missão de Doyle, Janot e Cox. A ideia de missão de prospecção vai manter-se mesmo depois da criação da Diamang. A missão Wilmarth (Jan-Abril de 1921), V. “Viagem de Reconhecimento”, MAUC, cx. 186.

⁴⁶⁵ “É em 1912 que partindo de N é ocupado Mona Quimbundo que viria a servir de base à subsequente ocupação do território, quer como teste de um itinerário directo a Malanje quer como centro de irradiação para o Minungo e Cassai, então ainda não avassalados”, V. Pinto Moura, *Angola, Estrutura.*, cit., p. 53.

⁴⁶⁶ Michel Foucault, *Em Defesa da Sociedade*, cit., p. 222

Uma discussão sobre as vantagens de diferentes tipos de ocupação, e que está em curso desde o século XIX, é recuperada nos relatórios da Companhia para apresentar as vantagens de uma ocupação pacífica, que decerto seria menos onerosa e mais eficaz. Os problemas relacionados com a necessidade de se adoptar uma estratégia, que recupere a confiança dos naturais da região desde há muito abalada pelo comportamento dos agentes de comércio também são referidos:

Atribuo esta divergência de feitios à forma diversa por que tem penetrado no interior o comércio de Benguela e o da Lunda.

Aquele entrando sempre com ares de senhor nas terras dos Quiocos, empregando meios que podem ser discutidos mas que conduzem o gentio ao respeito temeroso; este negociando primeiro longamente o direito de pisar as terras que pretende comerciar.

Além disto na memória dos Quiocos do Sul não se apagou a lembrança dos efeitos das espingardas de Braz Vicesse⁴⁶⁷ que atacado pelos seus criados e carregadores numa das suas viagens, pelas gentes de Chá –Tanda e Má-Tissengue,⁴⁶⁸ nas margens do Sombo, matou tantos Quiocos que estes ainda hoje não bebem água daquele rio dizendo levar ele ainda sangue dos Quiocos⁴⁶⁹.

O relatório dedica à problemática da ocupação as suas últimas páginas, lembrando a delicadeza da sua posição (a de Brandão de Melo) enquanto membro da Companhia, mas não deixando de alertar para o facto de ser obrigação desta a disponibilização das informações necessárias para a resolução do, até agora, “certo mistério que impede a fixação exacta dos recursos que seriam precisos e da forma de os aplicar”⁴⁷⁰.

A questão da guerra e da paz é aqui exposta de forma a mostrar a companhia como uma força do progresso, capaz de aplicar um “sistema de ocupação semi-pacífico” e não hesita em propor que “do estado de espírito d’alguns chefes indígenas poderia talvez tirar-se proveito para o estabelecimento do regimen das “cheferies”

⁴⁶⁷ António dos Reis Braz Vicesse (o Braz Vicesse na memória cokwe), pombeiro, comerciante de armas e chefe de uma caravana que fazia a ligação entre Benguela e os territórios de além Kasai. Ver António Augusto Dias, *A Voz Do Planalto*, nº 104 de 10-11-1934, p. 4; V. Péliissier, *História das Campanhas*, cit., p. 372 e Jean Luc-Vellut, “Notes sur le Lunda et la frontière Luso- africaine (1700-1900)”, p. 144.

⁴⁶⁸ Cha Tanda ou Xá Tanda ou ainda Sá Tanda e Má Tissengue grafias para Satanda e Ciseng ou Mwant Ciseng, títulos políticos cokwe. Vide Glossário.

⁴⁶⁹ Relatório de António Brandão de Melo, cit., p. 25.

⁴⁷⁰ Idem, Ibidem.

que com tão bons resultados tem sido experimentado n'alguns pontos da Colónia vizinha da nossa, o Congo Belga”⁴⁷¹.

Uma crítica, subliminar à política colonial e à actuação dos governadores de Luanda e Malanje, parece ter aqui os seus fundamentos, inaugurando uma linha de actuação e um território de ambiguidades que pautará toda a evolução da, fundada mais tarde, Companhia de Diamantes. O relatório estabelece um diálogo com os textos dos exploradores do século XIX, dos quais elege alguns como os mais importantes para construir o repositório de informações e a segurança de uma actuação com efeitos positivos para todos.

Brandão de Melo relembra Honorato da Costa, Francisco de Lacerda, Graça, Livingstone (no relatório grafado Lewingston), Lux, Pogge, Shut, Buchner, Pogge, Wissmann, Wolf, von François, Muller, Henrique de Carvalho e Sesinando Marques, Grenfell, Sarmiento, Teixeira, Utra Machado, Benedito de Azevedo e Magalhães e os comerciantes portugueses de Benguela, como os responsáveis pelo alargado conhecimento que se tem sobre a região⁴⁷². Não deixa de alertar que o mais detalhado desse conjunto de informações, o de Henrique de Carvalho “tem mais de meio século” e que, por isso, continuam a ser inexactas as informações que estiveram na base da elaboração dos mapas mais recentes.

⁴⁷¹ Idem, pp. 26, 27.

⁴⁷² Francisco Honorato da Costa, tenente-coronel de milícias, nomeado para a Feira de Kasanje em 1797. Realizou uma viagem ao Kuango. Os pombeiros Pedro João Batista e Anastácio Francisco realizaram ao seu serviço uma viagem de Kasanje a Tete, sobre a qual escreveram um diário (1802-1814) já tratado como fonte importante ao longo deste trabalho. Francisco José de Lacerda e Almeida, Governador de Tete, fez uma viagem até Cazembe. V. Lacerda e Almeida, Francisco José de, 1926: “Travessia de África com uma nota explicativa do Almirante Gago Coutinho”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* II. Graça, Joaquim Rodrigues, realizou uma viagem à Lunda em 1843, “Descrição da Viagem feita de Loanda com Destino às Cabeceiras Do Rio Sena” in *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858, pp.101-146. David Livingstone, Viagens em 1853 e 1868, (no relatório não fica claro qual a obra de Livingstone consultada por António Brandão de Melo, nos livros do século XIX cita-se a tradução francesa de *Explorations dan L'intérieur de L'Afrique Australe*, V. a título de exemplo Henrique de Carvalho, *Descrição* Vol I, p. 172). Brandão de Melo refere-se ainda a Anton Erwin Lux, Paul Pogge, Hermann von Wissmann, Ludwig Wolf, Curt von François e Muller, exploradores de língua alemã que estiveram na Lunda e sobre os quais já nos detivemos em capítulos anteriores. Ver sobre a sua biografia e trabalhos, Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, versão portuguesa no prelo. Refere ainda, Henrique de Carvalho e Sesinando Marques, farmacêutico, companheiro de viagem de Henrique de Carvalho e autor de *Os Climats e as Produções das Terras de Malange à Lunda*, e o Missionário Grenfell (vide missão Grenfell/Sarmiento neste trabalho), bem como os primeiros governadores do distrito da Lunda.

A construção e expansão dos sítios da Companhia (Postos de *Cisanda*, *Xá-Ibange*, *Citatu* e *Dundo*) com os seus “modos de regularização capilar”⁴⁷³, entre legislação, movimentação no terreno, tecnologia empregue, constituem elementos de perturbação e alteração da vida das populações locais. Entre a fronteira do estado colonial e as ambiguidades da utilização internacional de capitais e conhecimento se vai gerar uma situação, a todos os títulos nova, no que respeita à vida dos povos da Lunda. O relatório de Brandão de Melo faz ainda alarde do trabalho da companhia no preenchimento dos vazios dos antigos mapas, colocando rios e povos no seu devido lugar”. Um conjunto de elementos estatísticos é mesmo ensaiado, dividindo a área da concessão em quatro zonas e calculando a totalidade da população em 250 000 pessoas⁴⁷⁴. Uma proposta para a ocupação e o início de um período de paz para o território constitui a parte final do relatório, onde faz alarde da importância das missões religiosas e do quanto seriam necessárias para o trabalho na região⁴⁷⁵.

O trabalho de prospecção e a situação das minas estão fora deste relatório, mas constituem matéria prima de grande parte da informação fornecida à PEMA e foi a confirmação da viabilidade e da importância económica da exploração dos diamantes em Angola que deu lugar a que a PEMA e algumas das suas associadas promovessem a constituição de “uma sociedade anónima de responsabilidade limitada Companhia de Diamantes de Angola”, constituída por escritura pública de 16 de Outubro de 1917, para a qual a PEMA solicitou e obteve a transferência “da reserva que lhe foi concedida na parte relativa a diamantes”⁴⁷⁶. Esta questão atravessa as primeiras Actas Conjuntas dos Conselhos de Administração e Fiscal da Diamang, realizadas em Lisboa, em 1917 e 1918. Na acta de 25 de Abril de 1918, pode ler-se:

⁴⁷³ Comaroff, *Governmentality*, p.114.

⁴⁷⁴ Brandão de Melo, *Relatório*, cit., p. 19.

⁴⁷⁵ Como já se referiu Jean-Luc Vellut aponta para o caso Belga a estreita ligação entre poder político, económico e da igreja católica no que respeita à evolução do “Bloco Colonial”. Cf. “Les Bassins Miniers de l’Ancien Congo Belge...cit, p.12 e seguintes e “Hégémonies en construction...” cit, p. 313. A situação no caso de Angola é muito diferente, podendo falar-se de uma chegada tardia da igreja a estas regiões. Mas o contacto das populações com instituições religiosas, com missionários é antigo.

⁴⁷⁶ Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola, *Diário do Governo*, II Série, nº 136, de 12 de Junho de 1918 e *Boletim Oficial da Província de Angola*, II série, nº 27 de 6 de Julho de 1918.

O presidente⁴⁷⁷ deu conhecimento das diligências empregadas junto ao Ministério das Colónias no sentido de se obter a transferência à Companhia dos direitos sobre diamantes na grande concessão da Cia de Pesquisas Mineiras de Angola o que foi autorizado pelo respectivo ministro com a condição porém da Companhia dos Diamantes efectuar um depósito de garantia de Esc. 20.000\$00.

Uma particular estratégia, que combina conhecimento⁴⁷⁸, experiência e dominação, está em marcha, alargando o período de prospecção e inaugurando um compromisso entre companhia e estado colonial e seus representantes legais no território da colónia. Os estatutos da Companhia continuam uma moldura legal, iniciada em 1914 (decreto nº 720 de 3 de Agosto de 1914 que regulava as condições de exploração de jazigos diamantíferos, se definiam as dimensões dos claims⁴⁷⁹, se estabeleciam os impostos a aplicar) e que naturaliza uma linguagem cada vez mais especializada no que toca às minas de diamantes. Os fundamentos de um tipo especial de exploração são lançados com a criação da companhia portuguesa (artigo 2º dos estatutos), com um capital social fornecido em Portugal, pelo Banco Nacional Ultramarino e Henry Burnay e Cie.⁴⁸⁰, na Bélgica, a Société Générale e a sua associada, a Société Internationale Forestière et Minière du Congo (Forminière), em França, o Banque de L'Union Parisienne, na República da África do Sul, a Anglo American Corporation e, nos Estados Unidos da América, o grupo Ryan-Guggenheim⁴⁸¹.

Depõe, a favor do complexo edifício legislativo que regulamenta a actividade de pesquisa e exploração dos diamantes, a ideia de um conhecimento seguro das zonas economicamente interessantes, se tivermos em conta que, à data da criação da companhia, a Lunda estava longe de ser uma região controlada administrativa e militarmente. Por conhecimento, entende-se a acumulação de indicadores que, do

⁴⁷⁷ Nessa altura e por eleição (acta do Conselho de Administração e Fiscal de 19 de Outubro de 1917) é presidente do Conselho de Administração o Banco Nacional Ultramarino.

⁴⁷⁸ Em 1916 as explorações da PEMA produziram 809,30 quilates como se pode ler na entrevista do “Ex-Chefe da PEMA, engenheiro Eugénio Salles Lane, concedida ao Jornal *A Pátria*, nºs 53, 54 e 55, de 24 e 27 de Novembro e 1 de Dezembro de 1925, respectivamente.

⁴⁷⁹ Vide nota supra e Glossário.

⁴⁸⁰ Na literatura, pensamos que a partir da publicação em 1929, da que pode ser considerada a primeira história da Companhia de Diamantes, Leite de Castro, *Companhia de Diamantes de Angola, Notícia Sucinta sobre a sua constituição, concessões obtidas e trabalhos realizados em Angola*, Lisboa, é sempre referido o Banco Burnay mesmo quando a designação ainda não era esta como sócio Fundador. A criação do Banco Burnay é de 1939. Ver Maria Eugénia Mata, “Institutions and Business, Henry Burnay: a case Study”.

⁴⁸¹ O número de acções detido por cada um destes grupos difere e a prioridade foi dada ao capital belga da *Société Générale* e das suas associadas.

ponto de vista da prospecção e pesquisa, tornaram a zona interessante para os domínios coloniais portugueses e belgas. Muito mais tarde, Jean Janmart⁴⁸² resumiria a necessidade de se camuflarem outras esferas do conhecimento, debaixo da capa protectora da prospecção:

Dans son beau livre *South Africa's past in Stone and Paint*, Burkitt⁴⁸³ raconte q'un professeur de géologie Sud-africain se plaignit un jour auprès de lui d'être obligé, quand il se mettait en Campanhe de dire à tout le monde qu'il allait prospecter parce que, quand il avait le malheur de prononcer le mot géologie on le prenait pour un visionnaire⁴⁸⁴.

A informação recolhida assenta num padrão pré-estabelecido, prospecção superficial, seguida do estabelecimento do montante de reservas economicamente rentáveis. As instâncias de Lisboa, Bruxelas e Londres fazem depois a recepção e tratamento desta informação:

As notícias são animadoras. Segundo o relatório dos trabalhos efectuados de 1917, continuaram estes com regularidade, tendo-se procedido a pesquisas mais rigorosas nos depósitos mais importantes. Calcula-se que a parte pesquisada do mucurro "Kavuco Kakessi" contenha cerca de 42.000 quilates de diamantes...

O Sr. Boise⁴⁸⁵ noticiou a descoberta que promete ser um importante terrace deposit no mucurro "Tshimana", afluente do rio Tshikapa na latitude aproximada de 7º e 30' S.

O Sr. Boise mostra-se satisfeito com esta descoberta que tem muito valor...
Pede o Sr Boise que se proceda com urgência à demarcação de vários claims⁴⁸⁶.

Assiste-se ao nascimento de uma companhia a partir da extrema racionalização do conhecimento⁴⁸⁷ e estruturada sobre a relação estreita entre racionalidade tecnológica e legitimidade da dominação⁴⁸⁸. O contrato, celebrado entre a PEMA e a DIAMANG, assim o estabelece, ao confirmar transferência de conhecimento, tecnologia, dinheiro

⁴⁸² Jean Janmart, geólogo belga nomeado chefe do Departamento de prospecção da Diamang em 1937, vide notas anteriores neste trabalho.

⁴⁸³ Miles Burkitt, responsável pelo ensino de arqueologia em Cambridge desde 1919. Viajou por todo sul de África, publicou em 1929 *South Africa's Past in Stone and Paint*.

⁴⁸⁴ Jean Janmart, *Statons Pré-historiques de l'Angola du Nord-est*, Lisboa, p. 21.

⁴⁸⁵ Assina os relatórios da PEMA enviados para Bruxelas em 1913, MAUC, PEMA, Cx.231.

⁴⁸⁶ Acta da sessão conjunta dos Conselhos de administração e fiscal de 30 de Maio de 1918, Arquivo da Diamang, SPE, cx.37-A-1.

⁴⁸⁷ Max Weber, *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*, p. 20.

⁴⁸⁸ Habermas, *Técnica e Ciência como Ideologia*, p.49.

e especialistas⁴⁸⁹. O contrato pormenoriza as diferentes categorias dos bens em transferência, sendo que, neste caso concreto, a mais valia reside na informação (mapas, características do terreno), pessoal especializado, mercadorias e capital. As mercadorias previstas contemplam bens de uso comum, susceptíveis de atrair os povos da região, habituados a uma longa tradição de comércio e troca. Informação e tecnologia constituem um todo nas suas inter-relações complexas entre o que se sabe e o que se adivinha, estudos de viabilidade de exploração económica baseados na especial orografia da região. O contrato contempla, ainda, como núcleo central do processo de transferência, as licenças de exploração, as áreas estabelecidas e as diferentes instalações já montadas no terreno. Os parâmetros deste contrato definem-se pelas garantias de pagamento à PEMA, sustentadas pela necessária antecipação dos lucros⁴⁹⁰. A renegociação do contrato com Brandão de Melo⁴⁹¹ faz parte desta estratégia de tirar proveito de experiência, aprendizado e rentabilização da progressão no terreno.

A descoincidência entre posse legal e posse efectiva do território não parece pesar, pois as boas notícias que chegam da Lunda e a quantidade de quilates já reunidos solidificam as expectativas anteriores⁴⁹². As questões de legitimação configuram o caso particular da implantação de uma economia de exploração na região lunda. No quadro da ligação entre técnica e legitimidade, a Companhia solicita ao governo da Província de Angola a criação de um posto aduaneiro para poder pagar os impostos estatutariamente requeridos⁴⁹³.

⁴⁸⁹ Acta da Sessão conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal de 31 de Outubro de 1918, Diamang, SPE, Cx, 37-A-1.

⁴⁹⁰ Em diferentes reuniões do Conselho de administração são estabelecidos os limites e a extensão deste contrato. V. Actas de 18/3/1918; 30/8/1918; 31 de Outubro de 1918; 30 de Abril de 1919. O governo português tinha homologado esta transferência em 6 de Junho de 1918 (Diário do Governo, II série, nº136 de 12 de Junho de 1918 e BOPA, II Série de 6 de Junho do mesmo ano.

⁴⁹¹ Actas de 30 de de Outubro de 1918 e de 30 de Novembro de 1918, SPE, Cx.37-A-1

⁴⁹² O “Stock” de Diamantes calculado em Setembro de 1918 é:

Calculado em África	156,61 quilates
Idem em viagem	5 000.00 quilates
Na Europa	1 847.00 quilates
Total	7. 004.37 quilates. Fonte: Relatórios Do Conselho de Administração relativos aos exercícios de 1917, 1918, 1919.

⁴⁹³ Carta ao Governador Geral de Angola, datada de 24 de Abril de 1917, MAUC, Cx. 231

É uma tentativa de normalização de um quotidiano com uma prática que atira para a produção dos lugares e dos conjuntos próprios de uma primeira instalação. A companhia institui-se como sujeito histórico, mobilizando esforços para a sua afirmação, enquanto entidade capaz de construir uma nova realidade. O teor da carta oscila entre a proposta de soluções: nomeação de funcionários para “Tshissanda” (*Cisanda*) junto à fronteira, formas de aí chegar e as vantagens para o governo da existência de alguém que, “em seu nome”, cobrasse os direitos de importação, exportação, contribuições industriais e, ao mesmo tempo, pudesse servir de curador⁴⁹⁴.

A exploração impõe uma ordem que difere das anteriores formas de exploração e ocupação e que passa pela proclamação pública da existência legal de uma grande companhia que comanda as lógicas de uma nova percepção da região. Com a exploração mineira assiste-se, desde o início, à criação de um imaginário de referência e uma noção de estratégia, sempre chamados a depor em defesa da companhia e contra a crítica da opinião pública, exercida nesta primeira fase, sobretudo a partir de Malanje e de um grupo de colonos que põe em causa esta nova forma de desenvolvimento e as relações luso-belgas⁴⁹⁵.

A partir de um contrato celebrado com o governo da província e de um corpus jurídico que o sustenta, a Companhia de Diamantes exerce o seu direito sobre a região⁴⁹⁶. O alargamento quantitativo e qualitativo das zonas de prospecção transparece nas actas do conselho de administração:

As reservas já conhecidas são suficiente garantia de uma produção anual de 60 a 80 mil quilates, exigindo é claro, um acréscimo de mão-de-obra além do actual. No

⁴⁹⁴ Idem, p. 3. De notar que o decreto de 3 de Agosto de 1914, (não alterado ainda pela criação da Companhia de Diamantes) regulava as condições de exploração de jazigos diamantíferos, definia as dimensões dos claims e estabelecia os impostos a pagar.

⁴⁹⁵ Ver *Jornal A Lunda*, “Semanário Colonial com a orientação política do Partido Republicano português” de que é editor e administrador J.M Pardo de Oliveira. O jornal assume-se logo no editorial do seu primeiro número (28 de Maio de 1913) como “Defensor dos interesses comerciais e agrícolas d’este vasto districto”. O novo regulamento das circunscrições administrativas publicado em 17 de Abril de 1913, continua a considerar Malanje como sede da Lunda, dividindo o distrito em dez capitánias-mores.

⁴⁹⁶ A periodização jurídica começa nos estatutos da PEMA (cujos alicerces ainda se firmam na lei de 1906) e alargam-se a uma política de concessões que regulam o quadro geral da actividade das entidades a quem são entregues os depósitos mineiros (descobertos e a descobrir). Ver os termos dos contratos da Diamang Com o Estado, representado pelo Governo de Angola. Vide Contrato Provisório de 1920, SPE, cx. 17 e Contratos com a Província de Angola de 18 de Maio de 1921 e 8 de Julho de 1922.

entanto a descoberta do rico depósito de “Chingufu” permitirá uma produção anual, mesmo com mão-de-obra reduzida, bastante considerável.

Pelo relatório semestral de Mr. Ball (Nov. De 1917 a Abril de 1918) o riacho Luako é considerado como o maior depósito de diamantes até hoje encontrado na África Central⁴⁹⁷.

Estruturado a partir da linguagem da ciência e da técnica, o relatório deixa de ter como tema a abertura de caminhos, legitimidade de ocupação, para se centrar no lucro baseado nos números e na capacidade de extracção e rápida colocação no mercado. Para isso, é necessária a criação de uma situação administrativa que reponha uma desejada normalidade. Assim, o primeiro posto do estado é montado no Chitato⁴⁹⁸, em 1918:

A presença dos soldados causou inquietação entre os indígenas que pela primeira vez viam tropas do governo nesta parte da Lunda⁴⁹⁹.

A ideia de ocupação militar e a possibilidade de levar a cabo uma operação combinada a partir da fronteira comum luso-belga é introduzida nas discussões da administração da empresa, bem como se torna no sujeito da correspondência trocada entre os agentes no terreno, a administração (Londres/Lisboa e Bruxelas) e os representantes do poder colonial.⁵⁰⁰

A correspondência e os relatórios deixam passar a impotência das autoridades militares e os esforços da companhia em relação a uma conquista das populações locais:

The military operations failed to materialize and as the natives protested grat friendliness toward Diamang and it's agents, and stated that nothing would happen to them in case of any fighting with the Portuguese, the materials were returned to Luaco and the works start up again⁵⁰¹.

⁴⁹⁷ Acta do Conselho de Administração de 31 de Dezembro de 1918, SPE, Cx.37-A-1.

⁴⁹⁸ Por Portaria Provincial nº 150 de 24 de Junho de 1918 o distrito seria delimitado em: “a) uma circunscrição de fronteira denominada Chitato, com sede em Dundo, Nordeste do Distrito, b) Cinco Capitánias mores, denominadas Camaxilo, Cuilo-Chicapa, Cassai –Norte, Cassai-Sul e Minungo, com sedes respectivamente em Camaxilo, Luxico, Xá-Ibanje, Saurimo e Cucumbe”. Alterado por portaria provincial nº152 de 24 de Dezembro de 1912; fixados os limites pelo decreto 292, BOPA, nº 21, I Série de 12 de Maio de 1923.

⁴⁹⁹ Acta do Conselho de Administração de Fevereiro de 1919, S.P.E., Cx. 37-A-1.

⁵⁰⁰ O assunto claramente expresso a partir de 1916- Carta do engenheiro Denys ao ministro das colónias belga de 7 de Setembro de 1916 MAUC, Cx.231.

⁵⁰¹ Report A 40, assinado por W.H. Rettie, referente a Julho de 1919, MAUC, Cx, 231, série de 1919. O mesmo relatório refere as áreas dos rios Tshiumbe e Luembe, como as áreas de revolta do chefe cokwe Ngunza, Ver Pelissier, *História das Campanhas*, vol.I, p. 389. Nesta altura a Lunda é considerada distrito

Indicações sobre negociações e guerra inscrevem estes relatórios numa lógica que se articula no delineamento de uma estratégia que presidirá, na Europa, às decisões sobre o envio de meios, materiais e homens para o trabalho. A urgência do estabelecimento de uma companhia, cujo imaginário (alargado pelo corpus legal que lhe dá forma vide mapa da Figura 7) não tem, ainda, no terreno uma correspondência física, pode filtrar-se do teor dos relatórios onde a linguagem da técnica camufla as urgências da ocupação real de um espaço.

Um tempo se grande ambiguidade se cria com a concessão feita à Diamang pois as partes envolvidas não têm absoluta consciência das implicações do projecto. Por um lado uma capa jurídica que cobre todos os actos da companhia, por outro um grande número de sujeitos que desconhece a sua situação política e económica em contexto novo e as contingências de uma modificação da política colonial. A nova distribuição do espaço através de uma moldura legal torna legível o poder da companhia mas comporta também a distância, a dispersão a fractura⁵⁰² e o mapeamento do território para recrutar força de trabalho. O discurso jurídico combina estatutos, portarias, contratos (provisórios e efectivos)⁵⁰³ que se combinam para fazer existir o enunciado: uma companhia com capacidade de intervenção em quase todo o território angolano (vide mapa da figura7)⁵⁰⁴. Assiste-se ao aparecimento de um espaço legal povoado de minas, descobertas e a descobrir. No território o exercício de outros poderes e outros direitos e a gestão de conflitos que sobraram de reconfigurações anteriores e presentes. O governo de Angola e seus

militar e a sede é transferida de Malanje para Saurimo. Vária documentação descreve os sobas insumissos, ou “castigos infligidos aos sobas insumissos”, AHM, Angola, 2ª Secção, nº1, cxs, 56, 57, 59.

⁵⁰² Para lembrar Foucault, *Dits et Écrits*, I, pp.435.

⁵⁰³ O artigo 1º dos Estatutos da companhia diz concretamente: “A sociedade anónima de responsabilidade limitada, «Companhia de Diamantes de Angola», constituída por escritura pública de 16 de Outubro de 1917, continua a sua existência jurídica, e rege-se pelos presentes estatutos, pelos contratos celebrados com o alto Comissário e Governo Geral da Província de Angola, e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis”. A partir do seu estabelecimento as disposições que o alteram foram estabelecidas na forma de contrato entre a Companhia e o Governo de Angola. Vide contratos de 18 de Maio de 1921, BOPA, II série nº 28 de Julho de 1922, 31 de Julho de 1937, BOPA, II série, nº 5 de 4 de Fevereiro de 1939.

⁵⁰⁴ Seguindo o discurso jurídico como fala criadora como nos propõe Bourdieu, *O que falar quer dizer*, p. 20.

agentes, militares, polícias, agentes contratadores, administradores será convocado a criar as condições de paz para que o “desenvolvimento seja possível”⁵⁰⁵.

⁵⁰⁵ Conceitos nos discursos de todos: alto-comissários e Governadores Gerais, governadores de distrito, chefes militares.

ÁREA CONCEDIDA EM EXCLUSIVO À COMPANHIA
DE DIAMANTES DE ANGOLA

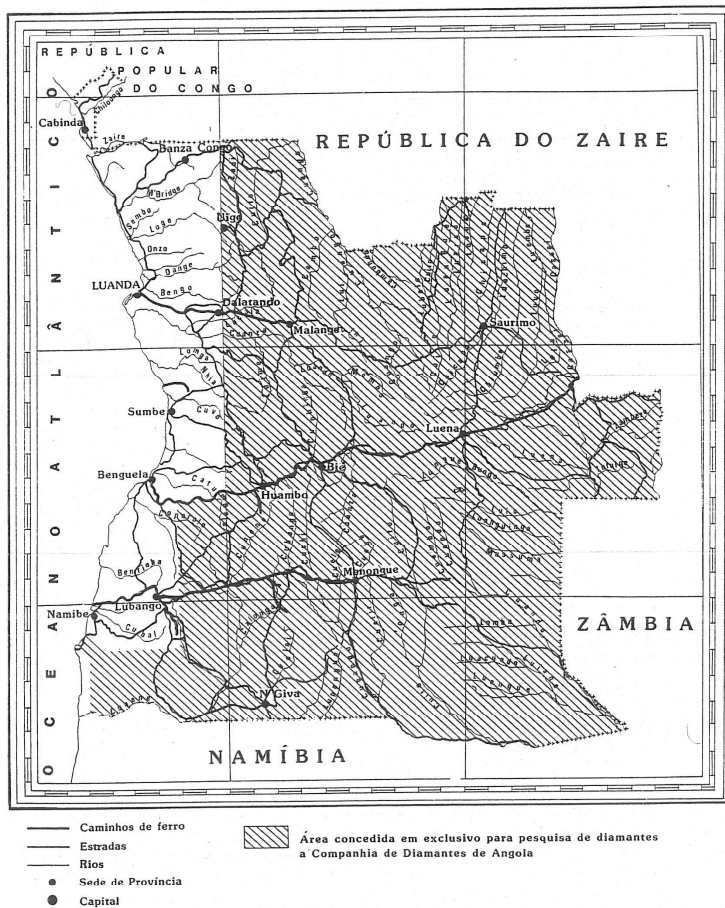


Figura nº 8. Mapa da Área concedida à DIAMANG. Fonte: José Frederico Aguilar Monteiro, in *Riquezas Minerais de Angola*, p. 151

Depois das primeiras pesquisas mineiras, a abordagem do problema da guerra passa a ter um tratamento muito diferente. O centro das decisões já não é Luanda, o ponto de partida já não é Malanje⁵⁰⁶. A segurança de bens, materiais e técnicos, impõe as regras, as alianças Lisboa, Bruxelas determinam as cronologias. Algumas das regiões prospectadas foram alvo de investidas guerreiras dos chefes cokwe Ngunza e Kalendende⁵⁰⁷, e a necessidade de as proteger que aproxima os interessados.⁵⁰⁸

Cumprir chamar a atenção para o delineamento de uma estratégia que joga com a localização dos conflitos em zonas próximas das minas e com a necessidade de envolver no assunto as autoridades belgas. As informações demonstram ainda alguma insegurança no conhecimento da região, do poder real dos chefes locais e da atitude a tomar quanto à frequente passagem das populações de um lado para o outro da fronteira.

Monsieur le Commissaire du District du Kassai a eu une entrevue avec le gouverneur Rona [sic] au sujet des modalités de laquelle nous avons reçu les renseignements suivants:

1ª) La concentration des troupes du Gouvernement Portugais à Saurimo, a, comme il fallait s'attendre provoqué l'exode de nombreuses populations Batchok vers

⁵⁰⁶ Grande parte das viagens de exploração levadas a cabo por europeus no último quartel do século XIX tiveram como centro de reorganização Malanje. A título de exemplo mencionamos as viagens de Anton Erwin Lux (1875), Otto Schütt e Paul Gierow (1878, 1879); Alexander von Mechow (1880, 1881); Joseph Chavanne e Eugen Zintgraff (1884, 1885), todas “iniciadas” em Malanje, v. Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen...*, mapas n.ºs 1 e 2. “Malanje em 1884 não era grande (Vide Planta Supra a partir de Carvalho, *Descrição*, vol. I p. 248). Consistia numa longa rua principal e uma outra de menor extensão para Norte, onde se encontrava uma ponte sobre o rio e que dava entrada à vila por esses lados. O comércio de Malanje começou a desenvolver-se em 1860, por causa do abandono da feira de Cassanje. Procurava-se a borracha e a cera e data do aparecimento ali de Arsénio Pompeu do Carpo com uma factura importante de Luanda que aguardava e animava as comitivas de Bângalas a internarem-se com comércio fiado para o interior. Tornou-se desta forma Malanje o verdadeiro entreposto comercial do centro do continente para Luanda. Em 1884 encontrou Henrique de Carvalho os seguintes estabelecimentos comerciais: Alfredo José de Barros; A. Simões da Cruz, Eduardo Ferreira Campos, Custódio de Sousa Machado, Lara & Comp., Oliveira & Irmãos, António José Coimbra, E Vieira Dias (em Culamuxito). No regresso em 1887 Henrique de Carvalho acrescenta os nomes de Cruz, Campos, Machado e Paschoal, Manaças, Neves & Zagury, Costa e Coimbra, Zafrany e Neves, José dos Santos Caria, Freitas e irmãos, Pinto e Ferreira, Vitorino José da Rosa, Macedo e outros. V. Arquivos de Angola, 2ª série, vol II., p.253, 254, V. tb Carvalho, *Descrição*, Vol I, pp. 263, 267.

⁵⁰⁷ Título Político cokwe, Chefe militar activo durante os primeiros vinte anos do século XX, sobretudo na região do Kwilo Cikapa, áreas de interesse da prospecção diamantífera. Ver Pelissier, *As Campanhas*, pp. 390-393. Ver ainda AIMO, processo E/6, Ver ainda *Jornal Independente* de 25-11.1920. A memória colectiva dos cokwe (segundo as recolhas de campo efectuadas) não situa estes dois chefes na descendência das antigas linhagens, embora o associem a Mwa Luxico, Kalendende e à resistência à ocupação portuguesa, depoimento de Tanda Sakaúma, Catoca, Lunda-Sul 18-08-03. Sobre Gunza, também um chefe moderno encontramos descendentes referenciados como capitas (auxiliares) da DIAMANG, V. AIMO, n.º 2169/J., Luebo 1922. Ver também MAUC, cx. 231.

⁵⁰⁸ Vide AIMO, processo E/16.

notre colonie. Parmi elles se trouvent d'anciennes populations du Congo Belge qui regagnent leurs terres ancestrales.

La majorité cependant est constitué par des peuplades autochtones de Lunda.

2º) Le Gouverneur Rona a demandé que des mesures soient prises pour arrêter l'exode, mais sans insister particulièrement sur la nécessité de remettre les fuyards au Gouvernement Portugais ⁵⁰⁹.

O problema da guerra, com todos os seus níveis de violência, estriba-se aqui numa quantidade de outros problemas, dentro dos quais o da falta de mão-de-obra passa a ser um dos maiores. Castro Soromenho⁵¹⁰ ficciona estes acontecimentos em *Terra Morta*:

Quando os brancos fardados, primeiro os militares e muito mais tarde os administrativos, chegaram à vila, já a terra estava morta. Mas ainda se contavam histórias de brigas e de sangue, de roubos e de meninas desfloradas, tudo passado entre brancos e mulatos. Os negros viviam afastados, nas suas aldeias, onde os comerciantes iam pagar o imposto dos sobas.

Anos depois é que se encontraram os primeiros diamantes, no rio Cassai, e vieram os pesquisadores da Companhia de Diamantes do Nordeste. Os comerciantes foram expulsos da zona mineira. Alguns foram presos porque lhes encontraram diamantes que os negros apanharam havia muitos anos nas areias dos rios e que não sabiam pertencerem à Companhia recentemente fundada...

Ruíram, ao abandono, as casas comerciais dadas como dentro da zona mineira, encheram-se de mato os caminhos e muita gente emigrou, porque a terra estava morta e os brancos do governo andavam a «caçar» homens para trabalhar por conta alheia. Mais tarde, Lundas e Quiocos regressaram às suas antigas terras, porque do outro lado da fronteira também havia brancos e minas e os castigos ainda eram mais duros: tronco, chicote e correntes ao pescoço durante o trabalho nas estradas.

A correspondência entre as Companhias Belgas e a Diamang dão notícias destes problemas e a questão militar tão importante para a opinião pública portuguesa⁵¹¹ coincide com ocupação e estabelecimento da administração portuguesa. Os documentos belgas frisam a incompreensão e desconhecimento, da parte

⁵⁰⁹ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, dossier AIMO, E, 16, Note Confidenciel pour le Colonel Olsen, Boma, 13 de Novembre 1922.

⁵¹⁰ Fernando Monteiro de Castro Soromenho, nasceu em Chinde, Moçambique em 31-1-1910, vindo a falecer no exílio em S. Paulo, Brasil em 19-6-1968. Filho de Artur Ernesto de Castro Soromenho, quadro superior da administração colonial, foi ele próprio um quadro superior da administração colonial. Trabalhou como recrutador de mão-de-obra para a Companhia de Diamantes entre 1927 e 1931. Mais tarde fixa-se em Lisboa e dedica-se ao jornalismo e edição. A sua obra anterior a 1949, constituída por numerosos títulos é ainda exaltante da presença portuguesa nos trópicos, como por exemplo *Sertanejos de Angola* (1943) e alguns livros de carácter etnográfico como *Mistérios da Terra* (1944). Depois daquela data constrói uma obra de grande valor literário e de crítica à acção colonial. A trilogia constituída pelos romances *Terra Morta*, *Viragem* e *A Chaga*, escarpeliza o universo colonial e permite falar de uma nova fase na literatura angolana.

⁵¹¹ V. Jornal *A Lunda*, nº1, 28 de Maio de 1913, a nº 21 de Dezembro do mesmo ano.

portuguesa, da desertificação progressiva das regiões e do facto dos cokwe preferirem regressar às suas terras ancestrais. Instruções rigorosas são dadas aos militares para o contacto com as populações quer as decididamente hostis, quer as que as autoridades belgas reputam de pacíficas e fáceis de controlar.⁵¹²

Não fica claro, mas não deixa de ser insinuado como todas as companhias desejam pôr fim aos problemas de passagem de fronteira, compra de armas e pólvora, roubo de gado, destruição dos campos de prospecção, mas e ao mesmo tempo receiam a actuação dos militares. O discurso da guerra começa a ser substituído pelo da recomposição e cooperação⁵¹³.

2.5.Trabalho e trabalhadores nas Minas

O trabalho das minas exige outras abordagens e não vive sem uma especialização, mesmo para as primeiras fases de demarcação e extracção. As minas do território vizinho, especialmente as sob exploração da Union Minière são, numa primeira fase entre 1906 e 1911, à semelhança do que acontecia com o caminho de ferro do Katanga com as Tanganika Concessions Lta., abastecidas por trabalhadores originários da então Rodésia. Os trabalhadores são fornecidos principalmente por dois organismos Robert Williams & Co., depois YULe & Co. e a Bolsa de trabalho do Katanga, criada em 1910. Só muito depois (1926), a Union Minière decidiu organizar as suas próprias missões de recrutamento⁵¹⁴. Muitos destes trabalhadores,

⁵¹² V.AIMO, *Instructions Pour les Troupes campées et Chargées de L'occupation de la Frontière Congo-Angola*, doc. sem nº de 1922.

⁵¹³ AIMO, *Gouvernement Générale*, nº 28 B (vários documentos. Fernando de Carvalho, “Considerações sobre a Questão da Mão de Obra em Angola, p. 45, MAUC, PEMA, cx.nº2.

⁵¹⁴ Fundo do Banco Burnay, Union Minière Du haut Katanga, *Société Congolaise à Responsabilité Limitée Rapports du Conseil D'administration et du Collège de Commissaires à L'Assemblée Générale Ordinaire* du 24 Juin 1954, p. 216.

recrutados em território angolano, são de origem cokwe, lwena e lucazi. Com efeito, entre 1917 e 1921, a Robert Williams and Company recrutou 3.479 angolanos para trabalhar nas minas do cobre, após ter, para isso, obtido uma concessão do governo português.⁵¹⁵ Os trabalhadores só foram em 1917, mas essa ideia de pensar Angola como uma possível bolsa de recrutamento de trabalhadores estava nas intenções da empresa (UMKK⁵¹⁶) muito antes. As questões do comércio e os preços da borracha fizeram com que a questão fosse adiada até esta data, quando o agente da companhia em Angola recebeu instruções para recrutar cerca de 200 homens por mês, em contratos de cerca de um ano⁵¹⁷. Os trabalhadores, recrutados entre os cokwe, lwena, luvale, lucazi e mbunda, tinham que fazer o percurso a pé, em várias etapas a partir de *Nana Kandundo*⁵¹⁸. As declarações feitas pelos recrutadores, sobre o facto de este ser trabalho voluntário, camuflam o uso da força e a extrema violência exercida pelos contratadores e seus agentes em Angola. A deserção e o despovoamento de largas áreas da região foram as respostas. Grandes chefes lwena, como *Nha Katole* (*Nya Katole*⁵¹⁹) e *Cipoya*, declararam abandonar o território português⁵²⁰, impotentes para controlar a situação de violência exercida pelos recrutadores e secundada pelas autoridades portuguesas, desejosas de encontrar alternativas para a queda dos preços da borracha. Este episódio da história angolana nas minas do Katanga é especialmente elucidativo das questões que devem ser chamadas para a compreensão das questões do trabalho na situação especial dos acampamentos mineiros. Na verdade, a deslocação das suas terras de origem e a concentração em acampamentos de construção precária foram altamente responsáveis pelos índices de mortalidade e morbilidade comprovados entre estas levas de trabalhadores. No trabalho em

⁵¹⁵ Ver Charles Perrings, “Good Lawyers but Poor Workers: recruited Angolan Labour in the Copper Mines of Katanga, 1917-1921”, p. 237.

⁵¹⁶ UMKK, Union Minière du Haut Katanga, fundada em 1906 para explorar o cobre no Katanga.

⁵¹⁷ Charles Perrings, cit., p. 242.

⁵¹⁸ Nana Kandundo, na actual província angolana do Moxico, durante muitos anos um dos maiores mercados da rede do comércio caravaneiro no interior de África.

⁵¹⁹ Nyakatole (Nhacatolo), chefe da região de Nana Kandundo e a controladora do mercado. Resulta esta posição titular da diáspora Lunda, ver. Prichett, *The Lunda-Ndembu*, pp.186, e 254. As tradições orais recolhidas por volta de 1907, relatam que a expansão *lwena*, tinha tido na origem uma aliança entre dois grupos, o de Katende e o de Nya Katolo para rechaçar os invasores lunda. Segundo as tradições Nya Katolo tinha tirado partido das lutas intestinas lunda e da guerra (1883) para reforçar o seu poder, Jean-Luc Vellut, “Lunda et la Frontière”, p.156. Ver também sobre a expansão Lwena e as questões da dupla vassalagem Maria Emília Madeira Santos, *Caminhos*, pp. 415 e 545 (mapa e legenda).

⁵²⁰ Perrings, cit., p.243.

referência, Charles Perrings demonstra a relação directa entre concentração (alojamento), dieta (modificação dos hábitos alimentares) e situação sanitária. A falta de comida fresca e o facto dos trabalhadores não terem praticamente defesas, bem como as condições de trabalho nos fornos de fundição, tornou-os facilmente vítimas da pneumonia, da tuberculose, da gripe espanhola e da febre das carraças⁵²¹.

Permanecem desconhecidas as respostas angolanas a esta situação, mas a tradição oral *lwena* conserva a memória das deserções frequentes⁵²², com toda a problemática da pronta intervenção das autoridades portuguesas na captura e reenvio dos trabalhadores para os campos de trabalho. A decisão posterior de não renovação destes contratos de trabalho ficará a dever-se ao aparecimento da Companhia de Diamantes (DIAMANG) e às necessidades de recrutamento de mão-de-obra para a prospecção e minas em Angola⁵²³.

Nos nossos dias alguns mais velhos relembram essa vinda de trabalhadores de sítios diferentes de Angola e as relações do governo com a companhia:

O governo entrega trabalhadores na companhia e a companhia paga ao governo, os contratados vinham de longe, de muito longe Huambo, Moxico e Bié, ficava [m] muito tempo nas minas dois anos ou mais, andávamos a morrer como cão com doença com as pás.⁵²⁴

A noção de sofrimento associada ao trabalho que os nossos informantes hoje nos devolvem está longe do pensamento da Companhia e do Governo colonial para quem este exercício de poder está associado às formas de pacificar o território e na única forma de integrar na vida activa milhares de “indígenas” que de outro modo abandonam o território. As cartas dos responsáveis da Companhia ao governo-geral deixam passar a necessidade de, em relação ao trabalho se criarem condições excepcionais, fora dos moldes da administração corrente para reproduzir na lunda os modelos da Forminière.⁵²⁵

⁵²¹ Idem, p. 249.

⁵²² Perrings fala da memória dos tambores e dos cantos durante a noite para distrair as autoridades dos campos, cit p. 254.

⁵²³ A contratação de trabalhadores do Moxico entre os *lwena* e os *lucazes* (*luchases*) são prioridades definidas pela Diamang. Ver MAUC, cx.231.

⁵²⁴ Depoimento do Soba Samakaka, Bairro Samakaka, arredores do Dundo, Lunda-Norte, 25 de Julho de 2003.

⁵²⁵ Carta de Ernesto Vilhena a Norton de Matos datada de 20-3-1924, MAUC, cx.231. Carta do coronel Santa Clara, governador da lunda ao administrador delegado da Companhia dando conta da gravidade do problema da mão-de-obra, MAUC, cx. 231.



Figura nº 9. Desmonte do Estéril, vista parcial da mina Mussolégi. Fonte Arquivo CMNS, negativo, 6077, 1944.

A companhia proclama desde o início esta nova relação homem natureza que se destina a, através de labor e sacrifício, domesticar o espaço e explorar uma riqueza que necessita força de trabalho e disciplina, numa linguagem em nome da civilização sem clara tradução entre os sujeitos locais envolvidos.

São muitas as revoltas, a fuga para territórios belgas, mas as medidas do estado colonial e da companhia não se fazem esperar. Os trabalhadores são autorizados a circular dentro dos domínios da companhia, desde que em número não superior a dez, munidos de um “livret” azul e escrito em francês, situação que só se altera depois da primeira guerra mundial e com a criação em Angola da Caderneta Indígena⁵²⁶

⁵²⁶ Ver MAUC, cx 231. O Regulamento Geral dos Indígenas de 1914 (que substitui o código do Trabalho dos Indígenas de 1911) prevê o modelo do contrato mas não a caderneta indígena. A discussão sobre o modelo o uso da caderneta indígena está presente no governo Norton de Matos, Decreto nº 73 de Dezembro de 1921 e é fixada (modelo e regulamentação nas Instruções Provisórias para o recrutamento e emprego de Trabalhadores Indígenas na Província, aprovadas por Portaria Provincial nº4 de 16 de Janeiro de 1925.

A exploração mineira foi da seguinte forma: levavam as pessoas lá nos sítios, faziam um buraco e quando o buraco estava a descair eles usavam paus para defender a terra e não desabar. Às vezes usavam também capim. Depois de chegar até no cascalho depois de meter o cascalho usavam um sistema para peneirar o cascalho. Uma chapa tipo funil [má tradução] e eles começavam a peneirar. Os brancos estavam sentados ao lado a controlar e depois de controlar mete o produto na garrafa e depois está a caminhar para Andrada.⁵²⁷

⁵²⁷ Entrevista de Muazambi Cafunda recolhido nos arredores do Dundo em 26-7.03.



Figura nº 10. Trabalhos Mineiros desmonte e remoção do Cascalho por pá manual. Fonte: CMNS , negativo 13155

A história da região leste de Angola é também, e sobretudo a partir da instalação das primeiras prospecções mineiras, a história do trabalho, com todos os problemas da sua conceitualização, da relação com a legislação colonial e dos diferentes regimes de contratação. Um primeiro problema que se coloca, quando se trata de mão-de-

obra, é a questão de a encontrar⁵²⁸, sobretudo quando o que se tinha em vista era obter mão-de-obra barata e disciplinada:

As duas condições essenciais da vida do capitalismo industrial nascente eram trabalho barato e matérias-primas a baixo preço e, para que a África pudesse exportar matérias-primas a ínfimo preço, indispensável era que ínfimo fosse o custo da mão-de-obra⁵²⁹.

A região, aos olhos dos prospectores e primeiros europeus encarregues de criar o espaço das companhias, era vista como uma região desabitada, hostil e rebelde.

A ideia constitui-se tópico da história memorialística da Companhia e migra para muita da literatura que se ocupa da história da colonização em Angola. Nem mesmo Clarence –Smith lhe resiste ao afirmar: “Localizada na remota e despovoada província de Lunda, e obcecada pelos problemas da compra ilegal de diamantes, a DIAMANG rapidamente se transformou num estado dentro do estado”⁵³⁰. Um pouco mais cedo na documentação referente ao Katanga a fórmula também existe” Região quase deserta, população dispersa, situada a 3000 km do oceano e a mais de 1000 Km do caminho-de-ferro mais próximo... em resumo não havia nada... nada senão minerais”⁵³¹. Este tópico é válido para toda Angola:

“ Diversas causas devem ter contribuído para o estado actual das populações de Angola quer considerando a feição física, quer a questão da quantidade; sendo contudo certo que a sua densidade se apresenta bem precária, em face dos últimos recenseamentos que acusam apenas o número de 2,6 habitantes por quilómetro quadrado... Os antigos tráficos de escravatura para as duas Américas, as guerras de conquista e ocupação territoriais, epidemias de varíola, a doença do sono, etc., são factores bem deletérios para explicar a exiguidade da população actual”⁵³².

A ideia de criar uma população residente, importada de outras regiões da colónia, é cara aos responsáveis da Companhia e atravessa toda a documentação trocada entre Angola e a Sede, em Lisboa, ou as representações, em Londres e

⁵²⁸ Como se pode ver em Bill Freund, “Labour and Labour History”, p. 2.

⁵²⁹ Norton de Matos, *Memórias*, vol.III. p. 139. Adelino Torres sublinha a delicadeza das questões do trabalho afirmando: “O que se verifica, é que o factor trabalho foi, sempre que possível, ‘usado’ nas colónias até ao limite máximo das capacidades físicas da sua população activa autóctone”, *O Império Português...*, p. 140.

⁵³⁰ Clarence-Smith, *O Terceiro Império*, p. 137.

⁵³¹ AGR, Union Minière, Boîte, 358.

⁵³² Fernando de Carvalho, “Considerações sobre a questão da mão-de-obra, p. 25, MAUC, PEMA, cx. 2.

Bruxelas⁵³³. Informações sobre como e onde recrutar⁵³⁴ tornam-se importantes para uma política do trabalho das empresas e do estado. Um inquérito, regulamentado pela portaria provincial nº 148 de 6 de Agosto de 1923⁵³⁵, é posto a circular e desencadeia algumas respostas no que toca ao distrito da Lunda, disponibilizando o número de “indígenas do sexo masculino, e de idade compreendida entre 16 e 45 anos, válidos para a prestação de serviços por conta própria e a salário” e agrega informação sobre as mulheres e crianças que podem prestar serviços mais leves. Os números dizem respeito às circunscrições civis de Cuilo Chicapa, Camaxilo Saurimo, com os respectivos mapas e dão uma ideia do número de trabalhadores, arrumados por “tribus”(sic) e das épocas em que convinha ser feito o recrutamento⁵³⁶. Este tipo de informação é precioso para as autoridades coloniais e para a companhia, cuja política em relação ao trabalho desliza entre as necessidades permanentes de novos recrutamentos e a localização de bolsas de trabalho, onde tal podia ser feito.

Um relatório do representante da Companhia, de 1929, resume assim o problema:

Realizou-se assim, em parte, uma das velhas aspirações da Diamang, que era a de colonizar a região das minas com indígenas de outros distritos...

Essa ideia, já antiga de bastantes anos tinha tido origem em dois motivos. Um deles era o aumento da população da região. O outro era o de opor à grande massa de Quiocos insubmissos e rebeldes que povoam a região das minas, núcleos importantes de indígenas de raça diferente que em caso de revolta pudessem contê-los em respeito, ou mesmo absorção ou repulsão, fosse integrando em si parte dos elementos quiocos e afastando para longe a parte não integrável ou assimilável aos hábitos de trabalho, tão pouco características daquela raça de guerreiros e caçadores que do sul tinham vindo a expandir-se pela Lunda adentro ocupando terras e avassalando escravos⁵³⁷.

⁵³³ A documentação da companhia expressando o desejo de fixar populações mais aptas e fortes para o trabalho tem sempre como base a ideia generalizada de uma região despovoada e o pensamento em relação à colonização assim definido por Norton de Matos “Se necessidades agrícolas ou indústrias o indicarem, isto é se for necessário montar uma exploração agrícola ou uma indústria, de real vantagem para a comunidade, numa região não povoada, só um caminho há a seguir: — Criar colónias de famílias indígenas convenientemente agrupadas em povoações construídas em locais saudáveis, com todos os requisitos sanitários, onde os trabalhadores indígenas encontrem condições de vida superiores àquelas que deixaram nas suas terras de origem”, *Memórias*, vol. III, p. 217.

⁵³⁴ Silva Cunha trata do conceito de recrutamento, sublinhando a escassez da mão-de-obra africana e o permanente desequilíbrio entre a oferta e a procura, os factores “escassez de população”, economia indígena, economia de subsistência em grupos fechados, sem necessidade de numerário” são os tópicos sempre agregados pelo pensamento colonial ao problema. Cf. Silva Cunha, *O Trabalho...*, p. 86, nota 1.

⁵³⁵ BO nº 34 de 6 de Agosto de 1923.

⁵³⁶ AHNA, Malanje, cx. 3932.

⁵³⁷ Relatório do Representante da Companhia de Diamantes em Angola em 1929, MAUC, Cx, 202.

Uma tradição de conhecimento e vocação especial para a colonização é rapidamente criada⁵³⁸, está impressa na mentalidade dos primeiros agentes da companhia e acompanha a escrita da documentação que transita entre Angola e as principais capitais europeias com capital investido na companhia. Constituída no meio de populações sublevadas, a ideia de uma certa acção tutelar ganha corpo e a companhia apresenta-se predestinada a exercer, sobre os habitantes do espaço que domestica, uma acção civilizadora e de protecção:

A companhia de Diamantes de Angola abrindo vias de comunicação, iniciando explorações agrícolas, chamando ao convívio do branco e ao trabalho indígenas acentuadamente atrasados, está realizando à custa de enormes despesas que em parte competiam ao estado, uma verdadeira obra de civilização⁵³⁹.

A instabilidade, fuga e deserção permanente de trabalhadores são queixas constantes dos agentes e filtram-se dos relatórios, parecendo contrariar o carácter de missão da companhia, mas a sua formulação está na base da pressão exercida sobre as estruturas administrativas para permitirem a contratação de trabalhadores noutros locais da colónia de Angola, sendo o Bié uma das regiões cobiçadas, embora as vindas de trabalhadores do Moxico sejam uma constante desde os primeiros anos da companhia. Relações de extrema ambiguidade e tensão existem desde o início pois a companhia necessita do trabalho dos habitantes da região sobretudo para resolver as questões da alimentação.

Num depoimento onde cabe uma certa oficialidade e recurso ao sentido da história Jaime Efinde Finde (nosso entrevistado) resume a situação:

A Lunda- Sul é uma província que fica a mil e tal quilómetros da capital do país. Quatro municípios e dez comunas. Compreende 400.000 habitantes. A sua vida a vida da população, o desenvolvimento dependeu da política que o colono tinha. Como pode perceber aqui não existem muitas indústrias tirando agora Catoca e antigamente a DIAMANG. A população desta área era mais aproveitada para mão-de-obra barata para o trabalho de contratado porque o colono tinha a Companhia de Diamantes e essa companhia tinha máquinas antigas e era preciso muita mão-de-obra para trabalhar. Não havia abertura para outra coisa senão mão-de-obra para escavação de diamantes. A companhia não tinha lugar para comerciantes, mesmo a população nativa na sua produção em termos de agricultura não era permitida

⁵³⁸ V. T.O Ranger, "The Invention of Tradition", p. 221 e Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, p. 7.

⁵³⁹ Relatório do Conselho de Administração de Dezembro de 1920, p. 6.

senão era presa como se estivesse a escavar diamantes Esta é a base do não desenvolvimento desta região abrange [abrangendo] mesmo o Dundo, Lunda-Norte, Lunda-Sul, uma parte de Malanje e uma parte do Moxico⁵⁴⁰.

Os números de trabalhadores contratados, divididos nos relatórios nas categorias de “Branços” e “Indígenas” estão longe de dar uma ideia real da quantidade de pessoas mobilizadas pela companhia desde os primeiros anos.

ANOS	TRABALHADORES BRANCOS	TRABALHADORES INDÍGENAS	OBS.
1918	11	921	
1919	16	1831	
1920	28	4500	
1921	46	5104	
1922	67	5.104	Instabilidade de mão-de-obra, abandono das culturas
1923	63	3.143	Os números não coincidem com os do relatório da Direcção no Dundo. Insuficiência e instabilidade da mão-de-obra. A direcção afirma que as providências adoptadas e a adoptar levarão à fixação gradual, na região das minas, de uma população residente proveniente de outras regiões da colónia.
1924	73	3659	
1925	96	3758	
1926	109	4535	O vol. médio de cascalho removido p/trabalhador/mês é de 6, 41 metros cúbicos
1927	135	6243	
1928	130	5511	Vol. médio de cascalho, 7,52 metros cúbicos
1929	109	4712	Vol médio de cascalho 8,45 metros cúbicos
1930	121	4895	Vol médio de cascalho, 9, 73 metros cúbicos
1931	122	4988	
1932	107	5285	*
1933	100	5011	Vol médio de cascalho 10,35 metros cúbicos
1934	107	5765	Vol médio de cascalho 11,90 metros cúbicos
1935	125	7233	
1936	140	8954	
1937	156	11156	
1938	175	10260	
1939	166	9923	

Quadro nº 1. Mapa dos trabalhadores brancos e Indígenas. Fontes: Relatórios do Conselho de Administração (1917-1940) e Rapport de la Direction Technique de 1939. Fundo MAUC., cx.202.

⁵⁴⁰ Entrevista com Jaime Efinde Finde, Saurimo, 22 de Agosto de 2003.

Deles não constam os camponeses fornecedores de alimentos e ainda uma mão-de-obra não especializada, constituída por pequenos artesãos e que começa a gravitar em torno do trabalho nas minas, da abertura de estradas e outras vias de comunicação. As mulheres africanas estão fora das estatísticas, num primeiro momento, para logo se proceder à proclamação da necessidade da sua integração, uma vez que a companhia poderia aproveitar, como fez, quase sem custos, os resultados do trabalho nas lavras familiares e ainda a sua integração nas quintas da própria companhia. Durante os primeiros vinte anos de vida da Companhia, muitas são as medidas para captar a vinda de mulheres para a região: oferta de panos, pagamento adiantado de dois anos de imposto do contratado e reforço da alimentação do mesmo durante a viagem de ida e volta. Pretendia-se fixar gente na região das minas. A companhia não contou ou não soube ver os complexos problemas da dupla ligação das mulheres a um espaço (o espaço de cultivo nas suas terra natais), e a uma família da qual constituíam o garante e a legitimidade. Não é demais pensar que as autoridades coloniais das diferentes localidades terão também oferecido a sua resistência, uma vez que o trabalho das mulheres era capital para abertura de estradas, desmatção e capinagem das regiões. No entanto, e através de demoradas negociações, a Companhia foi conseguindo a contratação de trabalhadores com as respectivas famílias⁵⁴¹.

As questões ligadas ao trabalho apelam para a análise de componentes de natureza variada e para a implantação da companhia num espaço que transcendia as zonas de demarcação para fazer sobressair a produção de um espaço muito mais vasto, o da residência dos vários operadores dos quais a companhia depende. Extravasam dos documentos que estão na origem da sua fundação uma textura de grande ambiguidade, que norteará sempre a capacidade de negociação da companhia com os vários representantes das estruturas administrativas coloniais. As actas do Conselho de Administração da DIAMANG, resultantes da realização, em Lisboa, das reuniões previstas pelos estatutos, deixam passar essa ideia da responsabilidade do estado em

⁵⁴¹ Em 1924 chegam à Lunda 2000 trabalhadores provenientes do Moxico e cerca de 300 originários de Benguela, Bié e Huila, Acta da 51ª sessão do Conselho de administração realizada no dia 29 de Julho de 1924.

face aos “fornecimentos mensais e ao evitar das flutuações,” responsáveis por crises de mão-de-obra capazes de levar à paralisação das minas ou de parte delas, por falta de braços para o trabalho⁵⁴².

A descoberta de mais minas e a sua exploração criam uma relação directa entre número de trabalhadores necessários, contratados e voluntários, e a necessidade de haver centros de recrutamento, mais ou menos perto, de forma a não elevar muito os custos desta mão-de-obra. São centrais à compreensão da política de trabalho da companhia os problemas do recrutamento, os lugares de concentração da força de trabalho junto às zonas de recrutamento, o treino e adaptação dos recrutados às novas condições de trabalho, a alimentação, a higiene e saúde. Entre as possibilidades que a lei lhe permite e as possibilidades de negociação no local, a companhia remete para o estado as obrigações, ao mesmo tempo que a ideia de missão se enraíza num discurso de proclamação da diferença entre ela e as outras empresas a operar em Angola. O contrato de 18 de Maio de 1921, celebrado entre o governo da colónia e a Companhia, estabelece na sua cláusula 12º:

O Governo de Angola apoiará, moral e materialmente, a Companhia de Diamantes de Angola e tomará as providências necessárias para, no interesse da Colónia e no da Companhia, ser assegurado a esta o livre e eficaz exercício da sua indústria...” e na cláusula 13ª: “ O Governo da Província compromete-se a dar todas as possíveis facilidades e apoio para o recrutamento e angariamento do pessoal indígena necessário à intensa exploração dos jazigos diamantíferos”⁵⁴³.

Assim, podemos dizer que este enunciado, como “fala criadora”⁵⁴⁴, constitui a matriz de uma argumentação de defesa dos interesses, de que a companhia nunca prescinde, no diálogo com as administrações locais ou mesmo com o governo central de Luanda.

Desta forma se compreende que a Companhia vá adiando a substituição do trabalho contratado pelo regime de voluntariado: “o regime de voluntariado para

⁵⁴² V. Actas do Conselho de Administração de 1922, 1924 e 1927. Na acta de Dezembro de 1923, referente à 47ª Sessão de 26 do mesmo mês é referida a paralisação da Mina Cavuco em Caquesse por causa de “uma crise de mão-de-obra”(sic).

⁵⁴³ BOPA, Iª série nº 26 de 8 de Julho de 1922.

⁵⁴⁴ Pierre Bourdieu, *O que Falar quer dizer*, p. 20.

obtenção de mão-de-obra que, embora menos dispendioso e permitindo obter melhor rendimento do trabalho indígena tem, contudo, o inconveniente da instabilidade do número de trabalhadores, terá que ser pelo menos por agora combinado com o emprego de contratados”, escreve-se na Acta da 48ª Sessão do Conselho Administrativo de 24 de Fevereiro de 1924 e percorre a política do trabalho da empresa, que se caracteriza por uma prática de conseguir força de trabalho a baixo custo e envidar esforços para fixar na região trabalhadores que impedissem os problemas com a falta de braços para as minas. Para a companhia importava aproveitar a produção de outros membros das famílias de contratados obrigados a trabalhar na agricultura. O quadro dos equilíbrios internos das sociedades africanas com a permanência das mulheres nas zonas de origem dos trabalhadores é assim frequentemente rompido pelas pressões a que as mesmas se encontram sujeitas: mobilização dos homens, obrigatoriedade de pagamento dos impostos e propaganda dos agentes angariadores. No entanto, e mesmo nas regiões demarcadas pela DIAMANG para a agricultura, as condições das relações não capitalistas de produção prevalecem e os dois sistemas (capitalista e “tradicional”) coincidem no espaço e no tempo e ultrapassam em muito a exploração mineira, para agregar significados em relação às áreas de terra demarcadas para serem directamente exploradas pela companhia. Uma discussão em relação à posse da terra surge, uma vez que, por lei, a empresa tinha que respeitar um certo espaço à volta dos aldeamentos locais:

Acontece porém que esses indígenas estão distribuídos por 30 sanzalas diferentes, algumas delas com seis cubatas; e se nada se opuser a esse vício de disseminação que têm estes povos dentro em breve poderia duplicar o nº de sanzalas reduzindo-se ainda mais a importância de cada uma. Pareceu-nos por isso, não só para evitar um excessivo trabalho a fazer com a demarcação de um sem número de pequenas reservas; mas ainda com o fim de em harmonia com o espírito da nossa legislação levar os indígenas a construir em menos número de aglomerações de população o que extraordinariamente facilita todos os serviços de fiscalização e policiamento⁵⁴⁵.

A questão da posse e legitimidade da posse da terra é discutida entre as diferentes instâncias da administração colonial e está longe de agregar a compreensão e muito menos o respeito pelas questões de domínio e posse da terra, previstas nos

códigos e nas tradições locais. O quadro seguinte desenvolvido em anexo constitui um exemplo das demarcações de terrenos feitas e reportadas necessárias à respiração alimentar da companhia.

Quadro nº 2. Processos de demarcação de terrenos solicitados pela DIAMANG ente 1920 e 1927. Fonte SPE. Cx. 17⁵⁴⁶

Nº E ano do processo	Nºs e data s das Licenças	Situação e nomes	Estado da concessão	Área demarcada ou a demarcar	Natureza da concessão	O que falta para completar os processos para a concessão definitiva	Observações
374/921	146 de 25/3 /20	C.de Fronteira do Chitato- Dundo a oeste do Rio Luachimo	Dada a concessão provisória por despacho de 18 de Maio de 1922. BO nº 22- 2ª série de 3 de Junho de 1922	4.900 Hectares	Aforamento nos termos da lei geral	Demarcação definitiva, planta e certidão de pagamento dos foros	Nesta concessão fica situado o posto do Dundo da Companhia. Tem prova de aproveitamento. É preciso notificar a mudança de agrimensor indicado.

O trabalho das mulheres é muitas vezes responsável pelo fornecimento de complementos alimentares, fulcrais para romper a monotonia da ração alimentar fornecida aos trabalhadores. As migrações temporárias, estimuladas pela companhia, não alteram no trabalhador a necessidade de manter as relações com a sua aldeia de origem, com a família que o acolhia no termo do contrato. A Companhia não tem a medida das situações complexas criadas no seio da família, geração ou classes de idade e por isso socorre-se de uma grelha de avaliação baseada na presença ou ausência do trabalhador e sobretudo da sua relutância em se deslocar. O Administrador do Alto Zambeze⁵⁴⁷ analisando a ordem emanada do Alto-comissário

⁵⁴⁶ Vide Anexo nº4.

⁵⁴⁷ Circunscrição Administrativa com sede em Cazombo, em 1922, mudada para Kavungo, Nana Kandundu em 1923. Em 1927 a sede voltou ao Cazombo, sendo Nana Kandundu (Kavungo) considerada posto civil. Ver Mário Milheiros, *Índice Histórico- Corográfico de Angola*.

referente ao deslocamento de duas mil famílias balwena (lueas) para a região das minas escreve:

Conto já algumas semanas de permanência no Alto-Zambeze e começo a conhecer a phsyclogia [sic] deste gentio. Aqui não há famílias definitivamente constituídas, a mulher nunca passa à posse definitiva do homem a quem se liga e pode em qualquer ocasião ser exigida pelos pais ou parentes mais próximos, restituindo estes o dinheiro e bens recebidos. É necessário também atender a que a circunscrição do Alto-Zambeze tem fronteira com o Congo Belga e Rodésia e qualquer acto de má política tem dado e dará resultado à deserção dos indígenas atingidos.⁵⁴⁸

O temido, pelas autoridades portuguesas, outro lado da fronteira na sua enorme extensão debate-se nas zonas de prospecção e mineração com o mesmos problemas, força de trabalho, agricultura versus ocupação nas minas, deserções, impostos, relações com os chefes, criação de uma nova ordem⁵⁴⁹. A aptidão para o trabalho segundo os parâmetros dos agentes das empresas e dos organismos de administração ajudam a fixar a carta étnica em construção desde o século XIX: “os bapende trabalham nas suas culturas mas não querem trabalhar nas minas, os baluba só se ocupam da agricultura, têm belas aldeias⁵⁵⁰.” O estudo das formações sociais cokwe é entendido como prioridade:

Os Batshok [cokwe] depois da crise da borracha e partida dos comerciantes portugueses que se seguiu a esta crise tornaram-se pobres, como sã comerciantes que têm noção de economia e já têm certas necessidades sofrem com esta situação. Para mais o fecho da fronteira pela ocupação portuguesa e a severidade desta mesma retirou toda a esperança de uma nova prosperidade vinda do sul [...]

Entre os batshok é a anarquia, há grandes chefes batshok provavelmente 4, penso eu, e o mais importante é o mwa Tshisenge, mas estes vivem todos em Angola e os agrupamentos vivem sem nenhuma autoridade para além do chefe de aldeia⁵⁵¹.

O conceito rasurante de modernidade associado a permanência no trabalho constitui os pilares das sociedades mineiras com os seus agentes, intermediários nos

⁵⁴⁸ MAUC, cx. 231, dossier 84 k3.

⁵⁴⁹ AIMO, Relatório do Distrito do Kasai relativo ao 4º trimestre de 1921.

⁵⁵⁰ AIMO, idem, ibidem

⁵⁵¹ AIMO, Relatório sobre a situação geral do distrito do Kassai, 2º Trimestre d 1921.

seus esforços para integrar sociedades ameaçadas por mudanças bruscas de hábitos e condições de vida. Os anos vinte do século vinte trazem a pacificação para as zonas das minas⁵⁵² e a imposição das regras do pensamento colonial europeu: modificação de toda a estrutura agrária e dos princípios de transmissão, utilização o posse que as regulamentavam, economia doméstica e vida da comunidade.⁵⁵³ O fim da guerra não significou o fim da resistência, que, claramente transparece na forma como ainda hoje existe e se cultiva um tempo de grande sofrimento.



Figura nº 11. Aspecto do desmonte do Cascalho. Fonte Colecção M N S, negativo 6202, 1945.

⁵⁵² Há relatórios sobre operações militares até 1925, fuga do Soba Gunza para o Congo (actual República Democrática do Congo), AHM, 2ª Divisão, 2ª Secção, cx. 61, doc. nº8.

⁵⁵³ Ver Ann Laura Stoler, "Rethinking Colonial Categories", in *Colonialism and Culture*, pp.319, 320.

Nas minas era sofrimento era muito sofrimento. Ainda havia aquelas vagonetas não sei se a doutora sabe... pois aquela vagoneta como daqui até na fábrica...cerca aí de uns 5 km. Então essa fábrica não podia parar então é obrigado você por exemplo te dão um coiso como daqui até ali tem que encontrar cascalho para a mina não parar E se você não conseguir acabar essa meta te dão porrada vai para Kambulo (posto administrativo), apanham porrada amanhã tem que vir continuar. Por isso eles faziam assim: eu às vezes não tenho força para cavar essa meta eh pá tem que desenrascar, se você não tem força combino já contigo faz favor me ajuda só a cavar este vou-te pagar. Ou lhe dá cobertor ou lhe dá outra coisa qualquer...só para salvar... só para não apanhar. Depoimento de Daniel Martins⁵⁵⁴.

Desta forma a memória social do presente conserva uma experiência que transcende a experiência pessoal, para associar a memória de passados mais ou menos recentes, que a história da região e a proximidade das minas rememora. O passado, enquanto reconstrução de um momento da história, remete para a história de vida de pais, avós e outros parentes, profundamente ligados à história da Companhia de Diamantes. A história transita entre memória e narrativa e o passado institui-se como representação de momentos, mais do que simples cronologia dos factos vividos. O esquecimento induz zonas de sombra mas aviva outros factos, para uso pessoal, num conjunto de falas que permitem, segundo os implicados, a compreensão de um passado na sua dimensão histórica.

Assim como os contratados também sofriam muito isso já é conhecido de todo o mundo. Por exemplo lá nas minas, como temos aqui as nossas minas, no refeitório, o preto ou o contratado nativo comia funje com quê com carapau, esse carapau era cozido mesmo assim ficava e às vezes nem assavam. Comia com funje ou arroz assim mesmo cozido com carapau. Aquela fuba cheirosa eh pá!... E só cá para cima quando foram verificar o processo é que começaram a melhorar um pouco as coisas. E o salário era também não era também tão bom como o dos outros que vinham de fora. O nativo sempre sofria com um salário muito ínfimo⁵⁵⁵.

Integrado num processo geral de gestão da mão-de-obra, o mecanismo do contrato autorizado por lei⁵⁵⁶ vai permitir que a Companhia possa gerir, sempre a baixo custo,

⁵⁵⁴ Saurimo, 12- 8-2003

⁵⁵⁵ Idem, Depoimento de 12-8-2003.

⁵⁵⁶ Desde 29 de Abril de 1875 que a produção legislativa, abundante a partir dessa época prevê o mecanismo do contrato, tendo o regulamento de 1899 (Decreto de 9 de Novembro de 1899) consagrado a obrigatoriedade do trabalho no seu artigo 1º: “Todos os nativos das províncias ultramarinas estão sujeitos à obrigação legal e moral de trabalhar, podendo escolher o meio de cumprirem esta obrigação...” “ se não cumprirem de modo algum a autoridade pública poderá impor-lhes o seu cumprimento”. Em 1902 o Regulamento Provisório do Trabalho Indígena e Fomento Agrícola de Angola não altera estes princípios. Nem mesmo as leis e

o problema da especialização necessária, mesmo para a fase de padejamento, ou seja, a remoção do estéril. Nos relatórios, é sempre referido o facto dos trabalhadores de origem local, lundas e quiocos (cokwe) não aceitarem este trabalho por o considerarem menor e próprio de contratados:

No entanto o Sr. Alto Comissário entende e deseja que tanto quanto possível a Companhia dê preferência aos trabalhadores do Distrito da Lunda, onde a única entidade que deles precisa é a Diamang, enquanto que noutros distritos há muitas empresas particulares que precisam de mão – de-obra. Fiz ver S. Exa. que se a Companhia pudesse recrutar todo o seu pessoal trabalhador na Lunda, e desde que este dê um rendimento de trabalho equivalente aos trabalhadores do Moxico e do Bié; ela só teria nisso vantagem, visto assim, eliminar as enormes despesas com a concentração e longas viagens dos trabalhadores de regiões distantes. Isso por agora era impossível porque embora a Lunda tivesse uma população grande em relação a outros distritos, essa população estava em parte fora da acção das autoridades e a sua maioria era composta por Quiocos rebeldes ao trabalho ou de Jingas e Minungos bastante impróprios para ele⁵⁵⁷.

Sobre os Lunda, um relatório anterior de 1923 vai ainda mais longe, referindo:

[...] Sobre este indígena não sou extenso na descrição pois considero-o incapaz de ser prestável em qualquer cargo que o queiram utilizar. É absolutamente selvagem, devido aos pouquíssimos europeus que entre eles habitam... Foge tanto quanto possível do convívio dos mesmos e na ocasião do pagamento do imposto de cubata em que o chefe do posto civil percorra a região abandonam as libatas e refugiam-se no mato, permanecendo ali por algum tempo.

Além disso são na sua maior parte defeituosos e sobre isto ouvi uma versão do Exmo. Sr. Capitão Santos Fonseca que andou em reconhecimento na região para um traçado de estrada que a família Lunda cruza-se entre si, dando em resultado haver famílias inteiras defeituosas... Não apresentam robustez física, são raquíticos e portanto inúteis para qualquer espécie de trabalho⁵⁵⁸.

Deste modo, insistia-se no recrutamento fora da Lunda, dirigindo-se as solicitações da companhia preferencialmente para o Bié e Moxico e, só depois de 1937, para a região do Songo (Malanje). O controlo sobre as formas e os agentes de recrutamento são pedidos pela companhia em nome da segurança das zonas de

regulamentos publicadas depois da Implantação da República alteram estas disposições. Ver Decreto de 27 de Maio de 1911 e o Regulamento Geral do Trabalho dos indígenas nas Colónias Portuguesas de 14 de Outubro de 1914. Um corpus legislativo produzido na província e contendo várias disposições referentes à mão-de-obra ‘indígena’ regula e permite os procedimentos no que se refere ao angariamento e recrutamento de trabalhadores. Vide anexo nº

⁵⁵⁷ Relatório do representante António Brandão de Melo referente a Maio/Junho de 1927, MAUC, cx. 193.

⁵⁵⁸ Relatório do representante, MAUC, cx. 231. Entre os oficiais belgas encarregues da administração do território o estereótipo também corria: “Lunda a degenerate race without much spunk”, Bustin, *Lunda*, p. 82, citando uma carta do Vice-Governador Geral do Katanga para o Comissário de Distrito de Lulua de 27 de Março de 1926.

protecção e com o sentido de evitar o roubo de diamantes. Uma outra ideia é também cultivada nos relatórios, a ideia do controlo absoluto da companhia para evitar “ideias subversivas”, como se lê num relatório de Agosto e Setembro de 1933 que, na página 18, inclui: “bolchevismo e feitiçaria na Lunda”. Neste documento, dá-se conta da descoberta de uma seita de feitiçaria na Lunda, na região do *Tshimanhe* e da prisão de um grande número de adeptos da seita e do seu chefe local *Lufungula*. Faz-se ainda referência a “certos manejos bolchevistas na Lunda que teriam base em outros idênticos do Congo Belga”⁵⁵⁹. Trabalhando com grande à vontade dentro das regalias que a lei lhe confere, a companhia permite-se deitar mão a uma série de conceitos que, por um lado, sublinham a extrema dependência do estado colonial em relação às facilidades financeiras que a empresa lhe facilitava e, por outro, criam a ideia de uma companhia patriótica e defensora dos interesses portugueses, assunto que terá um lugar de absoluto privilégio no discurso oficial da DIAMANG. O estado tem assim obrigação de fornecer, a uma companhia desta natureza, todas as facilidades e condições de trabalho para a normal execução das tarefas. O recrutamento e o fornecimento de mão-de-obra são dois dos requisitos. Depois do contrato de 1921, já referido neste trabalho, a importância da participação do estado nos interesses da companhia permite que, em certas condições, se possa fazer o recrutamento, como se de serviço público se tratasse⁵⁶⁰. O contrato de 31 de Julho de 1937 (artigo 11 e respectivos parágrafos)⁵⁶¹ confirma as obrigações do estado para com a companhia. Trata-se, assim, de uma associação de interesses entre a companhia e o estado, que se traduz em acordos continuados, atinentes à redução das formalidades burocráticas e à justificação do não cumprimento das obrigações da companhia, sempre que isso fosse lido pelos seus responsáveis como excessivo ou lesivo dos superiores interesses da

⁵⁵⁹ Relatório de Agosto e Setembro de 1933 e ofício confidencial 127/33 de 6 de Setembro, MAUC, cx 231.

⁵⁶⁰ V. a título de exemplo Acta da 51ª Sessão do Conselho de Administração realizada a 29 de Julho 1924: “É considerável a melhoria da Companhia em África, graças não só ao crescente desenvolvimento dos processos mecânicos na extracção e à dedicação do nosso pessoal, mas também à maneira solícita por que têm sido cumpridas pelas autoridades locais as instruções terminantes que lhe foram enviadas por Sua Exa. O Alto Comissário no sentido de ir obtendo, gradualmente, como que a colonização da região das minas por gente trabalhadora”, p. 10, Fundo SPE., cx. 40. De notar que o Regulamento do Trabalho de 1914 permitia a participação do estado no recrutamento, mas o Código do Trabalho Indígena de 1928 não o permitia a não ser recrutamento para os serviços públicos.

⁵⁶¹ Diário do Governo, II série, nº236, de 8 de Outubro de 1937, em nova publicação rectificadora e BO, II Série, nº 5, de 4 de Fevereiro de 1939.

companhia. As modificações só terão lugar nos anos sessenta do século XX, com as modificações introduzidas pela legislação e pelas pressões da opinião pública, em Angola e no exterior.

A Companhia explorou a força do povo da Lunda. Os povos provinham dos municípios Kuilo, Kahungula, Lubale, Kwango e eram concentrados nos bairros, nos bairros indígenas. A vida desses trabalhadores não era uma boa vida, era trabalho escravo, eram considerados escravos. O trabalho era reforçado. A pessoa não podia cansar, se cansar era chicote.

Esse trabalho que a Companhia fez para explorar os diamantes para além da riqueza que explorou aqui o próprio povo não se beneficiou em nada. Como a historiadora pode ver aqui este é só um acampamento onde vivia a direcção da companhia de diamantes. A população não beneficiou de uma grande fábrica não se beneficiou de um objectivo de grande vulto. Nem um prédio. A Companhia de Diamantes vinha só explorar os diamantes e não beneficiou o povo nativo. A política da Companhia de Diamantes em relação aos trabalhadores mesmo na questão da alimentação o próprio trabalhador não se preocupava porque a própria companhia é que velava por essa situação. Ela explorava outra parte para poder alimentar os seus próprios trabalhadores. Mesmo a questão da saúde e não só. Houve alguns benefícios porque a população que trabalhava para a Diamang beneficiava da saúde. E nem só os trabalhadores a família também. Ali tinha uma pequena vantagem. Houve epidemias antigas: lepra, varíola, kitumba [bitacaia, pulex].

[A Companhia] construiu o Hospital sanatório de Sacavula para tratar as doenças infecto contagiosas principalmente tuberculose que agora está a voltar por causa da falta da comida apesar das coisas que o governo está a fazer⁵⁶².

Os problemas com a alimentação dos trabalhadores, bem como os altos índices de morbilidade e mortalidade passam resumidamente nos relatórios dos representantes em Angola e são tratados com maior detalhe na correspondência e relatos enviados para Bruxelas⁵⁶³. A legislação prevê inspecção sanitária, tratamentos preventivos, como a obrigatoriedade das vacinas (anti-variólica e contra a febre tifóide), mas antes de 1930 não se pode falar de uma política de saúde pública aplicada pela companhia. Depois dessa data, a selecção torna-se mais rigorosa com a

⁵⁶² Soba Fortuna, entrevista em Dundo Lunda-Norte em 25 de Julho de 2003.

⁵⁶³ “Chez les indigènes, l’état sanitaire reste peu favorable. Les maladies le plus fréquemment constatées sont: le paludisme, les affections intestinales, les affections pulmonaires et une énorme quantité d’ulcères des membres inférieures, la plupart du type phagédémique à marche rapide. La sous – alimentation est la cause principale du manque de résistance des travailleurs”, SPE, Rapport de la Direction Technique de 1932, p.25.

aplicação do índice de Pignet⁵⁶⁴ e tenta-se solucionar o problema da alimentação com o aproveitamento dos víveres produzidos nas terras da companhia: “Ainda em relação à mão-de-obra indígena e com o intuito de facilitar à Companhia a aquisição dos víveres necessários para os seus trabalhadores, S. Ex.^a o Alto-comissário deu instruções telegráficas ao Governador da Lunda para pouco a pouco ir obrigando os quiocos a produzir géneros alimentícios”⁵⁶⁵. Esta determinação, consequência de negociações levadas a cabo pela companhia, mostra a importância que os víveres produzidos localmente tinham na alimentação dos trabalhadores. Estudos são levados a cabo pelos médicos da companhia⁵⁶⁶ para substituir, na dieta aprovada, alguns produtos por outros de origem local. O amendoim, *Arachis hypogaea* (*ginguba*) é fornecido e o milho transforma-se em cultura obrigatória depois dos anos quarenta.

⁵⁶⁴ O índice de Pignet calculava-se subtraindo da altura em centímetros a soma do peso em quilos e do perímetro torácico em centímetros. Essa fórmula permitiu a criação de uma escala que determinava o índice de robustez e logo a aptidão dos trabalhadores para o serviço. V. R. Mouchet e R. Van Nitsen, *La Main - D'Oeuvre Indigène*, pp.3,4. V. Tb. A. A. Almeida e Sousa, *O Índice de Pignet...*, *passim*.

⁵⁶⁵ Acta da 47^a Sessão do Conselho de Administração, 26 de Dezembro de 1923, Fundo SPE, cx 40. Note-se que o decreto nº 41 de 3 de Agosto de 1920, do governo Norton de Matos regulava o fornecimento de alimentação e sabão aos trabalhadores consignando no seu artigo 6º alínea d) que a dieta tinha que conter 700 gramas de fuba (farinha de mandioca), 300 gramas de feijão (podendo este ser substituído por 150 gramas de arroz ou 600 gramas de batata doce), 250 gramas de carne (podendo alternar 4 vezes por semana com 300 gramas de peixe), 50 gramas de azeite de palma e 30 gramas de sal, por dia. Considerada medida pesada pela Companhia foi negociado entre o representante da Companhia e o governador de Malanje, um “modus vivendi depois aprovado pelo Alto Comissário, em que a par da solução de outras questões importantes, se define também a forma da Companhia satisfazer, dentro dos limitados recursos locais, as pesadas disposições regulamentares relativas à alimentação e higiene dos indígenas empregados nas explorações mineiras, Relatório do Conselho de Administração relativo ao ano de 1922. O diploma legislativo nº 670, BO nº 50, 1ª série de 15 de Dezembro de 1927, publicado pelo Alto Comissário Vicente Ferreira altera as disposições do anterior diploma Norton de Matos. Ao não tabelar as quantidades dos diferentes elementos fixados na dieta, permite às Companhias privadas uma maior margem de manobra no que toca à alimentação dos trabalhadores.

⁵⁶⁶ Os estudos levados a cabo nas regiões mineiras do Congo Belga são conhecidos. Alguns médicos belgas visitam a Diamang. A ideia do papel do “médico industrial” cujo papel deve ser “sem abandonar o ideal fundamental da sua profissão, organizar um serviço no interesse da empresa que o emprega” e que portanto a sua actividade se deve pautar seguindo os eixos da higiene e profilaxia no trabalho e gestão económica”, cf. R. Mouchet e R van Nitsen, *la Main d'Oeuvre*, p. 203. O estudo aponta a constituição das rações alimentares regulamentadas desde 1930 e com a seguinte composição :

(Ração/dia)

Proteínas.....	100 gr.
Gorduras... ..	75 gr.
Hidratos de carbono.....	600 gr.
Legumes ou frutos frescos.....	150 gr.
Sal.....	15 gr.

Do trabalho ressalta ainda a grande liberdade do médico em compor as rações e a possibilidade de as ajustar ao gosto e hábitos alimentares dos ‘indígenas’ e a partir de uma composição base, estudam outras situações noutras regiões mineiras de África, V. Mouchet e Nitsen, *cit*, pp.223,235. A título de informação registamos que um dos autores deste trabalho visita a Diamang.

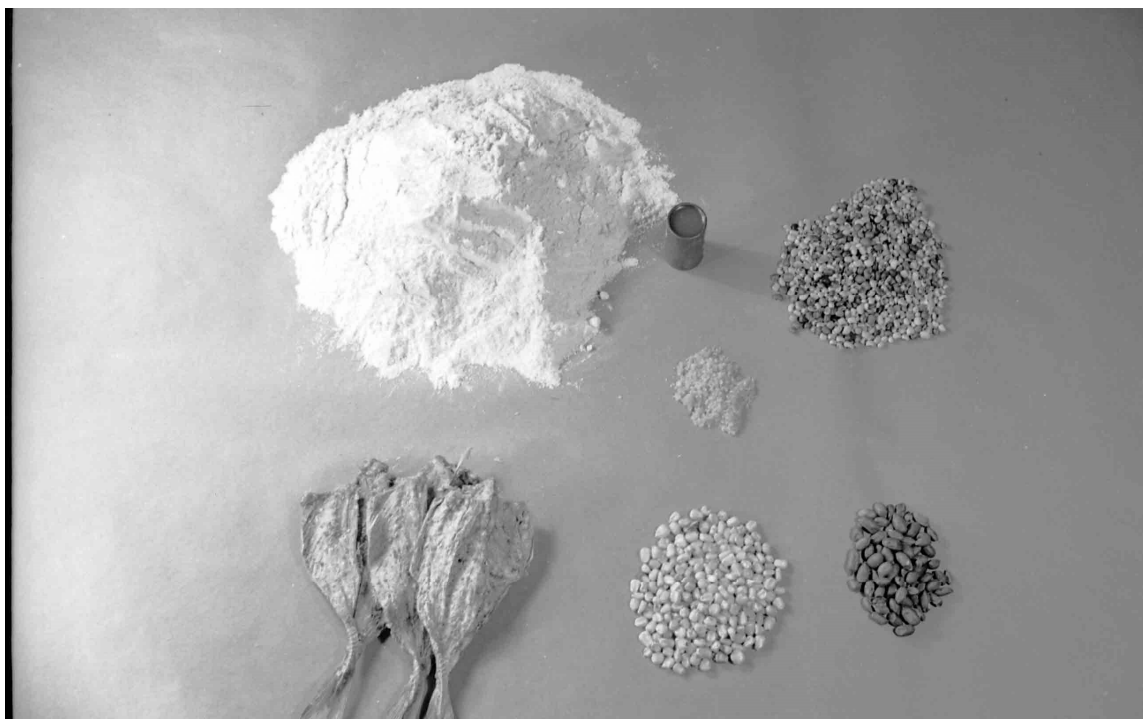


Figura nº12. Ração diária fornecida aos trabalhadores contratados. Fonte MNS, negativo 9131, 1949.

Cumpre referir que os estudos levados a cabo nas possessões mineiras do Congo Belga, especialmente no Katanga, são conhecidos pela DIAMANG. Os médicos e especialistas transitam entre os diferentes campos mineiros e o conhecimento está na base de uma maior preocupação da companhia no que diz respeito às questões alimentares, sendo possível dividir a actuação da Diamang em dois momentos muito distintos: um primeiro momento, que se prolonga pelos anos trinta do século XX e que tem a ver com uma gestão da mão-de-obra com o mínimo de investimento (deslocação a pé dos trabalhadores, alimentação monótona e pouco rica, inexistência de uma política de saúde), e outro que combina o preceituado na legislação com uma maior racionalização de recursos, o estudo sistemático e a procura de modelos noutras regiões mineiras vizinhas. Os médicos desempenharam um papel predominante na construção do “colonialismo científico”⁵⁶⁷, concentrando as suas atenções sobre a saúde do colonizador, mas também na luta contra as doenças

⁵⁶⁷ Ver Megan Vaughan, “Health and Hegemony: representation of Disease and the Creation of the Colonial Subject in Nyasaland” in Dagmar Engels e Schula Marks (dir.), *Contesting Colonial Hegemony* p.199. Ver também Nuno Porto, *Modos*, pp. 85. 107, 275.

endêmicas e epidêmicas. O combate à doença do sono vai ocupar muitos dos especialistas ao serviço da companhia e engrossará a retórica em torno do pioneirismo e do carácter sistemático e aplicado da ciência.

Em relação ao alojamento, não se pode falar de planificação propriamente dita. Enquanto no Dundo eram visíveis os esforços de apropriação do espaço, de maneira a proteger a população branca e a oferecer uma imagem da ‘colonização científica’ da Companhia⁵⁶⁸, quando se tornava economicamente urgente abrir uma mina, as instalações eram construídas com matérias locais, muitas vezes recolhidas pelas mulheres dos contratados. A mão-de-obra barata e disponível tornava possível a sua substituição frequente, para evitar as pragas. A construção de casas com matérias de carácter definitivo só se tornou prática depois de 1949, apesar de regulamentada pela portaria 5921, de 1947⁵⁶⁹. Às diferentes pressões dos governadores gerais e dos governadores de Malanje, a companhia reage com um discurso elaborado sobre critérios de autoridade (os sinais de autoridade de que fala Pierre Bourdieu⁵⁷⁰), que advinham do seu tão proclamado conhecimento dos hábitos de construção locais, das preferências dos trabalhadores. Uma medida tomada pela companhia, a instituição da festa da melhor aldeia (vide figura nº12), não assenta na mesma perspectiva da “aldeia museu”⁵⁷¹, criada como continuação do museu do Dundo, ou seja, na conservação de determinadas características das aldeias locais, mas sim na apropriação e conservação de aldeias construídas, ou melhoradas pela DIAMANG, através da SPAMOI⁵⁷² que, criando uma certa emulação e despertando brios dos chefes das aldeias, também contribuiu para diminuir os custos da companhia⁵⁷³:

Em 1947, também vigorou o prémio para estimular o aperfeiçoamento das casas e das aldeias; assim o júri constituído pelos três maiores sobas da região, premiou a aldeia do sobeta Sapoco, pertencente ao sobado do soba Saquemba, de Maludi. O boi entregue foi recebido com aplausos. Como distintivo honroso colocou-se na aldeia um

⁵⁶⁸ As fotografias e suas legendas são indicadores preciosos desse discurso, Arquivo Fotográfico da Diamang, Fundo do Museu Nogueira da Silva, Dossier Urbanização e Saneamento, negativo 8556, 1949.

⁵⁶⁹ BO, nº 22, 1ª série

⁵⁷⁰ Bourdieu, *O Que Falar...*, p. 54

⁵⁷¹ Desenvolvimento em Nuno Porto, *Modos*, pp.363 e seguintes.

⁵⁷² SPAMOI-“Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena”, organizado em 1936 e “cuja acção exercida sob diversas formas, no sentido de melhorar as condições de vida dos indígenas em geral”, diz-se no Relatório do Conselho de Administração relativo ao ano de 1936, p. 11.

⁵⁷³ Fundo SPE, SPAMOI, Doc. Diversa. Arquivo Fotográfico, Fundo MNS, negativo 8925, 1949, “O soba da Aldeia premiada”.

mastro encimado com um boi cortado em chapa. Simultaneamente fez-se a entrega de três porcos aos moradores das três casas premiadas, por se ter verificado que foram as construídas com maior perfeição.⁵⁷⁴



Figura nº 13. Festa da Melhor aldeia. Fonte, MNS, negativo nº 9677, Setembro de 1950.

Ainda assim, Gilberto Freyre afirma: “No Dundo, o problema da habitação para o trabalhador indígena não é problema ecológica e economicamente resolvido; nem sequer considerado a sério”⁵⁷⁵. O sociólogo brasileiro, a cuja obra foi tratada noutros pontos deste trabalho, é rigoroso na análise dos problemas dos trabalhadores da DIAMANG⁵⁷⁶.

A política de fixação das populações, prevista pela Companhia, é um processo lento, explicado pelas condições de trabalho, falta de incentivos, mesmo salariais, o trabalho das minas considerado violento e muitas vezes tentado como forma de punição. Vale lembrar que, depois da revolta de 1940, sucessivas levas de prisioneiros Cuvale são

⁵⁷⁴ Relatório da Direcção Geral referente ao ano de 1947.

⁵⁷⁵ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, p. 354.

⁵⁷⁶ Ver sobre as visitas à DIAMANG, Nuno Porto, *Modos*, p. 389.

enviados para as minas⁵⁷⁷ e muitos outros para aí vão, quando capturados pelas autoridades administrativas por falta de pagamento dos impostos. A originalidade e as condições únicas dos regulamentos e dos sucessivos contratos entre a empresa e o estado colonial permitem o suprimento de mão-de-obra nos contingentes necessários.

Em Angola a exploração de diamantes tem-se mantido há mais de duas dezenas de anos dentro de um programa, cujas linhas fundamentais se fixaram por contrato em 1921: -aumento contínuo de produção; auxílio cada vez maior à vida financeira e económica da província; melhoria constante das condições de vida dos trabalhadores indígenas.⁵⁷⁸

Mecanismos de pressão conduziram ao processo de assalariamento que foi, para a região, muito tardio. Não é possível perceber a história do trabalho sem ter em conta os mecanismos de recrutamento ensaiados e o respaldo que a companhia sempre colheu das autoridades administrativas, por sua vez exercendo todo o tipo de pressão sobre as autoridades tradicionais. A DIAMANG tornou-se num dos maiores empregadores de Angola e isso a foi obrigando a tomar medidas respeitantes a higiene e saúde dos trabalhadores, tornando-se esta política num dos aspectos que conferiu, ao longo dos anos, maior visibilidade ao trabalho da empresa.

⁵⁷⁷ Ver circulares 5 de 17/1/41, de 16/12 de 41; Telegrama de 17/12/41, do Dundo para Luanda (recebidas 100 famílias mucubais. Não desejamos mais (sic); Relação dos indígenas mucubais chegados ao Dundo, 23/2/42, Fundo SPE, Diversos, Mão-de-obra Indígena, Dossier 1941/1942. “A guerra de 1940-41, que é a última e a definitiva destas diligências, utilizou cerca de mil soldados... Durou 5 meses, comportou execuções em massa e atrocidades contra prisioneiros... Fez mais de 3500 prisioneiros que depois remeteu às Ilhas de S. Tomé e do Príncipe, à Lunda, onde trabalharam para a Diamang...”, Ruy Duarte de Carvalho, *Aviso...*, p. 22.

⁵⁷⁸ Norton de Matos, *Memórias*, Vol. III, p. 216, 217.

2.6.A fotografia e o discurso

A história da fotografia e a sua relação com o colonialismo português nasce para esta região durante a viagem do explorador Henrique de Carvalho, efectuada entre 1884-1887. Esta viagem realiza-se no limite cronológico entre uma política de exploração dos territórios africanos e a sua ocupação efectiva e tem como resultado a publicação de detalhados relatos da viagem, em quatro volumes, com o nome genérico de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, publicados em Lisboa, entre 1890 e 1894, de uma história *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, publicada em 1890, um manual para aprendizagem de *urund*, *Methodo Pratico para fallar a lingua da Lunda*, também publicado em 1890, todos da autoria de Henrique Augusto Dias de Carvalho⁵⁷⁹ e já amplamente referidos neste trabalho. Do material da viagem e por publicar destaca-se o Álbum de Fotografias da Expedição portuguesa ao Muatiânvua, da autoria de Manuel Sertório de Aguiar⁵⁸⁰, as fotografias e de Henrique de Carvalho, as legendas⁵⁸¹.

⁵⁷⁹ De Henrique de Carvalho, e resultantes desta viagem são ainda “Expedição ao Muata Yanvo”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 5 (8): 476-492, 1885; *O Lubuco, Algumas observações sobre o livro do Sr. Latrobe Bateman intitulado The First Ascent of The Kasai*, Lisboa, 1889; *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua, domínios da soberania de Portugal*, Lisboa, 1890; *Meteorologia, climatologia e colonização. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos beneméritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros. Modo pratico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*, Lisboa, 1892; *O Jagado de Cassange na Província de Angola, Memória*, Lisboa, 1892.

⁵⁸⁰ Manuel Sertório de Almeida Aguiar Tenente do exército da África Ocidental, Chefe do Conselho de Massangano, acompanhou Henrique de Carvalho, na qualidade de Ajudante na Expedição à Lunda. Foi o autor das Fotografias, dos croquis das Estações Civilizadoras. Ver Henrique de Carvalho, *Expedição*, vol. I, pp.17 e 18. Ver também AHU, Sertório de Aguiar, caderneta Militar, Sala 12, Processo Muatianvo.

⁵⁸¹ Embora continuemos a estudar o problema podemos desde já afirmar que a caligrafia não é de Henrique de Carvalho, por comparação com os seus diários manuscritos, e porque ele próprio afirma que contratou dois funcionários para o ajudarem no trabalho, AHU, Processo Muatiânvua, sala 12, proc. N°1092. Cada legenda é assinada pelo punho de Henrique de Carvalho.

Constituído inicialmente por noventa e cinco estampas⁵⁸², o álbum estudado para este trabalho é feito com fotografias e legendas que se apresentam como um todo, à primeira vista desordenado, uma vez que uma coerência temática, cronológica e histórica é difícil de ser estabelecida, olhando a maneira com estão arrumadas as actuais noventa e uma estampas e, no entanto, uma leitura atenta das legendas parece estabelecer uma nova história da viagem, incompleta, mas condensada, resumida e de consulta fácil.

Topograficamente organizado de uma forma cuja coerência não se lê de imediato, o álbum completa-se na ligação entre fotografia e legenda, fornecendo, no conjunto, uma outra descrição da viagem, de cuja verdade se ocupa a fotografia. Cada legenda conta a fotografia com a atenção do detalhe e tenta, a par da descrição, devolver as emoções por detrás do momento fixado. Introduce-se o espaço, os da cartografia e os outros de que “a Expedição” vai tomar posse, explicando-os aos não iniciados. A fotografia institui-se como um outro discurso sobre a região detendo-se sobre as marcas do território e sobre as figuras que ilustram as situações da proclamação histórica ou da informação etnográfica.

Noutras viagens anteriores à região, levou-se material fotográfico e alguns dos seus membros tiveram, nos países de origem, uma iniciação à fotografia. Foi o caso da expedição, ordenada pela Sociedade Alemã de Investigação da África Equatorial, em 1875-1876, a viagem de Antonin Lux e Paul Pogge, que incluía um fotógrafo e material de fotografia. No entanto, o fotógrafo regressou de Luanda para a Alemanha

⁵⁸²Barros Machado, biólogo, antigo investigador da Diamang e já citado neste trabalho, examinou o álbum em 28-10-89 e constatou que faltavam as estampas 37, 48, 66 e 83. Este estudioso elaborou, na altura, um relatório manuscrito dando conta de tal facto e admitindo que as fotografias já deviam faltar quando o álbum foi trazido de Angola, pelo Administrador Noronha Feio, uma vez que as cópias feitas nessa altura (actualmente na Universidade de Coimbra) coincidem com os originais que estão na caixa especialmente feita para os guardar. Um estudo comparativo foi levado a cabo, durante a preparação deste trabalho com os outros álbuns já referenciados (V. Heintze, “Em Busca de um Camaleão”, tradução portuguesa no prelo) e com um outro recentemente “descoberto”- *Album do Ateneu Comercial do Porto*. A arrumação das fotografias, a sua repetição com outras legendas, o aproveitamento parcial de algumas, impede que se estabeleça, com segurança, quais as fotografias que faltam no álbum agora referido. Continua a fazer-se um trabalho de pesquisa com vista à publicação deste álbum, ou de qualquer dos exemplares conhecidos para que se recupere a coerência da publicação como um todo.

e o material ficou em Luanda. A expedição alemã, chefiada por Hermann Wissmann e que se encontrou com Henrique de Carvalho⁵⁸³, também incluía um fotógrafo. Tratou-se do fotógrafo tenente Franz Muller. Roberto Ivens, que efectuou várias viagens na companhia de Hermenegildo Capelo, fez um curso intensivo de fotografia em Lisboa, antes de partir para Angola. Nas publicações posteriores às viagens, profusamente ilustradas, são sempre referidas as gravuras elaboradas “a partir de fotografias” e muitas vezes os nomes dos autores⁵⁸⁴, por contraste com as que são elaboradas a partir de “um croquis”⁵⁸⁵, ou ainda as que não referem as condições de origem. O material original nunca foi encontrado, o que torna, ainda hoje, difícil saber a história da fotografia nestas viagens específicas. Da fotografia se esperava na época a resolução de todos os casos obliterados pela palavra, enfim a produção do “efeito de real”⁵⁸⁶ para lá das figuras de retórica e dos tropos comuns à palavra escrita.

A palavra é certamente a arte por excelência, a arte ubíqua. Há nos livros dos exploradores africanos uma infinidade de descrições primorosas que fixam, com grande força comunicativa, a ideia, a noção, a verdade objectiva directamente colhida. O desenho transmite, corporizada a impressão imediata do viajante. Completa a descrição [...] Na descoberta e no aperfeiçoamento dos processos fotográficos entra em grande parte, a necessidade do ideal—como todos os ideais—nunca atingido e sempre procurado— da reprodução extreme, da cópia impessoal [...] Os olhos, o cérebro, a palavra tem como maquinismo fotográfico reprodutivo este vício — impõe-se à reprodução, juntam-se modificando forçosamente o objecto reproduzido [...]Substituir este meio[...] por outro perfeitamente passivo que fixe e represente o que viu não como viu mas como é [...] Eis a razão e ao mesmo tempo a finalidade positiva dos processos fotográficos”.

⁵⁸³ Trocaram correspondência “carta do tenente Wissmann, chefe da expedição alemã, para o major Henrique de Carvalho, datada de “Ndalla Kinguangue, 30-7-84, AHNA, Papéis avulsos, publicado em *Arquivos de Angola*, 2ª série, vol. II, P. 269.

⁵⁸⁴ Vide p. ex. Capello e Ivens, *De Benguela*, vol. I, p.64: “Vendedoras de Carvão, Fot. De Monteiro”. Segundo Jill Dias trata-se “possivelmente de Joaquim João Monteiro, um engenheiro de minas anglo-português que viajou amplamente por toda a região litoral entre as décadas de 1850 e 1870, e autor de *Angola e o Rio Congo [1875]*”, Jill Dias, “Fontes Fotográficas para a História de África de Expressão Portuguesa”. p. 9. Serpa Pinto refere-se-lhe como “o farmacêutico Monteiro”, V. Serpa Pinto, *Como Eu Atravessei a África*, vol. I, p.66.

⁵⁸⁵ Ver p. ex. H. Capello e R. Ivens, *De Angola à Contracosta*, vol II, Ed. Europa América., na p.53 “um Mu-ique, segundo fotografia” e na p. 50 “Mulher Mu-Ieque, tirado de um Croquis”.

⁵⁸⁶ Barthes, “O Efeito de Real” in AAVV, *Literatura e Realidade*, pp.87 e seguintes.

Esta introdução de Luciano Cordeiro, membro fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa e seu secretário⁵⁸⁷, à época da realização da expedição à Mussumba, ao álbum de Cunha Moraes⁵⁸⁸, resume de certa maneira a crença generalizada, naquela época, da importância da fotografia na realização destas viagens. No caso concreto da ida ao império do Muatiânvua, o número de fotografias, a sua importância e a sua distribuição topográfica por todos os trabalhos da expedição atesta que essa ideia se generalizara. Importa ainda assinalar que, juntamente com as fotografias, Sertório de Aguiar forneceu algumas indicações preciosas sobre o problema do transporte, da resistência dos africanos ao acto de serem fotografados, bem como indicações sobre deterioração dos materiais expostos ao calor excessivo e à humidade, pistas essenciais para considerar esta expedição decididamente fora do campo das viagens de aventura.

A já referida viagem de Henrique de Carvalho e outra que a antecede, conhecida como “Expedição alemã ao Loango (1873-1876)”, sob a direcção de Paul Güssfeld, que integrou o médico e zoólogo Julius Falkenstein⁵⁸⁹, são as únicas, das várias que integraram fotógrafos, que publicaram os resultados sob a forma de álbuns. De uma das viagens, realizada entre 1878 e 1882, conduzida pelo médico alemão Max Buchner⁵⁹⁰ sob os auspícios da *Africanische Gesellschaft in Deutschland*, resultará aquela que, até hoje, é considerada a primeira fotografia da Lunda, datada de 1880 e publicada com a seguinte legenda: “Die Lukokessa nebst Dienerin und Neften (a

⁵⁸⁷ V. Maria Manuela Cantinho Pereira, *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, p.124.

⁵⁸⁸ Luciano Cordeiro, “Introdução” in *África Ocidental, Álbum Fotográfico e Descritivo de Cunha Moraes 1885-1888* Ver sobre este assunto Jill Dias, “Fontes fotográficas” pp.67-82.

⁵⁸⁹ Julius Falkenstein, médico e zoólogo foi também o fotógrafo da expedição. Atribuiu à fotografia um papel fundamental na obtenção de conhecimentos antropológicos, privilegiando os aspectos físicos dos fotografados. A ele devemos muitas informações sobre o método de fotografar no interior de África, sobre as técnicas de revelação e algumas orientações para conservar (empacotar) os negativos. As fotografias de Falkenstein foram publicadas em dois álbuns em 1876 e os negativos e positivos originais encontram-se nos Museus de Etnografia de Berlim e Leipzig. V. Sobre este assunto Heintze, *Etnographische Aneignungen: Deutsche Forschungsreisende in Angola*, especialmente pp.206-209. Tradução portuguesa no prelo.

⁵⁹⁰ Max Buchner, biografia e textos em Heintze, Idem, pp. 170-177. Max Buchner esteve em Angola entre 1872 e 1882. Em 11 de Dezembro de 1879 esteve na então Musumb (Mussumba) que descreve detalhadamente em *Das Reich des Muatiamvo und Seine Nacharländer*, *Deutsche Geographische Blätter* 6, 1883. Sobre este assunto ver Heintze, *Ethnographische*, p. 127, 129 e passim.

Lukokessa (Rukonkish) junto a suas criadas e sobrinhos)”⁵⁹¹. Também a Max Buchner se deve a informação de que no interior de Angola: “a fotografia tornou-se moda e será, muito provavelmente, exigida, no futuro, a cada branco”⁵⁹².

Uma carta do Soba Cuigana Mogongo, dirigida a Sertório de Aguiar, em 29 de Agosto de 1884, quando começava a expedição de Henrique de Carvalho, parece confirmar esta vontade de ser fotografado:

Ill.mo sr. Tenente — Em primeiro desculpa sem saber o honrado nome de V.S^a e peço perdão a V. S.^a por parte de Deus Nosso Senhor, a confiança de lhe dirigir semelhante esta; e como minha necessidade tão me exige por isso humildemente dirijo-lhe esta carta; Estou informado de vários meus patrícios d’aqui, em como V. S.^a tem a Gulha de olhar para uma pessoa que está muito distante de 4 léguas e pode ser conduzido por um emzolo e por esse motivo quero ver também com meus olhos; e para o que no caso de ser assim, rogo a bondade comparecer nesta minha Banza, responsabilizo da jornada do meu senhor 50:000 que são duas vacas e um garrote que é o nosso dinheiro d’aqui — Deus guarde a V. S.^a Canbonbo, 29 de Agosto de 1884.-Soba Cuigana Mogongo⁵⁹³.

A carta integra um conjunto vasto de documentos enviados por Henrique de Carvalho para Lisboa e é explicada pelo chefe da expedição: “pede o homem ao meu ajudante para ir à sua residência com a máquina fotográfica tirar-lhe o retrato, responsabilizando-se pelas despesas da viagem”⁵⁹⁴.

As fotografias de Sertório de Aguiar foram objecto de organização em álbum, com a designação de *Album Photographico da Expedição*⁵⁹⁵, além de servirem de

⁵⁹¹ V. Heintze, *Die Konstruktion des Angolanischen «Eingeboren» durch die Fotografie*, p. 5 com uma reprodução da fotografia, p. 5 Abb.2. Na legenda da fotografia estão anotadas as sucessivas publicações.

⁵⁹² Os irmãos Machado, Custódio e Saturnino de Sousa, comerciantes estabelecidos em Malanje de forma definitiva em 1880 e com representantes junto da Musumb (Mussumba) encarregaram-se de informar os viajantes de que, no interior, as fotografias eram de certa forma esperadas. Os irmãos Machado, sendo Saturnino de Sousa Machado conhecido por Muene Quiesso, passara mais de metade da sua vida no interior. Foram seus aviados João de Carvalho, António Lopes de Carvalho e José do Telhado. Nas suas propriedades de Quimbundu recebeu alguns dos exploradores que no século XIX visitaram a Lunda.”Ali faziam estação, se forneciam de novos suprimentos, obtinham carregadores e eram guiados de potentado em potentado por intérpretes de Machado”, Ver *Arquivos de Angola*, 2ª série vol. II, p.253, V. ainda Carvalho, *Descrição*, Vol I, pp.225, 227. Sobre os Irmãos Machado ver tb. Maria Emília Madeira Santos, *Nos Caminhos de África*, p. 32, nota 101, e p. 249. Ver também Heintze, *Pioneiros*, p. 230 e nota 3.

⁵⁹³ Ver Carvalho, *Descrição*, vol. I, p. 344. Ver também Beatrix Heintze, “A Lusofonia no Interior de África Central na Era Pré-Colonial”, *Caderno de Estudos Africanos* nº 7/8, p. 198. A autora transcreve o documento e trata-o no contexto da penetração da língua portuguesa no interior de Angola e do papel dos ambaquistas.

⁵⁹⁴ Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol. IV, pp. 344, 345.

⁵⁹⁵ Existem vários exemplares conhecidos do Álbum. Beatrix Heintze aponta 5 exemplares pertencentes respectivamente à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Sociedade de Geografia de Lisboa, à S.P.E., Sociedade portuguesa de Empreendimentos (antigo álbum da DIAMANG), ao AMNE (Arquivo do Ministério dos

base para a elaboração de gravuras, habilmente distribuídas pelos diferentes volumes resultantes dos trabalhos da expedição⁵⁹⁶. Acompanhar a sua presença e inclusão em obras posteriores às que resultam directamente da viagem, é fazer referência a um percurso tão longo como ambíguo. A primeira perda a registar é a marca de autor. O nome de Sertório de Aguiar raramente é associado às fotografias. Elas são frequentemente referenciadas como as fotografias da expedição e, se não explicitamente, pelo menos implicitamente, atribuídas a Henrique de Carvalho⁵⁹⁷. Tal percurso, quaisquer que sejam os limites de ambiguidade, um dos quais reside exactamente nesse problema de autoria, é muito importante para julgar o papel da fotografia neste tipo de expedições.

Diferentes tipos de fotografias iluminam as situações da viagem (grupos, indivíduos, situações, casas, edifícios, fazendas), completadas por legendas detalhadas:

No caso concreto da ida ao império do Muatiânvua, o número de fotografias, a sua importância e a sua distribuição topográfica por todos os trabalhos da expedição atesta que essa ideia se generalizara. Importa ainda assinalar que, juntamente com as fotografias, Sertório de Aguiar forneceu algumas indicações preciosas sobre o problema do transporte, da resistência dos africanos ao acto de serem fotografados, bem como indicações sobre deterioração dos materiais expostos ao calor excessivo e à humidade, pistas essenciais para considerar esta expedição decididamente fora do campo das viagens de aventura.

Negócios Estrangeiros de Portugal), ao Ateneu Comercial do Porto. Maria Emília Madeira Santos descobriu um outro exemplar pertencente ao Musée Royale de L'Afrique Central, Bruxelas.

⁵⁹⁶ No trabalho de Beatrix Heintze *Ethnohistorische Bildinterpretation im Kontext*, separata da revista *Tribus*, nº43, Staatliches Museum Für Völkerkunde, Stuttgart, 1994, p.95-112, a autora faz um levantamento das fotografias genericamente classificadas de "etnográficas" e aponta para abordagens verdadeiramente novas que o seu estudo em contexto permite. Alguns dos exemplos são retirados dos trabalhos de Sertório de Aguiar e comparadas as fotografias com as gravuras, estudadas as diferenças de legendas e o papel (encenação) de cada um dos elementos de composição e sua relação com os textos. Tradução para português, "Em busca de um camaleão, fotografia etnográfica e o seu contexto", não publicada e facultada pela autora.

⁵⁹⁷ Ver, por exemplo, Nuno Porto, *Modos de Objectivação da Dominação Colonial*, p. 155, atribui as fotografias da Expedição a Sesinando Marques.

Julgo ser do meu dever faser um pequeno relatorio á cerca do occorrido relativamente à photographia, demonstrando os prejuisos a que estão sujeitos a maioria dos ingredientes de que depende o processo humido em photographia; para que não se torne fastidiosa a leitura procurarei em poucas palavras expor o que nesta occasião se me offerece, sem procurar enfeitar a linguagem por ser sistema que desconheço [...] Não obstante os meos muitos afaseres procurei sempre photographar não só as estações como também os sobas e suas libatas [...] porem a maioria dos povos com quem tenho estado em contacto, sustentam um certo receio e uma oppinião muito desfavorável aos aparelhos photographicos e mesmo ao photógrapho considerando este como feiticeiro⁵⁹⁸.

No material da viagem apreciações como esta resultantes das conversas com os participantes na viagem alternam-se com a vontade de ser fotografado e com a maior ou menos familiarização dos habitantes das regiões atravessadas com a fotografia e os seus processos.

Além da fotografia, um conjunto de desenhos completam um espólio iconográfico de grande importância, a que por vezes se juntam ainda mapas, diagramas, croquis, e outras representações gráficas do espaço. Assegurada ficou a cobertura da viagem, reportagem, um dos aspectos da sua modernidade.

No aparato de provas que se organizam em torno da existência desta viagem, a gravura, tributária da fotografia e do desenho, instala-se no tecido do texto, como parte, e trabalha como categoria não despicienda à elaboração da "forma de sentido", testemunhando a favor do real representado na escrita. Para um estudo futuro de todo o espólio iconográfico, habilmente distribuído pelas obras desta viagem, é necessária

⁵⁹⁸ Sertório de Aguiar, Relatório dirigido ao chefe da Expedição a partir da Estação Costa e Silva e datado de 14 de Fevereiro de 1885, A.H.U. "Expedição ao Muata Ianvo", Secção Photographica, nº1, Cx. 1092. "Em 1846 o *Art Union Journal* recomendava que a máquina fotográfica fosse uma acompanhante indispensável em todas as expedições de exploração e defendia que tirando fotografias de objectos naturais impressionantes, o explorador poderia descrever e definir a sua rota com tal exatidão que diminuiria imensamente o perigo e o esforço aos que porventura seguissem o mesmo trajecto" Nicolas Monti, Catálogo da Exposição de Cunha Moraes, *Viagens em Angola, 1877-1897*, Introdução. O tempo decorrido entre essa data (1846) e a data da viagem de Henrique de Carvalho permitiu um grande apuro nos meios técnicos utilizados pela fotografia mas fez com que ficasse cada vez mais nítido o seu papel de linguagem híbrida, entre "realidade" e "representação"

uma observação criteriosa que siga os passos de obtenção e realização de todos os trabalhos. Uma grande unidade de significação fica assim estabelecida e logo indiciada pelas pequenas "iluminuras" que iniciam cada capítulo, para se dilatar no conjunto num cerimonial de mimetismo entre textos e sociedades representadas. Ao mesmo tempo, a escrita fornece informação adicional sobre o contexto da realização da fotografia, o que, não sendo de maneira nenhuma raro no século XIX, constitui, neste caso particular, praticamente a única fonte disponível para a recuperação de contextos, autores, materiais e, sobretudo, actores do processo fotografia nesta viagem.



Figura nº 14. Henrique de Carvalho e Xá Marimba. Fonte: Álbum da Expedição ao Multibanda, exemplar da Sociedade de Geografia⁵⁹⁹

A organização do *Álbum da Expedição* deixa de fora toda a informação respeitante ao processo técnico ligado à fotografia propriamente dita. Os detalhes relativos ao material, seus custos, máquinas utilizadas, podem ser encontrados

⁵⁹⁹ Devo a Manuela Cantinho esta reprodução, por se encontrar fora de consulta o Álbum da Diamang (propriedade da SPE). A legenda é a seguinte: “è o Yanvo Muatiânvia eleito acompanhado com o chefe da expedição. Veste um casaco com as mangas largas agaloadas, primeiro casaco que lhe deu a Expedição e na cabeça tem as suas miluínas [insígnias] de missanga,

dispersos nos diferentes volumes da *Descrição da Viagem* e também na enorme massa documental não publicada e que constitui, hoje, acervo do Arquivo Histórico Ultramarino.

Em relação ao autor das fotografias, Sertório de Aguiar, a preocupação com que é descrita e elogiada a sua colaboração como construtor das “Estações Civilizadoras”, de cujos croquis é também autor, e dos sucessivos “Acampamentos”, relega para um plano muito secundário as vezes que o seu trabalho como fotógrafo é referido.⁶⁰⁰ Numa das legendas, e quando se descreve uma ponte em Massangano, diz-se “que se estava construindo sob a direcção do chefe do concelho, depois ajudante da Expedição a quem se deve esta como todas as fotografias deste álbum”. Parece ser uma forma definitiva de arrumar uma referência, que depois se submerge na quantidade e variedade de trabalhos produzidos pela expedição e na vontade dos seus autores de levar a bom termo os fins a que se tinham proposto.

Começa por dar o exemplo o próprio fotógrafo, pois no relatório já referido valoriza o seu trabalho como director das construções, à medida que a Expedição progride e se vai apoderando de um espaço, até aí apenas significativo para os africanos e alguns europeus envolvidos com o comércio do interior. Sertório de Aguiar parece ter percebido, desde o início, que as suas fotografias se destinavam a atestar a verdade contida e descrita noutros trabalhos e, por isso, diz no relatório:

[...] Porém como é á gravura que todas as matrizes obtidas pela expedição se destinam, e não a positivos sobre papel sensível, por isso não duvido em as entregar no estado em que estão, certo que todas se achão nas condições exigidas para tal emprego[...]⁶⁰¹

A história e as circunstâncias da realização das fotografias aparecem referidas nos relatórios do Tenente Aguiar e revelam-se muito preciosas, na medida em que devolvem, com alguma minúcia, os processos utilizados e, completando as informações que faltam ao álbum, acrescenta conselhos para os materiais a utilizar em viagem, visto que as condições do clima, em particular o calor e a humidade,

⁶⁰⁰Em algumas legendas do Álbum (Est. 48, nº1; Est.54, nº1 e Est 61, nº1), na apresentação dos membros da expedição feita no primeiro volume da *Descrição*. A informação muda a partir do momento em que as fotografias passam a figurar como “Fotografias da Expedição”, vide, p. ex. *Ethnographia e História*, p.11, num claro processo de perda de autoria que anteriormente foi referido.

⁶⁰¹ A.H.U. Processo Muatiânvua, sala 12, Maço nº 1092 (Nmeração antiga)

quase impossibilitam o trabalho com “o colodium humido”⁶⁰². Os objectos das fotografias “os modelos” têm tendência a mexer-se muito o que torna muitas vezes impossível o trabalho.⁶⁰³

Dentro dos espaços movem-se os actores que, num momento particular da história, se juntaram para resolver as inúmeras situações que os imprevistos da viagem criaram.

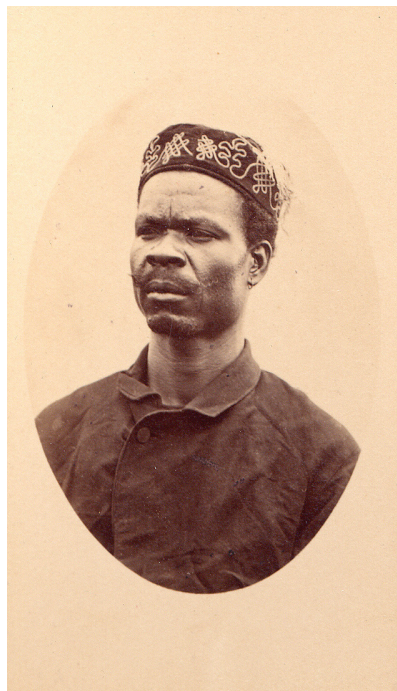


Figura nº 15. Francisco Domingos de Cassanje. Fonte, Álbum da Expedição à Mussumba do Muatiânvua, Exemplar da Sociedade de Geografia de Lisboa

Pelo seu carácter particular, a fotografia mobiliza discursos (o da história, o da etnografia, o literário, o da ciência) que, noutros trabalhos, os autores se esforçam por tratar separadamente.

A fotografia legendada: “como se pode suppor é uma audiência do Muatiânvua a qual tem lugar na sua Mussumba próximo da Estação Conde de Ficalho”⁶⁰⁴, estabelece as coordenadas dos espaços em diálogo, a Estação Civilizadora ,a

⁶⁰²Relatório de Sertório de Aguiar, *idem.*, p. 2

⁶⁰³ *Idem*, *ibidem*.

⁶⁰⁴ Publicada em Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol. III, p. 470.

Mussumba⁶⁰⁵ e um espaço neutro, lugar do teatro por excelência, onde a corte do Muata faz a sua entrada na viagem, espaços que obrigam a um particular investir para um mais fácil reconhecimento das suas aberturas semânticas. A fotografia aponta a verdade, a legenda explica e reconstrói a história de um momento acontecido.

O autor das legendas introduz os grandes temas que vão perseguir a viagem durante os quatro anos em que se realiza: as sociedades lunda e cokwe e os sistemas de relacionamento entre o litoral e o interior, com as suas dinâmicas e os parâmetros de transformação em curso, no fim do séc. XIX.

A viagem vai inventariando os espaços, com particular insistência naqueles que se relacionam com a presença portuguesa (cidades, fortalezas, pontes, igrejas), para provar, a um tempo, a antiguidade dessa presença e deplorar o estado de ruína em que se encontram algumas.

Com diferentes tipos de fotografias, como estes de que no temos vindo a ocupar acumulam-se os testemunhos a favor dos objectivos múltiplos da viagem, abrindo-se, para além da paisagem, à inclusão dos diferentes “Tipos” encontrados, seus distintivos étnicos e de classe e permitindo ainda o retrato, através da identificação de algumas pessoas com contribuição decisiva para o cumprimento da viagem. Trata-se de um conjunto de fotografias, elaborado antes da ocupação colonial, e de se obrigar a fotografia a responder aos critérios da antropologia física.⁶⁰⁶ Faz prova da entrada da fotografia num universo, até aí descrito pela documentação escrita e pela palavra dos informantes. Menciona-os e integra-os num determinado contexto cultural com nome, estatuto, história de vida, papel e importância na expedição:

É o António, natural do Golungo Alto que de lá veio em pequeno, como escravo para Luanda onde se empregava já em carretos na Alfândega já em serviço de machilas. Entrou no número dos 12 que se contrataram em Luanda para o serviço da expedição e que tinha sido criado do Chefe da mesma quando empregado nas Obras Públicas d’aquela cidade. Era o criado do chefe e nunca o deixou senão por motivo de doença [...] Veio a Lisboa com o chefe o que ele muito desejava. De farda inglesa e com o armamento do chefe foi como se fotografou.⁶⁰⁷

⁶⁰⁵ Aqui no sentido de lugar onde o Mwant Yav ou o seu representante reside e não como referência a qualquer das Musumb do Nkalan. (vide Glossário).

⁶⁰⁶ V. Heintze, “Representações Visuais” in *Actas*, p.212.

⁶⁰⁷ Álbum, p. 2, estampa 2, V. Heintze, *Pioneiros*, imagem X (reprodução a partir do Álbum do Ministério dos Negócios Estrangeiros, A.M.N.E, nº 32, 1. A partir das informações de Carvalho (fotografias, legendas e

O tratamento museográfico, feito pela Companhia de Diamantes a fotografias deste espólio e a um dos álbuns, permite o seu tratamento, neste capítulo, de forma desenvolvida. As fotografias do álbum são introduzidas no museu do Dundo e tratadas como objecto museográfico, guardadas numa caixa de madeira elaborada pelos artesãos ao serviço do Museu. A celebração, em 1943, no Dundo, do centenário do nascimento de Henrique de Carvalho, foi antecedida da *Campanha de Reconhecimento da Rota da expedição Portuguesa ao Muatânvua*, realizada em 1942. O reconhecimento da viagem, dos locais das “estações civilizadoras”, dos chefes visitados, encontra uma segunda vida na fotografia e na acção do museu. A instituição tinha recebido como oferta, em 1938, uma colecção de fotografias da expedição:

“Queremos encerrar estas notas mencionando a valiosa contribuição com que o nosso Administrador Delegado se dignou enriquecer o nosso museu, oferecendo-lhe uma raridade de grande interesse histórico: - uma colecção de fotografias tiradas pela expedição Henrique de Carvalho ao Muata-Ianvuo, com indicações no verso, assinadas pelo próprio chefe da expedição”⁶⁰⁸.

A secção de história do Museu que reúne documentos, cartas geográficas, quadros e fotografias referentes à história da Lunda e ao estabelecimento da DIAMANG. “Nas colecções fotográficas, assume particular importância o álbum fotográfico constituído pelo chefe da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, general Henrique de Carvalho”.⁶⁰⁹ De novo, a ausência do autor das fotografias se cola à história e ao percurso das mesmas.

publicações, cruzadas com informação dos exploradores alemães, Beatrix Heintze reconstitui as biografias de alguns dos africanos ligados a estas viagens no século XIX. V. Heintze, cit., especialmente II Parte, “Esboços Biográficos”.

⁶⁰⁸ Relatório Anual do Museu do Dundo, 1936, p. 4, Nuno Porto em *Angola*, cit, p. 15.

⁶⁰⁹ V. *Breve Notícia sobre o Museu do Dundo*, p. 10



Figura nº 16, Roberto filho de Benguela. Álbum da Expedição ao Muatiânvua, Exemplar da Sociedade de Geografia

2.7. Proclamação e discurso: tudo está bem no reino de “Plutus”⁶¹⁰

As fotografias falam.
Depoimento de Kaungula ⁶¹¹

A estrutura de uma fotografia não é uma estrutura isolada, ela relaciona-se com um conjunto, representa, tem apostado um texto que lhe dá um sentido, a cruza com um discurso histórico específico, alarga semanticamente o seu significado restrito para a situar num mundo, num sistema geral de formação e transformação de enunciados. Ao construir a sua própria história a DIAMANG não deixou de lado essa prova de que a sua exploração tinha sido científica e de que a sua existência fez sentido num quadro de desenvolvimento económico construído em favor das populações de Angola.

Os Fundos estudados para este trabalho estão alojados numa instituição museológica separada do contexto ou de qualquer relação de referência com a DIAMANG, a Casa Museu Nogueira da Silva, em Braga, Portugal e constituem um todo organizado segundo “nós temáticos”⁶¹², que visam dar notícia da evolução da DIAMANG ao longo de mais de cinquenta anos de existência⁶¹³. Por nós temáticos entendemos a organização das fotografias e a sua ligação à exploração do diamante, ao trabalho, à

⁶¹⁰ Personagem do livro de René Pelissier, *Explorar: Voyages en Angola et autres lieux incertains*, p. 9 “Plutus: l’empereur des Diamants”. Nuno Porto em *Modos* faz a relação entre a fotografia, a empresa e o museu e os seus visitantes. René Pelissier faz parte da lista dos visitantes. Vide Nuno Porto, *Modos*, especialmente capítulo 13, pp.387 e seguintes.

⁶¹¹ Kahungula, título político lunda. Um dos actuais Kaungula foi entrevistado em 2000 e 2003. Da última entrevista realizada em 23-7-2003, nos arredores do Dundo, Lunda Norte, recolhemos este depoimento. Ver Glossário.

⁶¹² Conceito operativo tomado de empréstimo à teoria da literatura e a Silvina Rodrigues Lopes, *A Inocência do Devir*, p. 7 e pasim.

⁶¹³ Ver sobre este assunto Jill Dias “Fontes Fotográficas... onde é sublinhada a importância do estudo das fotografias conservadas como conjuntos para o conhecimento histórico das Companhias Coloniais que operaram em África, especialmente em Angola e Moçambique.Cf, Fontes, p. 16.

saúde, alimentação, poder, actividade agrícola e pecuária produzindo a vários níveis uma continuidade e múltiplas conexões.

Assim, as fotografias fixam, aparentemente, um quotidiano que se estende a partir de um centro que o organiza e lhe estabelece coerências, o Dundo, a sede administrativa da companhia. Os diferentes conjuntos criam e estabelecem significados e conexões que se desenvolvem na harmonia do conjunto que uma só fotografia não podia resumir pois:

Uma fotografia da fábrica Krupp ou da AEG quase nada diz sobre estas instituições. A verdadeira realidade deslizou para a realidade funcional...

Trata-se pois de “construir algo”, algo “artificial”, algo “preparado”⁶¹⁴.

Tudo nestes arquivo nos fala de cuidado, preparação e organização. Não existem fotografias de acaso. A ideia de que o trabalho da DIAMANG tinha um carácter particular, meticoloso, científico, encena para o exterior a imagem da “grande instituição” e do seu enorme poder sobre os homens e o território. “A Lunda da DIAMANG é, por estes processos, mostrada como um conjunto articulado de realizações materiais: o trabalho, a habitação, a saúde, a educação e o lazer ancorados em objectos concretos e dotados dessa materialidade fotográfica”.⁶¹⁵

A lógica da cronologia não organiza os diferentes álbuns. Cada um deles remete para uma ordenação, que expõe as fotografias mais recentes e termina com as mais antigas, por vezes sem data e sem indicação do número do negativo. Surge assim a longa e detalhada história de uma companhia em imagens, a companhia que surgiu do nada (instância de legitimação invocada em permanência), permitindo assim que os povos, dos lugares ocupados, sejam apresentados como actores de um processo que lhes não pertence.

O facto de estarem organizados em álbuns autoriza uma leitura sobre a história da companhia e o modo como implantou e desenvolveu o seu modelo, próximo do das companhias mineiras suas vizinhas⁶¹⁶, um modelo de exploração colonial e “uma cultura colonial francamente indiferente a ilusões Luso-Tropicais, mesmo quando estas

⁶¹⁴ Diz Walter Benjamim, citando Bertold Brecht em *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, p. 133.

⁶¹⁵ Nuno Porto, *Modos*, p. 177.

⁶¹⁶ O modelo da Diamang é um modelo único de exploração, embora se reclame mimético das companhias mineiras do vizinho Congo Belga. Documentação vária e a título de exemplo Carta de Ernesto Vilhena a Norton de Matos em 20-3-1924 sobre a Forminière, MAUC, cx. 231.

são adoptadas pelo estado português”⁶¹⁷. Gilberto Freyre⁶¹⁸ visita a DIAMANG e o Dundo, em 1951 e, em *Aventura e Rotina*, afirma:

Tem-se aqui na verdade, um conforto profilático e quase clínico... Vida de indivíduos que para, não se deixarem contaminar por ambientes tropicais, vivessem como doentes ricos em hospitais e casas de saúde. Vida artificial. É o que mais sinto ao chegar ao Dundo, sob a iluminação festiva e ao mesmo tempo, clínica e policial, com que a sede da Companhia de Diamantes nos recebe.

Policial porque o Dundo vive – e precisa viver – em estado permanente de defesa, não só contra as doenças tropicais que possam fazer mal aos seus técnicos ou funcionários brancos, que vivem aqui com as suas famílias vida quase quimicamente pura, como contra possíveis ladrões de diamantes que pudessem aproveitar-se das sombras normais da noite, do escuro das noites tropicais, para investidas contra os cofres em que se guardam centenas e centenas de diamantes⁶¹⁹.

Esta publicação desencadeia, entre outras, uma crítica acerada do comandante Ernesto Vilhena, administrador delegado da companhia de Diamantes de Angola, no livro *Aventura e Rotina, Crítica de uma Crítica*, onde desvaloriza a importância do livro de Gilberto Freyre “está longe do Monumental Trabalho de *Casa Grande & Senzala*” e acusa o sociólogo brasileiro de não ter percebido os objectivos da companhia. Aponta, sobretudo, para o facto de que:

Freyre esquece, ou não chegou a perceber, que não se encontra numa simples vila ou lugar habitado de Angola, mas no centro de uma grande empresa industrial, amplíssima nos seus objectivos e na área em que presentemente actua (30.000 quilómetros); quase um terço de Portugal Continental com uma população de 80000 almas, verdadeira «torre de comando» e centro vital de uma organização em que trabalham 332 europeus (acompanhados por 417 mulheres e crianças) e cerca de 17000 indígenas, reunidos e organizados com vista a um objectivo bem determinado, que é o de extrair diamantes, em condições de boa administração e de economia, que permitam retribuir o capital investido no empreendimento⁶²⁰.

⁶¹⁷ A expressão é de Nuno Porto em *Angola a Preto e Branco, Fotografia e Ciência no Museu do Dundo 1940-1970*, p.2.

⁶¹⁸ O criador do conceito “Luso tropicalismo, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, Ver, entre outros, o seu trabalho *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Ver especialmente “Introdução a uma possível luso-tropicologia”; Ver. *Aventura e Rotina* de Gilberto Freyre, pp. 350, 351. Para uma discussão alargada da discussão sobre o conceito ver *Lusotopie, Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes Lusophones*, 1997, especialmente pp. 195-377. Ver ainda Cláudia Castelo, «O Modo Português de estar no Mundo», pp. 93-95.

Ver também Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Exercício de 1951.

⁶¹⁹ V. *Aventura e Rotina*, pp. 350, 351.

⁶²⁰ V. Ernesto Vilhena, *Aventura e Rotina, Crítica de uma Crítica*, p.18.

Para lá de todo este ruído, ficam as dezenas de fotografias feitas ao sociólogo brasileiro durante a sua permanência no Dundo, que atestam os mundos a que a DIAMANG lhe deu acesso. Na altura da viagem, as rotinas da companhia estão estabelecidas, o discurso triunfal perfeitamente estabelecido. Nada, nem ninguém, o podia alterar⁶²¹. As teorias e o guião de visita do sociólogo não interessavam à empresa.

O conjunto das fotografias da DIAMANG organiza-se para produzir, de maneira rentável, a forma como a companhia domestica um espaço e o ocupa, integra os trabalhadores e os fixa, desenvolve as suas operações e cresce, fechada no meio do império, protegida por uma moldura legal que, desde os anos vinte (1920)⁶²², a autoriza a marcar, modificar, transformar uma parte importante do território, então colónia de Angola, e, estabelecer com os governos da colónia, um protocolo de deveres e obrigações bilaterais.

Este arquivo, de características muito particulares, é constituído por várias centenas de positivos (preto e branco e cores) e negativos⁶²³. Agora separado, adivinha-se-lhe a filiação num corpus documental muito mais vasto, neste momento fisicamente repartido entre Lisboa e Coimbra, e praticamente impossível de reconstituir⁶²⁴. Lido assim, separadamente, o que se adivinha é a reconstrução da memória de uma companhia com o seu centro de gravidade: “O Dundo é um vasto campo experimental onde, desde há anos se estão semeando sonhos e colhendo realizações”⁶²⁵ e os seus pólos

⁶²¹ Ver *Aventura e Rotina*, p. 353, “ Noto que, no Dundo, há relutância em me mostrarem as casas de habitação reservadas aos trabalhadores indígenas. Em me informarem sobre o sistema de alimentação: até que ponto o desta redução como que jesuítica difere daquele a que se acham habituados os indígenas nas suas aldeias africanas.”

⁶²² Ver legislação sobre a concessão anteriormente referenciada e reunida no anexo nº

⁶²³ Os positivos e negativos cor são muito poucos e quase todos referentes a 1974

⁶²⁴ Há notícia de que só o Laboratório de Biologia possuía em 1974 uma fonoteca com 14000 documentos, entre positivos e negativos, cf. António Barros Machado, “Notícia Sumária sobre a Acção Cultural da Companhia de Diamantes de Angola” in Diamang, *Estudo do Património Cultural da Ex Companhia de Diamantes de Angola*, Coimbra, p.23. Ver história dos arquivos da DIAMANG no início deste trabalho.

⁶²⁵ Afirmação de Alexandre Folgado Queiroz que visita o Dundo em 1948. A frase mais tarde fixada num painel de azulejos ficaria como uma espécie de memorial da pequena cidade. Encontrado no anexo do Laboratório de Biologia do Dundo e fotografado em 2002. René Pelissier descreve o Dundo: Curieuse ville blanche, à dix-huit kilomètres du Congo des démocrates. Qu'est-ce que avait choqué l'illustre Brésillien qui vint porter la contradiction dans ce Vésinet enchassé dans les arbres? L'argile cuite avant tout, et cet air de paradis écrasé sur notre planète où l'on est réveillé par les tondeuses à gazon et des bruits de truelle des maçons africains qui s'obstinent à entasser brique sur brique como l'héritage belgo-anglo-américain et la rareté de la pierre le conseillent. Cette agglomération pavillonnaire, où les petits boys quioco circulent pieds nus sur le gravier des avenues sans commerçants et sans tapage, distille un perpétuel ronron colonial

(minas, estação de escolha, museu, casa do pessoal) e as suas periferias (aldeamentos, locais de habitação das populações locais e dos trabalhadores contratados). A importância e a significação deste centro e a forma como comunica com outros espaços, com os quais está relacionado, obedece a fórmulas rígidas, que estruturam a estratégia da companhia. Dela nos dá conta, na mesma época um enviado do Jornal *O Século*:

Na Lunda, no coração de África onde há milhões de diamantes que valem milhões de contos nasceu um mundo novo que tem por capital Dundo a cidade jardim onde toda a gente é alegre e feliz⁶²⁶.

Afastadas do ruído das fotografias sobre o Museu e o seu espólio, as imagens preservam e são a representação que a companhia criou para seu consumo próprio, legalização e sobrevivência e se projecta num imaginário que torna a então província de Angola tributária da Companhia: “em boa verdade toda a Colónia é accionista da Companhia. Todos beneficiam da sua existência”⁶²⁷

A legenda é uma escrita por cima da imagem que orienta a leitura, alarga semanticamente os campos de interpretação possíveis e funda a sua eficácia na criação de um imaginário relativo a um mundo ideal, trabalho da companhia.

“A fotografia é como uma citação, uma máxima ou um provérbio”, diz-nos Susan Sontag⁶²⁸ e aqui, com estas fotografias, uma história começa a ser contada a partir de um “centro vazio” – os lugares de fundação e da fixação dos primeiros acampamentos da companhia, rapidamente transformados em locais de culto e visita, que as imagens nos lembram.

Assim, podemos adivinhar o processo de ritualização que acompanha o “desenvolvimento”, o modo da construção de uma memória, através dos seus processos de territorialização: ocupar o vazio, domesticar a terra, introduzir as tecnologias, rentabilizar o trabalho. Uma parte importante deste “ciclo do Diamante” fica fora da imagem, como seja o seu percurso após a saída da área demarcada da DIAMANG e a

flamand, *Explorar, Voyages en Angola et autres lieux Incertains*, p.235. Construído entre a ironia e o livro de viagens, este texto aborda fotograficamente o que seria a vida nos domínios da DIAMANG nos finais dos anos sessenta do século XX.

⁶²⁶ *O Século*, de 19 de Maio de 1948.

⁶²⁷ Relatório do Conselho de Administração, relativo ao Exercício de 1948, p.9

⁶²⁸ Susan Sontag, *O Sofrimento dos Outros*, p.29

sua integração no mercado mundial⁶²⁹. No entanto, informações detalhadas reconstituem o quotidiano da vida nas minas, assistência social e religiosa, assistência médica, comunicações, actividade agrícola e pecuária, estradas, divertimento e lazer⁶³⁰. A análise destas fotografias permite avaliar os graus de manipulação introduzidos pela “Companhia” nas relações com os povos das regiões controladas. “Trabalhadores contratados”, “Trabalhadores exteriores”, “Indígenas”, “Evoluídos” “Assimilados (ver fig.16)⁶³¹” e “Pessoal branco e não branco”, são algumas das designações correspondentes a categorias, que vão, gradativamente, substituindo a valorização dos locais de origem, bem como dos comportamentos identitários dos actores deste processo.

⁶²⁹ Vale lembrar Hobsbawm “As ‘fronteiras naturais’ da Standard Oil, do Deutsche Bank ou da De Beers Diamond Corporation eram no fim do Universo, ou melhor, nos limites da sua capacidade de expansão”, in *A Era dos Extremos.*, p. 39, citando a sua obra anterior *The age of empire 1875-1914*, Londres, 1987, p.318 Tradução portuguesa *A Era do Império, 1875-1914*.

⁶³⁰ Jill Dias referindo-se especialmente à Companhia do Zambeze, chama a atenção para a categoria à parte que constituem os álbuns resultantes do “registo visual das actividades acumulado por grandes empresas coloniais. Esta especialista da História de África diz concretamente: “Praticamente nenhum aspecto da vida e do trabalho controlados por essas organizações foi esquecido, por mais chocante que fosse, como é demonstrado pela inclusão de uma fotografia de vítimas africanas da fome de 1901, cujos efeitos podem ter sido potenciados pela própria actividade agrícola nas empresas.”, “Fontes Fotográficas para a História de Expressão Portuguesa, 1870-1914”, p.16.

⁶³¹ A criação da categoria foi legislada e era prática em toda a colónia. Ver Glossário.



Figura nº17. Casamento de Assimilado na DIAMANG, Fonte: MNS, negativo 7979, 1948.

As fotografias anteriores, quase sempre⁶³², como vimos, resultantes do trabalho dos viajantes do século XIX, colaboram na “construção do nativo angolano”⁶³³, aplicando o modelo evolucionista para criar uma taxonomia dos diferentes tipos representados, cabendo à fotografia o papel de descrever a condição destes povos, suas culturas. A fotografia era uma descrição, o “lugar onde se suspende mas igualmente o espaço

⁶³² Cumpre ressaltar aqui o trabalho de fotógrafos europeus que abriram casas e começaram a trabalhar profissionalmente em Angola desde, pelo menos a década de sessenta do século XIX e as suas fotografias foram muitas vezes usadas para “ilustrar” as publicações dos viajantes. V. Jill Dias, *Fontes Fotográficas*, p. 1.

⁶³³ V. Beatrix Heintze, “Die Konstruktion dês angolanischen «Eingeboren» durch die Fotografie”, p. 3. Em vários outros trabalhos esta especialista apresenta e discute a questão, analisando os trabalhos dos viajantes alemães no século XIX em *Ethnographische Aneignungen*, passim, e debruçando-se sobre os viajantes portugueses que no mesmo século e às vezes nas mesmas datas, estiveram em Angola em “Em Busca de um Camaleão: Fotografia Etnográfica Antiga de Angola reportada ao Contexto”, tradução não publicada de “Ethnohistorische Bildinterpretation in Kontext”, *Tribus* 43:95-110, passim e “Representações Visuais como Fontes históricas e Etnográficas sobre Angola” In: *Actas do II Seminário Internacional, Construindo a História de Angola. As Fontes e a sua Interpretação*.

indispensável onde se põe em conserva e se armazena informação”⁶³⁴ destinada a ilustrar o ponto de vista do fotógrafo, tributário da inexistência de uma fronteira entre a antropologia física e cultural e a responder aos horizontes de expectativa da Europa e das instituições que financiavam as viagens.

As fotografias da Diamang mostram a forma como a companhia organizou a sua história, escolheu os actores e heróis do processo, construiu um mundo para seu próprio consumo e para proclamação para o exterior.



Figura nº18. Os trabalhadores antigos, a homenagear, dirigem-se à aldeia das figurações nativas precedidos dos sobas e dos caçadores. Fonte MNS, Negativo 9555, de 1950.

⁶³⁴ A Philip Hamon e à teoria da literatura se devem estes conceitos da Descrição. Ver Philippe Hamon, em “O que é uma descrição” in Maria Alzira Seixo (ed.) *Categorias da Narrativa*, p. 81.

Reorganiza uma doutrina da sua capacidade de integrar o moderno e o tradicional e as suas festas não dispensam a participação dos trabalhadores, e das autoridades tradicionais (os sobas da DIAMANG) e de todos os intervenientes num processo e excepção saído do nada.

Com este conjunto organizado pela companhia, ficam documentados os objectivos que são muito diferentes, as outras perspectivas sobre Angola e as exigências metodológicas do modelo que apontam para a mudança e para a construção de uma comunidade nova, a dos trabalhadores da DIAMANG.⁶³⁵

A Companhia de Diamantes tem que ser apreciada e julgada, não somente, nem especialmente, como uma simples empresa mineira, que extrai diamantes e os vende, em condições de proporcionar ao estado e aos accionistas dela participações e dividendos avultados. Esta empresa em consequência das muito particulares condições em que foi criada, e do que logo de início lhe foi pedido, do seu contacto directo com a colónia estrangeira e do seu relativo isolamento em relação ao resto da Província; do facto de lhe serem por isso, e por dispôr de grandes recursos, atribuídas certas missões e encargos que, naturalmente, competiam ao Estado; de haver iniciado e sucessivamente desenvolvido certos trabalhos de investigação científica que lhe deram fama mundial; de estar contribuindo para a missionação católica em toda a Província e, por vezes na Metrópole — evoluiu no sentido de ser mais uma «empresa de colonização» do que um simples empreendimento mineiro⁶³⁶.

Assim se expressa o Administrador Delegado, Ernesto de Vilhena em réplica ao livro de Cunha Leal, sobre a DIAMANG e está anexado à Acta da 54ª Reunião da Assembleia-geral, realizada em Lisboa, a 30 de Junho de 1959⁶³⁷. Tratando-se, embora, de um texto destinado a refutar um conjunto de acusações entre um accionista e o administrador delegado, toda a fundamentação da ideia da companhia como criadora do “bem comum” é ilustrada. A pesquisa e lavra de diamantes associaram a uma dinâmica do trabalho destinada a livrar o indígena, através de uma acção protectora, da sua

⁶³⁵ Ver sobre este assunto teoria e discussão em Benedict Anderson, *Imagined Communities*, p.6 ep.65.

⁶³⁶ Acta da 54ª Reunião da Assembleia Geral de 30 de Junho de 1959, p. 67.

⁶³⁷ O Livro de Cunha Leal em referência é *Coisas do Tempo Presente II, Novas Coisas da Companhia de Diamantes*, Lisboa, Edição do autor 1959 e a Acta da Assembleia Geral acima referida contém os Comentários do Administrador Delegado, Ernesto de Vilhena à publicação.

anterior vida pobre e desorganizada. Vilhena faz-se porta-voz dessa missão e encarrega-se de responder a todos os ataques que surgem contra a companhia. Todos os núcleos fotográficos escrevem a história e fixam para o futuro a transformação operada pela companhia no leste angolano.

Repetições dos núcleos temáticos apontam para rotinas que se estabelecem a partir de 1920 e só são alteradas nos anos sessenta do século XX, quando um maior esforço de mecanização é introduzido, devido a pressões do governo da então província de Angola e à discussão do problema na Organização Mundial do Trabalho⁶³⁸.

A aliança interior/exterior é aqui firmada pela fotografia, na medida em que aprisiona um espaço e o torna significativo para consumo interno da companhia mas, e sobretudo, para fazer eco para o exterior. A fotografia tem várias vidas, que se replicam nos territórios percorridos pelos relatórios da companhia (Luanda, Lisboa, Bruxelas) e nas diferentes publicações que circulam sobre a DIAMANG⁶³⁹.

Num trabalho de introdução a uma exposição sobre fotografias de e sobre a Lunda, realizada em Coimbra, entre Maio e Dezembro de 1999, *Angola a Preto e Branco, Fotografia e Ciência no Museu do Dundo, 1940-1970*, Nuno Porto esclarece os contextos de produção destas fotografias e o seu percurso, multiplicado em diferentes destinos, sublinhando, ao mesmo tempo, “a forma como as imagens fotográficas produzem conhecimento e têm efeitos de controlo e domesticação”⁶⁴⁰.

As fotografias, estudadas no âmbito do nosso trabalho, referem-se a um período cronológico mais antigo, acompanhando os trabalhos de instalação no terreno da companhia. Algumas rotinas estão estabelecidas desde os anos vinte do século XX⁶⁴¹ e acrescentam informação aos outros textos de fundação e legitimação da empresa.

⁶³⁸ A opinião pública da Província de Angola, manifesta-se através dos jornais contra os privilégios da companhia, Depois dos grandes encômios em, *Diário de Notícias* de 1934, *Diário da Manhã* de 1945, acrítica começaria nos anos cinquenta para subir de tom a partir de 1961, Ver *Jornal da Huila*, polémica até 1972. As fotografias e o textos publicados na *Província de Angola*, em 1964, foram usados em defesa dos interesses e do trabalho da Companhia.

⁶³⁹ Ver, por exemplo “Rapport de la Direction Technique” relativo a 1930 com fotografias relativas ao transporte dos “indígenas”, aos trabalhos nas minas, à criação de gado, aos mercados de mandioca, à vida cultural (falando quer na “exposição dos trabalhos indígenas, quer nos trabalhos artísticos de Redinha) e desportiva (o campeonato de ténis entre os trabalhadores brancos da Companhia e os jogadores da Forminière, disputa da taça Ernest Oppenheimer, ganha pela DIAMANG), pp 44, 53, 77 e 79.

⁶⁴⁰ Cf. Nuno Porto citado por Nélida Dias “Museografia de uma pesquisa em curso” in *Angola a Preto e Branco*, p. XII.

⁶⁴¹ As fotografias mais antigas existentes no Arquivo do Museu Nogueira da Silva (MNS) datam de 1924.

Resolvem a diferença entre criação e conhecimento dando notícia de uma comunidade nova primeiro imaginada e depois criada⁶⁴²

A situação configura uma relação antiga entre fotografia e discurso manipulado pela companhia, muito antes do fotógrafo ser aceite como tal nos quadros da empresa⁶⁴³, continua fora do processo a fotografia de autor e destina-se a provar o desenvolvimento da ocupação científica da região, escrupulosamente controlado pela companhia a ponto de cada trabalhador contratado em Portugal ter de assinar em anexo ao contrato a sua concordância em não ser portador de máquina fotográfica sob pena de lhe ser “aplicada a sanção da alínea e) do art. 15º do contrato em vigor⁶⁴⁴. O desenvolvimento científico, exemplar e único, é desde cedo reclamado pelo discurso da DIAMANG e a relação com a imprensa usada como meio de se fazer sentir e ouvir o seu trabalho e a sua meticulosa progressão no terreno. Desta linguagem, apropriada pela empresa, faz parte a fotografia. A escrita institui-se como âncora fundamental para provar a extensão do domínio (relatórios, mapas, números, diagramas) e a fotografia dá testemunho, seguindo a política de ocupação: vias de comunicação, mão-de-obra, alimentação, alojamento, condições sanitárias, tudo se completa para provar o “espaço novo”⁶⁴⁵.

A relação entre o colonialismo português e a fotografia é, no caso de Angola, antiga e enquadra-se numa cronologia de ocupação e encadeamento de tipologia diferente, solicitando uma análise particular que tenha em conta o conjunto de enunciados que postula. Exemplo destas afirmações (um entre muitos) é o livro de J. Pereira do Nascimento e Alexandre de Matos, *A colonização de Angola*, publicada em 1912 e que proclama logo na capa “Edição ilustrada com photogravuras”, congregando habilmente todo um edifício teórico e crítico sobre colonização com fotografias, quase todas da casa J.H. Ferreira, Fotografia Lisbonense, Loanda⁶⁴⁶. Trata-se de um programa com algumas ideias sobre colonização com a proposta de diminuição do

⁶⁴² Benedict Anderson, cit, p. 65.

⁶⁴³ Ver sobre este assunto Nuno Porto, *Modos*, pp. 156, 157.

⁶⁴⁴ SPE, cx. 17, Correspondência particular.

⁶⁴⁵ Conceito em Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, p. 249.

⁶⁴⁶ V. sobre estas casas fotográficas existentes em Luanda, Jill Dias, *Fontes*, p. 2.

esforço militar e sua substituição pelo desenvolvimento agrícola única forma de realmente ocupar o território⁶⁴⁷.

O nascimento do discurso positivo e sua proclamação pública, com o recurso à fotografia não como ilustração, mas como pilar e ferramenta essencial do edifício colonial, pode associar-se à publicação *Companhia de Diamantes de Angola, notícia sucinta sobre a sua constituição, concessões obtidas e trabalhos realizados*, da autoria de Leite de Castro e publicado em 1929. As fotografias existentes são anteriores (1924) e atestam um sem número de operações fundadoras da Companhia, mais tarde reclamadas na sua memória de companhia exemplar e construtora de um mundo perfeito no leste de Angola.

As diferentes faces da fotografia e os modos de circulação que possibilita são rentabilizados para criar uma imagem de empreendimento científico, usada à saciedade, para consumo próprio e do exterior.

O que, para já, interessa nestas fotografias é aquilo que elas não mostram mas que, em última instância, as engendrou. Interessa inventariar instâncias a que a fotografia, enquanto objecto, conduz, mas que enquanto imagens, não contém⁶⁴⁸.

Assim e o arquivo estudado prova que, por vezes, o que é fundamental não é a construção de uma imagem acabada, mas o modo como se estabelecem as ligações entre os diferentes textos que contam as instâncias onde as coisas se agrupam, compõem em relação umas com as outras.

A produção do discurso lógico desencadeia-se depois de formulada a primeira premissa “a companhia saiu do nada”.

“Em 1912, a região diamantífera da Lunda encontrava-se, ainda no seu estado primitivo: extensas planícies áridas, quasi completamente despovoadas, sem recursos de espécie alguma. Mesmo em 1917, já depois das primeiras pesquisas levadas a efeito por PEMA, a região não apresentava, ainda, quaisquer de exploração económica. A absoluta falta de vias de comunicação tornou, sobretudo, particularmente difíceis as primeiras operações da companhia⁶⁴⁹”.

⁶⁴⁷ J. Pereira do Nascimento/ A. Alexandre de Mattos, *A Colonização de Angola*, especialmente “Ideias geraes sobre colonisação e fomento, p. 8 e seguintes.

⁶⁴⁸ Nuno Porto, *Angola*, pp. 7, 8.

⁶⁴⁹ Leite de Castro, cit., p.19

Os parâmetros do discurso eufórico jogam com todas as regras da legitimidade até à produção de uma nova normalidade. Desde as primeiras descobertas, a dialéctica interior/exterior proclama o sucesso, exclui as impossibilidades. Destinadas a provar a diferença, as fotografias fabricam, num mesmo movimento, poder sobre o território e sobre os homens. Numa primeira fase, assistimos à especialização da linguagem de e sobre os diamantes e contida nas legendas das fotografias, por exemplo “remoção de overburden por meio de um transportador mecânico, desmonte de cascalho/instalações mecânicas mais perfeitas onde actualmente se faz o tratamento do cascalho, interior de uma estação de escolha”. É a primeira associação da linguagem da ocupação colonial com a produção dos diamantes em Angola. A fotografia segue as vias de comunicação (cruciais para os planos de expansão da empresa e para a rentabilização dos processos de escoamento de produtos⁶⁵⁰), as condições de trabalho, alimentação, saúde. As dificuldades de recrutamento de trabalhadores provocam uma chamada de atenção dos responsáveis para o uso da propaganda e o subsequente aproveitamento de todas as vantagens:

A meu ver, o problema da mão-de-obra para as nossas explorações tem que ser resolvido por uma activa propaganda das vantagens que a Companhia oferece aos indígenas não só dentro do distrito mas, e sobretudo, fora dele, nos distritos do Moxico, Bié, Luchazes e Benguela, onde se encontra gente fisicamente bem constituída, de natureza relativamente progressiva, e a quem o trabalho não repugna, quando lhe proporciona vantagens apreciáveis. E, se os indígenas recrutados n'esses distritos forem acompanhados como já agora está sucedendo por mulheres e crianças tanto melhor”⁶⁵¹.

A fotografia vai ter um papel nesta criação de um mundo, o mundo organizado da Companhia de Diamantes e das regiões sobre as quais tinha alguma influência. Indígenas, habitações para indígenas, hospital indígena, compra de produtos indígenas passam a ser objecto captado pelas câmaras, numa progressiva integração no mundo do trabalho, regulamentado e sustentado pela companhia onde a “identidade étnica” é progressivamente substituída pela categoria “trabalhador da companhia”, compreendendo aí o “pessoal branco” e o “pessoal negro” e, ainda e progressivamente,

⁶⁵⁰ Ver discussão e propostas na correspondência entre administrador delegado e T.H. Dickinson, Diamang Consulting Engineer, Dundo, datada de Lisboa de Janeiro de 1926, M.U.C., Cx, 231.

⁶⁵¹ Idem, p. 10.

a adoção de categorias como assimilados, evoluídos. A fotografia acompanha as categorias administrativas na sua complexa evolução burocrática, com progressiva perda de nome e características de individualização⁶⁵². Acresce que um sentimento, de que é possível mostrar uma nova forma de exploração, está generalizado entre os primeiros responsáveis pela empresa, havendo mesmo quem defenda que todas as despesas feitas com a propaganda das vantagens da companhia poderiam ser largamente reprodutoras:

Interessante seria, por exemplo convidar alguns chefes indígenas dos distritos vizinhos a visitarem as nossas explorações, dando-lhes presentes e prometendo retribuições especiais de harmonia com os resultados obtidos pelo nosso recrutamento nas áreas em que eles tenham influência⁶⁵³.

Tais procedimentos passaram a ser prática da Companhia num esforço para consolidar uma aliança interior exterior celebrada pela troca de presentes entre o administrador delegado e as autoridades tradicionais dos territórios vizinhos. Palavras, fotografias circulam num jogo de aproximação de intenções que a companhia leva a cabo, num movimento contínuo, para esbater qualquer tipo de desconfiança que ainda restasse. A companhia cria uma linguagem nova e proclama no seu discurso carregado de legitimidade os meios para espalhar a imagem acabada do seu novo mundo, organizado e limpo. Não importa se os símbolos possam não corresponder às crenças da região, e aos sistemas simbólicos que ligam indivíduos e natureza e associam árvores e poder. O que observamos é a circulação de várias linguagens que nem sempre se encontram mas que a companhia reporta importantes na multiplicidade de operações que leva a cabo para domesticar o território e as gentes.

Assim pode ler-se no Relatório do Museu relativo a Dezembro de 1950:

Visitou o museu o soba Satchisenga do Lóvua. Falou-nos do cedro que lhe foi oferecido pelo administrador delegado, no mês de Fevereiro de 1946. Informou que a planta se encontra bem desenvolvida e saudável e com uma altura segundo indicou de cerca de quatro metros. “Já dá sombra para nos sentarmos à volta dela”, observou. O cedro encontra-se plantado junto à casa do soba.

⁶⁵² V. Paul S. Landau, “Empires of the Visual: Photography and Colonial Administration in Africa”, p. 151

⁶⁵³ Leite de Castro, cit, p.12.

O soba Satchisenga disse-nos também que a sua vida tem decorrido agradavelmente. Tem a sua sanzala muito aumentada em casas e habitantes, incluindo nestes alguns entregues à sua autoridade pelo chefe administrativo do posto do Lóvua.

O soba e o seu cedro progridem.⁶⁵⁴

A história do cedro e do soba atravessam vários relatórios e reflectem a vida nova que a companhia decidiu construir no Dundo. Uma nova ordem das coisas que não depende do conhecimento das árvores que a tradição desde sempre inscreve como referência e articula junto ao exercício do poder e à ligação com os antepassados.

A circulação da linguagem, a troca de presentes, as fotografias mostram que segundo a companhia mundos estranhos podem ser reunidos com o objectivo de criar um novo tempo em que a linguagem dos símbolos passa a ser substituída por novos indicadores os do progresso e desenvolvimento (Vide figura nº18).



Figura nº 19, DIAMANG Escola indígena. Fonte MNS, negativo nº 9044, 1949

⁶⁵⁴ Relatório do Museu do Dundo, Dezembro de 1950, p. 6

Nos primeiros anos da vida da companhia, assiste-se ao nascimento de uma escrita, em vários registos, que segue uma metodologia claramente definida para sublinhar a dureza do esforço, os trabalhos de pacificação da região e o conhecimento. A construção do futuro – o colonialismo científico – deixa espaço para o lugar de memória que a fotografia celebra e recupera:

Finalmente diremos ainda que, descobertos e reconhecidos os restos do primeiro acampamento instalado em Maio de 1913, pelos prospectores que iniciaram na Lunda a pesquisa de Diamantes, foram eles devidamente, assinalados e conservados em vista de uma futura e oportuna comemoração”⁶⁵⁵.

A linguagem da Companhia desenvolve-se em torno do conceito chave “consolidação”, que aparece em todos os relatórios e é extensível ao espaço (demarcação/domesticação) e aos homens (recrutamento/rentabilização das capacidades de trabalho). Assim, a fotografia se insere nesta política e engendra uma realidade, a da companhia, e de “uma rede de interesses, acções, agentes e objectos sobrepostos e articulados.”⁶⁵⁶ O domínio fechado, “Zona Única de Protecção”⁶⁵⁷ e os seus gestores, no meio do protocolo rígido da permissão de entrada e saída nas zonas da DIAMANG, percebem a importância de colocar no mundo a ideia de que está construída uma situação feliz no leste de Angola. A fotografia desempenhará esse papel. Os jornais da então província de Angola publicam o contraste entre um mundo selvagem, desértico e brutal o mundo domesticado da Diamang.⁶⁵⁸

A participação da companhia nos grandes eventos do regime torna-se prática e prova essa aliança entre mundos que a empresa conseguiu incorporar no discurso colonial português: dois discursos que se tocam: a proclamação eufórica do empreendimento e a forma como os africanos o vêem segundo os relatórios da

⁶⁵⁵ Relatório do Conselho de Administração de 1943.

⁶⁵⁶ Nuno Porto, *Angola*, cit., p. 8

⁶⁵⁷ Zona Única de Protecção, ZUP- Zona Única de Protecção a primitiva Zup, Zona única de Protecção, era limitada a Norte, pela fronteira com o Zaire (Congo Belga), a Leste pelo rio Kasai, a sul pelo paralelo de Saurimo e a Oeste pelo Rio Luxico. Estabelecida pelo decreto com força de Lei nº 12148, de 19 de Agosto de 1926, dando força de lei às disposições da portaria nº 65 e estabelecendo uma «Zona Única de Protecção» das explorações de Diamantes. As vias de acesso à ZUP e o acesso a esta Zona especial são regulamentados pelas portarias nº 137 de 14 de Outubro de 1926 e 551 de 19 de Fevereiro de 1930, respectivamente. A portaria nº 9549 de 5 de Dezembro, alarga a área da Zona única de protecção.

⁶⁵⁸ Ver a título de exemplo o *Diário de Luanda* de Junho de 1948, *Diário de Luanda* de 29 de Setembro de 1950, *A Província de Angola* de 18 de Fevereiro de 1951 (especialmente, suplemento de domingo inteiramente dedicado à Diamang).

companhia. A título de exemplo reveja-se o que se disse sobre a participação da companhia no Tricentenário da Restauração de Angola:

O limitadíssimo prazo de tempo que se dispunha - visto que o convite foi feito em fins de Maio e a abertura da exposição realizou-se em 19 de Agosto - obrigou a trabalhar afanosamente, em Lisboa, em Luanda e na Lunda, tendo nós sido valiosamente ajudados pelo inspector Superior da Administração colonial Ex.mo Senhor Capitão Henrique de Galvão... O carro alegórico com que figurámos no cortejo, majestoso nas suas grandes linhas e na concepção artística a que obedeceu, simbolizava o esforço da técnica do branco na exploração mineira. Incorporaram-se no cortejo em impecável formatura, trabalhadores das nossas minas, o orfeon e a banda de música do Dundo, que para esse fim fizemos vir a Luanda, em nº de 200 pessoas e que pelo aprumo e ganho com que se apresentaram, se tornaram alvo de admiração de quantos assistiram à emocionante parada. Completavam o interessante quadro, com que fechava desfile, uma deputação de 30 sobas da Lunda, envergando os seus trajes característicos, e sucessivos grupos, uns de bailarinas balubas, com os seus panos vistosos e coloridos, outros de tocadores, muquixes e bailarinos quicocos, formando tudo luzido conjunto de folclore gentílico que despertou no público as mais calorosas manifestações.⁶⁵⁹

Fundamenta este novo enunciado o registo das apreciações que os “indígenas” que foram a Luanda e que “capricharam para que tudo corresse bem tornando-se assim merecedor[es] da regalia que a Companhia lhes concedeu” mas que “ficaram desiludidos ao constatar o modo de vida difícil dos seus patrícios dos “muceques” de Luanda, que não tendo como eles madeira e colmo em abundância, viviam aos montes, em imundas barracas alugadas, feitas de pedaços de chapa de zinco, tábuas de caixotes, adobes, sobrepostos sem reboco com coberturas de esteiras, pedaços de chapa, etc. Devido à falta de água, esta é comprada e, por isso, ninguém se preocupa com a limpeza das casa, roupas e do próprio corpo.

A comitiva da Lunda muito se lembrou das suas sanzalas, onde existe sem dúvida mais conforto, relativa higiene e muito sossego. Apesar de nada lhes ter faltado em Luanda assustava-os aquele mar de areia sem lavras, nem floresta, nem rios próximos”⁶⁶⁰.

A incorporação da palavra do outro torna-se ancilar na proclamação da constituição do mundo da DIAMANG, como um diferente mais perfeito do que qualquer outra experiência colonial. Um corpus de ideias fixa-se em torno da construção de uma nova identidade: os trabalhadores da DIAMANG com o seu carácter particular, meticoloso, científico⁶⁶¹.

⁶⁵⁹ Relatório Do Conselho de Administração Relativo ao Exercício de 1948, pp. 8 e seguintes.

⁶⁶⁰ Relatório do Museu do Dundo, referente ao mês de Setembro de 1948.

⁶⁶¹ Nuno Porto, *Angola*, p. 9. Ver também Elizabeth Edwards, *Anthropology and Photography*, p. 3

A sua presença e o seu uso em contexto colonial instituíram a fotografia como hábito na vida quotidiana dos povos das Lundas angolanas e representou um papel na fixação da memória colectiva. O tratamento da fotografia mesmo se não pode ser feito sem o recurso a outros contextos traz esclarecimentos suplementares sobre a vida nos seus aspectos particulares nas actuais aldeias e cidades. A fotografia ainda é associada a uma instância de legitimação e a provas de um passado vivido e as referências continuadas ao museu e às fotografias estabelecem a ponte para um passado que fala através das suas fotografias.

2.8.Fotografia e Museu

Em torno de uma pequena colecção de objectos etnográficos e de uma colecção de fotografias, foi criado, em 1936, o Museu do Dundo. Barros Machado, biólogo, mais tarde contratado⁶⁶² pela Companhia, descreve assim as circunstâncias deste acontecimento:

Mas em 1936, num ambiente já mais desafogado, vários factores se conjugam com felicidade para fazer surgir os primórdios de uma colecção etnográfica que viria a ser o embrião do Museu do Dundo.

Foi o caso de que um aspirante administrativo, colocado no posto do Chitato, a poucos quilómetros do Dundo, o Sr José Redinha, espírito aventureiro e imaginativo, excelente observador, dotado de sensibilidade artística e com treino de desenhador, desenvolvido nas suas anteriores funções ao serviço da indústria vidreira da Marinha Grande, acabava o seu tempo de colocação naquele posto e tinha que se ir embora daquela área. Tinha, porém, granjeado amizades e reputação de artista, especialmente de retratista de tipos nativos, entre o pessoal residente no vizinho Dundo, capital administrativa da Diamang, e tinha entrementes coleccionado para si próprio uns quantos objectos nativos, certamente bem seleccionados. Conforme me foi relatado por vários contemporâneos, os amigos de Redinha no Dundo, em jeito de homenagem de despedida e ajuda financeira, promoveram na Casa do Pessoal uma exposição

⁶⁶² António Barros Machado efectua, a convite da Companhia de Diamantes, entre Setembro e Dezembro de 1946, uma missão de reconhecimento a Angola. Dela resultaram um detalhado Relatório de uma Missão à Lunda e algumas centenas de fotografias de que encontrámos cópias no Arquivo do Museu Nogueira da Silva. Foi contratado pela companhia em 6-8 de 1947. Sobre o Museu reputamos incontornável pelas propostas inovadoras o trabalho de Nuno Porto, *Modos*, amplamente citado neste trabalho. Recuperamos aqui o museu pela relação particular com a fotografia e a forma como a integra e a seguir no capítulo sobre a memória para mostrar como os actuais habitantes das Lundas angolanas com ele se relacionam.

de quadros seus para venda. Foi a ocasião azada para que o director geral da Diamang na Lunda, o Eng.º Henrique Quirino da Fonseca o primeiro a ter esse título – se decidisse a retê-lo fazendo-o entrar para o serviço da Companhia, com a tarefa principal de constituir uma colecção de objectos de boa qualidade, cujo núcleo inicial teria sido a própria colecção particular do Sr. Redinha”⁶⁶³.

A criação do Museu servirá, a partir dessa altura, para complementar o outro lado do discurso para fora, criteriosamente assente na questão da missão de salvar uma cultura, de uma região e de um povo, nas suas diferentes formas de manifestação. O mundo fechado do Museu, o seu difícil acesso será compensado pela divulgação, tarefa que a fotografia aumenta.

A ideia do papel do Museu, como lugar de “salvação e conservação da cultura”⁶⁶⁴ é tardia em relação à data da sua criação sabido que o primeiro trabalho de busca e aquisição das peças que constituem as colecções do actual Museu teve início em meados de 1936 e foi efectuado nos subúrbios do Museu do Dundo⁶⁶⁵ e deste princípio a DIAMANG dá notícia nos seus relatórios e actas⁶⁶⁶. As estratégias da companhia, presentes no seu discurso para fora, passam nessa altura pela divulgação do trabalho árduo:

Uma das funções do nosso representante [em Luanda] consiste em tornar conhecidos os resultados por nós obtidos na Lunda, tanto sob o ponto de vista do desenvolvimento e eficiência das nossas instalações e processos de exploração, como no relativo à acção social, de assistência moral e material aos indígenas que de nós dependem e em fazer a propaganda da Companhia, para o que nós não temos poupado a despesas. Com esse objectivo, recomendou-se em Janeiro do ano corrente ao representante, que procurasse fazer visitar a Lunda a pessoas de categoria e outras da colónia.
[...]

Certos outros actos de representação têm sido praticados pelo coronel Brandão de Mello, que reputo interessantes e são de aprovar, desde que não dêem origem a despesas excessivas, entre as quais figuram as caçadas, que têm já fama na colónia⁶⁶⁷.

⁶⁶³ A. Barros Machado, “Notícia Sumária sobre a acção cultural da Companhia de Diamantes de Angola”, in *Diamang, Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola*, p. 12.

⁶⁶⁴ Mário Fontinha, *Desenhos na Areia*, p. 29.

⁶⁶⁵ Cópia das notas sobre o Museu do Dundo feitas pelo senhor conservador em 22 de Setembro de 1945, fotocópia cedida por A. de Barros Machado.

⁶⁶⁶ Vide Relatório do Conselho de Administração de 1936 e Actas do Conselho de Administração de 1-1-1936 a 31-12-1938.

⁶⁶⁷ “Acta da 126ª Sessão do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes realizada no dia 13 de Dezembro de 1937”, SPE, Actas do Conselho de Administração.

Surgido, como já se disse anteriormente, a partir de uma “coleção etnográfica” que, em 1938, passa a Museu Etnográfico e, em 1942, “ampliado já o seu âmbito a outros domínios a Museu do Dundo”⁶⁶⁸, a instituição insere-se no projecto de colonização científica que a DIAMANG se propõe levar a cabo, dando corpo a uma série de provas materiais que resolvessem, de uma vez por todas, a ideia (injusta para a DIAMANG) de que se trata de uma companhia que apenas tem como objectivo explorar homens e riquezas.

O Museu do Dundo, pelas suas galerias e documentários é um relicário que guarda um trecho geral da cultura e da vida nativa da Lunda dos meados do século XX como um presente à ciência, à arte e à História da colonização⁶⁶⁹.

O discurso museográfico, descritivo e organizacional adequa-se bem à noção do papel da Companhia para encontrar o passado da nação cokwe. Em nome da ciência a Companhia encarrega-se assim de quadricular o espaço, reconstruir as viagens dos antigos exploradores europeus e organiza novas expedições em busca das origens históricas dos tukokwe. O Museu, como arquivo transforma-se na selecção organizada de uma memória perdida.

No esforço para oferecer uma interpretação do presente, os entrevistados (no pátio do Museu, em 2003) olham o edifício como metáfora de um passado grandioso a pedir uma intervenção urgente para recuperar o seu lugar de veneração e aprendizado. A dialéctica interior/exterior⁶⁷⁰ torna enorme o sentido de perda, que junta espaços temporais diferentes e uma cronologia a reter. Com efeito, os mais velhos recordam o antigo esplendor do museu como espaço de ensinamento, não escondendo que os seus passados estão ligados a determinados “quadros sociais”⁶⁷¹ antigos e a uma visão do mundo animada por determinado sistema de valores, construído a partir do seu conhecimento dos vários passados (colonial/Museu; pós-colonial/Fragmentação). Alguns dos entrevistados têm presente a saída de uma parte

⁶⁶⁸ A. de Barros machado, *Notícia Sumária...*, p. 12.

⁶⁶⁹ José Redinha, *idem*, s/numeração de página.

⁶⁷⁰ Gaston Bachelard, *A Poética do Espaço*, p. 215.

⁶⁷¹ Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Memoire*.

do espólio, destinado a dar corpo à ideia da DIAMANG de criar, em Luanda, um Museu⁶⁷². O facto dessas operações se terem passado nos anos de 1974/1975, com o fecho do Museu em 1975 e reabertura com exposição diferente, em 1977,⁶⁷³ originaram as mais complexas histórias em torno do desaparecimento, venda e ida para a Europa dos objectos do Museu. As mudanças não estão só presentes nas diferentes formas de informação, elas condicionaram a memórias dos “povos da Lunda”, slogan do Museu, inscrito na parede de uma das suas principais salas:

O museu estava muito bom. Tinha armazém. Quando estava a faltar alguma coisa, o sr. Redinha, o branco que estava lá é que andava a meter lá no armazém. Quando os sobas, quando andavam a chamar os sobas todas as coisas estavam no armazém. Davam cobertor, davam de comer, davam dinheiro. Tava bem. Mas agora já não. Estavam a pedir a nós para ir chamar os mestres. Então nós foi chamar os mestres que andavam a fazer Akisi⁶⁷⁴ a fazer Ndombo⁶⁷⁵ e então meter aqui no Museu. O Museu estava com muito bom valor mas agora já não[...]

O estrangeiro para mandar aqui tiraram todas as peças e mandaram para o estrangeiro para o Zaire.

[...] Os Donos daqui não fica mais no lugar. kacokwe é que abriu o Museu e é por isso que os kimbundu fala a História assim: “quando tem visitas não pode mostrar onde está teu dinheiro senão levam tudo”⁶⁷⁶.

A ideia que domina esta e outras versões da história compõe-se de um tempo de fundação e da necessidade que a Companhia sentiu de ligar Museu e Comunidade, como forma de contornar obstáculos ligados à exposição (objectos interditos às mulheres e aos não circuncisos), numa longa história de normalização de relações através de tomada de medidas sem custos para a Companhia e proclamadas como do interesse das comunidades. Não se trata de uma relação linear entre memória e

⁶⁷² Num relatório elaborado em 1977, após uma visita a Angola, A. De Barros Machado reconstitui as circunstâncias e o historial dessa transferência para Luanda, Vide Manzambi V. Fernando, cit., Anexo IV.

⁶⁷³ O museu do Dundo Fechou para o público em 1975. Reabriu em 1977 já com a designação de Museu Nacional do Dundo e mais tarde Museu Regional da Lunda, cf., Manzambi, *Estudo*, p. 68.

⁶⁷⁴ *Akisi*, plural de *Nkisi*, espírito, aqui usado pelo informante no sentido de *Mukisi*, a máscara e o fato de alguns iniciados. Ver Adriano Barbosa, *Dicionário*, e para um estudo do sistema *Nkisi*, MacGafey, *Kongo Political Culture*, pp. 89,158. O uso da palavra tornou-se na linguagem comum sinónimo de mascarado. Os *cokwe* usam a palavra *Mukisi* (pl. *Akisi*) para se referir a um ancestral ou espírito da natureza incarnado numa máscara, Marie- Louise Bastin, “Ritual Masks Of The Chokwe”, p. 41.

⁶⁷⁵ *Ndombo*, Mezinha preparada pelo (ci) Mbânda para as Mahamba, Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 347.

⁶⁷⁶ Depoimento de José Miranda Samakaka, Dundo, Pátio do Museu, 25 de Julho de 2003. Refere-se a um momento particular da História do Museu quando os directores nomeados após a Independência de Angola não eram originários da região.

esquecimento, mas sim de adequação às narrativas do sentimento de perda, mobilizador de uma memória dilatada pelas circunstâncias do passado. Depois da primeira fase de recolha de objectos e construção de edifício próprio, desenrola-se o processo de ligação do museu a uma cultura, pela construção de uma “Aldeia do Museu” e a ligação definitiva das instituições musealizadas a representantes das autoridades tradicionais. No Relatório Anual de 1953, refere o Conservador do Museu:

Na lista do pessoal conta-se ainda o indígena Sacamanda, conhecido por soba do Museu, desempenha desde 1943, a função de assistente e cicerone para os visitantes indígenas. É pessoa respeitável, simpática e considerada no meio nativo. É chefe indígena duma povoação dos arredores e descendente dos sobas Camba N’grunje. Embora idoso, possui espírito moço, bem disposto e tem uma predilecção particular pelo folclore⁶⁷⁷.

A designação de “soba do museu” e de *muata ua Mutenje*, como é especificamente designado no relatório de 1943, inscreve-se no programa de manipulação da história local e de interpretação simplificada das funções de poder que as autoridades tradicionais representavam⁶⁷⁸. Cumpre dizer que *Mu-tenji* (pl. *Mi-tenji*), *Mutenji* na expressão dos informantes, é o lugar onde se guardam as máscaras que as comunidades utilizam nas cerimónias. É um lugar do sagrado que não deve ser confundido com *Phazu*, sítio onde se guardam as relíquias da família⁶⁷⁹.

O uso da designação soba, a partir da generalização do conceito do *kimbundu usoba*, “termo híbrido que na língua portuguesa tem sido utilizado para nomear a terra ou lugar e localidade que geralmente é dirigida por um chefe político, cuja designação é *sòbá* (pl. *Jisòbá*)”⁶⁸⁰ e também o chefe político e, ao mesmo tempo, *muata*⁶⁸¹ *ua muteng*,

⁶⁷⁷ Relatório Anual do Museu do Dundo de 1950.

⁶⁷⁸ Nuno Porto trata desenvolvidamente a questão em vários momentos do seu trabalho. Ver Modos, cit., p. 52, 53 e passim.

⁶⁷⁹ Ver Manzambi, cit., p. 52. No *Dicionário Cokwe- Português* Adriano Barbosa averba *Teja (um- mi-) n*. Lugar ou casa reservada onde se confeccionam e guardam as vestimentas dos dançarinos mascarados. Este lugar é vedado aos incircuncisos e às mulheres”, p. 581. No mesmo dicionário *Phazu* é sinónimo de Esconderijo ou lugar secreto (como cavidade no tronco de árvore ou subterrânea [sic] onde o *Nganga* guarda os seus (w)anga, Adriano Barbosa, cit., p.428. Fontinha em *Desenhos na Areia* identifica o “*Mpanzu*” com um labirinto “lugar reservado na floresta- onde se praticavam torturas, sacrificios de animais e tinham lugar ritos e práticas de feitiçaria”, p. 254 e desenho nº 332.

⁶⁸⁰ Soba- de *usóba*, autoridade de soba; em *kimbundu usoba* (substantivo maculino) significa poder, Cordeiro da Matta, *Ensaio de Dicionario*, p. 151. Ver ainda Virgílio Coelho, “ A Questão do Controlo da Terra e da Territorialidade no antigo Reino do Ndóngò, vista através de um relato do fim do séc. XX”, p.186.

faz o jogo de integração do museu num espaço que o deve reconhecer como seu. Olhando o papel e o significado de *Mutenji* nas comunidades em estudo, cumpre observar que não há uma coincidência, nem de significado nem de funções, entre *Mutenji* e Museu⁶⁸².

O museu, depois de consolidado, ensaia um protocolo de adopção da linguagem da comunidade, de forma a situar-se no lugar que confere uma nova vida aos objectos, mesmo depois da perda da sua função no campo do sagrado. A complexa hierarquização da sociedade, expressa numa linguagem que regulamenta rigidamente os diferentes níveis e a sua posição ligada a um território e legitimidade, enuncia-se aqui definitivamente ligada a um projecto colonial, com a subsequente codificação das categorias, aproximando o museu novo das “instituições tradicionais”⁶⁸³.

Assim se organiza o museu como “o lugar de conservação da cultura”, criando uma retórica (ciência e mitologia) fixada nos relatórios mensais e anuais do Museu, nos quais a própria Companhia se baseia, para expor e exportar a qualidade do seu projecto colonial:

O Museu etnológico, cuja designação acaba de ser alterada para a de Museu do Dundo, considerados o notável alargamento de âmbito atingido nos últimos tempos por esta realização da Companhia e a natureza de algumas outras actividades, que agora se vê poderem também ser incluídas, com propriedade, dentro da sua esfera de acção, foi enriquecido, em 1944, com algumas peças de interesse etnográfico. O ano, porém, foi mais especialmente empregado pelos respectivos serviços em rever, metodizar e aperfeiçoar o seu considerável fundo documental e gráfico, que se arquivou sob novo critério, de maneira a permitir uma relação de matérias mais rigorosa com as de cada um dos volumes das publicações futuras, a que nos referimos já em relatórios antecedentes; em completar a fauna africana com exemplares de sáurios e aves da região, e em organizar, em moldes definitivos, a secção de Folclore indígena, dando-lhe o incremento que a sua importância justifica e requer. Foi dentro desta última ideia que se começou o inventário das músicas, cantos e danças da Lunda, e se procurou provocar, por meio de grandes festas indígenas, realizadas em recinto adrede preparado no Dundo, um renascimento desse folclore, visando particularmente o aparecimento daquele que, por influência da acção directa ou

⁶⁸¹ A partir de *Mwant- mwâ:nt*, chefe em urund e *Mwata*, chefe em ucokwe, vide desenvolvimento supra e Glossário.

⁶⁸² Vide sobre este assunto, Manzambi, cit, p. 54.

⁶⁸³ Terence Ranger “The Invention of Tradition in Colonial Africa”, p. 250.

indirecta do branco, andava esquecido ou adulterado, e no qual se virá sem dúvida a encontrar uma maior pureza e valor etnográfico.⁶⁸⁴

Uma linguagem que tem como centro o próprio museu encarrega-se de provar que são as populações da Lunda o centro de interesse da Companhia que por isso lhes visita a história e guarda os objectos que perdem o seu carácter perecível⁶⁸⁵ para ganhar um lugar, uma classificação, uma vida nova. O modelo ensaia o seu poder, recuperando a infinita reproduzibilidade dos materiais, para trazer aqui Benedict Anderson, quando se refere às insígnias reais e ao seu uso pelos poderes do estado⁶⁸⁶. Naturalizam-se designações como soba ou sobeta “o soba Sanache, mestre tecelão trabalha na sanzala do Museu, onde montou o seu tear; reside este soba no posto do Sombo, de onde trouxe o algodão já devidamente fiado e tingido”⁶⁸⁷ ou “é vulgar aparecerem no Museu diversos sobas trajando os seus Mucambos⁶⁸⁸” e ainda “o sobeta Satxindongo encontrou no Iculo do Muata Muanzanza Txoca, antigo soba Lunda, dois curiosos tipos de enxadas antigas”⁶⁸⁹, e recupera-se para o Museu, que se pretende científico e especializado, a terminologia que classifica desde sempre as autoridades gentílicas⁶⁹⁰ e se perpetua numa legislação que fixa e normaliza as relações em que se apoia uma teoria colonial, baseada na ideia de codificação dos usos e costumes dos indígenas, depois da ocupação militar efectiva e da configuração

⁶⁸⁴ Relatório do Conselho de Administração reativo ao exercício de 1944, pp- 17, 18.

⁶⁸⁵ Alguns objectos, algumas máscaras, por exemplo, são destruídos depois de determinadas cerimónias.

⁶⁸⁶ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, p.240

⁶⁸⁷ Relatório Anual do Museu do Dundo de 1945.

⁶⁸⁸ *Kam bo* (mu-; mi-) pau comprido e relativamente grosso em posição horizontal. Entre outras acepções também como em *Hina ly mukámbo*, pano amplo correspondente a dois (*lu*) *pito*, aproximadamente quatro metros, que os antigos usavam a jeito de manto. *Pito* (lu-; ma- mala) medida de pano correspondente ao dobro da (um) *joka* isto é do tamanho dos dois braços estendidos lateralmente. *Joka* (mu-; mi-) medida de pano (sensivelmente 1 metro). Mede-se desde o meio do peito até à extremidade dos dedos, com o braço estendido lateralmente. Do inglês yard? Pano com aquela medida. Note-se *Mujoka wa citenda*, pano ou medida de pano que ultrapassa a (*ci*) *tenda* mas não chega à (mu) *Joka*. *Tenda* (*ci*-; *yi*-) medida de comprimento (propriamente de pano, isto é, o comprimento de um braço, desde o ombro até à ponta dos dedos), Cf. Adriano Barbosa, *Dicionário Cokwe- Português*. Citação do Relatório anual de 1945.

⁶⁸⁹ Idem, Relatório anual 1945.

⁶⁹⁰ Vide Soba supra e Glossário. Sobre a compreensão do seu significado e uso para as autoridades portuguesas desde o século XVII v. Joseph Miller, *Poder Político*, pp. 231 e 232. “As autoridades de Luanda adoptaram como “autoridades nativas” oficiais em Angola os *sobas* Mbundu, geralmente chefes de linhagem ou detentores de títulos políticos, controlados pelas linhagens. Ao tornarem-nos responsáveis pelo tributo e taxas pagas à administração europeia, os funcionários portugueses preservaram as posições dos sobas (mas não, evidentemente, a posse assumida pelos seus detentores individuais”, Miller, cit, p. 254.

de um novo mapa político para o território⁶⁹¹. Uma longa história de política indígena conduziu ao progressivo esvaziamento das categorias de poder, aos novos usos do “poder tradicional” à invenção da tradição.

O soba do Museu é agora um funcionário, guia especializado e cicerone para visitantes indígenas⁶⁹². A sua ascendência, um nome e um território, legitima a nova função e recoloca o museu (espaço novo) no espaço antigo da comunidade. A ideia de uma ocupação completa está em marcha e o Museu faz disso prova, ligando o isolado Dundo a uma comunidade mais vasta, “os povos da Lunda”, através de uma série de expedições com o objectivo de reconhecer todo o espaço à volta e, depois de uma fase de trabalho quase em segredo, pela abertura do Museu às visitas e à Comunidade Científica Internacional. Em 1947, Jean Janmart, geólogo da Companhia, participa no 1º Congresso Pan-Africano de Pré-História, ocorrido em Nairobi⁶⁹³, um ano depois do biólogo António Barros de Machado, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ter realizado a sua missão de reconhecimento a Angola e elaborado propostas sobre a articulação em bases científicas do Museu e John Gossweiler, botânico suíço com muitos anos de trabalho em Angola, ter sido convidado para construir um herbário e dar indicações sobre os processos de “aclimação”. Ainda para o mesmo ano, se deve registar o primeiro número das “Publicações Culturais”⁶⁹⁴. José Redinha visita, com uma comitiva de informantes e carregadores, o Cibokwe (O Tchiboco), a “pátria dos Quiocos”, o lugar mítico das origens, situado no Alto Cikapa⁶⁹⁵, o museu está em processo de consolidação, alarga os seus domínios mas não esquece:

⁶⁹¹Valentim Alexandre, “Nação e Império”, in F. Bethencourt e C. Chandhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Vol IV, pp. 135-142.

⁶⁹²Relatório Anual do Museu de 1950.

⁶⁹³O primeiro Congresso Pan-Africano de Pré-História e Estudos do Quaternário reuniu especialistas do Mundo inteiro na discussão sobre os nomes mais adequados a atribuir às diferentes fases das indústrias líticas descobertas em solo africano. V. Sobre o assunto De Maret, “Phases & Fácies in the Archeology of Central Africa”, p. 123.

⁶⁹⁴“O órgão gráfico dos Serviços Culturais da Diamang consistia nas publicações culturais (abreviatura Bibliográfica adoptada: *Publ. Cult Co. Diam. Angola*), de que saíram a lume 89 números entre 1946 e 1977”... No total, foram consagrados à *Arqueologia Pré-Histórica* 9 números (um deles duplo) à *Antropologia Física* 5 (sendo um deles duplo, à *Biologia* 59 (2 duplos); à *Etnologia* 9 (com um duplo), à *Geologia* 2; a assuntos de *História* 4 (um deles composto de dois volumes de três tomos cada); e à *Meteorologia* 2 (sendo um duplo), A. de Barros Machado, “Notícia Sumária”, cit., p. 24.

⁶⁹⁵Ver para Cibokwe (Kiboko, Tchiboco) e Kasai o Glossário.

A parte Etnográfica será desenvolvida em cinco salas, uma dedicada à religião, outra à arte pura, propriamente dita e uma terceira à história, que compreenderá a dos primeiros tempos da Companhia e na qual faremos figurar armas do período da ocupação e fotografias dos antigos fortins militares e “patrulhas”. A fauna africana ocupará uma comprida galeria de geologia e pré-história, actualmente quase toda concentrada no Luaco, Sede dos Serviços de Prospecção.

Cremos que depois de concluída a distribuição e colocação dos objectos do Museu poderá este ser considerado, justamente, um dos mais interessantes repositórios da vida indígena do Continente Africano, tanto do Passado como da época contemporânea⁶⁹⁶.

Muitos dos colaboradores são sobas, usando o Museu a mesma grelha classificatória que surge nos textos produzidos na época colonial quer na legislação quer nos textos teóricos sobre as diferentes regiões:

A organização política da etnia baseia-se naquilo que denominamos *sobados*. Estes são dispersos uns dos outros e não existe uma centralização significativa como no caso dos Lundas do Muatchiânvua. Os quiocos não estão organizados em tribo (no estrito conceito antropológico do termo) quer dizer em pirâmide, pois que cada aldeia ou grupo de aldeias possui os seus órgãos de administração e de governo próprios. É ao *mwata* (chefe de cada aldeia) a quem incumbe as tarefas de chefe político e é geralmente quase tão independente como o soba grande a quem está ligado por laços de tradição histórica clânica e territoriais. Pode então afirmar-se que os princípios de organização política dos quiocos assentam numa espécie de tendência anárquica, sorte de anarquia *ordenada*, ao contrário dos Lundas de tendência declaradamente monárquica e centralizada. A aldeia ou sanzala constitui uma unidade importante entre os Quiocos pois é onde reside o *mwata*, chefe da mesma sanzala, o decano da linhagem ou do segmento de linhagem local que é ainda o «pai» classificatório de todo o grupo residencial e o caçador ou homem «mais capaz» das redondezas. [...]

O chefe tem de ser *forte* ou o dos mais capazes, tem que ser justiceiro (sabedor, conciliador, a quem se recorre em última instância) e tem que ser carismático espera-se que ele traga prosperidade ao povo.

Por aqui se vê a ligação entre o *poder* e o *sagrado*⁶⁹⁷.

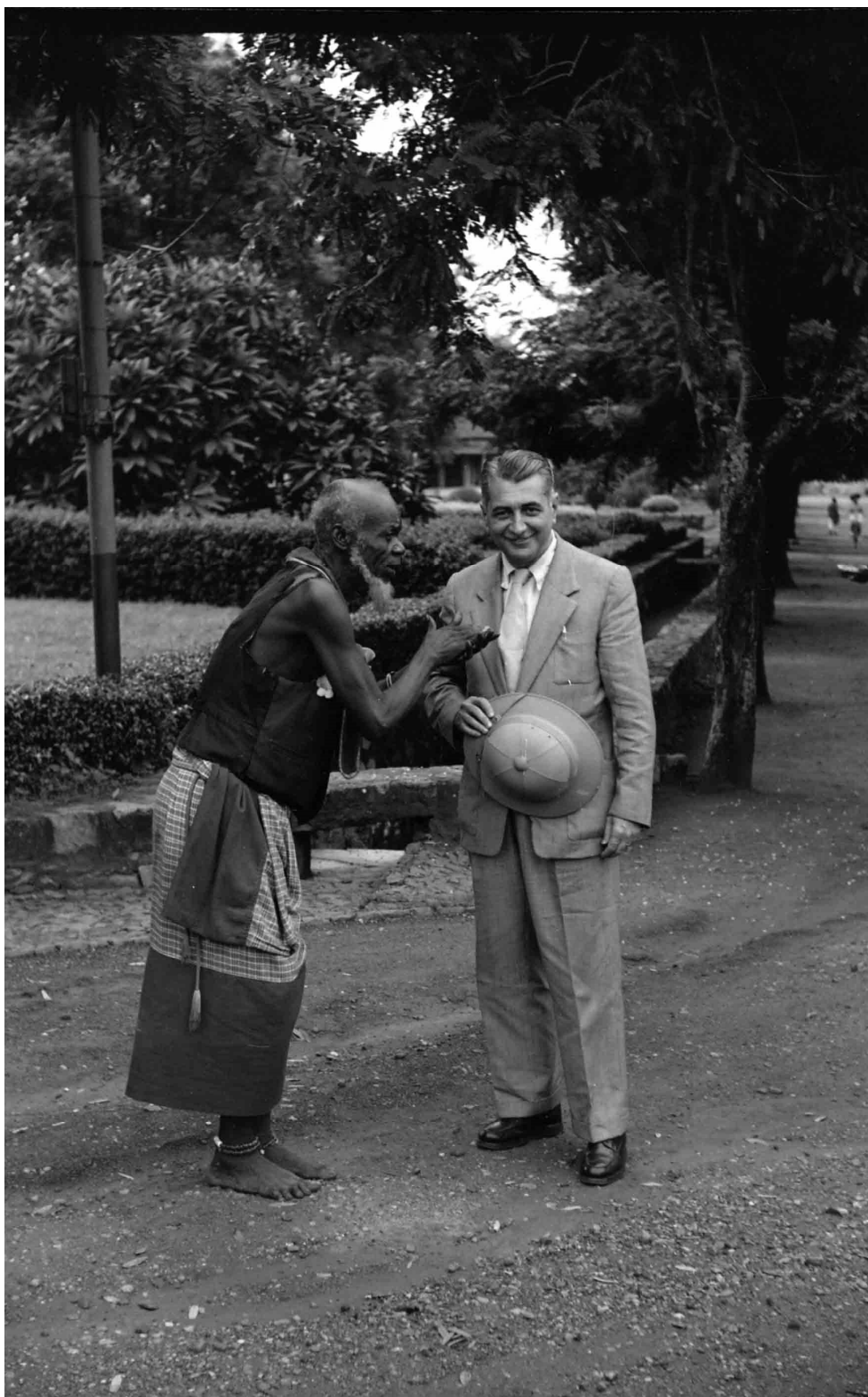
A rasura das antigas hierarquias mobiliza o discurso da história, fazendo-o passar para uma estrutura que não é inicialmente a sua. Em nome da ciência, ignoram-se as

⁶⁹⁶ Relatório Do Conselho de Administração, 1951, pp. 52, 53.

⁶⁹⁷ Mesquitela Lima, *A «Possessão» espírita entre os Quiocos da Lunda*, p. 8

tradições de origem, os laços de parentesco e a herança das posições titulares, aproveita-se a capacidade do sistema cokwe de se ajustar a condições modernas para lhe criar, a partir de títulos herdados, novas funções. O arquivo (o museu) deixa de ser apenas o relicário mais ou menos intencional duma memória vivida, para se assumir a selecção voluntária de uma memória o perdida ou em risco de se perder.⁶⁹⁸ A fotografia de Gilberto Freire com o “Soba do Museu”, destinada a dar prova da comunidade nova, criada pela Diamang, e ideal mostra da convivência entre o tradicional e o moderno, abre-se para a ambiguidade de linguagens que a fotografia convoca.

⁶⁹⁸ Ricoeur, *La Memoire*, p.525.



Fotografia nº 20. O Soba do Museu com Gilberto Freyre. Fonte CMN S, Negativo nº 11039, 1951

Deixo-me fotografar, no próprio Museu, ao lado de um velho soba, vestido como nos seus velhos dias de príncipe e que a Companhia conserva para dar pitoresco às ruas do Dundo. Um pobre soba carnavalesco. A sua sobrevivência, como figura já quase de Museu, é simbólica de toda uma política de extermínio violenta e rápida, das culturas indígenas, a que se sentem obrigadas as grandes empresas capitalistas na África, mais necessitadas dos outrora chamados «fôlegos vivos»

Afirma Gilberto Freyre (Figura nº18), depois de visitar o Dundo,⁶⁹⁹ numa clara percepção de como as sociedades industriais organizaram a sua história. Contra as afirmações do sociólogo, insurgiu-se, como já referimos, Ernesto de Vilhena, no texto *Aventura e Rotina (Crítica de uma Crítica)*, apresentando todo o programa da Companhia, os pressupostos ideológicos que o sustentam e, concretamente sobre o Museu, recupera e sublinha as suas funções de guardião de culturas, face ao progresso:

elas é que fatalmente tendem a desaparecer, e nós, Companhia, constatando esse fenómeno, fazemos o possível para o atenuar e para conservar, dessas culturas em via de desaparecimento, tudo o que possa concorrer para não serem definitivamente esquecidas pelos próprios que as produziram, e se não percam inteiramente para a Ciência, algumas das suas características. A criação e sucessivo engrandecimento do Museu do Dundo e a recolha do folclore musical dos povos da região não têm outros objectivos⁷⁰⁰.

O sublinhado coloca-se no hiato entre o vivido e o narrado, entre o material que se recolhe no campo e o mérito, que segundo os seus dirigentes, deve ser reconhecido à Companhia. Cada época e cada organização recupera e atribui às relações de poder um sentido e estabelece sobre elas um discurso que resulta de complexas relações dentro do próprio discurso. A dominação cultural e económica estabelece o seu domínio fechado, rasura a diferença, atribui significado aos objectos e ao expor cria novas relações entre eles e os seus autores.

⁶⁹⁹ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, p. 357.

⁷⁰⁰ Ernesto Vilhena, *Aventura e Rotina (Crítica de Uma Crítica)*, p. 46.

Expressamente convidado pela DIAMANG, José Osório de Oliveira⁷⁰¹ visita a Lunda, em 1953, e sobre a sua experiência dá conta:

A revelação do que é a Arte dos Bantos e o que ela significa, a compreensão da sua música e da sua escultura, das suas crenças animistas, da sua mentalidade, isso veio-me, como um presente da terra, do contacto com a paisagem da savana, acampado junto do Cassai, no Nordeste de Angola, entre os Tucongo, e, como uma dádiva do homem preclaro que promoveu a criação do Museu do Dundo, do exame diário, durante quase um mês, das preciosas colecções desse conservatório das artes e da cultura social dos povos da Lunda, especialmente dos quiocos⁷⁰².

A ideia de conservatório, de lugar mítico de reserva da tradição, multiplica-se na documentação oficial da companhia e perpassa, para adquirir um profundo sentido, para a memória colectiva das sociedades angolanas. A interpretação local da história passa sempre pela recuperação da ordem de grandeza deste museu. Os acontecimentos, ocorridos depois da independência nacional e ligados às modificações da exposição e da distribuição dos objectos pelas salas levaram à inscrição, na memória colectiva, da ideia de perda, empobrecimento e má organização. No relatório elaborado por António de Barros Machado em 1977, e aqui já referido, resume essa ideia de perda, reencontrada no trabalho de campo:

Com esta última imagem na memória, a impressão que colhi na visita feita em Março deste ano não foi favorável. A exposição era mais pobre, mais seca, triste mesmo. Via-se que tinha havido a preocupação de limitar a exposição a muito menos objectos, certamente na intenção defensável de descongestionar as salas e porventura pôr em relevo as peças mais valiosas ou mais demonstrativas. Não me parece, todavia, que um tal objectivo tenha sido alcançado⁷⁰³.

⁷⁰¹ José Osório de Castro Oliveira (1900- 1964). Filho de Paulino de Oliveira e Ana de Castro Osório. Novelistas e poeta, distinguiu-se sobretudo como cronista e ensaísta no domínio da história das ideias e da cultura, entre o grupo do Integralismo Lusitano e o da Revista *Seara Nova*. Espírito independente consagrou-se muito particularmente ao estudo das relações culturais luso-brasileiras, com *Espelho do Brasil* (1933), *História Breve da Literatura Brasileira* (1939); sendo também um dos primeiros investigadores da cultura africana, in Álvaro Manuel Machado, (org. edir), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, p. 348

⁷⁰² José Osório de Oliveira, “Novas Considerações sobre o Museu do Dundo”, p. 8

⁷⁰³ Relatório da Viagem do Dr. A. de Barros Machado a Angola, p. 24, Anexo IV in Manzambi, *Estudo*, cit.

Esta ideia de empobrecimento gradual do museu ocorrida em tempos pós-coloniais está presente em todas as conversas dos informantes como se o tempo se encarregasse de avivar grandezas antigas e como se cada um tivesse incorporado na vida de todos os dias a ideia de ser guardião de uma riqueza perdida.

Memória: ordenação e releitura de vestígios

1.1.Memórias Contrastadas

Mu-dizui, «na palavra», quer dizer informador das tradições em que todos confiam. Este velho era considerado d'uma memória feliz, nasceu naquelle sítio, e todos os muatiânvuas o sustentavam como o historiador, aquém procuravam conservar-lhe a vida e naquelle lugar, por estar ao facto de cousas muito antigas com respeito às diversas mussumbas, guerras, etc.

Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol IV, p.199

Não foi sem custo que o acalmaram, que o cego andava com os quiocos metidos na cabeça; e depois da mulher o desenfarinhar, a tremer de medo respondeu a tudo o que o Gando lhe perguntou, acrescentando por vezes valiosos pormenores arrancados à sua bela memória, não fosse ele o cofre das recordações da vida do povo. Como deixara de trabalhar devido à cegueira, passava o tempo a ouvir as narrações da sua gente, que os velhos transmitiam de geração em geração para que a lenda do povo se não apagasse e sua memória a fizesse viver pelos tempos em fora, porque desgraçado é o povo que perdeu a sua história.

Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, p.141

A actual memória dos povos lunda tem inscrita, de forma profunda, a sua extensão no tempo e no espaço, reparte-se por uma “tradição aristocrática” e outra popular⁷⁰⁴, assumida por diferentes indivíduos e contada numa ou noutra das diferentes línguas: a noção de um grande império, e de como o conceito funciona noutros espaços da Angola histórica, é ainda tributária do feixe de informações transmitido ao longo dos tempos pelos viajantes europeus mas, e sobretudo, pelos africanos que espalharam e trataram a informação. Um sistema de comunicação, circulação, transporte, recepção e descodificação da informação, que está desde muito cedo disponível nos centros do saber europeus, é o resultado do trabalho de um número considerável de pessoas possuidoras de um conjunto de códigos dos

⁷⁰⁴ É Redinha que nos alerta para esta possibilidade da existência de diferentes correntes da história tradicional e o trabalho de terreno de certa forma confirma entre alguns entrevistados a ideia de pertença a uma aristocracia. Depoimento de Tanda Saúma, Catoca, Lunda-Sul, 18- 8-2003. V. Sobre este assunto José Redinha, *Etnossociologia*, p. 10, nota 1.

diferentes sistemas do simbólico e que os passaram do interior para a costa. As questões entre o real e o simbólico tornam-se operativas para mobilizar esforços em torno da ideia do conhecimento e dos diferentes modos da lembrança. Da Lunda para ocidente, a informação faz-se entre circulação e interditos. As profundas implicações entre “as Lundas” e “a Lunda” resultam da confusão entre real e imaginário e de uma certa conceptualização do passado baseada em informações nem sempre correctamente descodificadas. O uso da palavra Lunda coloca sérios problemas cuja extensão não é possível discutir no âmbito de um trabalho desta natureza. Não é possível falar, quando abordamos a história ou a memória colectiva, de Lunda Norte e Lunda Sul, as actuais províncias angolanas, mas de conceitos como Lunda, Império Lunda, Povos Lundanizados. Na documentação portuguesa mais antiga e no quadro de propostas de travessia de Angola a Moçambique, como vimos nos primeiro capítulos deste trabalho, aparece grafada a palavra “*Mozuas*” e logo “*Moluas*”⁷⁰⁵ como se pode ler na Carta de Dom Miguel António de Mello acerca de Descobertas Mineralógicas neste Reyno, datada de Luanda de 19 de Setembro de 1799:

Para o mesmo efeito se servem também do Cobre que fundido em pequenas barras formadas em Aspa os Muluas vendem, porém o lugar em que existem as minas de cobre é coisa que não se tem até o presente dia podido por modo algum investigar... porque os Muluas proíbem que outros povos entrem nas suas terras, e não se sabe aonde eles vivem situados. Sobre isto tenho feito multiplicadas diligências, porém sem fruto, porque nem os Luluas que aqui vem trazidos por escravos, nem os outros negros que os vendem por tais e os conduzem dizem coisa sobre a qual se possa formar ideia clara, nem ainda provável⁷⁰⁶.

⁷⁰⁵ Hoover aponta a origem etimológica da palavra de *múru*: w com a evolução muluwa, sa muluwe e com o significado de embaixador, emissário, mensageiro. Afirma que para os Yaka muluwa significaria o membro descendente dos Lunda de Kasongo. Refere o uso da designação “terras dos Moluas” em 1790 no mapa de Cândido Pinheiro Furtado. Afirma ainda que o facto de alguns terem feito coincidir o termo com Lunda, implicando que os Ruund controlassem áreas próximas do Rio Kwango no século XVII, pode apenas referir “uma corte centralizada com embaixadores no Kwango, mas não necessariamente o estado Ruund dos Muat Yavs”, Ver Hoover, *The Seduction*, p. 540 e 627. Lendo a documentação portuguesa do século XVIII cremos que a ideia do “grande império dos Muant Yavs” e da sua importância para o comércio de escravos estava bem consolidada na costa.

⁷⁰⁶ Arquivos de Angola, Vol I, nº1.

“Terras do potentado Muata Ianvo” é como aparece na correspondência de Saldanha da Gama⁷⁰⁷, para distintas instâncias da mesma nação (Carta para o Muata Ianvo; Carta segunda para o Muataianvo e Carta para a Mai do potentado Muata Ianvo⁷⁰⁸), todas datadas do ano de 1808. Também como terras do “Muata Ianvo” ou “terras do Muropue” são referidas pelo pombeiro Pedro João Batista, nos documentos em que narra a sua viagem de Mucari até Tete, entre 1802 e 1811⁷⁰⁹.

Em finais do século XIX, Henrique de Carvalho explica a origem da designação e refere as confusões dos antigos exploradores:

Mulopo, muropo, mulúpue (mulupué), murúpue (murupué) segundo os dialectos não é denominação de um povo, mas um título do imediato a um potentado, ou ao senhor de uma família. Esta denominação trouxeram os filhos de Mutombo da Luba para os estados que constituíram. Entre os Lundas adoptou-se depois da vinda de Ilunga e por isso se chama Suana Mulopo ao que segue na sucessão, devendo por isso interpretar-se «herdeiro imediato». Alguns interpretam por «príncipe herdeiro», o que não me parece bem porque entre famílias particulares existe esta entidade, os irmãos mais novos são *mulopos* dos mais velhos na devida ordem.

É d’aqui certamente que provém o uso dos nossos antigos exploradores e viajantes chamarem ao estado do Muatiânvua, dos Murúpues ou Muropos; e mesmo chegaram a confundir Muatiânvua com Murópue. O Suana Mulopo é de facto filho do Muatiânvua, herdeiro do que está no estado; mas quando dele toma posse deixa de ser Suana Mulopo para ser Muatiânvua. Como imediato na sucessão de um Muatiânvua é ainda seu quilolo; o que também sucedia no Muata Cazembe, onde essa confusão se deu, pois os exploradores, que fazem a enumeração dos quilolos do Cazembe, citam o Suana Murópue, sobrinho do Muata.

E também a mesma confusão se deu com o estado dos Muluas, quando *múlua (mulua)* é o «portador de notícias, um escudeiro».⁷¹⁰

Pouco depois, fixa-se Lunda, traduzida pelos viajantes do século XIX, por “terra da amizade” - “nome que tomou da amizade (*ruda*) que reinava entre os povos e os chefes dos estados Bungos”⁷¹¹.

⁷⁰⁷ António Saldanha da Gama, Governador de Angola de 29-3-1807 a 6-7- 1810 e já referido anteriormente.

⁷⁰⁸ AHNA, Códice 240, C-8-3, Ofícios para Angola, fl. 69 e 69v. Transcritas neste trabalho supra.

⁷⁰⁹ Annaes Marítimos e Coloniaes, 3ª série, parte não oficial, Lisboa, 1943, pp. 162-190, 223-240, 423-439, 493-506.

⁷¹⁰ Henrique de Carvalho, *Ethnographia...*, p. 66, nota 2. Para os conceitos Vide Glossário.

⁷¹¹ Ver Henrique de Carvalho, *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, Lisboa, p. 63, nota 1.

O conceito ficou e foi crucial no longo processo de negociações entre as potências coloniais, sobretudo entre os Belgas e os Portugueses (iniciado em 1890-1891) e estes mantiveram a designação Lunda, para um território maioritariamente ocupado por formações sociais *cokwe*.⁷¹²

Em gesto de respeito o povo chamava a sua rainha de Swana-Mu-Rhunda. Swana significa «substituiu» e «Rhunda» o nome que designavam a referida região de características morfológicas com pequena elevação, aliás e para recordar já na época do Rei Yala Muaku, o fundador do Reino, a forma harmoniosa das relações entre o chefe e os súbditos (Muene e os Tubungo) levou que o território (Reino) tomou definitivamente o nome de Rhunda. Daí nasceu o actual nome Lunda já simplificado pelos portugueses⁷¹³.

Com pequenas variações, todos os entrevistados combinam, de forma articulada, as origens e significado da palavra “o lugar das pequenas elevações” (como resume Joaquim Kassumuka na entrevista de campo de 29-08- 2003) com a carga semântica que foi adquirindo para significar harmonia e amizade. Todos reconhecem uma origem comum e situam no vale do *Nkalan*y o centro ritual da “Lundanidade”⁷¹⁴.

Para Hoover, o termo “Lunda” foi usado na mesma forma em quase todas as línguas, tanto europeias como bantu. O mesmo investigador chama a atenção para o facto da aparente uniformidade esconder uma larga diversidade de uso e referências pois muitos grupos étnicos com diferenças culturais importantes chamam-se a si próprios Lunda. Para o núcleo original lunda, a linguagem altera o nome. O lexema é pronunciado com duas vogais no meio e nenhuma no fim *Ru(w)und*. Assim, *Ruund* é

⁷¹² Ver sobre este assunto, Edouard Bustin, *Lunda under Belgian Rule, The Politics of Ethnicity*, pp. viii, ix. Ver sobre as questões de fronteira Jean-Luc Vellut, “Angola- Congo: l’invention des frontières du Lunda, 1884-1893, Entre cartes imaginées et pratiques politiques de l’Afrique Équatoriale, comunicação apresentada ao Colóquio, Cartografar África em Tempo Colonial (1876-1940), Lisboa, IICT, 7-10, 11, 2006, publicação em *Africana Studia*, nº9 pp.159-181. Ver, no nosso trabalho, o capítulo sobre as fronteiras da terra e as fronteiras dos homens. Ver ainda sob recuperações recentes do conceito de império (no fim da década de 50 do século XX), Manuela Palmeirim, *Of Allien...*, p. 12., e crítica sobre a utilização do conceito em Wyatt MacGaffey, *Changing Representations...* p. 1 e *Angola on the Move*, pp. 222, 223.

⁷¹³ Versão de João Batista Manassa, Licenciado em História pelo ISCED, Universidade Agostinho Neto, com uma tese sobre *O Surgimento e Evolução do Distrito da Lunda. Estudo Histórico dos Povos Lunda-Tchikwe(1895-1978)*. Foi entrevistado em Saurimo em 22-8- 2003. A sua versão sobre a origem da designação Lunda está presente quase sem variantes, na Tese, na entrevista e ainda numa comunicação “Origem do Poder Mwatxissengue Watembo” apresentada ao 1º Encontro sobre a autoridade Tradicional em Angola, realizada em Luanda em 8 de Outubro de 2003, com publicação das Actas no mesmo ano (Vide Bibliografia).

⁷¹⁴ Conceito em Edouard Bustin, *Lunda*, p. 13.

usado para referir o centro original, enquanto “Lunda” se ajusta aos mais alargados conceitos políticos e culturais.

Os entrevistados no leste angolano usam Lunda, mesmo para negar a exequibilidade do conceito. Só os nascidos no *Nkalany* e falantes de *urund* fazem a distinção quando não se pronunciam em língua portuguesa.⁷¹⁵ Para os *tucokwe* a referência é importante sobretudo para sublinhar o momento de ruptura entre *tulunda* e *tucokwe* e o início da dispersão e grande mobilidade deste povo. A forma como contam segundo uma certa estratégia implicou esta incursão no universo das origens e do significado da palavra Lunda.

A moderna historiografia faz um levantamento dos problemas a partir de 1960⁷¹⁶, e a discussão instala-se pouco depois, mas importa dizer, como o fizemos em capítulos anteriores, que, nas fontes escritas por portugueses e africanos, a ideia de um império no interior de África ganha corpo desde o século XVI. A questão da relação das fontes orais com as fontes escritas e do correcto manuseamento dos dados da oralidade institui-se como um problema maior e transborda do estabelecimento (e cumprimento) dos campos epistemológicos das diferentes ciências⁷¹⁷.

O oral e o escrito não podem ser tratados como países autónomos de fronteiras rígidas⁷¹⁸, uma vez que o escrito está perpassado dos elementos da oralidade, que legiões de informantes, ao longo dos tempos, foram compondo. O mesmo se pode referir com segurança para a oralidade cada vez mais perpassada de relatos,

⁷¹⁵ Ver Hoover, *The Seduction*, p. 3. V. também Manuela Palmeirim, *Of Allien Kings...*, especialmente “Note on orthography”.

⁷¹⁶ O Século XVI, data assumida como sendo a dos primeiros passos da história política Lunda desencadeia o debate. A dificuldade da análise das fontes, sobretudo das fontes portuguesas e do cruzamento da informação aí contida com os dados da história oral institui um debate entre os diferentes historiadores da África Central. Recuperar as circunstâncias desse debate, tal como propõe Luise White, “True Stories”..., p. 2, pode ser profícuo para os historiadores dos nossos dias.

⁷¹⁷ V. Vansina, “The Foundation of Kingdom of Kassanje” 1963, Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola, 1965 Miller, “The Imbangala and the Chronology of early Central African History”, 1972, Papstein, *The Upper Zambezi: a History of the Luvale People, 1000- 1900*, 1978, Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion to the West”, 1981. No recente trabalho “As Fontes da História Pré-colonial de Angola, ou a maravilhosa viagem dos Jaga através dos séculos”, Beatrix Heintze retoma e actualiza a discussão, Ver Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, pp.25-66.

⁷¹⁸ Como acontece aos teóricos da memória. Ver Jacques Le Goff, *História e Memória*, vol. II, *Memória*, p.15 Goody, “Memoire et apprentissage dans les sociétés avec et sans écriture: la transmission du Bagre,” in *L’Home*, XVII, p.34.

construções e vocabulário da escrita, (Ver capítulo sobre as Fontes). As zonas de permeabilidade entre o oral e o escrito obrigam a adoptar uma especial teoria das fontes, que permite continuar a encontrar informação. Alguns entrevistados no trabalho de terreno são depositários de uma memória da memória – “o meu pai lembrava-se de ouvir o avô dizer”⁷¹⁹, “daí veio o meu avô Ritende Emile Naweji”⁷²⁰, “Ele conhece apenas o que os seus bisavós está a contar”⁷²¹. O saber é ainda uma voz que diz e constrói o passado e as suas representações e que, quando cruzada com o conteúdo das fontes escritas portuguesas, permite olhar para história e a expansão das principais instituições lunda e situá-las no tempo. Um dos campos da memória tem assim as suas fronteiras no trabalho de grupos que fazem e refazem o seu passado em função do presente, sendo que, aceite com Appadurai, que “o passado não é mais uma terra para onde se possa regressar graças a uma política da memória”⁷²², os usos políticos do passado oferecem possibilidades de regresso e modelação da memória muitas vezes rasurando as estruturas históricas e espaciais em função da reconstrução de uma lógica de legitimidade para o presente. A história da memória colectiva pode ser retomada como um processo de produção cultural com a mediação de intermediários especializados em direcção a uma recepção que dela se alimenta. Genealogistas, guardiães dos códigos reais, historiadores profissionais instituem-se na memória da sociedade, ao lado de “mais velhos”, “adivinhos” e são simultaneamente depositários da história objectiva e da história ideológica: “A História é uma coisa do fundo do país e quem me escolheu para contar a história foi o meu avô”, disse o nosso entrevistado Alberto Becugula⁷²³. A memória especializada determina a aquisição programada das lembranças e das capacidades de memorização. Todos os aspectos da personalidade fixam a aquisição quotidiana das lembranças e da capacidade de memorização. A profissionalização e especialização pode ser um exemplo. Alberto Becugula, um dos entrevistados na Lunda-Norte (Dundo), assumia-se como contador profissional e usava um gravador para não perder nenhuma das

⁷¹⁹ Conversa com Francisco Xavier Yambo, actual director do Instituto do Património Cultural em Angola, em 15-11-2002.

⁷²⁰ Entrevista com Ritende (Manuel Kamina Kakesse Naweji), no Dundo, Bairro Kamatundo em 21-11-2002.

⁷²¹ Entrevista com Cinyama, no Dundo em 24.7. 03. Ver título político, origem e história no Glossário.

⁷²² Arjun Appadurai, *Modernity*, p. 30.

⁷²³ Alberto Becugula, entrevista no Dundo Lunda Norte em 28-07-03.

histórias. Procurava resolver o problema da erosão do tempo, mas também defender os seus “direitos de autor”.

A questão, em 2001, prendia-se com os problemas surgidos com a sucessão ao cargo de *Mwant Cisengue*⁷²⁴ que, mais uma vez, repunha e recentrava as complexas questões do estado, do poder e da legitimidade, no sentido da reconstituição do passado como resultado de um processo de “indução massiva”,⁷²⁵ operado durante o período colonial, mas também de momentos de adormecimento dos actuais poderes para posterior recuperação das legitimidades e dos direitos ao seu exercício⁷²⁶.

Aquando da visita do Sr. Vice-Ministro da Educação e Cultura deveu-se a uma reclamação de um dos candidatos a Mwancisengue. Nós convidámos sobas ouvimos e chegámos à conclusão que os dois são verdadeiros.

Um é sobrinho outro é tio. Quer um quer outro são o que chamamos sangue real da sucessão. Quando morreu o antigo Muatcisengue ele deu o trono ao sobrinho que está a governar. Mas o tio reivindica que enquanto ele é vivo a sucessão não deveria passar para o sobrinho.

Pensamos que o assunto deveria ser resolvido dentro da linhagem. O poder não [...] aliás foi esta a nossa preocupação. Elementos estranhos não podem influenciar a sucessão num sobado ou num reino ou nem império. O que houve é que havia mais intervenções externas que provocaram conflitos dentro da linhagem.

Mas hoje o assunto está sendo tratado devidamente e o tio reconhece o papel do sobrinho. Um mais velho pode ou por sucessão ou por outros motivos não ser indicado. O sobrinho [...] quer o tio quer o sobrinho os dois têm a legitimidade de ser indicados. Neste caso é o sobrinho que está a ser indicado na sucessão.

[...]

A legitimidade [é um] problema...

[Há] Interferências externas

⁷²⁴ Este cargo é considerado por muitos investigadores como um título relativamente recente na tradição cokwe: “O conjunto convencional dos principais reis Cokwe (Ndumba, Mbumba, Kanyika e Kandala) aparece em companhia do título de um recém-chegado do século dezanove (Cisengue)” Miller, *Poder Político*, p. 136; “The next record known at a minor Cokwe Court in 1903/1904, to which is added presumable somewhat later information obtained from nearby Luchazi Chiefs. The Cokwe court claimed that Tembua Tchissengue fell from the sky in the present country of the Mwaat Yaav and left five sons and one daughter the ancestors of major Cokwe chiefs”, Jan Vansina, “It Never Happened...”, p. 395. Carvalho situa o “primeiro Quissengue na descendência de Ná Cambamba” e a sua origem nas migrações dos povos Lunda ocorridas depois de Luéji. V. Carvalho, *Ethografia e História...*, p. 91. No presente o cargo assumiu uma enorme importância para os cokwe. Em reunião de 22/11/ de 2007, em Saurimo, Lunda-Sul a “nomenclatura da autoridade Lunda-Cokwe” (sic) foi aprovada no final do segundo encontro provincial das autoridades tradicionais da Lunda-Sul e considera Cisengue o mais importante título político entre os Cokwe. É comum em Saurimo ouvir a designação “Sua Majestade”.

⁷²⁵ Bogumil Jewsiewicki & Henry Moniot, “Mémoires, Histoires, Identités”, p.235.

⁷²⁶ Noções discutidas e clarificadas em Bogumil Jewisiecki e V. Y. Mundimbe, “African Memories and Contemporary History of Africa”, especialmente p. 3.

Em termos dos clãs matrilinear [es] o poder passa do tio para o sobrinho. Neste caso estamos perante uma linhagem matrilinear. O tio vive, o sobrinho também, quer um quer outro podia ser indicado. O conselho dos miata (mais velhos) primeiro não é qualquer pessoa pode ser indicado para a sucessão. Tem que ser filho da irmã mais velha. Se a irmã mais velha não tem filhos pode ser a outra irmã. Neste momento o conflito é em termos de legitimidade. Se fosse um elemento da linhagem do pai não podia ser candidato. As interferências externas penso que o assunto tomou uma enorme dimensão tendo em conta que o falecido era deputado. As pessoas pensaram que depois da sucessão o novo Muatcisengue também estaria presente na assembleia.⁷²⁷

Estas transições e associações entre modelos políticos do passado e seu posicionamento no presente é frequente e aparece nas muitas entrevistas. Muitas vezes começam a contar a partir de um horizonte mítico, entremeado de influências da história, da reconstrução de um imaginário retrospectivo que passa pela procura da “tradição gloriosa”⁷²⁸, manipulada durante toda a época colonial e, até certo ponto, rasurada pelo estado laico e revolucionário posterior a 1975⁷²⁹.

⁷²⁷ 1ª Entrevista com Felizardo Gourgel, realizada em 18-11.2002, nas instalações da Delegação Provincial da Cultura, no Dundo, Lunda Norte. Nascido na Lunda Norte, onde viria a falecer em 2003, Felizardo Gourgel viveu e estudou na República Democrática do Congo e foi durante muitos anos Conservador do Museu do Dundo. No momento das entrevistas exercia as funções de Delegado Provincial da Educação e Cultura da Lunda Norte.

⁷²⁸ Conceito em B. Jewsiecki e V.Y.Mudimbe, cit. p. 9. Conceitualizações do tempo histórico em África considerado como um tempo “caracteristicamente africano” estão explícitas nos trabalhos de historiadores como Joseph Ki-zerbo; Ade Ajayi, por sua vez tributários de Cheik Anta Diop e por esta via presentes em muitos dos modernos trabalhos sobre historiografia africana (v. p. exemplo os vols. Da História Geral de África organizados pela Unesco). Esse é outro dos mitos que, para usar a terminologia de MacGafey convinha discutir, MacGafey, “Changing e “Crossing the River”, in *Angola on the Move*, p.239 Em Angola essa busca da “tradição gloriosa” reaparece enquanto esteio identitário visível no slogan “Não há futuro sem passado, conservemos o nosso património cultural. A discussão fez-se ainda antes da Independência Nacional e ressurgiu depois transformada em projecto de pesquisa- “Projecto de Investigação sobre a Questão Nacional, preparado e executado por especialistas angolanos e cubanos sob orientação partidária e não estatal.

⁷²⁹ Num texto de 2002, sobre “Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais de Poder em Angola: Aspectos essenciais a ter em conta na Futura Administração Autárquica” (texto policopiado) Fernando Pacheco chama a atenção para o problema. A relação entre o MPLA partido que chega ao poder em 1975 (nessa altura ainda Movimento e Partido do Trabalho a partir de 1977), e as autoridades tradicionais tem uma história que começa durante a luta de libertação nacional onde em certos lugares e ocasiões os sobas são integrados e noutros são afastados ou ignorados face à importância dos princípios revolucionários. Em determinadas regiões de Angola as estruturas tradicionais e seus representantes estavam minadas pela acção missionária anterior a 1975. No caso da Lunda a situação é diferente de todo o resto do país. A DIAMANG tinha jogado com as autoridades tradicionais e estas apropriaram-se de todos os espaços de poder que lhes foram permitidos. Um caso exemplar é o da rainha Nya Katolo (Vide Glossário), numa primeira fase acusada de colaborar com os portugueses e logo depois integrada pelo novo poder como membro da Assembleia do Povo.

Então todos os sobas foram abolidos quase. E assim também em outras povoações que eu sei, quando veio a revolução tentaram acabar com os próprios sobas para ficar apenas os comités. Coordenador do bairro tal, do bairro Y, tirando o próprio nome que é do consuetudinário para meter atrás. E isso não podia ser. Mas actualmente o governo está a entender. Está a começar a entender que não pode abolir as autoridades consuetudinárias. É assim que está a tentar vir nos carris anteriores. Mas ainda nesses parâmetros da revolução de 75 até encima e por aí muitos denegriram mesmo a posição de autoridade tradicional⁷³⁰.

Convém sublinhar que, no entanto, longe das cidades, a tradição e o recurso aos seus representantes permaneceu, como alternativa, perante a retracção do estado e, em certos casos, a sua completa demissão. Um complexo corpus, constituído por depoimentos orais, testemunhos, entrevistas, aponta para a construção da memória colectiva, ou o recurso a elementos estruturantes dessa mesma memória, importantes para o grupo. Experiências anteriores, com as informações fornecidas, histórias de vida, como o depoimento de Luachi Ngalanda Samukanda, ancião com mais de 100 anos, (idade estimada) ou de Felizardo Gourgel, depoimentos de 2002, sugeriam que a orientação fosse procurar as relações entre recordações pessoais, muitas vezes apoiadas pela formulação política do eu com o outro, e memória colectiva, reconstruções identitárias e processos de redimensionação do social e do político, em curso no presente. A relação entre memória e esquecimento, valorização de determinados aspectos e esquecimento de outros pareceu-nos ressaltar de algumas recolhas, podendo, assim, a história da memória colectiva ser retomada como um processo de produção cultural, sujeito a regras de aprendizagem formal e a técnicas de dizer, muitas vezes transformadas em episódios narrativos, com uma lógica e uma sequência que não é a da história como tal⁷³¹.

Segundo a nossa história antropológica lunda cokwe os meus pais de facto são mesmo, fazem parte da monarquia cokwe cujo nosso rei nesta altura o Muatchiseng wa Tembo eles contaram-me muitas coisas com os mais velhos que nós tínhamos lá na povoação,

⁷³⁰ Tanda Sakaúma, entrevista de 11-08-2003. Tanda Sakaúma nasceu No Kassai-Sul, na aldeia de Sakamundji. Estudos Primários e Secundários. Formação profissional como marceneiro e Carpinteiro. Actualmente trabalhador no “Projecto Catoca”, Lunda-Sul, exploração diamantífera de Kimberlito.

⁷³¹ Miller afirma o mesmo quando trata da versão da história de Luéji “contada” por Carvalho: “o relato de Henrique de Carvalho é, de entre as versões publicadas da tradição, a única que ultrapassa uma versão muito esquemática dos episódios narrativos”, Miller, *Poder Político*, p. 122.

lá na tchota, porque tchota, o Jango, para nós é um centro de instrução. Eles diziam-me o seguinte: Muitas das vezes eu perguntava, “mas pai de onde é que nós viemos”. E eles diziam nós segundo os nossos bisavôs também contavam que nós somos oriundos da região dos grandes lagos lá no nascente. Então eles me contavam de que certa vez houve um senhor chamado Chinaweji e então havia muita família, essa família então falava o mesmo idioma, se entendiam entre eles. Mais tarde então por curiosidade quiseram saber quem é o criador desta bioesfera. Falava-se em Deus mas as pessoas suscitavam dúvidas. E é isso que um dia desses e as pessoas falavam o mesmo idioma então decidiram construir uma torre. Uma torre que nós chamamos kapochi⁷³² em tchokwe. Uma torre que é para subir lá no mais alto dos céus. Kapochi exacto para conhecer e ver esse deus dizem que morava no céu. Portanto as pessoas suscitava dúvidas, não é? Mas houve vontade e eles construíram essa torre. A torre foi atingiu talvez uma altura, segundo eles, era coisas contadas, sem medições umas mil dois mil milhas por aí fora. Então não sei o que houve pela questão da natureza própria essa torre destruiu, quando destruiu segundo a explicação dos meus pais a partir daí começou já a haver muitos idiomas. Este começou a falar Lunda o outro Cokwe, outros começaram a falar Luvale, outros assim, portanto uma diversidade etno linguística que surgiu aí a partir dessa torre chamada Kapochi. E a partir daí começou a haver já grupos emigrantes para irem começar a conquistar as terras e assim foi nessa altura desde o lago Moero que eles me falavam. Lá desde o Tanganika, Moero. Lá na Tanzânia então começaram a vir para conquistar as terras. Assim eles chegaram a uma área que denominaram Mussumba. Mussumba quer dizer uma área um acampamento a bem dizer chegaram nesse acampamento havia muita gente e dali todos com o intuito de sair para conquistar outras terras mas todos em direcção ao ocidente, segundo ele dizia. E a partir dali as pessoas começaram a dispersar-se. Ele ainda me falou na geração de Xeme que ele diz que deu a origem da cor branca, segundo ele. Então eles dirigiram-se no mar, foram navegantes, foram por aí fora... Presume-se que talvez foram estes que deram origem à Europa, à Ásia por aí fora.⁷³³

Muitos dos entrevistados incorporam um tempo mítico na construção do tempo histórico ao contrário do que nota Joseph Miller⁷³⁴, quando afirma que, para os Mbundu, as “tradições de *Ngola Inene* e dos *malunga* pertencem claramente a um tempo histórico” e não aos anteriores períodos míticos e proto-históricos que se encontram na oralidade de muitos povos africanos. Cumpre observar que o trabalho de Miller sobre poder político e parentesco, várias vezes citado ao longo desta dissertação procura as origens centrando-se sobre a informação fornecida por um grupo de indivíduos (informantes primários) de entre os quais destacou o historiador oficial da corte do antigo estado de *Kasanje* e os *baka a musendo*, historiadores não

⁷³² “Kapoci”, “Kapachi”, versão local do tema da torre de babel, a explicação para a diferenciação linguística da população. Algumas das versões das recolhas de campo apresentam-na como uma explicação para o aparecimento dos europeus. Com variações o mito está inscrito nas tradições Kanonghesha, Cokwe, Lwena. V. Scheter, *History and Historiography...*, pp. 46-49. Vide Glossário.

⁷³³ Entrevista, em 11-08-2003 a Tanda Sakaúmba.

⁷³⁴ Miller, *Poder Político*, pp.55,56 Virgílio Coelho, em “A Data da Fundação do Reino de Ndòngò”, p.522. critica esta posição de Miller fundamentando-se em recolhas de campo junto dos Mbundo que lhe permitiram encontrar “Mitos de Origem; Mitos de Instalação e Mitos da fundação do Estado.

oficiais mas “profissionais”. A exploração da palavra história, entre os *mbundo* mais ligação que origem, pode assim justificar estas e outras afirmações dos estudiosos da zona *mbundu*.⁷³⁵

No caso da região de que nos ocupamos, e isso é visível em muitas das entrevistas, e como o nota Mudimbe “dos luba aos lunda e bembe, no que respeita aos mitos fundadores, é possível notar um padrão regular que, por um lado, envolve ligações entre incesto e regicídio e, no outro, marca ou sugere a transição da patrilinearidade restrita para a matrilinearidade restrita⁷³⁶. A ideia de um “mito padrão”, como propõe Kopitoff, junta o movimento dos fundadores, uma vez passada uma fronteira, o confronto com os habitantes locais e a instituição de uma nova ordem política⁷³⁷. A “carta de fundação”⁷³⁸ teria, assim, um vínculo com a fronteira, a chegada, a imposição de instituições e adopção de outras⁷³⁹.

A história dos povos da África Central é a história do desenvolvimento de várias civilizações e da relação dos diferentes povos com a Lunda, das profundas diferenças que se operaram nas vidas dos habitantes das antigas savanas e das periferias das florestas, cujos traços são, pelo menos em parte, e como o vem afirmando Jan Vansina, passíveis de ser recuperados nas informações que a multiplicidade de fontes disponíveis nos oferecem⁷⁴⁰. Importa sublinhar a problemática que a delicadeza das fontes envolvidas levanta, como o afirma John Thornton⁷⁴¹ ou, para voltar a Vansina, a validade do uso de uma ou outra fonte ou técnica que põe o problema da validade da reconstrução como conjunto. Existe uma única reconstrução ou toda a reconstrução é uma possibilidade entre várias outras?⁷⁴²

⁷³⁵ *Poder Político*, idem, especialmente prefácio. Héli Chatelain, nos seus trabalhos, havia já chamado a atenção para a importância da informação em forma de tradições históricas e mitológicas. Ver Héli Chatelain, *Gramática Elementar do Kimbundu*, p. XVIII.

⁷³⁶ V. Mudimbe “Where is the Real Thing? Psychoanalysis and African Mythical Narratives”, p. 311.

⁷³⁷ Kopitoff, *The Internal...* p. 62.

⁷³⁸ Walter Burkert, *Mito e Mitologia*, p. 18.

⁷³⁹ Vansina, *How Societies...*, p. 185, nota 73, considera que a principal fraqueza da teoria de Kopitoff está no seu carácter estático por detrás da aparência de um modelo de processo dinâmico”. Para Vansina a proposta de Kopitoff acabaria por ser lida como “uma mesma sequência repetida durante vários milénios”. Depõe a favor de Kopitoff e das suas propostas a porosidade de todas as fronteiras em relação a homens, saberes e sistemas do simbólico.

⁷⁴⁰ V. Vansina, *Paths*, pp. 249, 250.

⁷⁴¹ “The Chronology and Causes of The Lunda Expansion”, p.1.

⁷⁴² Vansina, *Paths*, 250. Ver sobre a validade das reconstruções MacGaffey, “Changing Representations in Central African History, p. 191.

O processo alarga-se à incorporação dos dados da oralidade, da sua combinação com as fontes escritas e do correcto uso da noção de cronologia que escapa, neste caso e por vezes às definições académicas usuais. Na construção de cronologias, nomes de chefes associados a uma única pessoa localizada no tempo, representam uma sucessão de nomes e, portanto, diferentes tempos⁷⁴³. Tudo o que se conta chega no tempo, desenrola-se temporalmente, toma tempo. O texto assume um princípio de organização que ultrapassa a lógica da frase: visa as coisas, aplica-se à realidade, explica o mundo. Trata-se de livrar do esquecimento, num esforço de actualização, as histórias contadas e ligadas ao tempo de um ou vários historiadores particulares. O triplo problema do tempo, do espaço e do homem constitui o assunto da memorização⁷⁴⁴. Nas diferentes narrativas, a combinação de várias sequências presta-se facilmente a uma tipologia formal: encadeamentos, encaixes, ordem e alternância combinam-se para criar, no texto, uma certa ordem nem sempre temporal, mas onde é possível descobrir sequências narrativas destinadas a produzir esclarecimento. O tempo narrado não sofre com a traição das datas, na medida em que delas não depende para encontrar a sua própria respiração. Um novo calendário do passado é proposto, jogando com a reconstituição sequenciada sobre as origens do império lunda. A forma como, nos séculos XIX e XX, os viajantes ouviram e fixaram as listas dos chefes⁷⁴⁵, os fenómenos da expansão, o nascimento de novos cargos, resulta da combinação da recolha das fontes orais e do horizonte da expectativa que cada um possuía em relação a estas sociedades. No presente, nota-se uma memória fixada pelas formas de recolha, levadas a cabo a partir do século XIX:

Todos são filhos de Chinaweji Mbar. As pessoas estavam todos acumulados no mesmo sítio. Quando o sítio era pequeno começaram a sair disse o mais velho Sam Lwachi Galangue⁷⁴⁶.

⁷⁴³ Ver Hoover, *The Seduction*, p.589.

⁷⁴⁴ Leroi-Gourhan, *O Gesto e a Palavra, Memória*, p. 19

⁷⁴⁵ Hoover compara as diferentes listas dos Mwant Yav apresentadas por Büchner (1880), Carvalho (1887), Lemaire(1919), Van den Byvang (1926 e 1937), Léon Duysters (1927, publicação em 1958, Edmond Verhulpen (1936) Kabamba Kanteng (1940), Daniel Biebuck (1957), Gassomel (Goupement dês Associations Mutuelles de L'Empire Lunda) (1960), Vários autores, *Ngand Yetu* (1963), Vários autores "Nsang já Aruund (1968), Fernando Bruno Crine- Mavar (1960, 1973), entrevista de Hoover a Choz Kabwit a Muchail em 1974 e elabora a partir das diferentes informações o quadro que intitula "reconstruir uma lista dos reis válida". Ver, Hoover *The Seduction*, cit, pp.588-604.

⁷⁴⁶ Ancião que se atribui a si próprio mais de 103 anos, entrevistado em 9-7-2001.

1.2.Memória e as questões espaço e tempo.

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual e de grupo e o presente constitui um lugar de rememoração desse passado. O acto de fala, que o incorpora, “faz parte de uma cadeia causal, participa num conjunto de acções solitárias e dirigidas, funciona como o signo algébrico de uma intenção; sustentando o equívoco entre temporalidade e causalidade, exige um desenvolvimento, isto é a inteligência da narrativa. É por isso que ele é instrumento ideal de todas as construções do universo, é o tempo factício das cosmogonias, dos mitos”⁷⁴⁷.

O tempo surge por vezes estilizado, com um presente e suas implicações desmesuradamente ampliados. Faz sentido recordar aqui a estrutura da fábula, tal como no-la propõe Umberto Eco, retomando uma velha discussão dos formalistas russos, sobre a diferença entre fábula e enredo, e a recuperam Bogumil Jewsiewicki e V. Y. Mudimbe⁷⁴⁸:

A fábula é o esquema fundamental da narração, a lógica das acções e a sintaxe dos personagens, o curso dos acontecimentos ordenado temporalmente. Pode mesmo não ser uma sequência de acções humanas e dizer respeito a uma série de acontecimentos que se referem a objectos inanimados, ou mesmo ideias. O enredo é, pelo contrário, a história como de facto é contada, tal como aparece em superfície, com as suas deslocações temporais, saltos para a frente e para trás (ou seja antecipações e *flash-back*), descrições, digressões, reflexões parentéticas⁷⁴⁹.

O mito de fundação dos lunda oferece matéria para ser usada em todas estas direcções. As histórias articulam-se na dimensão dos vários passados, pré-colonial, colonial e pós-colonial, para cobrir buracos do tempo, num processo cumulativo que rasura determinados episódios e sublinha outros, que fazem mais sentido no presente em que são contadas. A história de Lueji, tal como nos é contada, é exemplo da sequência onde a lógica da narrativa se sobrepõe a todas as lógicas temporais:

⁷⁴⁷ Roland Barthes, *O Grau Zero...*, p. 32.

⁷⁴⁸ Bogumil Jewsiewicki, V.Y. Mudimbé, “African’ Memories and Contemporary History”, p.5.

⁷⁴⁹ Umberto Eco, *Leitura do Texto Literário, Lector in Fabula*, p. 109.

Os Bungos viviam agrupados em diferentes povoações, governando-se independentemente cada uma com seu chefe, intitulado «senhor do estado», que tinha por distintivo o *Lukano* (bracelete feito de veias humanas)⁷⁵⁰. Os chefes d'estas povoações eram parentes e todos ouviam e respeitavam o mais velho, Iala Mácu (ĩala maku «mãe das pedras»). Iala, de sua primeira mulher Cõnti, ou Cõndi contava dois filhos, Qingúri e Iala e uma filha Luéji, que tomaram para apelido o nome da mãe.

Os filhos já adultos tornaram-se ociosos e entregaram-se ao uso imoderado das bebidas fermentadas, causando desordem e perturbações no estado. (...) Numa ocasião em que o velho se entretinha, como de costume a fabricar uma esteira no seu pátio reservado, entraram eles muito embriagados e seguiram direitos ao pai. Os filhos perturbados pelo *malufo* (vinho de palma) começaram a insultar o velho dizendo que os roubava estragando malufo.

O pai surpreendido por tal atrevimento e desatino, limitou-se a levantar os olhos para o mais velho e encolher os ombros. Este (Quinguri), sem mais demora, levanta o *musunhi* (musuni, espécie de cacheira) que trazia, e jogou-lhe uma pancada à cabeça que o prostrou logo sem lhe dar tempo a gritar por socorro.

Os filhos continuaram a insultá-lo e a moê-lo de pancadas com receio de que pudesse gritar, dizendo-lhe que ele já comera bastante ao estado e devia deixar lugar para outro, e foi só quando o supuseram sem fala e o viram banhado em sangue que o deixaram por ali abandonado.

Luéji, recolhendo já tarde do serviço das lavras com as suas servas, como de costume, procurava o pai para o saudar, e não o vendo recolhido, seguiu para onde ouvia uns gemidos e ficou surpreendida com o triste quadro que viu diante de si.

Pouco a pouco conseguiu saber do pai como os factos se passaram, e deles foi dando notícia aos parentes que vinham ao seu chamamento. Os parentes mais velhos entenderam cada um por sua parte mandar participação do ocorrido a todos os muatas próximos e antes da madrugada já os principais estavam ao lado de Iala moribundo. Este reconhecendo o seu fim próximo fez aproximar todos para lhe comunicar as suas vontades. (...) Depois do que se passara pedia a todos os amigos e parentes que se juntassem e reconhecessem a sua filha como única herdeira e senhora das terras. (...) Luéji a Suana Murunda, satisfeita com a tutela no governo do estado, aumentando pelos do seu conselho, entretinha-se com as suas *amilombes* no serviço das lavras, apenas comparecia às audiências da manhã para a resolução das demandas do povo e negócios do estado, em que confirmava o voto da maioria.

(...) Ilunga, filho de Mutombo, potentado da Luba, logo que este morreu e depois de ter procedido às cerimónias do óbito, como era um grande caçador, reuniu todos os seus amigos e dispôs-se a explorar as florestas do sul e quando chegou às margens do Cajidíxi encontrou as raparigas de Luéji que se apressaram a informar a Suana Murunda da chegada dos estrangeiros.

⁷⁵⁰ Lukano, Rukano, Rukan. Bracelete de veias humanas distintivo de soberania, o bracelete Lunda símbolo da autoridade real, (lucano) “são uns braceletes, distintivo que só usam o muatiânvua e Muata que têm estado. Já o usavam os senhores dos antigos Bungos, honra que depois Luéji-ia-Conti concedem a todos os Bungos logo que entregou o do pai a Chibinda Ilunga”, Carvalho, *Ethnografia* p. 59 e nota 2, 350 e segs., desenho em *Ethnografia*, p.112; V. Carvalho Methodo Prático, p.367; “A jóia do reino, uma pulseira feita com os dentes dos antepassados, transforma o seu proprietário num ser semelhante a um deus aos olhos dos negros lunda e faz dele o soberano incondicional do reino dos Lunda”, Curt Von François (1888), in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, p. 273; O sagrado bracelete real de tecido humano enrolado numa base de ferro, provavelmente de origem proto-lunda, Hoover, *The Seduction*, p.529. V. Tb. Heintze, *Pioneiros*, p.444. Lukanu (variante Cikanu) presente nos cestos de adivinhação Cokwe. O Bracelete simboliza as tensões entre os poderes.

Luéji, consultando os seus oráculos, convenceu-se de que seu pai se encarregara de lhe enviar aquele caçador e por isso resolveu convocar os *cárulas* (parentes na ordem ascendente) para os consultar o que lhe diziam os adivinhos e sobre o que lhe ditava o coração. Os velhos parentes que já simpatizavam com o caçador pronunciaram-se a seu favor, porque queriam que se cumprissem as vontades de Xacala Makala, e estavam sempre temerosos que Quinguri, conseguisse organizar partido para roubar o lukano à irmã e tomar conta do estado⁷⁵¹.

Esta versão ainda está presente na memória dos actuais profissionais da memória e, quando a alteram, não é com o tempo entre as diferentes sequências narrativas que se preocupam, mas antes com o papel e valor das personagens importantes como instâncias legitimadoras da sua própria história, para além de esclarecer o cruzamento entre identidade pessoal e identidade narrativa⁷⁵².

Em 2003, Jaime Efinde Finde contava a sua versão da história:

A tradição quioca, como a população da região no seu todo são quase todos quiocos, tal como a Dra. já viu no documento escrito que lhe apresentei⁷⁵³, vêm aqui por uma situação que se viveu na Mussumba por ter havido uma contradição com a irmã a quem o pai dera o poder. E ela tinha, conforme já viu escrito, uma área de exploração de uma bebida chamada marufo. Ela tinha os seus guarda-costas, os tubungu e então passado um tempo encontraram sabotagem. Alguém levava a bebida. Então eles foram contar a rainha e disseram: olha hoje vimos de mãos vazias porque alguém aproveitou a bebida. Ela não ficou satisfeita e ordenou esses indivíduos no sentido de fazer guarnição na área para apanhar quem tinha ficado com a bebida. Assim eles foram e montaram emboscada e prenderam um jovem denominado Cibinda Katele. Cibinda é caçador. Então trouxeram esse jovem. Pelas características dele a rainha que era solteira viu e achou por bem considerar já ficar com ele como esposo. Colocou-o no quintal. O estranho urgiu quando ela a rainha tinha que ir a certos lugares fazer as suas rezas. Mas na altura em que estivesse com o período não podia pegar nesses símbolos. Então ela deu o lukano ao marido. Discussões, a partir dali já não gostaram porque o marido não faz parte da geração é pessoa estranha. Então os irmãos acharam que tinham que lhe abandonar. Cingury e Ná kabamba saíram primeiro. Depois os outros desmobilizaram o Muambumba, o Ndongi e deram origem a todos estes povos⁷⁵⁴.

As questões das datas são pouco importantes e podem ser substituídas por “um ror de tempo” sendo que a lógica do testemunho impõe a ultrapassagem das datas. “A

⁷⁵¹ Henrique de Carvalho, cit. pp. 60-91 (Texto com supressões).

⁷⁵² Paul Ricoeur, *Soi-même*, p.138.

⁷⁵³ “Breve Historial do Povo Tchokwe, segundo Muanangana regedor Muambumba da Comuna do Alto Chikapa”, recolhida por Jaime Efinde Finde, sem data.

⁷⁵⁴ Entrevista com Jaime Efinde Finde, Saurimo, 20.8-03. Note-se a insistência e a valorização da escrita e ainda a oralidade perpassada de expressões da actualidade (sabotagem, guarnição desmobilizaram).

memória viva”⁷⁵⁵ não se incomoda com a cronologia, o tempo da história. Em causa, a origem do “estado”, o aparecimento das instituições centralizadas que a figura Mwant Yav simboliza.⁷⁵⁶ Para Hoover a geração *de Yav a Yrung* (o primeiro Mwant Yav) deve ter começado cerca de 1640, embora uma análise rigorosa dos dados em Leitão e da duração das gerações permita pensar em 1580 para o início das instituições centralizadas que *Yav a Yrung* significa entre os Lunda⁷⁵⁷. Nos depoimentos recolhidos no campo e nas outras entrevistas as datas são remetidas para “um tempo em que ninguém usava arma de fogo”⁷⁵⁸. Importa reter que para as formações sociais em estudo, este momento de ruptura não importando o tempo real em que aconteceu, tem significados e aproveitamentos muito diferentes. O “nacionalismo lunda” não podia existir sem o Mwant Yav, representação de uma ruptura e do início de uma época de poder centralizado que justifica a sucessão dos chefes e a sua duração no tempo. Para o “nacionalismo cokwe”, em contraste as memórias históricas empolam um momento de ruptura com as formações lunda e as sucessivas migrações destes povos, saltando por cima da ideia de uma instituição centralizada como princípio organizador⁷⁵⁹.

1.3. Presente aforístico e presente histórico

A sucessão cronológica que, para um tempo da história, se mistura com complexas genealogias que não comportam uma contagem do tempo, uma vez que uma sucessão de nomes, como nos recorda Hoover, implica diferenças fundamentais entre as listas de posições titulares e as genealogias⁷⁶⁰. A passagem do tempo comporta naturalmente a perda de detalhe histórico e o caso dos sucessivos Mwant Yaav podem não ser sinónimos da morte e da vida de um indivíduo, mas de processos complexos de uso do mesmo nome, dependendo das ligações matrilineares ou

⁷⁵⁵ Conceito em Ricoeur, *La Memoire, l’histoire, l’oubli*, cit, p. 191.

⁷⁵⁶ Palmeirim, “No limiar da Cultura”, p. 45. Ver crítica em Miller, *Poder Político*, cit. P. 9. A Importância dos estrangeiros na criação de uma ordem nova faz parte da memória e dos testemunhos de campo recolhidos.

⁷⁵⁷ Hoover, *The Seduction*, p. 615.

⁷⁵⁸ Mwant Ciseng Alberto Ndumba, entrevista citada.

⁷⁵⁹ Conceitos aprofundados e desenvolvidos em Bustin, *Lunda...*, pp. 167 e passim.

⁷⁶⁰ Hoover, *the Seduction of Rweji*, vol. I, p. 589.

patrilineares dos sujeitos envolvidos. Uma tendência para elidir nomes de considerados usurpadores ou sucessores de legitimidade questionável pode também estar presente em muitas das reconstruções genealógicas ou “listas de reis” e chefes recordados e transmitidos pela tradição. Complexas relações de parentesco criam dificuldades na ordenação cronológica dos diferentes portadores de títulos políticos, daí as dificuldades em distinguir genealogias de portadores de títulos políticos⁷⁶¹.

O parentesco não só determinou e regulamentou, em larga medida, as relações regionais entre as pessoas, mas também desempenhou durante séculos e, em certas áreas, continua a desempenhar, um importante papel no plano da política supra-regional. A política de casamentos, por exemplo, assumiu um lugar proeminente, especialmente nas monarquias. Contudo, para além destas estratégias comuns, a categoria do “parentesco” podia constituir uma complexa rede de relações reais e imaginárias, a nível estadual que influenciava toda a vida política⁷⁶².

Os actuais habitantes das regiões das Lundas Angolanas têm consciência da importância deste parentesco e revelam-no quando falam da sua origem comum, das questões de legitimidade e da incompreensão de todos os poderes sobre esta realidade. Bem como a ideia aprendida da tradição de que um mais velho pode ser alguém hierarquicamente superior e não apenas um ancião. A legitimidade do cargo, e da sucessão é clara e sobrevive à pós-colonialidade como sobreviveu aos tempos coloniais. Por vezes a evocação e a explicação da diferença entre “poder de sangue” e poder herdado a partir de uma situação de interferência é chamada a fazer luz sobre determinadas situações.

Hoje o poder tradicional está cada vez mais diluído é muito difícil no nosso país e na zona Lunda é difícil encontrar um chefe tradicional muito respeitado tendo em conta que hoje nas aldeias não são clãs de sangue segundo a consanguinidade que se segue nas aldeias. É o caso dos arredores do Dundo. Todas estas aldeias são habitadas por membros de outras terras o que dificulta sobremaneira o trabalho do chefe. Agora respondo à sua pergunta hoje o poder económico se encontra no poder político daí a disputa que houve entre os dois apesar de os dois serem legítimos herdeiros. Em termos de associação há uma

⁷⁶¹ É ainda Hoover que nos alerta para a importância da componente linguística no estudo das diferentes sequências: “the connective *a* before a matronymic or a patronymic is a vital distinction. Mutand Mukaz and Mukaz Mutand can be the same individual; one King is, for example, called by both forms. Mutand a Mukaz and Mukaz a Mutand, however, would unmistakable be different individuals”, Hoover, cit, p. 591.

⁷⁶² Beatrix Heintze, “Relações de Parentesco imaginárias e reais na política da África Centro- Ocidental no século XIX”, Palestra no III Encontro Internacional de História de Angola, Luanda 26 de Setembro de 2007.

ordem estabelecida. A disputa também foi a coima. A disputa foi o parlamento. Mas infelizmente os dois não sabiam que um elemento do parlamento ia engajar a comunidade internacional. É uma presença individual. Ficar no parlamento é ter uma casa em Luanda, é ter uma viatura, é ter um certo bónus para ir passar férias fora de Luanda. Tudo isso dá objecto a interpretações e disputa que houve entre os dois candidatos às sucessões do Mua... do Muatchsisengue [*Mwant Ciseng*] aliás⁷⁶³.

A noção de totalidade surge assim imersa no discurso e integra dois traços comuns a solidariedade e a tradição – sublinhando a importância que o passado dos mortos exerce sobre o presente dos vivos.

Paul Ricoeur afirma “que o tempo se humaniza na medida em que é articulado num modo narrativo e que a narrativa atinge a sua significação plena quando se torna condição da existência temporal.”⁷⁶⁴ A visibilidade das marcas temporais e a sua manipulação pelos contadores de histórias assenta nas diferentes formas de aprendizado. Entre a história e as formas de a contar institui-se um continuum que não é linear. Tal matéria pode ver-se tratada a em Estermann que, tratando dos pastores do sul de Angola, descreve como contam e Héli Chatelain que, estudando a área *mbundo*, sistematiza formas específicas da oralidade⁷⁶⁵.

As “linhagens” de informantes, desde “os pretos informantes” de Grizante Leitão 1755, aos informantes de Carvalho em 1884-1887, a José Redinha, 1940, Marie Louise Bastin, 1960, Miller, 1969 e aos entrevistados no âmbito deste trabalho todos contribuem para criar a “verdade histórica”, através da articulação dos diferentes elementos da narrativa, independentemente da sua duração no tempo. A caverna inicial, *mandam*⁷⁶⁶ habitada pelo casal fundador, não está associada a uma data mas, na actual memória, faz sentido ligá-la às origens primeiras destes povos. Maurice Halbwachs resume:

⁷⁶³ Depoimento de Felizardo Gourgel da entrevista já citada.

⁷⁶⁴ Ricoeur, *Tempo e Narrativa*, vol I, p. 85.

⁷⁶⁵ Ver Carlos Estermann, *Etnografia do Sudoeste de Angola*, I vol. p. 50 e Héli Chatelain, *Grammatica Elementar*, especialmente “Notas Preliminares”, pp. xi-xix.

⁷⁶⁶ *Mandam*, relacionada com o verbo *Kwandam* entrar em urund. Vide explicação neste trabalho supra e Glossário.

Não é menos verdade que, num grande número de casos, é percorrendo em pensamento o enquadramento temporal que nós aí encontraremos a imagem do acontecimento do passado: mas para isso é preciso que o tempo seja propício a enquadrar as lembranças⁷⁶⁷.

1.3. Contar e recordar, as lógicas e as diferenças

A consciência de que se pode ter vários passados e várias formas de lidar com ele existe. A memória colectiva confunde-se com história, apesar dos estudos utilizarem, cada vez mais, um vocabulário especializado sobre memória nacional, memória política, memória vernacular, contramemória⁷⁶⁸. A memória colectiva não é história, embora trabalhe com os mesmos materiais. O trabalho de Maurice Halbwachs é a grande referência teórica, embora muitos estudiosos prefiram distância do modelo que ele propõe⁷⁶⁹. A ele se deve a decisão de atribuir a memória a uma entidade colectiva: grupo ou sociedade, categorias cruciais para trabalhar alguns fenómenos relacionados com o “eu” sujeito e “eu” membro de uma determinada colectividade. Não esquecer que trabalhamos com entidades colectivas, iniciadas em escolas especiais e com um alto sentido de pertença ao mesmo conjunto de indivíduos com que se iniciaram. A escola da *mukanda*⁷⁷⁰ inicia os jovens nos exercícios da memória através da escrita na areia, dos

⁷⁶⁷ Maurice Halbwachs, *La Memoire Collective*, p. 157

⁷⁶⁸ Categorias propostas por Wulf Kansteiner, *Finding Meaning in Memory*, p. 181 e aprofundadas em Richard Werbner “Introduction, Beyond Oblivion: Confronting Memory Crisis”, in *Memory and Postcolony*, p. 1.

⁷⁶⁹ Ver crítica a Halbwachs em Paul Ricoeur, *La Memoire, L'histoire, l'oubli*, especialmente pp. 146-151.

⁷⁷⁰ *Mukanda* a partir do étimo *Kànda* (um-; mi) Rito da iniciação masculino ou da circuncisão. Na consolidação do poder Cokwe, laços adicionais estabelecem-se entre indivíduos provenientes de diferentes aldeias através da mukanda. Cada mukanda inclui membros de diferentes linhagens, que assim, depois da cerimónia de iniciação, estabelecem entre si uma espécie de irmandade, baseada em laços de sangue e as ligações forjadas na Mukanda estendem a rede das relações entre as aldeias de onde são provenientes. V Miller, *Cokwe Expansion*, p. 12. Por *Ciwila* é designada a iniciação feminina (informação do trabalho de campo) Na consolidação do poder Cokwe, laços adicionais estabelecem-se entre indivíduos provenientes de diferentes aldeias através da mukanda. Cada mukanda inclui membros de diferentes linhagens, que assim, depois da cerimónia de iniciação, estabelecem entre si uma espécie de irmandade, baseada em laços de sangue e as ligações forjadas na Mukanda estendem a rede das relações entre as aldeias de onde são provenientes. V Miller, *Cokwe Expansion*, p. 12. Vide Glossário

protocolos estabelecidos do comportamento e da rigidez das hierarquias. O jogo tem um papel fundamental neste exercício. A entrada no conceito de memória cultural, cultura objectificada, corpus de textos para usar, imagens, rituais específicos⁷⁷¹, faz-se neste momento em que rapazes e raparigas fazem a sua passagem para mundo dos adultos⁷⁷², estando a aprendizagem preparada para restaurar os aspectos da memória colectiva estruturantes das suas condições de membros de uma sociedade. Os iniciados são introduzidos nas técnicas da narração e da fala sob a forma de informações relativas à história antiga, às origens e à organização do grupo. Os actos de fala obedecem a géneros específicos que são diferentes para a saudação dos chefes, as narrativas históricas e das origens e os factos relacionados com o quotidiano.

A experiência de campo e o problema das autoridades tradicionais provam que, tanto na história como na memória, a selecção, interpretação e distorção, entre rótulo e conceito é socialmente condicionada. A reconstituição do passado faz-se em função do presente, permitindo que a reorganização do trabalho da memória passe pela introdução das zonas do esquecimento. As origens diferentes dos informantes, seus percursos e inserção na actual sociedade permitem, de certa forma, acompanhar os momentos de lembrança, o seu relacionamento peculiar com a história e as maneiras de unir e dividir a história. Fazem, por vezes, exercícios que estão muito para além daquilo que a moderna historiografia repete: o gesto de dividir. A sua cronologia compõe-se de períodos, nem sempre cronologicamente ordenados, para estar de acordo com o que Michel de Certeau afirma: “Entre outros povos a história é o privilégio que é preciso lembrar para não esquecer de si próprio”⁷⁷³. O contínuo do tempo não precisa ser certificado pela distância em relação ao passado. Há complexos processos de coexistência e reabsorção.

⁷⁷¹ Ver a título de exemplo Mbamba Mutai, jogo de palavras, exercício de memória e aprendizado usado nas escolas de iniciação dos Tucokwe. Uma versão recolhida por Mário Fontinha, *Desenhos na Areia dos Quiocos do Nordeste de Angola*, pp. 110 e 111: “Para ganharem os participantes neste jogo- bom exercício de memória- terão que dizer as frases construídas, começando por um homem que persegue o seu cão, seu cão que persegue uma ave, etc., repetindo esta lenga lenga para 10 homens, 20 homens e mais. Logo que o jogador se engana fica sujeito a multa que reverte a favor do grupo, dando o seu lugar a outro. Mbamba Mutai será como um símbolo dentro da organização social dos quiocos procurando agrupá-los em torno dum ideal, apoiado nas cerimónias de iniciação”. A memória desde cedo como elemento estruturante da coesão do grupo. Ver o desenho que se associa ao jogo, Fontinha, cit, p. 117.

⁷⁷² Também para as raparigas esta iniciação se faz. Vide Glossário.

⁷⁷³ Michel de Certeau, *l'Écriture de l'Histoire*, p. 5.

Entre o dito e o não dito fica toda uma história da cumplicidade com o que é socialmente tolerado. Épocas históricas mais ou menos recentes introduzem elementos de perturbação no contar das histórias. A situação colonial induziu massivamente a reconstituição do passado. O que era tolerado pela DIAMANG e pelo estado colonial, o que era tolerado pela Angola revolucionária depois da independência constituem dois momentos peculiares do relacionamento dos membros do grupo com a memória histórica. O discurso político articulado em torno de uma memória de resistência, em confronto com um tempo de criação da tradição que, no caso concreto dos povos em estudo, foi tolerado e incentivado pela DIAMANG, o seu Museu e as suas publicações culturais. No relatório mensal do Museu do Dundo, referente ao mês de Abril de 1947, pode ler-se:

Apareceu uma nova dança na região “Kalukuta” que vem sendo adoptada pelos kiokos. É originária do Bié. A propaganda do folclore nativo e as festas folclóricas do museu retardam um tanto a adopção destas novidades mas não a ponto de as suster como seria útil. Esta dança tal qual a “Maringa” e outras congéneres são consideradas impróprias e imorais pelos nativos tribalizados. Porque se não defende os costumes são destes naturais dificultando a expansão destes bailados de calcinhas? Não nos cansaremos de dizer que estas inovações são prejudiciais. Não têm arte, não têm moral, não têm raça⁷⁷⁴.

As representações do passado “imaginário retrospectivo”⁷⁷⁵ surgem naturalmente aumentadas no confronto com uma realidade que tem o “sentido da perda”⁷⁷⁶ como seu esteio mais importante. A Lunda fica longe dos centros de decisão do país e o esvaziamento dos lugares foi directamente proporcional às modificações administrativas introduzidas (divisão regional, indicação de uma capital no Lucapa,⁷⁷⁷ criação de um estatuto especial “próprio” para a província da Lunda-Norte⁷⁷⁸), ambiguidade das políticas culturais, muito mais dependentes dos seus representantes locais do que do edifício teórico elaborado em Luanda. A ideia de contaminação sobrevive nos diferentes momentos do presente e o actual director do Museu do Dundo, Fonseca Sousa, numa

⁷⁷⁴ Relatório Mensal do Museu do Dundo, referente ao mês de Abril de 1947, assinado pelo director do Museu José Redinha.

⁷⁷⁵ Conceito em Bogumil Jewsiecki & Henri Moniot, “Presentation” in *Cahiers d’Études Africaines*, 107/108, p. 235.

⁷⁷⁶ Richard Webner, cit. p.1

⁷⁷⁷ Diário da República, de 4 de Junho de 1978, artigo 1º. 2 e 3.

⁷⁷⁸ Idem, 5.

entrevista à imprensa local por ocasião do Dia Nacional da Cultura (08-01-08) afirmava:

A concentração de diversos grupos etno-língüísticos nos centros das urbes está na origem do desaparecimento de valores morais e culturais da população Lunda-Cokwe⁷⁷⁹.

Esta ideia recorrente de perda em relação a antigos patrimónios reside nas vozes consultadas como justificação para poderosas identidades que no seu fazer e refazer ligam o actual território e as suas gentes a antigas ordens e referências.

Neste contexto, importa ver a relação da memória com a ausência. As sucessivas mudanças ocorridas nas sociedades implicam o inventário das relações dos seus integrantes com a memória colectiva. As categorias sociológicas da memória colectiva, muitas vezes referidas como “costume”, “tradição” revelam uma equivalência construída entre o que se recorda e o que é importante para o grupo recordar. O passado dos mortos constitui uma totalidade que exerce sobre o presente dos vivos uma enorme pressão. Assim e nos anos pós independência a pauperização do museu (modelo de todos os museus em Angola -Museu de Antropologia de Luanda, Museu Etnográfico do Lobito, Museu de Cabinda), o desaparecimento de “peças” a que o processo de Independência Nacional tinha conferido estatutos fora daqueles previstos pela etnografia, levou à atribuição de uma importância de elemento fundador da identidade angolana. Veja-se, por exemplo, o caso do pensador, a pequena peça do cesto de adivinhação, *Kuku*, transformada, depois de 1975, em símbolo da cultura nacional⁷⁸⁰. A memória colectiva e as suas relações ambíguas com a memória cultural passam pelo estatuto de determinadas representações e do seu esvaziamento face aos novos “usos do poder tradicional e da tradição.. As representações do passado, guardadas em arquivos, bibliotecas e museus oferecem à análise as possibilidades de estudo das suas representações. A objectivação⁷⁸¹ da cultura quando constituída património oficialmente sancionado passa pelos critérios de escolha e valorização tanto de objectos como momentos da história e da tradição. Com novas grelhas classificatórias o poder impõe

⁷⁷⁹ Ver <http://groups.msn.com/ComunidadeVirtualdeSaurimo/noticias>.

⁷⁸⁰ Ver Manzambi Vuvu Fernando, *Estudo das Colecções*, pp.87 e sgs.

⁷⁸¹ Conceito em Nuno Porto, *Modos*, Título e *passim*.

novos usos do passado e as sociedades reagem com as respostas possíveis. Ocorre sublinhar que todo o discurso da história é susceptível de ser politicamente explorado e ajustado a narrativas de fundação ou ruptura que se adaptam a tempos novos.

1.5.Os espaços habitados e corpus de saber sancionados por uma instituição

“Tem *lukano*, tem o sítio onde fica as *mahambas* e onde fica isso tudo é a *mahamba*. É como o museu o sítio onde ficam todas essas coisas *mahamba* tem todas essas culturas. É como o museu⁷⁸²”.

Nunca a grandiosidade do Museu foi tão evocada na memória de alguns entrevistados e tão alargada como quando, em 2003, o Museu se encontrava fechado (um roubo recente justificava a medida). Nas reuniões ocorridas no pátio celebrava-se uma antiga grandeza, enumeravam-se milhares de histórias e invocava-se a íntima ligação desta instituição com as autoridades tradicionais. A descrição, em várias línguas (português, ucokwe, uruund, ciluba), encarregava-se de avivar a memória, recuperar um espaço e integrá-lo num tempo legitimador e sacralizante dos lugares:

A construção do Museu do Dundo coincidiu com a entrada de Sakabuma (Redinha) no Museu e isso mesmo permitiu a recolha dos meios importantes em todas as partes. Começaram a ir a toda a parte para recolher. Vai ali e vê como é o povo e tudo isso ajudou a uma boa recolha para o Museu. O Museu Nacional ajudou a repetição da cultura de cada povo e fizeram os livros mas hoje em dia já faz mistura. No tempo do José Redinha trabalhou sobre a história de Angola e foi ao Cunene e a todas as províncias e todos os livros respeitantes à história de Angola estavam depositados no Museu para que as gerações presentes ou futuras possam conhecer a história de Angola.

Mas hoje em dia não, separaram tudo. Esse fala da história do Namibe mandaram para o Namibe. Este fala da história do Cunene mandaram para o Cunene, este da história de Benguela mandaram para Benguela. É assim. Sabotagem em certos meios do museu faz com que o povo hoje em dia não consegue encontrar a história da sua cultura. As pessoas hoje em dia já não sabem o que é a história da realidade, o que foi existido, o que é que os nossos bisavôs fizeram⁷⁸³.

⁷⁸²Entrevista com Jaime Efinde Finde. Lukano, *Rukan* Insígnia do poder, Mahamba (*Hamba*, pl *Mahamba*) Espírito ancestral a quem um culto é dedicado. Ver Glossário.

⁷⁸³ Depoimento de Cynyama em 24.07.03.

Anteriores relações de conflito entre o museu e a sociedade, com os seus interditos e a sua reprodução “como o local dos feitiços” tinham-se perdido para dar lugar à ideia de um lugar de memória, lugar de respeito pelo “passado autêntico”, a memória e seus arquivos, agora fechados para as visitas e aos historiadores. O fim da guerra civil angolana, na sua última fase (1992-2002), convidava a quebrar o silêncio e a nomear a “nostalgia” como categoria⁷⁸⁴ para ser introduzida na narrativa sobre a crise aqui acentuada pela situação do museu, pela relação deste com os poderes tradicionais e pelo esquecimento sobre a tradição: “a doutora tem que cumprir a tradição”⁷⁸⁵. Cumprir a tradição implicava aqui aceitar o museu como o espaço anteriormente habitado e agora esvaziado da sua significação simbólica.

Com a necessidade de desenvolver princípios teóricos e estudos transversais sobre as relações entre memória, história e identidade impõe-se olhar o ponto de vista sujeito e grupo e o lugar de onde se contam as histórias. Os três sujeitos de atribuição das lembranças (eu, o colectivo, os próximos) impõem ter em conta conceitos como os da memória viajante, da incorporação de elementos de outras sociedades, da importância dos sistemas abertos. A ambiguidade da armadura teórica da história e as infinitas possibilidades combina com o campo alargado da memória colectiva, compõe-se de textos, imagens sítios, lugares. Campos diferentes do estudo da memória colectiva a exigirem atenção quando trabalhamos com sociedades onde o ruído do presente se impõe e onde se subsumem as experiências individuais e as forças que as fazem sobreviver no tempo e fazer parte de um quadro cultural significativo.

Lidar com conceitos sobre o passado e do seu papel nas sociedades não letradas, obrigava aqui ao cumprimento de um protocolo de aceitação que ajudasse a romper a opacidade da situação e a perceber a reconstituição da memória e da identidade pela força da palavra.

A história da memória colectiva faz-se da interferência dos testemunhos individuais e pode ser retomada como um processo cultural em progressão perante as dinâmicas das sociedades em presença. Recurso à história mais antiga (Lunda),

⁷⁸⁴ Conceito em Richard Werbner, “Introduction” in *Memory and Postcolony...*, p. 1.

⁷⁸⁵ Cynyama, entrevista citada.

recurso à história posterior (cokwe), recurso à dominação colonial DIAMANG) e recurso à história moderna. Reside a maior dificuldade no estabelecimento das zonas de fronteira entre memória colectiva e memória individual e, dentro destes específicos campos teóricos, desbravar e separar a memória das elites das memórias colectivas. A linguagem da memória assume um carácter particularmente diferente no tempo e no espaço. Os trabalhos de referência teórica, que importa reter, não ajudam a encontrar os indivíduos com que os historiadores se preocupam. Várias propostas retomam os conceitos “memória social, “lembrança colectiva” e “fazer a história popular”, no afã de trabalhar um conjunto de termos que ilumine, sem excluir o mais antigo “mito”⁷⁸⁶. Mito que surge como uma primeira fala sobre o mundo “mundo cuja existência deveríamos limitar-nos a conhecer de muito longe, abandonando a ambição de aí entrar”⁷⁸⁷. A organização narrativa dessa fala assenta no eco das vozes que se organizam dentro do texto. Os mitos têm propriedades especiais, um carácter de ambiguidade e equívocos produzidos em tópicos que se dividem nos seus opostos e na mediação que a sedimentação do tempo legitima. Um mito é sempre uma teoria de valor, uma história ordenada segundo factos carregados de político e de religioso. A narrativa constitui-se como discurso teórico que valida uma determinada origem, a situa numa determinada geografia, numa configuração espacial (a produção do espaço), cimenta o génesis de uma determinada nação, responde a quem somos, com uma simbólica que relaciona masculino e feminino, numa estratégia de colonização do passado, mas também numa organização compreensível do presente. Significam uma estrutura política dinâmica. No campo da literatura oral, a organização dos mitos assenta num encadeado de factos históricos e da sua representação, até que os contornos anteriores se percam numa nova organização.

A ideia de uma memória a preservar surge no decorrer das entrevistas, depoimentos e todo o trabalho de campo:

⁷⁸⁶ Wulf Kansteiner, “Finding Meaning in Memory: a Methodological Critique of Collective Memory Studies”, p.181.

⁷⁸⁷ Claude Levi-Strauss, *Mito e Significado*, pp. 55 e seguintes. E Claude Levi- Strauss, *A História do Lince*, p. 273.

É preciso solicitar ao Mwant Yaav a construção de uma casa onde possa estar o livro tradicional *Ngand Yetu*⁷⁸⁸. *Ngand Yetu* é como fala a nossa terra é um sistema de geração de raças e onde deve agora saber, cada pessoa deve saber de onde é que saiu. Temos que falar da nossa terra porque quando se fala da nossa terra vamos encontrar todas as pessoas. Quando falamos de *Ngand Yetu*, nossa terra, nós encontramos mesmo onde é que saiu o primeiro homem Musang⁷⁸⁹ onde que todo o mundo saiu a partir de Musang onde é que houve estas gerações. Então aonde que houve essas gerações de Cinguli, Cinyama...

[Nkonde, Matiti, Kalumbu, Anguina a Mband, Chinaweji, Musang, em *urund* na gravação e perdido pela tradução]

E por outro lado não haja a separação das raças e das pessoas quando falar de Cinyama e Cinguli porque todos mesmo são da mesma família⁷⁹⁰.

A consciência do sujeito narrativo alarga-se à necessidade da escrita como possibilidade única de armazenamento de dados e seu tratamento para um período da história sem os limites próprios dos actos de fala. A entrevistada (Figura 19) põe em equilíbrio o seu conhecimento, que lhe permite o exercício das funções para que foi nomeada, com o facto das possibilidades que a escrita possibilita. A nomeação de uma instituição específica (uma casa) alerta para as funções específicas de um lugar (museu, arquivo, biblioteca), onde o saber pudesse livrar-se do esquecimento e ser proposto à consulta das pessoas. Reconhece a existência de uma recolha de testemunhos, escrita e tratada, que pode ser alargada à memória de todos.

Estão a fazer esforços para reconhecer a todo o mundo. Saber que esta terra é a nossa terra. Não pode deixar que os filhos não conheçam a nossa terra. Essa terra é a de Lweji an Konde. A maior parte das pessoas não conhece esta terra. Os nossos filhos não conhece[sic] a nossa história, só conhece a língua portuguesa e a língua cokwe. Então ela está a exigir ao rei Mwant Yav tem que haver uma construção de uma casa, uma casa tradicional onde vai pôr os livros tradicionais como *Ngand Yetu* que é a nossa terra onde que os nossos filhos vão começar a aprender a nossa língua lunda para não esquecer porque hoje em dia os nossos filhos já estão perdidos⁷⁹¹.

⁷⁸⁸ *Ngand Yetu*, livro sobre a história Lunda reunido em 1956 por Mose Kaputungu Sangambo, historiador da tradição Luvale. V. Art Hansen e R. J. Papstein (ed.) *The History of Luvale People*, p. Vi.

⁷⁸⁹ Musang, literalmente “a que produziu as primeiras sementes”, a esposa primeira de Mbar Chinaweji Kantang, V. sobre este assunto Hoover, *Seduction*, p. 633.

⁷⁹⁰ Kavv Nkazi Kat, considera-se na linha directa de Lueji (Rweji), colocada na aldeia de Lueji an Konde, arredores do Dundo, Lunda Norte, pelo Mwant Yav, Tomás Kabuite Tshombé, eleito em 1 de Abril de 1983, falecido em 2004, entrevista em 31-7-2003.

⁷⁹¹ Idem.



Figura nº21. Kavudi Nkazi Kat, posição titular lunda (trabalho de campo 2003)

Referindo-se à casa para *Ngand Yetu*, a entrevistada aponta para o momento em que os documentos deixam a esfera oral para entrar no domínio da escrita e se afastam do simples testemunho. Encarregue de cumprir uma missão, reconhece a fragilidade da lembrança e apela para a necessidade da “memória ser arquivada, documentada”⁷⁹². No entanto, a necessidade de não tratar o oral e o escrito, como países autónomos de fronteiras formalmente estabelecidas, legitimando a sua soberania,⁷⁹³ impõem-se como forma de procurar efeitos dos dois campos na modelação do trabalho da memória e dos campos onde opera.

Assumindo a sua posição de guardiã da tradição “está [estou] aqui para conservar a nossa cultura, está com sofrimento para conservar a nossa cultura. É da geração de Lweji an Konde e está aqui para sofrer como para não sofrer aceita a responsabilidade que lhe cabe nesta história deste povo lunda”⁷⁹⁴, lida com uma memória antiga que começa a contar a partir do par original (*Mbar* e *Musang*)⁷⁹⁵, mas sublinha a importância da transmissão dos saberes, fixada e guardada pelos livros, como forma de interessar as novas gerações no conhecimento do património lunda. Introduce, como muitos dos outros entrevistados e informantes, o conceito de perda, de deslocamento espacial e temporal (a prevalência dos universos da língua cokwe e portuguesa), apontando, como remédio, o livro, com a noção perfeita de que a escrita estabelece uma relação

⁷⁹² Ricoeur, *La Memoire, L’histoire et l’oubli*, p. 226.

⁷⁹³ Jewsiewicki & Henri Moniot, cit e pasim.

⁷⁹⁴ Kavudi Nkazi Kate, entrevista citada.

⁷⁹⁵ Ver Manuela Palmeirim, *Of Allien*, p. 21.

diferente entre “a palavra e o referente, uma relação que é mais geral, mais abstracta e menos vinculada a uma pessoa e ao tempo e espaço específico da transmissão oral”⁷⁹⁶. As potencialidades da comunicação escrita, como salvaguarda de um património em desagregação e extinção (a História Lunda) são aqui apresentadas por alguém que, vivendo e cumprindo funções dentro do universo da oralidade, conhece e propõe a garantia de perenidade que a “cultura escrita” oferece e assegura. Segura do que propõe, actualiza acontecimentos e personagens, presos à ordem da linguagem que a sua memória e aprendizado organizaram. O exemplo a que se agarra, *Ngand Yetu* é, a um tempo, o livro de Mose Kaputungu Sangambo, como objecto de memória, mas também a referência a um campo alargado de significações que a expressão “Nossa Terra-*Ngand Yetu*” mobiliza, como ideia de recolha das diferentes versões da história, por oposição às variadas formas de esquecimento possíveis.

A textualização aparece aqui sob a forma de um corpus dotado de sentido, da mesma maneira que o historiador das tradições luvale, Mose Kaputungu Sangambo, o afirma:

Nós escrevemos aqui a nossa história para que todas as pessoas a leiam. Esperamos que traga um acréscimo importante não só à história do povo luvale mas de todo o povo da jovem nação Zâmbia. Nós mostrámos como muito dos povos da Zâmbia tem chefias aparentadas e como os povos Luvale, Lunda, Ndembu, Chokwe e Luchazi estão intimamente ligados. A história mostra como mesmo os Bemba e Lunda de Kazembe estão ligados à antiga e histórica pátria da Lunda. Apesar de hoje nós falarmos línguas diferentes e termos costumes um pouco diferentes nós fomos em tempos irmãs e irmãos históricos. Podemos chamar-nos Zambianos ou Zairenses mas somos o mesmo povo. Da mesma maneira que viemos da grande nação Lunda assim estamos a construir grandes nações outra vez⁷⁹⁷.

A proposta de Kavudi Nkazi Kate parece conter a noção de que, em história, o acto de juntar documentação lhe modifica o lugar e o estatuto. Conhecedora e guardiã das tradições não precisa das insígnias está aqui para representar a tradição reconhece a necessidade do “acto fundador” do arquivo que significa a combinação de um lugar, um conjunto de órgãos especializados e técnica⁷⁹⁸. Não é apenas o esquecimento que teme porque tem consciência do seu lugar e afirma que as pessoas que a vão substituir já existem, estando assim assegurada a perpetuação da função, havendo apenas que ter lugar uma assembleia “que vai eleger quem vai assumir”, mas teme que as novas gerações não trabalhem

⁷⁹⁶ Jack Goody y Ian Watt, “Las Consecuencias de la cultura escrita”, p. 54.

⁷⁹⁷ Moses Kaputungu Sangambo, *Ngand Yetu*, p. 91.

⁷⁹⁸ Michel de Certeau, *L’Écriture de L’Histoire*, cit, p.86.

com o conceito de uma história mais alargada, onde o lugar das origens fosse o feixe de significados que permitisse ultrapassar o aparente conflito entre passado e presente. De novo a ideia de um passado glorioso que, segundo a entrevistada, estava secundarizado pela força da presença dos universos das representações *cokwe* e da língua portuguesa. Sabedora da importância da fala (discurso, voz e narrativa), propõe a escrita como actualização e fixação de um património, a partir de um lugar diferente da voz humana⁷⁹⁹. Fala de uma aliança entre o Mwant Yav (o actual residente em território da República Democrática do Congo⁸⁰⁰) e o actual governo para juntar legitimidade e poder para a construção de um lugar de fixação dos enunciados⁸⁰¹.

É que essa canção em português não vou...vou retocar só um pouco para a mãe perceber. ‘Ele enquanto que ultrapassa o rio Chikapa para o outro lado então o coração já chegou na mãe dele. Já ultrapassei o rio Chikapa, assim o coração já chegou na minha mãe. Faça conta já cheguei. Já não tenho mais maldade atrás. Já está a pensar . Já está perto.’⁸⁰²

A história contém a sedução de aproximar aquilo que a fronteira étnica dividiu, pois os estudos da memória abarcam este esforço historicizante de quem adquiriu muito cedo a consciência de uma identidade lunda ou *cokwe* mas a noção de pertença a um universo mais vasto que todos reclamam como seu em tempos históricos diferentes. A memória do grupo e dos indivíduos abarca os vestígios e as marcas que constituem elementos de trabalho para o historiador que cumpre a tarefa de juntar e decifrar corpus de referências textuais pertencentes a outros universos.

Expressões individuais da representação do ser lunda ou *cokwe* trabalham conceitos de recuperação de antepassados fundadores, devedores da maior ou menor importância do tempo histórico onde se situam. Zonas de permeabilidade entre o oral

⁷⁹⁹ Ver sobre este assunto Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, p. 38.

⁸⁰⁰ Na altura da entrevista o Mwant Yav era Kawell II, Tomás Kabuite Tschombé, irmão de Moisés Tshombe, eleito em 1983 e que visita Angola em 1993. Faleceu em 2005. Benjamim Kaumb Sashilemb, Mwant Yav Kaumb II é o actual Mwant Yav.

⁸⁰¹ Esta reivindicação da antiga importância lunda, num lugar de prevalência *cokwe*, contrasta com um historial de reivindicações *cokwe* ocorridas para lá da fronteira de Angola, Ver Bustin, *Lunda*, pp. 97,

⁸⁰² Memória de uma canção antiga em *ucokwe*, para explicar a pertença a uma terra. “Mãe” é metaforicamente usada em vez de terra, Entrevista a José Augusto Kapequeno, em Catoca, Lunda-Sul em 13 de Agosto de 2003.

e o escrito estabelecem uma história que põe problemas à leitura e à situação das diferentes formações sociais, nos lugares a que pertencem. As migrações nem sempre tiveram origem na Lunda ou no espaço que a história antiga atribui à Lunda, mas o crescimento em importância dos povos cokwe, luvale, e outros, sobretudo a partir do século XIX, impõe que os seus ancestrais tenham uma origem e uma importância na Lunda do Kalanhi, o lugar do princípio:

Nós os cokwe como os Lundas somos os mesmos. Nós não nos separamos. Acredito que a colonização tenha feito que a separação acontecesse e nos dividimos. Se os *Mianangana* anteriores se dividiram nós hoje estamos à procura de unidade entre nós. É claro que os Lundas conhecem uma parte devido à forma e à língua como foram educados. Também tem Cokwes [tucokwe] que não conhecem a história deles, como também tem Lundas que não conhecem a história deles. Numa próxima ocasião nós os mais velhos que já conhecemos a história vamos explicar: ‘Quem dá não se deve arranjar intriga com ele’⁸⁰³.

1.6. Ser e parecer

Os estudos sobre memória, apesar de agregarem cada vez mais um vocabulário especializado, ainda não conceitualizaram suficientemente a memória colectiva, como campo distinto da memória social. Assim, o historiador, ainda que tomando como referência o trabalho de Maurice Halbwachs, afasta-se muitas vezes do seu modelo indivíduo e colectivo — memória individual, memória histórica e memória social, o processo memória no homem, enquanto ordenação e releitura de vestígios⁸⁰⁴. A memória surge como uma forma de actualização e recuperação de acontecimentos e tem marcada a distinção entre informações do património genético, memória a longo prazo e memória activa.

O estudo da memória social e da memória histórica e a importância de que se reveste em sociedades da oralidade, tem em conta as interferências de diferentes escritas, em diferentes níveis, por vezes as organizações dos “actos de contar”

⁸⁰³ Leonardo Kojo, entrevista de 2001.

⁸⁰⁴ André Leroi-Gourhan chama a atenção para as diferenças entre memória específica, memória étnica, memória artificial e situa o começo do debate nas diferentes correntes surgidas na Europa no século XVIII. Memória nesta obra entendida em sentido muito lato. V. André Leroi-Gourhan, *O Gesto e a Palavra, Memória e Ritmos*, especialmente e, na tradução portuguesa, cap. VII, pp. 11,30.

funcionam como uma escrita. (v. os tucsona ou desenhos na areia⁸⁰⁵ e sua especial importância nas sociedades em estudo).

Toda a historiografia, enquanto acto de contar, representa uma memória de grupo, forçosamente selectiva, manipulando informação, distribuindo fórmulas, reagrupando imaginários de referência, recompondo os itinerários do passado segundo grelhas do presente⁸⁰⁶. Começar a contar implica a invocação de um princípio organizador, instância estruturadora do discurso, “início histórico” de uma determinada problemática. Lembrando Paul de Man, “da combinação entre esquecimento deliberado e uma acção que é também um novo começo” reside o essencial da ideia de modernidade. Nas experiências de campo, o debate tradição e modernidade transita entre uma memória aprendida, resultado da acção dos “mais velhos” e a necessária actualização, que serve o quotidiano e legitima a história da sociedade. A assumpção de um “eu” que conta em nome de um nós é que dá sentido à história.

A reconstrução da memória, feita pelos especialistas da memória, genealogistas, historiadores da corte que Balandier considera a “memória da sociedade”⁸⁰⁷ e a quem André Leroi- Gourhan atribui o papel importante de serem responsáveis pela coesão do grupo, ajuda a compreender a memória colectiva⁸⁰⁸. Tanto historiadores como os autores anónimos das narrativas míticas sabem que o conhecimento do passado sempre alimentou a animosidade e os sofismas ideológicos. A grande diferença reside no facto de que a narrativa mítica fala explicitamente de uma memória colectiva ou autobiografia totalizadora, enquanto que a narrativa histórica tende a descrever “a verdade”.

Preocupação com a renovação da reflexão sobre a lógica dos processos de simbolização recupera a ideia dos sincretismos que fazem apelo a lógicas complexas desde sempre presentes na história destes povos. Sistemas do simbólico abertos

⁸⁰⁵ Tucsona, “desenhos na areia” já referidos, Vide Glossário.

⁸⁰⁶ Ver a “história como mito” em Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, pp.57-59.

⁸⁰⁷ Balandier, *Antropologie Politique*, p. 207.

⁸⁰⁸ Halbwachs, *Les cadres*, p.321.

incorporam e refazem os empréstimos culturais de que se apropriam. Muitos dos objectos da cultura material referidos como “da cultura cokwe” traduzem um conceito de forma como princípio constituinte de um universo de sentidos. A ideia de reinterpretação como apropriação supõe uma matriz cultural suficientemente fluida para digerir toda a contribuição “estrangeira”⁸⁰⁹. Por vezes apresentados em episódios fragmentários e fragmentados, relatos de uma memória antiga são passíveis de ser reconstituídos nos lugares visitados para este trabalho. O encontro das sociedades africanas entre si e com as companhias mineiras dá origem a uma memória historicamente controlada. Toda a organização social nas suas dinâmicas integra simetrias e assimetrias que convergem para a história do grupo e o reconhecimento identitário dos indivíduos.

Lógicas das correspondências, identificação, desdobramento, alternância, nem sempre como sinónimos mas sim como complexos processos de formação e formulação das referências identitárias. A história da memória colectiva pode ser retomada como um processo de produção cultural que formaliza um mundo.

A valorização da voz (acto de contar) como acto estruturador do sujeito surge e marca da diferença de um agente cultural é aqui explicada por uma história que valoriza uma moral mas também a ambiguidade e a polissemia dos conceitos: O “Kala”⁸¹⁰ - conto moral sobre o caranguejo, e o Kala como moderador de um conflito:

O responsável pela água – o senhor da água – Kala, o caranguejo: «No rio nós usamos uma armadilha *mutcho*⁸¹¹ coloca-se na água o peixe entra mas já não consegue sair. Diz que o caranguejo quando está próximo a essa armadilha e vê os peixes entrando naturalmente ele se considera o senhor da água ele diz que naturalmente o homem vai tirar essa armadilha e vai levar todos os peixes. Então ele se coloca nesse orifício e os peixes já não entram nessa armadilha. Então quem resolve os problemas na água para manter o peixe lá é o caranguejo. Buscando esta ideia para os homens a expressão Kala em Cokwe é uma interjeição para evitar algum problema e se repete muitas vezes:

⁸⁰⁹ V. Sobre este assunto Filip De Boeck, “ La Frontière Diamntifère angolaise et son héros Mutant”, p. 99 e segs.

⁸¹⁰ Kala – planta cujo bolbo é usado como veneno para os peixes; dificuldade, situação difícil ou embaraçosa, aperto, apuro, Adriano Barbosa, *Dicionário...* p. 152.

⁸¹¹ Mutcho (pl. mitcho) – É uma espécie de nassa feita de lianas e cujo tamanho é variável. O pescador coloca os seus “mitcho” nas “mamba” (represas que, para o efeito faz nos ribeiros, nas margens dos ribeiros ou rios onde as águas são mais calmas e todas as manhãs vai levantá-los e fazer a colheita dos peixes, J. Vicente Martins, *Os Tutchkwe...*, p.321

Kala! Kala! Quando eu quero arranjar um problema com alguém quando quero bater em alguém usa-se esta expressão Kala. O Kala é uma espécie de medianeiro para resolver problemas. Quando alguém ultrapassa o espaço do meio pode ser morto, pode ser escravizado, perde a razão porque invadiu o espaço do outro. Então o Kala é o que interfere para manter o equilíbrio⁸¹².

A narrativa assume aqui a sua função pedagógica explorando a capacidade da linguagem para significar dentro de um grupo restrito, os cidadãos que podem resolver um conflito, e a lógica de uma formulação mais vasta que é percebida por um meio cultural mais amplo. O estudo da sua morfologia interna⁸¹³ e a sua integração num sistema de símbolos mais uma vez nos obrigaria a recorrer à memória e aos esquemas do seu aprendizado. A narrativa nasce da forma como uma organização social reconhece a sua origem e o universo onde se insere. O recurso à linguagem e à memória é, pois, prática corrente e traduz-se numa linguagem da metáfora que faz sentido para todos os iniciados.

Assume-se que o problema da memória e das suas representações colectivas não são sinónimos da história colectiva de grupos com um passado fundador, baseado em histórias de pequenas unidades segmentares que, ao longo do tempo, sofreram transformações políticas suficientemente importantes para se terem destacado e reproduzido como história. A longevidade e sobrevivência das instituições *Cinyama* e *Luéji* (aceite que a posição *Cinguri* é muito mais complexa e nebulosa) são disso testemunhos. Um corpus de textos muito antigos existe e reproduz-se para estabilizar a auto-imagem da sociedade e dos sujeitos que a constituem. Os estudos sobre a memória colectiva ainda não conceptualizaram ou estabeleceram com rigor a memória colectiva, como distinta da memória individual, a memória colectiva, como conceito autónomo e não sinónimo de história⁸¹⁴. Os entrevistados têm a sua própria versão destas instituições que são a prova da vida infinita de certos conceitos e mecanismos feita a partir da reconstrução identitária do passado e útil à sua afirmação enquanto detentores de uma história e descendentes de um passado muito mais largo e profundo do que

⁸¹² Depoimento de Leonardo Kojo, Dundo, 7-7-2001, versão traduzida por Fonseca Sousa.

⁸¹³ Ver Vladimir Propp, *Morfologia do conto*, pp.21

⁸¹⁴ Num texto apresentado ao “Fórum Constitucional”, decorrido no Huambo em Março de 2002 e intitulado “Do Passado para o Futuro- Que papel para as autoridades tradicionais, Maria da Conceição Neto aponta as responsabilidades da análise histórica, como a de qualquer análise cientificamente fundamentada, em separar águas. “ A tradição e a memória- a social e individual- são para os historiadores fontes, como o são os documentos escritos ou outros”, p. 1. Os textos e as considerações da historiadora dão conta de uma longa discussão a decorrer no país em torno da memória e das legitimidades recuperadas. O confronto e o conflito entre memória aprendida e utilização política dos saberes foi-nos apresentado durante o trabalho de campo.

aquele que os situa num grupo, ou numa situação histórica. O detentor do título *Cinyama* (entrevista em 24-07-03) no Dundo, conta a história de *Cingury*, *Luéji* e *Cinyama*, os pais fundadores e liga-os habilmente aos títulos descentes do presente. Institui um mundo partilhado por vários sujeitos:

Não há uma coisa diferente de tudo o que acompanha a origem destes povos. Quando acabaram isso todo o mundo se instalou começaram a fazer as cerimónias e todo o poder se instalou.

... Não foi atribuído por questão da guerra. O Cinyama foi um rei. A irmã dele Luéji ficou na Mussumba e ele Cinyama conseguiu mesmo controlar a margem do rio Kwango. Quando era preciso tirava mesmo a faca (mpoko) e ele começava a voar.. Segundo a colonização dos brancos eles procuravam forma para mudar os nomes, para que os povos esqueçam seus próprios nomes seus avós. Essa é uma forma de colonização destes povos. Mas depois o nome de Cinyama já nasceu. O seu poder está no Kalwango.[...] O Cinyama vai continuar. O nome dele é muito poderoso.⁸¹⁵

Como nos alerta Foucault, a ideia de história é tributária de redistribuições recorrentes apoiadas em variados passados, diversas formas de encadeamento que criam, necessariamente, hierarquias diferentes para o valor dos acontecimentos.⁸¹⁶ Por detrás do enunciado das guerras, da fragmentação das sociedades, transformações do poder, estas sociedades oferecem muitas vezes a impossibilidade de uma moldura cronológica de referência e as lacunas são preenchidas na memória colectiva e individual por episódios narrativos, discursos sobre o passado. Mesmo admitindo, como propõe De Heusch, citando Vansina, que a história dos povos da Savana, nos cinco séculos anteriores a 1900, é a história do desenvolvimento de uma civilização luba-lunda, no leste⁸¹⁷, estamos perante uma parte do problema, excluindo a importância do desenvolvimento congolês e das pressões exercidas pela presença dos europeus na costa. A conexão Congo é muitas vezes perdida nesta dificuldade de estabelecer cronologias, mas ela existe e é um factor de grande importância no sistema de trocas amplo (do comércio ao simbólico) no desenvolvimento das sociedades lunda e, mais tarde, cokwe. O episódio contado por Henrique de Carvalho sobre a embaixada

⁸¹⁵ Entrevista do portador do título Cinyama, reformado da DIAMANG, em 22-7-2003.

⁸¹⁶ Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, p.11.

⁸¹⁷ Luc de Heusch, *Le Roi Ivre*, p. 10-11. Ver a crítica em J. Jeffrey Hoover, "Mythe et Remous Historique: A Lunda Response to De Heusch".

congolesa, encontrada na região das mussumbas, não parece um fenómeno isolado, mas a prova de um relacionamento continuado e permanente: “ Em 4 de Junho de 1885 passa a guarda avançada de uma grande expedição do rei do Congo que regressa da Mussumba...em 11 de Outubro apresentaram-se para cumprimentar o chefe [Henrique de Carvalho] 16 rapazes que se diziam filhos de rei do Congo e que faziam parte de uma grande expedição do reino do Congo que fora à Mussumba do Muatiânvua. Transportavam as ossadas do príncipe D. Filipe do Congo⁸¹⁸. O episódio perde-se nas relações concretas existentes no século XIX antes da fixação das fronteiras. Mas a ideia de relações que inserem os sujeitos num mundo mais vasto, com os seus protocolos e especificidades escorre dos depoimentos e entrevistas dos actuais habitantes das Lundas angolanas.

Perro de Nora afirma que o “fim do estado de graça da memória ocorre no século XIX, com a aceleração do dia a dia, através da modernização industrial e social”⁸¹⁹ mas, mesmo saltando por cima da perspectiva eurocêntrica⁸²⁰ da afirmação, ocorre que muitas das sociedades africanas, e mormente as que são objecto de estudo neste trabalho, são surpreendidas e “ouvidas” durante o século XIX e que muitas das formas de contar o seu passado foram, pela primeira vez, fixadas pela escrita nessa altura. Com Monitor, podemos afirmar que:

Em África, tanto como na Europa, a memória colectiva não pode relevar descrições unívocas. Ela esconde mal, nega, recompõe ou reflecte, segundo os casos, as dinâmicas históricas às quais ela pretende dar um sentido, cuja subjectividade se põe, à medida dos traumatismos vividos ou dos jogos de poder. Longe de contradizer o investimento histórico, ele estimulou-o muitas vezes⁸²¹.

As contradições do projecto de dominação surgem muitas vezes nas falas dos inquiridos, embora a DIAMANG tenha estabelecido a ideia (representação) de uma totalidade, sistema harmónico trabalhadores/empresa. A sociedade espreita o passado e

⁸¹⁸ Henrique de Carvalho, *Descrição*, vol III, p.16.

⁸¹⁹ Pierre de Nora (dir.), *Les Lieux de Memoire*, p.3875.

⁸²⁰ Ver crítica em Henri Moniot, “Faire du Nora Sous les Tropiques?”, in *Histoire d’Afrique*, pp. 13-31.

⁸²¹ Moniot, idem, p. 31.

tece sobre ele considerações singulares sobre os desequilíbrios da dominação. A memória colectiva e individual organiza-se e retroprojecta no trabalho do historiador vários registos sobre a vida vivida, a ordenação dos acontecimentos os registos de memória. A teoria não ajuda a compreender a ideia de mineiro tal como ela nos é relatada nos diferentes depoimentos. A transformação do camponês (caçador, artesão, comerciante) em mineiro não se deu⁸²² e não existe na linguagem dos entrevistados. “Trabalhar na mina”, “trabalhar nas máquinas” “aproveitar pedreiro” remetem para campos semânticos longe das grelhas classificatórias das diferentes classes.

Falando da Companhia de Diamantes de Angola e sobre as actividades mineiras, a Companhia de Diamantes explorou a força do povo daqui da Lunda. Porque é o próprio povo que andava a trabalhar, os povos provinham dos municípios do Kwilo, Kaungula, Luvala, Kapenda Ka Mulemba, Xá Muteba e eram concentrados nuns bairros, esses bairros chamavam bairros indígenas. A vida daqueles trabalhadores não era uma boa vida. Era vida de escravo. Eram mesmo considerados como escravos. Apesar que eram trabalhadores, mas o trabalho era um trabalho reforçado. A pessoa não podia cansar-se, se cansar ainda por cima chicote. Esse trabalho a Companhia faz paz para explorar o Diamante. Para além das riquezas que explorou aqui o próprio povo não se beneficiou de nada como a historiadora pode ver aqui era só um acampamento onde estava a direcção da própria Companhia de Diamantes. A população não se beneficiou em nada. Não beneficiou de um objectivo de grande vulto. Não se pode ver aqui um prédio. A companhia de Diamantes explorou a força do nativo⁸²³.

Tomando em boa conta que toda a memória é uma reconstrução do passado feita a partir de elementos e mecanismos actualmente presentes na memória do grupo, dos relatos obtidos, infere-se uma noção de integração num quadro social colonial com as entradas que definiram o colonialismo português e o seu relacionamento com os trabalhadores africanos.

⁸²² A ideia dos mineiros como um mundo à parte, a consciência de classe estão ausentes dos relatos colhidos no campo. Ver para uma situação diferente Inês Fonseca, *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*, Introdução. As situações criadas em ambiente de mineração na África do Sul não ajudam a quadro comparativo, ver V. L. Allen, *The History Of Black Mine Workers*, p.321 e seguintes.

⁸²³ Depoimento de André Fortuna, Dundo, Lunda-Norte, 25 de Julho de 2003.

Longe da proposta de Halbwachs sobre “uma memória da classe operária” e do seu pensamento como classe- uma hierarquização do mundo com o papel da classe dentro da hierarquia, os trabalhadores, independentemente do seu lugar de nascimento, família e aliança, integraram um sistema de exploração que os integrou como trabalhadores da Diamang, com diferentes estatutos. A ideia de mineiro não surge no vocabulário associada a uma classe, mas antes a antigos conceitos de fundição dos metais. “Aproveitar Pedreiro”, “trabalhei mecânico”, “Vim como empregado” “contratados da Diamang” “Pessoas que faziam o trabalho do diamante com as mãos e com os pés” “trabalhávamos mesmo assim à mão” “Trabalhar nas minas” “eu era motorista” “O pessoal” “os Assimilados”, “enquadrei cozinheiro”, “o pai nas minas e a mãe na lavra” “Abrir dombi” são conceitos que aparecem nos depoimentos dos entrevistados para retratar o seu papel e a memória de vida de pais e avós durante todo o período colonial e a implantação e desenvolvimento da companhia de Diamantes. A grande categoria “trabalhadores da DIAMANG” enquadra o mundo cuja especialização aparece depois na referência e descrição detalhada do trabalho específico. Os quadros referenciais são constituídos por complexas situações onde os contratados, assimilados, evoluídos aparecem como as entidades fundamentais. A história do colonialismo português nestas regiões e a memória dos actores deste processo convergem para a afirmação deste quadro referencial. Evidentemente a história que se escreve tem uma relação com a época em que se vive e um presente contaminado pelas retracções do poder, pela guerra e pela ausência de normalidade devolve as suas falas sobre o passado segundo critérios e pontos de vista servidos por grandes hiatos mas também por períodos demasiadamente preenchidos que a memória mobiliza e enquadra com naturalidade como um tempo histórico muito preenchido. O facto de trabalharmos com sociedades africanas não nos autoriza a afirmar o primado da memória sobre a história. O recurso à memória e aos seus quadros ilumina os contextos da história narrada e escrita.

Conclusões

Demasiado ruído construído em torno de caçadores, guerreiros, artesãos, trabalhadores das minas escondem as impossibilidades de conhecimento sobre sociedades que viveram na região que hoje designamos por Lundas. A investigação dos fenómenos culturais permitiu a compreensão das diferenças sociais, políticas e históricas assumidas por estes povos e sobre eles projectada durante um período histórico longo. As questões da transversalidade entre os conceitos de história política, económica e social foram-se insinuando ao longo de um recurso simultaneamente preocupado em responder e consciente da insuficiência da chegada. Os conceitos trabalhados a partir dos edifícios teóricos construídos a partir do século XIX foram perdendo espessura e ganhando interrogações à medida que o trabalho de campo avançava e que as perguntas dos entrevistados no campo punham em causa certezas, operacionalidades, fontes e textos. Uma gramática do território impôs-se à luz da geografia, mas também da ordenação dos conhecimentos e da sua progressão entre realidade e metáfora. O presente angolano com as sinuosidades da oralidade impunha um regresso aos textos escritos e ao comentário sobre a sua organização. Não encontramos mineiros, mas homens e mulheres prontos para falar do seu passado e integrá-lo nos conhecimentos dos tempos pré-coloniais, coloniais e do pós independência. Natureza e legitimidade do poder e das suas funcionalidades foram matéria de discussões ruído e silêncio. A antropologia suportou a história para perceber hierarquias e a sua multiplicação no tempo. Olhámos a Lunda como parte de uma situação que se faz e refaz fora e dentro das fronteiras. Ao contrário de situações coloniais estudadas aqui, este trabalho, não é um domínio fechado mas apenas um enunciado de propostas que podem ser continuadas e juntar teoria com a forma como os habitantes de certas regiões lidam e se afirmam como sujeitos de tão diferentes processos.

A sedução das narrativas, a sua variedade e diferença de género moldaram e esquematizaram o questionário inicial e mais uma vez impuseram a delicada situação de história e ponto de vista. Como alerta gostaríamos de deixar registado que o trabalho de campo envolveu um grupo e é dele tributário e vítima. Procurou-se no

entanto reconhecer o poder da tradição e as suas estratégias de sobrevivência face a um modelo colonial sofisticado que deixou as suas marcas na forma como todos os sujeitos da história se revêem. Os usos políticos do passado são aqui revistos nas suas diferentes afirmações oficiais e não oficiais, formais e informais, modernas e tradicionais.

FONTES ORAIS

COLABORADORES, INFORMANTES, TRADUTORES*

Alberto Ndumba, *Mwant Ciseng Ndumba wa Tembo*, entrevista concedida a Conceição Neto (minha transcrição) em Luanda em 13-01-01; encontro em Saurimo em 15-08-03.

Alberto Becugula, Nascido no Dundo, Lunda-Norte em 1958, contador de histórias profissional, entrevista em 28-07-03.

Alfredo Vela, natural de Icolo e Bengo, trabalhador da DIAMANG desde 1963, assimilado

António Jaime Efinde Finde, nascido em Saurimo em 1943, entrevista em 15-08-03.

Daniel Martins, nascido em Saurimo em 1945, trabalhador da DIAMANG desde 1965, entrevista em Katoca, Saurimo 12-8-2003.

Felizardo Gourgel, natural do Dundo, Lunda –Norte. Antropólogo, director do Museu do Dundo, Delegado Provincial da Educação e Cultura da Lunda- Norte. Entrevistas em 18-11-02 e 22-11-02.

Félix Manuel Bernardo Sambo, natural do Quissol, Província de Malanje, nascido em 1934, Trabalhador da DIAMANG, mecânico de automóveis, com o estatuto de assimilado, chegou ao Dundo (Lunda) em 1955, entrevista em 6 de Julho de 2001.

Fernando Teixeira, nascido em 1956, no Minungo (Sasengue), filho de mãe cokwe e pai português, entrevista em 5 de Julho de 2001.

João Diei, natural de Fucaúma (Bena- Mai), nasceu em 1958, trabalhador do Museu do Dundo. Entrevista em 27.07-2003.

Joaquim Kassumuka, nascido em 1943, no Dundo, antigo colaborador do Museu, entrevista em 29-08-03.

José Augusto Vieira, nascido em Saurimo em 1949, língua ucokwe, entrevista em 12.08.03.

José Miranda Samakaka, filho de Samakaka Muandanji, nascido em 1928, Encontro colectivo de sobas em 25 de Junho de 2003; 1ª entrevista em 25 de Julho de 2003.

José Moeda, nascido em Nyama, Saurimo em 1950. Pastor da Igreja Simão Kimbango, entrevista em 14-8 – 2003.

Kaio Kaio Anakengue, nascido na Mussumba (Musumb) em 1965. Locutor de *urund* na emissora regional. Acompanhou toda a investigação na Lunda-Norte. Participou na discussão e tradução das entrevistas em *urund*. Serviu de intérprete em muitas situações.

Kavud Nkazi Kat, língua *urund*, idade estimada (B.I.) 58 anos, diz-se na linhagem directa de Lweji an Konde. Entrevista em 28.07.03.

Leonardo Kojo, nascido na Lunda em 24 de Setembro de 1941, entrevista em 7-7-2001.

Lwaci Ngalanda Samukanda, nascido no Katanga (Republica Democrática do Congo). Atribuía-se a si próprio a mais de cem anos. 1ª entrevista em 9-7-2001; 2ª entrevista em 27 de Julho de 2003.

Maria Domingas, participante no 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, Luanda, 11,16 de Setembro 2006. Resposta escrita a um questionário.

Marcelino Tchissupa, engenheiro agrônomo, administrador municipal de Nzaji, encontro em 30-07-03.

Muanzambi Kafunda, nascido em 1933, no Bairro Brazzaville, arredores do Dundo, Pedreiro, antigo trabalhador da DIAMANG, entrevista em 23-07-2003.

Naweji Muteba, nascido na Musumba, (Musumb) Republica Democrática do Congo, em 1953, locutor da Emissora Regional do Dundo, Programa em línguas Nacionais (*ucokwe e urund*).

Nha Kabamba, nascida na *Musumb*, Republica do Congo Democrático, em 1955, entrevista em Nzaji em 30-07-03.

Pinto Santos, nascido em 1946, língua *urund*, entrevista em 23-07-2003.

Regedor Nashiri, nascido em 1953, no bairro Nashiri, arredores do Dundo. Entrevista em 25.07-2003.

Regedor Saturniano, nascido em 1924, nos arredores do Dundo, neto de Saturniano, colaborador da DIAMANG, encontro em 25-07-2003.

Serafim Mulher, nascido em 1940, no Bairro Cambo, arredores do Dundo, encontro em 25.07-2003.

Simão de Almeida Júnior, nascido em 1928, natural de Isolo e Bento, pedreiro, trabalhador assimilado da DIAMANG, entrevista em 28-07-03

Soba Comboio, Rissaia Bonito, nascido no Zombo em 29-3 de 1929, 1ª entrevista em 28-07 – 2001 e encontro em 26 -07-03.

Soba Dinhuca, nascido em 1946, línguas ciluba e cokwe, entrevista em 24 de Julho de 2003.

Soba Fortuna, filho do soba Fortuna, colaborador da DIAMANG, nascido em 1961, depoimento em 25 de Junho de 2003.

Soba Kaúka Jakekese, nascido na Musumba (Musumb), République Democrática do Congo, em 1934. 1ª Entrevista em 9-07-2001; encontro em 25 de Junho de 2003; 2ª entrevista em 26-07-2003.

Soba Mwambumba, nascido nos arredores do Dundo, Bairro Mwanbumba em 1945, 1º encontro em 10-07-2001; 2ª entrevista em 27.07.03.

Soba Nangwanza, nascido em Saurimo em 1928, entrevista em 20-08-03.

Soba Ritende, Manuel Kamina Kakesse Naweji Ritend, nascido no Dundo em 1960, neto de Ritende Émile Naweji, língua *urund*, 1ª entrevista em 7 de Julho de 2001, no Bairro Kamatundo, arredores do Dundo, 2ª Entrevista em 21-11-2002 e 3º encontro no colectivo de sobas em 25 de Junho de 2003.

Tanda Sakaúma nascido em 1958 na Comuna do Cassai-Sul, entrevista em Saurimo em 13-8-2003.

*Lista dos entrevistados e colaboradores cujas informações foram usadas no texto.

Fontes e Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Diário de Campo relativo a Agosto- Setembro de 2001

Diário de Campo relativo a Novembro de 2002

Diário de Campo relativo a Agosto-Setembro de 2003

Fontes de Arquivo

ANGOLA:

AHNA, Arquivo Histórico Nacional de Angola

Avulsos

Caixas de Malanje: 149, 532, 363, 1233,1235, 1236, 1240,1241, 1242,1245,1283,1320,1344, 1345, 2294, 2958, 2969, 2985, 3313, 3314, 3445, 3547, 3806 (Saurimo), 3932 (Lunda), 3934, 3989 (numeração antiga).

Códices

Nº 240

Nº 1705

Nº 2105

Nº 2036

Núcleo do Tribunal Administrativo:

Maços: 2, 76, 121, 214, 217-A, 1504, 2853, 2912, 2953, 3512, 3515, 3584, 3739,4037, 4038, 4150, 4249, 4450, 4747, 4748, 40581.

Dundo: Museu do Dundo

Documentação Avulsa

BÉLGICA:

AGR, Archives Générales du Royaume

Archives de la Société Générale de Belgique, S A

4 ÉME VERSEMENT

Dossiers préparatoires des A. G. ordinaires et extraordinaires

1 a 58, Dossier 1,1937 a 1939- boîte

Comité Interieur Colonial du Groupe de la Société Generale de Belgique S. A.

1 Janvier-Octobre 19,Farde

3 Septembre 1944- Decembre 1948 (avec notes documentaires), Boîte
5 Notes au Gouverneur Galopin A., Farde
6-80 Notes documentaires sur les sociétés liés au groupe.
9 Banco Burnay S A, Farde
11 Bourse du Travail du Kasai, Farde
79 Union Minière du Haut Katanga 1935, 1937, Farde
Archives du Gouverneur Jean Jadot
Copie de lettres général, Farde
1- 1907-1908, Recueil
2-1909-1910, Recueil
11-13 –Correspondance envoyée par le secretaire de Jadot, Van Brée, Farde:
11-1907-1910,Recueil, Recueil
12-1910-1914, Recueil
13-1913- 1914, Recueil

Archives du Gouverneur Alexandre Galopin

B-Affaires Industrielles

42-Correspondance, Notes et Consultations Juridiques concernant un litige entre le
Ministère des Colonies Et la Société Minière, 1938-1939, Farde

Archives de Jean Dubois- Pelerin

IV- Affaires Politiques, Juridiques, Sociales et relatives à l'enseignement

23- Rapport de mission au Congo à L'occasion du 10ème anniversaire de l'Université
Lovanium, 1964, Farde

Dossier concernant la deffense de la politique de travail de la S G B pendant la guerre

74-77 "Docummentts de Lisbonne"

76- Nottes et télégrames, Farde

77- Correspondence et telegrames, Farde

Secretariat General: Dossiers concernant L'admnnistration et L'organisation de la société et
les relations avec ses filiales

II-Organisation du Groupe, relations entre les sociétés du Groupe

7- Representations du Groupe, Creation d'une Société de developpement à vocation
Geographique, Farde

III- Direction

139- Van Brée, 1923, 1961, Farde

IV- Entreprises Industrielles

B- Affaires Miniers, Industries Extractives

457- C.ie Diamang (Companhia de Diamantes de Angola), 5 Boîtes

E- Non Ferreux, Industries Extratives (Diamants)

594-602 –U. M.H. K., Union Minière du Haut Katanga, 9 Boîtes

Juin- Novembre 1993. 2ème Versement

8- Firmin Van Brée:

A- Mandats dans des Organisations

1- CSK (Comité Special du Katanga)

1-4 “ Dossiers D’Afrique :Rapports annuels des services, 1940-43, 4 Fardes

13- Correspondence Generale, Farde

2° C NK I (Comité Special du Kivu)

14- Correspondance concernant la main d’ouvre Indigène et les Formules de Colonisation en collaboration avec les indigenes, 1928, farde

Mandats dans des sociétés

1° C.C. e I

17-19- “Dossiers D’Afrique”, 3 Fardes

2° Forminière (Société Internationale Forestière et Minière du Congo)

25- Rapports Annuels (1938-1962) et Notes Documentaires (1927...), Portefeuille.

Société Minière du Bécéka

27-28 Statuts, Rapports annuels (1925-1958)

1 farde et 1 Portefeuille

II- Nottes Documentaires des Sociétés d’ont Van Brée est Admnistrateur

42- Banco Burnay, Farde

44- Mobeko (Société d’ Études, De Gestion et Finance d’ Affaires Coloniales) s. A.

1949- 1957, Farde

C- Elevage, Exploitations Agricoles et Forestières (55), Fomento Geral de Angola 1927, 1935, Farde

E- Sociétés Minières:

94- Diamang (C. ie des Diamants de l'Angola, 1930-1956, Farde.

III- Divers

153- Rapport de la Commission pour l'Étude des Problèmes Sociaux Indigènes du Comité Intérieur Colonial et annexes, 1956, Farde.

154-155- Notes de Voyages au Congo Belge de Van der Straeten E. En 1947- 1948-1951, 2 Fardes

21- Société Anonyme de Mutualité Coloniale, S.A.

I- Statuts

1- Statuts Imprimés, Portefeuille

3ème Versement

- Archives de dirigeants

1- Archives de Jean Jadot

II- Mandats dans les Affaires Africaines

70- Activités de la T C L Correspondance et notes, 1907-1931, Liasse

73- Cartes relatives au Benguela railway, Chemin de Fer du Bas- Congo au Katanga et à la Prospection Minière (avec Photos), s.d., 1 Liasse

A.G.R.- Inventaires 259

Inventaire des Archives du Groupe de l'Union Minière (1906-1986)

Première Partie: Union Minière S. A.

I- Statuts et Concessions

1- Engagement souscrit ,30-10-1906, Farde

2- Extrait du Bulletin Officielle de l'Etat, Novembre 1906, Farde.

Chapitre III- Notes de direction

I- Katanga: Économie et Généralités

289- "Le Katanga Industriel: Note de L.H. Hoyeux, 1924, Farde.

290 Memorandum des Questions, 1937, Farde.

D- Études en Afrique: Electrification...

338- Voyage en Angola: Possibilité de recrutement de Main d'œuvre Indigène, 1930, Farde.

F- Main d'œuvre indigène: études Médicales et sociales

350- Main d'Ouvre Indigène de l'UMHK: réponse au "Questionnaire aux Employeurs" de la Commission MOI (Main d'Ouvre Indigène) avec Photos, 1928

III-Participation de Membres de la Société à des conférences et Colloques
Farde

357- Congrès Colonial National: rapports de Commissions, Juin 1954, Farde

A Direction Nationale des Services d'Afrique.

3- 588-642- Rapports bimensuels, trimestrielles...
588- Rapports trimestrielle pour 1921 et 1922, Farde
IV-Notes Redigées...
791- Liste des Ouvrages de la Biblioteque de UMHK sur les questions africaines
1957, farde.
VII- Archives “Historiques”
955-957- Monographie sur la Société editée par UMHK..

D- Archives du CSK (Comité Spécial du Katanga)
988- Rapport Geologique, 1899-1908, Boîte.
L-Dokumentation sur la géologie et certains mines d’Afrique du Congo, du Katanga
1323- Gisements, prospection, 1926-1947, Portefeuile
A-Cartes et Plans du Bureau de Dessin
B- Cartes et Plans Generaux
1437- Cartes generales de L’Afrique: Geologie, Chemins de Fer, Route maritime,
Portefeuile

Ministere des Affaires Étrangères, du Commerce Exterieur et de la Cooperation
Internationale:
Archives Africaines:
AIMO 1632/9187; 1640/9204; 1776/9618

Ministere des Affaires Étrangères, du Commerce Exterieur et de la Cooperation
Internationale:
Archives Africaines:
AIMO 1632/9187; 1640/9204; 1776/9618

PORTUGAL:

Arquivo do Banco Burnay (Instalações do Banco BPI SA) Arquivo Histórico:
Dossiers: 1, 274, 590.

AHM, Arquivo Histórico Militar
Angola, 2ª Secção:
Caixas: 11, 15, 16, 26, 19, 48, 57, 56, 55, 59, 60, 61, 85, 169, 194.

AHU, Arquivo Histórico Ultramarino:
Angola Diversos: 1882-1895 e 1910-1912
Angola Repartição Militar
Angola 1ª Repartição Caixa 3
Angola 2ª Repartição Caixa 6
Angola Ocupação Militar Papéis de Brissac Neves Ferreira

Sala 5:

Nº de ordem 814 (Governo Geral de Angola)

Sala 6:

Nº de ordem 1 (Companhias Diversas)

Nº de ordem 774 (Miscelânea- Bases para a Organização das Companhias de África)

Nº de ordem 1902 (Companhia da Lunda)

Sala 10:

Nº de ordem 41 (Mapas e Elementos Estatísticos)

Nº de ordem 49 (Dados Relativos à Indústria)

Nº de ordem 126 (Relatórios/ Conferência Colonial/Economia Rural Indígena)

Nº de ordem 729 (Luanda/Malanje)

Nº de ordem 759 (estudos Geológicos, Minas de e Petróleos de Angola)

Sala 12:

S/Nº 1815-1911 (Companhia Mercantil e Agrícola e Missão ao Lubuco)

Nº de Ordem 2547 (Reforma judicial Angola, S. Tomé e Mão-de-obra nos Países Tropicais.

888- Colonização

1091 e 1092 Expedição Portuguesa ao Muatiânvua

1145- Expedição Portuguesa ao Muatiânvua (Diário)

1149 –Expedição Portuguesa ao Muatiânvua (Copiador de Ofícios)

1150, 1152, 1154, 1155, 1157 (Processo Muatiânvua)

1268-6ª Repartição- Assuntos Diversos

3709, 4ª Repartição- Autoridades Diversas

IICT, Instituto de Investigação Científica Tropical:

Caixas nºs 14 e 15

MAUC, Arquivo do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra:

Caixas: 1(PEMA), 2, 42, 44, 120, 130, 131, 144, 180, 181, 183, 185, 189, 186, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 216, 221, 225, 231, 236.

MNS, Arquivo do Museu Nogueira da Silva- Braga:

Fundos Fotográficos da DIAMANG, Companhia de Diamantes de Angola.

SGL, Sociedade de Geografia de Lisboa:

Diário da Expedição da Lunda da qual foi chefe o Capitão Frederico César Trigo Teixeira, 1891.

BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

BAPTISTA, Pedro João, 1843, “Viagem de Angola para Rios de Senna”, “Explorações dos Portugueses no interior da África Meridional, *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 3ª série, nº5, parte não oficial, pp.162-190, 223-240, 423-439, 493-506, Lisboa, Imprensa Nacional.

BATELL, Andrew, ca. 1565-1614, *The strange adventure of Andrew Batell of Leigh in Angola and The Ajoing Regions*/ Reprinted from “Purchas his Pilgrims”, edited with notes and a concise History of Congo e Angola, by E.G. Ravenstein, 1901, London, The Halkluyt Society.

BATEMAN, Charles Somerville Latrobe, 1889, *The First Ascent of the Kasai: Being some records of service under the lone star*, London, Georg Philip & Son.

BRITO, Domingos de Abreu e, [1592], 1931, *Um Inquérito à Vida Administrativa e Económica do Brasil*. Publicação segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa revisto e prefaciado por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra, Imprensa da Universidade.

BURKITT, Milles, 1929, *South Africa's Past in Stone and Paint*, Cambridge, Cambridge University Press.

CADORNEGA, António de Oliveira de, 1940-1942 [1680-1681], História Geral das Guerras Angolanas, José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha (eds.), Lisboa, Agência Geral das Colónias.

CAPELO, H[ermenegildo] e R[oberto] Ivens, [1881] *De Benguela às Terras de Iacca*, Mem Martins, Publicações Europa América, 2 vols.

_____[1886], *De Angola à Contra Costa, Descrição de uma Viagem através do Continente Africano*, Lisboa, Imprensa Nacional, Mem Martins, Publicações Europa América, 2 Vols.

CARDOSO, Artur Augusto Fonseca, 1919, “Em Terras do Moxico, (Apontamentos d’etnografia angolense), in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol.,I, Fasc.I, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, 1889, *O Lubuco. Algumas observações sobre o Livro do Sr. Latrobe Bateman intitulado The first ascent of the kasai*. Lisboa, Imprensa Nacional.

_____, 1890, *A Lunda ou os estados do Muatiânvua. Domínios da soberania de Portugal*, Lisboa, Typographia Adolpho, Modesto & C^a.

_____, 1890-1894, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4 Vols.

_____, 1890, *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional.

_____, 1892, *Meteorologia, Climalogia e Colonização, Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os beneméritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionais e estrangeiros. Modo Practico de fazer Colonisar com vantagem as terras de Angola*, Lisboa, Typographia do Jornal As Colónias Portuguesas.

_____, 1895, *Lunda Portuguesa*, Lisboa, Companhia Geral Typographica Editora.

CASTRO, Leite, 1929, *Companhia de Diamantes de Angola, Notícia Sucinta sobre a sua constituição, concessões obtidas e trabalhos realizados em Angola*, Lisboa, Bertrand, Irmãos Ltd.

CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António [1687], 1965, *Histórica dos Três Reinos Congo, Matamba e Angola*, tradução notas e índices por Graciano Maria de Leguzzano, Introdução Bibliográfica por F. Leite de Faria, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

CORNET, Jules, 1893, “Aperçu Geologique de la partie meridionale du Bassin du Congo”, in *Bulletin de la Société Royale Belge de Geographie*, 17, 9-153.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva, [1792], 1937, *História de Angola*, Lisboa, Ática, 2 vols.

COUCEIRO, Henrique de Paiva, 1898, *Angola- Estudo Administrativo*, Typographia da Cooperativa militar.

_____, 1910, *Angola (Dous anos de Governo, Junho de 1907- Junho de 1909), História e Comentários*, Lisboa, Editora A Nacional.

_____, 1931, *Projecto de Fomento Geral de Angola, por colaboração do estado com as iniciativas particulares unificadas sob a forma de Companhia*, Lisboa, Separata da *Revista Portugal Colonial*.

CUNHA, J.[oaquim] M.[oreira] da Silva, 1961, *Questões Ultramarinas e Internacionais, (Sociologia e Política: Ensaio de análise das situações Coloniais Africanas)*, Lisboa, Edições Ática.

DINIZ, Ferreira, 1918, *Populações indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

DOUVILLE, Jean-Baptiste [1832], 1991, *Un Voyage au Congo 1827-1828, Les tribulations d'un aventurier en Afrique Équinoxiale*, Paris Editions de la Table Ronde.

FERREIRA, Vicente, 1926-1927, *A Situação de Angola, Circular Consulta enviada às Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas da Província de Angola*, Luanda. Imprensa Nacional.

GAMITO, António Cândido Pedroso, 1937, *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Cheuas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

GAMA, António Saldanha da, 1839, *Memória sobre as Colónias de Portugal, situadas na Costa occidental d'África/mandada ao governo pelo antigo Governador e Capitão Geral do Reino de Angola António Saldanha da Gama em 1814*, Lisboa, Typographia da Casa Pia.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues, “Descrição da Viagem feita de Loanda com destino às cabeceiras do Rio Sena”, *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, série I, Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1856.

LACERDA e Almeida, Francisco José de, 1926: “Travessia de África com uma nota explicativa do Almirante Gago Coutinho”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* II, 15, 20 e 22.

LEAL, [Francisco Pinto da] Cunha, 1957, *Coisas do Tempo Presente, Coisas da Companhia de Diamantes de Angola [Diamang]*, Lisboa, Edição do Autor.

_____, 1959, *Coisas do Tempo Presente II, Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola [Diamang]*, Lisboa, Edição do Autor.

_____, 1960, *Coisas do Tempo Presente, Peregrinações através do Poder Económico, Novas Peregrinações Diamanganas deambulando por terras de manica e Sofala, navegando nas Albufeiras do Zêzere, Digressão abissal pela Sonefe*, Lisboa, Edição do Autor, 2 Vols.

LIMA, José Joaquim Lopes de, 1884, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China e Oceânia*, vol. III, parte III, Lisboa, Imprensa Nacional.

MORAES, J.A. Da Cunha, 1885, *África Ocidental, álbum Fotográfico e Descritivo*, Lisboa, David Corazzi, 1885-1888, 4 vols.

MARQUES, Agostinho Sesinando, 1889, *Os Climats e as Produções das Terras de Malange à Lunda 1884-1888*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MATOS, Norton de, 1944, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda, 3 Vols.

_____, 1953, *África Nossa, o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto, Edições Marânus.

MOURA, Pinto de, “Angola, Estrutura Física”, Lunda (planeamento Regional), Relatório dactilografado, s.d.

PINTO, Júlio Ferreira, 1926, *Angola, Notas e Comentários de um Colono*. Prefácio de Ferreira do Amaral e Anotações de Veloso de Castro, Lisboa, J. Rodrigues & C^a, Livreiros Editores.

PINTO, Serpa, [Alexandre Alberto da Rocha], [1881], *Como Eu Atravessei a África*, Mem Martins, Publicações Europa América.

RAVENSTEIN, E.G. (ed.), 1901, "The Strange Adventure of Andrew Batell of Leigh, in Angola and the Adjoining Regions". Reprinted from "Purchas his Pilgrims", 1625. Publications of the Hakelnut Society, ser.2. no.6, p. XX 210-20.

REBELO, Horácio de Sá Viana Rebelo, 1961, *Angola na África deste Tempo, pensamento e acção no Governo da Província*, Lisboa, Edição do Autor.

SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomas dos, 1945, *Angola Coração do Império*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

SERRANO, José Cândido Jodão de Paiva Manso, 1959, *Legislação Mineira da Metrópole e Ultramar anotada contendo vária outra relacionada, acórdãos, pareceres, resoluções diversas, e um ligeiro esboço sobre registos e concessões mineiras, em língua inglesa e francesa*, Porto, Porto Editora.

TEIXEIRA, Alberto de Almeida, 1948, *Lunda sua Organização e Ocupação*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

VIDAL, D. João Evangelista, 1916, *Por Terras de Angola*, Coimbra, F. França Amado.

DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS E ATLAS

AAVV, 1940, *Censo da População de Angola, Luanda, Imprensa Nacional*.

AAAV, 1982, *Atlas Geográfico*, Luanda, Ministério da Educação

ALVES, Albino, 1953, *Dicionário Etimológico Bundo-Português*, Lisboa, Tipografia Silvas, Lda.

AULETE, Caldas, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*

BARBOSA, Adriano, 1989, *Dicionário Cokwe-Português*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

BLEEK, Wilhem Heinrich Immanuel, 1869, *A Comparative Grammar of South African Languages*, London, Trübner & Co.

ILNA, 1981, *Boletim do Instituto de Línguas Nacionais de Angola*.

BONTE, Pierre, Michel Izard (dir.), 1991, *Dictionnaire de L'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris Quadrige / Presses Universitaires de France.

BREUIL, MICHEL, [1997], 2001, *Dicionário das Ciências da Terra e da Vida*, Lisboa, Climepsi Editores.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, 1890, *Methodo Pratico para Fallar a Língua da Lunda, contendo Narrações Históricas dos diversos Povos*, Lisboa, Imprensa Nacional.

CHATELAIN, Héli, 1888-1889, *Kimbundu Grammar, Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, Genebra, Typographia de Charles Schuchardt.

MACHADO, Álvaro Manuel, (org. e dir.), 1996, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.

MAGALHÃES, António Miranda, 1922, *Manual de Línguas indígenas de Angola, Segundo o Programa Oficial para Exames Administrativos*, Loanda, Imprensa Nacional de Angola.

MARTINS, João Vicente, 1990, *Elementos de Gramática de Utchokwe*, Lisboa, Ministério da Administração do Território/Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical.

MATTA, Joaquim Dias Cordeiro da, 1893, *Diccionario Kimbúndu- Portuguez*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora António Maria Pereira.

MILHEIROS, Mário, 1972, *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, Luanda, IICA.

RIBAS, Óscar, 1994, *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, Matosinhos, Contemporânea, Editora, Lda.

SANTOS, Eduardo dos, 1962, *Elementos de Gramática Quioca*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

PERIÓDICOS

ABC

Apostolado 1955

Boletim Geral das Colónias (1932-1951)

Boletim Oficial da Província de Angola (1845-1950)

Diário da Manhã (1945)

Diário de Luanda

Diário de Notícias 1934

Diário de Notícias (1954)

Independente (Semanário) (1920-1921)

Jornal da Huíla 1964
Jornal do Comércio (1949-1954)
Jornal do Congo 1964
Lunda (A) (Semanário) (1913)
Pátria (A) (1924)
Província de Angola (A)
Século (O)
Voz (A) 1951
Voz do Planalto (A)

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, 1997, *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola. Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua Interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses.

AAVV, 2000, *Actas da III Reunião Internacional de História de África, A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical.

AAVV, 1934, *Conferência dos Governadores Coloniais*, Lisboa Agência Geral das Colónias.

AAVV, 1997, “ Lusotropicalisme, Ideologies Coloniales Et Identités Nationales das les Mondes Lusophones” in *Lusotopie*, Paris Editions Khartala.

AAVV, 1993, *Riquezas Minerais de Angola*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto para a Cooperação Económica, Cooperação Portuguesa.

AAVV, 2002, *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa, ICS.

ABRANCHES, Henrique, 1980, *Reflexões sobre Cultura Nacional*, Lisboa, Edições 70.

_____, 1989, *Identidade e Património Cultural*, Luanda, União dos Escritores Angolanos/ Lisboa/Vega, col. Estudos.

AFFERGAN, Francis (dir.), 1999, *Construire le savoir Anthropologique*, Paris, P.U.F.

AGUESSY, Honorat [1977], 1980, “Visões e Percepções Tradicionais”, *Introdução à Cultura Africana*, Lisboa, Edições 70.

ALEXANDRE, Valentim, 1979, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

AMARAL, Ilídio do e Ana Amaral, 1984: “A viagem dos pombeiros Angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da Primeira travessia da África Central”, Separata da *Garcia da Horta*, série Geografia, Lisboa 9 (1-2): 17-58.

ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined Communities*, New York, Verso.

APPADURAI, Arjun, (ed.), 1986, *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.

_____, 1996, *Modernity at Large, Cultural Dimensions Of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

ARANJO, Daniel, 1980, “Aspects Spatiaux du Myth de Migration (Centreafrique), *L’Afrique Litteraire, Mythe et Litterature Africaine, Colloque Afro Comparatiste de Limoges*, n° 54-55.

AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de, 1985, *Les Symboles Divinatoire: Analyse Socio-Culturelle D’Une Technique de Divination dès Cokwe de l’Angola, (Ngombo Ya Cisuka)*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

_____, 2000, “A Etnização da África no contexto das políticas coloniais” in *Actas da III Reunião Internacional de História de África, A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*, Lisboa, Centro de História e Cartografia Antiga /Instituto de Investigação Científica Tropical.

AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de, M.A. de Miranda (orgs.), 2001, *Perspectivas sobre Angola*, Coimbra, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

AUGE, Marc, (dir.) 1978, *A Construção do Mundo: Religião, Representações, Ideologia.*, Lisboa, Edições 70.

_____, [1992], 1998, *Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand Editora.

_____, [1998], 2001, *As formas do Esquecimento*, Almada, Íman Edições.

_____, (dir.) [1975], 2003, *Os Domínios do Parentesco, (Filiação, Aliança Matrimonial, Residência)*, Lisboa, Edições 70, col. Perspectivas do Homem.

BACHET, Jérôme, 2001 “L’Histoire Face au Présent Perpétuel, Quelques Remarques sur la Relation Passe/Futur”, in *Les usages Politiques du Passe*, Paris, Éditions de L’EHESS.

BALANDIER, Georges, [1967], 1999, *Anthropologie Politique*, Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 4^é. Édition.

BARTHES, Roland, [1981], 1982, *O Grão da Voz, Entrevistas 1962-1980*, Lisboa, Edições 70.

_____, 1984, “O Efeito de Real”, in AAVV, *Literatura e Realidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

_____, [1953], 1989, *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, Col. Signos.

BASTIN, Marie-Louise, 1961, *L’Art Decoratif Tshokwe*, Lisboa, Diamang, Publicações Culturais n° 55.

_____, [1976], 1978 “ Statuettes Tshokwe du Héros Civilisateur «Tsibinda Ilunga» , *Arts D’Afrique Noire*, Supplément au Tome 19, Octobre 1976, 1978, *Arts D’afrique Noire*, Tome 19.

_____, 1984, « Ritual Masks of the Chokwe, in *african arts*, vol.17, (Aug., 1984) UCLA, James S. Coleman African Studies Center, pp. 40-96.

BAUMANN, Herman e Diedrich Hermann Westermann, 1957, *Les Peuples et les Civilisations De L’Afrique suivi de les langues et l’education*. Paris, Payot.

BENJAMIM, Walter, 2000, *Oeuvres I*, Paris, Gallimard.

_____, 1969, "Critique of Violence, The storyteller: Reflections on the work of Nikolai Leskov", Hannah Arendt, *Illuminations*, New York: Scoken.

_____, 1992, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio d'Água.

BIRMINGHAM, David, 1965, "the Date and the Significance of the Imbangala Invasion of Angola", *Journal of African History* (1965), pp. 52-143.

_____, [1966], 2004, *Alianças e Conflitos. Os Primórdios da Ocupação Estrangeira em Angola, 1483-1790* [1966], 2004, Luanda, Arquivo Histórico Nacional de Angola.

_____, Phyllis Martin (eds.) 1983, *History of Central Africa*, London, Longmann.

BERNARDO, Bernardi, [1974], 1992, *Introdução aos Estudos Antropológicos*, Lisboa.

BOURDIEU, Pierre, [1982], 1998, *O Que Falar Quer Dizer*, Lisboa, Difel.

_____, 2001: *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel. (1ª ed. 1989).

BRAIN, James L., 1973, "Ancestors as Elders in Africa- Further Thoughts" in *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 43, nº2 (April 1973), pp.122-133.

BRAIN, James L., Malcom Ruel e Igor Kopytoff, 1982, "The Authority of Ancestors" in *Man, New Series*, Vol 17, nº 3 (September 1982), pp. 546-548.

BROCH- DUE, Vigdis, 2004, *Violence and Belonging, the quest for identity in post-colonial Africa*, London, New York, Routledge.

BROWNE, G. St. J. Orde, 1932, "African Labour and International Relations", *Journal of the Royal African Society*, Vol. 31, Nº 125 (Outubro de 1932, 394-401.

BURKERT, Walter, [1981], 1991, *Mito e Mitologia*, Lisboa, Edições 70.

BUSTIN, Edouard, 1975, *Lunda under Belgian Rule. The Politics of Ethnicity*, U.S.A., Harvard University Press.

BYVANG, M. Van den, 1937, "Notice Historique sus les Baluunda", *Congo*, Vol. Vol 18, Bruxelles, J. Goemaere.

CABRAL, João de Pina, *Galvão na Terra dos Canibais: A Constituição Emocional do Poder Colonial*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 2000.

CARRILHO

CARVALHO, Eduardo Luna de, 1991, *Alguns Animais no folclore Quioco*, Coimbra Instituto de Antropologia, Cadernos do Seminário povos e Culturas de África, 3.

CARVALHO, Ruy Duarte, 1989, *Ana A Manda, Os Filhos da Rede, Identidade Colectiva, Criatividade Social e Produção da diferença Cultural: um caso muxiluanda*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Investigação Científica Tropical.

_____, 1997, *A Câmara, A Escrita e A Coisa Dita...Fitas, Textos e Palestras*, Luanda, Inald- Instituto Nacional do Livro e Do Disco.

_____, 1997, *Aviso à Navegação, Olhar sucinto e preliminar sobre os Pastores Kuvale da Província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades*

agropastoris do sudoeste de Angola, Luanda, INALD- Instituto Nacional do Livro e do Disco.

_____, 1999, *Vou lá Visitar Pastores*, Lisboa, Edições Cotovia.

_____, 2005, *As paisagens propícias*, Lisboa, Edições Cotovia.

_____, 2008, *a câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*, Lisboa, Edições Cotovia.

CASTELO, Cláudia, 1999, «*O Modo Português de Estar no Mundo*», *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Lisboa, Edições Afrontamento.

_____, 2007, *Passagens para África, o Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Lisboa, Edições Afrontamento.

CASTORIADIS, Cornelius, 1975, *L'Institution Imaginaire de la Société*, Paris Editions du Seuil.

_____, [1981], *Perante a Guerra As realidades*, Mem Martins, Publicações Europa América.

_____, 1997, *World In Fragments. Writting on Politics, Society, Psychoanalysis and the Imagination*, Stanford, Stanford University Press.

CERTEAU, Michel de, 1975, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard.

CHATELAIN, Heli, [1894], 1964, *Contos Populares de Angola, Cinquenta contos em Quimbundo*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre e Jean-Louis Triaud, (Dir.) 1999, *Histoire D'Afrique, Les enjeux de mémoire*, Paris, Éditions Kharthala.

CHIWENDE, Francisco, 2006, "O Reino Luvale", *Comunicação ao III Simpósio sobre Cultura Nacional*, Luanda.

CLARCK, J. Desmond, 1963 "Pre-historic Cultures of Northeast Angola and their Significance in Tropical Africa, *Publicações Culturais* n° 62, Lisboa, Diamang.

_____, 1968 "Further Paleo-Anthropological Studies In Northern Lunda", *Publicações Culturais*, n°78, Lisboa, Diamang.

CLARENCE – SMITH, Gervase, 1985, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Editorial Teorema.

COHN, Bernard, 1996, *Colonialism and its forms of knowledge*, Princeton, Princeton University Press.

COELHO, Virgílio, 1997, "Em busca de Kábàsá: uma tentativa de explicação da estrutura político – administrativa do «Reino de Ndòngò», in *Estudos Afro – Asiáticos*, 32, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 135-162.

_____, [1997] 2000, " A Data da Fundação do «Reino de Ndòngò»", in *Actas do II Seminário sobre a História de Angola, Construindo o Passado Angolano: as Fontes e a sua Interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

_____, 2000, " A questão do controlo da terra e da territorialidade no antigo Reino do Ndòngò, vista através de um relato do fim do século XIX, in *A África e A Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-1930)*, *Actas da III Reunião de História de África*, Lisboa, CEHCA/IICT, pp.187-200.

COLLINS, Robert O., James McDonald Burns e Erik Kristofer Ching, (eds.),[1994],1996, *Historical Problem of Imperial Africa*, Princeton, Marcus Wiener Publishers.

COMAROFF, John, 2002 “Governmentality, Materiality, Legality, Modernity. On the Colonial State in Africa” in Jan-Georg Deutsch, Peter Probst e Heike Schmidt (eds.),*African Modernities. Entangled Meanings in Current Debate*, Oxford, James Currey, Portsmouth, Heinemann.

COOPER, Frederick, 2005, *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*, London, University of California Press.

COOPER, Frederick e Ann Laura Stoller (eds.), 1997, *Tensions of Empire, Colonial Cultures in a Bourgeois World*, London, University of California Press.

COPANS, Jean, 1975, *Anthropologie et Impérialisme: textes*, Paris, François Maspero.

COSTA, Justo da, 1973, *Diamantes de Angola, Nova História de David e Golias*, Lisboa, edição do autor.

CRINE- MAVAR, B, 1991 “les temps de la cosmogonie Lunda, *Cahiers Zairois de la Recherche et du Developement*, Vol. XVIII- 1, 74, Kinshasa, Revue Editée par l’Office National de la Recherche et du Developement- ONRD.

CURTIL, Sophie, 1991, *Tchibinda:le héros chasseur*, Paris, Musée Dapper.

DE BOECK, Filip, 1994, “of trees and Kings: politics and metaphor among the Aluund of Southwestern Zaire, *American Ethnologist* 21(3): 451-473, American Anthropological Association.

_____, 1998, “Beyond the Grave: History, Memory and Death in Postcolonial Congo/Zaire”, in Richard Werber (ed.) *Memory and Postcolony, African Anthropology and The Critique of Power*, London, Zed Books Ltd.

_____, 2001, “Les Chiens qui brisent leur Laisse: mondanisation et inversion des categories de genre dans le contexte du trafic de diamant entre l’Angola et la Republique Democratic du Congo (1984-1997)”, *Les Cahiers Africains*, 45, 46, Tervuren.

_____, 2001, “Garimpeiro Worlds: Digging, Dying & ‘Hunting’ For Diamonds in Angola”, *Review of African Political Economy* No. 90:549-562, ROAPE Publications Ltd.

DE MAN, Paul, 1989, *Resistência à Teoria*, Lisboa, Edições 70.

DE MARET, Pierre, [1974] 1985, *Fouilles Archeologiques dans la Vallée du Haut-Lualaba, Zaire, II Sanga et Katongo*, Tervuren, Musée Royal de L’Afrique Central

_____, 1990, “Phases and Fácies in the Archeology of Central África” in Peter Robertshaw (Ed.) *A History of African Archeology*, London, James Currey, pp. 109-134.

DERKSEN, Richard, 1983, “Forminière in the Kasai, 1906-1939”, *African Economic History*, nº 12, the Board of Regents of the University of Wisconsin System.

DIAS, Jill, 1981, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930, in *Journal of African History*, Vol. 22, nº 3 (1981), 349-378.

_____. 1984, “ Uma Questão de Identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, I, pp.61-94.

_____. 1986, “Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The impact of trade and colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920”, *Paideuma*, 32, pp.285-318.

_____. 1988, “Fontes Fotográficas para a História de África de Expressão Portuguesa”, 1870-1914, Comunicação (Revista e corrigida) apresentada ao workshop sobre “A Fotografia como Fonte da História Africana”, Londres, School of Oriental and African Studies, 12-13 de Maio de 1988.

_____. 1989, “Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, in *Photographs as Sources for African History*, Andrew Roberts, ed., London, 1989, p.67-82.

_____. 1992, *África nas vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

_____. 1998: “Angola”. In: Alexandre, Valentim e Jill Dias (eds.): *O Império Africano 1825-1890*. (Nova História da Expansão Portuguesa, ed. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. X.) Lisboa: Editorial Estampa: 319-556.

_____. 2000, «Estereótipos e realidades sociais: Quem eram os ‘Ambaquistas’ in *Construindo o Passado Angolano: As Fontes e a sua Interpretação*, Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 597-623.

DIAWARA, Mamadou, 2003, *L’Empire du Verbe et L’Eloquence du Silence, Vers Une Anthropologie du Discours dans les Groupes dits Dominés au Sahel*, Köln, Rüdiger Köppe Verlag.

DIRKS, Nicholas B. (ed), 1992, *Colonialism and Culture*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.

DUYSTERS, Leon, 1958, ‘Histoire des Aluunda’, *Problèmes D’Afrique Centrale*, XII, 12, 40, 75-98.

ERVEDOSA, Carlos, 1980, *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Edições 70.

EWALD, François, 2000, [2ª ed.] *Foucault, a Norma e o Direito*, Lisboa, Vega.

FERREIRA, Marieta de Moares, Tânia Maria Fernandes, Verena Alberti (Orgs.), 2000, *História Oral, Desafios para o Século XXI*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

FILHO, João Pacheco de Oliveira, 1979, “O caboclo e o Brabo, Notas Sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteira Amazónica no século XIX”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, 11, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. 1999, *Ensaio em Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro, Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FONTINHA, Mário, 1983, *Desenhos na areia dos Quiocos do Nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Col. Estudos, Ensaio e Documentos.

_____. [1997], *Ngombo (adivinhação), Tradições no Nordeste de Angola*, Oeiras, Câmara Municipal.

FORTES, Meyer e Germaine Dieterlen, (eds.) 1965, *African Systems of Thought: Studies Presented and discussed at The Third International African Seminar*, London, Oxford U. P. For the International African Institute.

FOUCAULT, Michel, 1976, *La Volonté du Savoir*, Paris, Editions Gallimard.

_____, 1969, *L'archéologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard.

_____[1966], 1991, *As Palavras e as Coisas, Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70.

_____, 1994, *Dits et écrits, I, 1954-1975*, Paris, Quarto Gallimard.

_____, 2001, *Dits et écrits II, 1976, 1988*, Paris Quarto Gallimard.

_____[1966], 2001, *O pensamento do Exterior*, Lisboa Edições Fim de Século.

_____, 2001, *L'Herménétique du Sujet, Cours au Collège de France, 1981-1982*, Paris, Gallimard/Seuil, Collection Hautes Études.

_____, 2002, *Em Defesa da Sociedade, Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes.

FREYRE, Gilberto, [1952] *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

_____, [1954], *Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Introdução a uma possível Luso-Tropicologia*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.

FREUND, Bill, 1984 "Labour and Labour History in Africa a Review of the Literature, in *African Studies Review*, Vol. 27, nº2, Jun. 1984, 1-58.

GEFFRAY, Christian, 2000, *Nem Pai Nem Mãe, Crítica do Parentesco: o caso macua*, Lisboa, Editorial Caminho, Coleção Estudos Africanos

GRIAULE, Marcel, 1948, *Dieu de l'eau, entretiens avec Ogotemeli*, Paris, Ed. du Chêne.

GOFF, Jacques le, 2000, *História e Memória, História*, vol. I, Lisboa, Edições 70.

_____, 2000, *História e Memória, Memória*, vol. II, Lisboa, Edições 70.

GORDON, David, 2001, "Owners of the Land and Lunda Lords: Colonial Chiefs in the Borderlands of Northern Rhodesia and the Belgian Congo", *International Journal of African Historical Studies*, Vol. 34, Nº 2 (2001).

GARCIA, Maria Madalena Garcia, 1992, *Arquivo Salazar, Inventário e Índices*, Lisboa, Editorial Estampa / Biblioteca Nacional.

GLUCKMAN, M, 1937, "Mortuary Customs and the Belief in Survival after Death among the South Eastern Bantu", in *Bantu Studies*, XI.

GOODY, Jack, 1977, "Memoire et Apprentissage dans les sociétés avec et sans écriture: la transmission du Bagre in *L'Homme*, XVII, pp.29-52.

_____, 1988, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença.

_____, 1994, *Entre L'Oralité et L'Écriture*, Paris, PUF.

_____, 1996, *Cultura Escrita en Sociedades Tradicionales*, Barcelona, Gedisa Editorial, Colección LEA.

- GREENBERG, J. [oseph] H. [arold], 1957, *Essays in Linguistics*, New York, Werner-Green Foundation for Ahthropological Research.
- GUIMARÃES, Bernardo, 1927, *O Garimpeiro*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do “Jornal do Brasil”.
- GUTHRIE, Malcom, 1948, *The Classification of the Bantu Languages*, London, Oxford U. P. for the International African Institute.
- HALBWACHS, Maurice, [1925], 1994, *Les cadres Sociaux de la mémoire*, Paris, 1994.
 _____ [1950], 1997, *La Mémoire Collective*, Édition Critique établie par Gérard Namer, préparé avec la collaboration de Marie Jaisson, Paris, Albin Michel.
- HARTOG, François e Jacques Revel (dir), 2001, *Les Usages Politiques du Passe*, Paris, Editions de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- HAUENSTEIN, Alfred, 1988, *Examen de motifs decoratifs chez les Ovimbundu et Tchokwe d’Angola*, Coimbra, Publicações do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Coimbra, 0870-16660, n° 10.
- HAVEAUX, Georges L. 1954, *La Tradition Historique des BapendeOrientaux*, ARSOM, 37, Bruxelas.
- HEINTZE, Beatrix, 1994, «Ethnohistorische Bildinterpretation im Kontext», *Tribus* 43 : 95-110, tradução portuguesa (não publicada) «Em Busca de um Camaleão: A Antiga Fotografia Etnográfica de Angola e o seu Contexto».
- _____ 1995, «Representações Visuais como Fontes históricas e etnográficas sobre Angola» in : *Actas do II Seminário Internacional «Construindo a História de Angola : as fontes e a sua Interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- _____ 1999, *Ethnographische Aneignungen. Deutsche Forschungsreisende in Angola*. Frankfurt: Lembeck. Versão portuguesa: *Exploradores alemães em Angola: Apropriações Etnográficas*, Lisboa/Luanda: Ed. Caminho/Nzila (no prelo).
- _____ (ed.), 1999b: *Max Buchners Reise nach Zentralafrika 1878-1882, Briefe, Berichte, Studien*. Köln: Rüdiger Köppe (Afrika-Archiv 2).
- _____ 1999, Die Konstruktion des Angolanischen «Eingeboren» durch Die Fotografie“, *Fotogeschichte, Beiträge zur Geschite und Ästhetik der Fotografie*, Jahrgang 19, (1999) Heft 71
- _____ 2002: *Afrikanische Pioniere: Träger-Karawanen im westlichen Zentralafrika (ca. 1850-1890)*, Frankfurt: Lembeck. Versão em português: *Pioneiros Africanos: Caravanas de Carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850-1890)*, 2004 Luanda, Nzila, Colecção Ensaio n° 23.
- _____ 2004, “Long-distance Caravans and Communication Beyond The Kwango (c. 1850-1890), in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (eds.) *Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History*, www.zmo.de/Angola.
- _____ 2005, “A Lusofonia No interior da África Central na era pré--colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade”, *Cadernos de Estudos Africanos* n° 7/8, Julho de 2004/Junho de 2005.
- HEINTZE e Adam Jones (eds.), 1987, *Europeen Sources For Sub- Saharan África before 1900: Use and Abuse*, *Paideuma*, 33, Stuttgart.

HEINTZE e Achim von Oppen (eds), 2008, *Angola on the Move. Angola em Movimento, Transport Routes, Communications and History, Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Verlag Otto Lembeck.

HENIGE, David P., 1974, *The Chronology of Oral Tradition, Quest for a Chimera*, Oxford, Clarendon Press.

HENRIQUES, Isabel Castro, 1997. *Percursos da Modernidade em Angola, Dinâmicas Comerciais e Transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto da Cooperação Portuguesa.

_____, 2003, *O Pássaro do Mel. Estudos de História Africana*, Lisboa, Edições Colibri.

_____, 2004, *Os Pilares da Diferença, Relações Portugal-África séculos XV-XX*, Lisboa, Edição Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, série Ciências Sociais e Humanas, Coleção Estudos de História.

HERBERT, Eugénia, 1993, *Iron, Gender and Power: Rituals Of Transformation in African Societies*, Bloomington, Indiana University Press.

HEUSCH, Luc d', 1958, *Essais sur le Symbolisme de l'Inceste Royal en Afrique*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles.

_____, 1972, *Le Roi Ivre ou l'origine de l'État*, Paris Éditions Gallimard.

_____, 1982, *The Drunken King or the Origin of the Sate*, Bloomington, Indiana University Press.

_____, 2002, *Du Pouvoir Anthropologie Politique des Sociétés d'Afrique Centrale*, Nanterre, Société d'Ethnologie,

HOBBSAWM, Eric. J. 1978, *Industria e Império II*, Lisboa, Editorial Presença.

_____, 1990, *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença.

_____, 1996, *A Era dos Extremos, História breve do Século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença.

HOOVER, J. Jeffrey, 1978, "Mythe Et Remous Historique: a Lunda Response to the Heusch" in *History in Africa*, 5, pp.63-79.

_____, 1978, *The Seduction of Ruej: Reconstructing Ruund History (The Nuclear Lunda; Zaire, Angola, Zambia)*, A Dissertation Presented to the faculty of Graduate School of The Yale University, December 1978, 2 vols.

ISHAMO, Shubi L., 1995, "Cultural Response To forced Labour and Commodity Production in Portugal's African Colonies", *Social Idendities*, Vol. I, Issue I, 16 p.

IZARD, Michel, 1985 *Gens du Pouvoir, Gens de la Terre: Les institutions Politiques de L'Ancien Rouyaume du Yatenga*, Cambridge, Cambridge University Press/Paris, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme.

JEWSIEWICKI, Bogumil, 1984, "A la lecture d'une memoire collective", *Revue Canadienne des Études Africaines*, nº1, vol 18, pp. 138-150.

JEWSIEWICKI, Bogumil & Henri Moniot, 1987, "Histoire, Memoire, Identités" in *Cahiers D'Études Africaines*, XXVII (3-4) 107-108, 1987.

JEWSIEWICKI, Bogumil, V. Y. Mudimbe, 1993, “Africa’s Memories and Contemporary History of Africa”, *History and Theory*, vol 32, Nº. 4, Beiheft 32: History Makink in Africa (Dec., 1993), 1- 11.

JORDÁN, Manuel, “2003, “Zambian Makishi Masquerades and The Story of Categories” in *A Antropologia dos Cokwe e dos Povos Aparentados*, Colóquio em Homenagem a Marie – Louise Bastin, Porto, 1999, Porto, Edição da Faculdade de Letras do Porto.

KANSTEINER, Wulf, 2002, “Finding Meaning in Memory: Methodological Critique of Collective Memory Studies”, in *History and Theory* 41 (May 2002), 179-197, Wesleyan University.

KOPYTOFF, Igor, 1971, “Ancestors as Elders in Africa” in *Africa: Journal of African Institute*, vol. 41, nº 2 (April 1971) pp. 129-142.

_____, 1987, “The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture” in *The African Frontier*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.

KOPYTOFF, Igor, C.J Calhoun, 1981, “The Authority of Ancestors”, *Man*, New Series, Vol. 16, nº 1 (Mar., 1981) 135-138.

KUBIK, Gerhard, 1992, “Ideogramas *Tusona* no Leste de Angola e Zonas Limítrofes” in *Leba*, nº7, Lisboa, IICT, p. 389-410 — ISSN 0870-004

LANDAU, Pauls e Deborah D. Kaspin (eds.), 2002, *Images & Empires Visuality in Colonial and Postcolonial Africa*, London, University of California Press.

LEENHARDT, Jacques e Sandra Jatahy Pesavento (Orgs.), 1998, *Discurso Histórico e Narrativa Literária*, Campinas, Editora da Unicamp.

LE MOS, Maria Teresa Toríbio Brittes, Luiz Henrique Nunes Bahia (Orgs.), 2000, *Percursos da Memória, Construções do Imaginário Nacional*, Rio de Janeiro, UERJ/NUSEG.

LEVI-STRAUSS, Claude, 1958, *Antropologie Structurale*, Paris, Plon.

_____, 1982, *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Vozes.

_____, [1991], 1992, *A História do Lince*, Lisboa, Edições Asa.

_____, [1955], 1993, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70.

_____, [1978], 2000, *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70.

LIAUZU, Claude (dir.), 2004, *Colonisation : droit d’inventaire*, Paris, Armand Colin.

LIMA, Augusto Guilherme Mesquitela, 1971, *Fonctions Sociologiques des Figurines de Culte hamba dans la société et dans la culture tsokwé (Angola)*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

_____, 1971, *A Possessão Espírita entre os Quiocos da Lunda*, Sep. Bol. Invest. Cient. Angola, Luanda, Vol.8 pp. 1-22.

LIVINGSTONE, David, 1857: *Missionary Travels and Researches in South Africa*, London: John Murray.

LOURENÇO, Eduardo, 1994, *O Canto do Signo (1957-1993)*, Lisboa, Editorial Presença.

MACEDO, Diogo de e Luís de Montalvor, 1934, *Arte Indígena Portuguesa*, Lisboa, Edição da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, nº 1.

MACGAFFEY, Wyatt, 1966, "Concepts of Race in the Historiography of Northeast Africa", *the Journal of African History*, Vol. 7, No. 1. (1966), pp. 1-17.

_____, 1974, "Oral Tradition in Central Africa", *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 7, No. 3. (1974), pp. 417-426.

_____, 1970, *Custom and Government in the Lower Congo*, Los Angeles, University of California Press.

_____, 1981, "African Ideology and Belief: A Survey", *African Studies Review*, Vol. 24, No. 2/3, Social Science and Humanistic Research on Africa: An Assessment. (Jun. - Sep., 1981), pp. 227-274.

_____, 1982, "The Policy of National Integration in Zaire", *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 20, No. 1. (Mar., 1982), pp. 87-105.

_____, 1982, "The Implantation of Kimbanguism in Kisangani, Zaire", *The Journal of African History*, Vol. 23, No. 3. (1982), pp. 381-394.

_____, 1983, Lineage Structure, Marriage and the Family amongst the Central Bantu. *The Journal of African History*, Vol. 24, No. 2, The History of the Family in Africa. (1983), pp. 173-187

_____, 1985, "Seizing Reality Using the Concepts of Lineage Mode of Production and Articulation. On the Moderate Usefulness of Modes of Production", *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 19, No. 1. (1985), pp. 51-57.

_____, 1986, *Religion and Society in Central Africa*, Chicago, University Of Chicago Press.

_____, 1986, "Ethnography and The Closing Of The Frontier in Lower Kongo, 1885-1921", *Africa* 56 (3): 263-79.

_____, 1988, Complexity, Astonishment and Power: The Visual Vocabulary of Kongo Minkisi, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 14, No. 2, Special Issue on Culture and Consciousness in Southern Africa. (Jan., 1988), pp. 188-203.

_____, 1988, Complexity, Astonishment and Power: The Visual Vocabulary of Kongo Minkisi, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 14, No. 2, Special Issue on Culture and Consciousness in Southern Africa. (Jan., 1988), pp. 188-203.

_____, 1990, "Religion, Class, and Social Pluralism in Zaire", *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 24, No. 2. (1990), pp. 249-264

_____, 2000, *Art and Healing of the Bakongo Commented by Themselves, Kikongo Texts translated and Edited by Wyatt MacGaffey*, Stockholm Folkens Museum—Etnografiska.

_____, 2000, *Kongo Political Culture. The Conceptual Challenge of the Particular*, Indianapolis.

_____, 2005, "Changing Representations In Central African History", *Journal of African History*, vol.46 (2005), 2, pp.189-207.

MACHADO, António de Barros, 1995, "Notícia Sumária sobre a Acção Cultural da Companhia de Diamantes de Angola" in *Diamang Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola*, Coimbra, Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.

MACOLA, Giacomo, 2002, *The Kingdom of Kazembe, History and Politics in North-Eastern Zambia and Katanga to 1950*, Hamburg, Lit Verlag Münster.

MANTUBA-NGOMA, Pamphile Mabiala (dir), 2004, *La Nouvelle Histoire Du Congo. Mélanges Eurafricains offerts à Frans Bontinck, C.I.C.M*, Cahiers Africains Afrika Studies, 65,66,67, (series 2003), Paris, L'Harmattan.

MARGARIDO, Alfredo, 1970, "La Capitale de L'Empire Lunda, un Urbanisme Politique", in *Annales* 4, Juillet-Août, 1970, 857-861.

MAGUBANE, Bernard, 1975, "Un regard critique sur les critères utilisés dans l'étude des changements sociaux en Afrique Coloniale" in Jean Copans, *Anthropologie et Impérialisme: textes*, Paris, Maspero.

MARQUES, Walter, 1964, *Problemas do desenvolvimento Económico de Angola*, Luanda, Junta de Desenvolvimento Industrial, Fundo de Fomento de Produção e Exportação.

MATESO, Locha, 1986, *La littérature africaine et sa critique*, Paris, A.C.C.T./ Editions Karthala.

MARTINS, João Vicente, 1966, "A Idade dos Metais na Lunda", Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

_____, 1971, "Subsídios para a história dos povos Runda (Lunda) e Tchôkue" (Quioco) in *Studia*, nº 32, Junho de 1971, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pp. 379,392.

_____, 1993, *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutokwe do Nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

_____, 2001, *Os Tutchokwe do Nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

MATA, Maria Eugénia, 2002, "Institutions and Business, Henry Burnay: a case study, Comunicação ao XXII Encontro Annual da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Aveiro. Disponível em <http://www.2.egi.ua.pt>.

MAUSS, Marcel [1950] 2001, *Ensaio Sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.

MAXWELL, Anne, [1999], 2000, *Colonial Photography & Exhibitions, Representations of the Native and the Making of European Identities*, London/New York, Leicester University Press.

MCCALL, John C., 1995, "Rethink Ancestors in Africa" in *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 65, nº 2 (1995), pp. 256-270.

MCCULOCK, Merran, 1951, *The Southern Lunda and Related Peoples: Northern Rhodesia, Belgian Congo, Angola*, London, International African Institut.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, [1996], 2002, *Manual de História Oral*, S. Paulo, Edições Loyola, 4ª edição, revista e ampliada.

MEYER, Michel, Manuel Maria Carrilho, Benoît Timmermans 2002, *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates.

MILHEIROS, Mário, 1967, *Notas de Etnografia Angolana*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 2ª Edição.

MILLER, Joseph, 1969, *Cokwe Expansion 1850-1900*, Ocasional Paper nº 1, African Studies Program, The University of Wisconsin Madison, Wisconsin 53706, Spring 1969, second printing.

_____, 1972, "The Imbangala and The Chronology of early Central African History", *Journal Of African History*, 13 (1972), 72-549.

_____, 1973, "Requiem For The Jaga", *Cahiers D'Études Africaines*, 13, Paris, École Pratique des Hautes Études – Sorbonne Sixième Section : Sciences Économiques et Sociales, Vol. XIII, 1.er. Cahier.

_____, [1975] 1995: *Poder político e parentesco. Os antigos Estados mbundu em Angola*, Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura.

_____, 1982, "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agricultural Marginal Zones of West- Central Africa", *Journal of African History*, vol 23 (1982), pp 17-61.

_____, 1980 (Ed.) *the African Past Speaks, Essays on Oral Tradition and History*, Kent, Wm Dawson & Sons Ltd.

_____, 1989, "The world according to Meillassoux: a Challenging but Limited Vision", In *The Journal Of African Historical Studies*, Vol. 22, Nº 3, 473-495.

MINOUGU, Zacharie e Andreia Reikat (eds.), 2004, *Au Carrefour des Histoires, Traditions Orales de la Région Yana (Burkina Faso)*, Köln, Rüdiger Köppe Verlag.

MONFORTE, A.[1988, 1997], *O Diamante em Angola nas rochas quimberlíticas e nos Jazigos Secundários*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SPE, 3 Vols.

MONFORTE, A. [1988], *O Diamante em Angola nas Rochas quimberlíticas e nos Jazigos Secundários; 1 Geologia Geral*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SPE, SA.

MONTI, Nicolas, 1991, *Catálogo da Exposição de Cunha Moraes, Viagens em Angola 1887-1897*, Coimbra, Edição da Casa Museu Bissaya Barreto.

MOTA, Avelino Teixeira da, 1964: *A cartografia antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique (1500-1860)*, Lourenço Marques.

MOUCHET, R, e R. Van Nitsen, 1940, *La Main-d'Oeuvre Indigène au Congo Belge, Les Problemes qu'elle évoque*, Bruxelles, Imprimerie des Travaux Publics (S.A.).

MUDIMBE, V.Y., 1982, *L'Odeur du père*, Paris, *Présence Africaine*.

_____, 1988, *The Invention Of Africa*, Bloomington, Indiana University Press.

_____, 1991, *Parables & Fables. Exegesis, Textuality, and Politics in Central Africa*, The University of Wisconsin Press, Madison.

_____, 1994, *The Idea of Africa*, Indiana University Press, Bloomington Indiana.

MURDOCK, George Peter, 1959, *Africa: Its People and their Culture History*. New York, McGraw Hill Book Co.

MWEPU KYABUTHA, 1996, Gaspar, *Les Conséquences Sociales de L'industrialisation au Katanga (1900-1960)*, Memoire Doctorat en Sciences Sociales, Politiques et Economiques, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles.

NASCIMENTO, Augusto, 2002, *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de Finais de Oitocentos a Meados de Novecentos*, Lousã, Tipografia Lousanense, Lda.

- NORA, Pierre, (dir.) 1997, *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, Quarto.
- OLIVEIRA, Américo Correia de, 2001, *Os Ogros na Tradição Oral Angolana*, Leiria, Edições Magno.
- OLIVEIRA, José Osório, 1956, *Novas Considerações sobre o Museu do Dundo*, Separata da Revista *4 Ventos*, Braga.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, 1976, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- PACHECO, Fernando, 2002, “Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais do Poder em Angola: Aspectos Essenciais a ter em conta na Futura Administração Autárquica”, Luanda, Texto Policopiado.
- PALMEIRIM, Manuela, 1994, *Of Alien Kings and Ancestral Chiefs, an Essay on the Ideology of Kinship Among the Aruwnd*, London, The School of Oriental and African Studies, University of London, Publicação em 2006, *Of Alien Kings and Perpetual Kin, Contradition and Ambiguity in Ruwnd [Lunda]Symbolic Thought*, U.K., Sean Kingston Publishing.
- _____, 2003, “As duas Faces de Ruwej: Da ambiguidade no pensamento Simbólico dos Aruund (Lunda), in *A Antropologia dos Tshokwe e Povos Aparentados*, Colóquio em homenagem a Marie-Louise Bastin, Porto, faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- _____, 2008, “Paradoxos, Fluidez e Ambiguidade do pensamento Simbólico (o caso Ruwund): para uma crítica e alguns modelos de análise” in *Etnográfica*, 12 (2), pp. 353-368.
- PAPSTEIN, Robert, 1978, *The Upper Zambezi: a History of The Luvale People, 1000-1900*, UCLA, Ph. D.
- PELS, Peter, 1997, “The Anthropology of Colonialism: Culture, Histoire, and The Emergence of Western Governmentality”, *Annual Review of Anthropology*, October 1997, Vol. 26, pp.163-183.
- PELS, Peter e Oscar Saleminck, (eds.), [1999], 2000, *Colonial Subjects, Essays on the Practical History of Anthropology*, Michigan, University of Michigan.
- PEREIRA, Eurico, José Rodrigues e Bernardo Reis, 2003, “Synopsis of Lunda Geology, NE Angola: Implications for Diamond Exploration”, *Comun. Instituto Geológico e Mineiro*, t. 90, pp. 189-221.
- PEREIRA, Maria Manuela Cantinho, 2005, *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa, fundação Calouste Gulbenkan e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PERRINGS, Charles, “Good Lawyers But Poor Workers: Recruited angolan labour in the Copper Mines Of Katanga, 1917-1921, *Journal of African History*, XVIII, 2 (1977), pp. 237-259.
- PHILLIPSON, David W., [1985] 1993, *African Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª Edição.

- PONGO, Martin Kalulambi, 1997, *Etre Luba au Xxe Siècle*, Paris, Karthala.
- PORTO, Nuno Manuel de Azevedo Andrade, (coord.), 1999, *Angola a Preto e Branco, Fotografia e Ciência no Museu do Dundo, 1940-1970*, Coimbra, Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.
- _____, 2000, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial, O caso do Museu do Dundo, 1940-1970*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Antropologia, faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- _____, 2002, *O Museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola, separata de Trânsitos Coloniais : diálogos críticos Luso Brasileiros*, Lisboa, ICS.
- PROPP, Vladimir, [1928], 1992, *Morfologia do Conto*, Lisboa, Vega, 3ª Edição.
- RANGER, Terence, 1983, "The Invention of Tradition In Colonial Africa" in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.) *The Invention Of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____, e Olufemi Vaughan (eds.), 1993, *Legitimacy and the State in Twentieth Century Africa: essays in Honour of A.H. M. Kirk-Green*, Oxford, Basingstoke: Macmillan in Association with St. Anthony's College.
- RATHBONE, Richard, 2000, *Nkhrumah and the Chiefs: the politics of Chieftaincy in Ghana, 1951- 1960*, Oxford, James Currey, Accra, F. Reimer, Athens: Ohio University Press.
- _____, (ed.), 1975, *The Population factor in African Studies*, Londres, University Of London Press.
- READ, Margaret, 1942 "Les migrations de travailleurs en Afrique et leurs repercussions sur la vie des tribus" in *Revue Internationale du Travail*, Vol XLV, N° 6, Juin 1942.
- REDINHA, José, 1953, *Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto Chicapa), Notas de Viagem*, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Publicações Culturais, nº 19
- _____, 1958, *Etnossociologia do Nordeste de Angola* Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- _____, 1964, "Insignias e Simbologias do Mando dos Chefes Nativos de Angola", Luanda, Centro de Turismo de Angola, Separata do Mensário Administrativo, 168-191.
- REIS, Carlos, 1981, *Técnicas de Análise Textual*, Coimbra, Livraria Almedina, 3ª edição revista.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, Ana Paula Ferreira (org.), 2003, *Fantasmas e fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras.
- RICOEUR, Paul, [1976], 1987, *Teoria da Interpretação, O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa, Edições 70.
- _____, 1990, *Soi-même Comme un Autre*, Paris, Éditions du Seuil.
- _____, 2000, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Éditions du Seuil.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, 1968, « Construções Bantas de Pedra, em Angola » in *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, Luanda 5 (2) 109/192.

ROQUE, Ricardo, 2001, *Antropologia e Império : Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Estudos e Investigações, 18.

ROSAS, Fernando, Rita Carvalho e Pedro Aires de Oliveira, 2002, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política 1945-1966*, Lisboa, Círculo de Leitores.

SAID, Edward W. [1993], 2000, *As Representações do Intelectual, As Palestras de Reith de 1993*, Lisboa, Edições Colibri, Coleção Voz de Babel.

SANTOS, Eduardo, 1963, *Os Bantos e a Religião*, Separata da Revista *Ultramar*, nºs 11/12.

_____, 1965, *Maza, Elementos da Etno-História para a interpretação do Terrorismo no Noroeste de Angola*, Lisboa, Edição do Autor.

_____, 1966, *A Questão da Lunda (1885-1894)*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.

SANTOS, Maria Emília Madeira, (Ed.), 1986, *Viagens e apontamentos de um Portuense em África, Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra.

_____, [1978], 1988, *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*, 2ª ed., Lisboa CEHCA/IICT.

_____, 1998, *Nos Caminhos de África*, Serventia e Posse. (Angola Século XIX), Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

SCHECTER, Robert Edmond, 1976, *History and Historiography on a frontier of Lunda Expansion: the Origins and Early development of the Kanongesha*, Madison, Ph.D Thesis, University of Wisconsin.

_____, 1980, “a Propos The Drunken King: Cosmology and History” in *The African Past Speaks, Essays On Oral Tradition and History*, Joseph Miller (Ed.), England, Wm Dawson & Sons Ltd.

SCHLEE, Günther (ed.), 2002, *Imagined Differences, Hatred and the construction of identity*, Hamburg – London, Lit Verlag Münster.

SEIXO, Maria Alzira, 1976 (ed.) *Categorias da Narrativa*, Lisboa, Arcádia.

SENNA, Nelson Coelho de, 1938, *Africanos no Brasil, (Estudos Sobre os Negros Africanos e Influências Afro-Negras sobre a linguagem e costumes do povo Brasileiro)*, Belo Horizonte, Primeiro Milheiro.

SILVA, Augusto Santos, 2001, *Entre a Razão e o Sentido, Durkheim, Weber e a teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

SILVA, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.), 2001, *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

SOARES, Francisco, 1995, “A Derrota do Pombeiro Pedro João Baptista — 1806/1810 entre a Mussumba do Muropue e o Rei Cazembe Caquinhata”, *Nós, Revista Internacional da Lusofonia*, nº 41-50, Pontevedra – Braga.

SONTAG, Susan, 2003, *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Lisboa, Gótica.

SOROMENHO Castro, 1939, *Noite de Angústia*, Lisboa, Livraria Civilização Editora

- _____, 1941], *Homens sem Caminho*, Lisboa, Livraria Portugal.
- _____, 1943, *Sertanejos de Angola*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Col. Pelo Império.
- _____, 1944, *Mistérios da Terra*, Porto, Educação Nacional.
- _____, 1949, *Terra Morta*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- _____, 1957, *Viragem*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- _____, 1972, *A Chaga*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SOUZA, A.A.de Almeida e, 1953, *Índice de Pignet—Sua Evolução em Trabalhadores Índigenas de Angola*, Separata dos *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, Vol. X, Nº 4, Fasc. II, Dez. 1953.
- SPEAR, Thomas, 2003, “Neo- Tradicionalism and the Limits of Invention in British Colonial Africa”, in *Journal Of African History*, 44, pp 3-27.
- STENGERS, Jean, [1989], 2005, *Congo, Mythes et Réalités*, Bruxelles, Éditions Racine.
- STOLER, Ann Laura, 1992, “Rethinking Colonial Categories: European Communities and the Boundaries of Rule” in Nicholas B. Dirks (ed.) *Colonialism and Culture*, Michigan, University of Michigan Press.
- TAVARES, Ana Paula, Catarina Madeira Santos, 2002, *Africae Monumenta, A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cachenda*, Lisboa, Ministério da Ciência e do Ensino Superior/ Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- TEIXEIRA, Alberto de Almeida, 1948, *Lunda sua Organização e Ocupação*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.
- TELO, António José, 1994, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos.
- TELO, António José e Mário Álvares, 2004, *Armamento do Exército Português*, Vol. I- *Armamento Ligeiro*, Lisboa, Prefácio, Edição de Livros e revistas.
- THORNTON, John, 1981, “The Chronology and Causes of the Lunda Expansion to the West ca. 1700-1852” in *Zambia journal of History*, 1, 1981, p.1-13.
- TODOROV, Tzevetan, [1983], 1993, *A Conquista da América. A Questão do Outro*.
- TORRES, Adelino, 1991, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Edição Escher, Coleção Estudos Sobre África.
- TROUILLOT, Michel – Rolph, 1995, *The Silencing of the Past : Power and The Production of History*, Boston , Beacon.
- TRUDEKE, Vuyk, 1991, *Children Of One Womb, Descent, Marriage, and Gender in Central Societies*, The Netherlands, Centre of Non-Western Studies, Leiden University.
- TURNER, Frederick Jackson, [1893], 1961, *Frontier and Section, Selected Essays of Frederick Jackson Turner*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice- Hall, Inc.
- TURNER, Victor, 1955, “ A Lunda Love Story and its consequences: Selected texts Form Traditions Collected by Henrique Dias de Carvalho at the court of Muatianvua in 1887”, *R- L Journal* 19 (1955) 1-25.

_____. 1957, *Schism and Continuity in an African Society: a study of Ndenbu Village Study*, Manchester, Manchester University Press/ Rhodes Livingstone Institute, Northern Rhodesia.

TZU, Sun, (2000), *A Arte da Guerra, mais de 2000 anos de estratégia aplicados à empresa*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

VANSINA, Jan, 1961, *De la Tradition Orale: essai de méthode historique*, Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Central.

_____. 1963, "The Foundation of Kingdom of Kasanje", *Journal Of African History*, 4 (1963) 74-355.

_____. 1966, *Kingdoms of The Savanna: A History of The Central Africa States until European Occupation*, Madison, Madison University Press.

_____. 1966, *Introduction a l'Ethnographie du Congo*, Kinshasa, Université Lovanium.

_____. 1966, "More on The invasions of Kongo et Angola by the Jaga and the Lunda", *Journal of African History*, vol 7, n° 3, 1966, pp. 421-429.

_____. 1973, *The Tio Kingdom of The Middle Kongo: 1880-1892*, London, Oxford University Press.

_____. 1984, "Western Bantu Expansion", *Journal of African History*, 25, 2 (1984) 129-45.

_____. 1985, *Oral Tradition as History*, Madison, Madison University Press.

_____. 1990, *Paths in the Rainforests, Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*, London, James Currey

_____. 1998, "It Never Happened: Kinguri's Exodus and Its Consequences", in *History in Africa*, 25(1998) 387-403

_____. 1998, "Government In Kasai Before the Lunda", *The International Journal Of African Historical Studies*, Vol. 31, N°1(1998) I

_____. 1984], 1999, *Art History in Africa, An Introduction to Method*, London and New York, Longman.

_____. 2001, "Portuguese vs Kimbundu: Language Use in The Colony of Angola (1575-c.1845) in *Bulletin Séanc. Acad. Sci. Outre-Mer, Meded Zitt. Acad. Overzeese* 47 (2001-3):267-281.

_____. 2004, *How Societies are Born, Governance in West Central Africa Before 1600*, Charlottesville/London, University of Virginia Press.

VANSINA, Jan & Carolin Keyes Adenaike, eds, 1996, *In Pursuit of History, Fieldwork in Africa*, Heinemann/James Currey, Portsmouth, Oxford.

VANSINA, Jan, Evá Esbestyén, 1999, "Angola's Eastern Hinterland in 1750s: A text Edition and Translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage"(1755-1756) in *History in Africa, a Journal of Method*, Published Annual by the African Studies Association, Vol. 26, David Henige Editor.

VAUGHAN, Megan, 1994, "Health and Hegemony: representation of disease and the creation of the colonial subject in Nyasaland" in Dagmar Engels and Sula Marks (dir), *Contesting Colonial Hegemony*, London, German Historical Institute.

WEBER, Max, 2001, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

WHITE, Louise

VELLUT, Jean-Luc, 1972, □ Lunda et Frontière Luso- Africaine , in *Études d'Histoire Africaine III*, Université Nationale du Zaïre/ Ed. Nawwelaerts, Louvain.

_____, 1972-1973, *Questions Speciales d'Histoire de L'Afrique*, Université Nationale du Zaïre, Faculté de Lettres, Département D'Histoire, campus de Lubumbashi.

_____, 1981, "Les Bassins Miniers de L'Ancien Congo Belge, Essai D' Histoire Economique et Sociale (1900-1960)", *Les Cahiers du Cedaf*, n° 7, Série 2, Histoire, Bruxelles.

_____, 1982, "Hegemonies en Construction : Articulations entre l'état et Entreprises dans le Bloc Colonial Belge (1908-1960) □, in *des Études Africains/canadian Journal of African Studies*, Vol 16, n° 2, pp 313-330.

_____, 1987, "Détrese Matérielle et Découvertes de la misère dans les Colonies Belges, ca. 1900-1960, in *Journal of Oriental and African Studies*.

_____, 2004, "Réflexions sur la question de la violence dans l'histoire de l'État Indépendant du Congo" in *Cahiers Africains*, n° 65,66,67, *La Nouvelle Histoire du Congo, Mélanges eurafricains offerts à Frans Bontinck*, Pamphile Mabiala Mantuba-Ngoma (dir), Bruxelles/Paris, Musée Royale de L'Afrique Central/ Editions L'Harmattan.

_____, 2006, "Angola-Congo. L'invention de la Frontière du Lunda (1889-1893), *Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos*, n° 9

VERBEKEN, A, WALRAET, M, 1953, *La Première Traversée du Katanga en 1806, Voyage des «Pombeiros» d'Angola aux Rios de Sena*, Traduit et Annoté par, Bruxelles, Institut Colonial Belge, 1953.

VILHENA, Ernesto Jardim de, 1910, *Questões Coloniais. Discursos e Artigos*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.

_____, 1955, *Aventura e Rotina, (Crítica de uma Crítica)* Lisboa

ZUMTHOR, Paul, 1983, *Introduction à la Poesie Orale*, Paris, Éditions du Seuil.

YAV, Raphaël, "L'Insertion de l'Empire Lunda dans L'administration Belge, *Problèmes Sociaux Zaïrois*, Lubumbashi, CEPSE, 94, 95, 1971, pp. 119-148.

YOUNG, R.J.C., 1995, *Colonial Desire. Hybridity in theory, Culture and Race*, Londres, Routledge.

WEBER, Max, 2001, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

WERBNER, Richard (Editor), 1998 *Memory and The Postcolony, African Anthropology and The critique of Power*. London, Zed Books Ltd.

WERBNER, Richard & Terence Ranger (eds), 1996, *Postcolonial Identities in Africa*, London & New Jersey, Zed Books Ltd.

Anexos

Anexo nº1

GLOSSÁRIO

A Companhia, usado para significar a DIAMANG, Companhia de Diamantes de Angola, constituída por escritura pública de 16 de Outubro de 1917. Estatutos celebrados entre o Administrador delegado Ernesto de Vilhena e Norton de Matos, Alto-comissário da Província de Angola, em Bruxelas a 4 de Dezembro de 1920. O contrato entre a Província e a Companhia data de 18 de Maio de 1921, publicado no BOPA, II, série, nº 28 de 15 de Julho de 1922 (nova publicação rectificada).

Afloramento (Geologia), Porção de terreno directamente visível à superfície da terra, o solo ou os aluviões. Nas cartas geológicas, os afloramentos são delimitados por traços finos chamados contornos geológicos. A largura dos afloramentos depende da inclinação mas também do declive.

Ambaquistas, naturais de Ambaca, forma aportuguesada de designar a região angolana de Mbaka. O conceito de Ambaca como região geográfica, económica e política é difícil de definir dada a imprecisão das fontes anteriores a 1617, data em que se criou na área um presídio português. Ambaca constituiu uma fronteira territorial e política entre a zona ocupada militarmente pelos portugueses e os estados africanos vizinhos e “não avassalados”, Também constituiu uma fronteira no sentido metafórico como lugar de interacção entre diferentes modelos sociais e políticos europeus e africanos. Ver sobre este assunto Jill Dias, “Estereótipos e Realidades Sociais: Quem eram os Ambaquistas?” in *Construindo o passado Angolano...*, pp.597-632. “Nestes processos complexos, os chamados Ambaquistas desempenharam um papel preponderante. Pertencentes a uma cultura mista luso-africana, quase sempre de pele negra, mas considerando-se brancos, os Ambaquistas constituem em diversos aspectos (põe exemplo, no comércio de escravos, na divulgação da língua portuguesa oral e escrita, e também da sua língua materna, o kimbundu, de novas plantas de cultura, de novas técnicas culturais os pioneiros africanos por excelência na África Centro- Ocidental”, Beatrix Heintze, *Pioneiros Africanos*, p. 17. Os viajantes europeus notaram, sobretudo no século XIX, a importância destes comerciantes, alfaiates, secretários, contabilistas, que se movimentavam pelo sertão de Angola e regiões circunvizinhas. Capelo e Ivens, em *De Benguela às Terras de Iacca*, vol. I, p. 121, estranham aqueles homens trajados à europeia que percorrem o sertão para escrever. Henrique de Carvalho, aponta os nomes, as famílias e faz deles secretários e testemunhas dos tratados que assina com os diferentes chefes africanos. Ver a título de exemplo o tratado elaborado com o potentado *cokwe*. Mwant Ciseng (Quissengue) em 2 de Setembro de 1886, onde os nomes de Agostinho Alexandre Bezerra e José Faustino Samuel constam da lista dos assinantes. V. Henrique de Carvalho, *A Lunda*, pp. 225-228.

Anangana (mw-; my-) Soba dinástico chefe; rei ou rainha; também a condição ou estado de (mw ou my) anangana, autoridade própria do soba dinástico ou a esfera da sua

influência; realeza; reino, Barbosa, *Dicionário*, p. 13. “ Na base da organização social está a *mianangana* conceito de família alargada ou clã. Nas aldeias existe um número variável de *mianangana* e isto determina a organização espacial das residências e facilita a gestão da vida comunitária numa base descentralizada. Contudo há sinais que eles começam a perder alguma força relativamente aos líderes religiosos” (Estudo de caso efectuado pela ADRA, na Lunda-Sul (Angola) em 2004).

Assimilado – Todos aqueles que a lei reconhecia como “civilizados” ou simplesmente os que tinham assimilado a cultura europeia. Os decretos que usam um estatuto para os “indígenas” (1914 e principalmente 1926) falam de civilização ou de adopção de usos e costumes. Antes da publicação do Estatuto Indígena 1926 são as leis sobre o trabalho e os impostos que primeiro fazem a definição de “indígenas” e das suas obrigações relativas à prestação de serviços. Na legislação o que surge a partir de 1926 são as noções de “indígenas” e “não indígenas” (Exemplo: Diploma orgânico das Relações de direito Privado entre indígenas e não indígenas Decreto 16.474 de 6 de Fevereiro de 1929. Ocasionalmente a expressão “assimilado aos europeus pode surgir mas não assimilados com categoria estatutária. Ex.: 1931 diploma legislativo nº 237, de 26 de Maio de 1931:

«§1º Para efeitos legais é considerado indígena o indivíduo de raça negra, ou dela descendente, que pela sua instrução e costumes se não distinga do comum daquela raça.

«§2º Por se distinguir do comum da raça negra é considerado assimilado aos europeus o indivíduo daquela raça ou dela descendente que reunir as seguintes condições:

1º Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra;

2º Falar, ler e escrever correntemente a língua portuguesa;

3º Adotar a monogamia;

4º Exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia, ou ter rendimentos obtidos por meios lícitos que sejam suficientes para prover aos seus alimentos compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família.

O censo da população de Angola de 1940 adopta o mesmo critério: população civilizada e não civilizada criando nas instruções “doutrina e interpretação sobre os conceitos “ à ideia de civilização associamos a noção não só de moralidade cristã, de costumes cristãos, mas ainda o de cultura intelectual e progresso científico, atingindo os instrumentos de trabalho e o nível de vida económica e social”. “ Por todos estes factos havemos de considerar aqui como civilizados todos aqueles indivíduos que pelos seus costumes moralidade, instrução, profissão, nível de vida, se aproximam, por todos estes atributos ou por maioria deles, do comum dos europeus nas sociedades que lhes são próprias.” Cf. *Censo da População de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1940.

Bapende (Pendes, ou Peindes na documentação), Povo que abandonou Angola no século XVII para se estabelecer para lá do Kasai. Antes da emigração, os Pende faziam parte da nação Mbundu, cujo território se estendia entre os rios Dande e Kwanza, David Birmingham, *Alianças e Conflitos*, pp.44, 45. Estados Mbundu baseados no Lunga que habitaram o planalto de Luanda, para leste da actual vila do Lucala até à escarpa de Kasanje. Alguns dos Pende originais devem ter abandonado a área do Kwango e deslocaram-se para as suas zonas actuais de fixação na província zairense [Republica Democrática do Congo] de Bandundu, Miller, *Poder Político*, pp. 70- 73, 88 e p. 42.

Bloc Colonial Belge, a conjugação de poderes públicos e privados na metrópole e à escala local que caracterizou o colonialismo Belga. A Igreja Católica esteve sempre associada à hegemonia exercida sobre o Congo Colonial. Ver sobre o assunto Jean-Luc Vellut, “Hegemonies en Construction: Articulations entre L’État et entreprises dans le Bloc Colonial Belge”, p.313.

BTK, Bourse de Travail du Kasai, Constituída em Outubro de 1921 com o objectivo de resolver o problema do recrutamento de mão- de-obra para as minas do Kasai.

BTK, Bourse de Travail du Katanga.

Bufumu- Autoridade política, o mesmo que mufumu, chefe, originário do proto-bantu, segundo Guthrie. Todos os estudos linguísticos indicam a introdução deste termo na Lunda a partir da língua luba, V. Hoover, *The Seduction*, p.534. Para os Solongo (língua kikongo): “O grupo doméstico, ou seja o Lumbu, tem a seguinte composição: O chefe do grupo, Mfumu a Lumbu ou Mukulunto (o mais velho) o mais velho do grupo de filiação. V. Henrique Abranches, *Sobre os Basolongo*, p.102. João Vicente Martins, *Os Tucokwe...*, p.549, grafia Banfumo ou Banfumo e faz corresponder ao vocábulo ucokwe Muanangana (pl. Mianangana) e noutra página da mesma obra Fumu, Fumo com o mesmo significado.V. pp. 550 e 553.

Bulopwe, Mulopwe, sangue sagrado da realeza, V. De Heush, *Le Roi Ivre*, p. 26. A origem divina do poder. Várias narrativas contam o encontro de Nkongolo com Ilunga Mbidi Kiluwe como forma de actualizar e contar o contacto entre dois grupos diferentes (Vansina, *Kingdoms*) e ou o encontro entre uma chefia katanguesa e invasores de grupos políticos mais organizados (Luc de Heusch, *Le Roi Ivre*). Mudimbe, *Parables & Fables*, pp. 89, 91, propõe que a narrativa seja lida como um texto memória, no qual a genealogia Luba se actualiza como realidade e projecto. O texto memória é ao mesmo tempo uma lenda e um sonho para o poder político. Com efeito ele liga palavras, coisas e espaços, designado movimentações de antepassados (Nkongolo, Mbidi, Ilunga), de acordo com processos de apropriação de poder e governo sobre novas terras. Reparte-se em histórias de génese mais pequenas. Cada grupo tem a sua própria história que conta como é que o *bulopwe* chegou à sua terra, como se incorporaram no reino luba e ficaram ligados à corte real. Interdições (comer em público) e insígnias (o duplo sino) estão ligadas a este poder, reconhecível em formações sociais luba, lunda e bamba. “ O chefe de sangue sagrado, mulopwe, Tshibinda Ilunga Introduziu no país dos Lunda a concepção da organização política dos Luba do Shaba, que repousa na sacralidade do poder do Chefe e o governo do seu Estado por intermédio de uma hiarquia de funcionários, Bastin, “Statuettes Tschokwe du Herós Civilisateur ‘Tshibinda Ilunga’, p. 27.

Caminho de Quinguri (Rota de Quinguri) Também “chamado do caminho Grande, ou de Quimbundo, também conhecido pelo de *Muene Qissesso*, Senhor Machado (Saturnino), Carvalho, *Descrição...*, Vol I, pp. 273, 274. Importante rota de ligação do litoral com o interior. Ver Heintze, *Pioneiros*, p. 304.

Capita, de cipaio, sendo estes auxiliares locais da Administração Colonial em Angola.

Cascalho, material mineralizado em diamantes. Remoção do, “Fazia-se pelo processo manual (com pá) e era carregado e transportado em vagonetas até junto da lavaria”, J. V. Martins, *os Tutchokwe...*, p. 341.

Chibangula (Čibġula) “os quiocos chamam-lhe quibangula. É uma espécie de resplendor feito a partir de moldes de baeta azul ou encarnada, cobertos de pano ou de couro e depois revestidas com missangas, usado por Lundas e quiocos” Carvalho, *Ethnografia*, p. 344. Considerado uma coroa provavelmente de origem Luba por Hoover, *The Seduction*, p.529. «O termo Yiibangul é empregue em várias ocasiões como termo genérico para designar todo o tipo de coroa», Palmeirim, *Of Allien...*, p.113, nota 17. No tempo presente (2003) esta como outras insígnias são encomendadas pelos portadores de posições titulares (lunda e cokwe) na Musumb actual Republica Democrática do Congo.

Chinyama (Cinyama, Kinyama) cha Mukuawaji, “veio de um povo no Zaire que nós Luvale chamamos Luunda... viajou através de muitos países e lugares. Alguns desses lugares eram perto do Rio Lwena em Angola e o povo Chinyama nesses lugares designa-se Lwena. Noutros Lugares havia muitas plantas *mavale* e o povo Chinyama que aí se fixou chamou-se Luvale”, Mose Kaputungu Sangambo, *The History*, p.xi; um dos irmãos de Lwéji; “Pouco depois da partida de Tshinguli, o seu irmão Tshiniama decidiu emigrar com os seus partidários. Subiu a margem direita do rio Kalagne, depois o Luísa, contornou a nascente, dirigiu-se à Lulua, perto de Fumu Kampeo, atravessou-a, contornou a nascente de kaongeshi, atravessou o Ndembo, contornou o Futswiji, atravessou o Dialonga, o Mangoa, O Kanduke, o Sangeji, o Lujila, o Lujila, O Luao, onde saluseke e as suas gentes se separaram do grupo, atravessou o Luanga, o mangonga, o Musoneji, o Mutotshi, país dos Amboela, que submeteu. Perto da aldeia de Luakana, deixou katende e as suas gentes. Tshiniama atravessou o Luena e chegou ao Kasai, depois dirigiu-se às nascentes do Zambeze onde instalou a sua aldeia Mazeze Tshiniama. Fez uma guerra aos Amboela, impôs-se e colocou chefes tributários em toda a região situada entre as nascentes do Lualaba, Zambeze e Kasai: Tshilemo, Nakatole, Sakahe, Mufinde, Bundu, Kapundu, Nayembe, Kasweka, Salukishe. As suas gentes formaram a tribo ou grupo étnico dos Aluena”, Duysters, *Histoire...*, p.84; “o irmão de Luéji organizou uma formação política a centenas de milhas do centro do poder Lunda, mantendo-se no entanto ligado pagando regularmente tributo em sal. O seu povo passou a ser conhecido por Lwena ou Luvale”, Prichett, *The Lunda-Ndembu*, pp. 24,25,26. “Botelho de Vasconcelos que viajou no Lobalo (Luvar) em 1846, deixou notícia de um chefe de nome Quinhama (Tchinhama), e de sua Libata grande do Lobalo”, Redinha, *Etnossociologia*, p.16, nota 18, uma das três posições titulares subordinadas ao Yala Mwaku que sobreviveram, Miller, *Poder Político*, p.120 e nota27. “*Chikanga cha Kwota/Kasongo wa kulala/Chinyama cha Mukwamai/Kasongo wa Kuamanyima* – versão Luvale sobre a grande travessia de Cinyama, seguido por Kasongo filho de Mwako”, Cinyama cha Nkondy foi o primeiro chefe Luvale e hoje, o seu descendente é o Kakengue, no Alto Zambeze, a quem todos os sobas devem obediência” 2º Francisco Chiwende, Comunicação ao III Simpósio sobre Cultura Nacional, Luanda, 2006. Um dos actuais portadores do título foi por nós entrevistado em 2003. Ver Nyama.

Cibinda Ilunga, (Tshibinda Ilunga, Chibinda Ilunga) O caçador Luba descendente de Ilunga Mbidi Kiluhe e ‘filho’ de Ilunga Muene Munza, Duysters, *Histoire...*, p. 83; “Ilunga, filho de Mutombo, potentado da Luba”, Carvalho, *Ethnographia*, p. 65. -Segundo Marie

Louise-Bastin o chefe de sangue sagrado mulopwe, Tshibinda Ilunga introduziu no país dos Lunda a concepção da organização política dos Luba do Shaba, que repousa na sacralidade do poder do chefe e o governo do seu estado por intermédio de uma hierarquia de funcionários. A organização do império Mwata Yanvo (Mwant Yav) fez-se com base neste modelo. V. Bastin, “Statuettes Tsokwe du Héros Civilisateur «Tshibinda Ilunga» in Arts d’Afrique Noire, 1978, Tome 19, p. 27, 28.

Cihongo, máscara, «a máscara Tchirongo evoca uma tradição tribal de certa austeridade e as suas características aristocratas. É uma máscara de estirpe, e é recebida nas povoações a rufos de tambor como um grande da colectividade. Os bailarinos Tchirhongo são algumas vezes chefes indígenas. Por estes motivos, Tchirhongo é sem dúvida, uma figura evocadora do passado e dos seus formalismos rigorosos», José Redinha, “Máscaras de madeira da Lunda e do Alto – Zambeze, p.37. Máscara antropomórfica feita de madeira ou de matérias efêmeros. O elemento distintivo é uma barba em forma de disco, gravada ou modelada debaixo do queixo. A face apresenta escarificações gravadas sobre a madeira. Está encimada por uma coroa à qual por vezes se acrescentam penas. A máscara Cihongo representa um espírito masculino de riqueza e poder. A barba e a coroa são representações das usadas por alguns chefes Cokwe. O mascarado pode aparecer em rituais de iniciação dos filhos de alguns chefes Cokwe, em cerimónias de entronização ou noutras de carácter muito especial, Manuel Jordán, *Zambian Makishi Masquerades*”, pp.90, 91 Entre os Cokwe não são os vivos que personificam a natureza sobrenatural dos seus antepassados. São uma série de símbolos que contêm essa natureza e o poder dos chefes baseia-se na posse desses símbolos. Os chefes Cokwe enviam as suas máscaras Cihongo, um dos seus símbolos mais sagrados, às aldeias que lhes são tributárias. Assim recebem presentes e tributos em troca da presença benéfica de tais símbolos, Miller, “Cokwe Expansion”, p. 14.

Cilol (pl. Ayilol), administradores enviados pelo Mwant Yav para o controlo de vastas áreas sob domínio Lunda. A sua principal tarefa era a colecta e o controlo dos tributos. Chefes de aldeia, ligados ao Mwant Yav pelo pagamento de tributos. Ver Hoover, *The Seduction*, p. 538. Ver Palmeirim, *Of Allien*, p. 7, 15 e passim.

Cinguri (Cinguli, Kinguri, Chinguli cha Nkondy), o irmão da linhagem. A primeira referência ao nome Kinguri, nos textos ocidentais, aparece na *Descrição Histórica dos três reinos Congo, Matamba e Angola*, do P.e Giovanni António de Montecuculo, Livro Segundo, p. 190: «A Culembe sucedeu um tal Quinguri, homem que foi digno do seu nome, não pela magnanimidade, mas pela ferocidade: Nguri de facto quer dizer «leão». Foi um salteador desapiedado». As outras referências a Kinguri aparecem em Rodrigues Graça, 1843 e em A.R. Neves, *Memória da Expedição a Kassanje*, (1846), que situa «Quingure-quiabanguella» na origem da tradição de Kasanje e o liga ao “Mathianvo” e a uma migração: expulso das terras do Mwant Yaav teria ido para o ‘país Cokwe e posteriormente para as regiões do Kwanza onde foi assassinado’. Ladislau Magyar, *Reisen in Süd-Afrika den Jahren 1849 bis 1857*, pp. 266,269, afirma que os antepassados dos Ovimbundu deixaram as terras dos ‘Morupu conduzidos por Kaounguri e Schakambundi’. Esta ligação de Kinguri ao Bié e às tradições ovimbundu é retomada por Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, Vol I, p. 282. A literatura (Vansina, “It Never Happened: Kingur’s Exodus and it’s Consequences”) atribui a Paul Pogge, o viajante alemão que visita a Mussumba em 1875, a primeira versão do exôdo de Kinguri ligando-o à Lunda do Kalanyi e às

transformações nas estruturas do poder aí existentes. “Chinguli cha Konde tornou-se grande rei em Angola e, concretamente na Baixa de Kasanje, do qual, hoje Nkula Nxingo é o seu descendente”, rezam as actuais tradições em Angola, Comunicações ao III Encontro nacional de história de Angola, Luanda, 25 a 28 de Setembro de 2007.

Cisengue, Actualmente o mais importante título nas chefias Cokwe. Considerado por muitos investigadores como um título relativamente recente na tradição Cokwe : «O conjunto convencional dos principais reis Cokwe (Ndumba, Mbumba, Kanyika e Kandala) aparece em companhia de um recém-chegado do século XIX – Cisengue», Miller, *Poder Político*, p.136, «O relato seguinte conhecido numa corte menor dos Cokwe em 1903/1904, ao qual, presumivelmente, foi acrescentada informação tardia obtida dos chefes vizinhos Lukazi. A corte Cokwe afirma que Tembua Tchissengue caiu do céu no território do Mwant Yav e deixou cinco filhos e uma filha, os antepassados dos grandes chefes Cokwe», Vansina, “It Never happened...”, p. 395. Carvalho situa o primeiro Cisengue na descendência de Na Kapamba e a sua origem nas migrações ocorridas na Lunda depois de Lweji, Carvalho, *Ethnographia...*, p.91. É ainda Carvalho que diz: «Dos principais descendem Andumba, Ambumba, Muxico (Quiniam), Miequeta, Quibau, Catende, Canhica, Cabinda, Miocoto, Quihendo, Cambomba, sendo estes os primeiros que em seguida a Quisengue se afastaram de Andumba, por causa das exigências de tributos e receio de feitiços», Carvalho, *Ethnographia*, p. 93 e nota 1. Carvalho situa no tempo do Mwant Yav Noéji as primeiras movimentações de Cisengue para norte. Na tradição dos *lusona* (desenhos na areia) Cisengue (Mwatcisengue) é o chefe mais conhecido e representado, Mário Fontinha, *Desenhos na areia...*, p. 28. Fotografámos e entrevistámos o actual detentor do título Muata Ciseng Alberto Ndumba em Saurimo, Lunda-Sul em Agosto de 2003.

Ciwila (*Wila*, ci-; yi) Rito próprio das mulheres, correlativo do (mu)ngonge e como este desaparecido, Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 681. As informações recolhidas no terreno desmentem tal afirmação. A Informante Maria Domingas em 2006 afirmava que a *Ciwila* é a “iniciação feminina de nível superior, reservada; assume-se como Academia de aprendizagem das Práticas de Feitiçaria”.

Claims- área padrão limitada de cada demarcação mineira; para as pedras preciosas essa área era de 2500 hectares. A lei de 1906 (decreto de 20 de Setembro de 1906) define Claim – “entende-se por claim mineiro a área de terreno que com as dimensões fixadas na lei, e compreendida na que foi objecto de manifesto, e portanto reservada para trabalhos de pesquisa, pode ser concedida para trabalhos de lavra mineira propriamente dita”. Este decreto distingue os diferentes tipos de claim. Para Angola as dimensões dos claims foram determinadas pelo decreto 720 de 3 de Agosto de 1914 e ainda pelo decreto nº 3338 de 6 de Setembro de 1917, mantendo a área de cada “claim”, mas alterando a relação largura/comprimento.

Cokwe, v. Quiocos.

Commonwealth Lunda- Designação proposta por Jan Vansina para designar o “Império Lunda”: “Os Reinos Lunda não formaram um império no sentido de reconhecerem uma única chefia do estado, não foram governados a partir de um centro único e não formaram um simples e coeso território. É melhor a designação Commonwealth porque muitos dos quasi autónomos centros foram fundados por colonizadores Lunda, que se misturaram com as populações locais”, Jan Vansina, “It Never happened: Kinguri’s Exodus and it’s Consequences”, *History in Africa* (1998), 411-27. Outros especialistas consideram a Lunda “uma espécie de federação comercial e tributária, relativamente coerente e estruturada, cuja influência se estendia sobre uma vasta área entre o rio Cuango e as entidades étnicas e políticas Pende e Iaca, na beira do Congo, os Lovar (Luvale) do Alto Zambeze, mais a sul, e o Cazembe, no rio Luapula, mais a leste. Integrava as populações linguística e culturalmente distintas dessas regiões através de uma rede de autoridades e emissários políticos e militares que se identificavam como «Lundas» adoptando a organização e os símbolos políticos da corte do *Muata Yanvo* (*Mwant Yaav*), Jill Dias, “O Império Africano”, pp.335, 336.

Companhia, usada pelos habitantes das Lundas angolanas como sinónimo que da DIAMANG, quer da ENDIAMA e muitas vezes para substituir as respectivas siglas.

Contrato Desde 29 de Abril de 1875 que a produção legislativa, abundante a partir dessa época, prevê o mecanismo do contrato, tendo o regulamento de 1899 (Decreto de 9 de Novembro de 1899) consagrado a obrigatoriedade do trabalho no seu artigo 1º: “Todos os nativos das províncias ultramarinas estão sujeitos à obrigação legal e moral de trabalhar, podendo escolher o meio de cumprirem esta obrigação...” “se não cumprirem de modo algum a autoridade pública poderá impor-lhes o seu cumprimento”. Em 1902 o Regulamento Provisório do Trabalho Indígena e Fomento agrícola de Angola não altera estes princípios. Nem mesmo as leis e regulamentos publicadas depois da Implantação da Republica alteram estas disposições. Ver Decreto de 27 de Maio de 1911 e o Regulamento Geral do Trabalho dos indígenas nas Colónias Portuguesas de 14 de Outubro de 1914. Um corpus legislativo produzido na província e contendo várias disposições referentes à mão-de-obra ‘indígena’ regula e permite os procedimentos no que se refere ao angariamento e recrutamento de trabalhadores.

Desmante, Fase de remoção de toda a terra que cobre os lugares diamantíferos.

DIAMANG, Companhia de Diamantes de Angola. Criada em 1917. Dissolvida por escritura pública em 1988.

Diamante, a palavra diamante provém do grego *adamas* que significa indomável, invencível. Esta designação deriva da crença, muito antiga, tecida em torno deste mineral de extrema dureza, que lhe atribui poderes mágicos, transferíveis para quem a possuísse. Mineral de dureza dez. Carbono puro cristalizado no sistema cúbico. A palavra ucokwe que o designa é Kamanga.

Diamante de Sangue, ou “conflict diamonds” são diamantes originários de áreas geográficas controladas por forças ou facções que se opõem aos governos internacionalmente reconhecidos, e que são usados para financiar acções militares de oposição a tais governos, ou que os usam desobedecendo às decisões do Conselho de

Segurança da ONU. Em Dezembro de 2000 a Assembleia-geral das Nações Unidas adoptou uma resolução sobre o papel dos diamantes no financiamento dos conflitos armados. A situação de Angola e da Serra Leoa foram especificamente referidas pela Assembleia-geral, que desde 1998 vinha incluindo a proibição do comércio de diamantes no pacote de sanções aplicados a forças como a UNITA (Angola) ou RUF (Serra Leoa).

Dique, Forma de sustentar o curso das águas de forma a possibilitar o trabalho de recolha dos diamantes de aluvião.

Drilling, Perfuração, prospecção.

ENDIAMA, Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA E.P.), companhia de capitais públicos instituída em 1981, criada pelo decreto 8/81 por uma Comissão do Conselho de Defesa e Segurança, para funcionar como concessionária nacional dos direitos mineiros no domínio dos diamantes.

Garimpo, Registado nos dicionários de língua portuguesa pelo menos desde 1877, lugar onde se exploram minerais preciosos, como diamante e ouro. Por metonímia, mina de minerais preciosos, especialmente diamantes. Actividade, prática ou ofício de garimpeiro. Extracção clandestina de ouro ou diamantes. Povoado formado e habitado por garimpeiros.

Gassomel. Groupement des Associations Mutuelles de l'Empire Lunda da qual foi presidente Moisés Tchombé e responsável pela publicação em 1960 de *Empire Lunda*, trabalho mimeografado sobre as origens do Império e os vários Muant Yav.

Geração, Frequente nos diferentes actos de contar dos entrevistados e usada em vez de genealogia, linhagem, grupos de filiação. Das listas de reis às cronologias a palavra geração substitui, muitas vezes, a referência a um tempo pré dinástico e às sequências narrativas que lhe dão corpo. Nas línguas dos entrevistados o conceito está próximo da sua etimologia em língua portuguesa: ‘função pela qual um ser organizado produz outro semelhante, procriação, germinação, e do seu étimo latino *generatio*, *generationes*, reprodução, raça, família, genealogia, linhagem’; ‘Conjunto dos actos ou funções pelos quais um ser organizado produz outro semelhante a si||série de organismos semelhantes que provieram uns dos outros||p. ext. A coisa gerada; descendência||cada grau de filiação ou descendência de pai a filho. Linhagem; Caldas Aulete, *Dicionário...*, pp.1931,1932. Joseph Miller, *PoderPolítico*, pp. 16-20, analisa as cargas semânticas da palavra e o seu papel nos tradicionais *Musendo* (genealogias) Mbangala e nos episódios narrativos *Malunda* (sing. Lunda). Fala do seu papel na reconstrução das árvores de família, ressaltando o facto de “tais árvores de família” que parecem representar um processo de geração biológica com casamentos e descendentes, são, na verdade, listas de títulos políticos (no caso das figuras masculinas e grupos de filiação no caso das figuras femininas. Tavares e Santos, *Africa Monumenta*, pp. 403, 404 e passim, discutem o conceito para os Ndembu. No universo dos entrevistados para este trabalho a palavra resvala, de forma frequente, entre uma noção de descendência (pais, filhos) e um conceito alargado referente aos tempos da criação que remete para o criador e enumera as gerações subsequentes até às genealogias dos diferentes chefes históricos. Aponta, para ter em conta as sugestões de Balandier, *Anthropologie...*, p.

61, uma organização linhageira ou geracional e a sua projecção no espaço, fora do quadro estrito do parentesco.

Ibeinhe, (iběñe) arco de latão amarelo usado pelos homens e mulheres de elevada posição, Carvalho, *Ethnografia*, p. 340

Ikulu (Ikulo), lugar de habitação antigo.

Itengo (Tengo, lu-; um-, muhu), forno o fornalha de fundição de metais, A. Barbosa, *Dicionário*, p. 590.

Jita ya ulamba, o mesmo que *Kwata Kwata*, segundo a tradição luvale “a guerra contra os vambwela, segundo Francisco Chiwende, Comunicação ao III Simpósio Sobre Cultura Nacional, Luanda, 2006.

Kabungu (pl. Tubungu), Os senhores da terra com um papel ritual na investidura do chefe administrativo da área; conjunto de posições titulares perpétuas que forneciam unidade às linhagens Lunda no Kalanyi, Miller, *Poder Político...*, p. 117; “Kabung é a palavra para cabaça em alguns povos (Lwimbi, Kimbandi, Lucazi). Mais a sul a máscara de cabaça é a mais valiosa na hierarquia”, Vansina, *How Societies...* p. 256 e nota 150; “Em geral o termo kabung refere-se aos Kabung do mwant yav no Kalanyi... Nas grandes cortes os Kabung continuam estritamente como representantes sagrados, mas nas cortes locais mais pequenas podem desempenhar funções políticas”, Hoover, *Seduction...*, p. 102, 104, 527. Ver ainda Heintze, *Lwimbi...*, fig 152; o termo atubung é empregue para referir especificamente os que investem o rei ruwund e habitam as terras do rio Nkalany, Palmeirim, *Of Allien...* p. 104, nota 7.

Kafundeji, fundeji (ka-; tu;-) Rapariga púbere desde a 1ª menstruação à primeira concepção, Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 67. Para a informante Maria Domingas a *Kafundeji* é a noiva e “também é isolada na casa da tia ou avó. O mesmo acontece com o jovem noivo, sendo ambos acompanhados por Ylombolas (orientadores) e dois amigos para cada um dos noivos. Na véspera do casamento a *Kafundeji* é levada para um local de trânsito (*Kasango*) fora da aldeia onde é ornamentada (banho, corte de unhas, tranças, pintura, unção) e volta para a casa de resguardo. De manhã há troca de bandeiras entre famílias e logo de seguida procede-se ao movimento da *Kafundeji* para a casa do noivo onde permanece até à noite de núpcias. (informação escrita em Setembro de 2006).

KAFUXI, título Político

Kakuata, pl. Tukuata, (Kákwà:t) da raiz – Kwat- apanhar, segurar, capaz de fazer cumprir uma decisão dos chefes, Hoover, *Seduction*, p. 538. «Os kakwata, cujo título significa literalmente ‘aquele que segura e escolta’ não têm a mesma importância dos Chilolo; é ao mesmo tempo uma autoridade respeitada, e alguém que é detestado. É o chefe dos Kwatas, ou polícia e ocupa a mesma posição que entre nós. Como insígnia do ofício eles têm por cima dos seus Mpoks rolos de corda que usam sempre que têm que amarrar os prisioneiros», Gamitto, *King Kazemb*, p. 112; Carvalho atribui ao Mwant Yav Noéji I a criação dos “tucuatas, chefes de diligências”, afirmando que a palavra se compõe do

«prefixo *tu* e do verbo *cuata*, agarrar prender, amarrar e também ajudar», Carvalho, *Ethnographia...*, p.530 e nota 1. Thorton, *Chronology*, p. 9 cita Carvalho e faz coincidir a criação destes cargos com os primórdios da expansão Lunda. Polícia dos grandes senhores, em especial dos Miata, o título mais baixo que qualquer cidadão livre pode aspirar, um posto que implica o desempenho das mais variadas funções, Heintze, citando Buchner e Carvalho, *Pioneiros*, p. 442.

Kalamba, derivado de – damb— pagar tributo, Hoover, *Seduction*, p.527; etimologicamente «aquele a quem é feita uma oferta», com o sentido geral de chefe, chefe de aldeia, príncipe, chefe dono de terra. “Para ocidente Kalamba tornou-se Kilamba (línguas da região do Kwanza, Pende e Holo”, Vansina, *How Societies* , p. 246; Em *Poder Político...*, pp. 78, 110, Miller identifica Kilamba com um título político dos Pende- Kilamba kya Ndungu, associado a Mumbanda a Mbulu, a lendária figura fundadora do povo Pende. Virgílio Coelho considera Kilambá «comcomitantemente um título de chefia e a designação geral de povo», identifica como raiz a forma verbal Kùlambá que significa cozinhar a terra e por extensão dominar, domesticar, daí as designações orientadas para os dois princípios fundamentais que caracterizam o Lilambá na sociedade Kímbundú: político, o chefe da terra e religioso, mestre da terra e da fertilidade, Virgílio Coelho, “Imagens e Símbolos...”, pp 140, 142. Beatrix Heintze, em *Fontes I*, p126, identifica o Kilamba, nas fontes escritas por Portugueses a partir de 1626. Cadornega, Vol I, pp. 247, 248, atribui-lhes as funções de capitães de Guerra preta nos exércitos portugueses. Para os povos estudados e referidos neste trabalho é como chefe e dono da terra, senhor a quem se pagam tributos que Kalamba deve ser visto.

Kamanga- Diamante em ucokwe. Usualmente utilizado para designar negócio ilícito de diamantes mesmo entre os falantes de língua ucokwe (recolha de campo 2001-2003). P. ext. Venda ilícita de pedras preciosas, Óscar Ribas, *Dicionário*, p. 43.

Kankurub, Ka:nkurub, ‘um notável importante’, Carvalho faz derivar o título de Mai Munene, Carvalho, *Ethnographia*, p. 200. No trabalho de campo de 2003, os entrevistados dão-lhe a significação mais geral de nobre, linhagem nobre, notável sem especificação da origem etimológica do lexema, entrevista com Muazambi Kafunda, em 26- 07-03, Bairro Brazzaville, Dundo, Lunda Norte.

Kapenda Kamulemba, (Kapenda Ka Mulemba), título político, segundo Carvalho resultante da divisão do primeiro estado dos Capenda, entregue a Iengue e sua irmã Mahango e assim denominado por causa da abundância das árvores Mulemba (*Ficus elasticus*) na região, *Ethnografia...*, pp. 91- 93; “Yengue and his sister Mahango founded the line of Kapenda Ka Mulemba in Shinge Land”, Vansina, *Kingdoms*, pp. 92,93; Título Lunda da região do Kwango, Miller, *Poder Político*, p. 136.

Kasai, o rio, «o nome parece porvir da palavra Kasai, pela qual designam o ser em origem no ventre materno. Nestes termos, Kasai equivalerá a feto, embrião, gérmen, origem, nascente», José Redinha, *Campanha Etnográfica ao Tchiboco...*, p. 45. O rio recebe nomes diversos conforme as regiões que atravessa e também na documentação que a ele se refere. É designado por Cassai na documentação portuguesa e ainda por Cassaby nos documentos mais antigos, Livingstone refere-se ao rio escrevendo Kasai e Leke, Cameron designa-o

Cassabé. «Os Jagas que saiem à conquista deste dilatado sertão dão notícia em como do seu quilombo a um mês de caminho está um rio muito caudaloso, e de muita largura, a que chamam Casabi», Cadornega, *História Geral...*, Tomo III, p.219. « O imenso kaszabi ou Kasavi, o qual com as suas fantásticas ondas e grandiosas curvas, provocadas por vários cursos de água que nele desaguam, corre para leste através da parte norte da província de Moluva», Ladislau Magyar, (*Reisen In Süd-Afrika den Jahren 1849 bis 1857*) in Isabel Castro Henriques, *Percursos...*p.724. O nome adoptado na cartografia Cassai e na moderna grafia Kásàyí, é o nome que os *tucokwe* atribuem à parte inicial do curso do rio. Para Vicente Martins a palavra urund inicial para Kasai era “Karum” ou mar e está ligada aos mitos de criação ou fundação, Ver Vicente Martins, *Os Tutchokwe...* p. 141. A partir do Kasai Jan Vansina considera «um primeiro sistema do Kasai», conjunto de pessoas a viver numa *bula* (povoação, a casa própria), ligadas pela ideologia do parentesco ou por clientelismo (*shiloolo*, “cliente”) em relação ao chefe ou líder, *Mufumu*, sistema esse que teria florescido na região antes do século XVI, Vansina, *Government*, p. 6.

Kasendo, irmandade de sangue entre os Cokwe destinada a controlar as exigências da linhagem. O pacto Kasendo estreitava a família nuclear permitindo ao casal ficar junto independentemente dos direitos das respectivas linhagens; Miller,”The Cokwe Expansion”, p. 11.

Kaungula, *Kaungul*, “Muata Caungula-Cárula”, Título político Lunda. “ Senhor do maior poderio de terras, do Luembe ao Cuilo. O primeiro potentado, por autorização do Muatiânvua, dividiu o seu estado por um irmão e um sobrinho atendendo aos seus bons serviços, nas conquistas de povos. Os descendentes têm mantido essa divisão, posto que num estado muito turbulento, conservando os potentados, uns em relação aos outros, os graus de parentesco de então, os graus de parentesco de então, embora não sejam parentes hoje, distinguindo-se o título de Caúngula, entre os chamados irmãos, e designado-se o que representa o mais novo, por Caúngula da Mataba... O sítio do primeiro é na margem esquerda do Lóvuá”. Carvalho, *Ethnografia*, p. 235 e gravura na página 388. Ainda Carvalho, *Descrição*, Vol. III, p. 685 e Vol. IV, capítulo XV, *passim*, *Álbum Fotográfico* (Col. SPE), p.9, Fotografia nº 3, Ver também Beatrix Heintze, *Pioneiros Africanos*, imagens XXI e XXII. **Káú:gúl-** chefe maior no Mazembe, Kahungula Samuteba (o Kahungula Xá –Muteba) um grande administrador de distrito junto ao Rio Lóvuá (a oeste do actual Dundo; tb. Administrador de distrito em mataba junto ao Rio Luembe, tributário do Kasai. Designa nos mapas a região a sul da fronteira entre A Republica Democrática do Congo e Angola entre os rios Kwilo e Kwango, cf. Hoover, *The Seduction...*, p. 550. Em 2001 e 2003 foi possível entrevistar e fotografar o Kaúngula Muantale residente no Bairro Caxinde, arredores do Dundo, Lunda Norte.

Kaxaculo, antepassado, os antigos.

Kazekele, Bacelete real, “ É uma pulseira de fio de cobre, que dá tantas voltas em roda do pulso, quantas o permite a grandeza do fio. Vi uma de folha de cobre, ornada e delgada nos seus extremos, Carvalho, *Ethnographia*, p. 357. *Kázé: kil*, bracelete de chefe, pode ser um lukano ou um naabw, bracelete dos primeiros chefes lunda. Etimologia difícil de estabelecer. O seu uso em regiões muito diferentes faz crer que pode simbolicamente ser uma variante do *Lukano* (Rukan), Hoover, , p. 555; (Pl. *Tuzekele*, pequenas argolas de

metal, que significavam autoridade linhageira nos Lunda mas autoridade política em Kasanje, Miller, *Poder Político*, p. 134.

Kenda Naweji, considerado o 1º chefe na tradição Luvalé, uma mulher cujo marido era Chikanga cha Kapenga.

Kiboko (Tchiboko, Ciboko) “ N’dumba-Tembo tomou para si o T’chiboco, tendo por limites ao Sul o Cassai, proximamente, ao Oeste o Jombo, ao Norte o Mieji, ao poente o Cuanza e o Luce por leste; Muzungo- Tembo tomou Songo, isto é, a terra que fica entre o Cuando e tala Mugongo até ao Cuije; Cassanje- Tembo escolheu para si as terras que no norte se estendem entre o Cuango e Tala-Mugongo, sob a denominação de Quembo, Songo e holo, passando a chamar-se jaga delas”, Capello e Ivens, *De Benguela...*, Vol I, p. 172. “como é chamado pelos Kimbundus ou Gyioke, como é conhecido pelos nativos, situa-se entre 10 e 13 graus de latitude sul e 20 e 24 graus de longitude oeste. As fronteiras são a norte as terras Szingyze e Manzaza Moluva, a leste, Lobal, a Sul a província Bunda ou Lucsazi e por fim a oeste a floresta virgem Olovilenda que separa aquele povo do Kimbandi... Dada a enorme quantidade de água que em qualquer altura do ano inunda essa província, situada a tal altitude, poder-se-ia dar a Kibokoe um nome tronitante: a mãe das águas sul africanas”... Comparando a densidade populacional dessa província com a sua área, poder-se-á dizer sem risco de erro que Kibokoe é mais densamente povoada do que qualquer outra província da África interior. Os habitantes de Kibokoe obedecem ao poder popular de alguns chefes independentes chamados *Muánángana*, *Breve informação acerca dos Moluva ou ou Morupu e dos Estados Lobal*, pelo correspondente Ladislau Magyar, in Isabel Castro Henriques, *Percursos...* p. 722. “O país dos Kiokos”. Outras fontes apontam a palavra grafada “Tchiboco” como a “capital do novo estado chefiado por Ndumba- wa-Tembo, situado no Alto Cipaka, onde segundo a tradição ainda vivem os descendentes desse chefe.

Kĩota, Čiota, Cota “casa à entrada da čipağa para locutório, segundo Henrique de Carvalho em *Methodo Pratico para Fallar a Língua da Lunda*, p. 363.V. Tb Carvalho, *Ethnographia*, p. 220. O mesmo que Django, Njango, Jango, Zango-“Uma coisa curiosa nos costumes destes povos é haver em todas as povoações uma espécie de quiosques para conversação. São como uma cubata, mas os prumos que sustentam o teto de colmo são bastante separados. No meio arde a fogueira, sócia constante do gentio africano, e em torno tomam assento os habitantes da povoação em toros de pau. É o sítio da palestra, sobretudo quando chove; ali narram-se episódios da guerra ou de caça, fala-se também de amor e muito menos de vidas alheias que na Europa”, Serpa Pinto, *Como Eu Atravessei a África*, Vol I, p.98. Baumann considera que é também o sítio onde se contam e discutem os sonhos, V.Baumann in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, p.194. Utilizada também a grafia tchota, v. Redinha, *Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto Chicapa)*, *Notas de Viagem*, p. 22; o mesmo que Tcisambo para os Lwena. José Redinha considera a árvore como a “Tchota” inicial, lugar de reunião ou sítio do fogo.” Entre os Lukazi (do rio Lukazi, afluente do Lwena) um desenho *Muti wa mundzango* — a árvore no lugar da assembleia— parece ir no mesmo sentido, Kubik, *Ideogramas*, p.392. Chot segundo Hoover, cabana para discussão, etimologicamente originária do proto-lunda, *The Seduction*, p.531. É um centro. É como se fosse a casa dos Congressos. No *Cota* é que se resolvem os problemas. O *Cota* é um Centro da resolução de problemas. Da preparação de tudo. Mesmo da queimada. A

queimada é decidida e resolvida em *Cota*. Se morre alguém as causas são adivinhadas e as soluções decididas em *Cota*, hoje em dia a designação do umbundu *Ondjango* ou *Django* é frequentemente usada nas regiões estudadas, (depoimento de Jaime Efinde Finde, Saurimo, Lunda-Sul, 22-09-03); “Ocupando o centro da aldeia encontra-se a residência do rei ou soba (corte). Ao redor dela encontra-se o “ndzango”, um espaço bastante largo onde se praticam diversos actos sociais: danças, jogos, etc”, JQA, (coord.) *O Mundo Cultural dos Ganguelas*, p. 62. A Tchota é representada no Ngombo [cesto de adivinhação], por um pedaço de concha de *Achatina sp.* Indica que todas as questões se devem resolver na Tchota, João Vicente Martins, *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicional*, p.176. Cota, a casa dos homens, um pequeno fragmento do caracol vulgar simboliza no cesto a casa grande e circular da aldeia – cota – uma espécie de clube dos homens, um verdadeiro centro, do ponto de vista político e social, da vida de uma aldeia Cokwe. A construção da cota numa nova aldeia é uma das primeiras actividades que mobiliza toda as pessoas. O chefe da aldeia procura um pau seco (*lusumba*) que fixa no lugar considerado mais conveniente para edificar a cota. Então os jovens começam a preparar os troncos de árvores necessários para a casa. Quando reuniram troncos suficientes decide-se o dia da construção. Os troncos são fixados em círculo no chão de maneira a deixar oito a dez aberturas (portas): para o chefe, o irmão do chefe, para as diferentes classes de idade, as visitas, etc. depois preparam-se os troncos para o tecto cónico; quando reúnem um número suficiente, todos colaboram para os amarrar ao *Kangalo* (pau atravessado para estabilizar os outros). Começa então a terceira fase, a mais longa, a preparação da cobertura da *Cota*. A inauguração da *cota* é uma festa importante que mobiliza toda a aldeia; o fogo novo preparado segundo os preceitos tradicionais (*citewa*) é aceso, o chefe fornece cabritos e bebidas e as aldeias vizinhas são convidadas”, Areia, *Les Symboles...*, p. 328. Também com o sentido de chefe (no Relato do Pombeiro Pedro João Batista é essa a acepção) encarregue das reuniões públicas dos grandes chefes, ou com a função de construir a casa do Conselho. Vansina, *Government...*, p. 16, apresenta a raiz *Shoóto*, do proto-bantu *-joto “terra e fogo”, por sua vez derivado de *-jot, aquecer-se, para lareira, lugar de uma assembleia comunal, casa ou residência parental. A palavra *Chóòt*, em urund significa centro de reuniões públicas. O significado ‘casa’ deriva do sentido primitivo “lareira comunal” no Kasai centro e sul e era comum antes da chegada da patrilinearidade Luba Kasai (depois de 1600). Na actualidade a palavra “jango”(de Ondjango) substitui muitas vezes a designação Cota. “Men’s talking house” entre os Lunda- Ndembu, segundo Prichett, *The Lunda- Ndembu*, p 83.

Kipanga (čipaga) a parte que ocupa qualquer dignitário na Mussumba (Musumb), Carvalho, *Methodo Practico*, p.363.

Kituxi (pl. **Ituxi**) crime, pecado, pena, sacrilégio, J. D. Cordeiro da Matta, *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Portuguez*, p. 32, crime, pecado, Pe. António Miranda Magalhães, p. 163. “Apalavra Kituxi não aparece no Kimbundu padrão, mas a raiz tuxi em umbundu (equivalente a tuxi em Kimbundu significa um insulto ou injúria no sentido muito específico de uma ofensa que permite à parte injuriada reclamar uma reparação através do tribunal do chefe”, J. Miller, *Poder Político e Parentesco*, pp.103, 104. Verificámos que o radical aparece em Kimbundu e noutras línguas bantu, mas interessava-nos a acepção que Miller oferece, por ser esse nitidamente o sentido com que a palavra é tratada e usada na documentação portuguesa.

Kule (u-; u-) “espécie de óvulo acizentado que acompanha a primeira menstruação (e é tido como prova de que a menstruação é normal e natural. A rapariga deve recolhê-lo e confiá-lo à avó, a qual lhe preparará um medicamento. De contrário ficará estéril), Adriano Barbosa, *Dicionário*, p.223. Actualmente usado como sinónimo de *Cikumbi*, puberdade e do ritual que se realiza aquando do surgimento do primeiro fluxo menstrual; a cerimónia é individual podendo ser colectiva em caso de haver coincidência de raparigas da mesma família ou clã; a *mwali* (iniciante) é isolada da sociedade e entregue aos cuidados de uma tia ou avó para durante três meses aprender os rituais como:

- cuidar da higiene pessoal (como mulher)
- Cuidados do lar (humildade, carinho a prestar ao marido e filhos)
- Gestão de conflitos no lar
- Normas de conduta feminina
- Sedução (tatuagens sensoriais e dilatação dos lábios e clitóris)
- Prática do Coito.

Não tendo noivo a rapariga, findos os três meses volta ao convívio normal, havendo candidato, o que normalmente acontece, a rapariga passa imediatamente ao outro ritual *Kafundeji* (noiva), informação escrita de Maria Domingas em 16 de Setembro de 2006.

Kulifukula, Forma usada pelos Luvale para transmitir a sua história e conhecimento em forma de saudação aos chefes.

Limpeza de marmita (remete para mina)

Lubembe, Instrumento de ferro em forma de ferradura. Carvalho considera que era também uma insígnia do ‘Jaga de Cassanje’, Carvalho, *Ethnographia...*, p. 110. Ver *Rubemb*.

Lukano, Rukano, Rukan. Bracelete de veias humanas distintivo de soberania, o bracelete Lunda símbolo da autoridade real, (lucano) “são uns braceletes, distintivo que só usam o muatiânvua e Muata que têm estado. Já o usavam os senhores dos antigos Bungos, honra que depois Luéji-ia-Conti concedem a todos os Bungos logo que entregou o do pai a Chibinda Ilunga”, Carvalho, *Ethnografia* p. 59 e nota 2, 350 e segs., desenho em *Ethnografia*, p.112; V. Carvalho Methodo Pratico, p.367; “A jóia do reino, uma pulseira feita com os dentes dos antepassados, transforma o seu proprietário num ser semelhante a um deus aos olhos dos negros lunda e faz dele o soberano incondicional do reino dos Lunda”, Curt Von François (1888), in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, p. 273; O sagrado bracelete real de tecido humano enrolado numa base de ferro, provavelmente de origem proto-lunda, Hoover, *The Seduction*, p.529. V. Tb. Heintze, *Pioneiros*, p.444. Lukanu (variante Cikanu) presente nos cestos de adivinhação Cokwe. Simboliza as tensões entre os poderes e a sucessão.

Lukokuexi, Rukonkesh, “A principal característica do reino dos Lunda consiste no facto de haver para além do rei, uma segunda figura de autoridade, a Lukuokessa, uma rainha que reina livre e independente, sem ser sua mulher. Também ela tem os seus chefes subordinados, tal como o Muatiâmvu...Existem pois no reino lunda, formalmente dois estados e duas autoridades estatutais entrelaçados um no outro”, Buchner in Heintze,

Ethnographische Aneignungen, p.57; “ a soberana que representa a mãe do primeiro Muatiânvua, depois de viúva”, Carvalho, *Methodo Practico*, p. “Muári Camonga, título que Luéji ia Conti recebeu quando seu filho herdou o estado, pelo falecimento do pai, o Cibinda Ilunga. Ela que era a senhora das terras da Lunda, Suana Murunda, passou a acumular com o estado que tinha este, muito superior em grandeza pela quantidade de quilolos que seu filho ordenou que lhe pagassem tributo. A palavra é composta pelo prefixo *lu*, do verbo *Kũoka* «tratar, cuidar, curar do estado e da pessoa que o governa, que é o Muatiânvua. Carvalho, *Ethnografia*, p. 236. Curt Von François substitui luéji pela Lukokeshia sendo considerada a mãe de “Iamvo”. “ Os títulos de Muata Iamvo e de Lukokeshia datam desse tempo (o da fundação do império) a última é sempre a rainha mãe, embora não tenha necessariamente que ser a mãe do regente, sendo sim eleita. Tem a mesma posição hierárquica que o governante mas deve-lhe obediência em toda e qualquer situação, tal como qualquer outra mulher do reino”, Curt von François, in Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, 273,276. Ver também as ligações de Lukokexa com Cibinda e seus significados para os diferentes povos (Lunda, Mbangala). “ O Lukonkexa aparece nas tradições Mbangala em vez de Cibinda Ilunga“ O *Lukonkexa* acabou por representar a “mãe” do título *Mwata Yanvo*, assim como *Swana Mulunda* permaneceu como “mãe” simbólica do povo Lunda.V. Miller, *Poder Político*, p.131 e *passim*. É ainda Miller que chama a atenção para a adopção original de posições luba, incorporadas na tradição Lunda, *Poder Político*, p. 131.

Lunda, “ Rhunda- nome da região de características morfológicas com pequenas elevações, aliás e para recordar já na época do rei Yala Mwakú a forma harmoniosa das relações entre o chefe e os súbditos levou que o território (reino) se designasse Rhunda. Foi de facto no período da governação da Lweji que o reino tomou definitivamente o nome de Rhunda. Daí nasceu o nome Lunda já simplificado pelos portugueses”, depoimento de Sam Lwachi Galange em 09-07-01. Lunda ou Runda nome da Terra que o tomou da amizade que reinava entre os chefes dos estados Bungos, Carvalho, *Ethnografia*, p.63 e nota 1.

Lusango, *Rusán:ngw*, do Lunda, novidades, histórias e *musán: ngw*, proclamação; [Nsango] Relato circunstanciado duma viagem, dos acontecimentos ocorridos na aldeia, notícias, novidades, Adriano Barbosa, *Dicionário...*, p.488. Recado. Carta, narrativa que introduz alguém que numa reunião importante toma a a palavra, Carvalho, *Descrição*, vol IV, p. 116. Ver Heitze, *Pioneiros...*, p. 411, nota 62. Título da carta *Lussango wa Manputo*, assinada por Capua Camo e entregue a Henrique de Carvalho para ser trazida para Portugal, AHU, Processo Mutiânvua, Cx. 1092 (numeração antiga).

Luvale, “actual designação de uma das línguas e etnias dos povos bantu que habitam o Moxico e com raiz profunda no reino do Muatiânvua. Cinyama “irmão de Luéji”, depois da separação com o seu conselheiro Kalwena e mais gente rumou a Sul. Durante a migração todos falavam Lunda. Mas quando Cinyama e seu povo chegaram ao sul do Zambeze encontraram os Mbwela, oriundos de leste. Os contactos comerciais levaram a adoptarm a língua destes, dando-lhes forma própria e específica: o Luvale”, Informação de Francisco Chiwende Kuxi (Doc. Policopiado, sem data, 22 pp).

Lweji, *Rwej*, (Luéji-Luá-Conti) a fundadora, “filha de Iala Macu” e de Kondi, sua primeira mulher, “mãe” do primeiro Mwata Yanvo, Carvalho, *Ethnographia*, p. 62,63. Uma das

posições titulares sobreviventes a todas as transformações operadas na Lunda. Reconhecida nas outras formações políticas e culturais (Cokwe, Ndembu, Mbangala) como título fundador. Nos depoimentos actuais, onde permanece como “ a fundadora”, por vezes, a formulação é Luéja por influência gramatical da língua portuguesa.

Mahamba pl. de Hamba, espírito, ídolo Martins, *Elementos de Gramática Utchokwe*, génios protectores. “Espírito de um morto que se instala num parente (hamba wa usoko) ou em outra pessoa que não seja da família (hamba wa Cipwila); Objecto (amuleto, árvore, etc que se crê habitado pelo espírito de um antepassado, Adriano Barbosa, *Dicionário...*, p. 86. As figuras de culto mahamba são o núcleo fundamental da vida ritual na sociedade Cokwe. Múltiplos objectos podem ser considerados nesta categoria e designados Hamba: estados de possessão, instrumentos de adivinhação (aqui compreendidos todos os objectos que integram o cesto de adivinhação), figuras feitas em argila, algumas árvores secas ou partes de árvores, raízes, folhas, ramos e frutos, troncos de árvore grosseiramente esculpidos, figuras de argila de formas precisas, bonecas vestidas de rede, miniaturas de instrumentos de música, miniaturas de alguns instrumentos ligados à agricultura e à caça, pedaços de pele de alguns animais, carapaças de tartaruga, rochas sagradas, crucifixos, medalhas e imagens do culto cristão, Mesquitela Lima, *Fonctions...*, p. 29; Apreciação e crítica em Areia, *Les Symboles...*, p. 21, 22. As mahamba estão presentes no sistema de adivinhação dos Cokwe e a sua originalidade permite ver a capacidade destes povos para integrar sempre novos elementos no seus conceitos operatórios. Há Mahamba antigos que perdem capacidades ao mesmo tempo que mahamba estrangeiros podem ser integrados. Conceito fulcral na cultura Cokwe, mas também categoria importante nas culturas dos povos vizinhos (lunda, Lwena, lucazi, Ngangela, Ovimbundu, Mbunda, Lozi, Pende, Lulwa, Luba); Areia, *Les Symboles...*, pp.403, 417. Viegas Guerreiro, *Bochimanés N’Kung...*, pp.100, 101, refere a adopção do conceito e das práticas pelos *Nkũ* de Angola. “ É assim que os cokwe consideram hamba a pessoa depois da morte. *Muthu nyi afã abwa hamba*, a pessoa que morre torna-se hamba. Interpretando bem esta frase, justifica-se a veneração dos antepassados consubstanciada na existência do além mundo onde os antepassados se transformam no espírito poderoso depois da morte. Esses espíritos jogam um papel importante no contacto que se estabelece entre os vivos (comunidade) e o *Nzambi*, Deus, Mazambi Vuvu Fernando, *Estudo*, p.121.

Mandam, etimologicamente relacionado com o verbo Kwandam-entrar, designa a Gruta onde vivia o casal fundador da Lunda, Hoover, *The Seduction*, pp.636,637, Palmeirim, *Of Alien*, p.34, 35.

Masang- V. Musang.

Mazwo, Zwo, Casa, habitação de construção sólida entre os Cokwe, Baumann, *Ethnographische Aneignungen*, Trad. Portuguesa, (no prelo), Segundo João Vicente Martins, *Elementos de Gramática UtchoKwe*, p. 232, Nzuo, Pl. Mazuo é casa, em geral para os Cokwe. Nzo é ainda a grafia referida por MacGaffey para casa em certas regiões de língua kikongo.

Mbaka, (pl. *Akua Mbaka*),viciadamente Ambaca, a palavra provém do *Kimbundu* com o sinónimo de Fortaleza, paliçada, mas também multidão. Presídio português de Ambaca, fundado por Bento Banha Cardoso em 1614 nas margens do rio Lucala, na Ilamba, a umas

oito léguas de Massangano, e depois transferido em 1614 para o lugar onde se encontra hoje, mais pelo sertão adentro, mas sempre na margem esquerda do Lucala. J. D. Cordeiro da Matta, *Ensaio de Dicionário Kimbundu- Português*, pp-96, 97. Ver **Ambaquistas**.

Mbidi Kiluwe, personagem fundadora da tradição Luba, “pai” de Kalala Ilunga

Milonga (mulong’a), entre os Lunda-Ndembu, a resolução formal de todas as disputas, casos legais, ou outros desvios da norma. A raiz da palavra é *long’a*: as coisas em ordem. O radical *longa entre os Cokwe* está ligado a crime, delito, ofensa física, falta, culpa. Também processo, demanda, litígio, pleito, acção, questão ou caso judicial. Por extensão satisfação, encargo ou multa (derivada de um crime, delito, etc. Em sentido figurado: encargo, obrigação, incumbência ou imposição difícil de cumprir, Adriano Barbosa, *Dicionário...*, pp. 284, 285. Mulonga com o plural Milonga ocorre em Kimbundu para palavra, crime, mistério, ofensa, causa; palavra ou dito irónico. Ressentimento em sentido figurado, Cordeiro da Matta, *Ensaio de Dicionário...*, p. 108. Óscar Ribas, *Dicionário de Regionalismos*, p.177, regista *Milongo*, com o sentido de remédio, medicamento, tudo o que cura. Os modernos dicionários de Língua Portuguesa registam o sentido remédio a partir do étimo Kimbundu. Referem o radical *Longa*, palavra, exposição, queixa, demanda. V. p. exemplo, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo V, p. 2494. «É costume, quando o acusado é avisado de que há uma *milonga* (demanda) contra ele e que vai julgar-se, apresentar-se na audiência com o seu *lemba* (advogado); o potentado a seguir dá a palavra a um quilolo que escolhe entre os velhos parentes para este fazer uma espécie de relatório e dar o seu parecer. Os outros ou apoiam ou fazem as suas observações e todos mais ou menos se pronunciam a favor daquele a quem acham razão, e então o potentado retira, determinando aos seus conselheiros que resolvam de modo a fazer-se inteira justiça, e quando volta, depois de ouvir o que votaram, pronuncia a sentença. Dizendo ao que perdeu a questão o que tem que pagar, do que ele vem a receber proventos, assim como do que solicitou a resolução da pendência», Carvalho, *Ethnographia...*, p. 400.

Miluína, “Distintivo de honra do Muatiânvua que consiste numas pontas que partem de sobre as orelhas, curvando-se um pouco para a cara”, Carvalho, *Ethnografia*, p.338.

Mpat, (pl. ampat) Pequeno território ocupado por cada “segmento” da linhagem, a maior parte dos quais estavam distribuídos ao longo do Rio Kalanyi (Nkalanhi), V. Prichett, *The Lunda-Ndembu*, p. 23. Miller define mpat como pequeno domínio junto ao Kalanyi, Miller, *Poder Político*, p.117.

Muheuhe, Segundo a tradição o lugar onde Tchinhama (Cinyama) e Dumba ua Tembo (Ndumba ua Tembo), se separaram para construir estados distintos. Situa-se na margem sul do Curso Superior do Cassai (Kasai) nas alturas em que este rio é cortado pelo meridiano 21º longitude E., Redinha, *Etnossociologia*, p. 15, nota 17.

Muaka ua Kapunga ou Muaka ua Nzala, “época da grande fome”. Segundo as informações recolhidas por José Redinha, deve ter acontecido na primeira década do século XX, V. José Redinha, *Campanha Etnográfica ao Tchiboco*, pp.54 e 79. *Nzal*, fome em urund.

Mutenji (Teja, um-; mi-) Lugar ou casa reservada onde se confeccionam e guardam as vestimentas dos “dançarinos- mascarados” e onde esles se vestem, esse lugar é vedado aos não-circuncisos e às mulheres, Barbosa, *Dicionário*, p. 581. “ O museu do Dundo foi considerado pela comunidade cokwe como um lugar sagrado ao mesmo título que o *Mutenji*, Instituição onde se guardam as relíquias”, Manzambi Vuvu Fernando, *Estudo das Coleções Etnográficas...*, p. 57.

Mwaaku (Iala Mácu), “mãe das pedras, o mais velho entre os chefes das povoações dos Bungos”, Carvalho, *Ethnographia*, p.60; ponte entre o passado mítico e o passado histórico, pode por isso representar um indivíduo ou a combinação de duas ou mais pessoas “archetypal examples of epoch personifications” segundo David Henige, *The Chronology of oral Tradition*, p.35. Um dos filhos do casal original Mbar e Musang, Palmeirim, *Of Allien...*, p. 21

Muata Kumbana-título político

Muata Musenvu, título político

Mubika, (pl.) Abika, o mesmo que musweku, mupika, empréstimos do Kimbundu generalizados com o comércio atlântico. “ Este termo substituiu binji, Kete, Vansina, “Gouvernement...”, p. 8. Nos trabalhos de campo de 2001 e 2003 encontrámos o uso da palavra como sinónima de escravo, dependente, hierarquicamente inferior.

Muata Muxico, Mwata Muxico Muamuchico, Título Polico, segundo a tradição: “nobre com o qual Ndumba ua Tembo teria dividido a governação dos territórios sob a sua suprema autoridade”. V. Redinha, *Campanha Etnográfica ao Tchiboco*, p.17

Muene, senhor, chefe, grande personalidade. Nas regiões em estudo usado como sinónimo de Mwata.

Muata, v. Mwata

Muene Puto Kassongo, título Político lunda

Muene Putu, Senhor de Portugal, rei de Portugal

Mujimbu, Formas de contar os acontecimentos do passado entre os Luvale. Narrativas, relatos de viajantes entre os Cokwe. Notícia. Adriano Barbosa, *Dicionário...*, p. 142, considera Jimbu (mu; mi) uma palavra de origem Lwena, sinónima de Lusango. Também usado com o sentido de boato, rumor, zumzum. Especulação sobre um assunto, Óscar Ribas, *Dicionário...*, p.190.

Mukanda, “abrigo (de *kukada* abrigar) é uma habitação, ainda muito simples mas que já demanda algum trabalho”, Carvalho, *Ethnographia...*, p.214

Mukanda, de *Kanda* (mu-; mi-), unir, “Rito da iniciação masculina ou da circuncisão; Recinto onde decorre aquele rito; função ou actividade do nganga-mukànda ou o conjunto

de utensílios que caracterizam aquela função”, Adriano Barbosa, Dicionário, p. 158; «Os rapazes dos sete para os oito anos, e as raparigas antes da puberdade são circuncidados, e depois dessa cerimónia os rapazes tomam um outro nome, que muitos substituem ao de leite... São os pais que entregam os rapazes naquela idade a um anganga da especialidade para a cerimónia da circuncisão que dura de uma determinada lua a outra. O anganga, tomando conta deles, leva-os para uma casa distante da povoação a que chamam *mucanda*, e onde eles se conservam em liberdade com os companheiros mas não tendo relações algumas com o exterior... A esta cerimónia chamam eles *cata mugongue* e faz-se sempre a um grupo de rapazes a que chamam *mucanda* de tal época... Em toda a região da Lunda ninguém pode ser senhor de Estado sem ter passado por essa operação”, Carvalho, *Ethnographia...*, p. 448; “ritos de passagem masculinos, termo comum aos Quiocos, Lundas, Luenas, Chinjes, Minungos, etc.”, Redinha, *Etnossociologia do Nordeste de Angola*, p. 98. Na consolidação do poder Cokwe, laços adicionais estabelecem-se entre indivíduos provenientes de diferentes aldeias através da mukanda. Cada mukanda inclui membros de diferentes linhagens, que assim, depois da cerimónia de iniciação, estabelecem entre si uma espécie de irmandade, baseada em laços de sangue e as ligações forjadas na Mukanda estendem a rede das relações entre as aldeias de onde são provenientes. V Miller, *Cokwe Expansion*, p. 12. Associação, derivada do proto-bantu *gandá* (mesmo radical de *Nganda*. Nas línguas *Lweta* significa associação. Noutros sítios (Lunda, Sudoeste de Angola (Mbunda, Nyemba, Luchazi), significa a iniciação masculina, Vansina, “Gouvernement...”, p. 13. Entre os Lunda- Ndembu significa a iniciação ritual masculina. “a Mukanda é talvez a mais poderosa e inspiradora de respeito experiência de todo o homem Lunda. O objectivo da cerimónia é tornar rapazes em homens. Três processos separados mas interrelacionados estão envolvidos neste ritual que dura um mês. Primeiro os rapazes são circuncidados. Os não circuncidados são considerados *anabulakutooko* (os impuros). São proibidos de participar em certas actividades e do contacto com certas pessoas. Em teoria não podem comer comida cozinhada no mesmo fogo usado para preparar alimentos para um homem circuncidado. Não são considerados membros da comunidade masculina. A Mukanda é um campo de educação, uma espécie de escola final. Além de lições de História, Tradição e Etiqueta, bem como treino das habilidades para a caça, pesca, etc., a mukanda representa um tempo de educação formal no sentido estrito de forma a testar e assegurar que todo o participante possui um corpus de conhecimento básico requerido a um homem lunda adulto. A Mukanda é um tempo de enfatizar e iluminar o conceito básico de respeito pela hierarquia. É um tempo de demonstrar à jovem geração, de uma forma dramática, o poder físico, intelectual e metafísico dos *Akulumpi*, os mais velhos”, Prichett, *The Lunda- Ndembu*, cit., pp. 143-144.

Mukanda, s. pl. Mikanda “ carta, escrito, papel. «Os Mbundus servem-se do termo mukânda tanto para exprimir a ideia de carta, como a de qualquer papel, escrito ou não» (Dr. Saturnino) em J.D. Cordeiro da Matta, *Ensaio de Diccionario Kimbundu-Portuguez*. “ A carta que transita em mão de qualquer portador no interior, além de encerrada no seu invólucro fechado, é envolvida em papéis, para não se enxovalhar, e depois em pedaços de fazenda e ainda em folhas secas amarradas com fibras. É ao conjunto d’esses resguardos, que eles chamam, por analogia, *mucanda*, e tanto que o papel, que conhecem servir para invólucros, também denominam *mucanda*, e quando seja destinado para cartas dizem *mucanda ua sanhica* (papel de escrever), Carvalho, *Ethnographia*, p.215.

Mukissi, Ikissi, Antepassado. “O termo Nkish é definido pelos Aruwund como «alguém cujas origens são desconhecidas», um estranho ou espírito (mukish) uma pessoa fora do normal”, Manuela Palmeirim, *Of Alien...*, p. 48. “A representação de seres sobrenaturais no mundo real. Estes «ídolos» apareciam aos pares masculinos e femininos, Miller, *Poder...*, p.252. Noutras regiões da África Central a palavra Nkisi está etimologicamente relacionada com palavras geralmente traduzidas como espírito. Tal tradução capta o facto importante de que os *Minkisi* são habitação e personificações de personalidades da terra dos mortos através das quais os poderes de tais espíritos se tornam disponíveis para os vivos, MacGaffey, *Kongo Political...*, p.79; dançarino mascarado; o fato deste dançarino ou travesti; a própria máscara, doença que atinge as crianças, fazendo-as chorar muito e ficar anémicas, Areia, *Les Symboles*, p. 530.

Mukuale, “facão assaz bem trabalhado”, “grande faca, folha larga com dois gumes em curvas, Carvalho, *Méthodo Practico*, p.370, associado a insígnias do poder.

Mukuluntu, classe de idade (ca de 40 a 60 anos) nas principais línguas do nordeste de Angola.

Mulemba, *Ficus psicopoga* Welw. ex Warb, *Ficus Sicomurus*, *Phyllanthus stuhlmannii* Pax, *Ficus thoningii* Bleim. Nos Dicionários de Kimbundu – Português, Mulêmba, pl. Milêmba, com o sinónimo de Incendeira. No *Dicionário Cokwe – Português*, existem várias entradas para o radical Lemba - «uma árvore frondosa de que se extrai o visco para apanhar pássaros (*Ficus Welwitschii*); Lemba- oração, prece, súplica e ainda Lemba – antepassado, maior, avô, ancião. Com a grafia mulemba mas o sinónimo de Ensandeira ocorre em Cadornega, Tomo I, p. 818 - «É a árvore chamada em Luanda e seu interior *ensandeira*. Esta árvore é chamada no Congo *nsanda*; desta palavra fizeram os portugueses no Congo a palavra *ensandeira*, a qual palavra transitou para Luanda e ali se continuou a usar». Para as regiões do antigo reino do Ndongo « a permanência e a união dos grupos de parentesco e a sua ligação com os antepassados mündòngò passaram a ser asseguradas pela árvore mulêmbà, que passou a ser plantada no centro de cada nova aglomeração», Cf. Virgílio Coelho, *Em Busca de Kábàsá...*, p.143 . Carvalho, *Ethnographia*, p. 93, atribuição do título Capenda- cá-Mulemba, deveu-se à grande abundância de árvores Mulemba (*Ficus elástica*) na região. Sesinando Marques, companheiro de viagem de Henrique de Carvalho, no seu *Os Climas e as Produções de Malange à Lunda*, também a considera e classifica, sublinhando a sua importância, a seu ver injustificada, como panaceia para múltiplas doenças, p. 45. Múlê : mb «simboliza a perpetuação do título político... para os Lunda e para os Lwena também, os dois termos para árvores Lannea – muyomb e mulemba – diferem na medida em que a primeira é predominantemente um símbolo ligado aos ancestrais, enquanto que a segunda se liga directamente à chefia», Hoover, *Seduction*, p. 575. «Árvore sagrada da maioria das etnias do ‘nordeste’. O lugar desta árvore na cultura tsokwé e Lunda é muito importante. Todas ou quase todas aldeias têm uma mulemba que normalmente assinala o lugar da fundação. É debaixo dos seus ramos que frequentemente se discutem os grandes problemas, se faz justiça, se recebem os visitantes de honra, se dança, etc. Foi sob uma mulemba que Lweji recebeu pela primeira vez o seu futuro esposo, o grande caçador Tshibinda Ilunga», Mesquitela Lima, *Fonctions*, p. 305, 306. Areia, *Les Symboles...*, p. 395, afirma que no nordeste a mulemba é por excelência a árvore ligada ao culto dos antepassados. Citando um dos seus informadores, quando apontava a figurinha

Kuku do cesto de adivinhação, diz “ Isto é o *Lemba*, uma pessoa de outro tempo, a mulemba é para lembrar o Kuku. Outro dos informadores apontando as árvores alinhadas ao lado de sua casa afirma ali residirem os antepassados e daí a existência de duas árvores, uma dos homens e uma das mulheres. Vancina em *How Societies...*, pp.239, 240, e nota 98, sublinha a importância da mulemba como árvore ancestral, sem relação, do ponto de vista das raízes linguísticas com lemba- lémbà- o mais velho de todos os residentes irmãos da mãe.

Mulombo, Milombo, Múlambu- (múlà:mbow) Tributo, Reconstituído por Malcom Guthrie a partir de dambù-tributo, hipoteticamente do proto-bantu A da parte ocidental da savana, explicação em Hoover, *Seduction*, p.570. Aparece na documentação portuguesa com o mesmo sinónimo. No trabalho de campo o sentido é o mesmo.

Mulua de Múrû: w; muluva para Ndembu; Mulúwa para os Lunda; Muluwi para os Kao. Muluwe, embaixador, emissário, mensageiro; Muluwa membro do grupo de descendentes Lunda a leste da Lunda- kasongo, para os Yaka. O termo terras dos Moluas aparece na documentação portuguesa, em António de Oliveira Cadornega, *História Geral*, Vol.III, p.219, no texto de Manoel Correia Leitão de 1750: “este Mulua, hê mto poderoso, e de seus senhorios e domínios sahem capitains despedidos pr. Elle p^a oeste; gentes a fazer conquistas de escravos que vendem conforme a parte mais vezinha onde os tomão, como p^a Benguela”, *Viagem...*fl 13; no mapa de 1790 de Pinheiro Furtado. Alguns tomaram este termo assumindo que a Lunda controlava áreas próximas do Rio Kwango no século XVII. O termo é sinónimo de uma corte central com embaixadas no Kwango, Hoover, *Seduction*, 540.

Mulopo, “*muropo, mulúpue (mulupûè), murúpue*, segundo os dialectos, não é denominação de um povo, mas um título do imediato a um potentado, ou ao senhor de uma família. Esta denominação trouxeram os filhos de Mutombo da Luba para os estados que constituíram. Entre os Lunda adoptou-se depois da vinda de Ilunga e por isso se chama Suana Mulopo ao que se segue na sucessão, devendo por isso interpretar-se «herdeiro imediato». Alguns interpretam por príncipe herdeiro, o que não me parece bem porque entre famílias particulares também existe esta entidade, os irmãos mais novos são mulopos dos mais velhos na devida ordem. É d’aqui certamente que provém o uso dos nossos antigos exploradores e viajantes chamaram ao estado do Muatiânvua, dos Murúpues ou Muropos; e mesmo chegaram a confundir Muatiânvua com Murópue”, Carvalho, *Ethnographia...*p.66, nota 2. (Ver Suana Mulopo –Nswan Mulop- Nswan mulap)

Mungongo, Ngonge (mu-; mi-) Rito complementar da Mukanda (mu) Kànda, caracterizado pela rudeza das provas a que eram submetidos os candidatos. (Hoje desaparecido. Foi-me dito que no Léua o último ‘Mungonge’ se realizou em 1942)». Adriano Barbosa, *Dicionário...*, p. 363. Associação masculina ligada ao poder e à organização social local. Associação masculina que inclui vários níveis de hierarquia e um conjunto de máscaras apropriadas. A adesão a esta associação era voluntária mas limitada aos homens já iniciados. Atingir determinada categoria era em parte hereditário e para os descendentes de filiação patrilinear. Mas a descendência não era suficiente. Os candidatos também tinham que ser aprovados pelos membros da hierarquia em questão e tinham que lhes pagar uma pesada taxa, Vansina, *Gouvernement...*, p. 10.

Musang, A esposa primeva de *Mbar Chinaweji Kantang* (o Pai da Criação). Musang significa literalmente “ a que produziu as primeiras sementes”, entre as tradições pré dinásticas lunda. V. Hoover, *Seduction*, p. 633.

Musekeseke- areia branca e fina mas compacta (resultante das areias redistribuídas do Kalahari) onde se escrevem os *Sona* ou desenhos na areia. *Sekeseke* entre os *tucokwe*, usado sempre no plural- A areia.

Mussumba, Musub, «Aí se encontra a antiga *mu-sumba* de Cauenda, que foi do Muata – Ianvo Moteba, de Cazangaralla de Quimana e de Quizumene, pertencente ao actual, onde estão as sepulturas dos Ianvos, na margem de lá do Garanhi. De ordinário compõem-se de uma paliçada rectangular, que as fecha completamente, e variando de grandeza, podem abranger 1500 metros de lado; encerram ao centro a residência do chefe, com dois muros circulares e um corredor de permeio, sobre os quais se eleva vasta cúpula... Pouco distante da mu-sumba acham-se os vastos mercados, verdadeiros bazares com ruas alinhadas, onde as farinhas, a jinguba, o azeite de palma, as carnes verdes e secas, as massambalas, o sal, o tabaco, o *malavo* (vinho de ráfia), as mabelas e outros artigos se permutam por fazendas, como baeta azul e encarnada, algodões, chitas, missanga grossa branca e pequena vermelha, pólvora, armas e manilha», Capelo e Ivens, *De Benguela às Terras de Iaca*, p. 315; «Todo o grande espaço ocupado pelo Muatiânvua e a gente que o acompanha», Henrique de Carvalho em *Methodo Pratico...*, p. 363. “ A *mussumba* compreende um grande número de povoações dispostas numa certa ordem em torno da quipanga do Muatiânvua, mais ou menos distantes dela e com ela constituem a capital do estado”, Carvalho, *Ethnographia*, p. 223, Plano da Mussumba na p. 227 Alfredo Margarido, “la capitale...” Considerando-a um exemplo único de urbanismo político, situa as suas origens no fim do século XVI e liga a tartaruga ao poder, à resistência e sobretudo à longevidade. Manuela Palmeirim trata o uso metafórico do espaço nas cortes dos dignitários Ruwund, desenho da Mussumba (Musumb) em 1980, Palmeirim, *Of Alien Kings*, p. 94 e *passim*. «Quer dizer uma área um acampamento», Depoimento de Tanda Sakaúma, katoca-Lunda-Sul, Agosto 2003; Capital do Império Lunda. São retidas pela tradição oral e pelos relatos de viajantes africanos e europeus várias Mussumbas. Um exemplo a descrição de *Kabebe*, Mussumba do Mutiânvua (muant yav) Noéji descrita por Rodrigues Graça em 1855, V. Graça, “Desripção da Viagem feita de Loanda...

Mutombo Mukulo- “Um tronco antigo” (Depoimento de Tanda Sakaúma, Lunda- Sul, 2003), o mesmo que Mutombo Muculo (mutobo mukulo) «árvore velha», último potentado Luba : «O estado da Luba teve sorte igual à dos do Norte, foi retalhado por diferentes invasores, e o seu último potentado Mutombo Mukulo, reconhecendo a sua decadência aconselhou os filhos Cassongo, Canhiuca, e Mai, a que fossem buscar novas terras e melhor fortuna mais para cima, acompanhando os rios, e ahi constituíssem novos estados, protegendo-se mutuamente, pois dele e da terra já nada tinham a esperar. Foi essa a causa que determinou pouco tempo depois a formação dos estados de Cassongo e Canhiuca... Ilunga e Mai continuaram acompanhando o velho Mutombo, servindo o primeiro, no lugar de irmão mais velho, como intermediário do potentado o seu Suana Mulopo» Carvalho, *Ethnographia*, p.59.

Mutúmbù, notáveis.

Myombo, Árvores tutelares protectoras da aldeia que representam o espírito dos antepassados da etnia e do clã. O mesmo que Kûmbi (mu-; mi-) (*Lannea welwitschii* Engl.), Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 228; “reservada ao chefe e plantada por ele, atrás da sua casa, no momento da instalação da aldeia; esta árvore representa os espíritos dos seus antepassados que protegem a comunidade (ajímu)”, Marie Louise Bastin, *Art Décoratif Tscokwe...*, p. 184; «*Miyômbô wa mushima*- Árvores de culto em recinto fechado, lugar de recolhimento onde se reuniam os homens de armas e de confiança dos grandes potentados Quiocos (Mwatshisengue, Mwandumba e outros) antes de seguirem para a batalha. Neste local de defesa mágica e militar, eram os guerreiros ungidos para se tornarem invisíveis e exortados à luta até à vitória final», desenho na areia no 333, Mário Fontinha, *Desenhos...*, p. 256.

Mwaka wa nzala, tempo da fome, ou da grande fome, presente em inúmeras narrativas do imaginário cokwe e representado pelo desenho na areia “Lwozongo” (esqueleto)- “Conta Chizainga, que no Mwaka wa nzala (temo da fome), certo homem se meteu a caminho à procura de alimentos. Passados tempos, foi encontrado o seu esqueleto, que apresentava uma perna de “Ngungu” (ave) cabeça de pessoa e chifres de “mbau” (búfalo), Fontinha, *Desenhos...*, nº 178, pp 169, 170.

Mwata, (pl. miata) título do conjunto de nobres pertencentes ao conselho dos grandes chefes – mwanangana - cokwe. O conselho dos miata exercia verdadeiras funções de vigilância junto dos grandes chefes. Individualmente cada um tinha uma função especializada: chefe do protocolo; curandeiro, encarregue das mahamba dos chefes, o depositário das insígnias reais, Miller “Cokwe Expansion”, p. 16.

Mwant, soberania.

Mwanate, O historiador profissional e legista entre os Lunda segundo Leon Duysters, “Histoire des Aluunda”, p.79.

Nganda (ğada), Anganda, Ngaand que uns interpretam por país, outros capital e mais ou menos todos por terra de..., em toda esta região é o lugar onde habita o potentado”, Carvalho, *Ethnographia...*, p. 63, nota 2. Em 1956 Moses Samgambo escreveu o livro *Ngand Yetu*, A Nossa Terra, uma recolha das tradições Lunda; Território sobre o qual um chefe exerce a sua soberania, Filip de Boeck, “Of Trees and Kings...”, p.456. Para Ngandá ainda o sentido de “a totalidade dos habitantes da vizinhança ou seja a sociedade, Vansina, *Government*, p. 9.

Nganga, feiticeiro, bruxo; nganga-nbuke ou mbuke, médico, enfermeiro, curandeiro, João Vicente Martins, *Elementos de Gramática...* p.201; ‘feiticeiro- maléfico (que ‘come a vida’ das suas vítimas. Personagem tenebrosa, dados os poderes extraordinários que se lhe atribuem e a sua absoluta clandestinidade. Só o adivinho é capaz de o desmascarar, segundo o pensar tradicional. Mas, como, de facto, o Nganga não passa de uma criação da filosofia mágica religiosa tradicional, sempre que um Nganga é desmascarado ou identificado pelo adivinho, isso significa concretamente que um inocente arcará com a culpabilidade de todos os males que atingiram a sociedade, e que esta, à falta de outra explicação mais racional, sempre atribuiu ao Nganga imaginário. Por extensão, dá-se a designação de Nganga à

pessoa ou animal que faz muitas vítimas. Assim Ngánji mwe nganga ya maphwô, fulano é nganga das mulheres, isto é, devasso, conquistador, mulherengo.’, Adriano Barbosa, *Dicionário...* p. 358. Noutras entradas do dicionário o Nganga aparece revestido de outras funções. V. p.exemp. Mukanda.

Nakabamb, grande chefe mulher “tia” do Mwant Yav, “Anguina Cambamba, tia de Luéji, Anguina «grande senhora», também tomam este vocábulo como «mãe», porque para eles mãe é a senhora mais elevada que pode haver. Empregam muito a sua abreviatura *na*”, Carvalho, *Ethnographia*, p. 87, nota 1 e 88; “ Nakapamba musopa Nama foi a mulher ancestral de todos os Cokwe”, M. L. Bastin, *L’Art Décoratif...*, pp.30, 42, 45. O título *nakabamb* com a saudação associada *Musopa Nnam* (a que mastiga carne) é mencionado em muitas narrativas cokwe sobre a origem dos chefes. Este nome ruund aparece tanto nos relatos que se ligam à história Rwej/Chibind Yrung como àqueles que só consideram uma genealogia cokwe desde a criação. As tradições ruund dizem que ela deixou a corte um momento depois do tempo de Cibind Yrung e Rweji. É um título feminino da corte do Mwant Yav, Hoover, *Seduction...*, pp. 215 e 311 e segs.; representa em algumas tradições Lunda e Cokwe a representante de Karumbu a irmã mais velha de Luéji (Rweji) que saiu da corte e viveu algum tempo no exílio. Tem um número de subordinados *ayiol* (quilolos) entre os Cokwe e os Lunda –Ndembu. É considerada a mãe de Ciseng que terá nascido durante o seu exílio, e tem entre os cokwe e os lunda-ndembu um número considerável de subordinados ou *acyilol* (“os quilolos”), Manuela Palmeirim *Of Allien Kings and ancestral Chiefs*, p. 38 e nota 29 “ Alguns informantes, contudo, recusam considerar a *Nakabamb* como herdeira de Karumbu, afirmando que a irmã mais velha de Ruwej não tem representantes no sistema político Ruwund e que *Nakabamb* representa uma *mwanaamaaku* (irmã/prima) mais nova de Ruwej. Nakapamba Musopa Nama foi a mulher ancestral de todos os Cokwe, Vansina, *How Societies*, p. 248, nota 128. Em Nzaji, Lunda-Norte foi, por nós, entrevistada em 30-7-03, uma mulher portadora do título, nomeada representante do Mwant Yav, naquela região de Angola.

Ngand Yetu, literalmente “ a nossa terra” o Livro, recolha de testemunhos orais sobre a história da Lunda efectuada em 1956 por Mose Kaputungu Sangambo.

Ngombo, cesto de adivinhação “Hamba da adivinhação. “Ngombo é o espírito que revela o desconhecido através do *médium* do seu servo, Heli Chatelain, *Contos Populares de Angola*, p. 529, nota 444. Cesto do adivinho ou (*ka*)sanda com os respectivos (*Tu*)phele, Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 363. *Ngombo ya Cisuka*, estudo detalhado das peças em M. L. Rodrigues de Areia, 1985 *Les Symboles Divinatoires...*

Nkalaany (Calanhi), o rio, berço da origem Lunda e da Lundanidade. As sucessivas capitais, centros do exercício do poder Lunda foram sempre construídas no vale deste Rio.

Ngongo munene, uma das muitas associações ou *mukanda* existentes, algumas masculinas, outras femininas. A participação nesta *Mukanda* era obrigatória para todo o adolescente masculino antes do casamento. A iniciação e a circuncisão eram reguladas pelo *ngongo munene*. O *ngongo munene* decidia a periodicidade, e o tempo da iniciação, ditava a sua extensão territorial e supervisionava todos os passos da sua execução.

Nyama, (Nama), carne ou caça em muitas das línguas bantu, aparece com frequência como título do lado materno, ou das linhagens das antigas genealogias Lunda. Por vezes confundida com região (O sítio onde Cinguli tinha vivido na Lunda segundo António Rodrigues Neves, *Memória...* “Quingure- Quiabanguella, este homem habitava no Nhâma, próximo ao Mathyanvo...”, p. 96.

Nyakatolo (Nha Katolo, Nya katolo) - posição titular considerada pela tradição Luvale na descendência de Kutemba Mulombwe, irmã de Cinyama Ca Ngambo. Considerada uma das mais importantes chefias Luvale (Lwena) O seu poder consolida-se no século XIX, depois das guerras com outras chefias vizinhas, em território das actuais Republicas de Angola e da Zâmbia, pelo controlo de Nana Kandundo o mais importante mercado de alimentos e borracha da África Central. Em 12 de Novembro de 1903 a Nyakatolo Ngambo Nya Mimbungo (falecida em 1914) assinou um tratado com o governo português. Cerca de 1918, o recrutamento e outras actividades ligadas ao trabalho forçado, levaram Nyakatole Kutemba, neta da anterior e falecida em Maio de 1956, a ameaçar abandonar o território da colónia de Angola. Outras chefias locais já o tinham feito bem como inúmeros angolanos que se refugiaram na então Rodésia do Norte. Ver sobre a origem e desenvolvimento da posição titular Mose Sangambo, *The History...*, pp. 59-60; e Prichet, *The Lunda-Ndembu...*, p.186; Sobre a assinatura de tratados e as questões de dupla subordinação à dominação colonial, Maria Emília Madeira Santos, *Nos Caminhos...*, p. 415 e nota 89; Sobre as questões do trabalho forçado ver Charles Perrings, “Good Lawyers...”, p.243. Nyakatole Cisengo cuja investidura foi a 17 de Janeiro de 1957 em Kavungu, viria a falecer em 1992. O informador referido acima refere a nova Nyakatole Nya Kaumba Tcilombo.

“A mãe das Terras Lwenas”, segundo José Samwila Kakweji, Comunicação ao III Simpósio sobre Cultura Nacional, Luanda, 2006, o mesmo especialista e escritor angolano atribui à hábil negociação desta posição titular o faço das fronteiras de Angola, Congo e Zâmbia serem as actuais.

Pans, máquinas de lavar cascalho por meio de jactos de água a fim de o libertar da parte argilosa que o envolve, concentrando-o sucessivamente pela eliminação do cascalho de maior densidade onde, de mistura, se encontram os diamantes.

Piyal a Rubemb, literalmente a “rocha do duplo sino”, o lugar da fundação da Lunda, onde viveu o casal inicial. Situado junto ao rio Nkalanyi, ainda hoje é muito perto deste sítio que se efectuam as entronizações dos diferentes Mwant Yav. Também aparece em algumas tradições como *Diayali da Lupemb* ou *Lilolwa lya Lupemb*. Ver Pyal a Mandam.

Pombeiro, relacionado com *Pumbus*, mercado em algumas regiões do interior de Angola. Cordeiro da Matta no seu *Ensaio de Dicionário*, p.145, refere *púmbélo*, “subs., espécie de bufarinheiro, agente de aviados para a venda a retalho”. Lopes de Lima, *Ensaio...*, Vol III p. 63 afirma “ Os pumbeiros são pretos descalços, espécie de bufarinheiros, agentes dos aviados para a venda a retalho, na qual se mostram mui hábeis e quase sempre dão boas contas do pacotinho que se lhes incumbe”.

Posição titular (“named position”) Componente de uma estrutura hierárquica, para indicar que se trata duma estrutura hierárquica, com nome próprio, hereditário, correspondente a um determinado título, indicador de posições específicas (proposta de Maria da Conceição Neto, Tradutora de *Kings and Kingsmen...* de Joseph Miller, p.45)

Processo de Kimberley, Iniciativa conjunta de vários governos, da indústria diamantífera e de várias Organizações não Governamentais (ONGs) que visa evitar o uso do diamante como fonte de financiamento dos conflitos armados não internacionais, através da criação de mecanismos de controlo da extracção e exportação e do melhoramento do regime de certificação de origem dos diamantes em bruto. Ver <http://www.Kimberleyprocess.com>. Ver também KPCS, Kimberly Process Certification Scheme.

Queimada, Ligada aos processos de caça colectiva, entre os meses de Abril a fins de Agosto (mais ou menos coincidente com a Estação Seca). Caçadores experimentados cercam pelo fogo uma determinada área, abatendo depois os animais em fuga.

Quilate, A partir de Karation lexema grego para alfarrobeira-*Ceratonia Siliqua*, árvore de grande porte comum à bacia do Mediterrâneo e posteriormente espalhada por todo o oriente. As características das suas sementes, o facto de, mesmo secas, apresentarem poucas variações de peso, levaram a que os antigos comerciantes de pérolas a adoptassem como unidade de peso referência para as transacções com pedras preciosas. Assim o *carat* (quilate em português) foi adoptado como unidade de peso, embora com valores de referência diferentes para alguns países europeus. Dessa forma e até 1907 o peso em miligramas para o quilate variava entre 188 e 213 miligramas. A partir daquela data o Comité Internacional de pesos e medidas propôs que fosse adoptado o quilate métrico, com o peso de 1/5 do grama e a partir de 1923 (a República da África do Sul foi o último país a aderir à convenção) é esta a unidade de referência para o comércio dos diamantes e restantes pedras preciosas. Ver Guy Young, “Three- quarters of a Century in Industry, Comunicação apresentada ao *First International Congress on “Diamonds in Industry”*, Paris, 25 de Maio a 3 de Junho, 1961. Ver também José Frederico Aguilar Monteiro, “O Diamante Riqueza de Angola, Notas sobre a Indústria do Diamante em Angola desde a sua descoberta até 1975”, *Riquezas Minerais de Angola*, pp.129,229.

Quioco (pl. Quiocos), na documentação portuguesa para designar Cokwe, o povo e a língua. Henrique de Carvalho em *Ethnographia*, p. 90 e nota 1, conta as origens e a evolução etimológica da acepção que derivaria de “Aiôko a Ku Kiğuri – vão também lá para Quinguri”, frase pronunciada por Luéji para os descontentes. «A abreviatura de aia ôko kûa Kiğuri, depois ficando aiôko denominação daquela tribo, uma pessoa dela ficou sendo para a Lunda, Chiôco, Cachiôco e para os da tribo, Quiôco». Marie - Louise Bastin, *L’Art Decoratif*, p. 21 regista as seguintes grafias para Cokwe segundo as diferentes fontes: “ A’hioco, Atshokwe, Bachoko, Badjok, Ba-Djok, badjoko, Bajok, Bakioko, Basok, Batchokwe, Batchoque, Batshioko, Batsiokwe, Ba-tshok, Ba-tsoko, Bena-Tutchoco, Chiboque, Chiboqwe, Cokwe, Kashoco, Khioko, Kibkoe, Kibokwe, Kioke, Makioko, Ma- Quioco, Maquibocue, Matchioko, Qibocos, Qibôcos, Quichosche, Quioco, Quiôcos, Tchoqué, Tschiboko, Tschibokwe, Tsokwe, Tšokwe, Tutshiokwe, Tyivokwe, Utsiokwe, Va-Chioco, Watschiowoke. Tjivokve em Alfred Schachtzabel, “Im Hochland von Angola”,

1923, p. 138. D. João Evangelista de Lima Vidal, no seu *Por Terras D'Angola*, p. 464 grafa *va-xivokue* ou *kiôkos*, «raça inteligente, progressiva e forte, destinada com certeza a um futuro de supremacia e de predomínio nas tribos negras d' Angola». Em Eduardo dos Santos, *A Questão da Lunda*, p.32, nota 31, regista-se a grafia Ka-txóku, pl. tu-txóku. Óscar Ribas, *Dicionário*, p. 249, averba para Quioco “forma deturpada de Txócue, usual na época colonial”. Nas recolhas de terreno foi possível encontrar variantes como Katcoco para designar o indivíduo. Américo Correia de Oliveira, em *Os Ogros na Tradição oral Angolana*, p.96, citando Estermann grafa Tyokwe. A variante Kicokwe para língua aparece em Miller, *Poder Político*, p. 38. Num relatório dactilografado, em francês sobre o distrito religioso de Nova Lisboa no período 1927-1953, aparece a grafia Ovatjyokwe, CSSp, AG, pasta 3L1.20b5 (Informação de Conceição Neto).

Remoção do estéril, Remoção de toda a terra acumulada por cima do cascalho para a procura de Diamantes

Rio Calanhi, (Nkalany)- Rio que marca o território das origens Lunda (Ruund, Ruunt, Rund), junto do qual são entronizados os Mwant Yav e construídas as Musumb (capitais). Um dos centros rituais da Lundanidade.

Rubemb, duplo sino em ferro ligado às chefias lunda e à maioria dos povos com uma origem ligada à formação do império Lunda. Henrique de Carvalho, *Ethnografia e História*, pp. 369, 370, descreve-o e situa-o entre as insígnias do estado do Mwant Yav : “entre as insígnias do estado do Muatiânvua encontra-se o rubembe de grandes dimensões, e na ambula (grande largo) onde fazem as audiências tem o seu lugar reservado que é uma travessa posta sobre duas forquilhas de propósito plantadas para o aguentarem, e é nesta travessa que ele se suspende”. Ver Hoover, *The Seduction*, p. 560. José Redinha grafa lubembe e considera uma insígnia dos povos do leste de Angola, Ver. Redinha, “Insígnias e Simbologias” ..., p. 69.

SA, prefixo nominal (proveniente de *ise ya*, pai de. Prefixando o nome próprio de uma pessoa designa o seu pai, *Sajinga*, o pai de Jinga. Prefixando um nome comum ou uma forma verbal, dá origem a um nome comum (de homem de animal do sexo masculino e até, raramente, de coisa, cuja actividade ou nota é expressa individualmente por aquele nome ou forma verbal. Ver Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 470. Na documentação por vezes associado a título político, “o soba quico Sá Txissenga”, Relatório Anual do Museu do Dundo, 1942 in Nuno Porto, *Modos de Objectivação*, legenda da figura 5.2.

Soba- chefe, a partir do kimbundu *usóba*, autoridade, poder, Cf. Cordeiro da Matta, *Ensaio*, p. 151 e também Maia, *Dicionário*, p. 488. “Sova é um senhor de terras inferior na hierarquia ao Dembo, e superior ao Quilamba, e este sova Quiloange Quiassama parece ser um ascendente daquele a quem em 1838 tomámos os distrito Duque de Bragança... Os senhores do Congo adoptaram os títulos portugueses; lá os Dembos intitularam-se Duques; os sovas são marqueses e os condes os Quilambas”, Lopes de Lima, *Statística das Possessões Portuguesas*, vol III, p. IX Beatrix Heintze refere em *Fontes...* tratar-se de um título político dos mbundu, já referido nos documentos antigos sobre Angola. Heli Chatelain afirma que o título de Chefe em Quimbundo é geralmente soba, Cf, *Contos*, p. 81. Óscar Ribas, *Dicionário*...p. 272 averba para soba «autoridade suprema de uma tribo

africana, Régulo». Adriano Barbosa, no Dicionário Cokwe – Português, p. 526, averba «soma- soba, régulo ou chefe de uma aldeia (vocábulo umbundu usado por vezes no quioco (sic) para designar o régulo ou soba subalterno do (Mw) anangana», Em Miller, *Poder Político...*, pp.194,195, 215, nota 120, 231, soba é sinónimo de título político e usado para designar titulares autóctones. Virgílio Coelho, em “A Questão do Controlo da Terra...”, p. 197, sublinha que «sobado é um termo híbrido que na língua portuguesa tem sido utilizado para nomear a terra ou lugar e localidade que geralmente é dirigido por um chefe político cuja designação é sóbà». Define “Jísòbá, como o detentor dos símbolos do poder confeccionados em ferro em contraponto com os Ílambá, senhores da terra. A literatura e a administração coloniais rasuram muitas vezes as complexas hierarquias entre os diferentes chefes africanos e consequentemente a diferente terminologia que os designa. A ideia de soba foi a que prevaleceu mesmo quando a legislação acorda que «autoridades gentílicas são os sobas, sobetas, séculos, macotas, mucuruntos, lengas e similares», Cf. Ferreira Diniz, *Populações Indígenas de Angola*, p. 659, considerando assim soba como a autoridade máxima reconhecida, ver sobre este assunto Rodrigues de Areia, “A Etnização da África...”, p. 380. Mesmo para regiões com outras formas de designar os portadores de títulos políticos “Mwata” de Mwânt-chefe, “Grande do Estado” (Carvalho, *Methodo*, p. 365 e *Ethnografia...* p.74, nota 1) a palavra soba generalizou-se, ocorrendo por vezes a repetição de títulos. Ver a título de exemplo “soba Xá Tchisengue” na documentação da Companhia de Diamantes, desenvolvimento e análise em Nuno Porto, *Modos...*, pp.145-147 e figura 5.2 No trabalho de campo os entrevistados referem-se a si próprios por essa designação, aparecendo por vezes também a designação regedor. (Diários de campo de 2001. 2002 e 2003).

SODIAM, Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola, SARL. A Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (SODIAM) foi criada em 1999, ao abrigo do decreto 33/99 de 31.12.99 do Conselho de Ministros. A SODIAM foi criada com os seguintes objectivos: Comercialização de todos os diamantes brutos produzidos em Angola, através de um canal único; Inserção da SODIAM no mercado internacional de diamantes; Criar valor acrescentado aos diamantes brutos produzidos em Angola; Contribuir para o aumento das receitas fiscais; Colaborar no combate contra o tráfico ilícito de diamantes. Desde Agosto de 2003, ao abrigo da Resolução 21/03 de 08 de Julho de 2003 do Conselho de Ministros, a SODIAM passou a comercializar directamente os diamantes do mercado formal de todas as empresas mineiras em Angola e também do mercado artesanal. Entretanto, uma nova decisão do Conselho de Ministros, saída em Maio de 2006, transforma a sociedade de Canal Único, para Central de Compras e Venda de Diamantes, através de uma Nova Política de Comercialização de Diamantes de Angola. Como Central de Compras, a SODIAM deverá definir os objectivos e metas a atingir anualmente, com base em dados relativos à procura e oferta de diamantes brutos e lapidados a nível nacional e mundial, privilegiando a capacitação técnico-profissional dos seus quadros.

Competirá ainda à SODIAM a organização e supervisão institucional de todo o processo de comercialização e a curto/médio prazos providenciar a criação e funcionamento da Bolsa de Diamantes em Angola. A comercialização de diamantes brutos assentará num sistema de modelos que incorpora:

(i) a compra e venda de diamantes em Luanda, através das “Salas de Compra e Venda” da SODIAM, modernas e com pessoal de elevado nível técnico-profissional, colocando-se à altura dos grandes centros de comercialização de diamantes; (ii) e a venda de diamantes no exterior, por meio dos chamados “Centros de Comercialização” – Sodiam Trading Centers (STC), conforme se explicita a seguir. A iniciativa governamental, introduz também outros modelos de venda de diamantes, nomeadamente por “Sights”, “Leilões” e “quotas supervisionadas”. Fonte:

<http://www.endiama.co.ao>

Sona (pl. de lusona), desenhos na areia, “a estes desenhos dão os quicocos o nome de sona, termo que serve para designar a escrita em geral (letras, figuras e desenhos), curiosas combinações de pontos e traços. Às covinhas, pontos ou montículos que fazem no chão dão respectivamente os nomes de *Mena* (plural de *wina*), *tobe* (plural de *lutobe*) e *matumbo* (plural de *tumbo*) marcas ou sinais, designado as linhas em zig-zag ou traços envolventes, que formam o desenho por *mifunda* (plural de *mufunda*)...É curioso notar que os povos vizinhos (Balubas, Cacongós, Lulus, Bângalas, Sukus e outros que habitam a Lunda, desconhecem completamente estes desenhos, naturalmente porque não viveram a fase intensa da *Mukanda* e do *Mugonge*”, Mário Fontinha, *Desenhos...*, p. 42. Kubik descobriu um *Kasona* básico, uma espécie de ponto de partida do qual muitos outros podem ser derivados, Kubik, *Ideogramas*, p.396. Muitos dos ideogramas referem-se à Instituição *Mukanda* e às leis que a regem e ao facto dos não iniciados nunca poderem entrar num campo de iniciados, Kubik, *Ideogramas*, p. 392. As fontes portuguesas registam alguns dos desenhos para áreas muito afastadas das actuais Lunda, Beatrix Heintze, “Representações Visuais como Fontes Históricas e Etnográficas”, p. 197, aponta para a importância de alguns desses desenhos aparecerem nas aguarelas pintadas pelo padre capuchinho António de Cavazzi, em meados do século XVII, na corte da rainha Njinga na Matamba, e claramente associados ao poder. Salva-se assim a sua antiguidade e a sua dispersão por um território, que ultrapassa largamente as fronteiras linguísticas e históricas dos tucokwe. Alguns objectos que funcionam como ideogramas encontram-se no *Ngombo*, cesto de adivinhação. Entre os *Lukazi* (as gentes do Rio Lucasi, afluente do Lwena é prática corrente, tendo Gerhard Kubik, entre 1973- e 1979, recolhido centenas de desenhos elaborados por *Mukuakusona* (os peritos da escrita), geralmente homens na classe de idade designada *mukulunto* (ca. de 40 até 60 anos). Kubik encontrou entre os *Lukazi* algumas mulheres autoras de *Kasona*, Gerhard Kubik, “Ideogramas *Tusona* no Leste de Angola e Zonas Limítrofes”, in *Leba*, N°7, pp. 389-410. Actualmente por vezes confundida com a actividade de cartografar, desenhar mapas (entrevistas de campo de 2001).

Suana Mulopo, Nswuan Mulap, íswâ: n Múlâpw; Nswanamulope, “sobrinho do Mwata, Gamito, King Kazembe, p.20. No relato da viagem dos Pombeiros Pedro João Batista e Anastácio Francisco, p. 51, é referido “e de Cazembe para o Muatianvo que eles nomeiam Muope”...; “primeiro príncipe herdeiro do Muatiânvua; tem o seu estado na margem esquerda do Calânhi, a sul. O segundo é governador do Tenga, que tem o seu estado na margem esquerda do Cassai em terras de Xacambunje, com o título de xanama, que tem honras de Muatiânvua. O terceiro é Muata Mussenovo, também com honras de Muatiânvua e tem seu estado na margem esquerda do Luachimo em terras do Bungulo; “entre os Lundas adoptou-se depois da vinda de Ilunga e por isso se chama Suana Mulopo ao que se segue na sucessão, devendo por isso interpretar-se como «herdeiro imediato». Alguns interpretam

por príncipe herdeiro, o que não me parece bem porque entre famílias particulares também existe esta entidade, os irmãos mais novos são mulopos dos mais velhos na devida ordem, Carvalho, *Ethnographia...*, pp. 66, 537. A raiz das duas palavras são de origem proto- luba e Bemba e podem ser usadas individualmente. As formas começadas por /sw/ são empréstimos do ruund. As evidências mostram que os Lunda (Ruund) adoptaram um título Luba «Mpyana Mùlópwe» ‘sucessor ou segundo do rei’, ver Hoover, *Seduction*, pp. 543, 544.

Swana Murund, Nswan Mulund, Suana Murunda, Soanamulund, “chanceler do selo do reino” em Buchner, V. Buchner em Heintze, *Ethnographische Aneignungen*, p.165; Título de nomeação do Muatiânvua representando a pessoa de Luéji-luá- Conti, Carvalho, *Ethnographia...*, p. 63; Suana Mulunda, mãe simbólica de todos os Lunda, representando Luéji, Duysters, *Histoire...*, p. 76; Swana Murunda, a mãe perpétua dos Lunda, Prichett, *The Lunda- Ndembu*, p. 27.

Taha, adivinhar, consultar o *Ngòmbó*, cesto de adinção, (o adivinho), ou consultar o adivinho (outra pessoa qualquer), Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 559.

Tahi, ou Mbuki, adivinhador, João Vicente Martins, Crenças, p. 253, 254, 262. A partir de *Táha*, adivinhar, isto é consultar o ngombo ou cesto de adivinhação.

Usoko- s., parente, amigo, conterrâneo, João Vicente Martins, *Elementos de Gramática de Utchokwe*, p. 222. *Vusoko*, grupo familiar alargado em Alfred Sachchtzabel, Im Hochland von Angola”in Beatrix Heintze, *Ethnographische Aneignungen...*, p.339; O mais importante núcleo da sociedade Cokwe, a matrilinearidade mínima de quatro gerações. Grupo de adultos ligados por laços de sangue, irmãos e irmãs, à sua mãe. Consiste num pequeno grupo de parentes (irmãos e irmãs) adultos, agregados em torno de uma mãe (no caso de ainda ser viva), e da sua descendência matrilinear. Os filhos das irmãs, mas não os seus maridos, pertencem ao *usoko*. Esta estrutura mais ou menos rígida e a sua implicação na sociedade cokwe pode ser acompanhada e percebida através do estudo do ciclo de vida de uma criança cokwe.”V. Miller, *Cokwe Expansion*, p.6.

Yala Mwaku, (Em algumas tradições Mutombo Mukulo-) posição sénior de todas as linhagens, historicamente lembrado como o primeiro entre os iguais. “Iala Mácu” (ĩala maku «mãe das pedras») o mais velho dos chefes das povoações dos Bungos, Carvalho, *Ethnographia*, p. 60 e nota 1.

Yanvo (Yav), o primeiro Mwata Yanvo. O fundador do império Lunda. O Título significa “Senhor Yav” O nome yav deriva de um termo *Ruund* arcaico que significa víbora (a víbora do Gabão). “Ianvo é nome de pessoa e Muata “senhor”. Diz-se Muata Ianvo como Muata Muteba, Muata José, Muata Machado, etc. E mesmo se tem dado caso de haver um Muatiânvua Ianvo, e destes pela tradição conheço dois, e pessoalmente um. *Anvua* (*avua* plural de *uua*) riquezas. O vocábulo Muatiânvua é, pois, composto e destaca-se bem de Muata Ianvo. Carvalho, *Etnografia*, p. 74, e nota 1. Ainda segundo Carvalho quando nasceu o filho de Luéji (Rwej) e Cibinda Ilunga deram-lhe o nome de *Noéji* e o cognome de *Nama Mazeu* (carne dos dentes, gengivas e foi apresentado ao Conselho dos mais velhos que afirmaram: “nós não somos mais que humildes escravos; tu és senhor dos nossos

corpos, das nossas vidas, das nossas riquezas, de tudo o que vês diante de ti. Se nós somos grandes, tu és maior que nós. Acima de ti só há o construtor que faz braços e pernas, Vê todos e ninguém o vê... Tu, o senhor das riquezas árvores, rios e pedras, todas as terras, todas as vidas, tudo, em fim, tu possues, senhor! A que Cibinda terá respondido “ Meu filho Ianvo, o senhor das riquezas, o possuidor de tudo que vemos, tu que falas, és o conselheiro, que fazia aceitar”, Carvalho, *Etnhographia*, p. 74. Em *ciluba* mbá:mvu, mbanvua, espécie de serpente. As formas luba com /b/ sugerem que o termo é muito antigo na região com o significado de serpente venenosa. O título foi adoptado por muitos grupos da região sendo o título real Yaka, *Kiamfu*, é também uma forma diminutiva do conceito lunda Mwant Yav, Hoover, *The Seduction*, p. 541. “ As genealogias Lunda mosstram a posição do *mwata yamvo* como o descendente de um “casamento” entre uma uma mulher chamada Luhasa kamonga e Cibinda Ilunga. De acordo com as regras das genealogias perpétuas, isto significava que o mwata yanvo era originalmente uma posição Luba subordinada a outra, de que era detentora uma linhagem conhecida como Luhasa Kamonga. Por razões históricas desconhecidas este título tornou-se o mais poderoso entre as linhagens centrais Lunda e os *tubungo* foram reduzidos ao seu estatuto actual de conselheiros do título real central”, Miller, *Poder Político*, 128. O título permanece até aos nossos dias confinado geograficamente à região de Sandoa e Dilolo, no distrito do Lualaba, República Democrática do Congo, mas com significado político para lugares tão distintos como Angola e Zambia por exemplo.

Xaculu, Antiguidade. O tempo antigo. “usado apenas na locução (há ou ku xahulu) outrora, antigamente, na antiguidade.

Xaculu (Ka, tu) Pessoa ou indivíduo de outros tempos, pessoa muito velha ou antiga (ainda viva ou já falecida), Adriano Barbosa, *Dicionário...*, p. 700

Xitu (mu, mi) Pequeno Bosque ou pequena mata de vegetação cerrada, isolada, frequente ao longo do curso dos rios, Adriano Barbosa, *Dicionário*, p. 703. Com o significado de bosque, mata, floresta, selva em *Kimbundu*, V. Cordeiro da Matta, *Ensaio*, p. 116. Com a grafia Muchito designa no português falado em Angola o mesmo que mata, pequeno bosque.

Zavo “uma casa grande com uma cobertura cónica de grande altura a que os ambaquistas chamam torre. Recinto reservado para conversações de grande importância., Carvalho, *Méthodo Practico*, p.363. V. Mazwo e Nzwo.

Zona de protecção, Área concedida em exclusivo para pesquisa de diamantes à Companhia de Diamnates de Angola, Decreto nº 9 de 6 de Maio de 1917 e Decreto nº 11 de 12 de Maio de 1921. Vide mapa supra, Figura 8.

ZUP- Zona Única de Protecção- a primitiva Zup—Zona única de Protecção— era limitada a Norte, pela fronteira com o Zaire (Congo Belga), a leste pelo rio Kasai, a sul pelo paralelo de Saurimo e a oeste pelo Rio Luxico. Estabelecida pelo decreto com força de Lei nº 12148, de 19 de Agosto de 1926, dando força de lei às disposições da portaria nº 65 e estabelecendo uma «Zona Única de Protecção» das explorações de Diamantes. As vias de acesso à ZUP e o acesso a esta Zona especial são regulamentados pelas portarias nº 137 de

14 de Outubro de 1926 e 551 de 19 de Fevereiro de 1930, respectivamente. A portaria nº 9549 de 5 de Dezembro, alarga a área da Zona única de protecção.

ANEXO Nº 2

CRONOLOGIA DA OCUPAÇÃO E DOS CONFLITOS

- 1840- 1841-** Formalização das relações entre *tulunda* e *tucokwe* -envio de caçadores tucokwe anteriormente solicitados por enviados (embaixadores) tulunda.
- 1846-1848-** Viagem de Rodrigues Graça à Mussumba (Musumb) nos tempos do Mwant Yav Naweji a Ditend ou Noéji.
- 1849-** Viagem para a Musumb de Lourenço Bezerra.
- 1850-** Crescimento e expansão das instituições Lunda.
- Expedição a Kasanje (militares portugueses)
- 1851** (16 de Agosto) criado o distrito de Tala Mugongo, composto de quatro divisões, com um regimento que substituiu o anteriormente dado à feira de Kasanje em Outubro de 1790. Criada e regulamentada a guarnição do Presídio de Pungo Andongo e do Presídio de Duque de Bragança. Criação de um corpo de Guerra Preta de que era capitão o Jaga de Kasanje.
- 1852-** Expedição contra o Jaga Bumba.
- 1853** – Livingstone atravessa o Kwango até Luanda.
- 1855-** Livingstone em território Cokwe.
- 1857-** Criação do Conselho de Malanje (criação administrativa e fixação do espaço).
- 1860-1875-** Os Tucokwe seguiram a margem esquerda do Kasai até à foz do Luao.
- 1862-** Construção da Fortaleza de Malanje segundo determinada traça, por se considerar centro e ponto de apoio de todas as operações militares para o interior.
- 1863-** Operações no Songo
- 1868-** Livingstone em terras do Muata Kazembe.
- 1869-** Enviados do Mwant Yav Muteba (um sobrinho) com uma grande caravana a Luanda. Parada junto ao Kasai.
- 1870-** Autoridades coloniais prestam atenção à doença do sono. O primeiro relatório é elaborado em Malanje.
- 1872-** Verney Lovett Cameron chega ao Lualaba.
- 1874- 1875-** Expedição alemã à costa do Luango.
- 1874-1876** - Viagem de Paul Pogge à Mussumba (Musumb).
- 1876-** Henry Morton Stanley chega a terras de Mwene Puto Kassongo e ao Lualaba.
- 1877-1880-** Expedição de H.[ermenegildo] Capelo e R [oberto] Ivens *De Benguela às Terras de Iaca*. Elaboram uma lista dos sucessivos Mwant Yav (cinco).
- 1880-** Expedição alemã de Alexander von Mechow (em terras de Mwene Puto Kassongo)
- 1880-1881-** Expedição de Max Buchner (explorador alemão) ao “Reino do Muatianvo e seus territórios vizinhos”.
- 1881-** Tentativas por parte dos comerciantes Machado para chegar ao Lubuco, através da Jinga contornando Kasanje e evitando confrontos com os tucokwe.
- 1882-** Criação do Conselho de Tala Mugongo (Bondos, Songo Grande, Songo Pequeno e Kasanje).
- 1883-** Os irmãos Machado no Lubuco.
- 1884-** Morte do Mwant yav Muriba em luta contra os tucokwe.

1884- Os tucokwe cortaram ao meio a parte ocidental do Império Lunda, isolando o Kwango do Kasai, impedindo as comunicações e afastando os efectivos lunda daquelas regiões.

1884- Caminho de Ferro de Ambaca.

1884- Hermann von Wissemann, ao serviço do Rei Leopoldo da Bélgica efectua uma viagem de Malanje a terras do Mwant Yav.

- Henrique de Carvalho em Malanje. Início da Expedição à Mussumba (Musumb) do Mwant Yav. O projecto das “estações civilizadoras” e da Assinatura de tratados com os chefes africanos como forma de “ocupação”.

1885- Conferência de Berlim

- Fortes abalos sísmicos em toda a região do antigo Império Lunda.

1886- Viagem de Richard Büttner de “S. Salvador ao Quango e a Stanley Pool”.

1887- Regresso a Malanje de Henrique de Carvalho

1890- A construção do Caminho-de-ferro de Luanda – Malanje e a consequente concentração de pessoas responsável pela intensidade da doença do sono nas regiões do centro e leste de Angola.

- Conferência de Bruxelas.

- Expedição do Tenente Dhanis d’Anvers (ao serviço de Leopoldo dos Belgas) a terras de Mwene Puto Kasongo.

- Missão Cândido Sarmento de Malanje a terras do Mwant Yav.

- Acordo entre os Governos de Portugal e do Estado Independente do Congo sobre a questão da Lunda.

1891- Expedição à Lunda comandada por Trigo Teixeira.

- 2ª Expedição Dhanis

1892- George Grenfell visita Mwene Puto Kasongo (Kiamvo).

1893- George Grenfell, no seu diário, anota conflitos entre várias “pequenas” chefias Lunda

-A comissão de delimitação estabelece as fronteiras até ao Luchico (Lucico)

-Comissão Mista George Grenfell – Cândido Sarmento (Demarcação das Fronteiras)

Carta Grenfel – Sarmento.

Morte de Mwene Puto Kassongo por um oficial belga.

1895- Criação do Distrito da Lunda com sede provisória em Malanje e nomeado o seu primeiro Governador Henrique Augusto Dias de Carvalho.

-Simão Cândido Sarmento nomeado Chefe da Secretaria Militar do Distrito.

- Governo de Henrique de Carvalho

- Governo do Capitão de Artilharia Veríssimo de Gouveia Sarmento.

1896- Primeira expedição contra o Bondos, considerada pelos militares portugueses como o primeiro combate da nova estratégia de ocupação da Lunda. O plano era ainda seguir as “Estações Civilizadoras” criadas durante a viagem de Henrique de Carvalho.

1897- 1900- Governador Geral de Angola António Duarte Ramada Curto.

1898- Nova Expedição a Kasanje.

1899- (Novembro) – Substituição do Regulamento de 21 de Novembro de 1878 pelo novo Regulamento do Trabalho dos Indígenas, elaborado por uma comissão presidida por António Ennes e com a colaboração de Luís Fischer Berquó, Anselmo de Andrade Brito Godins, Paiva Couceiro e Poças Falcão. Recomendava o serviço obrigatório.

1900- Aprovação das “Instruções Gerais para a Delimitação das Fronteiras”

(Fev.) – Uma caravana de mantimentos com destino aos postos militares do Lui e Luremo foi atacada pelo soba Nguvo de Camavo

(Março) – Avanço dos militares portugueses para o Quela (Kela). Auto de vassalagem do soba Sucola Matari.

(Abril) Expedições militares no Kwango.

(Setembro) – Nova revolta dos Bondos. Ataque à povoação e Guarnição de Ndala Quinguangua (Kinguangua).

(Novembro de 1900 a Fevereiro de 1901) – Novas revoltas dos Bondos.

1901- 1º Congresso Colonial

- O Real Instituto de Lisboa inaugura um curso colonial com a duração de três anos constituído por Geografia, Etnografia, História colonial, Produções coloniais, Higiene, Línguas das Colónias Portuguesas Africanas.

1903- Colunas de ocupação na Jinga e Holos.

1905- Estabelecimento de um posto militar em Kaungula.

1905- Revolta de Kaungula, chefe Lunda.

1906- Operações em território Lunda.

- Imposto de Cubata.

1906-1913- A Lunda transforma-se no símbolo das dificuldades de ocupação por parte dos militares portugueses.

1907- Reencontros militares entre as forças do chefe cokwe Kalendende- Mwene Luchico e as forças portuguesas

1907- Investidura formal do Mwant Yav Muteba.

- Paiva Couceiro cria o “Horto Experimental do Cazengo” onde plantou diversos tipos de árvore de borracha (até nos jardins do palácio se introduziram viveiros experimentais...) e tentou organizar um “Ensino Móvel de Preparo de Borracha das Ervas”.

- Os tucokwe são expulsos pela “Force Publique” do Estado Independente do Congo, da Bacia do Kwilu.

-Morte de Veríssimo Sarmento

- Criação da PEMA – Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola

- Governador-geral de Angola Henrique de Paiva Couceiro (Tomada de posse em Junho de 1907)⁸²⁴

- Nomeado Governador da Lunda Alberto de Almeida Teixeira

- Combate em Xa- Quilongue.

- Construção da Ponte sobre o Rio Kwilo.

1908- Novas revoltas dos Bondos.

- Coluna militar portuguesa atinge o Rio Luchico onde ergueu um fortim.

- Os tucokwe atacam o fortim.

-Campanhas militares belgas contra os cokwe e Iwena.

1909- Fim do governo Paiva Couceiro substituído por Álvaro António da Costa Ferreira (26/6 1909 a 25/8/1909).

⁸²⁴ Plano para a ocupação da Lunda: “tendo em vista o cumprimento das obrigações contraídas pelo art.º 35 do Acto Geral da Conferência de Berlim, e ainda atendendo às nossas próprias conveniências particulares, de civilização e de comércio, ordenei apesar das dificuldades derivadas da curteza de recursos, o prosseguimento da ocupação da Lunda segundo uma linha de penetração com os seguintes indicadores genéricos para a regulação da directriz:

a) Ladear quanto possível a fronteira Norte; b) tomar como áreas, ou pontos de referência sucessivos, (dentro dos limites de não alongar muito o trajecto): 1º- Os centros preexistentes de população, comércio, borracha, ou capacidades produtivas de qualquer ordem; 2º- os obstáculos acaso separando troços navegáveis de rios, transversais à directriz”, Paiva Couceiro, *Angola...*, p. 44.

- Revolta na região da Jinga.
- Os militares portugueses decidem novas linhas de penetração na Lunda e a mobilização de reforços, armamento militar e utilização de camelos como meio de transporte.
- Fim do governo (na Lunda) de Almeida Teixeira
- Decreto aumenta as taxas do Imposto de Cubata
- 1910- 1911-**Período da grande fome, fim do comércio de longa distância, devastação nos territórios das comunidades cokwe.
- Operações nos Bondos.
- Grande concentração de efectivos militares em Malanje.
- Construção de um forte em Xá Muteba.
- 1912-** Avanço para além do Kwango.
- Missão Johnson e Mac Vey. Encontrados sete diamantes na margem direita do Rio Ciumbe.
- Missão Decker e Newport. Morte de Decker na batalha com o chefe cokwe Kalendende.
- Batalha de Kalendende.
- Operações militares no Duque de Bragança.
- Revoltas na região de Quembo (Kembo), junto ao Kwango.
- Missão Doyle, Janot e Cox. Encontrados diamantes em território angolano. Missão de prospecção realizada até ao Kasai e a Mona Quimbundo⁸²⁵.
- 1913-** Missão Brandão de Melo. Instalada uma estação no Luachimo (caminhos de von Wissemann) e progressão até Mona Qimbundo (Kimbundu).
- 1914-** 1ª Guerra Mundial.
- Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas (Decreto nº 951 de 14 de Outubro de 1914.
- Brandão de Melo efectua a travessia Camaxilo – Lunda – Bié (percorre os velhos caminhos das caravanas).
- Acordo preliminar de Lisboa entre Belgas e Portugueses sobre questões de Fronteira.
- Brandão de Melo termina a travessia Camaxilo – Lunda – Bié.
- Norton de Matos decreta o estado de sítio para a Lunda
- 1915-** Governo de Luanda inicia diligências para uma acção concertada entre as forças da Colónia e do Estado do Congo.
- Reconhecimento de que a maior riqueza se encontrava a norte da Concessão.
- 1916-** Por determinação de Massano de Amorim (Governador Geral de Angola entre 1916 e 1917) instala-se definitivamente a capitania de Mona Quimbundo. Estabelecem-se duas linhas de penetração Camaxilo – Cuilo – Luchico e Mossolo – Mona Quimbundo.
- Deslocação da sede da Lunda para Saurimo (mais tarde Henrique de Carvalho)
- A Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras) instala a sua Concessão junto da fronteira Belga.
- 1917-** Relação dos postos do Distrito da Lunda; capitania- mor do Bondo e Bângala (com os postos de 1ª classe- Cabutuquila, Iongo, Lui e Quela-sede); capitania-mor do Duque de Bragança (postos de 2ª classe- Duque de Bragança- Sede; Capitania – mor do Holo e Ginga

⁸²⁵ Ver BGC, nº 88, Ano VIII, Outubro, 1932

(Postos de 1ª classe Marimba e Postos de 2ª classe Cambo Camana-sede; Capitania – mor do Songo (Postos de 1ª classe- Quitapa – Quirima e Postos de 2ª Classe Mussolo (sede); Capitania-mor do Mussuco (postos de 1ª classe Cuango nº2 e Luremo- sede; capitania-mor do Cuilo (Kwilo) (postos de 1º classe Luangue e Luchico, Postos de 2ª classe Cuilo (Kwilo); Postos de 1ª classe- Minungo, Mona Quimbundo, Capaia e Saurimo (sede).

- Oposição de Kalendende (Chefe Cokwe)

- Oposição de Bunla – Bunla (Chefe Cokwe)

- Expedição portuguesa a partir de Camaxilo e tomada de assalto da Banza de Bunla – Bunla.

- Criação da DIAMANG, Companhia de Diamantes de Angola. Escrituras a 16 de Outubro de 1917.

- Novas operações nos Bondos

- Revolta do chefe cokwe Ngunza

- Novo governador do distrito da Lunda, Francisco Martins de Oliveira Santos.

Estabelece como objectivo militar principal do seu governo vencer o Kalendende e fundar outras capitánias do Kasai Norte (principal zona de Prospeccção da Diamang) e Kasai Sul e sanar a situação entre os “Minungos”.

1919- Convenção de Saint – Germain-en – Laye – proibida a importação em toda a África, com exclusão dos territórios da Argélia, Líbia e União Sul Africana de toda e qualquer arma de fogo e munições, montadas ou em peças separadas, além de armas e munições de guerra já, anteriormente, defesas.

1920- Mantém-se o problema da circulação e das comunicações. No sul de Angola já circulam camiões, no nordeste só se pode circular de cavalo, carro bóer ou camelo e a pé.

- Nova tentativa por parte das tropas portuguesas para capturar Kalendende.

Destruídas as aldeias do chefe Kalendende bem como as dos seus auxiliares Cajinga e Itengo.

- Contrato Provisório realizado em Bruxelas entre o Alto-comissário da República (Norton de Matos) e a Companhia de Diamantes de Angola (Bruxelas, 4 de Dezembro de 1920).

1921- Decreto nº 9 de 6 de Maio de 1921 – vedada a pesquisa de Diamantes em toda a Província de Angola. (BOPA, Iª Série, nº 19 de 7 de Maio de 1921)

- Contrato de Consolidação entre a Diamang e o Governo da Província.

- A Missão de Delimitação da Fronteira da Lunda parte para Angola em Maio.

Trabalhos iniciados ao Longo do Rio Kasai. Reconhecimento do Rio efectuado pela missão belga por uma poligonal telemétrica de longo alcance. Organizada a carta respectiva em Lisboa.

- Por portaria nº 152 de 24-12 foi criada a Circunscrição de Fronteira do Chitatu (Citatu).

1922- Visita de Norton de Matos, Alto Comissário da Província de Angola à Zona de Explorações da Diamang.

- Foi desenhada a carta de parte da fronteira entre as nascentes do rio Cassamba (marco 34 da Fronteira do Dilolo) e a intercepção do talvegue do rio Kasai com o paralelo 7º 17's. Desenhada a carta na escala de 1/200.000.

- Carta confidencial de Norton de Matos ao Governador-geral do Congo Belga datada de 17 de Abril dando conta da situação de sublevação no nordeste da Província.

- Concentração em Saurimo de grandes efectivos militares sob o comando do Major Bento Roma.

- Documentação belga dá conta da migração em massa das populações especialmente *cokwe* para a Colónia Belga.

- Encontro em Citatu de Bento Roma com o Comissário Belga Achten para examinar: -Incidentes de fronteira, tráfico de armas e munições, exportação de gado de Angola, deslocação das populações *cokwe*; prisão dos chefes Ngunza e Kalendende; operações militares e ocupação de fronteira.

1922- 1923-Em campo a Missão de delimitação Angola – Congo. A missão luso-belga. Estabelecida a base do Chitatu (Citatu). Demarcada a região entre o Luembe e o Kasai. Missão de cartografia belga fronteira entre o Kasai e o Longatchimo (Luacimo). A Brigada portuguesa iniciou os seus trabalhos na margem esquerda do rio Luachimo. Os cartógrafos belgas elaboraram a cartografia entre Luange e Uamba. Uma nova Carta entre os rios Kasai e Luango na escala 1/200.000.

1922- Tentativa de captura dos Chefes Ngunza e Kalendende por parte das forças belgas.

- Proibição, pelos belgas, de venda de pólvora e espingardas de sílex (*Kanhangulos*) numa larga zona fronteiriça (sul do paralelo de Mai- Munene (*Cikapa*) até 120 quilómetros para lá da fronteira.

- Relatório belga sobre operações militares e análise da situação do lado português das colónias. Levantadas questões sobre as razias das patrulhas de polícia; sobre o exercício da justiça por parte dos militares, medo das populações militares em relação aos portugueses. Sublinhado o abandono de aldeias inteiras “ de Dundu a Malengue (900 km.) não há uma povoação indígena.

1923- Decreto nº 292 de 13/4 – Saurimo capital da Lunda

- Comissão mista lusa – belga demarca o traçado da fronteira seguindo os leitos dos rios Kapakasa e Kamapasa (Impugnada mais tarde pela Comissão de Cartografia

1924- 1925- Reconhecimento e levantamento da fronteira constituída pelo troço do Rio Kwango, entre as confluências dos Rios Utunguila e Kwuilo – Ligação à Fronteira de Nôqui.

1928- Decreto nº 14.888 de 3 de Janeiro que aprovou a Convenção Luso-Belga de Luanda (relativa à troca de territórios no Dilolo e rio m’Pozo).

1931- Revolta dos *bapende* no *Kwilo* (Congo Belga)

1932- Armindo Monteiro, Ministro das Colónias visita a Lunda

1935- Viagem à Lunda do explorador alemão Hermann Baumann

1936- Criação de uma “Colecção Etnográfica” da Companhia de Diamantes no Dundo a partir da colecção particular de José Redinha.

1937- Expedições às regiões de Camaxilo para recolha de peças para a Colecção.

1938- A “Colecção Etnográfica” passa a ser designada por “Museu Etnográfico”

1939- Expedições a Kanzar e Alto Zambeze para colheita de materiais para o Museu.

1940- Censo Geral da População de Angola.

1942-A Companhia de Diamantes de Angola- Diamang explora 27 minas, emprega um total de 14.047 trabalhadores indígenas (minas, operários não especializados), produz 791.853 carates.

1947- Relatório de Henrique de Galvão (inspector colonial) sobre Angola.

1950- Segundo Censo geral da População. População segundo o tipo somático e o sexo. Famílias e convivências. Prédios e Fogos.

ANEXO Nº 3

LEGISLAÇÃO

1869- (1/12) Diploma Orgânico das Possessões Portuguesas.

1875- 1ª Regulamentação sobre contractos de trabalho (condições de tutela dos libertos)

1878- Regulamento aprovado pelo poder executivo no uso da autorização concedida ao Governo pelo § 1º do art. 15 do acto adicional à carta constitucional.

1894 - O código criminal preceituava em relação aos "indígenas" a substituição da pena de prisão por trabalho correcional de 15 dias a um ano. O "trabalho correcional" foi sucessivamente reinstituído, como punição específica dos "indígenas", nos códigos de trabalho de 1899, 1911, 1914 e 1926.

1899-Decreto de 9/11 – aprova o regulamento do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas.

1906- Decreto de 20 de Setembro, que altera os decretos de 4 de Dezembro de 1869 e de 6 de Dezembro de 1888 sobre legislação mineira.

1910- Proclamação da Republica em Portugal

1911- Decreto de 23 de Agosto Criação do Ministério das Colónias

1911- Constituição Portuguesa de 1911 que prevê no título V, artigo 67º: “ Na administração das Províncias Ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas”.

-Criação do Ministério das Colónias

-27/05- Decreto com força de Lei aprova o novo *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas*.

1912- (4 de Setembro) Criada a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola, PEMA, Diário de Governo nº 217, III série de 14 de Setembro de 1912.

1914- Regulamento Geral do Trabalho do Indígenas nas Colónias Portuguesas, aprovado pelo Decreto nº 951 de 4 de Outubro de 1914.

- 15/8-*Lei Orgânica de Administração das Províncias Ultramarinas*.

-Lei nº 278 de 15 de Agosto – *Lei Orgânica da Administração financeira das Províncias Ultramarinas*.

1917 (28 de Novembro) – Carta Orgânica da Província de Angola.

1920- Lei nº 1005 de 7 de Agosto cria o regime de Altos-comissários para Angola e Moçambique.

1920- (4 de Dezembro) Contrato provisório realizado em Bruxelas entre o Alto-comissário da República e a Companhia de Diamantes de Angola.

1921- (6 de Maio) Decreto nº 9 – Veda a pesquisa de Diamantes tal como estava prevista no decreto de 20 de Setembro de 1906 em toda a Província de Angola.

1921- (12 de Maio) Decreto nº 11 Concede à Companhia de Diamantes de Angola a exploração dos jazigos diamantíferos tanto de aluvião como de outra espécie na Província de Angola.

1921- Portaria provincial nº 152, cria a circunscrição de fronteira do Chitato.

1921- Decreto nº 41, determina e manda vigorar em toda a Província de Angola Instruções que regulam o emprego dos trabalhadores indígenas nas obras do Estado.

1921- (18 de Maio) Contrato entre o Governo da Província de Angola e a Companhia de Diamantes de Angola.

1922- Contrato suplementar ao de dezoito de Maio de 1921, celebrado entre a Província de Angola e a Companhia de Diamantes de Angola. Conhecido por contrato de Consolidação.

1922- Decreto nº 178, Providência sobre os ajustes de trabalhadores indígenas para transporte de cargas.

1923- Modifica algumas disposições do decreto nº 41, sobre a duração máxima dos contratos de trabalhadores para obras do Estado e à forma de pagamento dos Salários.

1923- Decreto nº 292 – Modifica as divisões e subdivisões administrativas do Distrito da Lunda.

1924- Portaria Provincial nº 109, Regula a forma como deve ser feita a cobrança do imposto dos trabalhadores indígenas recrutados para serviços do Governo ou de particulares.

1924- Portaria Provincial nº 110, Esclarece e regulamenta algumas das disposições da legislação em vigor sobre a assistência médica aos indígenas.

1925- Instruções Provisórias para o recrutamento e emprego de trabalhadores indígenas na Província de Angola.

1925-Relatório sobre o Trabalho Indígena na África Portuguesa, por Edward Aslworth Ross, Também conhecido por Relatório Ross, elaborado por Edward A. Ross e R. Melville Cramer, após uma visita a Angola e enviado para a Comissão Escravagista Temporária da Liga das Nações.

1925- Instruções provisórias para o recrutamento e emprego de trabalhadores indígenas na Província de Angola. Portaria Provincial nº 4 de 16 de Janeiro de 1925.

1926- Estado Novo.

1926- Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, aprovado pelo Decreto nº 12.533 de 23 de Outubro.

1928- (6 de Dezembro) Código de Trabalho dos indígenas das Colónias Portuguesas, aprovado pelo decreto nº 16.199 de 6 de Dezembro de 1928.

1929. Reorganização do Ministério das Colónias - Decreto nº 16:835 de 14 de Maio de 1929.

1929- Decreto de 06/02- Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique.

1930- Acto Colonial

1933- (11/04) Nova Constituição Portuguesa. Integra o Acto Colonial (artigo 133).

- Promulgação da Carta Orgânica do Império Colonial Português.

Anexo nº 4

Demarcação de Terrenos na Lunda por solicitação da Diamang entre 1920-1927. Luanda 18 de Novembro de 127
 Companhia de Diamantes de Angola
 O representante (ass.) António Brandão de Melo.
 Fonte SPE, ex. 17

Nº E ano do processo	Nºs e datas das Licenças	Situação e nomes	Estado da concessão	Área demarcada ou demarcar	Natureza da concessão	O que falta para completar os processos para a concessão definitiva	Observações
374/921	146 de 25/3/20	C.de Fronteira do Chitato-Dundo a oeste do Rio Luachimo	Dada a concessão provisória por despacho de 18 de Maio de 1922. BO nº 22- 2ª série de 3 de Junho de 1922	4.900 Hectares	Aforamento nos termos da lei geral	Demarcação definitiva, planta e certidão de pagamento dos fôros	Nesta concessão fica situado o posto do Dundo da Companhia. Tem prova de aproveitamento. É preciso notificar a mudança de agrimensor indicado.
909/921	163 de 29/6/21	Idem Dicoco a Leste do Rio Luachimo	Idem. Idem.	4.872 Hectares	Idem. Idem	Falta a certidão de aproveitamento, a demarcação definitiva, planta e certidão de pagamento de fôros. Nota: a certidão da Fazenda de Saurimo refere-se apenas aos 4.990 hec. Onde está o posto do Dundo	Esta concessão pega com aquela em que fica o posto do Dundo. No BO vem margem esquerda do Rio Luachimo em lugar de margem direita. Há que fazer a verificação quando se tratar de de título e concessão definitiva
65/ 922	163/29/1/21	Região da Lunjata. O. C. Do Cassai Sul- margem direita do Rio Chicapa.	Dada a concessão provisória em 3 de Novembro de 1922. Publicada no BO nº 19- 3ª série de 14 de Novembro de 1922	4.997 hectares	Idem. Idem	Faltam os trabalhos de campo, planta geral, demarcação definitiva e certidão de pagamento de fôros para requerer a concessão definitiva.	Há dúvidas se a prova de aproveitamento poderá ser considerada suficiente, por não ter vindo da Lunda nos termos da lei. É preciso actualizar a designação da circunscrição onde se encontra
68/922	164/29/1/21	Idem. Confinado com a concessão anterior na margem direita do Rio Chicapa, a sul da mesma	Idem. Idem	\$ 998 Hectares	Idem. Idem.	Idem. Idem	Idem. Idem.
157/924	151/29/8/923	Região do	Dada a	10.000	Arrendamentos	Faltam os	Tem prova de

		Cossa. Margem esquerda do Rio Luembe em frente ao posto Lumboma	concessão provisória em 16 de Dezembro de 1925. BO nº1-2ª Série de 2 de Janeiro de 1926	Hectares	nos termos dos decretos nºs 50 e 195 e com dispensa de certas obrigações do decreto 50	trabalhos de campo, planta geral, demarcação definitiva e certidão de pagamento de foros	aproveitamento. É preciso rectificar quando se tratar do título com o nome do posto militar Lumboma que vem errado na portaria que dá
165/924	184 de 12 de Outubro de 1923	Região de Lunjata, margem esquerda do Rio Chikapa-confinado pelo norte com a estrada Saurimo Malange	Idem. Idem	40.000 Hectares	Idem Idem	Idem. Idem. E mais a prova de aproveitamento que não tem ainda	Tem errado o nome da Circunscrição que é preciso no título definitivo. É preciso obter a certidão de aproveitamento
166/924	182 de 12 de Outubro de 1923	Região da Cossa confinado com a concessão de 10.000 hectares demarcada com a licença no 151 e a oeste com a estrada do Chiumbe ao Luaco	Idem. Idem.	50.000 hectares	Idem. Idem.	Idem. Idem.	Falta a prova de aproveitamento
	3 de 1 de Fevereiro de 1927	Cambolo	Em 27 de Janeiro de 1927 foi deferido o pedido de licença de demarcação	4.9000 Hectares	Aforamento	Falta a concessão provisória e os mais trâmites para a definitiva	A licença Foi Enviada para o Dundo com a carta de demarcação nº 39/27 de 2 de Fevereiro de 1927
153/925	1999 de 11 de Julho de 1925	Região de Cossa a Leste do Rio Luemba, confinando com a de 10.000 Hectares	Veio para a Agrimensura a planta com a licença e informação do administrador do Chitato. Estes documentos foram devolvidos em 1 de Novembro de 1926 à circunciação do Chitato para virem também informados pelo governo do distrito, nos termos da circular nº 1922 de	10.000 Hectares	Vai pedir-se por aforamento		Logo que sejam de novo enviados os documentos será concessão provisória da secção de agrimensura. Os anúncios devem ser enviados para a circunscrição, cópia dos documentos na circunscrição do Chitato.

	2 de Janeiro de 1926	Caluembe- Próximo a Chingufo e a norte desta exploração na margem direita do Rio Chicapa.	1922 Em vindo os documentos e memória e croquis, serão publicados os editais para a concessão provisória e talvez se possa conseguir a dispensa desta	4.900 Hectares	Aforamento		Em 6 de Outubro de 26 o Director Snr, Kelsey, enviou ao Snr. Major Torre do Vale com carta 584/188/26, traça, planta e descrição da marcação feita. Estes Docs. Foram enviados à Administração do Chitato que os devolveu ao delegado do Representante com a nota 766/IA de Outubro de 1926 para quando o marion e completa memória descritiva do total perimetral demarcado.
	172 de 21 de Setembro de 1927	Próximo a cartucha, na margem direita do rio Luembe. C. Do Chitato	Foi deferido a 2 de Junho o pedido de licença para a demarcação e enviada alicença para o Dundo em 12 de Outubro de 1927 com a carta de representação nº 450/27	Até 5000 Hectares	Aforamento		Deve agora a direcção fazer a demarcação. Elaborar o croquis memória descritiva da situação, concessão desejada e outros documentos com a licença devidamente visada na sede do Chitato para serem informados na sede do Distrito.
	4 de 1 de Fevereiro de 1927	Junto ao posto fiscal do Chitato	Foi concedida licença para a demarcação e esta enviada `direcção técnica, em 2 de Fevereiro de 1927	4 Hectares			Deve agora a direcção fazer a demarcação provisória, elaborar o croquis e a memória descritiva da situação da concessão desejada e entregar estes documentos com a licença devidamente visada na circunscrição do Chitato para

							depois de informados serem enviados por via do Governo de Distrito para adirecção de Agrimensura enviando cópias à Representação para ser feito o requerimento para a concessão provisória.
--	--	--	--	--	--	--	--